



unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus Marechal Cândido Rondon
Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras - CCHEL
Programa de Pós-Graduação em História - PPGH
Área de Concentração: História, Poder e Práticas Sociais

ANAIS DO VII SIMPÓSIO DE PESQUISA ESTADO E PODER



DIREITOS, DEMOCRACIAS E LUTAS SOCIAIS EM TEMPOS DE CRISE

**30 DE SETEMBRO A 03 DE OUTUBRO DE 2019
MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PARANÁ**



Apoio:

ADUNIOESTE
Associação dos Docentes da UNIOESTE

ANDES
Associação Nacional de História



VII SIMPÓSIO DE PESQUISA ESTADO E PODER
DIREITOS, DEMOCRACIAS E LUTAS SOCIAIS EM TEMPOS DE
CRISE

Evento de âmbito nacional

PROMOÇÃO:

Linha de Pesquisa Estado e Poder
Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais
Grupo de Pesquisa História e Poder
Colegiado do Curso de História
Laboratório de Pesquisa Estado e Poder

ORGANIZADORES DOS ANAIS:

Gilberto Grassi Calil
Selma Martins Duarte
João Elter Borges Miranda
Vanessa Bueno Arruda
Veridiana Bertelli Ferreira de Oliveira

Capa: “*Desocupados*” (Desempregados). Antonio Berni (Argentina, 1934). Óleo sobre tela.

SECRETARIA
Laboratório de Pesquisa Estado e Poder
UNIOESTE - Câmpus Marechal Rondon
Rua Pernambuco, 1777 - CEP: 85960-000 - Fone: (45) 3284-7900

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR, Brasil)

Simpósio de Pesquisa Estado e Poder (7.: 2020: Marechal Cândido Rondon – PR)

S612a

Anais do VII Simpósio de Pesquisa Estado e Poder: direitos, democracias e lutas sociais em tempo de crise, 30 de setembro a 03 de outubro de 2019/ Organização de Gilberto Grassi Calil ... [et al.] – Marechal Cândido Rondon: 2020.

Modo de acesso: <https://grupohistoriaepoder.com.br/simposio-de-pesquisa-estado-e-poder-3/>

ISBN: 978-65-00-04502-4

1. Estado e poder. 2. Ditadura. 3. Democracia. 4. História – Estudo e Ensino. 5. Classes sociais. Org. I. Calil, Gilberto Grassi, org. II. Duarte, Selma Martins, org. III. Miranda, João Elter Borges, org. IV. Arruda, Vanessa Bueno, org. V. Oliveira, Veridiana Bertelli Ferreira de. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais. Grupo de Pesquisa História e Poder. VII. Título.

CDD 22.ed. 320.11

320.01

CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborado por Helena Soterio Bejio CRB-9/965

Todos os artigos publicados nos Anais do VII Simpósio de Pesquisa Estado e Poder: “*Direitos, Democracias e lutas sociais em tempos de crise*” são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

VII SIMPÓSIO DE PESQUISA ESTADO E PODER DIREITOS, DEMOCRACIAS E LUTAS SOCIAIS EM TEMPOS DE CRISE

(Evento de âmbito nacional)

Comissão Científica:

Ângela Meirelles de Oliveira
Carla Luciana Silva
Claudia Monteiro
Gilberto Grassi Calil
Marcio Antônio Both da Silva
Maria José Castelano
Paulo José Koling
Rodrigo Paziani

Comissão Organizadora:

Ângela Meirelles de Oliveira, Carla Luciana Silva, Claudia Monteiro, Gilberto Grassi Calil, Marcio Antônio Both da Silva, Maria José Castelano, Paulo José Koling, Rodrigo Ribeiro Paziani, Selma Martins Duarte, Ana Cristina Hammel dos Passos, Edina Rautenberg, Flávio Fabrini, Gabriel de Abreu Gonçalves de Paiva, Irene Spies Adamy, Isabel Grassioli, Jonas Christmann Koren, Leomar Rippel, Mariano Luís Sanchez, Nilton Batista Leite, Raphael Almeida Dal Pai, Ricardo Krupiniski, Rui Marcos Moura Lima, Samuel Fernando da Silva Junior, Valdir Sessi, Veridiana Bertelli Ferreira de Oliveira, Guilherme Piaz Paslauski, João Élder Miranda, Liliane Cristina Soares Sousa, Luana Milani Pradela, Mayara Balestro, Talita Sobrinho, Amanda Luísa Krummenauer, Alana Thaís Quadros de Campo, Ana Paula Pinto, Andrey Tironi da Silva, Bruno Henrique de Souza, Daniele Aquino de Mello, Débora Campani Chagas, Edgar Smiderle, Elisângela de Melo Aguado, Gabriela Barrozo Garcia Rodrigues, Heloísa Weiss Giarretta, Isabelli Grein, Jakeline Foster, Leia Patek, Maitê Scottini Padilha, Veridiana Ceni de Mello, Fabiana Stahl Chaparini, Vanessa Bueno Arruda

Organizadores dos Anais:

Gilberto Grassi Calil
Selma Martins Duarte
João Elter Borges Miranda
Vanessa Bueno Arruda
Veridiana Bertelli Ferreira de Oliveira

Realização:

Linha de Pesquisa Estado e Poder
Grupo de Pesquisa História e Poder
Laboratório de Pesquisa Estado e Poder

Apoio:

Colegiado do Curso de História – UNIOESTE
Programa de Pós-Graduação em História – UNIOESTE
Laboratório de Ensino de História – UNIOESTE
Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais (LABELU-UEFS)
Laboratório de Pesquisa e Estudos de Gênero (LAPEG) - UNIOESTE
Grupo de Estudos da Política da América Latina (GEPAL-UDEL)
Grupo de Pesquisa Capitalismo e História (GPCH-UFG)
Núcleo de Estudos do Território, Movimentos Sociais e Relações de Poder (TEMPO-UERJ)
Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Contemporânea (NEPHC-UFG)
Núcleo de Estudos, Pesquisa e Documentação do Oeste do Paraná (CEPEDAL)
Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas – Marx (NIEP-MARX/UFF)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
FASCISMO, SURREALISMO E PSICANÁLISE: HÁ RELAÇÃO?	3
AMANDA LUISA KÜNST KRUMMENAUER.....	3
A LUTA PELA TERRA NA REGIÃO CENTRO SUL DO PARANÁ (1940 – 1970)	11
ANA CRISTINA HAMMEL.....	11
EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS: AGRICULTURA E PROPRIEDADE NO BRASIL DO SÉCULO XIX (1850-1889)	20
ANA PAULA VIEIRA PINTO	20
FEMINISMO INDÍGENA: VOZES E DIREITOS SILENCIADOS	28
ANDRESSA CAROLINE DE LIMA.....	28
MARLI RENATE VON BORSTEL ROESLER.....	28
<i>O REINO MÍSTICO DOS PINHEIRAIS: O PROTAGONISMO DOS SERTANEJOS NO CONTESTADO NA PERSPECTIVA DE WILSON GASINO</i>	35
CLAÉRCIO IVAN SCHNEIDER.....	35
DELEUZE E O CINEMA CLÁSSICO: O IRROMPER DA IMANÊNCIA DO POVO EM A GREVE DE EISENSTEIN ...	47
CRISTIELE RHODEN.....	47
JUNIOR CUNHA	47
TRABALHADORES E O DIREITO À CIDADE: ANALISANDO MEMÓRIAS E RELAÇÕES DE PODER EM MERCEDES - PR	54
DAIANA APARECIDA HENRICHSEN	54
TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIFICAÇÕES E DISSIDÊNCIAS: VALORES EM TENSÃO (MARECHAL CÂNDIDO RONDON-PR, FINAL SÉCULO XX E INÍCIO XXI)	64
DANIELA MELO RODRIGUES.....	64
O ENSINO DE HISTÓRIA ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE JOGOS DIDÁTICOS	73
DÉBORA SCHMIDT.....	73
LARA DIAS DO PRADO SALVADOR.....	73
MULHERES NA RESISTÊNCIA: A ATUAÇÃO NA VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA NOS ANOS DA DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL	80
DÉBORA CAMPINI CHAGAS	80
A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO PARANÁ, COMPANHIA BYINGTON E O GOVERNO DE LUPION	88
FLÁVIO FABRINI	88
O MINISTÉRIO DO TRABALHO COMO MECANISMO DE CERCEAMENTO DA CLASSE TRABALHADORA NA DITADURA BRASILEIRA (1964-1985)	99
GABRIEL DE OLIVEIRA LADEIRA	99



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

O ESTADO E A EDUCAÇÃO A SERVIÇO DE INTERESSES PRIVADOS: O CASO DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO (MESP) NO BRASIL	108
GABRIEL DE ABREU GONÇALVES DE PAIVA	108
OS CONDENADOS DA TERRA: A OBRA DE FRANTZ FANON PELA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA BRASILEIRA.	118
GABRIELLA BARROZO GARCIA RODRIGUES	118
“CADA UM SE ESCONDE NO ESPAÇO QUE CABE”: NARRATIVAS SOBRE LESBIANIDADES PRESENTES NA WEBSÉRIE ESCONDERIJO.....	126
GESSICA ALINE SILVA.....	126
JOGO DA MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA	134
GIULIA BEATRIZ SCHOSSLER PLASSMANN.....	134
FAKENEWS E POLÍTICA: A INFLUÊNCIA DA PÓS-VERDADE NA ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA.....	141
IAN MARTIN VARGAS	141
RENDA DA TERRA E INDUSTRIALIZAÇÃO: EFEITOS DO AUMENTO DOS PREÇOS DOS PRODUTOS PRIMÁRIOS DE EXPORTAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO (2003-2014)	149
JAILSON JEAN KUSZKOWSKI.....	149
VICENTE NEVES DA SILVA RIBEIRO.....	149
UMA LEITURA DO NAZISMO A PARTIR DE UM JOGO NARRATIVO	156
JOÃO OTAVIO BORTOLINE	156
DEISE JOANA TOMÉ DA SILVEIRA.....	156
A PATRULHA IDEOLÓGICA DA BURGUESIA: O MOVIMENTO BRASIL LIVRE EM ATUAÇÃO NO NOVO TRUNCAMENTO DAS ALTERNATIVAS BRASILEIRAS (2013-2015)	164
JOÃO ELTER BORGES MIRANDA	164
O SAIR COMO POSSIBILIDADE: A EXPERIÊNCIA DE SUJEITOS PARA ALÉM DO REASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO DE ASSIS (1998-2019).....	175
KAROLINE GONÇALVES.....	175
CULTURA PATRIARCAL E PODER JUDICIÁRIO: OS LIMITES PARA A EFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA ...	186
FABÍOLA SCHEFFEL DO AMARAL.....	186
LÉIA PATEK DE SOUZA.....	186
O EXÉRCITO COMO SUSTENTÁCULO DO LATIFÚNDIO BRASILEIRO	197
LEOMAR RIPPEL.....	197
A CONSTRUÇÃO DA LEGITIMIDADE NA LUTA PELA MORADIA EM CASCAVEL/PR (1999-2019) - VALORES EM DISPUTA	210
LEONARDO DAVID OLIVEIRA GOMES	210



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

NEM FASCISMO NEM NEOFASCISMO: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ELEMENTOS ESTRUTURANTES DO “PROCESSO DE FASCISTIZAÇÃO”	222
MARIANO SÁNCHEZ	222
“BRASIL PARALELO” A PLATAFORMA À SERVIÇO DA “NOVA DIREITA” NO BRASIL RECENTE	231
MAYARA AP. MACHADO BALESTRO DOS SANTOS	231
JOGOS NARRATIVOS NO ENSINO DE HISTÓRIA	240
MILENA MARIA ROSSI E LUCAS EDUARDO FERREIRA	240
O LADO OCULTO DA HISTÓRIA: O MOVIMENTO DAS MASSAS DURANTE A REVOLUÇÃO FRANCESA	247
MILTON APARECIDO AZEVEDO	247
DISTOPIA TUPINIQUIM: O AUTORITARISMO LÍQUIDO EM TEMPOS DE CAPITAL FETICHE	258
NILTON BATISTA LEITE	258
TRABALHANDO DESDE TENRA IDADE: MEMÓRIAS E TENSÕES EM DISCUSSÃO NO OESTE DO PARANÁ, 1960 – 2018	265
PATRICIA VIEIRA MORAIS	265
COMUNISTA OU APOIADOR DA DITADURA CIVIL-MILITAR? AMBIGUIDADES E CONTRADIÇÕES NA TRAJETÓRIA DO ESPÍRITA ALBERTINO MARQUES BARRÊTO (BAHIA - 1954 A 1974)	275
RUI MARCOS MOURA LIMA	275
DIRETAS JÁ E AUTOCRACIA BURGUESA NO BRASIL: LUTA POLÍTICA NA TRANSIÇÃO CONSERVADORA ...	287
SAMUEL FERNANDO DA SILVA JUNIOR	287
JOGO E EDUCAÇÃO	299
THAIS THOMÉ	299
EDUCAÇÃO, TERRA E JUVENTUDE: VIDAS CAMPONESAS EM DIAMANTE DO SUL - PR	307
VANESSA BUENO ARRUDA	307
A UNIVERSIDADE SOB O “DESENVOLVIMENTO COM SEGURANÇA”: CONTROLE E VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL DURANTE A DITADURA DE 1964	320
VERIDIANA BERTELLI FERREIRA DE OLIVEIRA	320
ENTRE A LIBERDADE E A PROPRIEDADE: UMA ANÁLISE SOBRE O DEBATE ABOLICIONISTA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	333
VERIDIANA CENI DE MELLO	333
PROGRAMAÇÃO GERAL DO VII SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTADO E PODER: DIREITOS, DEMOCRACIA E LUTAS SOCIAIS EM TEMPOS DE CRISE	340
PROGRAMAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES	342



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

APRESENTAÇÃO

O *VII Simpósio de Pesquisa Estado e Poder: Direitos, Democracias e Lutas Sociais em tempos de crise*, promovido pelo Grupo de Pesquisa História e Poder e pela Linha de Pesquisa *Estado e Poder* do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Campus de Marechal Cândido Rondon, teve como objetivo propiciar a apresentação e discussão de pesquisas relacionadas à vasta temática proposta nesta edição.

A organização do Evento é de responsabilidade dos docentes e discentes vinculados à Linha de Pesquisa Estado e Poder do Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais (PPGH), ao Grupo de Pesquisa História e Poder e ao Laboratório de Pesquisa Estado e Poder (pesquisadores, doutorandos, mestrandos, graduandos, bolsistas e professores da rede estadual de ensino fundamental e médio), contando ainda com o apoio e parceria de diversos grupos de pesquisa de outras Universidades Estaduais e Federais e de Instituições de pesquisa. Pela primeira vez em toda a trajetória de realização do evento, todas as solicitações de apoio e financiamento a agências pública de fomento foram negadas, o que expressa de forma nítida as dificuldades de realização de atividades com perfil crítico no atual contexto político nacional.

A Linha de Pesquisa Estado e Poder tem por objeto de ensino e de investigação as práticas sociais relacionadas ao Estado e ao Poder. A abordagem que orienta seus integrantes concebe o Estado em seu sentido amplo, compreendendo a articulação entre sociedade civil e sociedade política e abarcando aspectos diversos das relações estabelecidas entre os agentes sociais e as agências. Compreende-se que o poder é exercido no interior da sociedade política, mas também através da intervenção das mais variadas organizações constituídas no âmbito da sociedade civil. O exercício do poder e a produção de hegemonia abrangem, portanto, esferas diversas, como a gestação e a afirmação, a crítica e a contraposição de projetos sociais, as elaborações intelectuais e as políticas partidárias, a organização dos diferentes grupos e classes sociais, a constituição de aparelhos privados de hegemonia, o gerenciamento e a disseminação de ideologias e projetos sociais.

O Simpósio de Pesquisa Estado e Poder teve sua primeira edição no ano de 2007 e tem periodicidade bianual e sua abrangência envolve pesquisadores, instituições e universidades no âmbito nacional. A temática central desta sétima edição propôs refletir sobre a temática “**Direitos, democracia e lutas sociais em tempos de crise**” em um contexto especialmente conturbado, marcado pelo agravamento da crise capitalista, pelos ataques sistemáticos aos direitos sociais, pela emergência de uma grande diversidade de lutas sociais e pela ascensão de movimentos e governos de extrema-direita que explicitamente atentam contra as liberdades democráticas historicamente conquistadas. Nessa Edição do Simpósio de Pesquisa Estado e Poder, tivemos uma programação constituída por duas conferências, cinco mesas redondas e 96 comunicações acadêmicas distribuídas em 24 seções. Destacamos a presença de integrantes de diversos movimentos



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

sociais constituindo as mesas redondas, o que tornou possível contar com reflexões oriundas de movimentos sociais de luta pela terra, moradia, contra o racismo, o machismo e lgbtfobia e por direitos de indígenas e imigrantes.

A realização do evento deu-se no decorrer do primeiro ano de um governo de características fascizantes, e neste contexto foi a primeira vez que todas as solicitações de financiamento e apoio de agências oficiais foram negadas, o que criou intensas dificuldades para sua realização. Ainda assim, com a colaboração e apoio de muitos, o evento se realizou com êxito, o que só enfatiza a importância do debate sobre os três termos enfocados nesta edição – Direitos, Democracia e Lutas Sociais. Na edição anterior, marcada pelo contexto do pós-Golpe de 2016, encerramos a Apresentação registrando que *“De certo modo, o próprio evento se constituiu numa prática de resistência e um passo a mais na construção da democracia e de um projeto social de nação incluyente e solidário”*. No atual contexto, isto é ainda mais verdadeiro.

Marechal Cândido Rondon, agosto de 2020



FASCISMO, SURREALISMO E PSICANÁLISE: HÁ RELAÇÃO?

AMANDA LUISA KÜNST KRUMMENAUER¹

Resumo: A produção histórica sobre o surrealismo é mínima. As análises às quais há acesso são poucas e, em sua maioria, ligadas a outras perspectivas sobre o movimento artístico. Já análises que envolvam a psicanálise como um dos fatores principais para compreender o processo histórico vigente no entre guerras é praticamente nula. Neste artigo, levanta-se a hipótese de que a ascensão do fascismo corroborou para a necessidade da criação do surrealismo e sua consequente ligação com a psicanálise como forma de resistência indireta a essa política intolerante. Devido as características marcantes do fascismo como o nacionalismo exacerbado e a repressão do indivíduo em favor da sociedade-nação, os ânimos da Europa mudaram e a busca por algo que combatesse o mal-estar generalizado que se desenvolvia se tornou necessária com ainda mais força. Dessa forma, os artistas surrealistas, ao adentrarem nessa discussão, buscaram nas teorias de Sigmund Freud formas de acessar o inconsciente e, através dele, emergir o indivíduo esquecido e ignorado, dando valor a individualidade de cada um e buscando expressar aquilo que era considerado errado na sociedade fascista. Dessa forma, a relação entre a arte e a psicologia foi emergencial e fundamental, embora não consciente, porque havia um processo fascista de esquecimento do indivíduo, que reprimia os desejos mais intensos do ser e sua liberdade de expressá-los.

Palavras-chave: Fascismo; Surrealismo; Psicanálise.

Introdução

A necessidade dessa pesquisa se configura na falta de produções históricas sobre o assunto, que é abordado sempre por psicólogos e estudiosos das artes, mas quase nunca por historiadores. O que se propõe com este trabalho não é sanar uma dúvida chegando a uma resposta final para essa hipótese, mas sim, levantar a curiosidade do leitor sobre o tema e falar sobre a importância de possuir mais produções históricas que tragam a interdisciplinaridade, principalmente com a arte, que é repleta de fontes muito ricas para o historiador que se dispõe a analisá-las.

A proposta desse artigo é entender a pertinência da ligação do surrealismo com a psicanálise como resistência ao processo fascista que estava se desencadeando no ocidente europeu nas décadas do entre guerras (1920 e 1930). Mas antes de adentrar na discussão sobre a relação entre esses três conceitos chave, é necessário compreender o que cada um deles quer dizer. E como o surrealismo é o mais incomum deles, será o primeiro.

¹ Graduanda do curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Marechal Cândido Rondon.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

O surrealismo foi um movimento artístico e filosófico² que surgiu no ano de 1919, após a publicação de “Os campos Magnéticos” de André Breton e Philippe Soupault. Conhecido popularmente através de artistas como Salvador Dalí, André Breton e René Magritte, propunha uma arte que ainda hoje é superficialmente ligada aos sonhos e ao inconsciente, erroneamente ligada à busca pelo surreal como uma forma de negação ao mundo real.

Trata-se de reencontrar a unidade perdida do ser, trata-se de reconciliar o homem dilacerado consigo mesmo, trata-se de resolver as antinomias das quais sofremos e que fazem o jogo de todas as forças repressivas: antinomia entre o sonho e a realidade, entre a loucura e a razão, entre a arte e a vida. Longe de ser uma negação da realidade, o surrealismo é a superação desta realidade mutiladora. O surrealismo é aspiração a mais realidade. A verdadeira luz é a luz do dia MAIS a da noite, a luz surreal”. (COURTOT in PONGE, 1992, p. 43)

Assim, compreende-se que o surrealismo não foi só a escrita, pintura e escultura do sonho e inconsciente, que trazia à tona a verdadeira face do indivíduo, mas também um manifesto do descontentamento dos artistas com a sociedade e sua forma de convívio, onde a “realidade mutiladora” tem muito a ver com o processo histórico que estavam vivendo nas décadas de 1920 e 1930. Durando aproximadamente 50 anos, é consenso de que seu auge se deu nesse período entre a primeira e a segunda guerra mundial, que segundo Cathrin Klingsöhr-Leroy,

No entanto, a análise dos fatos históricos mostra que, embora sempre houvesse artistas cujas obras foram inspiradas no surreal, no transcendental, no irracional ou no absurdo, o surrealismo só se abre para uma compreensão mais precisa quando considerado como um movimento artístico ligado a uma época específica, principalmente aos anos transcorridos entre as duas guerras mundiais. (LEROY, 2004, p. 6, tradução nossa)³

Ou seja, para que o surrealismo faça sentido, é necessário ligá-lo a um período histórico, necessariamente ao período enfrentado entre as grandes guerras. Por isso trata-se o surrealismo com o verbo no passado: embora ele ainda exista⁴ com características parecidas ao da época, é importante lembrar que ele é um conceito vinculado ao seu tempo

² Embora haja controvérsias de artistas e autores a essas características, denomina-se de “movimento artístico e filosófico” de forma mais geral respeitando a didática e evitando a dispersão do tema.

³ “Sin embargo, el análisis de los hechos históricos evidencia que, aunque siempre hubo artistas cuyas obras se inspiraron en lo onírico, en lo trascendental, en lo irracional o en el absurdo, el surrealismo sólo se abre a una comprensión más precisa cuando se considera como un movimiento artístico vinculado a una época determinada, concretamente a los años transcurridos entre las dos guerras mundiales”.

⁴ Produções artísticas das mais variadas ainda são denominadas com o mesmo conceito por terem características em comum e se inspirarem no trabalho dos surrealistas, inclusive alguns artistas brasileiros, como: Nah Sihng, Nelson Maravalhas e Rafael Silveira.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

histórico de surgimento. E não só para que faça sentido a percepção do leitor do século XXI, mas a vinculação do movimento à história também é considerado uma das suas principais características: “A especificidade do surrealismo—que não é uma vanguarda— está determinada através de quatro critérios fundamentais: a) atividade coletiva, b) duradoura, c) **ligada à história contemporânea**, d) e isenta de preocupação proselitista.” (SCHUSTER in PONGE, 1989, p. 108, **grifo nosso**)

Para que a crítica a sociedade ocidental europeia fosse feita e o indivíduo fosse valorizado através da arte, os surrealistas se apropriaram⁵ das teorias do médico neurologista e psiquiatra Sigmund Freud, muito famoso por ser considerado o criador da psicanálise, que é definida como um ramo clínico teórico que procura entender o funcionamento da mente humana através do inconsciente dos pacientes, que é onde está todos os desejos, sentimentos e experiências do indivíduo e que geralmente não aparece quando se está acordado e consciente de todas as suas ações. Sendo assim, se considera o inconsciente como a parte adormecida do cérebro que surge à superfície através dos sonhos e da hipnose, além de súbitos aparecimentos no dia a dia, que duram poucos segundos, por exemplo.

Neste sentido, a primeira preocupação de Breton e de seus amigos foi de percorrer um continente cuja existência fora revelada por Freud: o subconsciente. Iniciam sua exploração em 1919, com a descoberta da escrita automática por Breton; e este recurso, acrescentam, em 1922, o sono induzido — hipnótico ou auto hipnótico— e os relatos de sonhos. (PONGE, 1992, p. 58)

Esse encantamento pelas teorias de Freud sobre o inconsciente aparece para muitos artistas surrealistas e é uma das bases do movimento, encontrada na definição oficial do surrealismo, escrito por André Breton.

SURREALISMO, s.m. Automatismo psíquico puro pelo qual se propõe exprimir, seja verbalmente, seja por escrito, seja de qualquer outra maneira, o funcionamento real do pensamento. Ditado do pensamento, na ausência de todo o controle exercido pela razão, fora de toda a preocupação estética ou moral. ENCICL. *Filos.* o surrealismo repousa sobre a crença na realidade superior de certas formas de associações desprezadas antes dele, na onipotência do sonho, no desempenho desinteressado do pensamento. Tende a demolir definitivamente todos os outros mecanismos psíquicos, e a se substituir a eles na resolução dos principais problemas da vida. (BRETON, 1924, p.12)

⁵ Há certa discussão no meio acadêmico artístico de que o surrealismo nunca chegou a acessar o inconsciente de fato, como propunham. A crítica direcionada ao surrealismo é de que eles alteravam a percepção de inconsciente de Freud, pois o mesmo não poderia ser acessado por mecanismos pensados pelo artista; ele tem que ser livre e fluir sem a interferência de mecanismos de fora. Salvador Dalí, através de seu método paranoico-crítico, por exemplo, buscava acessar seu inconsciente de forma ativa, transformando a tarefa em algo desvinculado da psicanálise. Embora não caiba a discussão do artigo, é uma reflexão importante para o assunto.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Dessa forma, os artistas buscavam seu inconsciente para a produção de suas obras, pois acreditavam que é só no seu “eu” adormecido que se encontrava a verdadeira face do indivíduo, pois no estado inconsciente o ser não é afetado pelas regras de comportamento instituídas pela sociedade. Ao acessá-lo, os artistas buscavam produzir uma arte livre de pressões sociais e muito crítica às mesmas.

O surrealismo é sobretudo, e antes de tudo, um certo estado de espírito. Um estado de insubmissão, de negatividade, de revolta, que retira sua força positiva erótica e poética das profundezas cristalinas do inconsciente, dos abismos insones do desejo, dos poços mágicos do princípio do prazer, das músicas incandescentes da imaginação. (LÖWY, 2018, p. 13-14)

Essas pressões sociais citadas são a questão chave para compreender essa ligação entre a psicanálise e o surrealismo, e só pode ser respondida através do estudo do período histórico de auge dos dois movimentos, que coincidentemente (ou não) foram muito próximos. Já nesse período, Sigmund Freud escrevia sobre o mal-estar na civilização, lançando uma obra com o mesmo nome em 1930. Nesse livro, o autor discorre sobre as causas do descontentamento generalizado que assolava parte da população nesse mesmo período, explicado de grosso modo abaixo.

O “descontentamento” da população é percebido por Freud como a impossibilidade do indivíduo de suprimir os seus desejos. Embora o desejo possa ser debatido com inúmeras características e percepções dele⁶, considera-se para este artigo a ideia do psicanalista de que o desejo é guiado pela libido e pela agressividade do ser. Esses dois conceitos são usados por ele para dar sentido àquilo que movimenta o ser humano em busca da felicidade: “o programa do princípio do prazer estabelece a finalidade da vida” (FREUD, 2011, p.20).

Assim, entende-se que a felicidade vem da satisfação repentina de necessidades reprimidas (que ficam guardadas no inconsciente), e que por natureza é episódico. E quando a situação de satisfação tem um prosseguimento, uma periodicidade, resulta no chamado “bem-estar”. Mas porque as necessidades libidinosas e agressivas do indivíduo são reprimidas? Para a teoria freudiana, tem relação com a construção da civilização. Antes das normas de conduta criadas pela sociedade, os sujeitos eram subordinados às vontades do mais forte e poderoso da comunidade, e isso poderia resultar nas mais diferentes hostilidades em favorecimento de uma pessoa só ou grupo.

Pensando no conhecimento geral, as normas e instituições criadas pelo ser humano são necessárias para a instalação da ordem e da segurança de uma sociedade, criadas para proteger as pessoas das ameaças que podem vir a fazê-los sofrer, ou que não tem a ver com a vontade do líder ou grupo no poder. Porém, algumas dessas “ameaças” tem a ver com aquilo que, em sua individualidade, poderia fazer o ser feliz, cerceando assim as liberdades subjetivas de cada um (exemplo dado por Freud é a homossexualidade). Não podendo

⁶ Para quem tiver interesse, sugere-se a leitura da obra de Jacques Lacan. Como: LACAN, Jacques. (1964). Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998 a. (O seminário – livro onze). Para uma visão mais geral sobre sua obra completa, recomenda-se a dissertação de Cláudio Limeira. LIMEIRA, Cláudio de Souza. Psicanálise e Surrealismo: uma análise lacaniana do método paranóico-crítico de Salvador Dalí. 2010. 83 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

realizar esses desejos devido a pressão das normas sociais instituídas, uma sensação de infelicidade paira sobre o indivíduo e tem o poder de se manifestar em todas as pessoas que sofrem com o mesmo tipo de censura, provocando assim um sentimento de mal-estar generalizado em uma sociedade.

E dessa forma se caracteriza a sociedade europeia no entre guerras, pautada por regras de conduta que forcem um comportamento que nem sempre condiz com aquilo que o indivíduo deseja em seu inconsciente. E esse sentimento captado pelos artistas os levam a adquirir a teoria freudiana do inconsciente e transportá-la para suas obras, a fim de buscar uma saída para o mal-estar da sociedade. Assim como traz David Batchelor, o surrealismo não só serviu para questionar normas comuns de comportamento da sociedade, mas também,

O manifesto tem sido frequentemente lido como uma crítica generalizada à racionalidade, ou a racionalidade burguesa, em prol do que Breton chamava de “maravilhoso” - uma celebração do irracional, do fantástico e dos sonhos. Mas mesmo uma rápida leitura da passagem anterior indica claramente que Breton tinha algo mais específico em mente quando condena, não a “racionalidade”, mas “o **racionalismo absoluto** que ainda está em voga”. Como já mencionei anteriormente, a expressão “chamado à ordem” na França do pós-guerra foi enfática na sua invocação da disciplina, da mente clara e da racionalidade do espírito francês. Parece que foi muito mais essa série de ideias, exemplificada por Jeanneret como razão fria, que forneceu um contexto amplo para as críticas de Breton. (BATCHELOR in CARNEIRO; CROCI, 1998, p. 50, **grifo nosso**)

O fascismo, que embora tem sido revisado sem parar nos últimos anos, não possui um consenso sobre o que é e o total de suas características. Portanto, utiliza-se aqui uma definição clássica de que fascismo é um movimento político, econômico e social que adquire forma visível com a ascensão de Benito Mussolini ao governo da Itália no ano de 1922. Suas características são diversas, e conforme analisa Mario Sznadger (1998), podem ser resumidas em: ideologia política com base filosófica e cultural, nacionalismo extremo, violência, ausência de aliança entre classes, intolerância naturalizada etc.

Para compreender a relação entre os conceitos trazidos na pesquisa com o fascismo, é importante pautar a discussão nas características de nacionalismo extremo e intolerância naturalizada. Para que o Estado conseguisse transmitir seus ideais fascistas pela população, era necessário criar um sentimento de unidade entre as pessoas, também conhecido como nacionalismo, que é a defesa da nação-raça acima de tudo.

O fascismo, centrando-se na importância e na primazia do poder político, não admite as discussões que podem fazer prevalecer a razão. Entre outros motivos, isso acontece porque as verdades do fascismo não são necessariamente de origem racional, mas basicamente porque o fascismo não reconhece o direito natural à vida (o direito humano básico), nem o direito à integridade física e todas as liberdades que derivam disto, mas propõe uma visão orgânica na qual o bem-estar do indivíduo está subordinado ao da comunidade (nação-raça) e às leis que esta desenvolve ao longo da história e impelem seu bem-estar, mesmo que para consegui-



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

lo seja necessário o sacrifício individual. (SZNAJDER in CARNEIRO; CROCI, 1998, p. 32).

Ou seja, o “racionalismo absoluto” criticado por André Breton não é a razão identificada pelos iluministas como principal meio de compreensão do mundo, onde o indivíduo é o centro, mas sim a visão deturpada da “verdade”, criada pelos fascistas para ajudar a defender seus interesses e do Estado, ignorando os desejos do indivíduo.

Junto dessa discussão vem a intolerância, como uma espécie de derivação dessa repressão às vontades individual em favor do Estado. Como diz Mario Sznajder, “a tolerância pode ser definida como a aceitação do diferente ou da validade do diferente” (1998, p. 31), exaltada pelos iluministas como princípio moral e compreendida pela política como o respeito às ideias, à liberdade e à autonomia. Porém, como a característica citada anteriormente mostra, o fascismo tende a ignorar a liberdade individual em favor à soberania da nação. Assim,

Os críticos do fascismo, a oposição política, os “parasitas”, os inimigos internos- ou células inassimiláveis ao corpo nacional, nas visões mais biológicas- são excluídos e sofrem a intolerância. Em visões e situações extremas (...) são eliminados, destruídos, assassinados. (SZNAJDER in CARNEIRO; CROCI, 1998, p. 32).

Até então, os movimentos artísticos surgiam com outras propostas de intervenção. Conforme afirma David Batchelor,

Deve haver muitas razões para que um determinado grupo de artistas, poetas, escritores e outros se organizassem dessa forma. E diferentes indivíduos devem ter sido atraídos para cada grupo por diferentes motivos. Sem dúvida, o propósito mais frequente era alcançar uma posição pública externamente e em oposição às formas convencionais de legitimação intelectual e institucional. A adesão há um grupo deve também ter servido artistas pouco conhecidos como uma forma de tornar se visíveis aos curadores, críticos etc., quando do contrário teriam permanecido na obscuridade. Em relação aos anos 20, o que se afigura é que a formação de grupos independentes radicais servia a ambos os propósitos: da mesma forma que representavam um posicionamento fora das normas e dos padrões de legitimação estabelecidos, podia também representar um degrau do alcance de uma carreira artística mais ortodoxa. (BATCHELOR in CARNEIRO; CROCI, 1998, p. 19)

Ou seja, compreende-se a importância do surrealismo e sua conseqüente ligação com a psicanálise no período entre guerras quando se entende que havia um processo fascista em curso, onde suas ideologias estavam sendo propagadas pela Europa há um bom tempo. Sendo assim, o nacionalismo exacerbado e a intolerância já estavam em processo de assentamento no pensamento europeu. Essas características eram violentas aos desejos do indivíduo, reprimindo ao inconsciente seu verdadeiro eu, causando no mesmo o sentimento de mal-



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

estar e, conseqüentemente, era propagado à todas as pessoas que também eram reprimidas desse jeito.

Assim, compreende-se como o surrealismo foi necessário entre as décadas de 1920 e 1930 e o porquê da ligação com a psicanálise, considerando como uma resistência indireta ao fascismo. Não significa que os artistas soubessem que estavam combatendo o fascismo através da sua arte, mas sim, que suas características foram sendo criticadas pelos surrealistas porque os mesmos perceberam isso estava desencadeando um processo de esquecimento do indivíduo, e isso gerava sequelas na sociedade, como o “mal-estar”, identificado por Freud em suas obras.

Dessa forma, entende-se que sem a repressão das liberdades individuais através de leis e regras impostas pelos Estados de ideologia fascista em favor da nação nas décadas do entre guerras, não seria necessária uma arte que buscasse a exaltação do indivíduo e de seus desejos.

Se vivemos num mundo que se transformou, como tão bem demonstrou Max Weber, numa verdadeira jaula de aço – ou seja, uma estrutura reificada e alienada que encerra os indivíduos nas “leis do sistema” como numa prisão -, o surrealismo é o martelo encantado que permite romper essas grades para ter acesso à liberdade. (LÖWY, 2018, p. 13)

Diante disso, conclui-se esta breve pesquisa com a citação de Michael Löwy, onde, em tempos de censura aos artistas, às manifestações de arte, museus e galerias de exposição, de desvalorização das humanidades e das artes, a sociedade precisa lembrar que a arte resiste— seja conscientemente ou não.

Referências bibliográficas

BERNARD, Edina; ANGLADA, Marta Marín. **Las vanguardias: (1905-1945)**. Barcelona: Larousse, 2008.

BRETON, André. **Manifesto do Surrealismo**. 1924.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Frederico. **Tempos de fascismos: ideologia, intolerância, imaginário**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

KLINGSÖHR-LEROY, Cathrin. **Surrealismo**. Madrid: Taschen, 2004.

LIMEIRA, Cláudio de Souza. **Psicanálise e surrealismo: uma análise lacaniana do método paranóico-crítico de Salvador Dalí**. 2010. 83 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

LÖWY, Michael. **A estrela da manhã: surrealismo e marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2018.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

PONGE, Robert (Org.). **Surrealismo e novo mundo**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.



A LUTA PELA TERRA NA REGIÃO CENTRO SUL DO PARANÁ **(1940 – 1970)**

ANA CRISTINA HAMMEL¹

Resumo: O presente trabalho parte de um processo de investigação sobre a luta pela terra na região centro sul do Paraná, entre os anos de 1940 a 1970 que culmina redefinição da cartografia agrária e territorial que compreende uma região com altos índices de concentração fundiária, com produção de commodities, sobretudo soja, madeira, trigo e milho; mas também em grandes áreas de reforma agrária, seja em ocupações realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), construídos por posseiros e arrendatários, remanescentes de quilombos e de povos indígenas. Como parte da pesquisa foram analisados 13 processos civis interpelados no Fórum de Laranjeiras do Sul entre os anos de 1955 a 1967, que remetem à conflitos agrários e litígios de áreas dos imóveis: Fazenda Laranjeiras, Passo Liso, Guarani, Andradas e Colônia Adelaide. Chama à atenção a grilagem de terra com o respaldo e a conivência do governo do Estado do Paraná. São exemplos as disputas que envolvem os questionamentos jurídicos realizados sobre a venda de terras no imóvel Colônia Adelaide, no município de Guaraniaçu, referentes às glebas 6A e 6B, compreendendo uma área de 7.718 hectares de terras. Nessas áreas viviam 6.624 pessoas, em pequenas posses, expulsas pelo governador Moyses Lupion, que vendeu essas terras a terceiros, sendo que boa parte dela à empresa Comércio, Indústria e Exportação de Madeira (FEGA). A Colônia Andradas é outro exemplo de disputa entre o Estado do Paraná e a empresa de construção de estrada de ferro Braviaco, que questionava a nulidade do registro dessa área que correspondia a esse imóvel e outros no Estado do Paraná. Como resultados dos processos foi possível constatar que houve a expulsão de trabalhadores e a formação do latifúndio.

Palavras Chaves: Luta pela terra; Grilagem; Estado e Poder.

Introdução

A região Centro-Sul do Paraná compreende um conjunto de 29 municípios, com uma área de 26.426 Km² e uma população de 544.358 habitantes². A maioria destes municípios foram criados num período histórico recente, década de 1990, isso revela uma colonização também recente considerando o histórico nacional. Até os anos de 1900 essas terras pertenciam aos chamados campos de Guarapuava, uma vasta região onde a principal atividade comercial estava centrada na criação de gado. Esse texto é composto a partir da pesquisa desenvolvida no processo de doutoramento do Programa de História, na Unioeste Marechal Cândido Rondon, cujo foco é a história de dois imóveis conhecidos como *Pinhal*

¹ Estudante do Programa de Doutorado em História da Unioeste, Campus Marechal Cândido Rondon.

² <https://www.cidade-brasil.com.br/mesorregiao-do-centro-sul-paranaense.html>, acesso em 11/02/2019.



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Ralo e Rio das Cobras, que compreendem 5 municípios dessa região, a saber: Laranjeiras do Sul, Rio Bonito do Iguaçu, Quedas do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu e Nova Laranjeiras. A pesquisa revela uma dentre outras coisas o poder das elites agrárias e das ações do Estado brasileiro.

No caso deste texto algumas questões serão trabalhadas com mais afinco pois revelam ações dos governadores paranaenses em favor do latifúndio e da concentração na região. Os dados da economia regional divulgados pela Secretaria de Estado da Agricultura (SEAB-PR) e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) refletem que a principal fonte econômica vem da exploração dessas terras pelo cultivo de *commodities* para exportação, principalmente soja, milho e trigo, outra fonte de renda dos grandes fazendeiros é o comércio de madeira e do gado de corte.

A madeira vem sendo explorada desde o século XIX, juntamente com a erva mate e as safras de porcos. Essas terras serviram como criadouro e como ponto de paragem para as tropas vindas do Rio Grande Sul com destino a Sorocaba –SP, a fim de alimentar uma nação com sede de ouro nas Minas Gerais e uma Corte formada por fidalgos usurpadores dos recursos naturais das terras tupiniquins.

Os campos de Laranjeiras como ficam conhecidas essas terras entre os rios Cavernoso, Piquiri e Iguaçu são compostos nesta época por uma densa floresta, de difícil acesso, cuja colonização da Coroa portuguesa era quase que inexistente, salvo por alguns bandeirantes aventureiros que se desafiavam a adentrar nessas matas. Isso demarca por outro lado o avanço dos argentinos e paraguaios na extração da erva mate, produto super valorizado até meados do século XX.

Wachowicz 1995, Freitag 2012, Leite 2012, Myskiw 2011, Pontarolo 2011 e 2019, dentre outros autores sistematizam o processo de colonização da região centro sul paranaense e revelam uma questão agrária ainda latente.

A questão da terra irá permear toda a ocupação portuguesa dessa região, desde a expulsão das obragens e dos trabalhadores que exploravam os ervais em condições precárias (MUSSOI, 2015) de trabalho, moradia, alimentação e comunicação, num regime de dependência do senhor da obra. Essa população em contato com os indígenas locais e com aqueles que ainda permaneciam na região após a extinção das reduções jesuíticas em meados do século XVIII foram abrindo espaços nas matas e constituindo uma estrutura de comércio e de vida nestes locais. Antônio Myskiw (2011) ao estudar a fronteira e as instalações de colônias militares as margens do rio Iguaçu até o rio Paraná sistematiza vários relatos sobre essas populações. Ganham destaques o número de estrangeiros argentinos e paraguaios trabalhando nas obragens, os quais não estabeleciam moradias, viviam em acampamentos e se deslocavam entre os rios Iguaçu, Piquiri e em vapores pelo rio Paraná (ROMPATTO, 2016).

Assim, a colonização da região Centro-Sul do Paraná é a expressão de múltiplos fatores, sujeitos sociais e lutas de classe, dentre eles destacamos: a resistência de indígenas expulsos do seu território originário e vital ao modo de vida, empurrados mata a dentro, para terras ainda não colonizadas, ou esporadicamente exploradas; de trabalhadores pobres ou expropriados e despossuídos em busca de terras para plantar; de pessoas que cometeram alguns delitos onde viviam e optaram por fugir do local como forma de estarem fora do alcance da lei ou de outras práticas que os colocassem em risco; e de escravos fugitivos e/ou



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

alforriados. Enfim, homens e mulheres obrigados (crianças, jovens, adultos e idosos) a enfrentar situações sob as quais não tinham domínio.

A abertura de posse foi, na maioria das vezes, a forma como esses trabalhadores se estabeleceram na região. Nas pesquisas realizadas para escrita do texto da tese, os relatos de viajantes, registros nas igrejas e mais recentemente em cartórios e textos dos pesquisadores sobre a colonização da região demonstram que a disputa por estas terras na fase inicial da colonização portuguesa foi entre a população de indígenas, trabalhadores pobres e os grandes fazendeiros, sesmeiros dos campos de Guarapuava que procuravam expandir seus domínios explorando os ervais, madeira nativas e os campos para criação gado. A Lei de Terras de 1850 obrigou toda essa população a constituir um registro para que se tornasse proprietário dessas áreas, sendo necessário a comprovação de posse, seja pela cessão de uso pela Coroa portuguesa, ou de posse efetiva a mais de dez anos. Para Márcia Motta (2008) a definição de posse e de terras devolutas era fundamental no processo de regularização das terras na região, isso implicou para aqueles que conseguiam acesso ao debate jurídico à condição de proprietário. Permearam os intensos debates a posse de boa e má fé (MOTTA, 2008) e o próprio conceito de posse e posseiro.

Analisando os conflitos de terra no Brasil no século XIX, sobretudo no que se refere à posse das terras devolutas, Márcia Motta (2008) demonstrou a rede de poder e de situações criadas para impedir a propriedade da posse. Entre os exemplos descritos pela autora ela ressaltou que:

Era fundamental que o fazendeiro impedisse que seus subordinados ocupassem, sem sua autorização, pequenas parcelas de terras; isso significava o questionamento potencial da extensão da área pertencente ao fazendeiro. Por isso, era preciso, de imediato, que os pequenos posseiros fossem identificados como invasores, usurpadores da terra alheia, ou ainda, como elementos ingratos que, desrespeitando o senhor de terras, haviam feitos atos possessórios em terrenos que não eram seus (MOTTA, 2005, p. 84).

Logo após a promulgação da Constituição de 1891, o Paraná criou a Lei de Terras paranaense nº 68 DE 20/12/1892, esta a definiu como terras devolutas:

§ 1º. As que não estiverem aplicadas a algum uso público federal, estadual ou municipal.

§ 2º. As que não estiverem no domínio particular por título legítimo, nem forem havidas por sesmaria ou outras concessões do Governo, não incursas em comissão por falta de cumprimento das condições de mediação, confirmação e cultura.

§ 3º. As que não constituem sesmarias ou posses que, apesar de incursas em comissão ou não, se fundarem em título legal, forem revalidadas ou legitimadas por esta lei.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

§ 4º. As que fazem parte de concessões feitas pelo Governo Federal, depois de 15 de novembro de 1889, que forem declaradas caducas por falta de cumprimento de qualquer das condições com que foram concedidas. (PARANÁ, 1982)

Muitos dos imóveis dos campos de Laranjeiras do Sul se encontravam em alguma destas situações, o que gerou conflitos entre pequenos posseiros, a União, o Estado do Paraná e as empresas madeireiras na região. Um reflexo disso eram os embates pela posse de terras na Colônia Adelaide e nas terras da Fazenda Laranjeiras.

Até metade do século XX entre os anos de 1930 a 1950, grande parte dessas terras não apresentava demarcações e registros, sendo que algumas estavam imersas numa disputa entre o Estado a União devido a doação de vasta área como pagamento pela construção da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande do Sul (EFSPRS).

O território federal do Iguçu, assim como a criação de outros territórios federais no país tem como justificativa a defesa das faixas de fronteiras e as ameaças ao território brasileiro. Embora haja discordância dessa versão Arno Mussoi (2015) transcreve a partir de relatórios oficiais que na área de fronteira até 1924 foi registrada uma população local de:

212 paraguaios, 95 argentinos, 9 brasileiros, 5 franceses, 2 espanhóis, 1 inglês. A maioria deles trabalhava nas obras colhendo, cortando e transportando erva-mate e madeira até a Argentina através dos portos do rio Paraná. César Martinez, secretário de instrução pública do Estado, em viagens aos sertões de Foz do Iguçu, realizada em 1924 relata a influência argentina e paraguaia já a partir de Guarapuava que se acentuava em Catanduvas: pelo caminho, a partir do depósito central, encontramos turmas de paraguaios, sempre de faixa vermelha e facão na bainha, que cuidam de reparos. Receamos errar o caminho e por isso pedimos, em toda parte, informações que nos são fornecidas sempre em espanhol. [...] o estado de abandono em que se encontrava a região, a penetração e exploração econômica argentina e o trabalho praticamente escravo existente no latifúndio, demonstra a desnacionalização, a língua corrente era o guarani e o espanhol e o dinheiro corrente era o peso argentino (MUSSOI, 2015, p. 26-27).

Para Arnaldo Bach (2009), mais que a preocupação com as fronteiras, havia a intenção de abrir novas fronteiras para que os colonos do Sul pudessem adquirir novas posses, com inúmeras facilidades propiciadas pelo governo federal. É importante destacar que Getúlio Vargas foi um grande estancieiro gaúcho, com fortes compromissos políticos com seu Estado.

Getúlio Vargas tinha outros planos para a região. Sua idéia era criar um território federal na chamada Fronteira Guarani, aglutinar as terras do oeste de Santa Catarina, sudoeste e oeste do Paraná, criando um novo Estado. O projeto de Vargas foi liderado por capitalistas gaúchos que pretendiam realizar vantajosos negócios imobiliários. Planejavam também enviar para a região o excesso de mão-de-obra agrícola no Rio Grande do Sul.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Portanto, o Território Federal do Iguaçu seria uma extensão cultural do próprio Rio Grande do Sul, além de mercado garantido para seus produtos. Também gaúcho, Getúlio Vargas interessou-se pelo projeto. [...] As concessões da BRAVIACO, segundo Getúlio Vargas, deveriam reverter ao governo federal para, em seguida, serem repassadas aos capitalistas gaúchos. Assim, o decreto nº 300 do governo paranaense atrapalhou os planos que detinham o poder federal (BACH, 2009, p. 223).

Vale destacar que somente com a mudança da Constituição em 1937 foi possível a instalação do território, pois segundo a legislação anterior essa responsabilidade era dos estados. Em relação à desapropriação das terras da Braviaco, herdeira das posses da antiga companhia Rio Grande – São Paulo, o estado do Paraná se antecipou e fez a desapropriação em favor de estado pelo Decreto nº 300 de 1930. (MUSSOI, 2015).

O território Federal do Iguaçu representou para os municípios que o compreendia sua extensão territorial alguma forma de presença efetiva do Estado nessas terras, foi construída estradas de acessos, políticas de saúde, educação e outras políticas sociais, apesar de sua curta duração rechaçada principalmente pelos governos do Paraná e Santa Catarina que haviam perdido parte de seus domínios com a criação do território. Laranjeiras do Sul passa a ser Iguaçu, capital do território, são construídas casas, palácio do governo, dentre outras estruturas que demandam a gestão de um Estado organizado. Nos relatos de Arno Mussoi (2015), está presente a dificuldade de encontrar trabalho especializado para vir para região.

O mapa da ocupação do Paraná de 1940 (figura 27) ilustra as mudanças ocorridas no período. O Território Federal do Iguaçu foi criado em 1943, pelo decreto nº 5.812, de 13 de setembro de 1943 (MUSSOI, 2015, p. 51), sendo extinto em 18 de setembro de 1946 (MUSSOI, 2015, p. 121). Ele teve importância considerável na organização das estruturas em toda a região Oeste, Sudoeste e Centro-Sul paranaense e também do Oeste de Santa Catarina.

Em relação a legalização das terras e da vinda dos migrantes, principalmente do Rio Grande Sul o relatório de governador Trotta de 1946, transcrito por Arno Mussoi (2015) apresenta o que chama de “situação caótica”, pois na própria capital, Laranjeiras do Sul/Iguaçu “ninguém sabe a quem pertence os lotes de terras”, essa situação se estende por todo o território “em Pato Branco durante a visita do governador, os colonos manifestavam-se com faixas clamando pela legalização das terras distribuídas no interior de Clevelândia”. (MUSSOI, 2015, p.90).

O mapa construído por Arnaldo Bach demonstra a ocupação dessas terras a partir de 1940, com a criação de vários núcleos de povoamento, o que reflete um grande fluxo de migração para essa região.

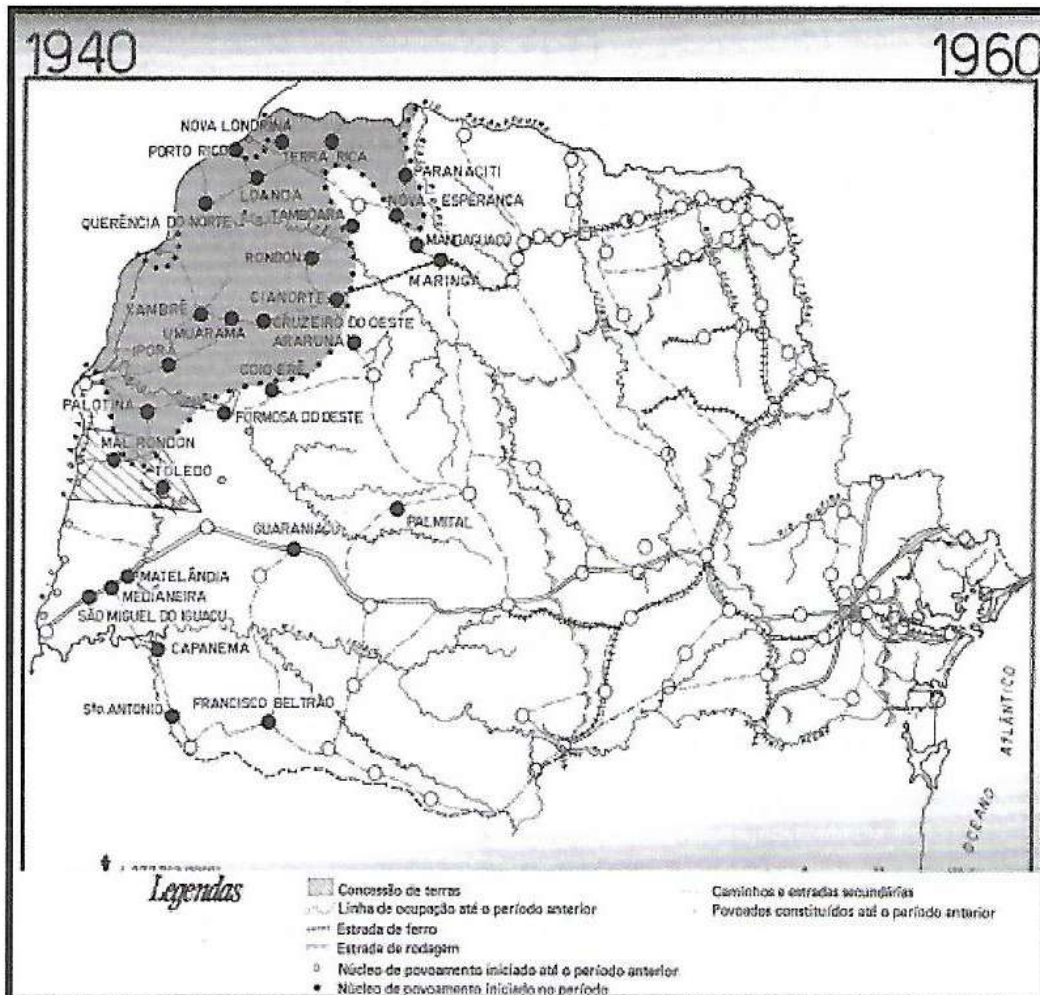
Esses trabalhadores chegaram na região a partir da década de 1950, 1960 e 1970, vindos principalmente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, denominados colonos, descendentes de imigrantes italianos, alemães e poloneses trazem uma nova forma de produzir na terra e outra relação com a natureza.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Figura 1. Mapa do Paraná: Ocupação



Fonte: Bach, 2009, p. 193.

Essa população deslocada para a região, ao chegar confronta-se com os caboclos como foram denominadas as populações simples dessa terra, os quais se caracterizavam pela sua relação muito próxima com o ambiente em que viviam, extraindo dele quase tudo que precisavam, as relações de comércio eram feitas na “base da confiança”. Paulo Pinheiro Machado a partir das pesquisas realizadas identificou que o caboclo era reconhecido como:

O habitante pobre do meio rural era apontado como homem mestiço ou homem de origem indígena e/ou africana, mas com característica principal desta palavra é que distingue uma condição social e cultural, ou seja, são caboclos homens e mulheres pobres, pequenos lavradores, posseiros, agregados ou peões que vivem em economia de subsistência [...] desta forma, há brancos caboclos, inclusive descendentes de alemães e poloneses acabocladados (MACHADO, 2012, p. 116).



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

A promessa de terras férteis e de fácil aquisição chamou atenção de uma leva de migrantes que procuravam novas terras para produzir, e também de empresas madeireiras interessadas em explorar a região.

Nos anos de 1950 a 1960 durante o governo de Moisés Lupion as negociatas de terra e favorecimento aos grandes fazendeiros e empresários demarcaram a questão da terra no Paraná. Nos registros da Casa Civil do Paraná no que se refere ao governador está escrito que

Seu discurso de candidato foi a de construir um Paraná maior. Política de planejamento, de ocupação de esforços territoriais e de integração geoeconômica. O início da cafeicultura coincide com a expansão da indústria madeireira, atraindo para o Paraná, sucessivas correntes migratórias. assegurou o desbravar do norte e do oeste do Estado, embora a turbulência desse processo colonizador e projetou estradas capazes de viabilizar um excelente plano viário. Na área social, a que deu ênfase, criou a Casa do Trabalhador, a Caixa de Habitação Popular, a Casa do Estudante Universitário e outras entidades similares. Voltou ao governo em 1955. (Casa Civil do PR, 2019).

Cabe registrar também que, segundo dados de Ricardo Abramovay (1981) o governador era sócio/proprietário da Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA) que durante os anos de 1940 a 1960 expulsou camponeses da região centro oeste e sudoeste do Paraná em nome de um doação/roubo de terras em consonância com o governo federal, respaldado pelo então Juscelino Kubitschek.

São dessa época também os vários processos protocolados no fórum de Laranjeiras do Sul, destes analisamos 14 processos civis interpelados entre os anos de 1955 a 1967, que remetem a conflitos agrários em áreas dos imóveis: Fazenda Laranjeiras, Passo Liso, Guarani, Andradas e Colônia Adelaide.

A maioria das ações é de interdito proibitório e a alegação principal é a invasão da posse. No caso do imóvel Colônia Adelaide, localizado no município de Guaraniaçu, desmembrado de Laranjeiras do Sul, em 1951, o governador Ney Braga, em 19 de agosto de 1961, anulou todas as medições e expedições de títulos realizadas em 1959, durante o governo de Moyses Lupion. Algumas questões desencadeadas na região são fundamentais para entender a luta dos trabalhadores, que também estão presentes na luta dos indígenas, dos quilombolas e dos Sem Terra que ainda lutam por terra. O histórico desses imóveis suscita diferentes formas de grilagens praticadas pela política de colonização paranaense desde o início do século XIX com ascensão em meados do século XX, sobretudo daquele governador.

A madeireira FEGA – Indústria e Exportação de Madeiras, uma grande empresa com sede na cidade Itajaí/SC entre os anos de 1959 e 1961, pagou mais 8 milhões de cruzeiros pelas terras, referentes aos lotes: Gleba 6, parte 2 ou B, totalizando mais de 30 mil metros. Outros exemplos são o caso da madeireira Giacomet Marodin, com terras em pelo menos dois imóveis da região.

Com a eleição do governador Ney Braga são cancelados todos processos de venda e de mediação efetuados durante o governo anterior, a principal alegação é que a medição não



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

respeitou a legislação, feita por aerofotogramétrico, desconsiderando mais 6.624 pessoas que viviam em pequenas posses, com culturas efetivas. Esse processo judicial se arrastou por mais de cinco anos e acabou com a perda e o pagamento de indenizações pelo Estado do Paraná as empresas e pessoas que haviam comprados essas terras.

O Estado, com seus diferentes aparelhos se configurou como um sujeito presente nas relações, em favor do fazendeiro, donos de terras e das madeireiras, que constituíram a presença do latifúndio na região. Essa ação do Estado agrava a situação de conflitos latentes e a presença dessas empresas acirra a violência na região. A Comissão Pastoral da Terra tem feito a tarefa de registrar esses dados em nível nacional. Alguns dados mais específicos da região foram levantados por Natacha Eugênia Janata (2015) e Marli Rodrigues (2010). Embora o recorte das autoras seja a empresa Giacomet Marodin, elas revelam como a espacialização da luta na região estudada está intimamente ligada à proporção territorial da empresa e a miserabilidade e violência contra os trabalhadores. Os estudos produzidos pelas autoras apresentam as cenas de crueldade, de desaparecimentos e mortes por motivos fúteis, por outro lado as notícias veiculadas nos meios de comunicação da região apresentam outra empresa, “que emprega e contribui para a preservação do meio ambiente e da vida na região”.

Os casos estudados revelam que a questão agrária, ou melhor, a questão da posse e propriedade da terra remete a uma estrutura de poder que perpassa diferentes períodos da história no Brasil, onde o latifúndio estabeleceu cercas que não impediu a organização e a recriação dos camponeses/as. Que superadas as barreiras que impedem o acesso a terra também serão superadas parte considerável da fome, do desemprego e da violência no caso brasileiro.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense. Dissertação.** (Mestrado Ciências Sociais). São Paulo, SP: USP, 1981.

BACH, Arnaldo Monteiro. **Porcadeiros.** Ponta Grossa: Estúdio do Texto, 2009.

FREITAG, Liliane. **Veredas para a história territorial brasileira: práticas que criam o Paraná.** Guarapuava: Unicentro, 2012.

JANATA, Natacha Eugênia. **“Juventude que ousa lutar!”: trabalho, educação e militância de jovens assentados do MST.** Tese (Doutorado em Educação) Florianópolis, SC: UFSC, 2012.

LEITE, Rosângela Faustino. **Nos limites de exclusão: Ocupação territorial, organização econômica e populações livres pobres (Guarapuava 1808 -1878).** São Paulo: Alameda, 2010.

MACHADO, Paulo Pinheiro. O Movimento contestado e a questão da terra. In ZARTH, Paulo A. (org). **História do Campesinato na Fronteira Sul. Porto Alegre: Letra e Vida.** Chapecó: UFFS, 2012.



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

MOTTA, Márcia. **Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. 2ª ed. revista e ampliada.** Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

MUSSOI, Arno Bento. **Território Federal do Iguçu: Perspectiva para o desenvolvimento territorial.** Laranjeiras do Sul: gráfica da Cantu, 2015.

MYSKIW, Antônio Marcos **A fronteira como destino de viagem: a colônia militar de Foz do Iguçu (1988-1907).** Ed. Unicentro. Guarapuava-PR, 2011.

PONTAROLO, Fábio. **Homens de ínfima plebe: os condenados ao degredo interno no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

_____. **Terra, trabalho e resistência na fronteira agrária: história dos “povoadores pobres” em Guarapuava (século XIX).** Tese. (Doutorado em História). Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2019.

RODRIGUES, Marli de Fátima. **Da luta pela educação à educação na luta: memórias, narrações e projetos dos assentados e professores do MST na fazenda Giacomet.** Dissertação (Mestrado em Educação). Niterói, RJ: UFF, 1999.

ROMPATTO, Maurício. **Piquiri o vale esquecido: história e memória da luta pelas terras do grilo Santa Cruz na colonização de Nova Aurora, oeste do Paraná.** Curitiba, PR: Editora CRV, 2016.



EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS: AGRICULTURA E PROPRIEDADE NO BRASIL DO SÉCULO XIX (1850-1889)

ANA PAULA VIEIRA PINTO¹

Resumo: Essa pesquisa visa discutir a relação entre as Exposições Universais, os processos de modernização da agricultura desencadeados no Brasil e seus impactos na definição da propriedade e nos conflitos agrários característicos do século XIX, mais especificamente entre 1850-1889. O foco privilegiado da análise são os relatórios sobre as Exposições Universais anexados aos relatórios do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (MACOP). Da mesma forma, também serão analisados os trechos que tratam da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) presentes nos relatórios do MACOP. A delimitação temporal tem por justificativa a participação oficial do Brasil nas Exposições Universais que aconteceram nos anos de 1862, 1867, 1873, 1876, 1878 e 1889 (houve a preparação para a participação oficial, mas por fim não aconteceu). Também analisamos a importância da construção das Exposições Provinciais e Nacionais, na preparação da participação brasileira nos eventos internacionais.

Palavras-chave: Exposições Universais; agricultura; propriedade.

Introdução

As Exposições Universais do século XIX são as primeiras feiras do progresso, no qual será exposto desde os maiores avanços tecnológicos até os exotismos das várias partes do mundo. Lugar não só de exposição e exaltação do progresso, mas também de negócios. As Exposições Universais são um dos primeiros passos para criação de uma cultura moderna de exposição do desenvolvimento tecnológico. Na atualidade, encontramos exposições das mais variadas temáticas e proporções, desde os grandes centros até os interiores, em toda parte é possível encontrar uma “Expo”. Se focamos nosso olhar para os interiores onde a base econômica geralmente é agroexportadora, essas exposições estão muito próximas da proposta brasileira nas Exposições do século XIX, com o diferencial de uma maior presença de tecnologia avançada.

Esse artigo é resultado de uma pesquisa vinculada ao Projeto História Social das Propriedades e direito de acesso, do INCT Proprietas, com a coordenação da Professora Doutora Márcia Maria Menendes Motta, e orientação do Professor Doutor Marcio Antônio Both da Silva. Tomamos como objetivo geral analisar as possíveis relações entre as propostas de melhoramento da agricultura brasileira, desenvolvidas pelo MACOP, e as exposições universais. Dessa forma, o presente artigo visa contribuir com o debate sobre a propriedade individual – que por vezes é naturalizada –, seus conceitos, suas representações

¹ Graduanda em licenciatura em História, na Universidade do Oeste do Paraná e bolsista da rede de pesquisa PROPRIETAS.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

e seus valores. Visto que pensar os processos de modernização da agricultura também exige conhecer e problematizar as diferentes e possíveis formas de relação e apropriação do espaço territorial.

Os documentos selecionados para análise são compostos pelos Relatórios do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (MACOP), de 1862 a 1889. Compostos por 27 relatórios e 18 anexos, dentre eles relatórios sobre a Sociedade Auxiliadora da Indústria, as Exposições Universais, as Exposições Nacionais, a Propaganda na Europa e afins. Esses documentos foram levantados pelo site do Center of Research Libraries (<http://ddsnext.crl.edu/brazil>). Para a escrita do artigo foram utilizados apenas os relatórios da primeira década de participação brasileira, ou seja, da década de 60.

A delimitação temporal se deve ao início da participação oficial do Brasil nas Exposições, em 1862 até 1889, quando se dá o fim do Império. Levamos em consideração que a mudança de governo desencadeia na não participação oficial do Brasil nas Exposições do ano de 1889. As Exposições Universais tiveram início em Londres em 1851, porém a participação oficial brasileira só se dá em 1862 em Londres, sucedida pelas de Paris em 1867, Viena em 1873 e Filadélfia em 1876; vale mencionar que o país estava se preparando para a participação da Exposição Universal de Paris de 1889.

É importante ter em mente que a adesão do Brasil as Exposições Universais, bem como, a preparação para a primeira Exposição Nacional não foi algo bem planejado – pelo contrário foi de última hora. Tal fato deve-se principalmente pela relutância da elite conservadora do país em aceitar as propostas mais “progressistas”. Indo de encontro a essa prudência, percebe-se alguns sujeitos incentivadores da participação do Brasil, como os sócios mais progressistas da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e D. Pedro II (FERREIRA, 2009, p. 31). Para Ferreira, essa adesão pelo Governo foi uma estratégia política, com intuito de expor a capacidade produtiva do país e os avanços tecnológicos, como uma espécie de projeto modernizador, muito vinculado historicamente a figura do Imperador, segundo a autora:

Ocupar um lugar entre as nações do mundo civilizado era, portanto, muito mais do que uma ideologia política de progresso, constituía-se num conjunto de compromissos assumido pelo Governo imperial a partir da sua inserção num mundo sob a influência mútua de forças do mercado, do industrialismo nascente e da “propaganda em torno do futuro”. (FERREIRA, 2009, p. 34).

Para a participação oficial, foi necessário adotar alguns procedimentos preparatórios, dentre eles destacamos a criação de Exposições Provinciais e Nacionais, com a premiação para os melhores colocados que desencadeia na participação da próxima etapa. Se pensarmos como etapas, as Exposições Provinciais seria a primeira etapa, as quais as províncias sediariam cada exposição, logo, os premiados de cada província eram encaminhados para a próxima etapa – a nacional. Nas Exposições Nacionais, o conjunto dos premiados das províncias concorrerem as premiações nacionais, os “vencedores” são encaminhados para a etapa final – as Exposições Universais. Em cada premiação além de serem encaminhados para a próxima etapa, também recebiam um valor monetário simbólico e um título pela



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

premiação. É válido destacar, que os expositores brasileiros nas Exposições Universais concorriam novamente a premiações.

Nas fontes analisadas fica expresso alguns momentos que representam esses processos, vemos a designação dos locais que sediaram algumas das Exposições Provinciais. Bem como, a necessidade de pavilhões específicos para as Exposições e de uma periodicidade das mesmas, como vemos a seguir:

Designarão-se, pois, as capitães das provincias do Pará, Pernambuco, Bahia, S. Pedro do Sul e Minas-Geraes, para centros expositores, não só dos seus, como também dos productos das provincias circunvizinhas. (MACOP, 1862, p. 14)

Torna-se indispensavel a construção de um vasto edificio destinado ás grandes exposições nacionaes periodicas, e a pequenas exposições permanentes e, além disso, para a collocação dos cursos industriaes, que cumpre estabelecer, e para as sessões de sociedades do mesmo genero. (MACOP, 1864, p.13)

Voltando nosso olhar para o século XIX, além do processo que levou a adesão do Império as Exposições, a participação em si do Brasil tem uma trajetória própria de mudança. Visto que, é possível perceber a transformação das exibições, entre a primeira participação do Império e a última que o Império ajudou a projetar – mas não participou de maneira oficial. Uma vez que, tanto na 1ª Exposição Nacional quanto na 2ª Exposição Universal de Londres, a abordagem brasileira constrói uma exposição que explora a herança dos povos nativos – a fauna e flora exótica brasileira – no qual, “Império se situava mais como a pátria do indígena do que com o território da máquina” (HEIZER, 2005, p. 20). Em contrapartida, na 4ª Exposição Universal de Paris, o Brasil se apresentava – de maneira não oficial – como um país recém “liberto” da escravidão, em teoria cada vez mais perto do progresso e da modernização. Nessa exibição foram escolhidos instrumentos como o Alt-Azimut, idealizado pelo astrônomo francês Emmmanuel Liais, ele era um instrumento óptico associado a estudos de astronomia, que representava: “Um império que se queria “regenerado” sob os signos do progresso, da técnica e do trabalho livre.” (HEIZER, 2005, p. 93).

Ainda é imprescindível dar destaque a participação dos produtos agrícolas nas Exposições Universais, não só por sua essencial presença nas exibições brasileiras ou por ser a principal atividade econômica do país, mas também pelo impacto tecnológico e prático na produção agrícola mundial. Segundo Alba, “Na França, é dentro das seções agrícolas que os republicanos vão sensibilizar o grande público para a necessidade da difusão das inovações técnicas.” (HEIZER, 2005, p. 52). Não somente na França republicana, mas no Brasil imperial essa importância (tanto do desenvolvimento tecnológico, quanto da importância da agricultura) também vai se tornar presente no discurso dos Relatórios da MACOP à Assembleia Legislativa. Chegando a ser possível o capital externo expor nas Exposições Nacionais, para que os produtores que não podem ir as Exposições Universais também tenham acesso à tecnologia estrangeira. Sendo uma questão contrária a função primária das Exposições Nacionais, que é de exposição dos produtos da nação, com o intuito



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

classificatório para as exposições universais. Percebemos esses processos de adaptação nas exposições, para que seja possível se adequar a realidade local, mesmo que isso crie um contraste com a função primária das mesmas.

Das contrariedades: modernidade e agricultura no Brasil do século XIX

As Exposições Universais foram consideradas grandes festas da indústria e do progresso. É difícil imaginar como um país com uma indústria tão embrionária, e com questões sociais bem distantes daquilo que na época se entendia como sinônimo de progresso, como a escravidão, possa fazer parte desse tipo de festividade. Apesar desses contrastes, o Brasil marcou presença em pelo menos quatro dessas Exposições e por meio dos relatórios da MACOP será possível analisar essa questão. Exploramos essas contradições presentes nas fontes associando ao conceito de modernidade trabalhado por Marshal Berman no seu capítulo sobre Marx, em *Tudo que é sólido se desmancha no ar*, no qual, se pensa na volatilidade presente na modernidade e se trabalha com as contradições.

Marshal Berman escreve esse capítulo analisando um Marx modernista, uma abordagem não convencional dos textos de Marx, buscando perceber na frase “tudo que é sólido se desmancha no ar” uma imagem sobre o modernismo. Compreendendo essa imagem quase apocalíptica, a qual expressa bem as contrariedades da sociedade burguesa, como um sintoma dos processos de modernização (BERMAN, 2007, p. 111). Mas como isso se integra à discussão sobre as Exposições Universais? Pois bem, essas grandes feiras do progresso não seriam também sintoma desse modernismo? No ambiente das Exposições Universais é que encontraremos uma ampla diversidade de produtos que são fruto dessa sociedade burguesa, toda essa transformação sendo exposta em diversos stands.

Não tão somente as Exposições Universais em si tinham o fator essencial da transformação e do progresso, característicos do processo de modernização, mas a participação brasileira trazia outro fator característico da modernidade: as contradições. A participação do Brasil soa como contraditória, longe de ser um centro de inovação tecnológica, o Brasil levou desde espécies exóticas da fauna e flora brasileira até minérios e sua produção agrícola. É essencial perceber que a participação brasileira, não se dá pela possibilidade de vender tecnologia, mas justamente o contrário, é a possibilidade de importar tecnologia. No relatório da MACOP de 1868, isso fica bem claro:

Um dos membros da nossa comissão mandou-me de Paris diversos modelos e descrições de machinas de grande utilidade á lavoura. Reconhecendo quanto devemos lucrar com sua aquisição, mandei vir algumas, e a respeito das outras fiz constar aos lavradores, por intermédio da Sociedade Auxiliadora e do Imperial Instituto Fluminense da Agricultura, que o governo se encarregará de suas encomendas, importando-as com mais economia do que se fizesse diretamente. (MACOP, 1868, p. 66)

A importação tecnológica vai ser tão presente no Brasil das Exposições, que vai chegar a adentrar nas Exposições Nacionais. É interessante perceber as contradições



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

presentes nesse fato, pois será permitido em 1867 que se tenha participação de empresas estrangeiras, para que se possa expor o maquinário mais desenvolvido. Logo, as Exposições Nacionais não serão tão nacionais assim, uma vez que, existem outras intencionalidades nelas, que vão para além da exaltação da indústria e do desenvolvimento tecnológico legitimamente brasileiro. Essas intenções tornam-se explícitas no trecho a seguir:

No intuito de promover todos os interesses da lavoura, fonte principal de nossa riqueza, entendeu o governo imperial conveniente, sob proposta da comissão directora, permitir, na exposição nacional, a admissão de machinas e instrumentos de fabricação estrangeira, destinados a facilitar e melhorar os processos de agricultura. (MACOP, 1867, p.90-91)

Para além do interesse na importação de tecnologia, o interesse brasileiro também se desenvolveu na possibilidade de comércio com os demais países participantes das Exposições Universais. Além de uma atmosfera de exaltação das “maravilhas” construídas pela sociedade burguesa, as feiras do progresso também eram um ambiente para negócios. Esse será um argumento importante para a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional na tentativa de convencer os aristocratas mais conservadores, como podemos ver a seguir:

Dos variadissimos productos naturaes do imperio poucos são conhecidos, e, entretanto, susceptiveis de mil transformações industriaes, de applicações mui diversas, pódem servir para argumentarem o bem estar da humanidade, e tornarem-se objecto de um extenso e proveitoso commercio. (MACOP, 1866, p.60)

Podemos lidar com essas negociações como mais uma faceta do Capitalismo Monopolista, pois percebemos quais são as metrópoles que vendem tecnologias e produtos processados e quem são os países periféricos que vendem *commodities*. Berman vai destacar a problemática da mundialização do comercio, percebendo como isso destrói os mercados locais em prol de uma internacionalização do mercado. Apontando que a produção industrial se torna cada vez mais racional e centralizada, em um processo de automatização, tanto nas áreas urbanas quanto no campo, ou seja, “[...] fazendas se transformam em “fábricas agrícolas” e os camponeses que não abandonam o campo se transformam em proletários campesinos.” (BERMAN, 2007, p. 113).

Se na leitura de Berman sobre Marx a burguesia estará se renovando constantemente – uma vez que sua existência vai depender de uma metamorfose quase constante, da capacidade de se recriar (BERMAN, 2007, p. 117) – as Exposições Universais serão um palco perfeito para expressar toda a transformação necessária. Será nas crises e nas catástrofes que os burgueses encontrarão “inspiração” para se renovar, passando por mais uma transmutação essencial para o processo de modernização, segundo o autor. Sabendo da necessidade de participar dessa sociedade moderna, encontramos no relatório da MACOP de 1862, um discurso que tenta convencer aqueles que ainda são contrários a participação brasileira e das várias benesses que poderiam ser conquistadas.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Depois, convinha desenvolver entre nós o gosto para estas lutas pacíficas da indústria, em que o vencedor receber o justo prêmio de seus esforços, aplicação e inteligência, e o vencido encontra, além de proveitosa lição, estímulos para melhorar seus produtos, firmando-se assim a emulação, sem a qual não é possível o progresso, e a prosperidade da indústria e das artes." (MACOP, 1862, p. 14)

Destaca-se como essas metamorfoses vão se intensificando com o passar do tempo, inovações vão aparecendo a cada nova Exposição Universal. Lançamento de novos maquinários da indústria e inaugurações de monumentos que fazem ode ao progresso – como a Torre Eiffel no centenário da Revolução Francesa – são uma constante nessas vitrines do progresso². Cria-se um ideal de modernidade onde para se construir o novo é necessário se destruir o “velho”, aquilo que se torna obsoleto é descartado, ou ainda, “[...] despedaçado ou esfarrapado, pulverizado ou dissolvido, a fim de que se possa ser reciclado ou substituído na semana seguinte e todo o processo possa seguir adiante, sempre adiante, talvez para sempre, sob formas cada vez mais lucrativas.” (BERMAN, 2007, p.123)

Por outro lado, esse ideal não está consolidado à época, uma vez que nem tudo que é obsoleto é descartável. Muito pelo contrário, pensando em um panorama mundial, referente ao século XIX, serão apenas alguns países que passaram por esse processo metamórfico de maneira tão intensa como Berman apontou. O grande capital buscará construir e divulgar esse ideal, mas países periféricos como Brasil irão adaptar isso à sua realidade econômica, que era majoritariamente agroexportadora. Dessa maneira, encontramos nos relatórios da MACOP as primeiras participações brasileiras, nas quais relaciona-se o ideal de progresso às riquezas naturais do país, "Comquanto confiasse muito nas riquezas naturais que o país possui, e que, convenientemente colleccionadas, serão suficientes para, por si só, darem uma idéia muito elevada dos nossos elementos prosperidade; [...]"(MACOP, 1864, p. 14).

As Exposições Universais do século XIX, repletas de suas contradições, contribuíram no desenvolvimento do que é ser moderno, bem como, do que é o progresso. A sua contribuição não se limita a construção de um discurso e da possibilidade de uma disseminação “universal” dos seus ideais, mas se estende para criação de uma nova categoria de eventos de grande escala. Nestes lugares, é que se dará a exaltação do que essa ascendente burguesia industrial construiu e está construindo, as grandes feiras são, acima de tudo, grandes festas do capital. E a presença de exposições como essas na atualidade demonstram sua consolidação.

Conclusão

Entendendo as fontes como fruto de seu tempo e seus sujeitos históricos, é inegável a presença de um discurso modernizador, ainda que não se utilize esse termo, vemos o conceito aplicado na narrativa e nas práticas. As contrariedades típicas de uma sociedade moderna burguesa estão presentes, ainda que com suas especificidades. Levamos em

² Termo utilizado proposto pela autora Margarida de Souza Neves, para designar as Exposições Universais do século XIX.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

consideração que a realidade e experiência de uma metrópole não é a mesma de países periféricos, como o Brasil. É factível que a preparação para as Exposições Universais está diretamente imbricada com a realização das Exposições Provinciais e Nacionais. As premiações, além de serem um processo burocrático e organizador, cumprem um papel fundamental de reforço positivo para que a “indústria nacional” tenha o interesse em fazer parte dessas Exposições.

Compreendemos que a exaltação dos processos de modernização, progresso e afins, não será algo isolado, tão pouco irá impedir aqueles que não se encaixam no padrão (que ainda está em processo de construção), de participar das grandes feiras do progresso. Isso não significa que o grande capital não exercerá pressão sobre esses países; por exemplo, para o Brasil não era a situação mais confortável manter o sistema escravista quando o discurso das Exposições girava em torno do desenvolvimento da indústria, do trabalho assalariado e do consumo. Essas contrariedades, que são tão características de uma sociedade moderna, vão estar presentes a todo momento, não só na participação brasileira ou de outros países periféricos, mas também em toda conformação das Exposições Universais do século XIX.

Durante o período de pesquisa, foi interessante perceber como se constrói o ideal de desenvolvimento tecnológico e inovação que é tão presente na atualidade, isso associado aos eventos que são as Exposições Universais. Na região oeste do Paraná, de tempos em tempos aparece uma nova “Expo”, e vemos na atualidade que as maiores Exposições Regionais estão diretamente relacionadas com o mercado agroexportador. Estudar como surge esse tipo de prática social – que é quase ritualística em algumas regiões, sendo por vezes incorporado ao aniversário da cidade em que acontece – é importante devido a permanência de algumas práticas e a relevância social local desses eventos.

Referências Bibliográficas:

BELLEGARDE, Pedro de Alcantara. **Relatório apresentado a Assembleia Geral na Primeira Sessão da Décima Segunda Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Pedro de Alcantara Bellegarde**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1864.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar: Marx, modernismo e modernização. Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução Carlos Felipe Moises, Ana Maria L. Ioriatti – São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 109-157.

DANTAS, Manoel Pinto de Souza. **Relatório apresentado a Assembleia Geral na Primeira Sessão da Décima Terceira Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Manoel Pinto de Souza Dantas**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1867.

DANTAS, Manoel Pinto de Souza. **Relatório apresentado a Assembleia Geral na Segunda Sessão da Décima Terceira Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Manoel Pinto de Souza Dantas**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1868.



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

FERREIRA, Cristina Araripe. **Difusão do conhecimento científico e tecnológico no Brasil na segunda metade do século XIX: a circulação do progresso nas exposições universais e internacionais.** Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, p. 299, 2011.

HEIZER, Alda. **Observar o céu e medir a terra: instrumentos científicos e a participação do Império do Brasil na Exposição de Paris de 1889.** Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, p. 233, 2005.

MELLO, Manoel Felizardo de Souza e. **Relatório apresentado a Assembleia Geral na Segunda Sessão da Décima Primeira Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Manoel Alves de Araújo.** Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1862.

SOUSA, Antonio Francisco de Paula. **Relatório apresentado a Assembleia Geral na Quarta Sessão da Décima Segunda Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Dr. Antonio Francisco de Paula Sousa.** Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1866.



FEMINISMO INDÍGENA: VOZES E DIREITOS SILENCIADOS

ANDRESSA CAROLINE DE LIMA¹
MARLI RENATE VON BORSTEL ROESLER²

Resumo: O tema do artigo trata da construção histórica do feminismo indígena e da dificuldade de atribuir esse termo as lutas encabeçadas primordialmente por mulheres dentro de suas aldeias trazendo como a partir de lutas por demarcações territoriais e resistências indígenas, o movimento vem se formando e trazendo pautas relevantes as mulheres indígenas. Desde o início, a luta da mulher indígena não se distancia do que os homens indígenas também almejam, pois, toda esta luta reivindicatória por igualdade de acesso aos direitos fundamentais e à diferença étnica intercultural está atrelada a luta de demarcação de terra, que ao conquistá-la, teoricamente, é conquistado também o direito de acesso a políticas públicas. Tem-se como objetivo textual apontar os avanços e desdobramentos causados pela luta das mulheres indígenas, discorrendo sobre questões básicas de sobrevivência – de segurança vital. Há mulheres dispostas a lutar por melhores destinos – o de não *silenciar vozes e direitos*, e algumas vezes, não querendo serem denominadas feministas. Ao mesmo tempo que todas se conversam e estão relacionadas, é importante entender e respeitar as demandas individuais, todas com suas diferentes particularidades. A pesquisa, de modo bibliográfica, tem o intuito de perpassar pela América Latina, principalmente pelo Brasil onde se tem catalogado mais de 300 etnias indígenas que se diferem, apontando o que se considera mais relevante dentro deste movimento.

Palavras-chave: Direitos; Movimento indígena, Demarcação.

Introdução

Ao se debruçar sobre uma, das diversas vertentes do feminismo, devemos primeiramente trazer uma pequena definição do que realmente se trata o feminismo. Segundo Tiburi:

O feminismo não é apenas um conceito, no sentido de uma abstração

¹ Acadêmica do Curso de Graduação em Serviço Social, Unioeste/Toledo. Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET Serviço Social. Participante de projetos de extensão vinculados ao PET Serviço Social e ao Programa de Extensão da SEIPAS. Acadêmica pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Ambientais e Sustentabilidade - GEPPAS/Unioeste/CNPq. E-mail: dessaallimaa@hotmail.com

² Professora Dra. no Curso de Graduação em Serviço Social – Unioeste/Toledo e em Programas de Pós-Graduação (M/D), Unioeste. Coordenadora do Programa de Extensão da Sala de Estudos e Informações em Políticas Ambientais e Sustentabilidade – SEIPAS. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Ambientais e Sustentabilidade – GEPPAS/Unioeste/CNPq. E-mail: marliroesler@hotmail.com



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

teórica, muito menos um sistema de pensamento, nem somente o nome próprio que se dá a uma prática. O feminismo é mais que um conceito. É um complexo operador ético-político, analítico, crítico e desconstrutivo e serve como lente de aumento que põe foco sobre as relações humanas e sobre os aspectos ocultados nessas relações. Nesse sentido, o feminismo não é um conteúdo específico organizado em sistema, mas tão somente um meio. Nem é apenas um viés de análise, mas a potência de um corte crítico em relação ao *continuum* histórico do patriarcado. Do mesmo modo, o feminismo não pressupõe um patriarcado como abstração. O feminismo não cria o patriarcado como um “outro”, como um objeto de estudos. Por isso mesmo devemos ficar seguras de que o feminismo não é uma ideologia como seus detratores misóginos desejam explorar. O feminismo é uma leitura que põe em questão o que existe – aquilo que está dado – para então analisá-lo. O feminismo é, nessa linha, “teórica-crítica” que se constrói a partir do arcabouço dado no patriarcado, na condição de teoria tradicional; uma visão de mundo exposta em tela. Ora, a teoria crítica leva em conta a construção do sujeito da pesquisa como questionamento para além da ideia de um sujeito do sistema do conhecimento que simplesmente acumularia informações e erudição. Levando esses aspectos em consideração, podemos pensar que o feminismo é um signo para muitas definições possíveis, todas incompletas, carregadas das mais diversas potências – às quais daremos o nome de potências feministas. O feminismo não é apenas plural, portanto, é eminentemente potencial. Como abertura à compreensão, ao futuro, mais do que uma promessa, o feminismo é um método de transformação social capaz de modificar tanto a microfísica quanto a macroestrutura da sociedade – que foi alicerçada no patriarcado machista e sexista, o qual tem sua base na conhecida violência contra as mulheres, não por acaso excluídas do sistema do poder-saber. (TIBURI, 2018, p.71-72)

Essa conceituação de feminismo refere-se a uma de muitas outras conceituações que ele pode ter, o colocamos como uma forma de referência.

Direitos dos povos indígenas

Desde 1973 o Estatuto do Índio foi promulgado, conhecido também como Lei 6.001, previa, prioritariamente que as populações deveriam ser integradas ao restante da sociedade, cito Art. 1º, Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional. (BRASIL, 1973)

Já com a Constituição Federal, se passa a garantir o respeito e a proteção a cultura das populações originárias. Ao citar o Art 231:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, §§ 3º e 4º. (BRASIL, 1988)

Pode-se perceber a evolução que se tem aos direitos dos povos originários do Brasil.

Feminismo indígena: isso existe?



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Desde o início, a luta da mulher indígena não se distancia do que os homens indígenas também almejam, pois, toda esta luta por igualdade está atrelada a luta de demarcação de terra, que ao conquistá-la, teoricamente, é conquistado também o direito de acesso a políticas públicas.

O feminismo indígena começa a ser organizado nas décadas de 70 e 80, mas é em 1980 que surgem as primeiras organizações de mulheres, a Amarn (Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro) e a Amitrut (Associação da Mulheres Indígenas de Taracua, Rio Uaupés e Tiquié), sendo suas primeiras e principais demandas que as lideranças indígenas masculinas ouçam o que elas tem a dizer e as apoiem na decisão política de se organizar; outra é de que as organizações indígenas façam a promoção de atividades que aborde o temas educativos relacionados a saúde da mulher e também que a mulheres indígenas tenham atendimento ginecológico e pré-natal diferenciado; que possam ter acesso a politica de capacitação para que mulheres indígenas possam ser agentes de saúde trazendo mais qualidade a sua aldeia. Mais tarde, foram se inserindo nas lutas nacionais com o objetivo de promover políticas de desenvolvimento das mulheres, na garantia de seus direitos e participação em várias instancias, além é claro de impulsionar o movimento indígena como um todo.

As demais organizações foram constituídas a partir da década de 1990. “Foi em 1994 ou 1995 que nós votamos pela primeira vez em uma assembleia de lideranças indígenas”, diz Leticia Yawanama³. E em 2000, na Assembleia Ordinária da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), em Santarém, Pará, foi reivindicada a criação de um espaço específico para as demandas das mulheres indígenas. (OLIVEIRA, 2018)

Mesmo com seu inicia datada há quase 40 anos, ele ainda esta em fase de organização, porem a resistência se faz presente e é a partir desta que ocorre um rompimento dentro do que seria um papel pré estabelecido que as mulheres indígenas devem ou não desempenhar na aldeia, e com esses avanços a produção de mudança é continua e tem produzido uma notável mudança nas gerações mais jovens onde se tem buscado outras possibilidades, valores e novas concepções para a sociedade. Elas tentam explicar a suas comunidades através do ensino que não querem tirar os direitos dos homens, mas lutar ao lado deles de forma igualitária, para assim conseguirem fortalecer também suas lutas especificas pelo direito da mulher guerreira.

Atualmente, o feminismo indígena está bem mais organizado e articulado do que se comparado às décadas anteriores, e também não é raro vermos mulheres indígenas liderando movimentos que falam não só sobre as questões específicas de gênero, mas sobre questões cruciais do movimento indígena como um todo.

Segundo Sônia Guajajara⁴:

Existe um feminismo indígena, mas do nosso jeito. [...] Talvez esse termo não seja mais adequado para nossa realidade. O feminismo soa radical, longe da gente. Mas temos sim buscado protagonismo dentro das aldeias e

³ Coordenadora da Organização de Mulheres indígenas do Acre, Terra Indígena Rio Gregório, Aldeia Mutum, Acre

⁴ Coordenadora-executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab).



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

para fora, nas nossas lutas, procurando visibilidade. Hoje as mulheres têm assumido os principais cargos dos movimentos indígenas estaduais e regionais [...] Uma vitória nossa, mas que contou também com o entendimento e os votos de muitos homens para acontecer. Para a gente, esse é o nosso feminismo: se empoderar e assumir o protagonismo. (GUAJAJARA, 2019)

Em contrapartida aos avanços ocorridos dentro das aldeias, há também de se levar em consideração de que a mulher indígena é a principal vítima com relação a invasão de terras indígenas, pois elas acabam travando uma luta cotidiana pela defesa de seus territórios, pelo direito de preservação da cultura, pelo direito de ser o que e quem quiserem, mas, principalmente, pelo direito ao seu próprio corpo, pois acompanhado dessas invasões vem a violência. A violência se torna uma estratégia de desmoralização da comunidade.

A mulher indígena sofre de vários tipos de violência. Primeiro ela sofre por ver seu povo sendo afetado, marginalizado, discriminado. Depois, ela sofre como mulher e essa violência não é só física, ela é psicológica e social também. Mulheres indígenas sofrem esterilização forçada. Mulheres e crianças são violentadas e assassinadas por pistoleiros como forma de intimidar o povo a deixar a aldeia. (Marcia Wayne Kambeba, geografa, poeta, cantora e compositora, da etnia Kambeba, localizada no território do Amazonas). (HOLANDA, 2018, p. 304-305)

Neste contexto é importante abordar a historicidade em que se formaram as lutas indígenas, desde os seus primórdios, com a invasão dos colonizadores, houve grandes genocídios o que gerou um medo exacerbado nos indígenas e através disso houve uma readequação da cultura indígena para o cristianismo (religião trazida pelos colonizadores), que acabou sendo adotada como prática e religião, o que faz com que seja ainda mais difícil a luta das mulheres pela igualdade, pois a partir das invasões houve um contato maior com o homem branco que influenciou algumas práticas que historicamente não havia dentro das aldeias. Pois apesar de apresentar papéis de gênero, a cultura indígena não era machista como a das cidades. (OLIVEIRA, 2018)

Segundo Ribeiro, antes do contato com o cristianismo as índias tinham mais controle sobre seus corpos e sua vida reprodutiva. Elas agora querem retomar o assunto, mas enfrentam a oposição desde caciques até autoridades de saúde. Hoje em dia elas estão iniciando e reivindicando pautas como a legalização do aborto e ao acesso a métodos contraceptivos, pois muitas ainda não têm a sua disposição e acabam sendo obrigadas a terem filhos que não gostariam de ter. (RIBEIRO, 2018)

Uma das principais e mais graves violências feitas contra as mulheres indígenas vem através do Estado, pois a falta de acesso a informações que são relacionadas à questão indígena é uma das muitas formas de negar a identidade indígena e estabelecer a partir da desinformação uma campanha de desqualificação da sua cultura e do seu povo. (OLIVEIRA, 2018)



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Ao se olhar pelo conceito de interseccionalidade, a mulher indígena sofre violência através de três dimensões, a étnica, a de gênero e a de classe, por serem indígenas, mulheres e pobres.

Nem todas as mulheres indígenas aldeadas conhecem o movimento feminista, porém, elas estão organizadas em defesa de seus direitos territoriais e como mulher, pois são lutas que se entrelaçam a partir do momento em que não há direito das mulheres indígenas de forma plena sem que o território esteja devidamente protegido, pois a falta de proteção acarreta na vulnerabilidade da mulher e de sua comunidade (OLIVEIRA, 2018)

Sabe-se que para uma melhor execução de políticas públicas é necessário que se tenha dados oficiais sobre a violência sofrida pelas mulheres indígenas, mas infelizmente não existem dados que demonstrem que elas sejam vítimas de violência dentro das aldeias, e nas cidades, quando a mulher chega a denunciar dificilmente ela se identifica como indígena, principalmente se ela for casada com um homem branco (OLIVEIRA, 2018).

Embora tratemos de um feminismo indígena em contexto geral, devemos sempre tomar cuidado, pois não é possível tratar as indígenas e suas histórias, valores e convicções de uma só forma.

Segundo Marta Azevedo, pesquisadora da UNICAMP, cada povo tem um sistema de relações de gênero diferente. “Quando se fala em indígenas tem que tomar um certo cuidado. Se não, é como se a gente falasse das mulheres americanas e juntasse as norte-americanas, as mexicanas e as brasileiras como se fosse tudo a mesma coisa. Não é.” Afirma Marta. (RIBEIRO, 2018)

Mulheres como Sônia Guajajara, Valdelice Veron⁵ e Célia Xacriaba⁶ tem sido porta voz dessas mulheres que muito já sofreram unicamente por serem mulheres, indígenas e pobres.

Segundo dados do IBGE, de 2010, em contexto urbano há cerca de 40% dos indígenas autodeclarados. (IBGE, 2010) O que nos trás a questão de que a organização feminina é completamente diferente das aldeadas. Na questão das aldeias não há um movimento feminista, o que ocorre são organizações que defendem pautas específicas pelos direitos das mulheres, essas pautas são colocadas para que os homens também lutem por esses direitos também, porque como já abordado ele está intimamente ligado ao direito a terra.

Vale destacar que hoje com maior acesso a informações diferenciadas, as mulheres tem se levantado e encontrado força em outras para lutarem por essas questões com mais afinco, o que faz com que jovens tenham o desejo de não viverem como mais como suas mães e avós, elas querem seus direitos garantidos sem precisar colocar em risco a sua cultura.

⁵ Uma das principais lideranças Guarani Kaiowá, Valdelice está na linha de frente da luta pela demarcação das terras tradicionais do seu povo, em Mato Grosso do Sul - Link para a matéria: <https://azmina.com.br/reportagens/seis-mulheres-indigenas-que-vale-a-pena-seguir-nas-redes/>

⁶ É a primeira indígena a representar os povos indígenas de Minas Gerais na Secretaria de Educação do Estado, buscando construir “processos de educação diferenciada e participativa não apenas para, mas com os povos indígenas”. - Link para a matéria: <https://azmina.com.br/reportagens/seis-mulheres-indigenas-que-vale-a-pena-seguir-nas-redes/>



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Em agosto de 2019, aconteceu a primeira Marcha das Mulheres Indígenas, em Brasília, o que também pode ser considerado um sinal da maior organização de mulheres dentro dos movimentos indígenas já existentes.

Referências Bibliográficas

AZMINA, Equipe. **Seis mulheres indígenas que vale a penas seguir nas redes**. Disponível em: <www.azmina.com.br>. Acesso em: 29 de abril de 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição** da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

GUAJAJARA, Sonia. “Nós não somos as guardiãs da natureza, somos a natureza”. #AgoraÉQueSãoElas, *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <<http://agoraequesaolas.blogfolha.uol.com.br>>. Acesso em: 25 de abril de 2019.

OLIVEIRA, M. V. de. Feminismo Indígena: mulheres indígenas: da invisibilidade a luta por direitos. In: HOLANDA, Heloisa B. de. (org). **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. 1 ed. Editora Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Maria F. **A voz das guerreiras**. Disponível em: <www.tab.uol.com.br>. Acesso em: 29 de abril de 2019.

ROSSI, Marina. “**Dizer que nós mulheres indígenas não enfrentamos violência de gênero é mentira**”. Disponível em: <www.brasil.elpais.com>. Acesso em: 01 de maio de 2019.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. Editora Record, 2018.



O REINO MÍSTICO DOS PINHEIRAIS: O PROTAGONISMO DOS SERTANEJOS NO CONTESTADO NA PERSPECTIVA DE WILSON GASINO

CLAÉRCIO IVAN SCHNEIDER¹

Resumo: Nesta pesquisa busca-se problematizar as representações construídas em torno dos sertanejos do Contestado a partir das relações da história com a literatura. Considera-se o romance histórico *O Reino místico dos pinheirais*, de Wilson Joel Leal de Gasino, publicado em 2011. Qual a visão de história construída pelo autor em torno dos sertanejos? Quais memórias e debates são colocadas em relevo? Quais estereótipos desconstrói, questiona ou mantém? O estudo procura apontar para a importância desta fonte no campo da história cultural, na medida em que sintetiza debates contemporâneos em torno dos marginalizados da História, no caso os sertanejos do Contestado, transformando-os em protagonistas, visibilizando-os por meio do registro de suas ações e sensibilidades. *O reino místico* pode se constituir em instrumento de denúncia contra aqueles que construíram ou compactuaram com versões oficializadas da história em torno do Paraná, que colocou à margem e estigmatizou milhares de sertanejos que até hoje lutam por sua terra, por sua cidadania, enfim, pelos seus direitos humanos.

Palavras-chave: Contestado; sertanejos; romance histórico.

Introdução

No romance histórico de Wilson Gasino, intitulado *No reino místico dos pinheirais*, os sertanejos são colocados como protagonistas principais do Contestado. O autor busca mostrar a sua presença no espaço regional contestado desde os tempos do império, focando na sua territorialização, na condição humana destes sujeitos, no seu protagonismo, que pode ser facilmente identificado pela ênfase que o romancista dá a determinados temas. Num primeiro momento, narra, numa perspectiva cronológica, a ligação mítica que os sertanejos mantêm com a terra. Para isso, realça a importância fundamental da presença dos monges, que orientam seus destinos. Na sequência, foca na formação dos redutos enquanto espaços de sobrevivência e também de resistência sertaneja. Ambiente no qual promove diálogos a fim de mostrar a consciência crítica dos sertanejos. Mais para o final, seguindo a trama histórica, dá destaque a momentos em que estes sertanejos saem da inércia e assumem o protagonismo na defesa de seus interesses. De pacatos, tornam-se rebeldes. Ao narrar os

¹ Professor do Colegiado de História da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon, PR. Doutor em História pela Unesp/Assis.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

confrontos, a violência se torna característica principal, cometida por todos, em proporções que lembram o genocídio.

Num primeiro momento, na representação da ligação do sertanejo com a terra, Gasino apresenta o personagem Gabriel. Destaca a sua rotina de trabalho no campo, caracteriza a região onde vive, faz sobressair seus conhecimentos, suas preocupações:

Gabriel acordara cedo e saíra para verificar os estragos que a geada daquela manhã fizera na plantação. [...] A geada era fenômeno temido pelo pessoal do campo, que rezava todos os anos para que, principalmente tardias, como aquela no mês de julho, não fossem muito forte. As primeiras, que aconteciam nos meses de maio e junho, quando moderadas, tinham um efeito benéfico, matando muitas pragas da plantação e ajudando os agricultores. [...] Aquela era uma das belas manhãs de céu azul e chão branquinho de geada e Gabriel, apesar da preocupação com a plantação, achava muito bonito. Depois de percorrer a região, ele volta devagar, apreciando a paisagem, com o cavalo trotando em ritmo lento, meneando a cabeça e sentindo o solzinho esquentar o corpo. (2011: 77)

O clima frio, a geada, o sentimento de pertencimento e conhecimento da região, a relação com a natureza, com a plantação. O sertanejo de Gasino está totalmente à vontade na região contestada. Tem na história e na experiência adquirida por meio de familiares e agregados da fazenda do padrinho Zeferino, os conhecimentos fundamentais em torno da terra, das estações, do plantio, assumindo uma postura de respeito à natureza como se fosse a sua própria mãe.

Foi na fazenda do padrinho Pedro Zeferino que Gabriel aprendeu deveras sobre as coisas da terra. Aprendeu a plantar conforme as estações e a colher segundo o amadurecimento das plantas. Aprendeu o que torna o milho mais bonito, o trigo mais forte e a uva mais doce. Aprendeu que cada planta tem a sua utilidade para o homem e a sua função na natureza e que cada uma deve ser admirada, da mais bela flor ao mais brenhoso espinheiro. O padrinho o ensinara que a terra tem espírito feminino e precisa ser amada e muito bem tratada. Dizia a Gabriel que a terra é mulher, mãe, amante, amiga, irmã e companheira do homem. E que ela só retribui com suas riquezas e sua proteção àqueles que a respeitam e se esforçam para conhecer todos os seus mistérios, segredos, caprichos e vontades. (2011: 41)

Na região fundamentalmente sertaneja retratada por Gasino, os imigrantes são personagens secundários, quase invisíveis. Não são vistos como inimigos ou concorrentes. Quando aparecem, nas falas dos sertanejos, estão submetidos às mesmas situações e condições, muitas vezes até às mesmas violências cometidas por vaqueanos, na medida em que estão na terra e dependem dela para seu próprio sustento.

Gabriel tinha um talento nato para lidar com a terra e ajudava muito o



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

padrinho, os funcionários da fazenda, os colonos que meavam as terras da região e os posseiros que viviam no entorno. Com os poloneses aprendeu a plantar beterraba, com os alemães descobriu a melhor maneira de cultivar batata, os italianos lhe mostraram como colher a uva para fazer um vinho de qualidade, e os índios lhe ensinaram sobre a mandioca e os vários tipos de frutas, leguminosas e ervas que cresciam na região. [...] Aprendeu com os espanhóis, negros, caboclos e portugueses vários segredos sobre a criação, o trato dos animais e a melhor convivência destes com os homens. (2011: 41)

A região contestada, o sertão oficial de Gasino, está povoado. A pluralidade de sujeitos que o romancista traz para o romance evidencia um espaço no qual estes interagem e trocam experiências a fim de sobreviverem a partir da lida com a terra e o cuidado dos animais. Não há conflito entre estes. Gasino representa o período que antecede à guerra como de harmonia entre as diferentes etnias. Realidade que muda com a perda da terra. Este protagonismo e presença sertaneja no *Reino místico dos pinheirais* é destacado por meio da ação de posseiros, de caboclos, de lavradores, de camponeses, de biribas, de rebeldes e de pelados. Protagonismo que se imprime ainda antes do conflito, mostrando que a região é de seu domínio e conquista desde os tempos da monarquia. Para exemplificar isso, Gasino promove o diálogo entre Gabriel e seu padrinho Zeferino sobre a origem das terras deste último e a necessidade de mantê-la.

- Sobre a fazenda ainda tem mais uma coisa que eu preciso falar, proque tá me preocupando.

- E o que é, meu padrinho?

- Mecê sabe que todas essas terras foram conquistadas pelo meu pai, que veio pra cá com uma mão na frente e outra atrás. Foi antes da república, quando as terras eram tudo do rei e a gente usava como quiria. Depois, quando veio o governo do presidente, nós legalizamos essas terras tudo direitinho, em cartório, como reza a missa. Na época, teve muita disputa pelas terras por aqui e a família do coronel Arimatéia tomou para si a maior parte do que pôde, usando jagunço e usando também a polícia, juiz e cartório, fazendo parecer que tudo era dentro da lei. [...] Não contente com tudo que já tem, o coronel Arimatéia vem de olho fazendo tempo nas nossas terras que têm divisa com as dele e tá usando mais uma vez a lei inviada pra se apoderar do que é dos outros, do que é do aiêio. (2011: 81)

Gasino destaca a presença sertaneja no território ainda na época da monarquia. Alguns, como no caso de Zeferino, até tinham o título da propriedade. Mas numa terra disputada por muitos, a força e a violência dos coronéis subjogou quase todos. Na trama desenvolvida por Gasino, Zeferino acaba morto em tocaia pelos jagunços contratados pelo coronel Arimatéia. Com isso, quem estava nas terras de Zeferino acaba expulso ou permanece como empregado, desde que se submeta ao novo patrão. A maioria decide partir



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

para os redutos que se formavam, na tentativa de manterem seus modos de vida tradicionais, ligados em especial à posse da terra e à prática de um catolicismo popular.

A perda da terra implica mudança de ambiente, mas também de atitudes. Se até então viviam em áreas próprias, com a expulsão boa parte da população sertaneja vai buscar sobreviver nos redutos. O personagem Gabriel, expulso das terras de seu padrinho, não encontra outra alternativa senão ir até os redutos onde uma multidão já se aglomerava.

Em Taquaruçu, Gabriel e seus amigos encontraram um ambiente acolhedor, mas muito movimentado em virtude dos preparativos da festa do Bom Jesus. [...] Agricultores, tropeiros, posseiros expulsos da terra, ex-empregados da Lumber e da Railway, devotos e todo o tipo de gente desamparada e doente ia chegando a Taquaruçu e era abrigada em barracas e ranchos feitos a facão. Muitos procuravam a cura milagrosa prometida por aqueles que já tinham estado com o monge, outros procuravam alguma esperança, algum lugar para ir, alguém que lhes defendesse ou que pelo menos dissesse alguma palavra acalentadora. (2011: 86).

Gasino destaca o ambiente no reduto de Taquaruçu. Uma leva significativa de sertanejos procurava por acolhimento, por assistência, por esperança. Como esta assistência não vinha por parte do Estado, muitos acreditavam que poderia vir de modo sobrenatural, em especial com as curas milagrosas prometidas pelo monge. A busca por este cresceu conforme aumentava as expulsões dos sertanejos do campo.

Nos campos de Taquaruçu, bem como em várias outras localidades do interior, o nome de José Maria se confundia com a mística do monge João Maria, gerando rumores que falavam de um novo líder religioso que viria para curar doentes e defender os sertanejos da opressão, restabelecendo a monarquia. Os rumores percorriam rápido o sertão e cada vez chegava mais gente para esperar a vinda do monge para a festa (2011: 87).

Gasino, ao longo da obra, não demoniza a imagem dos monges. Pelo contrário, busca mostrar aos leitores que os sertanejos ligavam a figura do monge José Maria a um homem bom que ajudava a população. Gasino trabalha com o imaginário popular. Os personagens principais ouvem histórias de outros sertanejos e as replicam entre si. O sentido das falas do monge, em especial quando este lhes fala sobre a terra e sua relação com a divindade, é assimilado e passa a ser tema de interesse comum. Um exemplo pode ser visto com Maria Clara, mulher de Gabriel:

Nas histórias que ouvira sobre o monge peregrino do sertão, Maria Clara ficara impressionada com as palavras sobre o respeito aos outros e à terra, que a todos alimenta. Gostara tanto de um pequeno sermão sobre a natureza que praticamente o decorara e o repetia, mantendo o sotaque do monge, sempre que podia quando passeava pelo campo ou ia jogar pedrinhas no rio Taquaruçu.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

– Água é o sangue da terra mãe. Árvore é quase bicho e bicho é quase gente. Quem não sabe lê a natureza é analfabeto de Deus.

Também ficara impressionada com as previsões do monge, falando que um dia os gafanhotos de ferro viriam acabar com a mata, os corvos de aço passeariam pelo céu, falsos profetas viriam usar o seu nome, haveria epidemias e pragas e a paz do sertão iria acabar. Muitos sertanejos interpretavam aquelas palavras como a vinda da Lumber e a situação de pobreza e desamparo em que na época viviam. Acreditavam que o único real sucessor do monge João Maria era José Maria e que ele marcaria o fim desse período ruim para os birivas. (2011: 89)

A fim de dar historicidade à crença nos monges, Gasino recorre à história, relatando aos seus leitores a presença de monges milagreiros na região. Mostra que os sertanejos, desprezados pelas autoridades oficiais, tinham espaço para criar e seguir seus próprios líderes, principalmente no plano religioso, desde o período imperial. “Entre 1840 a 1915 três lideranças religiosas passaram pela região do Contestado marcando profundamente o imaginário da população local, mesclando suas figuras e mensagens às expectativas, credences e anseios dos caboclos” (2011: 49). O primeiro monge marcante foi João Maria D’Agostini, preso no Rio Grande do Sul por curandeirismo. “Fazia curas milagrosas com sua água santa e pregava sobre a paz entre os homens e o respeito à terra” (2011: 50). O segundo monge, João Maria de Jesus, desapareceu misteriosamente. “Fazia curas com água santa, chá de vassourinha, cascas de árvore, cinza de fogueiras e erva de são João Maria. Também pregava e fazia previsões apocalípticas sobre os tempos ruins que viriam para toda a região” (2011: 50). O terceiro monge, José Maria, surgiu em 1912. “Também fazia curas usando ervas e sementes mas, ao contrário dos dois anteriores, gostava de ajuntamentos e organizava seu trabalho cercado-se de muitos ajudantes e fiéis” (2011: 51). Em torno deste último que se iniciou o movimento que deflagraria o conflito sertanejo no Contestado.

Gasino deixa claro em sua obra a insatisfação da população sertaneja com relação ao governo, empresas e autoridades locais que nada faziam para melhorar a situação de pobreza e abandono em que se encontravam. O autor realça que o monge, com suas profecias, rezas e curas, se torna a esperança desse povo, que passa a acreditar nesse homem e a disseminar a sua palavra. Gasino indica que o grupo era formado por agricultores, ervateiros, tropeiros, indígenas, caboclos, jagunços, negros, homens e mulheres que foram expulsos de suas terras e passaram a viver em redutos com uma forma de subsistência comunitária. Os sertanejos buscavam formar cidades santas e autônomas em um local que permitisse a população viver em comunhão de bens. No entender de Gasino:

Os sertanejos devotos dos monges se consideravam católicos apostólicos romanos e viam nas palavras dos seus líderes a mesma mensagem da Igreja, mas transmitida numa linguagem que eles podiam compreender. O Deus dos monges estava muito mais próximo e falava diretamente com o povo, ao contrário do que acontecia com Aquele que era monopolizado pelos padres. (2011: 101)



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Gasino evidencia que o monge “traduzia” a mensagem católica e a transmitia numa linguagem que era compreendida pelos sertanejos. Com isso, ele é cultuado em todas as cidades do planalto, e isso passa a preocupar a igreja. Então os padres passam a criticar a figura do Monge em seus sermões durante a celebração, na tentativa de demovê-los, dizendo: “que aquilo era coisa de ignorante e diabólica, um desvio da Santa Igreja e um afastamento de Deus” (2011: 102). Gasino evidencia aos seus leitores o clima pesado entre igreja oficial e a crença dos sertanejos, e que: “Essa postura criou uma grande divisão no sertão, afastando ainda mais o caboclo das igrejas e gerando preconceito e atritos religiosos entre fiéis de ambos os lados” (GASINO, 2011, p. 101). Nesse sentido, Gasino destaca que a igreja, em especial muitos padres, contribuíram para assinalar essas diferenças e construir uma memória negativa dos sertanejos.

Após a morte de José Maria, logo na primeira batalha, a crença da população na figura do monge aumenta e, como realça Gasino, mesmo sabendo que o religioso não ressuscitou depois de um ano como havia prometido, a população não deixou de acreditar nele e em suas profecias. Os redutos crescem e passam a ser liderados por virgens santas e jovens meninos que diziam conversar com o monge em sonhos. Gasino apresenta aos leitores um quadro resumido desta questão, apontando para as sucessões de novas liderança e as novas formas de organização, resistência e luta implementados pelos sertanejos após a morte do monge.

Passou-se um ano da morte do monge e a tão esperada redenção não ocorreu. Porém, a fé dos sertanejos só aumentou nesse período e cada vez mais pessoas passaram a cultuar a memória de José Maria e a esperar o exército encantado de São Sebastião. Nessa época de grande expectativa, uma menina de onze anos [...] revelou ter visões em que o monge José Maria falava com ela. A menina, chamada de Teodora. [...] As visões da virgem Teodora confirmavam as previsões da volta do monge e pediam aos sertanejos que se organizassem para esse grande retorno. [...] A liderança de Teodora não demorou muito e suas visões rareavam. Ela estava perdendo o “açó” como diziam os sertanejos. Teodora acabou sendo substituída por seu tio Manoel, de dezoito anos. [...] Uma das medidas tomadas pela nova organização, levando em conta os conflitos do passado, foi preparar a defesa do reduto. Surgiram aí os Pares de França, grupo inspirado nos cavaleiros de Carlos Magno, imperador Franco considerado um dos maiores defensores do cristianismo na Europa. [...] Nessa época, Manoel, que era chamado de menino-deus instituiu [...] outra regra que foi o corte de cabelo bem curto, o que passou a caracterizar os sertanejos como “pelados”, em contraponto aos “peludos”, que eram os soldados do governo e os jagunços dos coronéis. [...] Um escândalo no acampamento acabou fazendo com que Manoel perdesse a liderança. O rapaz disse ter recebido num sonho a mensagem de que deveria dormir com duas virgens e os caboclos, de visão muito conservadora, não receberam bem a mensagem. [...] Joaquim, de onze anos, foi escolhido para substituir Manoel no posto de menino-deus. [...] Havia um clima religioso muito forte no reduto e também um sentimento de irmandade, e todos dividiam os bens e as tarefas diárias. Havia um clima de festa constante e, em alguns momentos, de quase histeria. (2011: 100-102)



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Gasino procura acompanhar a história para registrar na literatura as transformações que ocorriam no interior dos redutos. Concentra narrativa na representação do universo místico que orienta as escolhas, as ações e os pensamentos das lideranças sertanejas. Também realça as estratégias colocadas em prática, como a questão da diferenciação com os soldados por meio do corte de cabelo. O romancista procura evidenciar aos leitores que a vida nos redutos era muito movimentada, com mudanças ocorrendo todos os dias, e isso proporcionava um clima de irmandade, de festa, de ânimo e de maravilhamento para com a realização das previsões do monge, uma quase histeria. Este clima fazia com que ficassem ainda mais engajados na causa sertaneja em defesa da posse da terra e mostrava a muitos, inclusive dentro dos redutos, a força e a resistência do povo oprimido.

Na representação que o romancista constrói em torno dos sertanejos nos redutos, personagens secundários ganham relevo por sua personalidade forte. É o caso da Aspásia, mãe de Maria Clara, esposa de Gabriel. A fim de mostrar a consciência crítica do caboclo – e desmistificar a ideia de que eram um bando de ignorantes – Gasino apresenta os ensinamentos de Aspásia em diálogos com a sua filha, Maria Clara:

Quando a filha contava alguma história em que os sertanejos haviam sofrido a injustiça dos poderosos da região, dona Aspásia lembrava da trajetória dos negros, contando à filha como os escravos eram capturados como animais na África, trazidos em navios atulhados e insalubres, e depois era maltratados e sofriam todo o tipo de abusos dos patrões. Contava também da sua cultura Iorubá, da religião, da música, dos heróis, das fugas, dos quilombos e de Zumbi dos Palmares. Falava para a filha sobre as condições desumanas em que a maioria dos negros foi abandonada após a assinatura da abolição, embora muitos ainda tenham sido mantidos sob uma escravidão disfarçada. Lembrava do preconceito e da segregação que faziam dos negros não cidadãos, sem direito a nada, sem instrução, sem documentos e sem possibilidades de trabalho, condenados muitas vezes à miséria e à marginalidade. (2011: 118-19)

Gasino parece dialogar com o tempo presente. Traz para o romance uma discussão contemporânea em torno da cultura afro-brasileira. Evidencia não apenas a presença do negro no Contestado mas sua consciência crítica para com a sua condição humana. Aspásia destoa no texto de Gasino por sua capacidade de ler a história de forma politizada, percebendo a negação da cidadania plena aos pobres, em especial aos negros.

Proibia que a filha deixasse que alguém a chamasse de mulata: - Porque mulato vem da mula, um animal híbrido, de carga e infértil. Você é negra, como eu, e como serão os teus filhos e você sempre deve ter orgulho disso. E deve entender também que o preconceito é pior e dói muito mais do que o ódio. Porque o ódio se sente por um igual, enquanto o preconceito traz em si também o componente do desprezo, vindo de alguém, que por algum motivo absurdo, sente-se superior a você. Dona Aspásia falava para Maria Clara da opressão do mundo aos negros, aos pobres, aos que professam religiões diferentes, aos que estão longe dos centros de decisão do poder e a todos, que de alguma forma, não se encaixem no perfil definido como



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

cidadão normal de uma sociedade. (2011: 119)

A consciência da opressão que sofriam é fator determinante, segundo as representações de Gasino, para implementarem a resistência. A formação dos redutos e a chegada de milhares de sertanejos expropriados da terra – a exemplo de Gabriel e Aspásia – evidencia a força, a organização e as diferentes formas de resistência que os sertanejos assumiram contra as ações violentas promovidas por parte do Estado, da madeireira e dos coronéis. O misticismo é, para Gasino, característica fundamental para a compreensão da união que se formou entre os sertanejos, mas também das ações de resistência, e esta é colocada em relevo na trama da obra. É por meio do misticismo e na crença no sobrenatural que os redutos são formados, são organizados e administrados.

Os sertanejos formavam grupos que tinham seus modos de pensar, possuíam seus ideais relacionados ao direito à terra, tinham seus medos e valores que foram construídos à medida que a guerra se intensificava, e Gasino traz esses elementos para o livro. O povo acreditava no poder das virgens santas. O fator religioso fez com que muitos homens e mulheres acreditassem nessas líderes religiosas, meninas como Maria Rosa lideraram batalhões contra o Governo durante o conflito. A virgem Maria Rosa assumiu o lugar do menino-deus Joaquim, que perdeu sua força após o massacre do reduto Taquaruçu. Gasino investe na descrição desta liderança: “A nova virgem comandante também atendia doentes, dava conselhos, receitava ervas e, segundo muitos, fazia milagres, o que atraía gente de toda a região. [...] Tinha a fama de ser ‘aquela que tudo sabe’ entre os caboclos”. (2011: 141-42)

Gasino também procura dar relevo aos confrontos. Faz sobressair o protagonismo sertanejo, em especial, devido ao conhecimento da região: “A maior vantagem para os caboclos estava no combate corpo a corpo, o chamado entrevero, no qual usavam facões de aço e até de madeira guamirim. O conhecimento da mata e seus segredos e o elemento surpresa faziam toda a diferença, apavorando os policiais”. (2011: 135). Quando atacados pelo exército, como no caso de outro reduto, o de Caraguatá:

Os redutários souberam usar muito bem o seu conhecimento sobre o mato para armar suas defesas e surpreender o inimigo. [...] No combate, os caboclos usaram vários artifícios, chegando a se vestir de mulher para confundir os soldados, enquanto atiradores chamados de clavineiros aguardavam escondidos nas copas dos pinheiros. (2011: 143)

Entre vitórias e derrotas, Gasino faz os leitores acompanharem as estratégias de resistência e de ataque, mas também dá ênfase ao massacre que vai se efetivando. Os personagens sertanejos mostram raiva dos poderosos que os perseguiram e oprimiram. Alguns lutam por vingança por parentes que já foram mortos pelo exército. Reconstitui a memória de muitos, que esperam a justiça ser reestabelecida quando José Maria voltasse.

Interesses divergentes entre as lideranças sertanejas, segundo a visão da história narrada por Gasino, colocaram em xeque a autoridade de Maria Rosa, que buscava uma negociação de paz com o governo. Muitos sertanejos ao invés da reza preferiam o facão. Gasino vai narrando aos leitores o momento em que o movimento passa a ser dominado cada vez mais por lideranças belicosas. Da defesa, muitos sertanejos optaram pelo ataque. Gasino



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

reconstitui o ambiente no qual os sertanejos rebeldes iniciaram saques a propriedades, estações ferroviárias e unidades da madeireira Lumber. O personagem sertanejo Venuto Baiano assassina o capitão Matos Costa, que buscava negociar a paz. A partir deste fato, o Exército, com a presença do general Setembrino, empreende o massacre autorizado.

Gasino evidencia no romance que, com a guerra deflagrada, os sertanejos dos redutos assumem posturas mais radicais. A partir da guerra as posições e mesmo as representações mudam, e o movimento dos caboclos, suas ações, estratégias e sentimentos, passam a ser encarados como rebeldes, que provocavam pânico a todos pelos saques, violências e assassinatos que promoviam. De vítimas, muitos sertanejos passam a ser algozes. Na região que Gasino reconstitui, a violência, a intolerância e o preconceito se transformaram em combustível para a guerra. Novas lideranças vão surgindo, como Adeodato, no qual os sertanejos depositavam a confiança de ser mais um predestinado a libertar o sertão da opressão oficial.

Gasino afirma na obra que os sertanejos tinham apoio de uma parte da população que, assim como os sertanejos, se sentia oprimida pela presença dos coronéis. Tomar uma posição a favor ou contra na época era uma atitude arriscada e como uma forma de proteção muitos não opinavam. A reação dos sertanejos frente ao governo era o reflexo não somente de insatisfação, mas também da falta de negociações por parte das autoridades públicas. O governo viu como solução a opressão militar por meio dos soldados e grupos contratados, que atacavam todos que ajudavam o movimento. A criação de uma memória negativa do sertanejo também foi uma arma do governo e como observamos na citação acima a imprensa nomeada como “O Trabalho”, foi responsável por construir e noticiar informações com base no interesse dos vencedores.

O conflito levou a população a um estado de miséria, além da imagem negativa que carregavam, a fome se tornou um agravante para essas populações². Gasino vê a fome como um agravante e os saques a outras propriedades reforça essa imagem negativa do sertanejo que é visto como rebelde e criminoso. Logo o que prevalece é a versão oficial do Contestado contado pelos vencedores do conflito.

É visível no romance de Gasino que a situação dos sertanejos era complexa, pois recebiam opressão tanto do governo quanto de seus próprios líderes. Mesmo assim, esses homens e mulheres ainda tinham a esperança de melhorar sua condição de vida e por essa razão muitos negavam participação no conflito: “A herança do monge João Maria se tornou

² As entrevistas realizadas por Paulo Machado, permitem refletir sobre alguns aspectos marcantes e dolorosos das experiências dessas pessoas e que, provavelmente, Gasino trouxe para seu romance. A uma série de fatores que levaram os próprios sertanejos a desacreditarem no movimento, a falta de alimentos e a miséria foi um dos motivos. Machado trata essa questão como um agravante que torna a experiência do sertanejo dolorosa com relação ao Contestado. “Os problemas de abastecimento foram cruciais para o desenrolar do movimento. Embora muitos depoimentos confirmem a existência de criações e lavouras trabalhadas pelos moradores dos redutos, a rapidez da guerra, o cerco militar e a crescente população desses povoados impedia uma autossuficiência alimentar e reclamava por outras soluções. Raulino Correa, que morou em vários redutos, explica como faziam para resolver o problema do abastecimento: - No reduto a gente voltava pros nossos sítios para colher o que fosse possível e pegar algum animal desgarrado. Depois, mais tarde o que funcionava mesmo eram os piquetes que iam pra cima das fazendas para arrebanhar gado. Me lembro que no começo as pessoas comiam muito nos redutos, mas depois foi diminuindo, diminuindo, até vir a fome mais braba. No fim, quando conseguiam uma ou duas rezes para matar pra todo aquele povo, as crianças cercavam o animal abatido e comiam até as tripas quentes. (MACHADO, 2011, p. 181).



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

maldita e aqueles que encontravam algum trabalho ou um pequeno pedaço de terra para viver negavam qualquer participação no conflito”. (GASINO, 2011, p.201)

Por uma questão de proteção e de melhores condições de vida muitos sertanejos negavam participação na Guerra Santa, porque a população sertaneja era vista de uma forma negativa. Os sertanejos foram considerados fanáticos religiosos e rebeldes, pois não seguiam as normas da igreja e do Estado. Deste modo, de acordo com Gasino, a história dos vencedores inibe um conhecimento mais aprofundado do Contestado e a valorização dessas populações. Seu romance tenta recuperar o protagonismo e a memória destes.

Por muito tempo a história oficial tentou apagar a história dos sertanejos, ao omitir as suas resistências e reivindicações, além disso, essa população constituiu-se pela miscigenação. A formação populacional do Paraná, como consegue mostrar Gasino, é diversa e miscigenada, contrastando com as representações que protagonizam apenas os imigrantes europeus. Paulo Machado discute essa questão racial, pois a história oficial construída em torno do Paraná era e ainda é identificada como uma população branca e cristã, caracterizada pela presença da imigração europeia. A presença de uma população híbrida traria outras características ao Estado, as quais a elite da época não aceitava e ainda não aceita. Por essa razão, é necessária pesquisa histórica com novas versões a partir do olhar dos vencidos, na qual se busque desmistificar as versões e memórias oficializadas, trazendo à tona releituras e novas memórias que valorizem outros personagens desta formação, como é o caso da valorização dos sertanejos promovida por Gasino do romance histórico.

A Guerra do Contestado é temática constituinte da historiografia sobre o Paraná, identificada como um dos maiores conflitos armados ocorridos no Estado. Como visto, o campo de estudos em torno do conflito sertanejo é um campo de batalha também entre memórias e narrativas. Histórias oficiais, historiografia militar, pesquisas acadêmicas, registros da imprensa e construções ficcionais configuram um campo de estudos e de debates já bastante referenciado. Dialogando com autores e obras historiográficas, Gasino constrói uma versão que busca dar visibilidade aos sertanejos. Ao dar novos sentidos ao universo mítico sertanejo, ao torná-los protagonistas centrais do conflito, o romancista traz à tona a discussão da condição humana e da violação dos direitos humanos. Nesse sentido, o texto de Gasino é atual e, como o próprio autor destaca, os problemas fundiários que assolam o Brasil ainda hoje são reflexos de políticas centradas na defesa dos interesses da minoria, como no caso do Contestado, deixando grande parte da população entregue à própria sorte.

O objetivo desse trabalho foi configurar a obra *O reino mítico dos pinheirais* de Wilson Joel Leal Gasino, como fonte para o ressignificar da história do conflito dos sertanejos no Contestado na perspectiva histórica. O romancista promove um debate contemporâneo voltado para a valorização da história dos marginalizados, característica de grande parte da historiografia contemporânea, em especial daquela articulada à Nova História Cultural. A literatura, como destaca Sandra Pesavento, possibilita ao historiador mergulhar nas sensibilidades finas do passado, expressas por estes leitores privilegiados do mundo que são os escritores das obras literárias. A obra de Gasino nos permite atentar ao universo mítico, sensível, emotivo e subjetivo dos sertanejos do período do Contestado, descobrindo gestos esquecidos, código de valores, manifestação de sentimentos e de preconceitos da sociedade da época.

A região sertaneja na qual Gasino empreende sentidos é território que carece de definição oficial, de fronteiras definidas politicamente e em termos geográficos. Talvez isso



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

ajude a explicar o uso recorrente da expressão sertão no texto. Gasino parece não romper com alguns estereótipos. Por exemplo, ao nomear a região sertaneja enquanto sertão acaba incorporando um conceito que denota sentido de espaço vazio, com baixa presença humana. No entanto, o romance de Gasino evidencia exatamente o contrário. Existe uma multidão de pessoas, sem falar dos índios que são invisíveis no romance, ocupando o espaço, sobrevivendo dele. A ideia de sertão parece caber mais ao discurso oficial que busca justificar a ação do Estado e do exército como forma de levar – nem que por meio da força – o progresso ao sertão, civilizándolo por meio do domínio da natureza e do povoamento com imigrantes europeus. Como observado no texto, a região que Gasino representa incorpora também outros elementos da simbologia oficial, como o pinheiro e a gralha. Gasino, no entanto, parece inverter a lógica que compara o pinheiro ao imigrante, enaltecendo-os. O pinheiro está presente e é fundamental na caracterização da condição humana do sertanejo. Ele é paisagem, é alimento, é energia.

Mas esta crítica não tira os méritos do romance histórico de Gasino. A preocupação em ficcionalizar conteúdo histórico já produzido ou conhecido, de forma oral ou escrita, e que, em grande medida, faz parte do imaginário coletivo de determinada comunidade, é a forma que Gasino encontrou para trazer à tona um dos episódios mais marcantes da história brasileira, a guerra do Contestado. A obra de Gasino atende ao que Marilene Weinhardt aponta como contribuição do romance histórico para a história. Este:

[...] deverá melhorar a compreensão do leitor quanto às particularidades daquele espaço e quanto àquele tempo como modelador do presente, assim como deverá contribuir na discussão sobre a aproximação e os limites entre a ficção e a história. As obras que cumprem esse papel merecem um lugar na galeria dos romances históricos brasileiros, sob a etiqueta de regionalistas ou não (2004: 190).

A arte literária constitui-se enquanto instrumento humanizador. Nesse sentido, o romance histórico de Gasino – mesmo permanecendo desconhecido para a maioria dos leitores brasileiros – ajuda a desenvolver, pela compreensão que provoca, a cota de humanidade. E isso é um direito universal.

A preocupação com os leitores, com o conteúdo histórico dirigido a eles, com a crítica deste conteúdo, possibilita fazer dos leitores consumidores conscientes. O romance contribui na humanização, na sensibilização, no respeito e na valorização do sertanejo como protagonista. Institui histórias plurais, desnaturaliza posições oficializadas, coloca em relevo a necessidade do diálogo. Esta pesquisa buscou colocar em xeque as representações oficiais construídas em torno do espaço regionalizado e da identidade europeia conferida aos habitantes que povoaram o Estado, para, a seguir, evidenciar a pluralidade de sujeitos e de memórias por meio do estudo da obra *O reino místico dos pinheiros*, de Wilson Gasino, publicado em 2011. Deu-se ênfase à história subjetiva, sensível e emotiva que dá vida a inúmeros sujeitos – sertanejos, afrodescendentes, posseiros, colonos etc. – que passaram a margem da historiografia oficial ou que foram estereotipados por esta. Pretendeu-se, com isso, colocar em xeque a identidade oficial ou a invenção do Paraná por meio das narrativas fundadoras, apontando para as suas contradições, exclusões e estereótipos que podem ser reavaliados e redimensionados por meio das produções ficcionais.



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas Sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Referências Bibliográficas

BASTOS, Alcmemo. “As fontes documentais e os autores de romances históricos (por eles mesmos)”. In: **Matraca**. Rio de Janeiro, v.19, n.31, jul/dez 2012.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a História entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

GALLO, Ivone Cecília D’Avila. **O Contestado: o sonho do milênio igualitário**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

GASINO, Wilson Joel Leal. **O Reino Místico dos Pinheirais**. São Paulo: Scortecci. 1º ed. 2011.

QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social: A Guerra do Contestado**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1981.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Guerra, cerco, fome e epidemias: memórias e experiências dos sertanejos do Contestado. **Topoi**, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 178-186.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Guerra do Contestado 100 anos. Entrevista com Paulo Pinheiro Machado. **CPDOC/FGV**. 2012. In: <http://cpdoc.fgv.br/contestado/ecos/paulo-pinheiro-machado>. Acessado em março de 2017.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da história e literatura. **História da Educação**, ASPHE/Fae/UFPel, Pelotas, n.14, set 2003.

SCHNEIDER, Claércio Ivan. Histórias e historiografias do Paraná: estereótipos, revisionismos e problemáticas para o ensino de história. In: **Anais do II Congresso Internacional de História UEPG-UNICENTRO**. Ponta Grossa, 2015.

WEINHARDT, Marilene. Considerações sobre Romance Histórico. **Letras**. Curitiba, n.43, p. 11-23, 1994. Editora da UFPR.

WEINHARDT, Marilene. **Ficção histórica e regionalismo: (estudos sobre romances do sul)**. Curitiba: Editora da UFPR, 2004.



DELEUZE E O CINEMA CLÁSSICO: O IRROMPER DA IMANÊNCIA DO POVO EM *A GREVE* DE EISENSTEIN

CRISTIELE RHODEN¹
JUNIOR CUNHA²

Resumo: Investiga-se nesta pesquisa como o cinema pode ser uma forma de pensar, com base em Deleuze. Para este, tanto os filósofos como os cineastas são criadores de conceitos. O problema é como se dá essa criação no cinema? Para Deleuze, os cineastas estabelecem seu pensamento a partir de blocos de movimento-duração. Em seus filmes expõem seu universo conceitual, transmitem em imagem-movimento o que os filósofos transmitem em palavras. Deleuze defende que o cinema é capaz de provocar um choque de pensamento (*noochoque*) que possibilita pensar o cinema como um meio de (trans)formação da realidade. Na filosofia há um plano de imanência; um terreno onde os filósofos criam seus conceitos, uma abertura de possibilidades onde estabelecem relações com o fora, com o aberto. No cinema, este plano é a imagem do pensamento, os blocos de movimento-duração a partir dos quais os cineastas criam seus conceitos. As obras cinematográficas possuem em si mesmas um universo, uma realidade criada pelo cineasta a partir de suas impressões do real. Um mundo ficcional, contudo, inegavelmente, ancorado no real. Esta realidade criada possibilita a modificação do real e, em um movimento complementar a este, tem o poder de provocar o arrebatamento do espectador e o levar a pensar e a atuar sobre o real. Pode, então, o cinema provocar mudanças sócio-políticas? Afim de investigar a efetividade do *noochoque* proposto por Deleuze, analisa-se o processo de imanência do povo no filme *A Greve* (1925), de Sergei Eisenstein. A reflexão é iniciada a partir do conceito de multidão de Hobbes e, em seguida, analisa-se o conceito de multidão de Spinoza. O conceito hobbesiano guarda uma conotação transcendente, já o de Spinoza, imanente. Por fim, relaciona-se o enredo de *A Greve* com os conceitos analisados.

Palavras-chave: Gilles Deleuze; Sergei Eisenstein; Imanência do povo.

Introdução

Gilles Deleuze defende que os filósofos são criadores de conceitos. A filosofia lhes permite esse movimento de criação. Para além disso, como um amante de cinema, Deleuze afirma que os cineastas também realizam este mesmo movimento de criação. Eis a questão: como se dá essa criação no cinema? Segundo o filósofo em voga, a partir dos blocos de

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* Toledo-PR. E-mail: rhoden375@outlook.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3171210259736195>.

² Graduando do Curso de Licenciatura em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* Toledo-PR. E-mail: juniorlcunha@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7824455868007103>.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

movimento-duração, com eles o cineasta estabelece seu pensamento. Cabe então investigarmos como o cinema pode ser uma forma de pensar.

Para Deleuze, o movimento de criação cinematográfica é similar ao movimento de criação de conceitos dos pensadores e filósofos. Os grandes diretores de cinema são, em suma, também pensadores. Em seus filmes expõem seu universo conceitual, transmitem em imagem-movimento o que os filósofos transmitem em palavras. Em *Imagem-tempo* (2005), Deleuze afirma que o cinema provoca um choque de pensamento, nas palavras do autor, um *noochoque*. A partir disso, é possível pensarmos o cinema como meio de (trans)formação da realidade.

Tanto na filosofia como no cinema existe um plano de imanência. Um terreno onde a filosofia cria seus conceitos, como se fosse uma abertura às possibilidades, onde filósofos estabelecem relações com o fora, o aberto. O plano de imanência é a imagem do pensamento a partir da qual o filósofo cria seus conceitos. No cinema, esse plano é onde os blocos de movimento-duração são criados.

Toda obra cinematográfica contém um universo em si mesma, uma realidade criada pelo cineasta a partir de suas vivências e impressões do real. Estamos, desse modo, diante de um mundo ficcional, mas que tem inegavelmente como base a realidade. O movimento de concepção de uma nova realidade possibilita a modificação do real, ou seja, diante de uma obra cinematográfica, um mundo se abre e, um movimento complementar a este, quando o filme é capaz de provocar o arrebatamento do espectador³, o leva a voltar-se para o real e a pensar ou, mais ainda, atuar sobre o real.

O pensamento cinematográfico, portanto, não é ligado ao meio acadêmico, mas à arte, à política, à própria vida. É por meio do pensamento contido no filme que o espectador é provocado a pensar junto com o cineasta. Eis o que Deleuze chama de *noochoque*; um impacto causado em nosso córtex, em nosso espírito, “a potência comum do que força a pensar e do que pensa sob o choque” (DELEUZE, 2005, p. 190).

Uma questão deve ser levantada a partir do que expomos: pode o cinema provocar mudanças sócio-políticas? Esta será a questão que conduzirá o presente texto. Analisamos o processo de imanência do povo contido em *A greve* (1925), de Sergei Eisenstein. Para tal, iniciaremos nossa reflexão a partir do conceito de multidão de Hobbes e, em seguida, passamos ao conceito de multidão de Spinoza. No primeiro, vemos uma interpretação transcendente e, no segundo, imanente.

A multidão para Hobbes

O termo multidão nos leva a uma discussão central no campo filosófico, a multiplicidade em contraposição à unidade. A multidão é em si mesma múltipla, se trata de

³ O arrebatamento é provocado pela ação patética (*pathos*) do cinema, segundo Freitas (2011, p. 28 [grifos da autora]): “O *pathos* eleva os personagens à condição de grandeza, condição que apenas quer dizer ‘estar adiante’ de algo; a emoção que provoca decorre de algo que ainda não é, ‘mas o que ainda não é deve vir a ser’. Tudo caminha para o clímax: ‘o ritmo fogoso decorrente da tensão entre o presente e o futuro, os golpes que abalam qual exigência irrefutável, e as pausas que mostram o vazio do inexistente como vácuo em que é absorvido o *status quo*, a situação a ser mudada”.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

um agregado informe de pessoas, o qual não é possível impor uma direção, limites ou objetivo definido, a multidão comporta-se de forma controversa, se conduz multidirecionalmente e sempre toma novos caminhos, novas rotas. Tais características, segundo Guimaraens (2006, p. 154), é o que desqualifica a multidão para Hobbes:

Em seus escritos, sempre que possível, Hobbes buscou ressaltar uma série de questões negativas inerentes à multidão. A negatividade da multidão pode ser resumida em um argumento: a multidão não é apta a governar. O múltiplo não consegue decidir, afinal, havendo o propósito de instituir um governo, é fundamental estabelecer a unidade. Deste modo, apenas e tão-somente mediante a representação da multidão, que a conduziria a uma unidade, seria possível fundar a soberania e o estado civil. A unidade, portanto, é considerada um pressuposto para a existência da paz e do governo civil, do contrário subsistiria a guerra e a discórdia.

O conceito de multidão em Hobbes é tido como uma *multiplicidade* naturalmente conflituosa, onde todos estão em desacordo, desordenados, inconstantes, selvagens, desorganizados, guiados somente pelas paixões e individualidades, isentos totalmente de uma ordem civil e em estado de guerra de todos contra todos. A multidão inviabiliza a constituição de um governo civil por ser composta por um conjunto de singularidades. Nesse sentido, cada parte da multidão, isto é, cada pessoa expressa uma vontade, um desejo e emite juízos distintos uns dos outros. Diz Hobbes (1993, p. 102), a multidão “não é um ajuntamento qualquer, mas são muitos homens, cada um dos quais tem sua própria vontade e seu próprio modo de julgar todas as propostas”. O filósofo inglês ainda complementa dizendo que a multidão se configura como a persistência dos indivíduos no *estado de natureza*:

[...] a multidão, ainda não reunida numa só pessoa [...], continua no mesmo *estado de natureza* em que *todas as coisas* são de *todos*, e onde não tem lugar aquele ‘*meu e teu*’, que se chama *domínio e propriedade*, pela simples razão de que ainda não vigora a segurança [...] exigida para a prática das *leis naturais* (HOBBS, 1993, p. 102).

É nesses termos que podemos visualizar a interpretação transcendente de multidão feita por Hobbes. Para se atingir um estado civil é necessário que a multidão vá além de si mesma e, via um representante, atinja uma unidade que não lhe é inerente, isto é, “a ordem [governo] civil somente se efetiva quando um conjunto de pessoas que configura uma multiplicidade se reduz a uma única pessoa, ou seja, a multiplicidade é o negativo da unidade” (GUIMARAENS, 2006, p. 154). A passagem do estado desorganizado para o pacífico é que se dá por meio da transcendência, com o *Contrato Social*. Esse contrato é constituído de uma maneira artificial e é caracterizado pela ruptura com o estado natural, por meio da *representação* e da *autorização*. A multidão transfere seus direitos ao soberano – indo para além de si mesma. Eis porque é transcendente. A multidão renuncia aos seus direitos naturais, transformando-se em uma única unidade. O representante estabelece o



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

vínculo entre o Estado e a multidão. A multidão se converte em uma unidade por meio do Estado que representa uma pessoa civil única e artificial.

Antes, a multidão era composta de singularidades, cada parte da multidão tendo vontades, desejos e juízos diferentes entre si, agora, reduzida a um único representante que deve conciliar suas vontades, torna-se um povo que abriu mão de sua liberdade em troca da segurança que o *Contrato Social* deve lhes dar garantia. Essa multidão unificada representada pelo soberano carrega um novo nome, o de *povo*, pois ela não é mais uma multidão em si mesma. É a unidade representativa que transforma a multiplicidade natural em uma unidade artificial e ordenada, convertendo a multidão em *povo* e dando início a vida civil. O Estado agora é como uma peça de teatro, a multidão tornada povo é a autora e roteirista da peça que autoriza o ator, o soberano, a representá-la em cima do palco.

Com essa concepção de multidão e povo, percebe-se nos primeiros segundos de *A Greve* (1925) o povo trabalhando, “*all is calm at factory*”, e seguidamente aparece a figura soberana, provavelmente o dono da fábrica, em estado de tranquilidade, pois tudo está organizado, em ordem e de modo pacífico, pois o povo está sendo apenas povo, submisso ao contrato, fazendo o que lhe é imposto. Posteriormente, percebe-se já o povo tornando-se multidão novamente, conversando entre si, impondo seus desejos e vontades e não sentindo-se mais representados pelo seu soberano, dando início a trama principal do filme, a greve. Exploramos isto com maior profundidade nas seções seguintes.

A multidão para Spinoza

O conceito de multidão em Spinoza é diametralmente oposto ao de Hobbes. Enquanto a potência da multidão é transferida para um soberano em Hobbes, a multidão de Spinoza concentra sua potência em si mesma. A realidade não se atém à uma unidade, e sim trata-se de uma multiplicidade, a potência da multidão. Para Spinoza, o estado civil é resultado da própria essência humana, isto é, inerente e natural ao ser humano. Esse estado civil é uma continuidade do estado de natureza estabelecido pela potência comum da multidão. O estado natural é um estado pré-político, ainda sem leis, anterior ao poder comum e nele se concebe a natureza humana. Nesse estado, os homens estão sendo guiados pela individualidade, cada um com suas próprias concepções, suas leis individuais, tendo como base o *princípio da conservação* (*conatus*), princípio mais íntimo e congênito do homem. Na busca pela sobrevivência, o indivíduo tem direito a tudo que está em seu poder, pois o único limite encontrado pelo direito é a potência, enquanto houver potência haverá direito.

O estado civil, assim como o estado natural, se define pela potência do indivíduo, uma força interna, sua própria essência; diferente de Hobbes onde a potência no estado civil pertence unicamente ao soberano. No estado civil garante-se o exercício do direito natural, que é o *conatus*, a potência de existir. Os indivíduos da multidão são como partes de um corpo humano maior, são necessários todos juntos, constituídos de uma multiplicidade. O Estado é resultado da soma das potências individuais em vistas de um direito comum: o direito da multidão. Os homens têm mais poder juntos que separados, pois constituem “uma potência mais potente”. Assim, quanto mais os indivíduos se unem tanto maior os seus direitos. O *conatus* só se realiza plenamente no estado civil, assegurando o direito natural,



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

efetivando sua essência. Não se pode transferir esse direito natural, essa potência, daí a impossibilidade de um contrato e autorização para representação.

As potências individuais no estado civil não se anulam em vista de uma nova unidade (transcendente), elas se identificam com a potência da multidão. O governante, por sua vez, não detém uma soberania; ela é sempre da multidão. O Estado para Spinoza não é uma unidade artificial, o poder político é o direito natural comum ou coletivo. O governante irá apenas exercer o governo, mas o poder de governar em sua plenitude é sempre da multidão. Reconhece-se, desta forma, uma política imanente e eminentemente afetiva, oposta à política transcendente mediada pelo contrato hobbesiano.

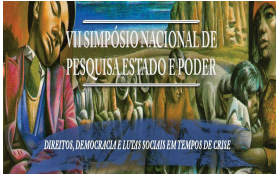
O próprio real não se apresenta como unidade. A impressão imediata que temos da realidade é que esta, se trata de uma multiplicidade que, para Deleuze e Guattari (1995, p. 16), "não tem nem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza". A afirmação de Deleuze e Guattari corrobora a interpretação imanente de multidão que pode ser vista em Spinoza. Segundo ele, "o corpo humano é composto de grande número de indivíduos (de diversa natureza) cada um dos quais é um complexo" (SPINOZA, 1980, p. 92).

O corpo humano, nesse sentido, é constituído de uma multiplicidade de outros corpos que também são compostos de infinitos outros corpos. Portanto, a multidão é mais do que um múltiplo de pessoas, revela em si mesma a multiplicidade que compõe o real, isto pois, "se a multidão se define por sua natureza múltipla, pode-se deduzir que o princípio multitudinário é constitutivo de todos os corpos existentes na natureza, afinal nenhum corpo está só" (GUIMARAENS 2006, p. 159). Segundo Negri (2003, p. 17):

[...] quando olhamos os corpos, percebemos que não estamos apenas diante de uma multidão de corpos, mas compreendemos que cada corpo é uma multidão. Cruzando-se na multidão, cruzando multidão com multidão os corpos se misturam, se tornam mestiços, se hibridizam, se transformam, são como as ondas do mar, em perene movimento e em perene e recíproca transformação.

Sob a perspectiva imanente de multidão, é esse agir multifacetado das multidões que confere significado a realidade, ou seja, a realidade não impõe sentido ao agir da multidão, mas sim esta, em seu movimento indefinido e dotado de potência (trans)formadora, cria em si mesma um ser político. Ao contrário da perspectiva transcendente que vê a possibilidade de ação política por meio de um tornar-se uma unidade, um fim, uma direção a ser seguida; na imanente, a multidão vê em si mesma o fundamento da ação política.

Em *A greve* (1925) se identifica uma semelhança com a concepção de multidão de Spinoza. São trabalhadores em sua multiplicidade dotados de uma enorme potência, apontada desde o primeiro capítulo do filme. Todos se juntam e unidos decidem pela greve, abandonando as obrigações impostas por poucos burgueses, em busca, provavelmente, de um modo mais adequado para cada um, em sua individualidade, desenvolver seu *conatus*, seus direitos naturais. Usam de sua potência para serem agentes (trans)formadores do real ou da nova realidade que buscam conjuntamente. Percebe-se aqui como o cinema, no caso desse filme, transmite a ideia de um povo dotado de enorme força, apontando praticamente



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

toda a noção de multidão de Spinoza, pois em *A Greve*, assim como em grande parte de suas produções cinematográficas, Eisenstein, não cria personagens individuais como protagonistas, mas sim partes muito bem delineados do coletivo, a saber, os proletários – caracterizados por Deleuze como povo –, a plebe sem consciência de classe e os burgueses. Com isto, reforça-se o argumento de Deleuze, quando este diz que o cinema também é criação, que com ele também é possível a reflexão.

À guisa de conclusão: a imanência do povo em “A greve de Eisenstein”

O filme *A greve* (1925), de Eisenstein, expressa rigorosamente seu projeto e método de cinema. Suas produções cinematográficas eram compostas por meio da montagem (Cf. EISENSTEIN, 2002), processo de sobreposição de cenas que permite criar uma nova realidade com base nos fragmentos capturados do real. Esta nova realidade, dotada de um movimento próprio, é o que provoca o que Deleuze chama de *noochoque*. Tal efeito é resultado do processo dialético contido no processo de montagem do filme, isto é, as cenas são sobrepostas de forma que um conflito entre elas as coloque em choque. O choque entre as cenas evoca o *pathos* em quem assiste.

Indo além, podemos visualizar em *A greve* um processo de imanência do povo similar a imanência da multidão de Spinoza. Em suma, são tomados pelo afeto resultante da imanência, como aponta Lopes (2015, p. 128):

Ter um afeto é possuir uma determinação que não se confunde com a obediência a algo exterior: não é padecer pelo constrangimento de uma palavra de ordem ou em consequência dos terrores impostos pelos signos mistificadores. Ter um afeto é persistir com ele e, para que não se perca de vista tal atletismo afetivo, o intelecto precisa ser acionado para gradativamente obter a posse da liberdade. Ter um afeto é um exercício para tornar-se livre.

O povo se agrupa em uma multiplicidade que não se sujeita as condições impostas pelos burgueses. Irrompem como autodeterminantes e esquivam-se das limitações sociais e políticas que lhes são atribuídas. Em ato de máxima manifestação de sua potência de agir sobre o real, os proletários abandonam seus postos de serviços, recusam-se a ser servis aos seus patrões e assumem uma posição de agentes (trans)formadores da realidade.

Referências Bibliográficas

A GREVE. Direção de Sergei Eisenstein. Rússia, 1925. (82 min).

DELEUZE, Gilles. **A imagem-tempo**. Trad. Eloisa de Araujo Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2005.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. p. 16

EISENSTEIN, Sergei. **A forma do filme**. Trad. Teresa Ottoni. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

FREITAS, Nanci de. O velho e o novo: tensão entre experimentação artística no cinema de Eisenstein e as demandas ideológicas soviéticas. In: **ArtCultura**, Uberlândia, v. 13, n. 22, p. 25-40, jan.-jun. 2011.

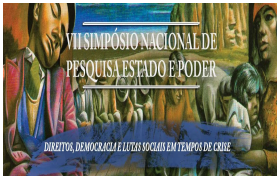
GUIMARAENS, Francisco de. Spinoza e o conceito de multidão: reflexões acerca do sujeito constituinte. In: **Direito, Estado e Sociedade** - v.9 - n.29 - p 152 a 173 - jul/dez 2006.

HOBBS, Thomas. **De cive: elementos filosóficos a respeito do cidadão**. Trad. Ingeborg Soler. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

LOPES, Luiz Manoel. Spinoza, mestre de Deleuze. In: **Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência** – 2º quadrimestre de 2015 – Vol. 8 – nº 2 – pp.128-144

NEGRI, Antonio. Por uma definição ontológica de multidão. In **Cinco lições sobre Império**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1980.



TRABALHADORES E O DIREITO À CIDADE: ANALISANDO MEMÓRIAS E RELAÇÕES DE PODER EM MERCEDES - PR

DAIANA APARECIDA HENRICHSEN¹

Resumo: A pesquisa teve como premissa problematizar as experiências de Trabalhadores a partir da cidade de Mercedes-Paraná, pensando o modo pelo qual lidam e se colocam nas relações de poder e de exploração vividas socialmente. Diante disso, evidenciar os sentidos e as expectativas diante das possibilidades que se possui dentro das condições de classe em que estão envolvidos. Neste sentido, como ponderam questões como morar, trabalhar, estudar, entre outras, ou seja, como avaliam e ponderam suas necessidades, abrindo horizontes e se movimentando socialmente. Como vivem e esperam viver, assim como interpretam suas próprias trajetórias em torno das memórias produzidas pelos mesmos. Busquei problematizar essas questões a partir do levantamento de fichas do Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, assim como a produção de fontes orais produzidas em Mercedes.

Palavras-chave: Trabalhadores, direito à cidade, Mercedes;

Busquei, ao longo deste projeto, evidenciar e refletir acerca de como estes trabalhadores lidam com as pressões e com os limites que são experienciados pelos mesmos, pela própria condição que compartilham na cidade. O que não quer dizer que destas circunstâncias não se formulem dissidências e confrontação. Isto é, buscar pensar a experiência dos trabalhadores historicamente, como parte de processos sociais complexos e constantemente tensionados pelos mesmos nas diversas facetas das relações mantidas socialmente. Onde priorizei aquelas em que pude perceber a imanência de relações de desigualdade e exploração. O que envolve o modo como vivem, suas expectativas e possibilidades avaliadas e construídas por trabalhadores.

O desenvolvimento deste projeto foi pensado a partir do levantamento de fichas de cadastro no Centro de Referência e Assistência Social do município de Mercedes-PR, em consonância com entrevistas realizadas por mim, com pessoas que identifiquei como expressivas para a discussão das experiências na cidade, envolvendo moradia, trabalho, escolaridade e migração, para problematizar como estes sujeitos avaliam e se colocam nas relações sociais mantidas na cidade. E, por diversas questões, esse caminho de pesquisa me abriu modos de olhar e de me ver enquanto sujeito, assim como perceber a importância dos sentidos e memórias que as pessoas atribuem às suas próprias trajetórias, isto é, a seus modos de vida e cultura (FENÉLON, 2004).

¹ Graduanda em História - Unioeste



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

A partir do interesse por pesquisas que tratem sobre as movimentações e experiências de trabalhadores, no sentido de perceber suas ações perante as possibilidades e pressões exercidas ao se buscar morar, trabalhar e estabelecer modos de vida em determinados lugares. Avaliei essa possibilidade a ser desenvolvida pensando a cidade onde vivo e as dinâmicas vivenciadas por trabalhadores em relações mantidas na mesma. Mercedes compõe um território no Oeste do Paraná que, segundo senso realizado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (*IPARDES*), estima 5.493 habitantes, sendo estes majoritariamente rurais².

Pensando essa indicação, o que seria a cidade? Um aglomerado de pessoas, centro de negócios, como um espaço físico delimitado por linhas traçadas em mapeações, contrário ao que pode ser considerado como vida no campo?

Diante dessas questões é que busco tratar a cidade enquanto uma territorialidade (ROLNIK, 1995). Isto quer dizer que entendo que os sujeitos estão formulando seus espaços e modos de vida, que marcam as relações e os territórios que permeiam esse lugar, isto é, demarcam seus espaços de sociabilidade e convivência, ainda que em tensão.

A cidade é vivida de maneira dinâmica, isto é, não apresentando fronteiras rígidas entre o que se costuma dualizar, entre o urbano e o rural; o que pode ser notado quando trabalhadores que vivem na cidade saem para trabalhar no campo, assim como vice e versa, ou ainda pequenas vilas rurais, como Três Irmãs, nas quais é possível perceber evidências da indissociabilidade entre ambos.

Não que a ideia seja postular que não existem diferenças entre áreas rurais e urbanas, mas de que a linha que os separa pode ser mais tênue do que podemos imaginar e ou imaginamos saber, mas que os trabalhadores constroem e disputam o estabelecimento de seus espaços.

Podemos identificar essas relações acerca da experiência de Faustina (CRAS, 2015), uma senhora de 64 anos, aposentada moradora da referida Vila de Três Irmãs, e que, em 13 de Dezembro de 2015, teve a visita das assistentes sociais de Mercedes: “[...] atualmente a renda familiar advém da aposentadoria do casal, e esporadicamente da cultura da mandioca”³. No trecho destacado, é possível perceber que a atividade da colheita da mandioca, isto é, uma atividade rural, permanecia como um meio de trabalho e sustento da família. Mesmo sendo aposentada (assim como seu esposo) e de disporem de uma renda fixa, ainda assim, o trabalho na mandioca ainda se colocava presente.

Quanto às motivações para se firmar uma consonância entre estas duas rendas, cabem apenas questionamentos, tais como: por que, apesar de receber aposentadoria, o casal se mantém na atividade das colheitas? Será que a citada colheita é uma produção em terras que pertenciam aos mesmos? Neste sentido, o problema colocado na documentação é a falta de recursos para conseguir efetuar a compra de um remédio que não integrava o programa de farmácia popular. Vejamos que, apesar do casal de aposentados possuir renda fixa, ter casa

² População estimada no ano de 2018, conforme consta no Caderno Estatístico: Município de Mercedes, Maio de 2019 (IPARDES, 2019). Esses índices dialogam com os dados advindos do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística, divulgados em 29 de Agosto de 2018 (IBGE, 2018).

³ Os nomes tratam-se de pseudônimos. Acredito, que a identidade real das pessoas citadas não se faz necessária, já que o que me interessa é o modo pelo qual os trabalhadores experienciam e disputam suas relações sociais e de classe.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

própria e automóvel e vivendo na cidade por aproximadamente cinquenta anos, compartilham dificuldades de acesso a necessidades básicas (acesso a tratamento médico gratuito), precisando continuar a manter as colheitas de mandioca enquanto uma possibilidade de renda.

Assim, ser aposentado não isenta sujeitos como Faustina dos trabalhos que compõem o modo pelo qual buscam alcançar rendas que lhes permitisse possuir uma “condição econômica estável” (CRAS, 2015), como é colocado na ficha de Parecer Social a partir do contato firmado entre o casal de idosos e as assistentes. Mas a que se deve a ocorrência? As agentes do CRAS teriam agido diante de uma situação, reconhecidamente, considerada como precária e de difícil aceitação? É possível enxergarmos nessa relação uma suposta condescendência de classe, como uma divisão entre o que assume uma caracterização de “ajudante e beneficiado”?

Diria que depende do modo pelo qual olhamos para estas evidências, mas estou certa de que as assistentes não são beneméritos, como se fossem movidas por uma bondade que possuem, independentemente dos sujeitos com os quais têm de lidar em seus trabalhos diários, mas sim como parte de relações de poder em uma realidade social profundamente desigual, a qual faz os serviços sócio assistenciais sua própria razão de ser, propondo um acompanhamento, senão controle, daqueles que vivenciam o empobrecimento ou situações de vulnerabilidade. Neste sentido, concordo com Freitas e Santos (2019), ao colocarem:

Ao assumirmos esse espaço de reflexão, desconfiamos que noções como pedir e reivindicar, tanto quanto solicitar e reclamar, estão invariavelmente ligadas a ações que são bem mais usuais do que muitos de nós estamos dispostos a assumir. Uma dinâmica de combinações e associações dificilmente erigida em tipologias unilaterais, pois aparece urdida nas condutas desses sujeitos (as quais, para esses fins, são dificilmente classificáveis). (FREITAS e SANTOS, 2019, p. 419)

Isto é, quando nos propomos a analisar as relações travadas entre o poder público, aqui, especificamente, a partir do Centro de Referência de Assistência Social e trabalhadores, temos de estar dispostos a abrir mão de conceitos e ou noções, previamente definidos e que buscam uma forma de classificação de suas condutas, como as que seriam combativas e aquelas subservientes (e que aparecem, assim, como dois opostos entre si).

É preciso pensar e problematizar suas próprias ambiguidades. Ou seja, não são condutas que devam ser classificadas como um ou outro, mas problematizadas em suas complexidades.

Quando buscamos enquadrar as avaliações e ações de trabalhadores dentro de um quadro generalizante e dividido entre aqueles que agem ou não sobre sua situação determinada, estamos firmando posicionamentos que não leva em conta o campo de pressões materializadas por e sobre esses sujeitos. Acredito ser mais valioso pensar como estes sujeitos disputam pautas e questões que lhes são caras, e que vivenciam na materialidade de suas condições do que propor um carimbo de legitimação de condutas. E é neste sentido que trago a experiência de Sirlene (CRAS, 2016a), a qual tenho acesso pelo parecer social produzido pelas assistentes sociais de Mercedes, em meados de 2016.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

A equipe técnica do CRAS foi avisada sobre a família de Sirlene ser nova na cidade e estarem passando por necessidades. Foi realizada uma visita doméstica para incluirmos a família nos atendimentos do CRAS. A família veio do Mato Grosso do Sul a menos de um mês, não possuem renda ainda, vieram atrás de emprego, pois no outro estado não estavam conseguindo trabalho. Conheciam alguns familiares que moravam em Mercedes e vierem para cá. O filho mais velho trabalha por dia e ganha 40,00 a diária, mas não é todos os dias. Não possuem muitas roupas de frio e nem cobertores, não tem dinheiro para comprar comida e solicita cesta básica. (CRAS, 2016a)

A família em questão, aparentemente, teria chamado atenção de outros moradores da cidade, já que, como consta, “a equipe técnica do CRAS foi avisada sobre a família de Sirlene” (CRAS, 2016a)⁴. Seria esta informação levada ao Centro por quais motivos? Seria motivada por uma suposta complacência, ou uma intenção tida como o reconhecimento das dificuldades enfrentadas pela família? Já que não ter roupas de frio, não possuir aquilo que lhes garanta o mínimo conforto e segurança (além de sua própria saúde) em tempos de inverno, ainda não ter como comprar comida são notadamente situações adversas e de dificuldade, e que são compartilhadas por aqueles que possuem uma situação de classe próxima a sua e que necessitam de doações de roupas e cobertores, além de suprimentos alimentares e médicos (se não únicos, complementares).

O contato com o órgão por parte de outros (não especificando no documento quem o fez) também pode ser percebido como uma atribuição de responsabilidade do Poder Público para com o controle da situação em que se encontravam Sirlene, seus filhos, sua irmã e sobrinha, haja vista que essa era a constituição familiar indicada na ficha (CRAS, 2016a). Além disso, havia a indicação de que possuíam outras crianças para serem trazidas para Mercedes.

Pois que, ao se deparar com a família, o informante teria tratado de informar aqueles que interpreta ou interpretou como responsáveis por tomarem medidas a respeito da situação.

Mas, não é apenas isso que podemos perceber no trecho citado da fonte. Foi Sirlene que requereu a cesta básica, não foram as agentes que teriam gentilmente cedido algo para ela. Sirlene, assim como sua irmã, e mesmo as crianças que com elas estavam e as que viriam a estar, estão demarcando um território de relações, que é demarcado por disputas entre modos de ver e viver a cidade.

Seu filho, de 15 anos de idade trabalhava por diária, ganhando por jornada R\$40,00 (quarenta reais), mas, como consta, “não eram todos os dias” (CRAS, 2016a), o que permite perceber a tensão em torno de sua situação social adversa, e como se coloca em meio as relações de exploração vivenciadas na cidade.

Digo isto, pois ao analisar as fichas que tive acesso no CRAS de Mercedes para essa pesquisa, a presença de pessoas que trabalham por dia, em profissões como pedreiro, pintor, faxineira, entre outros, é marcada pelas ações de diversos sujeitos na cidade.

Vejo, antes de tudo, a cidade como um espaço de disputas, onde se colocam e se pautam diferentes projetos daquilo que seria morar, trabalhar, permanecer e constituir

⁴ As datas a que se remetem os contatos feitos entre Sirlene e o CRAS datam de 15 e 29 de Junho de 2016.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

vínculos. Neste sentido, diferentes projetos de cidade vão sendo construídos e materializados nas ações dos que vivem e tomam parte nela – temporariamente, ou de modo esporádico⁵.

Pensando nisso é que me volto para certas relações, tanto as firmadas por trabalhadores frente aos serviços públicos (com agentes de instituições de saúde e aquelas que lhes permitam acesso ao que entendem ser seu por direito), quanto as que negam esse convívio tenso e de exposição.

Assim, ao mesmo tempo em que encontramos Faustina, Sirlene e tantos outros, também visualizamos as anotações sobre posicionamentos que buscam se distanciar destes mesmos lugares.

Essas documentações nos permitem perceber práticas que buscam amenizar o recrudescimento do empobrecimento enfrentado por diversos sujeitos que ora procuram o CRAS, ora são procurados por eles – como o caso de Sirlene. Essa presença de trabalhadores com experiências de vulnerabilidade foram anotadas em meio a determinados espaços de relação (SANTOS, 2016, pp. 25).

Assim, muitos trabalhadores demarcam seus campos de ação, (re)colocando modos de ver e viver a/na cidade. Neste sentido, penso nas experiências de Rosalva (2019), narradas durante nossa conversa, onde mesmo vivendo no campo (como arrendatária), trabalhava, também, no meio urbano:

Daiana - Você já trabalhou em fábrica, assim...?

Rosalva - Eu trabalhei já em fábrica, eu trabalhei uns quatro meses em fábrica.

Daiana - Que fábrica?

Rosalva - Na fábrica de Mercedes aqui, de costura né?...

[...]

Daiana - E era pesado trabalhar lá?

Rosalva - Não, não é pesado, você tem que... também... que cumprir uma meta né? Você tem que dá produção, mas é bom trabalhar lá também.

Daiana - Mas aí você fazia o que lá, cortava fio...?

Rosalva - Eu fazia de tudo, eu era tipo, auxiliar de costureira né? Mas eu cortava, fazia de tudo... o que mandava eu fazia... eu era tipo, auxiliava todas as costureiras no caso né?... eu tava em todas as áreas.

Daiana - E ganhava bem, assim?

Rosalva - Ah, eu ganhava um salário mínimo naquela época [2016] né?...

Daiana - Mas aí você morava no sítio?

Rosalva - Ainda morava no sítio...

Daiana - E aí você decidiu trabalhar lá por quê?

Rosalva - A gente passou por um momento difícil né? Tava bem complicado naquela época... meu marido não trabalhava fora, só na roça... na roça. Mas, daí eu decido trabalhar um tempo fora, pra dar uma ajudada né?... Mas, daí não deu certo, também, por que era longe, não dava...

⁵ Destaco essa questão pensando em como os trabalhadores e suas expectativas se colocam em disputas com outros projetos de cidade, ou seja, daquilo que as supostas autoridades municipais planejam para o lugar e seus municípios. VITTI (2017), em seu trabalho de Conclusão de Curso nos oferece uma interessante problemática, que parte de como trabalhadores lidavam com pressões e limites que compunham suas dinâmicas em Toledo, partindo de trajetórias de sujeitos que viviam e ou foram viver no bairro Panorama.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

(ROSALVA, 2019)

Rosalva expõe suas motivações para trabalhar na área urbana, mais especificamente na fábrica de costura, em 2016, onde suas duas filhas também se empregariam pouco mais tarde também. Segundo ela, teria ido trabalhar na Fábrica onde existe uma rotatividade consideravelmente grande de trabalhadores, especialmente mulheres, por isso a possibilidade de contratação ser mais efetiva. Lá teria ficado dois meses em 2016. Após isso desenvolveu atividades como faxineira no rural e urbano, voltando, posteriormente, a cumprir por mais dois meses atividades na fábrica (ainda em 2016), onde “o que mandava eu fazia”, “tava em todas as áreas”, o que permite perceber que possuía mais de um encargo no desenvolvimento das atividades em questão (ROSALVA, 2019).

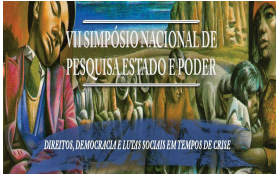
Mas o que interessa é perceber as alternativas e possibilidades abertas pela trabalhadora, diante das pressões experimentadas com o arrendamento rural, colocando-a em relações de poder e exploração – em indústrias ou em atividades domésticas – que buscava se afastar toda vez que as condições da família permitia.

Neste sentido, a análise de Williams (1979) é importante para se pensar a ação dos sujeitos históricos sobre certa situação determinada, mas a qual não é isenta de disputas e dissensões.

Na análise histórica autêntica, é necessário, em todos os pontos, reconhecer as inter-relações complexas entre movimentos e tendências, tanto dentro como além de um domínio específico e efetivo. É necessário examinar como estes se relacionam com a totalidade do processo cultural, e não apenas com o sistema dominante selecionado e abstrato. (WILLIAMS, 1979, p. 124)

Neste sentido, é necessário pensar a presença desses sujeitos enquanto marcadas pela desigualdade, pressionadas por elas, mas cujas possibilidades são alargadas ou tensionadas conforme as atuações e relações que experimentam. É nesta perspectiva que busquei problematizar os horizontes construídos por trabalhadores. Dentro destas possibilidades está a procura, ou não, pela Rede de Assistência Social do município. É o que pode ser percebido quando Daniel, de 52 anos, filho de Vanda, de 73 anos e desempregada, não aceita o tratamento proposto para parar com a bebida (que é algo que compõe seu modo de viver): “a usuária já procurou tratamento para o filho e o mesmo não aceitou a ajuda proposta pela BVS” (CRAS, 2016b). Por que não aceitar o tratamento oferecido? Vanda teria buscado pelo programa de Cesta Básica, pois estava “com dívidas na farmácia”.

Será que, diferentemente das agentes do CRAS, Daniel não enxergava o fato de beber como um empecilho e ou um problema para si mesmo? Aliás, é uma prática social que o mesmo atribui seus sentidos e valores, isto é, integra a própria dinâmica de vida e o significado que o atribuem os diferentes sujeitos, se colocando mesmo contra tentativas de controle sobre isso. Além disso, ainda pagavam aluguel, e passavam por dificuldades financeiras. Cabe questionar ainda: estas dificuldades só teriam sido vivenciadas neste momento (2016), ou integram a trajetória destes sujeitos, mas a qual não temos conhecimento através da ficha?



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Mais do que problematizar a aceitação ou não da assistência, chamou minha atenção uma ficha de desligamento de uma família dos programas sociais que recebiam, sendo eles: cesta básica, Luz Fraterna e isenção do IPTU.

A equipe técnica achou por bem inserir a família no programa de benefício eventual de cesta básica devido às dificuldades financeiras apresentadas pela família, e também para realizar monitoramento e acompanhamento à família para evitar situações que coloquem a estabilidade da família em risco. A família foi informada da reunião e do recebimento da cesta básica, mas não compareceram e nem procuraram em outro momento para retirar. A equipe técnica soube informalmente que a família não estava mais residindo na cidade desde o início de Junho de 2015. (CRAS, 2016c).

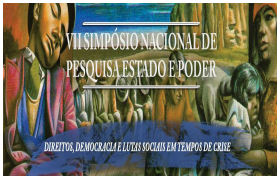
Esse parecer data de Janeiro de 2016, ou seja, sete meses após a partida da família de Alice, sendo que a mesma possuía vínculo com o CRAS desde o ano de 2014. Aparentemente, o modo pelo qual Alice entendia essa ligação não era condizente com a postura que esperavam as assistentes. Pois, a trabalhadora não teria visto como necessário o aviso de que deixaria a cidade com sua família.

É possível perceber que é uma relação em tensão, desde o momento em que chega na cidade até o momento de sua partida, pois, como consta no parecer das assistentes sobre a alimentação: “compra como pode”, tendo casa cedida. Digo isto, pois Alice, seu marido e dois filhos haviam chegado em Mercedes em 2014, quando o primeiro contato com a equipe do CRAS ocorre, porém, pode-se perceber que não houveram muitas modificações em suas condições, pois em 2015 já não pagavam mais aluguel, mas sim viviam em casa cedida em Novo Rio do Sul, linha rural da cidade. A partir daí, disputam relações com os demais moradores da cidade, seja por vagas de trabalho seja em como viver nela (conseguir morar, cuidar dos filhos...).

Assim, é possível perceber, analisando a documentação apresentada que muitas são as ponderações e avaliações feitas por trabalhadores ao se buscarem outros lugares e relações, nem sempre concretizados como esperado. Assim, existe mesmo a possibilidade de se permanecer e ou sair da cidade, seja para onde se residia anteriormente, ou ainda para regiões ainda não conhecidas. Mercedes se apresenta enquanto um lugar possível, sobre a qual se colocam as expectativas e as realidades vivenciadas por estes sujeitos, em que pesem diferentes questões, como trabalhar, morar, estudar, etc. São horizontes abertos pelos que se veem na necessidade de buscar outros lugares para se viver.

Suas presenças demarcam seus espaços de sociabilidade, assim como as relações de poder que são tensionadas na dinâmica própria da cidade. Dizer isso significa assumir uma dimensão social que o campo historiográfico passou a assumir, principalmente, algumas décadas após a segunda metade do século XX. Ou seja, assumir a história enquanto imbricada no presente que a produz, e assumindo a potência dos sujeitos históricos que a produzem, assumindo sua heterogeneidade, o que é o mais instigante no uso das fontes orais e ao se pensar a memória.

Como qualquer experiência humana, a memória é também um campo



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

minado pelas lutas sociais: um campo de luta política, de verdades que se batem, no qual, esforços de ocultação e de clarificação estão presentes na disputa entre sujeitos históricos diversos, produtores de diferentes versões, interpretações, valores e práticas culturais. A memória histórica constitui uma das formas mais poderosas e sutis de dominação e legitimação do poder. Reconhecemos que tem sido sempre o poder estabelecido quem definiu, ao longo do tempo histórico, quais memórias e quais histórias deveriam ser consideradas para que fosse possível estabelecer uma certa Memória capaz de cunhar uma História "certa". E nosso campo de atuação é justamente este: como historiadores comprometidos no social, interessados em voltar aos acontecimentos passados não apenas para conhecer sua história, mas para detectar as razões que o engendraram, buscamos transformar o presente sempre atentando para o que nele resta desse passado, tendo como horizonte a construção de um futuro diferente do que temos hoje. (FENELON, 2004, p. 06 apud CALVO, 2013, p. 3-4).

Neste sentido, destaco a premissa de enxergar as memórias produzidas pelos diferentes sujeitos sociais como um espaço também de disputas, ou seja, onde se conflitam diferentes modos de olhar e significar o processo histórico. E, ao pensar as experiências enquanto potenciais para se problematizar questões do passado e presente, partindo do pressuposto de que estes tempos dialogam e confluem, ou seja, não são antagônicos, nem separados.

Assim, é importante, conforme já colocado, problematizar as possibilidades construídas por trabalhadores. Assim, as experiências de Rosalva (2019) permitem questionar a dinâmica vivida por aqueles que buscam uma vida melhor em outros lugares.

Sua família saiu de Realeza-PR e partiu para o Paraguai, no ano de 1985, mais especificamente, para a cidade de Puerto Adela⁶. Achei interessante o modo pelo qual a entrevistada coloca os acontecimentos vividos nesse momento. Pois, inicialmente quando perguntei sobre sua mudança ao Paraguai ela destacou: Quando eu fui pro Paraguai eu tinha 6 anos de idade [1985], então eu vivi lá até os meus 20...24 anos de idade, daí eu já tinha cinco filho quando nós viemos aqui pra Porto Mendes [2002]. (ROSALVA, 2019). Mas possui algo que ela só coloca depois de outras perguntas, onde é possível perceber que esse foi um caminho marcado por idas, mas também por muitas vindas. Ou seja, posteriormente Rosalva ressalta suas dificuldades em estudar no Paraguai. Assim, expõe sobre sua escolarização:

Daí foi só também, 2 anos no Paraguai, 2 anos no Brasil, aí eu fiquei lá um... até uns 8 anos, daí meu pai me trouxe de volta pra Realeza, pra mim poder ir na escola né? Por que... não tinha escola naquela época, lá no Paraguai. (ROSALVA, 2019)

Assim, pode-se perceber que são diversas as ponderações para se permanecer ou sair de um lugar. Somente ela havia voltado para Realeza, onde viveu por 2 anos com seus avós,

⁶ As cidades ficam a 336,5 km de distância uma da outra.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

voltando a morar com os pais no outro país novamente. Rosalva estabelece ligações entre este seu passado e os tempos de hoje, pois que “não tinha escola naquela época lá no Paraguai”. Mas será que isso se modificou enquanto realidade daquele espaço? Pergunto isso, pois a educação de seus filhos foi, segundo ela, a principal motivação para, após 26 anos, se mudar para o distrito de Porto Mendes, na cidade de Marechal Cândido Rondon – PR, no ano de 2002⁷, mesmo assumindo que hoje a realidade pode ser outra, já que “já ta vinte anos que a gente saiu de lá” (ROSALVA, 2019).

É importante perceber que as ponderações para se estabelecer em outros lugares passam por avaliações as mais distintas, ou seja, são avaliadas as possibilidades que possuem, assim como pesados seus próprios interesses. Entre elas, está a decisão sobre em que condições e modos de viver irá se estabelecer na cidade, ou seja, passa pela ponderação de que relações.

Penso que as questões colocadas ao longo da investigação nos permitem discutir experiências de trabalhadores no Oeste do Paraná, partindo da cidade de Mercedes, buscando evidenciar e problematizar suas historicidades e o modo pelo qual esse processo histórico é tratado e construído pelos sujeitos em questão, que têm suas presenças marcadas pelas relações de poder vivenciadas nesta territorialidade. Mas, não se trata de encontrar repostas fixas e conceitos acabados e, sim, buscar refletir sobre os modos pelos quais trabalhadores lidam com suas condições de classe e se colocam diante delas avaliando decisões e alternativas possíveis, assim como pressões e limites.

Esta oportunidade de iniciação científica me cativou a investigar e produzir materiais, apesar de adversidades no processo de coleta e análise. Pensar e dar corpo a uma investigação é algo muito prazeroso, mas que, ao mesmo tempo, exige esforços e traz dificuldades. Ao longo do projeto, foram selecionadas e analisadas 128 fichas do Centro de Referência e Assistência Social, assim como produzidas duas entrevistas, onde busquei evidenciar as experiências que destacam as questões da pesquisa.

Fontes

Acervo CRAS

- CRAS (2015). Parecer. Mercedes, Secretaria Municipal de Assistência Social. Faustina (pseudônimo). 13 dez. 2015 – Vila Três irmãs, área rural.
- CRAS (2016a). Ficha de cadastro e anotação. Mercedes, Secretaria Municipal de Assistência Social. Sirlene (pseudônimo). 29 de junho de 2016. Vila Três Irmãs – Mercedes.
- CRAS (2016b). Parecer. Mercedes, Secretaria Municipal de Assistência Social. Vanda (pseudônimo). 01 set. 2016. Local: casa de Vanda.

Fontes Orais

⁷ Porto Mendes se localiza no Oeste do Paraná, e está localizado a 156 Km de distância de Puetto Adela (cidade do Paraguai onde morava).



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

ROSALVA (2019). Entrevista concedida à Daiana Aparecida Henrichsen, em 07 de maio de 2019, na casa da entrevistada, de 41 anos de idade. Mercedes-PR.

Referências bibliográficas:

CALVO, Célia Rocha (2013). Sobre cidades. Culturas, memórias e histórias: perspectiva de investigação social. Notas de uma pesquisa. In: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.

FREITAS, Sheille S.; SANTOS, Carlos M. S. (2019). Trabalhadores e as fendas da ambivalência assistencial: Oeste do Paraná em fins do séc. XX e início do séc. XXI. *Tempo e Argumento*, 11, 387-428.

ROLNIK, Raquel; *O que é cidade*; Editora Brasiliense, São Paulo; Coleção Primeiros Passos, 203.

SANTOS, Carlos Meneses de Sousa. (2016) *Trabalhadores em Movimento: Horizontes abertos em Marechal Cândido Rondon – PR. Segunda metade do Século XX e início do XXI*. Jundaí: Paco Editorial.

VITTI, Fernanda Medina (2017). *A presença de trabalhadores em Toledo a partir do Jardim Panorama: histórias e memórias*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

WILLIAMS, Raymond. (1979). *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar editores.



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

**TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIFICAÇÕES E
DISSIDÊNCIAS: VALORES EM TENSÃO (MARECHAL CÂNDIDO
RONDON-PR, FINAL SÉCULO XX E INÍCIO XXI)**

DANIELA MELO RODRIGUES¹

Resumo: Para essa pesquisa, foram fulcrais os trabalhadores que avaliaram (e avaliam) a cidade de Marechal Cândido Rondon-PR como uma possibilidade frente a seus percursos. Ao pensar esses sujeitos, a reflexão aqui se faz acerca de seus valores na construção de identificações e dissidências, ponderando como eles estão imbricados com suas idas e vindas. A investigação em torno dos modos de viver é uma chave de acesso no que tange pensar as experiências que compõem os territórios da cidade. Ao analisar a presença e as relações sociais estabelecidas por esses sujeitos me deparei com os frequentes encontros e desencontros entre os mesmos, juntamente com enfrentamentos que envolvem a escolarização e o trabalho. Elegi o período do final do século XX e início do XXI a fim de pensar o processo histórico recente em que esses sujeitos estão inseridos. Nesse sentido, as diversas interpretações construídas a partir das fontes orais e matérias do jornal O Presente auxiliaram como evidências para o esse debate. Assim, a movimentação desses trabalhadores, analisada a partir da cidade localizada no Oeste paranaense, vai além dessa territorialidade, pois acessa as condições e ações que envolvem a experiência desses sujeitos na sociedade em que traçam suas trajetórias.

Palavras-chave: Trabalhadores; identificações e dissidências; experiência.

Introdução

Os trabalhadores que vemos todos os dias em nossas cidades carregam com sigio aspectos pertinentes, principalmente no que tange a reflexão da sociedade em que produzem sua trajetória. Esses aspectos podem ser compostos por diferentes caminhos de análise: a moradia, o trabalho, a escolarização, a saúde, dentre outros. Todavia, o incômodo que norteia a investigação aqui produzida é calcado nos modos de vida desses trabalhadores, com a pretensão talvez perigosa de abarcar a experiência desses sujeitos, indo além de determinados padrões que podem rodear alguns dos aspectos citados acima.

Nesse sentido, parto dos trabalhadores que chegam na cidade de Marechal Cândido Rondon-PR, localizada no Oeste paranaense no final do século XX e início do XXI, para

¹ Mestranda pelo programa de Pós-Graduação: História, Poder e Práticas Sociais, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. E-mail: danielamelorodrigues@hotmail.com



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

ponderar acerca de seus valores e o modo como esses permeiam seus modos de vida². Na década de 1960, Thompson provocava seus leitores, e a academia em si, ao escrever:

Da alimentação passamos à moradia, da moradia passamos à saúde, da saúde à vida familiar, e desse ponto ao ócio, à disciplina no trabalho, à educação e lazer, à intensidade do trabalho e assim por diante. Do padrão de vida, passamos ao modo de vida (THOMPSON, 1998, p.37).

O desafio posto a praticamente 40 anos perdura em minha visão. Evidentemente que não aos mesmos moles, uma vez que os sujeitos e historicidades se alteram em cada pesquisa. Porém, o sentido de história ou o pressuposto que norteia a provocação produzida pelo autor são ainda pertinentes para a reflexão que envolve os trabalhadores aqui abordados. Ao destacar e discutir elementos como trabalho, vida familiar e moradia na realidade experienciada por esses sujeitos nessa produção, principalmente querendo observar suas intersecções, me vi imersa em uma complexa tarefa.

As questões foram assim essenciais nesse processo, sendo que para esse momento elas foram elaboradas mediante o contato realizado com as evidências. Os valores produzidos e presentes nas experiências desses trabalhadores ressoavam nas fontes analisadas, juntamente com as identificações e dissidências entre esses sujeitos e nas demais relações que constroem. Nesse sentido, indago: De que maneira as identificações e dissidências perpassam o ser trabalhador e seus valores? A presença desses trabalhadores na cidade está atrelada a quais motivações e valores? Esses valores influenciam nas idas e vindas desses sujeitos na cidade ou fora dela?

Essas indagações compõe uma parte dos demais anseios que proponho pesquisar na produção da dissertação que escrevo atualmente e, nesse sentido, o texto aqui presente se faz como uma das possibilidades que encontrei ao pensar sobre os modos de vida dos trabalhadores em Rondon³. O enfrentamento, em algum momento da trajetória, de desafios relacionados a adversidade expressa na condição de classe, foi o flanco de escolha desses sujeitos.

O contato com as fontes, foi assim, fulcral para essa análise. As entrevistas e matérias do jornal O Presente me aproximaram das memórias produzidas sobre e por esses trabalhadores na cidade, sendo que essas produções me parecem também ligadas a

² Caro leitor, a partir de agora irei me referir à cidade apenas como Rondon, visto que muitos preferem utilizar Rondon ou Marechal no dia a dia para denominá-la e, juntamente, para poupá-los de ler o nome da mesma em sua extensão.

³ Outros pesquisadores já se atentaram a essa questão, como Durães (2014). A autora tratou os modos de vida dos trabalhadores a partir das relações desses sujeitos com uma indústria de laticínio da cidade (entre 1989-2011). Ao investigar sobre esses trabalhadores, vinculados à indústria, a historiadora trouxe análises voltadas principalmente para as práticas de exploração e resistência desses sujeitos. Dessa maneira, a multiplicidade de produções que levam em conta os modos de vida dos trabalhadores abre flancos para se perceber os diferentes pressupostos e dinâmicas nas produções historiográficas.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

determinados valores. Marcos, um de meus entrevistados, foi emblemático para tal ponderação⁴.

Eu encontrei Marcos trabalhando no centro comercial da cidade, ele residia em Maringá-PR e toda semana vendia seus panos de prato em uma cidade diferente⁵. Naquele momento, ele, seus colegas e o fornecedor de panos ficavam em Guaira-PR durante a semana para descolocarem-se até as cidades da região, e depois voltavam para suas moradias⁶. Durante nossa conversa, dentre tantos assuntos que iam e vinham, me chamou a atenção sua avaliação acerca do porquê terminou seu casamento.

Daniela: E você ficou quanto tempo casado?

Marcos: Sete anos.

Daniela: E por que assim vocês se separaram?

Marcos: Ó, na minha concepção, na minha, não vou dizer que sou perfeito, porque ninguém é perfeito, eu sou chato, se você me conhecer você vai ver que eu sou chato pra caramba, mas assim, na minha concepção, eu separei não foi traição, não foi nada, mas eu chegar em casa e perguntar o porque não tem uma comida pronta e ela falar: “Tá achando ruim, faz você”, e minha roupa pra lavar: “Eu não vou relar minha mão nessa imundícia”.

Daniela: E ela não trabalhava?

Marcos: Trabalhava, trabalhava também. Nesses assunto eu sou um pouco machista sabe? (risos) mas não é ser machista, porque, por exemplo, eu tava conversando ali com a senhora, porque os casamento duravam? Teu avos, por exemplo, deve ter quarenta ano de casado, cinquenta ano, no mínimo, ai pega assim de tia sua, 5 ano, 2 anos, um mês, quando nem casa né? Só namora. Então, ou seja, antigamente a mulher ela tinha... não assim, não que mulher não possa trabalhar, mas cuidar de casa, cuidar dos filhos, porque hoje em dia uma mulher que trabalha, por exemplo, eu caso com você, ai a gente tem um filho, deixar na creche é você que tá cuidando?

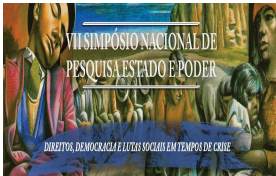
Daniela: Não.

Marcos: O dia inteiro é você que tá cuidando? Ai você vai chegar seis e meia, sete hora da noite do serviço, do mestrado alguma coisa, duas horas você vai mudar a cabeça do que aprendeu o dia inteiro, você ficar duas hora junto. Isso quando uma mãe se dedica a ficar as duas horas “Ai to cansada, trabalhei, vou assistir tv, ó o celular, para de chorar, não me enche o saco”, a gente ouve hoje em dia e ai quando ela tem um tempo livre, hoje em dia, muitas mãe vai pro celular hoje em dia, ao invés de ir pro lado de um filho, uma criança. (MARCOS, 2018)

⁴ Para a segurança e preservação da imagem desses trabalhadores, todos os entrevistados, receberão pseudônimos. As entrevistas produzidas se encontram em meu acervo pessoal e estão disponíveis para os interessados.

⁵ A cidade de Maringá-PR é localizada a aproximadamente 300 km da cidade de Rondon, compreendendo um total de 340 mil habitantes segundo o IBGE (2018)

⁶ A cidade de Guaira-PR é localizada a aproximadamente 70 km da cidade de Rondon e é conhecida também por fazer fronteira com o Paraguai, compreendendo um total de 32 mil habitantes segundo o IBGE (2018).



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Marcos tinha, no momento da entrevista, 31 anos e estava separado a três anos de sua esposa. Enquanto conversávamos, essa fala me trouxe certo desconforto, provavelmente percebido pelo trabalhador que começou a fazer algumas pausas e até mesmo ponderar que é “um pouco machista”. Entretanto, passado o choque inicial, encaro a ponderação de Marcos como repleta de valores, muitos inclusive compartilhados com demais sujeitos.

A dissidência entre ele e sua esposa carrega consigo a historicidade acerca do período atual em que muitas mulheres buscam sua independência, ou seja, já não avaliam que são as únicas responsáveis por cuidar dos filhos e da casa. Essa alteração de valores se faz de forma recente, uma vez que o próprio Marcos indica como no momento em que nossos avós eram casados essas funções eram vistas como destinadas as mulheres.

Carla, ex companheira de Marcos, lidava diariamente com um marido que exigia sua dupla jornada de trabalho (uma em seu trabalho remunerado e outra nas funções da casa). Ao não se identificarem em suas moralidades, ambos os trabalhadores, começaram a encarar conflitos em sua relação. Esses conflitos, para além de brigas entre marido e mulher, expressam que mesmo compartilhando de determinados aspectos (condição de moradia, trabalho, etc.) é possível que haja entre esses sujeitos dissidências em seus valores.

Frente a diferentes modos de pensar a agir, possibilidades são forjadas por esses trabalhadores. Marcos pôde iniciar a venda de panos de pratos também após a separação, pois Carla ficou com as crianças, caso contrário era preciso que o trabalhador encontrasse alguma atividade em que pudesse voltar todos os dias para casa.

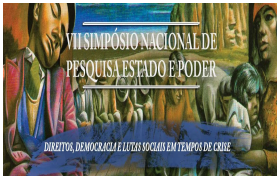
Essas diferenciações não se fazem apenas entre relacionamentos conjugais. O jornal O Presente fez uma matéria intitulada “Tradição das casquinhas pode gerar renda extra” (2006), nessa havia a trajetória de uma trabalhadora que fazia com que as casquinhas de ovos virassem recipientes para o amendoim açucarado, comum durante a Páscoa na região. A pequena matéria contava ainda com um subtítulo, que transcrevo a seguir:

Dedicação

Ela [Maria Otília] pinta as casquinhas e prepara o amendoim, preenche e ainda faz a cestinha enfeitada. Ela é um exemplo de boa vontade e dedicação. Em uma as noites de atividades, Maria Otília ficou até uma hora da manhã fazendo casquinhas. “Muitas pessoas reclamam que não tem o que fazer, mas não tem porque não querem. Há tantas coisas para fazer... eu faço crochê, bordados, várias coisas”, garante. (TRADIÇÃO, 2006)

A trabalhadora de 73 anos, segundo o jornal, fazia as casquinhas a sete anos e naquele ano chegou a fazer “132 dúzias”. A renda extra se fez como uma chave de acesso para o jornal, no qual a interpretação de Maria acerca de como “muitas pessoas reclamam que não tem o que fazer, mas não tem porque não querem” tenha sido recebida com empolgação pelo editorial. Uma vez que a recíproca de que “não trabalha quem não quer”, aparece em outros momentos ao longo dos anos quando, por exemplo, quando escrevem matérias acerca da “falta de mão de obra” e como os trabalhadores “não se interessam em se especializar” (GERENTE, 1995), sendo esse fator a causa de tantos desempregos na cidade⁷.

⁷ Reflexão essa que perpassa a dissertação de Lagos (2018), que utilizou as fichas preenchidas por trabalhadores para a Agência de Trabalho – Sine, a historiadora ao evidenciou como muitos trabalhadores estão além de



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

O jornal, presente enquanto fonte, é debate por parte de alguns historiadores que utilizam essa fonte em suas pesquisas. Maciel (2004) auxiliou-me nesse sentido, uma vez que a autora escreveu como

[...] a imprensa assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais que se opõem em uma dada sociedade e conjuntura, mas os articula segundo a ótica e a lógica dos interesses de seus proprietários, financiadores, leitores e grupos sociais que representa (MACIEL, 2004, p.15).

Essa “ótica e lógica” é que me fazem refletir o porquê a matéria sobre as casquinhas ser produzida da maneira como foi, com a presença de entrelinhas que indicam sua valorização para com os trabalhadores “dedicados”. Com esse incômodo acerca da produção das matérias, me volto para o diálogo com a Comunicação Social. O autor Elton Antunes (2008), em um de seus artigos analisa o atual desempenho dos jornalistas. Juntamente a isso, faz uma abordagem acerca da metodologia usada pelo jornalismo trazendo para o leitor debates com autores da área.

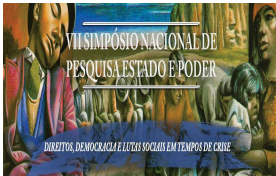
Ao considerar que Antunes (2008) é também docente em sua área acredito que em alguma medida as reflexões que produz compõem parte da formação de muitos jornalistas. Nesse sentido, é que o referencio nessa investigação, a fim de problematizar as matérias produzidas pelo jornal O Presente.

O jornalista é sempre um interpretante. A vida-relato que ele constrói não é meramente um relato sobre algo. É ao mesmo tempo um enunciado narrativo e uma enunciação narrativa, o tempo contado e o tempo de contar se confundem (ANTUNES, 2008, p.19).

O debate está posto: a interpretação compõe a produção jornalística. Nesse sentido, os debates produzidos acerca da produção jornalística, na sua área e também na historiografia, compartilham alguns aspectos no que tange a reflexão acerca da narrativa construída. A matéria citada anteriormente, ainda que não explore ou aprofunde sobre os modos de vida dos trabalhadores, é uma chave de acesso para investigar a interpretação presente na cidade acerca desses sujeitos.

Todavia, mesmo que o jornal possuísse determinada pauta, a trabalhadora que aos 73 anos precisa vender as casquinhas de Páscoa para complementar sua renda mensal força sua entrada nas páginas do O Presente (em meio a propagandas de indústrias, comércios da cidade e apoio aos agricultores). A condição de Dona Maria reflete, assim, a desigualdade social em que esses trabalhadores se veem envolvidos. No qual, a necessidade de criar alternativas para complementar a renda sejam elaboradas, pois a provável aposentadoria ou o recebimento de um salário mínimo (R\$350,00 em 2006 – período da matéria) não são o

aceitar qualquer trabalho, mas sim avaliou as condições desses e como buscavam aquilo que atendessem suas necessidades.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

suficiente para o pagamento de contas como: aluguel ou prestação da casa própria, alimentação, água, luz, gás, remédios, roupas, etc⁸.

O modo como Dona Maria encontrou para conseguir atender suas necessidades sugere ainda mais um ponto, principalmente levando em consideração a fala que o editorial do jornal decidiu destacar. Como dito anteriormente, o uso da fala da trabalhadora para reforçar uma imagem de meritocracia faz parte da matéria. Entretanto, ao ponderar que “Muitas pessoas reclamam que não tem o que fazer, mas não tem porque não querem. Há tantas coisas para fazer” a trabalhadora produz também uma distinção frente aqueles que podem compartilhar de sua condição, mas não dos mesmos valores.

As adversidades podem ser enfrentadas de distintas maneiras por esses trabalhadores e a ponderação de Dona Maria vai de encontro com aquilo que possui de moralidade. A não identificação da mesma para com aqueles trabalhadores que não buscam formas de renda extra em momentos frágeis, ou até mesmo para com aqueles que reconhecem seus direitos frente ao recebimento de Cestas Básicas e entrada em programas assistenciais, a fazem produzir esse distanciamento.

As “tantas coisas para fazer” perpassam por aquilo que esses sujeitos, mesmo frente aos limites de suas condições em relação a moradia, a alimentação, dentre outros, produz enquanto alternativa. Nesse sentido, encontrei no mesmo jornal, principalmente após o início dos anos 2000 certa frequência em classificados, como os que seguem:

MOÇAS. Precisa-se, para dividir república. Tr [número de telefone] c/ [nome] (MOÇAS..., 2000, p. 32).

PROCURO, moça p/ dividir casa ou apartamento, em M.C. Rondon. Tr [número de telefone] c/ [nome] (PROCURO..., 2001, p. 23).

RAPAZ PARA DIVIDIR DESPESAS, procuro, para morar em local tranquilo e [ótima localização, em Rondon, baixo custo. Tr. [número de telefone] com [nome] (RAPAZ..., 2004, p. 07).

O classificado em si, por vezes, não permite muitos avanços, uma vez que pouco posso saber sobre aquele sujeito que o escreve: de onde é, quantos anos tem e quais são suas condições. Entretanto, isso não retira a evidência que essas poucas linhas carregam. As palavras “dividir despesas”, “baixo custo” e “república” que aparecem indicam a disposição desses sujeitos em produzir uma sociabilidade forçada perante os custos e modo de vida que pretendem garantir.

⁸ Os dados acerca dos valores do salário mínimo estão presentes no site do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, o departamento produz ainda uma relação entre o valor do salário mínimo e o valor “necessário”. O resultado acerca do valor denominado como necessário é produzido mediante aos valores dos produtos presentes nas Cestas Básicas. No ano de 2006, em que Dona Maria produzia as casquinhas de Páscoa, a DIEESE avaliou que o salário deveria ser de R\$1536,96, valor que ainda não foi alcançado em 2019 em que o salário mínimo é de R\$998,00. A discrepância entre aquilo que os trabalhadores recebem e o que precisariam para conseguir uma alimentação de qualidade e equilibrada chega a números exorbitantes, uma vez que a diferença entre esses salários em 2006 chega a R\$1.186,96.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Através da divisão de despesas esses sujeitos conseguem se manter na cidade e/ou no apartamento/casa que avaliam que atendam suas necessidades. Junto a isso, a cidade de Rondon, mesmo que relativamente pequena com seus aproximadamente 50 mil habitantes (IBGE, 2018), possui um dos *campi* de uma universidade estadual, assim como faculdades privadas e os polos de educação a distância. Essas diferentes instituições de ensino superior fazem com que diversos sujeitos cheguem para estudar, eu mesma fui uma dessas pessoas, assim como muitas daquelas “moças” e “rapazes” que buscavam dividir as despesas⁹.

É possível observar também que muitos desses anúncios possuem como identificação inicial elementos que já apontem o público que pretendem alcançar. A sugestão em valorar a distinção “moça” com moças, “rapaz” com rapazes, adjetiva alguma moralidade nessa condição. Esse fator é decorrente, muitas vezes, do receio em dividir a casa e/ou apartamento com ambos os sujeitos (moças e rapazes). Essa combinação, adicionada ao fator de muitos serem jovens, apontam interpretações variadas diante daquele princípio inicial (divisão de gastos). A possibilidade de riscos nesse convívio, destacado particularmente em relação às garotas, assim como certa predominância de uma visão, como a de Marcos em relação a sua ex companheira, que os cuidados da casa devem ficar com as mulheres acaba, muitas vezes, alimentando essa distinção e visão sexista.

A produção dessa distinção não deve ser abandonada ou rejeitada, pois expressa condições da sociedade atual e como outros crivos (para além ou juntos da luta de classes) perpassam a experiência desses trabalhadores na cidade. Na análise dos classificados, entre a busca definida de “moças” e “rapazes”, é possível encontrar aqueles que escreveram apenas a necessidade de “Pessoa para dividir despesas” (PESSOA, 2010). Nesse sentido, a presença de trabalhadores que dividem moradia com familiares, colegas e desconhecidos se faz em Rondon, sendo, em minha visão, necessário visualizar o padrão encontrado nos classificados do jornal não como regra única, e sim como uma possibilidade.

As experiências compartilhadas dos trabalhadores e as peculiaridades percebidas, seja em sua trajetória seja em aspectos do seu modo de vida, aparecem nessa pesquisa como possibilidades de análise da complexidade desse processo histórico. Nesse sentido, a análise de Portelli (1996) me instiga a abrir os horizontes de reflexão.

[...] a palavra-chave aqui [é] possibilidade. No plano textual, a representatividade das fontes orais e das memórias se mede pela capacidade de abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas. Nos planos dos conteúdos, mede-se não tanto pela reconstrução da experiência concreta, mas pelo delinear da esfera subjetiva da experiência imaginável: não tanto o que acontece materialmente com as pessoas, mas o que as pessoas sabem ou imaginam que possa suceder. É o complexo horizonte

⁹ Em 2004, mesmo ano do último classificado, apenas a UNIOESTE possuía 1700 alunos de graduação em Rondon, juntamente com os alunos que compunham o único curso de mestrado (Agronomia) no momento. No ano de 2018, são aproximadamente 1500 alunos, cinco cursos de mestrado e quatro de doutorado. Esses dados são apenas dos estudantes, que muitas vezes perpassam pelas condições compartilhadas com os trabalhadores dessa pesquisa. Entretanto, é preciso levar em conta a presença de professores e funcionários na instituição, que também muitas vezes compõe os sujeitos que chegam na cidade encarando determinadas adversidades que esse processo envolve. (ESTATÍSTICA, 2004; 2018).



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

das possibilidades o que constrói o âmbito de uma subjetividade socialmente compartilhada (PORTELLI, 1996, p.70).

A chamada “subjetividade socialmente compartilhada”, em minha visão, destaca sujeitos representativos dessa dinâmica de ser trabalhador e que possuem (conforme a análise das evidências que possuo) experiências compartilhadas com muitos daqueles que vem para a cidade. Nesse sentido, a “possibilidade” enquanto campo de avaliação da experiência desses sujeitos se torna uma chave analítica na medida em que apresenta as contradições e constrangimentos por atestar uma condição relacionada à experiência de pobreza e instabilidade.

Essas diferentes possibilidades, indicaram em alguma medida a presença de identificações e dissidências no processo de divisão de despesas para a moradia. O crivo inicial de precisar morar com demais trabalhadores não é sinônimo de que não haja avaliação sobre quem irá fazer parte desta alternativa, mesmo que o limite em relação a urgência na divisão possa ser uma pauta.

Encaro que a análise acerca dos valores desses trabalhadores compõe o debate que envolve a experiência e ação dos mesmos na cidade. Ao investigar acerca dos modos de vida desses sujeitos em Rondon, vejo que os questionamentos e possibilidades continuam em constante abertura. Nesse sentido, com a pesquisa ainda em andamento encontro nesses trabalhadores a possibilidade de refletir suas adversidades, enfrentamentos e construção da sociedade que compõe.

FONTES

Entrevista:

- MARCOS (pseudônimo). Entrevista realizada pela autora. A gravação ocorreu na Rua Santa Catarina, esquina com Rua Tiradentes, próximo à Farmácia Popular, em um dos bancos da calçada, perto de onde encontrei Marcos, andando e trabalhando, no dia 03 de maio de 2018, com duração de 35 min e 20 segundos. Marechal Cândido Rondon-PR. 2018.

Jornal O Presente:

- GERENTE do SINE alerta que falta mão de obra especializada em Marechal Rondon. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, ano 04, n 200, 06 de outubro de 1995, p.19

- MOÇAS. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, ano 09, n 452, 04 de agosto de 2000, p.32. Classificados.

- PROCURO PESSOA p/dividir despesas em casa. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, ano 18, n 2918, 01 de setembro de 2010, p.23. Classificados.

- PROCURO. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, ano 10, n 566, 26 de junho de 2001, p.23. Classificados.

- RAPAÇ. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, ano 12, n 1244, 04 de abril de 2004, p.07. Classificados.



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

- TRADIÇÃO das casquinhas pode gerar renda extra. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, ano 14, n 1830, 16 de abril de 2006, p. 07

Dados, pesquisas governamentais:

- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> . Acessado em: 11/04/2019.

- DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos: Salário mínimo nominal e necessário**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acessado em: 09/09/2019.

- ESTATÍSTICA. **Universidade Estadual do Oeste do Paraná** – UNIOESTE, 2004; 2018. Disponível em: <https://www5.unioeste.br/portalunioeste/proplanejamento/dir-de-avaliacao-institucional/divisao-de-informacao/estatisticas-proplan>. Acessado em: 11/08/2019.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Elton. Acontecimento, temporalidade e a construção do sentido de atualidade no discurso jornalístico. **Contemporânea**, Salvador, v. 6, n. 1, junho de 2008, p. 1-21.

DURÃES, Ana Cláudia Branchi. **Modos de vida e de lutas dos trabalhadores na Frimesa em Marechal Cândido Rondon-PR (1989-2011)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2014.

LAGOS, Saionara. **Pressões e protagonismos na trajetória de trabalhadores em Marechal Cândido Rondon – PR (200-22017)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e Imprensa- 1880/1920. *In*: FENELON, Déa Ribeiro e outros (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'Água, 2004. p. 14-40.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p.59-72, dezembro de 1996.

THOMPSON, Edward Palmer. Exploração. *In*: _____. **Formação da Classe Operária Inglesa**. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 11-38 (V. 2 - A Maldição de Adão).



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

O ENSINO DE HISTÓRIA ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE JOGOS DIDÁTICOS

DÉBORA SCHMIDT¹
LARA DIAS DO PRADO SALVADOR²

Resumo: O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência propõe o desafio de articulação entre prática e teoria para o estudante de licenciaturas. O PIBID-História da Unioeste, Campus Marechal Cândido Rondon tem buscado sincronizar o trabalho de estudo e pesquisa historiográfica com a criação de jogos destinados ao Ensino de História. Nesta comunicação buscamos apresentar um jogo criado para estudar o Renascimento. Com base nos jogos de mímica consolidados no universo infanto-juvenil criamos um jogo que permite que os alunos ao mesmo tempo joguem, pesquisem e estudem temas relacionados a eventos, personagens e obras produzidos no contexto histórico em tela. A prática do ensino de História a partir da dinâmica lúdica e interativa do jogo permite uma interação horizontal entre educador e educando postulada por Paulo Freire. O espaço da sala de aula se descontraí e permite a produção de uma relação dialógica no processo de aprendizagem de maneira integrada. O jogo, como prática coletiva, estimula ainda o trabalho cooperativo como parte do processo de construção do saber. Sinteticamente, o que buscamos destacar nesta apresentação é como o jogo pode se constituir num importante instrumento para o ensino de História no espaço escolar.

Palavras-chave: Ensino; Jogo; História.

Introdução

O PIBID é um projeto desenvolvido nas instituições de ensino superior em cursos de licenciatura, voltado para o ensino básico e fundamental busca estabelecer uma aliança entre os formandos da docência com suas bases teóricas e a prática da sala de aula. Em geral as escolas selecionadas para participar do programa são aquelas com nota no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB, mais baixas, mas isso não exclui a participação das demais, geralmente o grupo envolvido no PIBID seleciona a escola em que irá atuar.

O projeto do curso de História traz a proposta de criação de jogos didáticos que tornem o processo de ensino-aprendizagem menos maçante, utilizando do lúdico buscamos

¹ Discente de História Licenciatura na Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE. Bolsista no programa institucional PIBID.

² Discente de História Licenciatura na Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE. Voluntária no programa institucional PIBID.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

ampliar a área de atuação do ensino de História, chamando a atenção de todos os alunos e construindo uma relação de trocas, entre aluno-professor e entre aluno-aluno. O primeiro passo do projeto foi teórico, estudando principalmente Paulo Freire e sua proposta de educação libertadora (FREIRE, SHOR 1986), inspirados por esse modelo construímos nossos jogos.

Segundo Paulo Freire a educação tem o papel fundamental de libertar o homem da sua posição de oprimido, a educação aparece em sua teoria como ferramenta promotora de igualdade social, se baseando principalmente na autonomia e liberdade do indivíduo, para que ele criasse consciência histórico sociocultural. Como traz em Pedagogia do Oprimido “Tentar libertar o oprimido sem a sua participação no processo de libertação é como trata-lo como objetos a serem salvos de um prédio em chamas” (1968, FREIRE), para ele o papel do professor não é transmitir conhecimento, mas sim possibilitar a aquisição e criação do conhecimento, o processo educacional por meio do professor é a ponte para chegar no conhecimento. Em seu modelo de ensino Freire propôs que se construísse uma educação voltada as particularidades, que se adaptassem a realidade de cada caso e assim a compreensão e absorção dos conteúdos e a educação seria facilitada por fazer sentido para o indivíduo. A sala de aula se apresenta então como um espaço de aprendizado mútuo, professor e aluno desenvolvem junto o conhecimento, sendo que este não é algo acabado e estático, está em constante estado de evolução.

Ao considerarmos a realidade dos alunos no processo da educação podemos utilizar a noção de experiência proposta por E. P. Thompson, no seu caso na educação de jovens e adultos,

Toda educação que faz jus a esse nome envolve a relação de mutualidade, uma dialética, e nenhum educador que se preze pensa no material a seu dispor como uma turma de passivos recipientes de educação. Mas, na educação liberal de adultos, nenhum mestre provavelmente sobreviverá a uma aula – e nenhuma turma provavelmente continuará no curso com ele – se ele pensar, erradamente, que a turma desempenha um papel passivo. O que é diferente acerca do estudante adulto é a experiência que ele traz para a relação. A experiência modifica, às vezes de maneira sutil e às vezes radicalmente, todo o processo educacional; influencia os métodos de ensino, a seleção e o aperfeiçoamento dos mestres e o currículo, podendo até mesmo revelar pontos fracos ou omissões nas disciplinas acadêmicas tradicionais e levar à elaboração de novas áreas de estudo. (Thompson, apud SHUELER, 2014)

A compreensão de que a educação é um ato político, e está submerso na realidade da sociedade que a cerca, trazendo para sala de aula particularidades em cada aluno, fez com que pensássemos os jogos de maneira a incluir e valorizar todo conhecimento destes na hora da aplicação.

Quando se é pensado o jogo, é visto nele a prática cultural, que o aluno, juntamente com o professor e seus demais colegas, possam desenvolver além do conhecimento, práticas



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

que estimulem a criação de vínculos dentro do meio escolar, visando mostrar que as aulas de História não são apenas explicativas e expositivas,

Compreendemos o jogo como prática cultural que pressupõe a interação social, e exploramos essa temática a partir do reconhecimento do potencial presente na apropriação do lúdico em experimentações pedagógicas de construção do conhecimento histórico na escola, justamente pela capacidade de criar vínculos entre os pares (jovens estudantes), dos pares com os mestres (adultos professores) e de ambos com os saberes e fazeres que circulam dentro e fora da sala de aula. (MEINERZ, 2013)

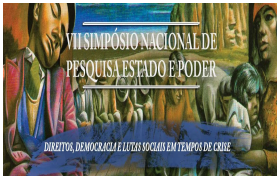
Com os jogos como um forte aliado dentro de sala de aula vemos a inclusão de mais uma ferramenta que pode auxiliar o profissional em seu ambiente profissional. Ampliando assim a forma com que os alunos demonstrem os seus conhecimentos em sala de aula, de modo descontraído. O elemento lúdico usado para a aplicação e confecção dos jogos é um potencializador quando se diz respeito ao tema Ensino de História. Diversos tipos de jogos podem ser desenvolvidos ao se pensar a história como tema principal, desde aqueles mais complexos como aqueles considerados simples. Quando se desenvolvido é bom que o professor tenha em mente que a estética do jogo é de suma importância para que a dinâmica seja atrativa ao aluno, fazendo assim parte do jogo como um todo

Escolher, criar, pensar, fazer amigos e inimigos, cooperar, desenvolver habilidades, construir conceitos e conhecimentos, interagir socialmente e discursivamente, trocar saberes, respeitar ou questionar regramentos, manter tradições, são alguns motivos que nos fazem defender a criação de situações didáticas em que o jogo seja central no Ensino da História (MEINERZ, 2013)

Nesse aspecto é interessante observar como os jogos contribuem para que o aluno interaja com a sua respectiva sala, tirando-o de sua zona de conforto, mostrando que quando se está jogando o medo de errar pode ser dissipado, pois aquilo não sairá da dinâmica apresentada.

Desenvolvimento

Partindo agora para o desenvolvimento dos jogos, a primeira fase se direciona em entrar em contato com a escola selecionada e a professora supervisora. Nosso jogo foi desenvolvido em parceria com o Colégio Estadual Antônio Maximiliano Ceretta de Marechal Cândido Rondon e a professora supervisora Maria Aparecida Valer, professora da rede pública de ensino. Ao conversar com a professora verificamos quais turmas ela trabalhava e quais assuntos ela estava tratando em cada uma, escolhemos trabalhar com o 7º ano “D” que começaria o conteúdo do Renascimento, assunto que tínhamos demonstrado interesse em trabalhar.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

O próximo passo foi o recorte temporal, quais assuntos iríamos abordar e com isso quais eram nossos objetivos ao tratar esse tema, qual discussão queríamos trazer para sala de aula. O tema escolhido foi o Renascimento, com o recorte do ano 1300 a 1600, nosso jogo trataria das invenções, pinturas e construções do período, pessoas que se destacaram quais acontecimentos se sobressaem quando tratamos do assunto. Nosso objetivo era mostrar o desenvolvimento da ciência, o embate com a Igreja Católica que isso gerou, a relação entre nobreza e povo. Partindo disso selecionamos então bibliografias e fontes que utilizaríamos para discutir o tema. Ao mesmo tempo realizávamos observações na turma, isso nos permitiu conhecer suas particularidades, quais as dificuldades, o que chamava a atenção, e a partir disso optamos por desenvolver um jogo de imagem e ação. O jogo levou cerca de quatro meses para ficar pronto.

Como bibliografia de estudo utilizamos o livro “A cultura popular na Idade Média” de Peter Burke, com ela foi possível traçar um panorama das comemorações da população comum durante o Renascimento, quais relações estabeleciam com essas festas, suas posturas perante o sagrado, e como a nobreza lidava com esse embate cultural entre o clássico e erudito e a folia da população (BURKE, 1978). Para compreender como se dava a relação dos nobres com a cultura popular, em específicas festividades como a do Carnaval, utilizamos como leitura base a obra “A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais”, de Mikhail Bakhtin. O autor trabalha com o escritor contemporâneo aos acontecimentos François Rabelais, conhecido por utilizar da sátira para realizar críticas a sociedade, como a perseguição religiosa, inclusive relatando como os nobres aproveitavam as festas populares, as fantasias e toda a bagunça para sair de suas rotinas regradas. Bakhtin percorre as sociedades de corte e o povo mostrando as diferenças, semelhanças e a intersecção das culturas (BAKHTIN, 1941). Com o livro “Calibã e a Bruxa”, de Silvia Federici traçamos o papel da mulher neste período e como a Santa Inquisição trabalhava na caça às bruxas, e todo o processo que construiu o que seriam as heresias e as perseguições religiosas. A autora traz também a Peste Negra e seus impactos no âmbito socioeconômico no período (FEDERICI, 2004). E por último, como fonte utilizamos o “*Directorium Inquisitorum*” (Manual do Inquisidor), escrito em 1376 pelo inquisidor Nicolau Eymerich, contém o que caracteriza uma heresia, suas diversas apresentações, quais devem ser as atitudes tomadas pelos inquisidores em cada caso, e por último uma explicação de vários exemplos de condenações utilizadas, como o pêndulo, a fogueira, o tronco, e a cadeira de inquisição (EYMERICH, 1376).

Com um panorama da sociedade no período do Renascimento construído partimos então para a pesquisa específica dos elementos que constituiriam nosso jogo. Optamos por uma divisão tripartite, primeiro os personagens, integram este grupo pessoas que se destacaram nos anos de 1300 a 1600 nos âmbitos das artes visuais, como pintores, escultores e arquitetos, escritores, cientistas, além de figuras emblemáticas como os palhaços. No segundo temos a categoria de acontecimentos, nesta engloba-se fatos como o surgimento do Humanismo, o Renascimento Científico e a invenção da luneta por Galileu Galilei. E por último a categoria objetos, onde incluímos objetos que auxiliaram nas transformações que vinham acontecendo, juntamente com pinturas, esculturas e clássicos da literatura. Como trabalharíamos com uma turma de 7º ano, numa faixa etária de 12 a 14 anos, nossa seleção traz elementos mais populares e que a maioria ao menos já tinha ouvido falar.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

No entanto por se tratar de elementos bem específicos desenvolvemos nossa atividade com o apoio de uma aula prévia, onde trataríamos no contexto do Renascimento assuntos que permitiriam aos alunos uma compreensão das mudanças que estavam ocorrendo na sociedade nos contextos da cultura, da economia, organização social, e como essas transformações abriram espaço para o desenvolvimento das ciências Humanas, Exatas e Biológicas. Durante as observações tomamos conhecimento de que a turma era composta, em sua maioria, por alunos com algum tipo de dificuldade, histórico de reprovações, déficit de atenção, um caso particular de automutilação e um aluno especial que demandava uma professora auxiliar. Sendo assim nossa aula foi planejada de modo a contemplar as idiossincrasias da turma, para chamar atenção dos estudantes iniciamos a aula com memes, ou seja, humor feito com imagens ou gifs sobre o tema em questão, algo que chamou a atenção por estar inserido no dia a dia deles. E no decorrer da aula fazíamos perguntas a respeito do tema, tendo como foco uma aula participativa e não somente expositiva.

Os jogos desenvolvidos serão disponibilizados no site do projeto para que mais professores tenham acesso aos nossos resultados e possam utilizar em sala. Para isso desenvolvemos em conjunto um Projeto Pedagógico, deste documento estão os objetivos de conteúdo que são, trabalhar o Renascimento Científico e Cultural; mostrar o surgimento do Antropocentrismo e o embate que se deu entre o aspecto religioso e racional; a criação do movimento que deu origem as ciências Humanas dentro das universidades; apresentar a interação entre cultura popular e erudita; e permitir que os alunos incorporem durante as interpretações aquilo que já conhecem do assunto, valorizando toda e qualquer contribuição. Em questão de metodologia objetivamos trazer um modelo de ensino aprendizagem que é construído em conjunto com toda a turma, numa relação de interações e trocas de conhecimentos; busca-se também apresentar a História como uma ciência investigativa, e como sua construção perpassa um caminho árduo em busca do conhecimento; deixando também aberto para discussão passado presente.

Por último apresentamos três exemplos em que o jogo pode ser utilizado em sala de aula, lembrando que são apenas sugestões e o professor opta pela utilização do modo que achar mais proveitoso na construção do conhecimento. A primeira possibilidade é utilizar o jogo como atividade de fixação de conteúdo, após ter passado o tema em sala de aula o docente utiliza do jogo para que os alunos fixem o conteúdo e apliquem o que aprenderam durante sua realização. Segunda possibilidade, incentivo do trabalho em grupo como a atividade é competitiva, divide-se a sala em grupos e ela ajuda a trabalhar o sistema de cooperação e comunicação entres os integrantes. A última sugestão é utilizar do jogo para despertar o interesse do aluno, por ser uma atividade lúdica ela atrai uma maior atenção, e assim convida o aluno a querer aprender mais sobre história.

Considerações finais

Para aplicação do jogo a turma foi dividida em dois grupos, onde a lógica do jogo é, o grupo que acertar mais, vence o jogo. Partindo da ideia do jogo imagem e ação, desenvolvemos as devidas cartas que iriam compor o jogo, cada qual com uma imagem que referenciava o elemento escolhido, junto a elas três dicas que poderiam ser utilizadas pelo



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

grupo, ao começo da rodada o grupo possuía quatro pontos, conforme se utilizavam das dicas era subtraído um ponto até a utilização da última dica fazendo com que o grupo ficasse com apenas um ponto caso acertasse a carta correspondente, caso isso não acontecesse o grupo adversário tinha uma chance de acertar a carta.

Em todos os jogos que o projeto desenvolveu a turma para quem desenvolvemos a atividade é como uma cobaia, a primeira aplicação é um experimento onde conseguimos perceber o que deu certo no jogo e o que ainda deve ser corrigido. Com o nosso não foi diferente, ao longo da aplicação mudamos as estratégias e regras do jogo diversas vezes, conforme notava-se a necessidade. A princípio estipulamos um tempo limite de um minuto para que o grupo acertasse o elemento da carta, no decorrer do jogo limitamos os chutes a três chances, para que prestassem atenção no colega que realizava a mímica e não chutassem avulso até falar o correto. Junto com as cartas do jogo desenvolvemos apostilas com os elementos das três categorias, podiam ser consultadas pelo grupo durante seu tempo de adivinhação, nelas contém a imagem e uma descrição mais detalhada de cada elemento. Apesar de enfrentarmos diversos problemas no começo, pensando que os alunos não se interessariam pelo nosso jogo, por conta dos problemas já mencionados assim como pela timidez que os mesmos aparentavam, o jogo foi um sucesso, as crianças aprenderam com ele assim como se descontraíram, e ao final ainda pediram qual seria a próxima vez que jogaríamos com eles, saindo assim um pouco daquela rotina de aula expositiva com a qual já estavam acostumados.

Passado um mês após a aplicação do jogo retornamos à sala para conversar com os alunos, pois os mesmos ficaram tão envolvidos que não conseguimos tirar alguns minutos para fazer perguntas sobre o que eles achavam do jogo, então pedimos a professora que nos cedesse alguns minutos de sua aula para que conseguíssemos conversar com os alunos. Nessa conversa procuramos saber quais as dificuldades que eles enfrentaram durante o jogo, ou quais seriam os detalhes que eles gostariam que alterássemos, apesar de poucos terem respondido as perguntas, aqueles que fizeram diziam que algumas palavras estavam de difícil compreensão, pois os mesmos não conheciam alguns termos, interpretamos esse comentário como uma forma de acréscimo ao vocabulário do estudante, assim como algo que o mesmo buscaria saber mais tarde, ou até mesmo em casa. Em relação aos estudantes com maiores dificuldades de interação com a turma, quando o jogo foi aplicado esses demonstraram se interessar pelo mesmo e pela turma, participando ativamente. Os estudantes também disseram que com o jogo o aprendizado correu de forma mais fluida, e que os mesmos aprenderam de uma melhor forma com esse método. A contribuição pedagógica adquirida pelo jogo em nossa formação foi muito além de apenas desenvolver a atividade, mas também aprendemos que a realidade em sala de aula é muito diferente daquela aprendida teoricamente na formação docente, se deparando assim com diversos desafios que eram esperados apenas mais a frente, preparando-nos para o futuro.

O jogo Imagem & Ação: Renascimento propõe com excelência um ensino dinâmico e lúdico para que se possa ser utilizado em sala de aula, auxiliando os professores a mostrar um lado da história diferenciado e pouco explorado na atualidade. Seu material é de fácil acesso para que os professores, que se interessem, consigam usá-los, assim como as formas que ele pode ser utilizado dentro de sala de aula, levando assim os alunos a verem o ensino com outros olhos.



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Referências Bibliográficas:

BAKHTIN, Mikhail; **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**; São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de Brasília, 1987.

BURKE, Peter; **Cultura Popular na Idade Moderna**; São Paulo: Companhia das Letras, 1978.

EYMERICH, Nicolau; **Manual do Inquisidor**; 1376. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/356192015/Manual-Dos-Inquisidores-Nicolau-Eymerich-PDF-Documentos-Google>

FEDERICI, Sílvia; **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**; PAG. 40-374 1ªEd. São Paulo: Elefante, 2017.

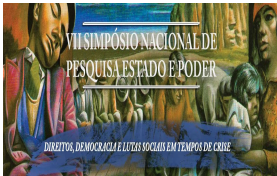
FREIRE, Paulo; SHOR, Ira; **Medo e Ousadia: O Cotidiano do Professor**; 1ªEd. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Pedagogia do Oprimido**; 1ªEd. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968;

MEINERZ, Carla Beatriz. Jogar com a História na sala de aula. *In*: GIACOMONI, Marcello Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet. **Jogos e Ensino de História**. 1º. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2013. cap. 5, p. 102-117.

SHUELER, Alessandra F M de; **EDUCAÇÃO, EXPERIÊNCIA E EMANCIPAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DE E. P. THOMPSON PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**; Revista Trabalho Necessário, Rio de Janeiro, nº 18, 2014.

WOORTMANN, Klaas; **Religião e Ciência no Renascimento**; Série Antropologia, Brasília, nº 200, PAG. 2-86, 1996.



MULHERES NA RESISTÊNCIA: A ATUAÇÃO NA VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA NOS ANOS DA DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL

DÉBORA CAMPANI CHAGAS¹

Resumo: O texto a seguir possui o objetivo de apresentar a pesquisa que está sendo desenvolvido para o Trabalho de Conclusão de Curso em História. Trata-se da investigação da atuação de mulheres que integraram o grupo de resistência armada em oposição à ditadura de Segurança Nacional, intitulado Vanguarda Popular Revolucionária. A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) é marcada, principalmente, por sujeitos conhecidos como Carlos Lamarca e Onofre Pinto. No entanto, é necessário mostrar que outras pessoas, neste caso mulheres, também fizeram parte da luta por direitos, contra um governo repressivo e violento. Dessa forma, analisamos a atuação de Maria do Carmo Brito, Inês Etienne Romeu, Dulce Maia e Renata Ferraz Guerra de Andrade. As fontes utilizadas para a realização deste trabalho são depoimentos prestados por elas, disponíveis em livros e em vídeos no youtube em forma de documentário por meio de entrevistas, em diálogo com documentos da repressão, em especial do órgão Centro de Informação do Exterior – Ciex e do DEOPS-SP – Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo. Investigamos as ações desenvolvidas por essas mulheres dentro da VPR, e como a repressão militar interferiu na vida das mesmas.

Palavras-chave: Mulheres; Vanguarda Popular Revolucionária; Ditadura de Segurança Nacional.

O presente texto possui o objetivo de apresentar a pesquisa, ainda não finalizada, desenvolvida para o Trabalho de Conclusão de Curso em História. O tema se trata da atuação de mulheres que integraram a Vanguarda Popular Revolucionária, grupo de luta armada, nos anos da Ditadura brasileira de Segurança Nacional². Antes de discorrer especificadamente sobre a pesquisa, gostaria de dizer os motivos que me levaram a querer realizar a mesma.

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná

² Termo analisado e discutido por Enrique Padrós, que deseja evidenciar o papel que a Doutrina de Segurança Nacional assumiu na estruturação da ditadura. Ver em: PADRÓS, Enrique. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. *História & Luta de Classes*, Marechal Cândido Rondon, julho 2007, p.43-49;



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

O interesse em estudar a Ditadura brasileira de Segurança Nacional (1964-1985), advém desde o meu ensino médio, quando tive o primeiro contato com os acontecimentos deste período. Felizmente, assim que ingressei no curso de História pela Unioeste, descobri que existiam professores/pesquisadores na área, assim como a possibilidade de realizar pesquisas através de projetos de Iniciação Científica.

Sendo assim, procurei a professora Carla Silva, a fim de saber a possibilidade de participação em alguma pesquisa sobre este assunto. No segundo ano da graduação, fiz parte do projeto desenvolvido pela mesma, que investigava a Vanguarda Popular Revolucionária, suas ações em torno da luta armada, e a articulação da repressão sobre essa e outras organizações, com enfoque no episódio conhecido como Chacina do Parque Nacional Iguaçu, em que seis militantes foram assassinados neste local e até hoje não foram encontrados seus corpos.

Para a realização desta pesquisa, efetuei algumas leituras sobre o tema e trabalhei com fontes do CiEx – Centro de Inteligência do Exército, disponíveis no Arquivo Nacional de Brasília, coletadas pela professora Carla. Durante o processo de leitura e análise, pude perceber que mulheres também integraram essa organização, embora elas não ganhem tanta evidência assim quando essa história é contada. Dessa forma, surge o interesse em investigar a participação das mesmas neste universo da luta armada.

As resistências através dos grupos de luta armada se iniciam em um contexto de forte repressão. A Ditadura de Segurança Nacional se constitui articulada com a Doutrina de Segurança Nacional, daí sua nomenclatura, e em conjunto com o Terrorismo de Estado. A DSN significou “a capacidade que o Estado dá à Nação para impor seus objetivos a todas as forças oponentes. Essa capacidade é, naturalmente, uma força. Trata-se, portanto, da força do Estado, capaz de derrotar todas as forças e de fazer triunfar os Objetivos Nacionais.” (COMBLIN, 1978, p.54).

Ou ainda, “um instrumento utilizado pelos setores dominantes, associados ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente.” (MENDONÇA; FONTES; 2004, p.61). Enquanto que o TDE pode ser caracterizado como,

O mecanismo utilizado para aplicar as premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), visando defender os interesses dos setores dominantes locais e do capital estrangeiro e destruir as tendências de questionamento social e de exigência de mudança estrutural promovidas pelas organizações populares. (PADRÓS, 2007, p.43).

Na prática isso significou a criação de políticas e ideais que potencializaram todos aqueles que eram contra a ditadura, em “inimigos internos”, associando-os a termos como “comunistas”, “terrorista” e “subversivos”, e difundindo o pensamento de que a nação deveria se unir para combatê-los.

Em contraposição a essa política repressiva, surgem as resistências através dos grupos de luta armada, existentes na década de 1960, sobretudo, no final de 1967 e início de 1968, momento em que a repressão é intensificada após a criação do Ato Institucional – 5 pelo ditador Artur da Costa e Silva, que reprimiu ainda mais os direitos dos cidadãos.



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Segundo leitura de Marcelo Ridenti (1993), essa prática não possuía o objetivo apenas de derrubar a ditadura, mas de ocasionar uma mudança de estrutura no sistema e provocar a revolução socialista.

A luta das esquerdas em armas após o golpe de 1964 tinha como projeto, em geral, não só derrubar a ditadura, mas caminhar decisivamente rumo ao fim da exploração de classe, embora houvesse divergência entre as organizações sobre como se chegaria ao socialismo. Algumas optavam por uma etapa necessária de governo popular para cumprir as tarefas da revolução democrática, outras preconizavam diretamente a conquista do socialismo. (RIDENTI, 1993, p.66).

Dentre essas diferenças, a Vanguarda Popular Revolucionária, organização escolhida para realizar este trabalho, se identificava com a forma de luta que visasse a conquista direta do socialismo, através de atividades de guerrilha rural e também ações em centros urbanos para conseguir o que fosse necessário para preparar a guerrilha, uma vez que

a grande parte das esquerdas não via escapatória dentro do capitalismo para a crise econômica vivida pela sociedade brasileira, cuja estagnação só um regime socialista poderia romper, retomando o desenvolvimento das forças produtivas. [...] logo, para superar o entrave ao desenvolvimento das forças produtivas, cumpriria combater a própria burguesia, estando a revolução não mais na sua etapa democrático-burguesa, e sim na socialista. (RIDENTI, 1993, p. 34/5).

A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), se constitui em 1968 após a fusão da POLOP (Organização Revolucionária Marxista Política Operária) e do MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário).

A primeira VPR contou com três elementos distintos na sua formação durante o ano de 1968 em São Paulo: os ex-militares subalternos, liderados pelo ex-sargento Onofre Pinto, que era o comandante supremo da VPR; estudantes e jovens intelectuais vindos principalmente da dissidência paulista da POLOP (os “escribas” da VPR, segundo João Quartim); e o “grupo de Osasco”, composto por operários ligados à direção do sindicato dos metalúrgicos daquela cidade, boa parte dos quais também era estudante. (RIDENTI, 1993, p.60).

Sua formação contou com diversos elementos e comandos distintos, visto que as ações não eram realizadas apenas em um local, e também que as organizações possuíam conflitos internos, o que, por vezes, ocasionava divisões dentro das mesmas.

Aos grupos que desejassem realizar a revolução por meio da guerrilha rural, isto é, praticando ações primeiro no campo, a fim de estabelecer contato com os camponeses e



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

posteriormente cercar as cidades, a orientação teórica era a ideia de foquismo, inspirada na Revolução Cubana e desenvolvida por Regis Debray,

Resumidamente, a ideia debrayista de “foco” previa três etapas no devir da atividade guerrilheira, inspiradas no exemplo da Revolução Cubana: a da instalação do grupo guerrilheiro (foco militar), inicialmente isolado numa certa área rural de difícil acesso para a repressão; a fase do desenvolvimento da guerrilha, com a conquista e defesa de um território, quando camponeses seriam incorporados à luta; e a etapa da ofensiva revolucionária para tomar o poder, liderando as massas exploradas. (RIDENTI, 1993, p.45).

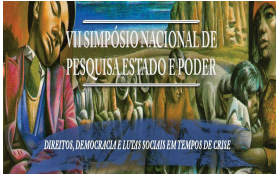
No entanto, isso nunca foi possível devido a intensificação da repressão militar que acabou descobrindo todas as áreas que os militantes encontravam para estabelecer a guerrilha. Dessa forma, as ações dos grupos armados se limitaram às cidades.

As ações praticadas possuíam o objetivo de conseguir dinheiro para manter o que fosse necessário para a organização, assim como, armas e munições para os treinamentos e práticas que os militantes realizavam. Para isso, era frequente que eles assaltassem quartéis e bancos. Depois de um tempo essas ações serviram não mais para a preparação da guerrilha, mas para a própria sobrevivência dos grupos, já que com o aumento da repressão, a maioria dos militantes tiveram suas vidas interrompidas e passaram a viver clandestinamente.

Como quase todos os militantes dos grupos armados estavam, rigidamente, clandestinos a partir de 1969, não podendo trabalhar e levar uma vida normal, impunham-se ações de “expropriação” que levantassem fundos para mantê-los e, também, para garantir a operacionalidade das próprias organizações, que precisavam de armas, automóveis, “aparelhos” (casa para esconderijo e alojamento dos militantes), alimentação, munição etc. Com o crescente cerco policial, as ações armadas urbanas estiveram implicadas numa dinâmica circular: fazer ações para sobrevivência ou para tirar companheiros da cadeia, novo ciclo de prisões; outras ações armadas, mais prisões. Os grupos guerrilheiros iam-se isolando e perdendo o que lhes restava de bases sociais nesse processo. (RIDENTI, 1993, p.49).

Diante do exposto sobre a origem da Vanguarda Popular Revolucionária e do seu ideário de luta, passamos agora a falar um pouco sobre as mulheres integrantes dessa organização. Quando falamos da VPR, é comum associarmos-la a figura de Carlos Lamarca ou Onofre Pinto, de fato nomes importantes, mas que não podem ser entendidos como únicos protagonistas dessa luta. Uma vez que a história desse grupo foi também construída pela atuação de algumas mulheres, é importante escrever e falar sobre elas, evidenciar o espaço que tiveram e o lugar que ocuparam, necessários para analisarmos o modo como o grupo se desenvolveu.

A escolha específica das mulheres com quem trabalharei se deu pelo fato de que todas, em algum momento, fizeram parte da Vanguarda Popular Revolucionária. São elas:



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Sônia Lafoz, Maria do Carmo Brito, Dulce Maia, Renata Ferraz Guerra de Andrade e Inês Etienne Romeu. Para pensarmos quais foram as formas de atuação das mesmas neste movimento de resistência, é necessário realizar questões que nos ajudam a entender essa participação. Desse modo, investigo, nos limites em que as fontes permitem, como eram essas relações dentro da VPR.

Para tanto, são necessárias questões como: Existia diferença de tratamento por serem mulheres? Através dos depoimentos já existentes, é possível perceber contradições e/ou conflitos entre as mesmas dentro do movimento? Como eram organizadas as formas de luta? Todas faziam as mesmas tarefas? As relações afetivas com alguns militantes da mesma ou de outras organizações influenciavam em suas ações? Como a vida dessas mulheres foi afetada pela prática do Terrorismo de Estado? De modo geral, de que forma se desenvolveram as relações dentro da Vanguarda Popular Revolucionária com a inserção das mulheres dentro do movimento na luta por direitos e pela democracia?

As fontes selecionadas para essa pesquisa são documentos do CiEx- Centro de Informação do Exército, disponíveis no Arquivo Nacional em Brasília, e coletadas pela professora Carla Silva. Documentos do DEOPS-SP – Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo, disponíveis digitalmente no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Documentos disponíveis online no site do Brasil Nunca Mais Digital, e por último, entrevistas concedidas por essas mulheres, disponíveis no Youtube em forma de documentário, onde narram suas experiências nos anos de luta, bem como no livro escrito por Martha Vianna, com depoimento de Maria do Carmo Brito.

Ao lidar com as fontes, consideramos a necessidade de estabelecer uma análise crítica, evidenciando qual o conteúdo que ela apresenta, o momento em que ela foi produzida, quem a produziu, qual o interesse em escrever ou narrar de determinada forma, quais as possibilidades de análise que ela nos permite, entre outras questões necessárias para melhor compreensão do período.

Ainda em processo de escrita do trabalho, analisando algumas fontes, é possível perceber que, embora o número de mulheres integrantes dos grupos de esquerda tenha sido inferior ao número de homens, como bem aponta Ridenti (1993, p.197-8) “No total de 4.124 processados das esquerdas, 3.464 eram homens (84,0%). Já os grupos armados urbanos no seu conjunto tiveram percentagem um pouco mais significativa de mulheres na sua composição: 18,3%”. Algumas delas chegaram a ocupar cargos de comando na organização, como é o caso de Maria do Carmo Brito, enquanto outras estiveram presentes em ações decisivas para o grupo.

Algumas dessas ações foram o roubo do cofre do então governador da Guanabara, Adhemar de Barros, do qual participou Maria do Carmo Brito, “Em um comando de sete pessoas, quatro aprovaram a ação – Lamarca, Herbet Daniel, Juarez e Maria do Carmo. ” (VIANNA, 2003, p.54). E também Sônia Lafoz, que conta em entrevista Pedro Santos no documentário “Paredes Pintadas” (2013)³.

³ Documentário produzido por Pedro Santos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8&t=958s>
Acesso em: 26/10/2019



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

O Adhemar de Barros, ele tinha uma amante né. Essa amante, todo mundo sabia, na imprensa tals, você sabia que ele tinha essa amante que era a Caplione né. E ele roubava, roubava, roubava e não tinha, como hoje né você tem os paraísos fiscais e tal, não tinha, então...ele ponhou num cofre e guardava na casa dessa amante. E um dos sobrinhos dessa amante, que tinha vínculos com a militância de esquerda, abriu pra gente. Aliás, tinham dois cofres, tinha um em Copacabana e um em Santa Tereza, cheios de dólar (risos). E ele abriu e colocou pra esquerda a possibilidade de se roubar este cofre. Eram aqueles cofres antigos, pesadíssimos de ferro, então tinha todo um esquema de descer mamadeira porque tinham umas escadas...porque era um casarão antigo, era daqueles de Santa Tereza, tinha uma escadaria, então a gente fez deslizar o cofre por essas madeiras, colocamos as madeiras assim para que o cofre deslizasse, para que a gente pudesse enfiar o cofre dentro da Aero Willys [barulho] (risos), com o peso vem pra baixo assim, quase fura os 4 pneus (risos). (SANTOS, 2013).

Outra ação bastante conhecida da VPR, foi o sequestro do embaixador alemão Ehrenfried Von Holleben, no qual 40 presos políticos foram libertos, dentre eles Maria do Carmo Brito e Dulce Maia. Quem participou desse sequestro foi Inês Etienne Romeu, como conta Maria do Carmo como se sentiu incrédula após ter sido solta.

“Não pode ser, a organização não tem mais capacidade operacional para fazer nada, não pode ser”, pensei. (E não podia mesmo. Inês, Daniel, eles fizeram o sequestro só de raiva, de amizade por nós. Não foi apenas um ato político. Foi um ato de amizade). (VIANNA, 2003, p.100).

Além disso, essas mulheres também ocuparam cargos de divisão dentro da própria organização. Renata Ferraz Guerra de Andrade, conhecida como “a loira dos assaltos da VPR”, conta em entrevista concedida que originou o documentário “Paredes Pintadas” (2013), que “Eu e Dulce éramos as únicas mulheres do chamado “setor logístico” da organização. Todos queriam participar, todo mundo queria participar das ações. Era uma coisa assim de...um upgrade de militância”. Outra ação que, segundo Renata, Dulce Maia praticava era de motorista.

Dulce fazia muito de motorista. Dulce dirigia bem e ela fazia muito de motorista. Levava, transportava pessoas, transportava... no meio de ação mesmo, de um carro pra outro. Ela teve presente sim durante todo esse período. Na expropriação de fuzis do hospital militar em São Paulo, que eu não me lembro direito qual foi a data, mas esse tem uma história boa. (SANTOS, 2013).

Outro elemento que as fontes nos permitem analisar e que são essenciais neste trabalho, é a repressão através do mecanismo do Terror de Estado. Embora seja possível perceber a ação da repressão nos documentos da própria polícia, fica mais evidente na fala



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

das mulheres que sofreram diretamente com essa prática. Em relato, Maria do Carmo nos conta que foi submetida a uma sessão de tortura em que a obrigaram a machucar seu próprio colega da organização, o Ladislav Dowbor, “Jamil”.

Foi uma das situações mais terríveis que vivi: me obrigavam a dar choque nele e ele em mim. Não tinha como escapar: eles davam porrada, me obrigavam a pegar na máquina de dar choque, era automático. Quando chegou a vez do Jamil, ele se recusou. Levou tanta porrada, que desmaiou. Era o que eu devia ter feito... (VIANNA, 2003, p.93).

Dulce Maia também narra as torturas que sofreu naqueles anos, mostrando que as torturas deixam cicatrizes psicológicas mesmo quando acabam. Ela nunca se esqueceu do modo como foi torturada.

Eles me deixaram ver as caras, inclusive eu lembro muito bem, lembro muito bem da cara do militar que me estuprou, que me deu choques na vagina, que disse que eu iria parir eletricidade, isso eu me lembro muito bem. [...]. Eu fui muito torturada justamente por ser mulher, fui muito torturada. Eles me odiaram muito pelo fato de ser mulher, ser de uma classe social também que eles diziam exatamente isso “como é que eu estava numa luta...” porque eles me achavam traidora da minha classe, imagina (risos). (SANTOS, 2013).

De modo geral, essas são algumas fontes analisadas até o presente momento, que evidenciam a importância da atuação das mulheres nesta organização. Elas participavam de comandos de informação, logística, financeiro, isto é, ficavam informadas da forma como a organização se desenvolvia, assim como participavam das práticas efetivas de assaltos e sequestros. Isso nos mostra que elas foram extremamente importantes para a Vanguarda Popular Revolucionária.

Ademais, considero importante estudar este tema porque ele nos possibilita compreender as motivações que levaram os sujeitos, neste caso as mulheres, a realizarem essas ações, a demonstrarem o seu descontentamento com a Ditadura de Segurança Nacional, e a escolherem essa forma de resistência. Ainda hoje, termos como “terroristas” ou “subversivas” empregados naquele momento para classificar estes sujeitos como inimigos da sociedade, são mantidos. Ainda existem pessoas que deslegitimam a luta dos combatentes da ditadura, sem, necessariamente, refletir acerca das motivações que levaram a essa prática. Muita gente ainda pede a volta daquele governo que, se por um lado foi tão bom para algumas pessoas, por outro foi tão repressivo e violento.

Desse modo, acredito que analisar essa atuação nos ajuda no esclarecimento de como era o contexto daqueles anos, sobretudo, a retirada de direitos e a liberdade de expressão dos cidadãos, bem como, as torturas, desaparecimentos e assassinatos cometidos pelos militares. Esse estudo é importante também porque é possível questionar a perspectiva ainda tão presente em nossa sociedade machista de que o lugar da mulher deve ser restrito ao cuidado com o lar e com a maternidade. Essa análise nos indica que desde muito tempo as mulheres



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

encontram formas de ocuparem espaços públicos e estarem presentes em discussões políticas e na luta por direitos, ainda que encontrem muitas dificuldades nesse processo.

Fontes

SANTOS, Pedro. "Paredes Pintadas"- documentário. 2013. (58m18s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8&t=958s>>. Acesso em: 26 out. 2019.

Referências Bibliográficas

COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional: O poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente: 1964-1992**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2004. P.36

PADRÓS, Enrique. **América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. História & Luta de Classes**, Marechal Cândido Rondon, julho 2007, p.43-49;

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

SANTOS, Pedro. **"Paredes Pintadas" - documentário**. 2013. (58m18s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6dPaP8tGTa8&t=958s>>. Acesso em: 26 out. 2019.

VIANNA, Martha. **Uma tempestade como a sua memória: A história de Lia, Maria do Carmo Brito**. Rio de Janeiro: Record, 2003.



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO PARANÁ, COMPANHIA BYINGTON E O GOVERNO DE LUPION

FLÁVIO FABRINI¹

Resumo: A maioria dos trabalhos realizados por historiadores paranaenses, concentra os estudos em torno de regiões mais tradicionais como norte e sudoeste. Embora existam diversos trabalhos abordando o processo de (re)ocupação do território devido as ações das companhias colonizadoras no Paraná, propomos analisar o território pouco estudado envolvendo a participação da Companhia Byington & Cia. Ocorre que esta companhia iniciou a construção da Estrada de Ferro Central do Paraná, entre Ponta Grossa e Apucarana em março de 1949. Neste sentido, procuramos estudar o papel desempenhado por este empreendimento e participação do Estado, através do governo de Moysés Lupion (1947-1951) na região noroeste do Paraná. As terras passaram a pertencer ao empreendimento através de negócios ainda por serem analisados. No entanto, uma possibilidade, foi falta de recurso por parte do Estado. Fato que não se concretizou, conforme podemos perceber no decorrer do trabalho. O governo alegava problema financeiro para cumprir seus compromissos. Desta forma, haveria dificuldades para realizar o pagamento dos serviços prestados na construção da ferrovia. Associado a este ponto, havia o discurso governamental de que o “sertão” estava por ser desbravado nesta região. Dentro desse quadro, inicia-se o processo de (re)ocupação de extensas áreas de terras consideradas devolutas e em diversas situações, de grilagem. Para isso, era necessário legalizar essas terras. Neste contexto que ocorrem as atividades da Companhia Byington, formando pequenas propriedades rurais, incentivando o processo migratório de outras regiões do país, viabilizando a (re)ocupação territorial, estimulado por um discurso de progresso nesta região paranaense.

Palavras-chave: Estado; Companhia; Terras

Introdução

Analisar uma região de maneira separada do todo pode representar um processo vazio e com pouca significação. É certo que existe uma articulação entre as escalas local, estadual e nacional, determinada pela divisão social do trabalho, pelas relações econômicas e fatores políticos sendo elementos que estão relacionados no contexto da região proposta para estudo.

O presente trabalho tem como proposta analisar o processo histórico no noroeste do Paraná, devido as atividades da companhia colonizadora Byington & Cia. que realizou o processo de (re)ocupação do território, impulsionado pela política de colonização do Estado do Paraná, sobre tudo, no primeiro governo de Moysés Lupion (1947-1951) atrelado a

¹ Doutorando em História - Unioeste – Marechal Candido do Rondon.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

economia cafeeira no contexto nacional. Assim, de acordo com as palavras de Endlich (2006, p. 24) sobre a definição da região Noroeste

O que se denomina de região Noroeste consiste em uma área marcada pelo investimento capitalista, cujo empreendimento teve apoio do Estado e adesão de muitos pequenos proprietários e trabalhadores rurais [...].

No Paraná, com a dinâmica desenvolvida pelos empreendimentos imobiliários, a luta pela terra atingiu tensões sociais em diversos núcleos² territoriais, por parte dos trabalhadores que estavam presentes, anteriores e durante as atividades das companhias colonizadoras.

Devido a dinâmica demográfica, a intensidade das (re)ocupações nos territórios das diversas regiões paranaense e, ainda, conforme explica Gerd Kohlhepp (2014, p. 29-30) dos “diferentes objetivos da colonização, dos quais eram portadoras camadas sociais com interesses diferenciados, sem falar de inserção em ciclos econômicos marcados por fortes oscilações dos mercados agroexportador” são alguns dos elementos presentes na dinâmica ocupacional nesta região do Paraná.

Formação social do noroeste do Paraná

A análise baseada no processo de formação social tem como objetivo refletir sobre os aspectos relacionados às questões das dinâmicas econômicas, política e social que ocorreram no Brasil. Sobre a formação social, é necessário apresentar fatores que estão relacionados ao contexto nacional, como fornecedor de produtos primários, em que, a produção estava centrada na grande propriedade, estruturado, principalmente, na monocultura e a utilização de mão de obra escrava.

No entanto, este cenário começou a passar por mudanças no Paraná a partir do início do Século XX, impulsionado pela economia cafeeira vindo do Estado de São Paulo, adentrando no Paraná pela região Norte do Estado. Em um primeiro momento, as terras roxas paranaense foi um dos principais motivos que estimularam a chegada de imigrantes para o plantio dos cafezais e compra de pequenos lotes terra. Contudo, o impulso da (re)ocupação atingiu áreas cujo solo era proveniente do Arenito Caiuá.

O território em análise apresenta característica deste tipo de solo, onde a primeira safra de café era muito boa e as outras nem tanto. Portanto, a produção cafeeira apresentava mais dificuldades de cultivo nesse tipo de solo. Isso, no entanto, não impediu a formação e o avanço desta cultura nessas terras. Apesar disso, no período entre 1940 e 1960, a agricultura cafeeira uniformizava a paisagem de todo o Noroeste paranaense.

Sobre o que se denomina região noroeste do Paraná, seguimos a divisão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A região norte está dividida em três regiões, conforme Quadro 1.

² Em algumas situações a palavra núcleo também pode ser encontrada como gleba. Em 1948, as regiões norte, noroeste, sudoeste e oeste apresentavam as divisões e nomenclatura entre núcleos e/ou glebas



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Quadro 1 - Noroeste do Paraná, Meso e Microrregiões

Mesorregiões	Microrregiões
Noroeste Centro Ocidental Paranaense Norte Central Paranaense	Paranavaí, Umuarama e Cianorte Goioerê e Campo Mourão Astorga, Porecatu, Floraí, Maringá, Apucarana, Londrina, Faxinal e Ivaiporã

Fonte: Angela Maria Endlich, 2006.

Conforme apresentamos acima, o presente estudo está situado na Mesorregião noroeste e na Microrregião de Umuarama. Ainda, conforme aponta Endlich (2006) o Noroeste do Paraná é formado por mais de uma centena de municípios. Em sua grande maioria são cidades com população inferior a cinquenta mil habitantes. Isso demonstra que a formação dessa região paranaense predomina as pequenas cidades.

Neste caso, esta região do Paraná encontra-se em um capítulo da história do Brasil como um importante produtor de café. Essa cultura possibilitou uma dinâmica social, conforme avançava seu plantio em terras paranaense. Para a pesquisadora Ângela Endlich “[...] o complexo cafeeiro envolvia bem mais do que a produção do café, pois implicava em uma série de atividades comerciais, industriais e financeiras, que compunham um dinâmico arranjo econômico e espacial” (ENDLICH, 2006. p. 68).

Devido à euforia da economia cafeeira no contexto nacional e o discurso adotado pelo do governo estadual, durante o primeiro mandato de Moysés Lupion (1947-1951) estimularam a (re)ocupação de áreas considerada desabitadas através das atividades dos empreendimentos imobiliários (companhia colonizadoras).

Esses elementos possibilitaram que outras regiões do Estado paranaense tornassem áreas de colonização, impulsionado pelo discurso do progresso, estimulado pelo processo migratório das diversas regiões do país, sobretudo, paulistas, mineiros e nordestinos e, não muitos, da região Sul, buscavam oportunidade para tornarem proprietários de um lote em terras paranaense.

O processo de (re)ocupação idealizado pelo Estado

A forma idealizada pelo então governador Moysés Lupion (1947-1951) para (re)ocupação das terras considerada devoluta, foi intensificada com a criação de vários departamentos relacionados a imigração, colonização, fronteira entre outros, conforme escreve Leite Junior (2006, p. 84)

[...] a oferta de terras devolutas sob a tutela da recém-criada Fundação Paranaense de Imigração e Colonização e o Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC), a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, o Departamento de Fronteiras, o Serviço de Valorização do Litoral e a



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Divisão de Imigração da Secretaria da Agricultura.

Com a criação desses departamentos para controlar o fluxo migratório, a (re)ocupação de terras devolutas, seguido de um discurso produzido pelos representantes do Estado de não possuir meios financeiros para impulsionar diretamente a colonização, foi intensificado a adoção de concessão de grandes áreas para as companhias colonizadoras privada. Essa foi a maneira que o governo adotou para (re)ocupar grandes áreas de terra, em troca de valores simbólicos por hectares. Ao que tudo indica, esses órgão governamentais desconsiderou a presença de posseiros, índios, grileiros, pequenos proprietários para incentivar a ação dos empreendimentos imobiliários. Isso desencadeou diversos conflitos por terra³.

Com as atividades desses empreendimento imobiliário, foi possível a instalação de infraestrutura como abertura de estradas, formação de núcleos urbanos que, com o passar dos anos, alguns tornaram cidades conforme explica Leite Junior (2006). Aliado a este contexto, o assentamento de migrantes, o loteamento de dessas grandes áreas em pequenas e médias propriedades rurais conduzidas pelas companhias colonizadoras produziu uma dinâmica econômica e populacional em diversas regiões do Paraná.

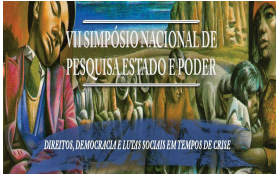
Com a política ocupacional de áreas de terras consideradas “sertão”, “lugares desabitados”, “terras virgens”, “terras não ocupadas”, é comum ler trabalhos que tratam sobre o processo de (re)ocupar o Paraná, considerado, por muitos autores, um vazio demográfico⁴. O uso dos termos acima por si só carrega toda uma ideologia cujos mentores são vários, conforme aponta Mota (1994). A história escrita pelas companhias colonizadoras, as falas das autoridades governamentais, pesquisadores que escreveram a partir da década de 1930, uma parte da historiografia sobre o Paraná, produzida nas Universidades contribui para o uso dessas terminologias como uma maneira para descrever e justificar o processo de ocupação do território paranaense.

Segundo o autor Leite Junior (2006, p. 87) esse processo só poderia ser concretizado se fosse acompanhado de uma proposta de integração, progresso em no interior paranaense, desenvolvendo um projeto (re)ocupacional das terras consideradas inóspitas

A implantação de um projeto de *(re)ocupação* do território por meio do ‘parcelamento’ de terras foi a melhor forma de aumentar a população estadual e, por conseguinte, ampliar sua economia. Lupion declarava, em suas visitas ao interior, que o desbravamento só teria sucesso se fosse acompanhada pela implantação de equipamentos civilizatórios (grifo meu).

³ Sobre este tema, segue algumas sugestões de leitura: Paraná insurgente: história e lutas sociais – século XVIII ao XXI. Piquiri ‘o vale esquecido’: história e memória da luta pelas terras do ‘grilo Santa Cruz’ na colonização de Nova Aurora, oeste do Paraná. Lutas populares no Paraná. A revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: a luta pela terra entre memórias e comemorações.

⁴ Sobre essa temática, ler as obras As Guerras dos Índios Kaingang – A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Nelson Dacio Tomazi. "Norte do Paraná" - história e fantasmagorias. Tese de doutorado em História – UFPR, 1997.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

No entanto, esse processo desencadeou a especulação fundiária e, devido a presença dos grileiros que com frequência manifestavam suas reivindicações de posse da terra, posterior ao início da exploração e, como consequência, ocorria a valorização das terras (KOHLHEPP, 2014).

Essas ações produziam conflitos entre grileiros, posseiros, intrusos, e companhias colonizadoras. Conforme o autor “tanto o confronto dos grileiros, posseiros e intrusos entre si, bem como entre eles e a colonização dirigida privada e estatal, por motivos jurídicos e morais, são característicos da região de fronteira do Brasil. (KOHLHEPP, 2014, p. 56).

O próprio esforço de (re)ocupar o território por parte do Estado, ocorreu de forma modesta, conforme alguns apontamentos citados anteriormente. No entanto, as ações estaduais estimularam a participação particular. Assim, o Estado incentivou o processo de (re)ocupação através de iniciativas privadas, conforme aponta Monbeig (1984), sendo à mola propulsora para o fluxo migratório por todo noroeste do Paraná.

Alguns pesquisadores defendem essa iniciativa de concessões de terras para empreendimentos imobiliários e, num segundo momento, o parcelamento dessas áreas em pequenas e médias propriedades como um modelo de “Reforma Agrária” idealizado pelo Estado. Com essa iniciativa, foi possível que grandes áreas de terras, antes, ocupadas por sujeitos sociais, passassem a ter um único proprietário, garantido reserva de capital ao empreendedor, devido, principalmente ao movimento migratório no processo de (re)ocupação do território, impulsionado pela política de integração econômica estadual, relacionado a complexa dinâmica produzida pela agricultura cafeeira no contexto nacional atrelado ao modo capitalista de produção.

Neste sentido, as companhias colonizadoras, como CMNP – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, adotou a estratégia de realização da “Reforma Agrária” através da colonização e uma maneira de assegurar capital, conforme a seguir “[...] CMNP caracteriza-se como promotora da reforma agrária através de uma colonização exclusivamente particular”. Ainda conforme escreve o autor “Optou pela colonização das terras porque era essa a política agrária do governo e porque não tinha mais interesse em manter a propriedade das terras; interessava-lhe, sim assegurar a propriedade do capital” (HOFF, 1991. p. 35).

No trabalho elaborado por Rosaneli (2013), o autor realiza abordagens sobre o processo de elaboração dos planos urbanísticos ocorridos na fronteira do café e as funções desempenhadas sobre os traçados urbanos. As descrições apresentadas pelo autor, são devido às iniciativas de 41 empreendimentos que atuaram no noroeste do Paraná. Entre esses empreendimentos, encontra-se a Byington & Cia, onde passamos a realizar algumas considerações sobre suas atividades na região em discussão.

Se por um lado, temos quem defenda o êxito destes empreendimentos imobiliários de capital nacional e internacional, devido o apoio concedido pelo Estado:

A obra colonizadora das grandes companhias de terras que, com seriedade, operavam seus negócios, e aquela do Governo do Estado, como agentes



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

colonizador, constituem, no Paraná moderno, o eixo propulsor da repartição da terra e sua efetiva ocupação pelos proprietários privados. Elas se fizeram sob o regime da pequena propriedade, salva em casos e áreas excepcionais. (MARIA WESTPHALEN, PINHEIRO MACHADO, BALHANA, 1988, p. 19).

Por outro lado, considerar como efetiva ocupação do território, sob os signos dos negócios, como na citação acima, reforça a ideia de que a ocupação, o desenvolvimento, o progresso ocorre valorizando a propriedade capitalista, omitindo a presença das populações tradicionais que viviam no território antes das ações das companhias. Sendo assim, como os imigrantes lidou com esse entusiasmo de progresso em terras paranaenses? O progresso, de fato, ocorreu? Seguindo a linha de questionamentos, sobre as vozes dos sujeitos sociais que ficaram ocultas como posseiros, grileiros, intrusos, índios, pequenos agricultores: em que momento, esses sujeitos, excluídos do processo de formação histórico, terão vozes devido as atividades dessas companhias colonizadoras?

Portanto, isso aponta indícios de que a região Noroeste do Paraná passou a ser (re)ocupada, excluindo do contexto histórico, os sujeitos sociais que marcavam presença nas áreas que foram exploradas, devido às atividades dos empreendimentos imobiliários na região em tela.

Aquisição de terras pela companhia Byington

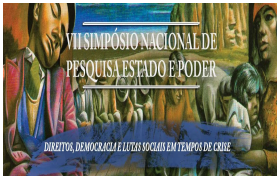
A faixa de fronteira do Paraná, que se estende a uma distância de aproximadamente 150 km, tem como referência o Rio Paraná. Através desta descrição territorial, encontram-se presentes as cidades formadas pela Byington & Cia.

A aquisição dessas terras pela Byington & Cia, segundo escreve (SILVA, 1987, p. 54) ocorreu através de um acerto entre Estado e Byington. Esse “[...] acerto chegou a ser adotado a nível estadual, em 1948, quando o governador Moysés Lupion pagou as obras iniciais da Estrada de Ferro Central do Paraná com terras da região de Umuarama, onde a Byington, de São Paulo, desenvolveu a colonização de Pérola, Xambrê, Altônia e outros”.

Para a construção da obra Estrada de Ferro Central do Paraná⁵ foi aberta concorrência pública para executar os 320 quilômetros de ferrovia ligando Apucarana até Ponta Grossa. De acordo Leite Junior (2006), esse traçado considerou “Apucarana o ponto de confluência da região cafeeira, por onde passava toda a produção das regiões vizinhas e onde partia as principais vias de comunicação para o porto de Paranaguá e Antonina e para São Paulo, através da linha tronco para Ourinhos” (LEITE JUNIOR, 2006, p. 230).

Em 1948, na data limite de 30 de junho as seguintes empresas protocolaram suas propostas para construção da linha férrea. São elas: “Serviços Técnicos e Mercantis S.A., Byington & Cia., Morrison Knudesen do Brasil S.A.” (LEITE JUNIOR, 2006, p. 230). Sendo que a vencedora da concorrência pública com a melhor a proposta foi a empresa Byington & Cia. Os termos do contrato foi publicado no Diário Oficial do Estado em 16 de

⁵ Ver Figura 01 para entender o traçado da ferrovia no Paraná.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

novembro de 1948⁶.

Se por um lado Silva (1987) afirma que as terras que pertenceram a Byington foram pagas pelo governo do Estado devido a construção da Estrada de Ferro Central do Paraná, por outro, os primeiros indícios do estudo, apontam que isso não ocorreu, conforme apresentamos abaixo alguns questionamentos envolvendo a Byington & Cia. e o governo de Lupion.

Considerando os agentes relacionados acima: a – Em recente reportagem realizada pelo Jornal Gazeta do Povo⁷, o mesmo informa que a empresa que realizou a conclusão da construção dessa ferrovia foi CR Almeida. O que aconteceu com a empresa Byington & Cia?; b - Se Byington & Cia não concluiu a construção dessa ferrovia, o que levou a receber/adquirir as terras como forma de pagamento pela construção da ferrovia, conforme afirma Silva (1987)?; c - Qual(is) motivo(s) levaram a Byington & Cia deixar de realizar esta obra?; d – Qual foi o papel do Estado e seus representantes durante essas negociações? e - Por que a reportagem da Gazeta do Povo apresenta o ano de 1960 e não 1969 como início da obra? Considerando que foi a partir de 1969 que o grupo “CR Almeida e Walter Resources Development se encarregou de realizar a retificação do trecho abandonado, além de remodelar a via permanente implantada” (LEITE JUNIOR, 2006, p. 237).

Esses são alguns questionamentos que requerem respostas ainda por serem construídas durante a pesquisa. Dessa maneira podemos acrescentar um dos principais elementos do trabalho, envolve a questão do território devido a negócios ainda por serem melhor entendido entre o governo de Lupion e a Byington & Cia. e as populações presentes anterior a atividade do empreendimento imobiliário.

Neste contexto a Byington & Cia. realizou a construção de cidades, produzindo um discurso de uma fronteira em condições para o desenvolvimento e o progresso nesta região do Paraná.

Dessa forma, no emaranhado das relações sociais, políticas e econômicas, na concretude dos fatos históricos, esperamos trazer alguns apontamentos que nos ajudem realizar um melhor desdobramento dessas questões na proposta do nosso trabalho.

A construção da Estrada Ferro Central do Paraná

Durante o primeiro governo de Lupion (1947-1951) uma parte do Estado era considerada isolado em relação a capital. Para romper com esse distanciamento entre as regiões Norte e Noroeste, a principal iniciativa seria a construção da Estrada Ferro Central do Paraná, Ligando Ponta Grossa – Apucarana. Essa integração, está muito relacionado ao movimento econômico, principalmente, com a cultura cafeeira sobre as terras do Norte paranaense.

Em livro *Moysés Lupion – A verdade*, Rau Vaz (1986) realiza uma abordagem sobre

⁶ Consulta realizada no Arquivo Público do Paraná. Diário Oficial do Estado sob o n 215. Ao analisar a cláusulas do contrato sobre a construção da Estrada de Ferro Central do Paraná, publicado no jornal Diário Oficial do Estado, percebemos a ausência do período que levaria para ser concluída a referida obra.

⁷ Jornal Gazeta do Povo de 06 de janeiro de 2019. Título da reportagem: Chegou a hora de pagar a conta: CR Almeida vai receber precatório de 3 bilhões de reais. <Acesso em 19 de janeiro de 2019>.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

os dois governos de Lupion (1947-1951 e 1956-1962) utilizando documentos como relatórios, reportagens, resumo de documentos, entrevistas, fotografias e uma série de outros meios de informação procurando justificar as ações governamentais naquele momento do governo do estadual. O autor descreve com entusiasmo sobre a política desenvolvida por Lupion. No primeiro capítulo, apresenta uma Biografia do governador, passando pela origem, sua juventude, personalidade, homenagens, nome de cidade, são alguns elementos que configuram esta parte do trabalho. No capítulo seguinte, discute o império econômico da família Lupion. No capítulo terceiro, são apresentados os motivos que levaram o então futuro governador a campanha eleitoral de 1947. Com temas para empolgar o leitor como “Vamos construir um Paraná maior”, “O político sensível e popular”⁸, reflete o entusiasmo do autor sobre as atitudes que foram realizadas por Lupion.

Sobre a administração, já no capítulo quarto, o autor descreve as ações governamentais daquele período, tais como construções, infraestrutura, saneamento, estradas, plano de desenvolvimento, sistema ferroviário, sistema portuário e uma série de outras medidas adotadas pelo governante. Nos capítulos quinto, sexto, sétimo e, por último, o oitavo, com uma apresentação diversificada nesta parte do livro. Muito embora o livro está relacionado ao governo e a personalidade de Lupion, não é proposta do trabalho, neste momento realizar um abordagem mais aprofundada, pois destoa do foco que pretendemos realizar.

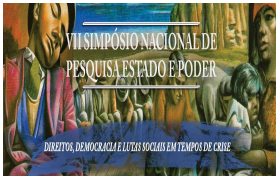
Um dos pontos que chama a atenção neste livro é maneira como autor desenvolve sua escrita. Um trabalho de euforia, empolgação de um momento peculiar da história do Paraná e, também, do contexto nacional. Para reforçar nossa afirmação destacamos a seguir a seguinte passagem “E a história prova que ele agiu com acerto, conforme passaremos a demonstrar. O Paraná não teria o desenvolvimento que hoje tem, não tivesse sido administrado por Moisés Lupion. Disso ninguém duvida” (VAZ, 1986, p. 156).

São poucas as passagens que o autor faz apresenta algum sinal de crítica a respeito das atividades desenvolvidas por Lupion e sua vida enquanto governador do Estado. Em raros momentos isso ocorre e, mesmo assim, o autor procura relativizar tais acontecimentos, chegando a escrever “insignificantes incidentes” (VAZ, 1986, p. 263). Entre os pontos de pouca abordagem e considerado “insignificantes incidentes” está a questão das terras e revoltas de trabalhadores rurais, em diversas cidades do Paraná, como a Revolta de 1957, no sudoeste do Paraná. Seriam esses fatos insignificantes? Isso, no entanto não permite desconsiderar o trabalho realizado por Vaz (1986).

Dessa maneira, outros elementos estão presentes neste trabalho, contribuindo para elaboração deste estudo. Questões como a colonização e a ferrovia Estrada de Ferro Central do Paraná. De acordo com Vaz (1986)

Um projeto de longo prazo, mas essencial para o Paraná – tanto que as obras foram continuadas Governos após Governo, criando, como previa Lupion, um caminho certo e seguro para a movimentação de mercadorias

⁸ Temas retirados do índice do livro Moisés Lupion – a verdade (1986). Não é somente neste capítulo que percebemos temas de euforia por parte do autor. Porém, é o capítulo que destaca maiores prestígios em relação a pessoa de Moisés Lupion.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

aos centros consumidores e até o porto de exportação. A central do Paraná revela a visão do Governador Moysés Lupion, que se preocupou em administrar o Estado já prevendo o seu crescimento futuro e garantido seu progresso. (VAZ, 1986, p. 222).

O trecho envolvendo a construção da obra Estrada de Ferro Central do Paraná (Figura 01) está representado na figura abaixo. Assim, procuramos passar para o leitor a noção da proposta sobre o projeto de construção da referida ferrovia. Conforme já mencionamos anteriormente, para execução deste trabalho foi aberta concorrência pública, onde a empresa vencedora para executar os 320 quilômetros foi a empresa Byington & Cia.

As terras passaram a pertencer ao empreendimento através de negócios ainda por serem melhor entendido entre governo e companhia. No entanto, uma possibilidade, é falta de recurso por parte do Estado. O governo alegava problema financeiro para cumprir seus compromissos. Desta forma, haveria dificuldades para realizar o pagamento dos serviços prestados na construção da ferrovia. Associado a este ponto, havia o discurso governamental de que o “sertão” estava por ser desbravado nesta região.

Dentro desse quadro, inicia-se o processo de colonização de extensas áreas de terras considerada devoluta e em diversas situações, de grilagem. Para isso, era necessário legalizar essas terras.

ESTRADA HISTÓRICA

Existia uma ligação ferroviária de mais de 600 km para os trajetos entre norte do Paraná e Ponta Grossa. Com a construção da Estrada Central, a partir de Apucarana, na década de 1970, o percurso encurtou em aproximadamente 300 km:



Figura 01 – Trecho da Estrada de Ferro Central do Paraná

Fonte: Jornal Gazeta do Povo. 06 de janeiro de 2019.

Adaptado por F. Flavio.

Neste contexto que ocorrem as atividades da Companhia Byington, formando



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

pequenas propriedades rurais, incentivando o processo migratório de outras regiões do país, viabilizando a (re)ocupação do território, estimulado por um discurso de progresso nesta região paranaense.

Considerações finais

O processo de (re)ocupação das terras paranaense iniciou para a partir da divisa com Estado de São Paulo, penetrando pelas de terras roxa do Norte do Estado do Paraná. O governo federal e estadual, com a intenção de realizar integração nacional através da agricultura cafeeira, cria mecanismo para (re)ocupação do território considerado desabitado.

Já na região Noroeste do Paraná, o processo de (re)ocupação e concessão de terras considerada devoluta, inicia a partir de 1940. Através desta ação, o Paraná realiza concessão de terras para os empreendimentos particulares. A concessão dessas terras produz diversos conflitos devido a presença de sujeitos sociais que estavam presente anterior as atividades dos empreendimentos imobiliários. Tais territórios, sobre as ações das companhias colonizadoras, principalmente na fronteira, tiveram objetivos de tornar essas concessões de terras, reserva de capital das companhias. Nessa perspectiva, o interesse das companhias estava voltado na obtenção de bons lucros na comercialização das terras.

Portanto, desconsiderar a presença desses sujeitos sociais: índios, posseiros, grileiros, intrusos e pequenos agricultores durante a formação social dessa região, é excluir as vozes daqueles vivenciaram o movimento de (re)ocupação do território, impulsionado pela política de integração estadual, relacionado a complexa dinâmica produzida pela agricultura cafeeira no contexto nacional atrelado ao modo capitalista de produção.

Dessa forma, no emaranhado das relações sociais, dos fatos históricos, esperamos apresentar apontamentos que nos ajudem realizar um melhor entendimento sobre as atividades da Companhia Byington.

Portanto, esses elementos reforça o papel da história na busca por acontecimentos ignorados, intencional ou não e, que de vozes aos sujeitos existentes nesse território, antes da atividade capitalista desenvolvida pelos empreendedores imobiliários na região Noroeste do Paraná do Paraná.

Referências Bibliográficas

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**: publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. 1975.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no noroeste do Paraná**. 2006. 505 f. Tese (Doutorado em Geografia) - FCT/UNESP Presidente Prudente, SP.

HOFF, Sandino. A ocupação do Norte. In. PAZ, Francisco Moraes (Org.). **Cenários de economia e Política**: Paraná. Curitiba: Prephacio. 1991.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

KOHLHEPP, Gerd. **Colonização agrária no Norte do Paraná**: processos geoeconômicos e sociogeográfico de desenvolvimento de uma zona subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café. Gerd Kohlhepp; Paulo Astor Soethe (Org.). Daniel Marineschen (Coord. Trad.) Maringá: Eduem, 2014.

LEITE JUNIOR, Hor-Meyll Teixeira; ESCOBEDO, Marcel Luiz. **Moyses Lupion**: Civilizador do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec: Polis, 1984.

MOTA, Lucio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: Eduem, 1994.

ROSANELI, Alessandro Filla. **Cidades novas do café**: história, morfologia e paisagem urbana. Curitiba: UFPR, 2013.

SILVA, Paulo Marcelo Soares Da. **História de Paranavai**. Edição comemorativa aos 36 anos de Paranavai. Paranavai, 1987.

VAZ, Raul. Moyses Lupion- a verdade. Curitiba: Paratodos, 1986. 467p.

WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. Nova prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. In: Centro de Estudos Migratórios. **Ocupação do Paraná**. São Paulo: AGEN, 1988. (Série Cadernos de Migração, v.3) 45 p. [Republicação do Boletim nº 7, do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, de setembro de 1968].

Imprensa

Jornal “Gazeta do Povo” <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/hora-de-pagar-a-conta-cr-almeida-vai-receber-precatorio-de-r-3-bilhoes-e2u0h7omamuteyr64nvfhduxa/>>. Acesso em 06 de janeiro de 2019.

Arquivo Público do Paraná. “Diário Oficial”, nº 215, Curitiba, 16 de novembro de 1948.



O MINISTÉRIO DO TRABALHO COMO MECANISMO DE CERCEAMENTO DA CLASSE TRABALHADORA NA DITADURA BRASILEIRA (1964-1985)

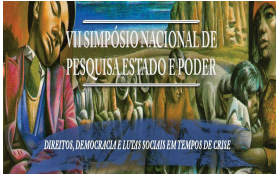
GABRIEL DE OLIVEIRA LADEIRA¹

Resumo: Esta pesquisa objetivou apreender a atuação do Ministério enquanto mecanismo particular de repressão voltado especificamente ao âmbito do trabalho. Evidências históricas foram extraídas da documentação gerada pelas Divisões de Segurança e Investigações (DSIs) de diversos Ministérios e do SNI, e confrontadas com entrevistas que compõem o acervo do IIEP (Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas) e publicações bibliográficas e audiovisuais selecionadas. Tendo como escopo a análise da imanência, objetivou-se o complexo categorial que, no diálogo com bibliografia especializada, explicitou o modus operandi da institucionalidade repressora do trabalho — e evidenciou que a combinação de cerceamento e superexploração da classe trabalhadora era determinante para a realização da Ditadura do capital. Desde a imposição do bonapartismo brasileiro, o controle da classe trabalhadora teve fundamental importância para os objetivos do capital multinacional e da burguesia brasileira atrofada e associada. Visava-se forçar a reconfiguração do projeto econômico-social, em atendimento ao novo programa de acumulação capitalista. Planejando impossibilitar qualquer mobilização dos trabalhadores frente à maximização da exploração dual do mais-valor, medidas de amplo cerceamento foram espreiadas através do Ministério do Trabalho (MTb) por todo território nacional. Assim, a ação do MTb não o caracteriza somente como outro braço do SNI, mas foi além, utilizando a legislação trabalhista “a contrapelo”, ou seja, contra os trabalhadores — através da facilitação de demissões para um “desemprego punitivo”, de intervenções sindicais etc.

Palavras chave: Repressão; Trabalhadores; Ditadura.

No primeiro momento do golpe, portanto, na imediaticidade constitutiva do bonapartismo, o Ministério do Trabalho (MTb) teve um importante e fundamental papel nas medidas de consolidação do Estado bonapartista. Havia a necessidade de efetivamente erguer as estruturas que a conspiração visava engendrar. Neste sentido, já se manifestaram, de início, formas de repressão que se constituem como *momentos preponderantes* durante toda a Ditadura. Antes de melhor especificar estas últimas, cabe demonstrar as duas nuances da articulação repressiva: uma anterior à consolidação do aparato de Segurança Nacional; a outra formada com a centralização burocrática da repressão no Serviço Nacional de Informações (SNI). Tal distinção não supõe, de forma alguma, a atribuição de maior

¹ Graduando em História (Bacharelado) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

gravidade a uma ou à outra. A diferença é fundamentalmente operacional, com possíveis implicações no que diz respeito à sua eficácia a partir do segundo momento.

De início, destarte, a ação repressiva do Ministério do Trabalho era abastecida pela informação extraída de organismos não necessariamente integrados de forma a compor uma totalidade voltada ao cerceamento. Setores relativamente difusos foram então direcionados à cotidiana atividade de vigilância e cerceamento, tais como o IV Comando Aéreo Regional (COMARIV) e o então já antigo complexo DEOPS/DOPS (Departamentos Estaduais e Delegacias de Ordem Política e Social). Órgãos que outrora dedicavam-se majoritariamente às atividades de Defesa, combinados a remanescentes setores de repressão de períodos anteriores, assim, reuniam de forma mais direta as informações que posteriormente seriam processadas pela institucionalidade do MTb — dedicando-se não à prevenção de agressões externas, mas com enfoque principal na parte de dentro do país, voltando-se à espionagem em meio aos trabalhadores. Dentro destes mesmos setores, já havia, desde o período de Juscelino Kubitschek, repartições dedicadas exclusivamente ao levantamento e análise informacionais — estrutura da qual se apropriou, posteriormente, o Serviço Nacional de Informações (SNI).

Após a centralização do aparato repressivo, efetivamente consolidada junto à imposição do Ato Institucional 5, o SNI se caracterizou como o setor único em que todo o aparato de informações e espionagem da Ditadura estava abrigado — capilarizando repartições, escritórios, divisões e agências por todas as esferas do Estado. Cada delegacia teria ligações com um destes organismos de informação, bem como cada Ministro teria seu gabinete conectado à Divisão de Segurança e Informações (DSI) correspondente ao seu Ministério. Uma forte expressão do mecanismo então centralizado é o infame complexo DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informações-Centro de Operações de Defesa Interna) — que congregava, em si mesmo, tanto o levantamento de dados quanto a execução de operações de guerra suja a partir de tais informações. Paulatinamente, na base da pirâmide cujo topo era o SNI, junto também de delegacias do complexo DEOPS/DOPS, estavam centros das Forças Armadas que também atuavam no mesmo sentido. São elas, o Centro de Informações do Exército (CIE); o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA); o Centro de Informações da Marinha (Cenimar) — os quais, por sua vez, assim como no caso dos órgãos anteriores, recebiam constante apoio do setor de informações do Departamento de Polícia Federal.

A atuação de todo este mecanismo abarcava a totalidade da sociedade brasileira. Contudo, no que diz respeito à repressão especificamente voltada ao universo do trabalho e todas as suas esferas, havia uma particularidade: a centralidade do funcionamento das medidas, além do Serviço Nacional de Informações, era, ainda mais, o Ministério do Trabalho. Se, durante o processo de levantamento de dados, ficasse explícito à vigilância que o caso em questão diz respeito ao âmbito dos trabalhadores, um relatório era imediatamente remetido ao MTb — muitas vezes antes de ser enviado à Agência Central do SNI, em Brasília (destino obrigatório de todos os procedimentos). Neste sentido, a totalidade da documentação não deixa margens para dúvida: o universo do trabalho, devido à sua centralidade para que fosse concretizado o projeto ao qual viria servir o bonapartismo, constituía-se como o principal alvo da repressão. Era preciso, simultaneamente, forjar a estrutura e o ambiente necessários para a superexploração dos trabalhadores e a



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

inviabilização — através da legalidade — de suas lutas e engendrar um forte aparato de monitoramento e vigilância ostensivos que viabilizaria a violência repressiva contra os que se levantassem, em prol dos seus interesses de classe, contra os sofrimentos advindos do “modelo brasileiro”.

Tal percepção vai de encontro às proposições de György Lukács em sua *Grande Ontologia*, qual seja, “somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.) quanto orgânica [...]” (LUKÁCS, 2013, p. 44). É por tal aspecto fundamental que a repressão ao trabalho pelo bonapartismo, portanto, caracteriza-se como um ponto primordial para que este último pudesse dar seguimento aos seus projetos. Somente a partir do controle do trabalho é que se poderia erguer, pela mediação bonapartista, a lógica de estrutura da vida material que viesse a satisfazer os vislumbres da burguesia brasileira. É no cerceamento ostensivo do trabalho que reside a possibilidade de se construir o êxtase autocrático-burguês — mas é também pela centralidade do próprio trabalho que os seus sujeitos, isto é, os componentes da classe trabalhadora, podem forçar uma ruptura com a estrutura forjada para a sua subjugação

As estruturas e implicações objetivas de tal forma de repressão no cotidiano da classe trabalhadora serão, a partir deste ponto, mostradas a partir de alguns *estudos de caso*. Respectivamente, veremos demonstrações acerca de duas categorias de repressão direta, extraídas da massa documental analisada em nossas pesquisas. É importante ressaltar que estas duas categorias integram uma totalidade categorial, exposta com maior detalhamento em nosso *relatório final*². Assim, será possível expor sobre *I*) intervenções sindicais em suas nuances mais ou menos diretas; *II*) demissões por perseguição política e outras distintas formas de impedimento do acesso ao trabalho, voltadas às lideranças mas sobretudo a quaisquer trabalhadores que estivessem voltados ao enfrentamento do patronato por seus interesses de classe.

Dois situações podem ser verificadas para que esteja firme, nestes escritos, a natureza das intervenções sindicais. Ambas correspondem a uma ação mais objetiva. A primeira consiste numa medida de “maior adaptação” dos repressores, ou seja, num ato mais brando e que visa mesclar-se à dinâmica sindical do pré-golpe — a uma manifestação que visa instalar uma impressão de normalidade no processo (à prática, portanto, mediada pela construção da ideologia do trabalho que deveria ser engendrada e veiculada pelo bonapartismo). A segunda, por sua vez, caracteriza o caso clássico do intervencionismo. Os dois exames são exemplos importantes de uma mescla entre as formas diretas e indiretas de intervenção. Tratemos, portanto, do primeiro caso — datado do ano de 1965.

Durante o processo eleitoral do Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem de Americana, já havia, em tal organização, um interventor. O Ministério da Aeronáutica

² A partir deste ponto, serão expostas as sínteses conclusivas expressas pela documentação analisada detalhadamente no relatório final do projeto intitulado “O Ministério do Trabalho como mecanismo de cerceamento da classe trabalhadora na Ditadura Brasileira (1964-1985)”. Em referência aos documentos aqui citados, será utilizada a sigla “Doc.”, seguida da nomenclatura digital do dossiê, o registro oficial do documento mencionado e de sua página exata no arquivo em PDF. A informação completa a respeito de todo o material constará ao final do presente trabalho escrito, no campo denominado “Fontes”.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

expõe, então, “[...] que em Americana estão sendo preparadas 3 chapas para disputar as eleições [...]. Destas, “uma está sendo formada pelo interventor, a segunda pelo Partido Comunista, com Sturari, trabalhando por trás e a última por elementos do Círculo Operário.” O referenciado “[...] interventor, que era ligado aos Circulistas, após sua indicação para a interventoria, rompeu com aqueles elementos. Adianta-se que a divisão dos democratas facilitará a eleição dos comunistas.” (Doc. 1647BR_AN_BSB_VAZ_0137, Informe nº 243/QG-4, 05/08/1965, p. 2-3). Ou seja, percebe-se, aqui, a realização de uma intervenção do Ministério do Trabalho mesclando-se às estruturas formais do sindicato. A preferência pela candidatura dos considerados “democratas” configura uma bem determinada diretriz da nuance bonapartista então vigente — a do grupo da *Sorbonne*.

A sua tônica será a de se apresentar como portadora dos “ideais revolucionários”, que se põem na defesa do “desenvolvimento acelerado”, a propulsão de uma economia capitalista associada aos capitais externos, e, satisfazendo a ambição dos governadores conservadores que apoiaram a escolha de Castello Branco, a sinalização da “restauração do regime democrático”, num prazo determinado; “segurança”, basicamente a repressão interna, para a manutenção da ordem social e política, institucionalizando-se a fim de promover a caça e rápida erradicação dos comunistas, reais e imaginários. (RAGO FILHO, 1998, p. 113).

Vê-se, pois, através de tal forma de intervenção sindical, a expressão marcada do caráter bonapartista no castelismo do pós-64: “[...] a verdadeira religião da burguesia, com a violência sistemática desferida aos movimentos de resistência, especialmente dos trabalhadores, visando, assim, controlar todos os poros da sociedade para propiciar altos voos para a acumulação capitalista.” (RAGO FILHO, 1998, p. 120). Poros estes que seriam melhor preenchidos e controlados se nuances da forma repressiva fossem erguidas estando travestidas enquanto meras normalidades democráticas — como se objetivou no caso do Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem de Americana. Designar um interventor, no entanto, ainda que considerando a “manutenção das aparências” implicava em ter, dentro do corpo administrativo de um determinado sindicato ou próximo dele, uma fonte de informações que viriam a engendrar a ampla base de dados do mecanismo de Segurança Nacional — o que nos leva ao segundo caso de intervencionismo.

Contradizendo as inferências de Costa e Silva, que indicava uma previsão de “normalização” da vida sindical³ no Brasil, pode-se perceber, quando da Ditadura Médici

³ “Costa e Silva: Ao tratar das questões relacionadas com a vida sindical, o governo orientou-se no sentido de estruturar os sindicatos em termos de absoluta independência e responsabilidade no cumprimento de seus fins específicos. Quando chamado a neles intervir, nos termos da lei, o fez quase sempre com visitas a proporcionar-lhes condições para atuar como autênticos órgãos de classe, eliminando fatores de perturbação de seu funcionamento. As interferências, porém, têm sido transitórias, e apenas pelo mínimo essencial, cuidando-se por devolver a autonomia à entidade o mais prontamente possível. Ressalte-se que o número de sindicatos sob intervenção, que atingiu 425 no período posterior ao movimento de março 1964, reduzem-se a 42 em 31 de dezembro de 1967, ou seja, menos de 1% das entidades sindicais existentes no país, apontando-se ainda que não chegam a 10% desse total as intervenções por motivos ideológicos. Objetivando a plena normalização desse setor, ultima-se portaria reguladora das eleições sindicais, com base inclusive em sugestões das várias



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

— em grande medida, é verdade, devido à sua mais intensa brutalidade grosseira —, amplos desdobramentos de direto intervencionismo sindical relacionados especificamente com o que o segundo bonapartista chamou de “motivos ideológicos” — o que também ocorre em finais da década de 1970, no âmbito das grandes greves metalúrgicas. Sobre o primeiro contexto, partindo, assim, para o segundo caso que exemplifica o *modus operandi* da intervenção *per se*, deve-se considerar os acontecimentos referentes a atritos internos ao próprio Estado bonapartista. Neste caso, em abril de 1972, como expõe documentação da Divisão de Segurança e Informações do MTb, o então “[...] Ministro do Trabalho e Previdência Social determinou intervenção no Sindicato dos Bancários da Guanabara.” (Doc. 826ac_ace_61850_73, Documento de Informações nº 3806/73/04/DSI/AE/MTPS, 13/10/1973, p. 2).

“Em seguida, por solicitação da Delegacia Regional do Trabalho da Guanabara, foi instaurado inquérito na Polícia Federal com a finalidade de apurar a subversão que vinha se processando naquela Entidade.” Após esta e uma segunda tentativa de inquérito, ambas barradas na 2ª Auditoria da Marinha, verificou-se que uma mesma promotora, “[...] Dra. Maria José de Carvalho Salvador”, foi responsável por obstaculizar os procedimentos de intervenção sindical e sua subsequente investigação sobre os que possivelmente seriam alvo de repressão ao serem denominados “subversivos”. Tal questão evidencia de forma enfática a manifestação teleológica que direciona o aparato repressivo às entidades e organizações do trabalho. Independentemente da decisão da promotoria, o procedimento deveria seguir — o que se relaciona fortemente com a velada e consciente conduta da Justiça do Trabalho, que era orientada a não proporcionar resoluções aos trabalhadores ou atrasá-las ao máximo (além de auxiliar outras instâncias que fizessem o mesmo). Não importa qualquer obstáculo. Não deve haver obstáculos. O bonapartismo deve efetivar sua subjugação da classe trabalhadora sem que eventuais contradições jurídicas interfiram.

Se para que tal efetivação se concretizasse diversos trabalhadores devessem ter seu acesso ao mercado de trabalho minado, assim seria. Já estava claro, desde o início do bonapartismo, que demissões e o impedimento do acesso ao trabalho por motivos de perseguição política estariam na ordem do dia. No dia 9 de abril de 1964, o autointitulado Comando Supremo da Revolução baixou o Ato Institucional 1. Seu Artigo 7º expressava que ficariam suspensas, desde aquela data, “[...] por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade” — destacando que, “mediante investigação sumária [...], os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados [...]” (Doc. 09/04/1964, Ato Institucional 1, p. 1.). Estava autorizada, assim, a demissão em massa de qualquer trabalhador enquadrado nas prerrogativas estabelecidas pelos golpistas.

Sobretudo no que diz respeito ao serviço público, esta primeira medida institucional, executada primordialmente pelo Ministério do Trabalho, seria responsável por iniciar uma espécie de “limpeza ideológica” entre os trabalhadores. Tal medida atingiu, no entanto (e não por acaso), também o âmbito das empresas privadas. O grande mecanismo de vigilância

categorias profissionais e econômicas através de seus órgãos de cúpula.” (Marechal Artur da Costa e Silva apud. Octavio Ianni, 2019, p. 122).



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

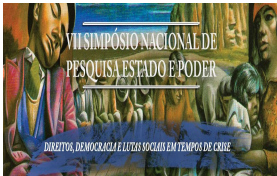
UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

em escala nacional, ao reunir dados sobre seus trabalhadores, cultivava uma ampla rede de contatos que interagira diretamente com as articulações protagonizadas exclusivamente pelo empresariado. Sobre isto, são cristalinos os vínculos expostos nas aberrantes atas de reuniões do Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba (CECOSE-VP) — verdadeiras veias abertas da totalidade que pariu o bonapartismo: a repressão do aparelho de Estado e o conluio entre burguesia brasileira amesquinhada e o grande capital multinacional.

Em documentação do Ministério da Aeronáutica, a Seção de Informações da Escola de Especialistas da Aeronáutica — e, portanto, o braço do grande aparato repressivo que dedicou parte expressiva de sua atenção ao achatamento dos trabalhadores —, relata ao Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) que, “[...] atendendo convite do Chefe da Segurança da Indústria Villares S/A, participou pela primeira vez da Reunião do Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba [...]” (Doc. VAZ_264.164, Informação nº 042/SIS/EEAER/83, 18/07/1983, p. 1). Como se faz evidente na continuidade do informe, a “reunião” era, em verdade, praticamente um grande evento de organização de iniciativa única e exclusivamente empresarial em que se reuniam os chefes de segurança interna de diversas companhias (nacionais e internacionais; estatais e privadas) para trocar confidências sobre seus trabalhadores — e passar informações privilegiadas à repressão neste processo:

[A reunião era] composta por elementos de segurança e informações de grandes Empresas da região, destacando-se entre elas: Avibras S.A.; Caterpillar S.A.; Confab S.A.; Embraer S.A.; Engesa S.A.; Rhodia S.A.; Ford S.A.; Ericson S.A.; F.N.V. S.A.; General Motors S.A.; Petrobras S.A.; Johnson S.A.; Kodak S.A.; Phillips S.A.; Telesp S.A.; Villares S.A.; Volkswagen S.A.; Embrape S.A. e Vibasa S.A., além de várias Unidades do Exército, do Centro Técnico Aeroespacial e das Polícias Militar, Civil e Federal, representadas pelos respectivos Chefes dos OIs [Órgãos de Informações]. (Doc. VAZ_264.164, Informação nº 042/SIS/EEAER/83, 18/07/1983, p. 1).

Chega-se, assim, à face efetivamente privada do grande aparelho de repressão ao trabalho. Todos os centros de informação até este ponto discutidos estavam, àquela altura, acompanhando as reuniões do CECOSE-VP. O CIE, o CISA, o Cenimar, órgãos de policiamento político civil como o Complexo DEOPS/DOPS, a Seção de Informações da Polícia Federal. Todos. Era através destas reuniões, por exemplo — além de outras empreitadas próprias —, que a Volkswagen entregava seus trabalhadores à repressão do bonapartismo. As empresas privadas, por sua vez, munidas de sua livre vontade e iniciativa — o que em nossa análise pode ser traduzido como uma motivação diretamente conectada ao compromisso de tais companhias com o golpe e a solução bonapartista, à teleologia das burguesias associadas —, tornavam seus setores internos de segurança em verdadeiros siameses das DSIs ministeriais e de outros organismos congêneres. Era deles a responsabilidade de fiscalizar, dentro e fora das fábricas, o cotidiano dos trabalhadores — e prontamente, junto de toda a estrutura nacional, partir para o achatamento de qualquer movimento.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Mais ainda, como era de se esperar, tal conluio garantia o desemprego de trabalhadores que fossem despedidos por motivações políticas, repassando, nestes encontros, tal informação às outras empresas para que estas não contratassem determinados operários — e podendo contar, é claro, com o apoio do aparato legal do Ministério do Trabalho para retardar e inviabilizar eventuais recursos, e, através do seu próprio aparato de informações, acabar disseminando, a outras companhias, nomes de trabalhadores “subversivos”, como no caso de Iradil. Sobre isto, há o depoimento do ex-funcionário da Volkswagen demitido após participar de greves, Expedito Soares, em Audiência Pública, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo:

[...] no meu caso, fui demitido, assim como vários. E depois disso também circulou, a partir da Volkswagen, uma lista negra onde vários nomes de vários companheiros constou-se. [...]. Quando eu saí de lá [da Volkswagen] eu fiquei quase um ano desempregado. Eu tive que trabalhar de garçom para sobreviver com meus três filhos na época e minha mulher, e a gente teve uma tremenda dificuldade. Porque eu fazia teste de trabalhar em outra empresa e imediatamente aquela vaga era preenchida. Eles diziam que eu não tinha condição de trabalhar e era sumariamente [...] e naquela época, tinha muita oferta de emprego, porém a gente não conseguia entrar na empresa e se fixar. Por exemplo, na última empresa que eu trabalhei, na década de 80, foi a Arteb. Fiz todos os testes admissionais e na hora que era para mim começar a trabalhar ele falou: “Olha, já preencheu a vaga”. Era a lista negra que chegou lá. (SOARES, 2015, p. 14).

Verifica-se, portanto, no confronto destes relatos com todo o aparato documental, este importante aspecto do procedimento repressivo de impedimento do acesso ao trabalho: a articulação entre o empresariado e o Estado bonapartista voltado à repressão do trabalho — o que é, pode-se dizer, uma operação específica do Ministério do Trabalho (ainda que através da mediação de todo o resto do Serviço Nacional de Informações) — gerava, tanto no âmbito do funcionalismo público quanto em empresas privadas, uma ação específica voltada diretamente ao controle ostensivo da classe trabalhadora. Era engendrado, por este complexo itinerário, o que aqui chamamos de desemprego punitivo — um dos alicerces constitutivos da ideologia do trabalho que visava castrar e pôr fim a qualquer resistência dos trabalhadores às consolidações do bonapartismo.

Por serem os elementos que integram a categoria fundante de nosso organismo humano-societário, os trabalhadores foram o principal alvo da repressão bonapartista. Tiveram de ser controlados até a última instância pois, ao mesmo tempo, eram os que seriam usados para a efetivação do projeto que deu início ao bonapartismo — sendo covarde e brutalmente superexplorados e reprimidos — e caracterizavam-se como os que, em revolta, poderiam conduzi-lo ao seu desmonte (como o fizeram, apesar da transição transada). O Ministério do Trabalho, assim, constituiu-se, de 1964 a 1985, como mecanismo de cerceamento responsável por garantir a subordinação do trabalho vivo aos mandos do capital multinacional e da burguesia subserviente e associada do Brasil — integrando, dentro de si,



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

tanto medidas de estruturação social correspondentes a este projeto quanto a repressão que iria efetivá-lo à força.

Fontes documentais:

Toda a documentação aqui referenciada — com exceção das que forem acompanhadas, em suas referências completas, de outros endereços — encontra-se digitalizada e disponível através do IIEP (Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas).

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Quarta Zona Aérea. Quartel General – 2ª Seção. Informe nº 243/QG-4. 5 de agosto de 1965. Nomenclatura digital: 1647BR_AN_BSB_VAZ_0137.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Divisão de Segurança e Informações. Documento de Informações nº 3806/73/04/DSI/AE/MTPS. 13 de outubro de 1973. Nomenclatura digital: 826ac_ace_61850_73.

ATO INSTITUCIONAL 1. Rio de Janeiro – Guanabara. 9 de abril de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Escola de Especialistas da Aeronáutica – Seção de Informações. Informação nº 042/SIS/EEAER/83. 18 de julho de 1983. Nomenclatura digital: VAZ_264.164.

Fontes orais:

Depoimento de Expedito Soares à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 27 de fevereiro de 2015. Fornecido e disponível através do IIEP. Posição aproximada para versão em áudio: 156 minutos. Para trecho em versão textual, consultar Brasil. Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Estado de São Paulo. Petição de Representação sobre o caso de graves violações de direitos humanos cometida pela empresa Volkswagen na Ditadura Militar. p. 14.

Referências Bibliográficas

CHASIN, José. **A Miséria Brasileira – 1964-1994: do golpe militar à crise social**. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem (livros). 2000. 367p.

COTRIM, Livia. O Capital Atrófico: da via colonial à mundialização. In: Ibid. 2000. p. I-XXXIV.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Editora Vozes. 1980. 814p.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

IANNI, Octavio. **A Ditadura do Grande Capital**. São Paulo: Editora Expressão Popular. 2019. 356p.

LIGUORI, Guido e VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. Trad. Ana Maria Chiarini; Diego Silveira Coelho Ferreira; Leandro de Oliveira Galastri; Silvia de Bernardinis. São Paulo: Boitempo Editorial. 2017. 831p.

LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social II**. Trad. Nélcio Schneider; Ivo Tonet; Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo Editorial. 2013. 845p.

RAGO FILHO, Antonio. **A Ideologia 1964: os gestores do capital atrofico**. São Paulo: Banco de teses da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Doutorado). 1998. 382p.

RAGO FILHO, Antonio. O Ardil do Politicismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa. São Paulo: **Revista Projeto História**. (29) Tomo I. 2004. pp. 139-167.

SARTORI, Vitor Bartoletti. A Via Colonial para o Capitalismo e o “Modelo Brasileiro”: a centralidade da repressão ao trabalho no golpe de 1964 e seu significado histórico para o processo de democratização no Brasil. **Revista Verinotio**. N° 17. Ano IX. 2014. pp. 119-125.

ŽIŽEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. Trad. Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo Editorial. 2011. 136p.



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

**O ESTADO E A EDUCAÇÃO A SERVIÇO DE INTERESSES
PRIVADOS: O CASO DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO
(MESP) NO BRASIL**

GABRIEL DE ABREU GONÇALVES DE PAIVA¹

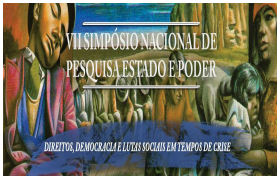
Resumo: As realizações educacionais no Brasil, historicamente, acompanharam o processo de consolidação da ordem capitalista nacional, refletindo suas mudanças e contradições. Mesmo diante das mais distintas transformações, características permanecem presentes na educação nacional: a desigualdade escolar e a disputa ideológica por suas orientações. Nas últimas décadas, o debate acerca da necessidade de mudanças na estrutura escolar tem contribuído para a elaboração de projetos que visam reduzir essa desigualdade. Ao mesmo tempo, este argumento tem sido utilizado por grupos conservadores com o objetivo de projetar reformas que não visam atender a construção de uma escola para todos, como por exemplo, o Projeto Escola Sem Partido. Tais grupos visam apresentar projetos de lei, como o projeto citado, como necessários e fundamentais para a organização da atual educação brasileira, em combate a “doutrinação ideológica”. Seus elaboradores e articulistas, principalmente Miguel Nagib, idealizador do Movimento, autoproclamam-se independentes e “apartidários”, quando, na verdade estão diretamente vinculados a agrupamentos como o Movimento Brasil Livre (MBL), Instituto Liberal e Instituto Millenium. Nesse sentido estamos sugerindo ler esses agrupamentos como aparelhos privados de hegemonia, os quais se propõem a organizar uma vontade coletiva, divulgando suas concepções ideológicas como interesses comuns de todos os brasileiros. Propomos, conjuntamente, examinar a especificidade dos projetos de lei, a maneira como são apresentados, como propagam suas visões culturais e políticas e as suas referências teóricas.

Palavras-chave: Estado; Educação; Escola Sem Partido.

A fundação do Movimento Escola Sem Partido ocorreu no ano de 2003, atendendo à necessidade, de acordo com o procurador do Estado de São Paulo e fundador do movimento, Miguel Nagib, de resolver um caso ocorrido com suas filhas (MOURA, 2016).

No mês setembro de 2003, uma de suas filhas chegou da escola contando que seu professor de História havia comparado Che Guevara a São Francisco de Assis. A razão para tal comparação estaria respaldada na ideia de que ambos abdicaram de tudo em nome de uma concepção de mundo, de uma ideologia. O primeiro pela ideologia política e o segundo

¹ Graduado em História, Especialista em História da Educação Brasileira. Mestre em Educação e Doutorando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Professor de História do Quadro Próprio do Magistério/SEED. Professor do Centro Universitário FAG, campus Toledo/PR. Endereço eletrônico: gabrielpaivahist@yahoo.com.br.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

pela ideologia religiosa. Nas palavras do procurador, “as pessoas que querem fazer a cabeça das crianças associam as duas coisas e acabam dizendo que Che Guevara é um santo”, “Ela já vinha relatando casos parecidos de doutrinação. Fiquei chateado e resolvi escrever uma carta aberta para o professor”, conta. Para Nagib, os alunos “não podem sair para tomar um cafezinho quando o professor começa a falar sobre essas coisas”. (ABRELIVROS, 2016).

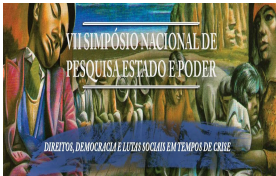
Ao terminar o documento, imprimiu 300 cópias e passou a distribuí-las no estacionamento da escola da filha. A iniciativa, entretanto, relata o procurador, não funcionou. “Foi um bafafá e a direção me chamou, falou que não era nada daquilo que tinha acontecido. Recebi mensagens de estudantes me xingando. Fizeram passeata em apoio ao professor e nenhum pai me ligou” (Idem, Ibidem). Perante sua indignação, Nagib decidiu criar uma associação para “lutar contra o abuso do qual as crianças estão sendo vítimas” (Idem, Ibidem). É justamente por isso, que Nagib defende, que as leis criadas pelo Movimento Escola Sem Partido não podem ser acusadas de censura. Nagib afirmou que:

Não é cerceamento à liberdade de expressão porque o professor não tem direito à liberdade de expressão na sala de aula [...] Se o professor tivesse, ele sequer seria obrigado a apresentar o conteúdo. A prova que ele não tem liberdade de expressão é que ele tem uma grade curricular obrigatória por lei. Liberdade de expressão é a que a gente exerce no Facebook. Ele não pode agir em sala de aula como ele age no Facebook. [...] A segunda prova disso é a seguinte: ele pode impor aos seus alunos seus pontos de vista. Se exerce a liberdade de expressão em locais onde as pessoas não são obrigadas a escutar o outro. Na TV se pode mudar de canal. De um pregador na praça, se pode desviar. Mas o aluno está ali na condição de audiência cativa. (Idem, Ibidem).

Inspirado no correspondente estadunidense “noindoctrination.org”, o Movimento Escola Sem Partido dispõe, hoje, de uma plataforma online² na qual se delineia os caminhos de sua atuação. Em contrapartida, por essa mesma via, direcionam medidas de punição e inibição a professores que não atenderem as ideias, supostamente neutras, defendidas pelo programa. A plataforma justifica a criação do Movimento já que

Vítima de um verdadeiro “sequestro intelectual”, o estudante doutrinado quase sempre desenvolve, em relação ao professor/doutrinador, uma intensa ligação afetiva. Como já se disse a propósito da Síndrome de Estocolmo, dependendo do grau de sua identificação com o sequestrador, a vítima pode negar que o sequestrador esteja errado, admitindo que os possíveis libertadores e sua insistência em punir o sequestrador são, na verdade, os responsáveis por sua situação. De modo análogo, muitos estudantes não só se recusam a admitir que estão sendo manipulados por seus professores, como saem furiosos em sua defesa, quando alguém lhes

² A plataforma online é <http://www.escolasempartido.org>. Utilizaremos a plataforma *wayback machine*, uma ferramenta de busca disponibilizada pelo *Internet Archive* (<https://archive.org/web/>) e que permite a consulta a versões antigas de sites, para consultas sobre as ações do Movimento de sua fundação aos dias de hoje.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

demonstra o que está acontecendo. (ESCOLA SEM PARTIDO, [s/d]a)

A denominada “doutrinação ideológica” também se fundamenta em uma pesquisa da Revista Veja, datada de 29 de agosto de 2008, na qual professores responderam a um questionário de apenas três questões, respectivamente: qual a principal missão da escola? Em sua opinião o discurso do professor é...? Com quem os professores mais se identificam. As respostas da primeira questão possuíam três objetivos constitucionais indissolúveis, ou seja, o correto seria assinalar as três resoluções e a segunda relacionava à formação para a cidadania. Apesar de argumentos indissociáveis, os professores questionados foram obrigados a responder apenas uma alternativa em cada questão. Percebe-se que as questões tentavam reduzir a política ao apartidarismo, o que não é considerado um equívoco, mas algo intencionalmente pensado a fim de sustentar a tese de “doutrinação ideológica” nas escolas. Esta pesquisa também foi tomada como referência no ano de 2015, pelo portal Spotniks (SPOTNIKS, 2015), para sustentar a mesma tese.

Diferentemente de tais ações, a aclamação de alunos a Jair Bolsonaro como o “salvador da nação”, realizada em agosto de 2017 em uma escola militarizada de Manaus, não ganhou à mesma repercussão (GHIROTTI, 2017).

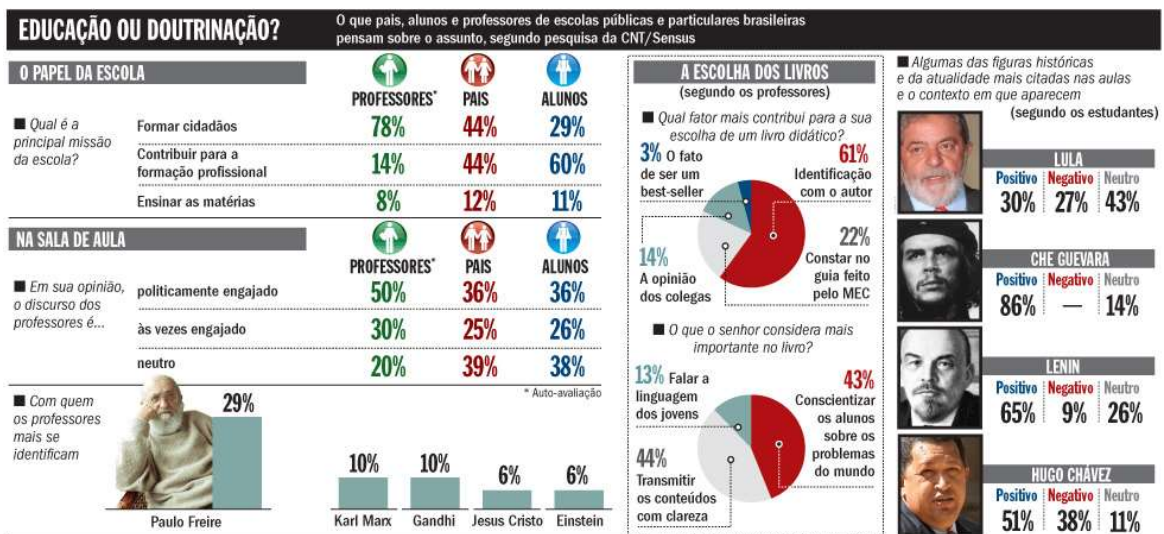
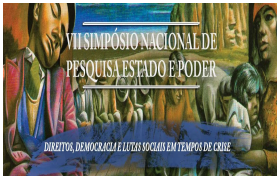


Figura 1. Educação ou Doutrinação? Disponível em <<https://spotniks.com/5-exemplos-de-como-a-doutrinacao-ideologica-atua-na-educacao-brasileira/>>. Consultado em 01/09/2018.

Como vimos, o Movimento, que surgiu no ano de 2003, manteve-se, muito tempo, sem grande expressividade e, segundo Penna, só passou a ganhar repercussão nacional em três momentos.

O primeiro momento se deu em 2007 por ocasião da polêmica gerada pela coluna no Jornal O Globo do jornalista Ali Kamel, no qual ele fez duras críticas à coleção de livros didáticos Nova História Crítica, de Mario Schimidt [...] O segundo momento foi em 2011, com a querela gerada em



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

torno do material produzido pelo Ministério da Educação de Combate à Homofobia, chamado pela mídia de “Kit Gay”. [...] O terceiro momento de expansão do Escola Sem Partido iniciou-se em 2014, por ocasião da crise política e da polarização da sociedade em torno das campanhas presidenciais da então presidenta Dilma Rousseff e do senador Aécio Neves, e se estende até o atual momento. (PENNA *apud* MOURA, 2016)

Nota-se assim, que o Movimento Escola Sem Partido ganhou maior visibilidade na sociedade brasileira após 2014, tornando a questão da neutralidade ideológica um dos principais assuntos da discussão sobre políticas para a educação no país. Desde o início do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2015, o Movimento Escola Sem Partido parece ter alcançado ainda mais destaque, uma vez que as denúncias de ruptura da ordem democrática realizadas por professores eram respondidas pelo Movimento como abuso de liberdades de ensinar e doutrinação política e ideológica. (MOURA, 2016).

Consta na plataforma online que o Movimento “é uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (ESCOLA SEM PARTIDO, [s/d] b). Ainda, segundo o site, “a pretexto de transmitir aos alunos uma ‘visão crítica’ da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo” (Idem, *Ibidem*).

Segundo Miguel (2016), apesar do discurso do movimento tentar criar para si uma imagem de defensor da escola contra o que chama de “contaminação político-ideológica”, o fundador do movimento, Miguel Nagib, possui vínculos com Instituto Millenium, tendo sido, por muito tempo, articulista e, posteriormente, um dos mantenedores do instituto. O Instituto Milenium é “o principal think tank da direita brasileira, criado em 2006 e financiado por empresas nacionais e transnacionais com eco na linha editorial de parte da grande imprensa e popularizada por jornalistas como Rodrigo Constantino” (MIGUEL, 2016, p. 593).

Ao disputar as orientações do Estado e ao tentar transformar interesses privados em públicos, o Movimento Escola Sem Partido, a partir do ano de 2014, passou a intensificar o embate político e ideológico e, no campo educacional, por vias parlamentares, passou a apresentar projetos com objetivos polêmicos, dentre os quais, limitar os conteúdos das disciplinas presentes no currículo nacional, criminalizar o trabalho docente e liquidar a liberdade de ensino.

O primeiro Projeto de Lei (PL) intitulado “Programa Escola Sem Partido” foi o PL 2974/2014 apresentado no Rio de Janeiro pelo deputado estadual Flávio Bolsonaro (PSC-RJ), atendendo um pedido de Miguel Nagib, que pedira ao parlamentar que formulasse um projeto com base em suas propostas. Em seguida, o vereador Carlos Bolsonaro propôs o PL 867/2014 na Câmara do Rio de Janeiro, com conteúdo praticamente igual ao já apresentado na esfera estadual. Desde então, a estratégia tem sido copiada por todo o país. Em nível federal os principais projetos foram os PLs 7180/2014, PL 7181/2014, PL 867/2015, PL 1411/2015, PL 1859/2015, PL 2731/2015, PL 5487/2016.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Para Ramos (2016), os defensores do Movimento apontam a ideia do projeto como uma iniciativa conjunta de pais e estudantes preocupados com a denominada contaminação político-ideológica por ideais de esquerda nas escolas brasileiras. Esses sujeitos chegam, inclusive, a criticar a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular alegando que nela se incluía a questão de gênero (PL 2731/2015).

Nas palavras de Ramos “a educação, necessariamente e sempre, será guiada por alguma filosofia, por uma concepção de mundo, mesmo que não sejam explicitados nos respectivos projetos político-pedagógicos [...]” (2016, p.02), ou seja, não há neutralidade na educação. Corroborando essa ideia e ampliando a argumentação, Frigotto pondera que o Movimento Escola Sem Partido:

[...] trata-se da defesa, por seus arautos, da escola do partido absoluto e único: partido da intolerância com as diferentes ou antagônicas visões de mundo, de conhecimento, de educação, de justiça, de liberdade; partido, portanto da xenofobia nas suas diferentes facetas: de gênero, de etnia, da pobreza e dos pobres, etc. Um partido, portanto que ameaça os fundamentos da liberdade e da democracia liberal, mesmo que nos seus marcos limitados e mais formais que reais. Um partido que dissemina o ódio, a intolerância e, no limite, conduzirá eliminação do diferente (2016, p. 12).

A falta de neutralidade parece explícita quando, através do Movimento Escola Sem Partido, defende-se apenas a difusão de ideais considerados coerentes para o grupo, impondo, dessa maneira, limitações ao currículo trabalhado no espaço escolar. Através de projetos de lei como os acima citados, os profissionais da educação sofreriam uma flagrante violação de direitos fundamentais, especialmente no que se refere ao direito à liberdade de ensino, censurando e criminalizando o seu trabalho.

Para Eagleton (1997), a suposta neutralidade do Estado é uma poderosa fonte da hegemonia política, afinal compreende que esta, na verdade, não é simplesmente uma ilusão ideológica, pois “na sociedade capitalista, o poder político é relativamente autônomo diante da vida social e econômica, ao contrário da organização política das formações pré-capitalistas.” (Idem, p.105). Acerca dessa problemática, Melo argumenta que

o ponto que nos parece importante explorar liga-se ao fato desta ser mais uma entre tantas outras campanhas ideológicas da nova direita, e que destinasse a produzir resultados muito mais profundos do que uma mera aprovação de uma legislação que teria muitas dificuldades para ser implementada, salvo se fosse acompanhada por uma espécie de histeria coletiva onde estudantes denunciariam os professores doutrinadores”, que nos termos desta legislação podem cumprir pena de até dois anos no



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

cárcere (2015, p. 2)³.

Como afirmou Melo (2015, p. 2), o elemento mais assustador é a adesão aos projetos citados e a sua aceitação, pois o conjunto de leis, sucintamente apresentados, parece representar um retrocesso para a educação brasileira:

[...] estamos agora às voltas com um movimento patrocinado por setores obscurantistas que se interessam em promover uma espécie de macarthismo, mobilizando alunos, pais, mães e responsáveis, além, infelizmente de alguns professores, numa histeria paranoica contra a ‘doutrinação’ (MELO, 2017, p. 1).

Cabe ressaltar que os projetos de lei citados não representam nenhuma novidade para a educação brasileira e acerca dessa questão, Salles (2016) observa que passado e presente se encontram permeados por novas estratégias de controle, de acordo com os interesses do sistema capitalista. De outro modo, compreende-se, a partir das leituras de Gramsci, (2004), que os organizadores do Movimento se apresentam como intelectuais orgânicos da classe que, ao fundamentar e praticar os ideais defendidos pelo Movimento, interpretado como aparelhos privados de hegemonia e que, possivelmente, possuem relações com *think tanks* liberais, procuram realizar a manutenção da hegemonia burguesa.

Para Gramsci, os intelectuais possuem papel fundamental no exercício efetivo da hegemonia, pois organizam e conferem legitimidade aos dois movimentos centrais de organização da cultura: o do consenso “espontâneo” e o do aparelho de coerção estatal. Dessa forma, segundo Gramsci (2014), o exercício da hegemonia seriam articulados junto aos aparelhos privados de hegemonia, que na verdade são instituições criadas para a formação do consenso. Os aparelhos privados de hegemonia funcionam como mantenedores das posições de uma determinada classe na guerra de posição. Na perspectiva do autor, a disputa pela hegemonia numa sociedade, isto é, pelo poder político e pelo convencimento ideológico será tão mais rápida e eficaz quanto mais capaz for um grupo de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos.

Importa frisar que, desde 2014, o Movimento se popularizou por meio de projetos de lei apresentados nas diversas esferas (municipais, estaduais e nacional), embora atue em outra frente, em especial nas redes sociais, através da construção de consensos sobre a população. A atuação do Movimento Escola Sem Partido se realiza no âmbito da sociedade civil, esfera da sociedade que engloba o conjunto das organizações responsáveis pela difusão e/ou elaboração das ideologias, incluindo escolas, Igrejas, partidos, sindicatos e meios de comunicação. Sendo assim, um aspecto determinante para a compreensão do Movimento Escola Sem Partido é a noção de ideologia defendida. Portanto, parece seguro afirmar que o Movimento Escola Sem Partido visa também a construir um consenso por meio de suas redes

³ Para Melo (2015, p. 3), o propósito de campanhas como estas é o de interditar a possibilidade da crítica, da construção do conhecimento crítico, fundamental para o desenvolvimento científico e do processo pedagógico. Isso é bastante evidente em outra campanha protagonizada por esta nova direita, a “Mais Mises, Menos Marx”, campanha que possui natureza profundamente anticientífica e antidemocrática.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

sociais visando ao controle social. Por esta razão, o Movimento Escola Sem Partido cumpre uma função essencial na manutenção da dominação de classe: à medida que busca assegurar a hegemonia de sua visão de mundo, por meio da escola, atua no âmbito da sociedade civil, exercendo uma pressão sobre a chamada sociedade política.

Sob essa ótica, o nome do movimento cria uma falsa dicotomia: defesa de uma escola sem partido ou uma escola com partido? O discurso fundamentado no senso comum não está fundamentado em nenhuma prática concreta, mas o que contribui para tamanha adesão? Eagleton (1997, p.43) parece dar pistas acerca dessas questões quando afirma que

O fato de as pessoas não combaterem ativamente um regime político que as oprime talvez não signifique que tenham absorvido mansamente seus valores governantes. Pode ser que, após um árduo dia de trabalho, estejam exaustas demais e não tenham energia de sobra para envolver-se em atividades políticas, ou que sejam tão fatalistas ou apáticas que não percebam o sentido de tais atividades. Talvez tenham medo das consequências de opor-se ao regime; ou pode ser que desperdicem muito tempo preocupando-se com seus trabalhos, hipotecas e restituições de imposto de renda para pensar sobre isso. As classes dominantes têm à sua disposição inúmeras dessas técnicas de controle social “negativo”, que são bastante mais prosaicas e materiais do que convencer seus sujeitos de que pertencem a uma raça superior ou exortá-los a identificar-se com o destino da nação.

Conforme argumentou Gramsci, a consciência dos oprimidos é, em geral, um amálgama contraditório de valores absorvidos de seus governantes e noções que se originam, mais diretamente, de sua experiência prática. Em todo caso, sabe-se que o Movimento Escola Sem Partido possui um projeto de escola que remove da mesma o seu caráter educacional, quando, inclusive toma como referência a obra “Professor não é educador”, de Armindo Moreira.

No artigo 205 da Constituição Federal consta que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). A educação não é, desse modo, um dever apenas da família, tampouco apenas da escola, mas uma tarefa colaborativa entre família, escola e sociedade. No entanto, como ensinar visando o pleno desenvolvimento sem mobilizar valores em sala de aula? Valores como o respeito às diferenças de o diálogo só são possíveis através de uma perspectiva de ensino com criticidade.

Considerações finais

De acordo com Fontes (2010, p. 130), o Estado, embora se apresente como universal, “reduz-se a uma parcialidade travestida de universalidade, quando uma generalização do interesse dominante deverá assumir a forma de ser de todos”. Longe de expressar a efetiva



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

universalização, o Estado, para Marx, expressou a generalização dos interesses dominantes. Tal situação pode ser entendida à luz do que Fontes (2010) considera uma apropriação do Estado por parte da sociedade civil burguesa, a qual, percebida como o conjunto das relações econômicas, isto é, das relações sociais de exploração, apropria-se do Estado em detrimento do fato de que este é indissociável das relações sociais de produção. Ou seja, seu papel é exatamente o de assegurá-las.

A sociedade civil, composta por corporações, partidos e outras formas organizativas, pode ser definida como o núcleo dinâmico da sociabilidade capitalista, ou seja, é o núcleo vivo no qual ocorrem as lutas de classes, cujas relações devem ser reguladas pelo Estado. Nos debates e nas ações da sociedade civil, a cooperação e a adesão são voluntárias e a disputa entre as frações, para Marx, é denominada disputa por supremacia e se dá em torno da direção do Estado. Já o controle de sua direção é a tentativa de consolidar um projeto de nação.

No Brasil, contemporaneamente, o Movimento Escola Sem Partido visa organizar a sociedade de acordo com seus projetos através de ações que difundem a ideia de que seus ideais expressam a vontade e o interesse de todos e realizando, por meio dessas ações do Estado, parte de suas ações. O projeto “Escola Sem Partido” é um projeto já aplicado em determinados municípios, porém seus idealizadores anseiam por uma aplicação em todo o território nacional, abrangendo todos os municípios do país. Em outras palavras, os idealizadores desse projeto visam a abandonar a mera defesa corporativa e transformá-la em projeto nacional. Dessa maneira, as disputas do Movimento Escola Sem Partido ocorrem na sociedade civil, logo o Movimento faz parte da sociedade civil organizada, sendo parte da mesma.

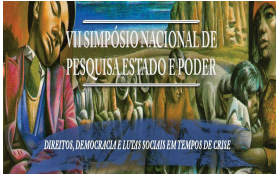
Para Frigotto (2016), as críticas aos mentores da “Escola Sem Partido” devem estar na pauta do dia de todos aqueles que defendem um modelo de escola pública gratuita, democrática, livre e de qualidade. Afinal, projetos que circulam no Congresso Nacional, em Câmaras Estaduais Municipais, em alguns casos, como o de Alagoas, já aprovados, cuja matriz é a “Escola Sem Partido” liquidam a função docente no que é mais profundo além do ato de ensinar, a tarefa de educar.

Referências Bibliográficas

ABRELIVROS. *O professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis*. 2016. Disponível em <<http://www.abrelivros.org.br/home/index.php/noticias/6688-o-professor-da-minha-filha-comparou-che-guevara-a-sao-francisco-de-assis>>. Consultado em 05/09/2018.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Consultado em 25/03/2016.

CALIL, Gilberto. Estado, Capitalismo e Democracia no Brasil recente. In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto; SILVA, Marcio A.Both (Org). *Ditaduras, Transição e*



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Democracias: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo. Porto Alegre: FCM Editora, 2016.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*: Uma introdução. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

ESCOLA SEM PARTIDO. *Escola sem partido*: educação sem doutrinação. [s/d]. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/>>. Consultado em 18/05/2017.

ESCOLA SEM PARTIDO. *Quem somos*. [s/d] b. Disponível em <<http://www.escolasempartido.org/quem-somos>>. Consultado em 05/09/2018.

ESCOLA SEM PARTIDO. *Síndrome de Estocolmo*. [s/d] a. Disponível em <<http://www.escolasempartido.org/sindrome-de-estocolmo>>. Consultado em 05/09/2018.

FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital imperialismo*: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FRIGOTTO, G. “*Escola sem partido*”: imposição da mordaca aos educadores. 2016. Disponível em <<https://espacoacademico.wordpress.com/2016/06/29/escola-sem-partido-imposicao-da-mordaca-aos-educadores/>>. Consultado em 18/05/2017.

GHIROTTI, Edoardo. *PM investigará vídeo de alunos de Manaus homenageando Bolsonaro*. 2017. Disponível em <<https://veja.abril.com.br/politica/pm-investigara-video-de-alunos-de-manaus-homenageando-bolsonaro/>>. Consultado em 01/09/2018.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MELO, Demian. “*Escola sem partido*” ou escola com “*partido único*”? 2015. Disponível em <<http://blogjunho.com.br/escola-sem-partido-ou-escola-com-partido-unico/>>. Consultado em 18/05/2017.

MELO, Demian. *A batalha pelo futuro*: contra o projeto Escola Sem Partido. 2017. Disponível em <<http://blogjunho.com.br/a-batalha-pelo-futuro-contra-o-projeto-escola-sem-partido/>>. Consultado em 18/05/2017.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordaca no parlamento brasileiro. *Direito e Práxis*. Rio de Janeiro, v.7, n.15, 2016. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>>. Consultado em: 10/12/2017.

MOURA, F. P. de. “Escola Sem Partido”: relações entre Estado, educação e religião e os impactos no ensino de história. 189 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016*. 2016. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>. Consultado em 02/11/2016.

PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO. *Vigiando os Projetos de Lei*. Disponível em <<https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/vigiando-os-projetos-de-lei/>>. Consultado em 06/09/2018.

PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO. *Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar*. [s/d]. Disponível em <<http://www.programaescolasempartido.org/>>. Consultado em 18/05/2017.

RAMOS, Marise Nogueira. “*Escola sem partido*”: a criminalização do trabalho pedagógico. 2016. Disponível em <<http://www.anped.org.br/news/escola-sem-partido-criminalizacao-do-trabalho-pedagogico>>. Consultado em 18/05/2017.

SALLES, Moacyr; STAMPA, Inêz. *Ditadura Militar e Trabalho Docente*. 2016. Disponível em <http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_23/07_MEMRIAS_E_DOCUMENTOS_I.pdf>. Consultado em 18/05/2017.

SPOTNIKS. *5 exemplos de como a educação ideológica atua na educação brasileira*. 2015. Disponível em <<https://spotniks.com/5-exemplos-de-como-a-doutrinacao-ideologica-atua-na-educacao-brasileira/>>. Consultado em 01/09/2018.

TOLEDO, Luiz Fernando. *Relatores da ONU classificam 'Escola sem Partido' como 'censura'*. 2017. Disponível em <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,relatores-da-onu-denunciam-escola-sem-partido-e-classificam-projeto-de-censura,70001737530>>. Consultado em 01/09/2018.



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

***OS CONDENADOS DA TERRA: A OBRA DE FRANTZ FANON PELA
ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA BRASILEIRA.***

GABRIELLA BARROZO GARCIA RODRIGUES¹

Resumo: Em um período que o mundo vivia uma constante tensão sobre suas vidas, com a ameaça iminente de conflitos que a Guerra Fria provocava, Frantz Fanon produziu uma obra que supera a dicotomia entre socialismo e capitalismo. *Os condenados da Terra* de 1961 discorre acerca da colonização falando diretamente para os colonizados, abordando temas como Independência, Revolução, Nacionalismo, Violência e Racismo, confrontando as produções ocidentais e sua validade frente a realidade da colônia. Um dos pontos centrais de sua obra é a legitimação da violência revolucionária para a libertação, tema muito caro a grande parte das nações terceiro mundistas daquele momento, inclusive para o Brasil, que apenas três anos após a publicação da obra foi abatido por uma ditadura que perdurou 21 anos. No Brasil, *Os condenados da Terra* teve sua primeira edição apenas em 1968, que logo foi tirado de circulação pela repressão, porém não antes de chegar às mãos de diversos militantes. O presente trabalho é parte de uma pesquisa maior que está sendo desenvolvida e que buscará investigar a recepção, contribuições teóricas e diálogos da referida obra de Frantz Fanon pela esquerda revolucionária durante a ditadura de 1964, fortemente marcada pela presença de diversos grupos de luta armada, consoante com a emergência das lutas revolucionárias que insurgiam no Terceiro Mundo.

Palavras-chave: Frantz Fanon; Ditadura; Terceiro Mundo.

Em 1957, inicia na Argélia o processo revolucionário de libertação colonial que duraria oito anos, um verdadeiro levante contra a violência sistêmica, abuso de poder e opressão colonial impostas pela dominação imperialista da França, que tinha como propósito a destruição da sociedade colonial (ARAUJO, 2017). Ainda sobre o desenrolar da guerra, em 1961, Frantz Fanon produz *Os Condenados da Terra*², sua última obra, na qual, denuncia o violento processo colonizador em que os argelinos estavam submetidos, convocando-os a empunhar suas armas e rebelar-se contra seus algozes.

Fanon, nasceu na colônia francesa de Martinica, no seio de uma família de classe média, condição essa que possibilitou com que se mudasse para França e se formasse em psiquiatria. Ainda universitário, residindo em Lyon, dedicava parte do seu tempo envolvido com movimentos estudantis, debates políticos e discussões com trabalhadores fabris da

¹ Graduanda do curso de História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), pesquisadora pelo Programa Institucional de Iniciação Científica - PIBIC nas Ações Afirmativas, com orientação de Gilberto Grassi Calil e Carla Luciana Souza da Silva.

² FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

região. Sua infância e adolescência em uma colônia francesa, sua experiência universitária politicamente agitada e seu isolamento racial, visto que, o número de negros universitários eram ínfimo, permitiu com que desde seus primeiros trabalhos Fanon denuncia-se a condição do negro na França e os efeitos psíquicos do racismo colonial (FAUSTINO, 2018).

Em 1956, quando se muda à trabalho para Argélia, Fanon presencia o movimento insurrecional que há dois anos tomava conta de homens e mulheres argelinos, vivenciando a partir de então a violenta repressão francesa que esses sujeitos estavam submetidos, o que faz com que ele renuncie seu cargo no hospital psiquiátrico e junte-se ao Frente de Libertação Nacional. Seu envolvimento com a luta anticolonial argeliana proporcionaria nos anos seguintes a elaboração de sua obra “*Os Condenados da Terra*”, pouco antes de sua morte, fruto de décadas de dominação, subjugação e de uma lógica cotidiana de segregação que cindia o mundo colonial entre colonos e colonizados (FAUSTINO, 2018).

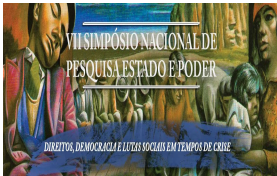
O movimento argelino representava um basta da população a um modelo de dominação violento e repressivo: o Imperialismo. A ocupação do território africano se tornou muito mais extensiva a partir do século XIX, com a partilha da África, marcando a expansão e dominação das potências europeias no mundo contemporâneo em um processo “de políticas que serviram a interesses concretos de industriais, comerciantes e banqueiros, em busca de lucros e novas áreas de investimento [...]” (LINHARES, p.39, 2002).

Com a crise do capitalismo a hegemonia de dominação das potências europeias começa a se abalar, intensificando seu processo de deterioramento após a Segunda Guerra Mundial. A disputa entre dois modelos de sociedade que se inicia com a Guerra Fria se torna palco fundamental para a compreensão do movimento de descolonização vivenciado por diversas nações africanas no século XX. A experiência soviética e o bloco socialista expandiam-se fortemente em contraposição aos Estados Unidos que intensificava sua colocação como líder capitalista frente as potências europeias. Esse conflito que estende-se até a última década do século XX, impulsionou a emergência de diversos movimentos insurrecionais e revolucionários, em países como Índia, Marrocos e Argélia, que já tinham uma longa tradição de resistência a dominação imperialista (LINHARES, 2002).

Paralelamente ao movimento de descolonização que acentuava na África nas décadas de 1950 e 1960, o Brasil em 1964, apenas três anos após Fanon ter publicado sua obra, entraria em um processo ditatorial que perdurou por vinte e um anos. Um novo episódio da história brasileira configura-se, no qual, após um período de industrialização e desenvolvimento nacional, a manutenção da relação do capital nacional com o capital estrangeiro tornou-se prioridade. A ditadura de 1964, marca o momento em que os interesses do bloco de poder multinacional e associado “tornam-se Estado” (DREIFUSS, 1991).

Nesse sentido, se por um lado havia a repressão e a violência executada a partir do aparato de um “Estado classista e, acima de tudo, governado por um bloco de poder” (DREIFUSS, p.488, 1991) por outro lado, fortalecia-se uma esquerda revolucionária brasileira, que confrontava, muitas vezes diretamente, não apenas o Estado e a ditadura, como também apresentava lutas anticapitalista, anti-imperialista e contra o latifúndio.

Conforme intensificava-se a repressão nos primeiros anos da ditadura, emergiam de dentro da esquerda uma heterogeneidade de grupos revolucionários, com as mais diversas perspectivas. Como o marxismo-leninismo do Partido Comunista Brasileiro (PCB), os trotskistas-posadista como os que compunha o Partido Operário Revolucionário Trotskista



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

(PORT), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que representava a dissidência de um setor minoritário abertamente stalinista dentro do PCB, e uma imensa diversidade de perspectivas revolucionárias. Até mesmo aos que compartilhavam da mesma perspectiva teórica muitas vezes divergiam em formas de luta e atuação. Dessa forma, a ditadura de 1964 foi palco de disputas entre diferentes modelos e projetos de sociedade (RIDENTE, 2010).

Ainda que Fanon tenha escrito a partir do processo de descolonização da África e que o processo de dominação imperialista apresente variações nos diferentes lugares em que atuam, sua análise compreende especificidades do que ele denominou de “terceiro mundo”. Condição essa, em que tanto a América Latina, quanto a África, estavam submetidas em uma posição subalterna, a qual é reservada aos países capitalistas periféricos dentro do ordenamento da economia mundial imposta pelo centro capitalista a partir da Divisão Internacional do Trabalho. Desse modo, aspectos como o racismo, a violência e a repressão encontram-se presentes em ambas realidades.

Nesse sentido, a pesquisa desdobra-se em investigar dentro da esquerda revolucionária brasileira se houve uso dos escritos de Fanon entre as teses revolucionárias e os possíveis diálogos que se podem estabelecer entre as perspectivas adotadas pelo autor martiniquenho e as propostas pelo grupos de esquerda durante a ditadura de 1964.

Apesar de escrito e publicado pela primeira vez em 1961, *Os condenados da Terra* só teve sua tradução e publicação no Brasil pela primeira vez apenas em 1968, momento em que a repressão intensificava no país, mesmo ano em que o ditador Costa e Silva decreta o Ato Institucional número 5. Ato amparado no objetivo de eliminar quaisquer formas de dissenso, oposição e resistência, intensificando os aparelhos de repressão de censura, tornando ações como tortura e assassinados mecanismos aceitos e empregados pelo Estado (FICO, 2004). Esse momento permite supor que um dos motivos para a pouca difusão e repercussão da obra no Brasil tenha se dado devido a intensificação dos aparelhos de repressão do Estado.

Grupos como a Ação Libertadora Nacional (ALN) marcada pela liderança do guerrilheiro Carlos Marighella, corresponde a uma das primeiras dissidências com o PCB logo ao início da ditadura de 1964. Marighella não acreditava na capacidade de um projeto revolucionário em colaboração com a burguesia, o guerrilheiro dizia travar uma luta de libertação nacional, antioligárquica e anticapitalista, propondo instaurar em substituição a ditadura um governo popular-revolucionário (RIDENTI, 2010). A experiência adquirida pelo guerrilheiro em sua visita a Cuba em 1967, foi fundamental para a estruturação da ALN, a base de seu pensamento seguia o princípio da ação. A ação como sinônimo de violência revolucionária, luta armada e guerrilha (ROLLEMBERG, 2001).

Em 1969, Marighella materializava sua perspectiva revolucionária em sua obra mais marcante *O manual do guerrilheiro urbano*³, na qual, propunha uma série de orientações aos militantes dos movimentos revolucionários e táticas de guerrilha. No manual, a legitimidade do uso da violência é evidenciada em diversos momentos do discorrer da obra:

A acusação de "violência" ou "terrorismo" sem demora tem um significado

³ MARIGHELLA, Carlos. **Manual do Guerrilheiro Urbano**. Disponível em: <www.sabotagem.revolt.org>
Acesso em: 10 out. 2019.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

negativo. Ele tem adquirido uma nova roupagem, uma nova cor. Ele não divide, ele não desacredita, pelo contrário, ele representa o centro da atração. Hoje, ser "violento" ou um "terrorista" é uma qualidade que enobrece qualquer pessoa honrada, porque é um ato digno de um revolucionário engajado na luta armada contra a vergonhosa ditadura militar e suas atrocidades. (MARIGHELLA, p.03, 1969).

Para o revolucionário, a guerrilha era parte essencial do elemento de ação contra o regime militar, contudo, não era premissa fundamental para desencadear a luta contra a ditadura. O caminho “não pacífico” seria o estímulo para prosseguir a luta de resistência e libertação nacional, que possibilitaria uma frente única que colocaria por terra a ditadura. (SALES, 2008).

Para Fanon (1968), a premissa máxima que dita o percurso da história é a violência. O mundo colonial é um mundo cindido em dois, protagonizado por dois sujeitos: o “colonizado” e o “colonizador”. Através da violência que esse mundo colonial é construído, é ela o instrumento que permite a conquista e por ela que os colonizados são explorados e subjugados. A violência usada para subjugar também pode ser usada para descolonizar, para extinguir os valores brancos impregnados. O colonialismo é a violência em estado bruto e só pode ser sucumbida com uma violência ainda maior.

A violência ilumina a consciência do povo contra a pacificação. A práxis que as lançou num corpo-a-corpo desesperado, confere às massas um gosto voraz pelo concreto (FANON, p. 74, 1968).

O colonizado quando inicia seu processo de libertação e se entranha no meio do seu povo, compreende a falácia individualista impregnada pelo colonizador, que limita-se ao subjetivismo, agora reconhecem-se como camaradas. Assim, os colonizados recuperam as rédeas de sua história, que lhes tinham sido roubada, considerada apenas uma extensão da história da nação do colonizador, finalizando a história da colonização para iniciar a da descolonização. É no momento em que “o colonizado descobre o real e transforma no movimento de sua práxis, no exercício da violência, em seu projeto de libertação” (FANON, p. 44, 1968).

Durante o período colonial convidava-se o povo a lutar contra a opressão. Depois da libertação nacional, é ele convidado a lutar contra a miséria, o analfabetismo, o subdesenvolvimento. A luta, afirmam todos, continua. O povo verifica que a vida é um combate sem fim. A violência do colonizado, já o dissemos, unifica o povo. (FANON, p. 73, 1968).

Para Fanon (1968), em países coloniais apenas o campesinato é revolucionário, e por isso é deixado de lado pelos partidos nacionalistas. Os camponeses que através da fome e a exploração percebem que apenas a violência podem romper com a colonização. Para eles não há acordos ou reformas, apenas libertação. Diferente do campesinato ocidental que foi desestruturado pela industrialização, o colonial ainda preserva a espontaneidade e o caráter



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

comunitário, sobreposto ao individualismo daqueles que tiveram que sair do campo e formar o proletariado.

Entre os anos de 1972 e 1975, o PCdoB empregaria no Brasil, o que se identificou como “Guerrilha do Araguaia”. Em um território marcado pela presença de imigrantes do nordeste e centro-oeste que tinha sua vida baseada em grande parte por atividades de subsistência e extrativismo, o descaso do Estado com a região foi fundamental para a decisão do partido em escolhê-lo como local para realizar um amplo trabalho de massas (MECHI, 2013). Alguns anos antes do PCdoB dirigir-se para o Araguaia, um documento do partido denominado *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista (Junho, 1966)*⁴ evidenciava a condição do campesinato do país:

No campo vivem milhões e milhões de brasileiros, abandonados, sem nenhum direito, sem assistência de qualquer espécie submetidos à impiedosa opressão e terrivelmente explorados. Qualquer luta por suas reivindicações é respondida com a violência brutal. Sob a ditadura, agravaram-se as condições de vida das populações do interior (PCdoB, 1966).

Entretanto, a busca pelo envolvimento dos trabalhadores rurais no conflito era justificado principalmente por considerá-los incapazes de conduzir seus próprios destinos, mesmo considerando suas atuações fundamentais para a derrubada da ditadura, que só seria possível a partir da formação do “Exército Popular”, derivado dos envolvimento dos trabalhadores (MECHI, 2013). Ainda que ambas as perspectivas considerem a participação do campesinato essencial para a efetivação da luta revolucionária, Fanon (1968) compreendia a autonomia das massas rurais e as considerava parte fundamental para a conscientização nacional. O refúgio para o campo em meio as massas rurais permitiria a compreensão de que a práxis possibilita a libertação nacional.

Faustino (2015) evidencia em sua tese⁵, menções realizadas a Fanon na revista *Civilização Brasileira* nº 19-20, 1968 e nº 21-22, respectivamente. Contudo, o nome de Fanon no Brasil permanecia extremamente a imagem de Jean Paul Sartre e Simone de Beauvoir, ambos grandes apoiadores das lutas de descolonização e libertação na África. Sartre era um dos principais divulgadores internacionais de Fanon, porém, não se sabe se ele ou Beauvoir em sua passagem pelo Brasil, mencionaram o autor martiniquenho em alguma de suas palestras.

O conhecimento e uso das teóricas antiimperialistas e de descolonização de Fanon, muito limitam-se ao prefácio escrito por Sartre, é possível exemplificar com a partir do

⁴ Trecho de documento retirado do livro Reis Filho, D.A. & Sá J.F. (orgs). **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

⁵ FAUSTINO, D. M. “**Por que Fanon, por que agora?**”: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. 2015. 252 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

capítulo denominado *Descolonização e lutas de libertação nacional*⁶. Nesse texto de autoria de Linhares (2002), a autora inicia a discussão evidenciando o prefácio escrito por Sartre na obra de Fanon e no decorrer de todo o capítulo faz alusões à *Os Condenados da Terra*, contudo a autora apenas evidencia a trajetória anticolonial empregada pelo filósofo existencialista:

Sartre foi a grande voz da consciência europeia anticolonialista. Filósofo, escritor, romancista, jornalista, panfletista, das ruas e das praças públicas de Paris desafiou a sociedade conservadora e retrógrada, as "forças da ordem", os poderes constituídos da República, colocando-se sempre em defesa dos oprimidos, da liberdade de expressão e das manifestações de solidariedade aos que se opunham à opressão, à hipocrisia, ao medo e ao oportunismo. Representou a grande força moral da inteligência livre e independente (LINHARES, p.37, 2002).

As ideias de Fanon começam a ganhar força no Brasil a partir da década de 1980, momento em que a militância negra se consolidava, buscando construir uma identidade da negritude. As articulações realizadas pelo movimento negro brasileiro com movimentos negros internacionais, permitiu-os entrar em contato com a obra do autor, reivindicando suas perspectivas étnicas-raciais, de identidade e democracia. A obra *Pele negra, máscaras brancas*⁷, publicada em português no Brasil em 1983, ganhou expressiva notoriedade entre a militância negra mais ativa (FAUSTINO, 2015).

Faustino (2015) apresenta uma dicotomia de Fanon que se expressa entre acadêmicos e estudiosos e entre movimentos e militantes. No Brasil, o Fanon reivindicado pelo movimento negro, é o Fanon de *Pele negra, máscaras brancas*, referência fundamental para a constituição do pensamento contemporâneo pós-colonial. Por outro lado há também o Fanon de *Os Condenados da Terra*:

O Fanon internacionalmente conhecido e debatido tanto nos Estados Unidos quanto nos diversos fóruns anticoloniais ao redor do mundo era o Fanon terceiro-mundista, apologeta da práxis revolucionária da aliança da esquerda com os verdadeiros condenados, para ele, o lumpemproletariado e o campesinato (FAUSTINO, p. 53, 2015).

O uso de Fanon no Brasil ainda é fortemente vinculada a questão racial, a construção da identidade negra e até mesmo aos debates decoloniais, uso imprescindível devido suas grandes contribuições, análises e por muitas vezes denuncia dos efeitos do racismo colonial na psique humana. Contudo, é necessário evidenciar, que assim como a África, o Brasil – e a América Latina – inserem-se na lógica denominada “terceiro mundista”, de modo com que

⁶ LINHARES, M.Y.L. Descolonização e lutas de libertação nacional. In: REIS FILHO, R.A. et al. (Orgs). **O século XX** v. III. O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

⁷ FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Editora Fator, 1983.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

a obra de Fanon tenha uma contribuição imensa para a compreensão da sociedade dita subdesenvolvida, bem como, para a organização das lutas de libertação anti-imperialista.

É inegável as contribuições e os acúmulos enriquecedores que Frantz Fanon oferece para se pensar a realidade terceiro mundista e os debates que perpassam discussões como Imperialismo, Nacionalismo, Violência, e Colonização, desse forma, o resgate e a reinvidicação dos termos empregados por Fanon se faz imprescindível.

Referências Bibliográficas:

ARAUJO, Rodrigo Nabuco de. **A voz da Argélia**. A propaganda revolucionária da Frente de Libertação Nacional argelina no Brasil. Independência nacional e revolução socialista (1954-1962). Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 30, no 61, pp. 401-424, maio-agosto 2017.

DREIFUSS, R. A. **1964 - A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1991.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Editora Fator, 1983.

FAUSTINO, D. M. **“Por que Fanon, por que agora?”**: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. 2015. 252 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

FAUSTINO, D. M. **Frantz Fanon**: um revolucionário, particularmente negro. 1. ed. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.

FICO, Carlos. **Ditadura militar brasileira**: aproximações teóricas e historiográficas. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, pp. 05 - 74. jan./abr. 2017.

LINHARES, M.Y.L. Descolonização e lutas de libertação nacional. In: REIS FILHO, R.A. et al. (Orgs). **O século XX** v. III. O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARIGHELLA, Carlos. **Manual do Guerrilheiro Urbano**. Disponível em: <www.sabotagem.revolt.org>, Acesso em: 10 out. 2019.

MECHI, Patricia. **Camponeses do Araguaia**: da guerrilha contra a ditadura civil-militar à luta contemporânea pela terra. Projeto História, São Paulo, n. 46 pp. 167-195, Abr. 2013.

Reis Filho, D.A. & Sá J.F. (Orgs). **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. **A ALN e Cuba**: apoio e conflito. Cad. AEL, v.8, n.14/15, p.207-253, 2001.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

SALES, Jean Rodrigues. **A Ação Libertadora Nacional, a revolução cubana e a luta armada no Brasil.** Tempo, Niterói, v.14, n. 27, pp.199-217, 2008.



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

**“CADA UM SE ESCONDE NO ESPAÇO QUE CABE”: NARRATIVAS
SOBRE LESBIANIDADES PRESENTES NA WEBSÉRIE
ESCONDERIJO**

GESSICA ALINE SILVA¹

Resumo: Esta proposta de trabalho foi construída a partir de alguns questionamentos acerca dos debates sobre a visibilidade lésbica veiculados no Brasil, especialmente, no mês de agosto marcado no calendário como Mês da Visibilidade e do Orgulho Lésbico. A partir desses apontamentos compreendemos a necessidade de pautar as representações das mulheres lésbicas em diferentes âmbitos e espaços acadêmicos, sociais, políticos, culturais, entre outros. Nesta perspectiva, procuramos identificar os modelos de lesbianidades produzidos na narrativa da websérie “Esconderijo”. Nesta perspectiva, buscamos identificar como essa narrativa reitera e se contrapõe as construções estereotipadas das mulheres lésbicas, bem como de que forma busca representar sujeitos invisibilizados em produções que circulam nas mídias tradicionais. Para esta análise consideramos as potencialidades das produções audiovisuais veiculadas na internet, especialmente, as webséries narrativas seriadas veiculadas em diferentes portais da internet de grande popularidade e de acesso gratuito, compreendemos que esta maneira de contar histórias pode ser utilizada como ferramenta para estabelecer diálogo entre os sujeitos, interferir na materialidade desses indivíduos, construir imagens, discursos e representações de grande circulação.

Palavras-chave: Lesbianidades; Visibilidade; Discurso.

Introdução

Agosto é marcado anualmente como “Mês da Visibilidade e Orgulho Lésbico”, se constituindo enquanto um período de intensos debates nos campos dos movimentos sociais, acadêmicos e midiáticos. Essas discussões convergem na denúncia da invisibilidade da existência lésbica, indicando a necessidade de avançar nas conquistas e garantias de direitos por parte dessa população. O aumento na circulação de tais discursos acerca das lesbianidades é também consequência do crescimento das ações e organizações desses sujeitos a partir de um processo afirmativo da identidade lésbica iniciado na década de 1970 e intensificado na década de 1990.

Ao deslocarmos nossa atenção a algumas produções discursivas presentes em veículos de comunicação de grande circulação citamos, especialmente, as personagens

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Unioeste/MCR.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

lésbicas presentes nas telenovelas, uma produto cultural brasileiro de extrema popularidade entre a maioria da população, observamos que o primeiro casal lésbico da televisão foi apresentado em 1984 na novela Vale Tudo, exibida pela Rede Globo. Desde de então neste últimos 30 anos percebemos uma gradual inserção de diferentes personagens lésbicos na TV como os casais Clara e Marina em Em Família, Teresa e Estela em Babilônia, Samantha e Lica em Malhação, entre outros.

Entretanto, cabe questionar quais discursos e subjetividades essas obras produzem. Nesta perspectiva, algumas pesquisas indicam que tais produções presentes na televisão brasileira ao trazerem para o grande público a representação de alguns casais lésbicos acabaram sendo alvo de polêmicos e de rejeição da audiência. Assim, ainda que tais discursos contribuam para marcar as existências lésbicas, representando de certa forma um avanço nas narrativas ficcionais brasileiras, muitos deles acabam por reforçar alguns padrões e estereótipos ao apresentarem personagens heteronormativas, femininas, brancas, magras e de classe média.

Consideramos que em uma sociedade pautada em construções patriarcais, que contribuem para a constituição das desigualdades de gênero, a figura da mulher lésbica representa um contradição a norma, um desvio, uma outra possibilidade de vivência. Dessa maneira, compreendemos a importância do ato de nomear e apresentar esses sujeitos enquanto uma forma de reconhecer e marcar a sua existência, sendo o discurso portanto um atestado de visibilidade.

Sendo assim, construímos nossa análise a partir de produções audiovisuais que se constituem como um contraponto aos discursos presentes nos meios de comunicação de maior popularidade no Brasil. Isto é, procuramos analisar conteúdos veiculados em meios de comunicação alternativos, que tem conquistado grande ascensão nos últimos anos como é o caso dos portais e redes sociais presentes na *Web*. A partir desse olhar buscamos compreender a produção de conteúdo e narrativas produzidas pelas e para as mulheres lésbicas em outras mídias, acreditamos que essa estratégia se constitui enquanto uma maneira de propagar suas próprias experiências, dilemas e necessidades, bem como de estabelecer diálogos com outros públicos que se identifiquem com tais histórias.

A partir destes objetivos organizamos o presente texto analisando e apresentando inicialmente os detalhes da produção da *websérie* “Esconderijo”, consideramos que conhecimento destas informações são fundamentais para análise dos discursos e sentidos produzidos pela obra, uma vez que, elas indicam as condições de produção, os sujeitos envolvidos, suas intencionalidade e estratégias para construção das narrativas. Em seguida, buscamos constituir uma proposta de análise de determinados aspectos presentes no conteúdo da *websérie* com a finalidade de perceber os significados e imagens produzidos acerca das lesbianidades.

Detalhando a *websérie* Escoderijo

As *webséries* são narrativas seriadas veiculadas em portais da internet, que dialogam e se apropriam de técnicas e mecanismos narrativos trazidos do teatro, do cinema e da televisão para estruturarem suas produções (SILVA; ZANNETI, 2013). Cabe mencionar que



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

a grande maioria dessas produções são disponibilizadas gratuitamente, sendo financiadas e produzidas com orçamentos baixos e independentes, características que imprimem uma simplicidade a suas narrativas, bem como uma personalidade ao seu conteúdo, visto que as equipes de produção em sua maioria são pequenas, sendo a mesma pessoa, muitas vezes, responsável por diferentes aspectos da constituição da obra. Além disso, para nossa análise consideramos as potencialidades dessas produções audiovisuais seriadas veiculadas em domínios virtuais de grande popularidade, compreendemos que esta maneira de contar histórias pode ser utilizada como ferramenta para estabelecer diálogo entre os sujeitos, construir imagens, discursos e representações de grande circulação em mídias alternativas.

Nos aproximamos, portanto, da *websérie* *Esconderijo* lançada em outubro de 2017, apresentando algumas características dessa produção carioca independente, dirigida e roteirizada por Gabriela DiMello. A sua audiência ultrapassa o número de 1 milhão de visualizações no YouTube, plataforma a qual está disponibilizada para acesso do público. No ano de 2018 a produção recebeu os prêmios de melhor atriz em drama para Tatiana Fernandes, uma das protagonistas da série, no evento Rio WebFest, realizado desde 2015 com o objetivo de premiar e impulsionar as melhores produções audiovisuais da internet.

A premissa de *Esconderijo*, especialmente, de sua 1ª temporada analisada neste texto, é narrar o reencontro de duas mulheres 8 anos após o fim de seu relacionamento. Ao longo de 8 episódios divulgados semanalmente, com duração entre 5 a 12 minutos, somos apresentadas as personagens Malu (Mirela Pizani) e Raquel (Tatiana Fernandes), que ao longo de um dia revivem uma série de emoções que envolvem o término de seu relacionamento e esses 8 anos de afastamento.

Para compreender a construção narrativa desta *websérie* precisamos estar atentos a algumas características de sua produção, que certamente influenciam nas imagens e referências de lesbianidades construídas em seus episódios. Desta feita, destacamos os sujeitos envolvidos nos diferentes níveis de sua produção é majoritariamente realizada por mulheres. Esse aspecto da série se destaca em um contexto em que a grande maioria das produções de narrativas audiovisuais que retratam mulheres lésbicas serem produzidas por homens, como indica Ann Kaplan (2005), ao analisar a filmografia que se coloca a representar o amor entre mulheres. Entretanto, ao analisar *Esconderijo* percebemos como este paradigma é desfeito, uma vez que ela não apenas narra uma história sobre o amor entre mulheres, como é uma narrativa em primeira pessoa produzida por mulheres lésbicas, quebrando com a prevalência da visão patriarcal nas produções.

Dado o contexto de produção da *websérie*, marcado pelo baixo orçamento e as condições limitadas de acesso a equipamentos e profissionais, um elemento que marca a construção de sua narrativa é o uso de recursos de iluminação e filmagem, que associam elementos da linguagem teatral e cinematográfica como de forma superar as limitações materiais. Nesse sentido, o cenário de *Esconderijo* é limitado ao espaço da casa da personagem, apresentando um elenco reduzido.

Ao analisar a *websérie* consideramos a produção audiovisual enquanto um discurso, um saber/poder que nomeia, classifica e estabelece o lugar dos objetos que representa, postulando verdades sobre padrões de comportamento. Assim, de acordo com Michel Foucault (2014) utilizamos a metodologia da análise do discurso, para compreender a produção e a circulação dos enunciados, considerando como estes instauram objetos,



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

circunscrevem conceitos, legitimam sujeitos anunciadores e fixam estratégias de anúncio. Por fim, entendemos que a produção discursiva “[...] é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2014, p. 8).

Ademais, seguindo as indicações de Louro (2008), consideramos que a linguagem audiovisual pode exercer um papel pedagógico em relação a circulação de discursos acerca da sexualidade, legitimando identidades e práticas sexuais, bem como constituindo representações que podem assumir significativos efeitos de verdades. Dessa maneira, analisamos a *websérie* *Esconderijo* compreendendo as potencialidades e os limites de seu discurso, visto que como indica Adriana Agostini (2015, p. 13), “trazer à tona o discurso da invisibilidade é tornar o invisível visível, é marcar território, é iluminar um tema e imagens que poderiam estar esquecidos. O discurso da invisibilidade é reivindicatório” ao mesmo tempo em que “tornar visível também traz invisibilidades. Sempre que algo é exibido, algo é escondido; sempre que algo é escondido, algo é exibido.”

Desvendando as camadas de *Esconderijo*

Como mencionado anteriormente a narrativa de *Esconderijo* é centrada no reencontro de duas mulheres que viveram um relacionamento interrompido pela partida de uma delas para Paris. Esse encontro das personagens traz uma série de sentimentos, afetos e desafetos explorados ao longo dos 8 episódios, que tratam do jogo entre estranhamento e reconhecimento, mágoa e carinho, permanência e mudança, entre outros. Ao apresentar essa história ao mesmo tempo tão individual, o roteiro estimula a identificação do público por meio da apresentação de cenas cotidianas. Dessa maneira, a *websérie* por meio do singular, da individualidade, do vivido e do experienciado permite compreender algumas das possibilidades de vivências e de representações que fogem ao contexto da sociedade normatizada, ao mesmo tempo em que estão relacionadas e associadas a sentimentos, discursos e imagens comuns a diferentes públicos como o fim de um relacionamento, as mágoas, a saudade, entre outras.

Esta abordagem da *websérie* se apresenta como uma forma de dialogar e expandir seu público. Nesta perspectiva, compreendemos esta escolha como uma estratégia que pode funcionar de maneira dupla, uma vez que, ao se apoiar em elementos que provoquem aproximação e identificação em diferentes audiências essa escolha narrativa acabar por reafirmar alguns aspectos relacionados a regra heterossexual. Dessa maneira, ao consideramos as noções da heterossexualidade compulsória compreendida como um mecanismo que determina que “todos os sujeitos sejam heterossexuais, isto é, se apresenta como única forma considerada normal de vivência da sexualidade” (COLLING, NOGUEIRA, 2015, p. 178) e da heteronormatividade segunda a qual existe uma ordem sexual que “exige que todos, heterossexuais ou não, organizem suas vidas conforme o modelo “supostamente coerente” da heterossexualidade” (COLLING, NOGUEIRA, 2015, p. 181), percebemos uma linearidade e adequação dessas personagens e suas vivências a tais discursos normatizadores e excludentes.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

As duas personagens protagonistas são os pilares que seguram e movimentam a narrativa, suas emoções acrescentam conflitos e diálogos que nos revelam um pouco mais sobre a vida e trajetória dessas mulheres. Em seu primeiro episódio a série irá nos revelar as personagens completamente somente ao final no momento do reencontro. Entre cenas entrecortadas somos apresentados a momentos felizes vividos pelo casal no passado, sem cores em preto e branco, intercaladas com cenas da atualidade das duas revelando pequenos aspectos de suas personalidades por meio de planos detalhes de seus objetos e gestos.

A construção das personagens pode ser compreendida, de acordo com Platero (2008), ao considerar o termo “lésbica” enquanto uma categoria de análise inserida em um pensamento baseado em classificações binárias, sendo utilizado para marcar experiências diversas, que muitas vezes dificultam o estabelecimento de contornos ou fronteiras rígidas. Neste contexto consideramos que as imagens de Malu e Raquel construídas assentadas em arquétipos e imagens estereotipadas, estabelecendo diálogo com outras produções discursivas e referências.

A partir desse primeiro episódio identificamos Malu enquanto uma artista, reclusa em sua casa, os objetos que a cercam remetem ao passado, rádios, despertador e telefone em modelos ultrapassados e em desuso, sua rotina matinal é apresentada e remete a calma, a solidão do café passado em uma xícara individual, os tons da casa e suas roupas em azul e branco contribuem para confirmar essa ideia de tranquilidade e paz prestes a ser rompida pela chegada inesperada da ex-namorada. Raquel, por sua vez, é apresentada em movimento, inquieta se deslocando ao encontro com Malu, em suas roupas predominam o preto e algumas estampas, além da presença de alguns objetos que revelam seu apego a tecnologias atuais como smarphone, tablet, etc. Esses elementos indicam o conflito e estranhamento prestes a acontecer, bem como localizam o espectador sobre quem seriam essas mulheres, neste primeiro episódio vemos como a *websérie* e suas personagens vão se revelando gradualmente de seus esconderijos.

Ao apresentar essas personagens e suas personalidades por meio de metáforas e de pequenos atos e detalhes do seu cotidiano, podemos relacionar como tais elementos se constituem em marcas que caracterizam os sujeitos e suas subjetividades. Dessa maneira, as contribuições trazidas por Judith Butler (2016) ao conceber as relações de gênero enquanto uma “[...] estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2016, p. 69), nos indica como as repetições de códigos, de posturas, de comportamentos, de expressões apresentadas na *websérie* estão inseridas em significações social e historicamente construídas.

Além disso, Butler contribui para com nossas discussões anteriores ao advertir para o caráter performativo do gênero. Esse conceito de performatividade evidencia como as normativas do gênero e do sexo são construídas e naturalizadas, sendo a

[...] realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade e feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte de estratégia que oculta o caráter performativo do gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória. (BUTLER, 2016, p. 244).

Os aspectos elencados acima nos trazem algumas convicções. Em primeiro lugar sobre o caráter relacional das construções dos gêneros e da sexualidade, ou seja, os modelos de masculinidades, feminilidades, heterossexualidade e homossexualidade não são apenas oposições, são também necessários e complementares um ao outro; em segundo lugar tais considerações indicam para o rompimento com a binariedade dos modelos de gênero e sexo, considerando a existências de uma multiplicidade modelos de subjetividades.

A partir dessas leituras teóricas consideramos que mesmo com a construção dos jogos de contraste entre as duas personagens principais ambas performam feminilidade, são mulheres brancas, jovens, possivelmente de classe média. Dessa maneira, a *websérie* acaba por reforçar alguns dos estigmas e estereótipos relacionados as mulheres lésbicas, principalmente, na produção audiovisual brasileira, como indica Borges (2007), em suas investigações sobre as representações de lesbianidades nas telenovelas brasileiras, as personagens lésbicas são sempre mulheres brancas, de camadas altas e médias, bonitas, refinadas e escolarizadas. Tais representações possibilitam, portanto, “a visibilidade de uma determinada posição de pessoa, simultânea e necessariamente outras possibilidades são excluídas e invisibilizadas” (BORGES, 2007, p. 373).

Ao narrar uma relação lésbica como foco principal em sua história a *websérie* contribuí para naturalização desses sujeitos e de seus relacionamentos pouco representados nas mídias tradicionais. Entretanto, ao rerepresentar um modelo de lesbianidade estereotipado em outras produções do cinema e da TV, que atendem a um padrão pré-estabelecido e, muitas vezes, descolado da realidade brasileira, Esconderijo nega a construção de modelos de lesbianidades negras, periféricas, que se afastam dos padrões da feminilidade, contribuindo para invisibilizar tais existências lésbicas.

Outros elementos da *websérie* como os cenários e as cores são uma parte ativa na composição das cenas e na construção das emoções das personagens. As cores frias predominantes em todos os episódios contrastam com a emoção latente do reencontro marcado por falas carregadas de mágoa, solidão e culpabilização pelo fim do romance. A alternância entre espaços organizados e bagunçados também indicam o conflito ao qual elas estão submetidas.

Todos esses aspectos contribuem para os jogos narrativos expostos ao longo da *websérie* e destacado em seu título “Esconderijo”, na trilha sonora, no texto e nas personagens que estão constantemente, se escondendo e se mostrando a partir de diálogos e gestos. Relacionamos essa noção de esconder a própria ideia de armário, de proteção, de visibilidade, como diz Raquel em uma de suas cenas “cada um se esconde no espaço que cabe”. Essa construção dialoga com diferentes situações aos quais os sujeitos procuram refúgio, mas também ao se tratar de um romance entre mulheres, remete aos processos ligados a identificação da homossexualidade.

De acordo com Eve Kosofsky Sedgwick (2007) o noção do “armário” se apresenta como um dispositivo de regulação da vida dos sujeitos LGBTs, enquanto um regime de regras contraditórias e limitantes sobre a privacidade e revelações, público e privado, como parte constante da vida sociais desses indivíduos, sendo um marco na narrativa desses



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

indivíduos. Dessa maneira, compreendemos que a *websérie* ao veicular essa de noção esconderijo, ao mesmo tempo em que se refere a fuga das personagens frente aos problemas do seu relacionamento, também abrange os processos narrativos das mulheres lésbicas e sua relação com o revelar de sua homossexualidade.

Considerações Finais

A partir das breves análises apresentadas no decorrer deste texto procuramos tecer algumas considerações que não encerram esta reflexão, mas que servem de provocação para construção de novas pesquisas e problemáticas acerca dos discursos e da constituição das subjetividades lésbicas. Primeiramente, cabe mencionar que nosso objetivo de analisar as lesbianidades presentes na *websérie* Esconderijo nos apresentou as potencialidades da veiculação e produção de significados em mídias alternativas como a *Web*, enquanto um espaço que permite o diálogo entre público e produtores, por meio dos comentários, bem como o acesso ilimitado e gratuito, tais elementos se apresentam como uma possibilidade de comunicar com diferentes públicos para além dos sujeitos que se identificam enquanto lésbicas.

Em segundo lugar, esta análise evidenciou algumas rupturas e continuidades em relação ao modelo de lesbianidade produzido no discurso de Esconderijo e outras narrativas em circulação, em especial, as presentes na teledramaturgia e filmografia brasileira, marcados pela reafirmação da feminilidade e branquitude. A partir desses apontamentos vislumbramos a necessidade de se tratar as lesbianidades a partir de um olhar não impregnado de valores e da cultura masculina, heterocêntrica e colonizada, que atravessa os discursos sobre as homossexualidades de uma forma geral sem dar visibilidade às especificidades das existências lésbicas.

Referências Bibliográficas

AGOSTINI, Adriana. **Do invisível ao visível: em busca de imagens da lesbianidade.** Tese de Doutorado - Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

BORGES, Lenise Santana. Lesbianidade na TV: visibilidade e “apagamento” em telenovelas brasileiras. In: GROSSI, Miriam Pillar; UZIEL, Anna Paula, MELLO, Luiz (Orgs.) **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis.** (Coleção Sexualidade, gênero e sociedade). Rio de Janeiro: Garamond, p. 363-384, 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

COLLING, Leandro. NOGUEIRA, Gilmaro. Relacionados mas diferentes: sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. In: RODRIGUES, A. DALLAPICULA, C. FERREIRA, S. R. **Transposições: lugares em fronteiras em sexualidade e educação.** Vitória: EDUFES, 2015, p. 171-183.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

KAPLAN, Ann. **A mulher e o cinema**: os dois lados da câmera. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2005.

MEZZARI, Danielly Christina Souza; SOUZA, Leonardo Lemos de. Do amor entre mulheres: narrativas de amores e lesbianidades. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 7, p. 192-2014, 2017

PLATERO, Raquel. La construcción del sujeto lésbico. In: PLATERO, Raquel (Coord.). **Lesbianas: Discursos y Representaciones**. Santa Cruz de Tenerife: Editorial Melusina, 2008.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 28, p. 19-54, 2007.

SILVA, Lucas Octávio Cândio da; ZANNETI, Daniela. A Websérie Como Produto Audiovisual. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 13., 2013, Bauru. **Anais...** Bauru, 2013.

TOLEDO, Livia Gonsalves; FILHO, Fernando Silva Teixeira. As lesbianidades entre o estigma da promiscuidade e da ilegitimidade sexual. **Temáticas**, Campinas, v. 20, n. 40, p. 67-103, 2012.

_____. Lesbianidades e as referências legitimadoras da sexualidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n.3, p. 729-749, 2010.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

JOGO DA MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA

GIULIA BEATRIZ SCHOSSLER PLASSMANN¹

Resumo: Recorrentemente a disciplina de História é vista como algo desinteressante, cansativo e monótono pelos alunos. Diante desta realidade o projeto PIBID-História busca incluir jogos enquanto ferramentas pedagógicas para o ensino fundamental I. Com isto em mente construímos um jogo da memória sobre os principais locais da cidade, dialogando com os conteúdos programáticos de História das séries iniciais. Nesta fase, as crianças começam a conhecer as dimensões políticas e econômicas da cidade. Deste modo, procuramos montar um jogo que permitisse uma percepção sobre o passado e o presente dos espaços da cidade que revelam as relações de poder, tanto no campo econômico como no campo político. A aplicação do jogo revelou que o trabalho com imagens de um mesmo espaço em diferentes momentos da história local pode instigar a criança a pensar a história da sua cidade, a partir de sua própria experiência. Isto torna o diálogo professor aluno mais dinâmico e vivo.

Palavras-chave: Ensino fundamental I; Práticas Pedagógicas; Cidade.

Introdução

O projeto de PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência na Unioeste-Campus Marechal Cândido Rondon, tem como objetivo a criação de jogos, como ferramenta pedagógica de ensino. Enquanto bolsista do programa, trabalho na equipe de criação de jogos para o ensino fundamental I, séries iniciais. Buscamos, especificamente, desenvolver jogos para auxiliar o ensino de história local e regional.

Utilizando-se da obra Medo e Ousadia de Paulo Freire e Ira como aporte teórico metodológico para a proposta do jogo da memória, iniciarei a discussão, visto que a aplicação do jogo, e o contexto do ensino no Brasil atualmente abrangem varias das questões tratadas pelos autores na obra. Quais são de extrema importância dentro deste debate.

A respeito do processo de criação do jogo iniciamos lendo e discutindo as obras já citadas de Paulo Freire e Ira Shor. Posteriormente observamos a realidade dos alunos dentro de sala de aula, estudamos possibilidades e optamos pela criação de um jogo da memória com 18 cartas, que demonstram locais públicos e privados da cidade de Marechal Cândido Rondon demonstrando o passado e o presente.

O jogo traz imagens locais da cidade de Marechal Cândido Rondon, como a prefeitura, o fórum, a praça, a loja de roupas e etc. Nos anos 1950 e 2019 trazendo a diferença

¹ Estudante de História Licenciatura na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

do passado e do presente. No intuito de que eles reconheçam os locais através da imagem, aproximando assim a realidade ao conteúdo: as dimensões políticas e econômicas da cidade. Proporcionando enxergarem as diferenças e as modificações no tempo.

Anteriormente a criação do jogo, construímos um roteiro de observação da sala de aula visando enxergar a realidade do aluno, aproximando-se de seu espaço, para construir uma ferramenta que atendesse a expectativa de gerar um conhecimento significativo, e um ensino motivador.

A escolha do jogo enquanto ferramenta de ensino foi pensada de acordo com a realidade infantil, uma vez que as brincadeiras e jogos estão presentes cotidianamente na vida das crianças. Logo utilizar um jogo é algo não só atrativo, mas algo em comum entre todas as crianças, sendo possível criar um laço entre elas e o professor qual passa a de uma relação de autoridade, para algo mais próximo de um instrutor de jogo, uma pessoa que proporciona uma brincadeira, diminuindo assim a distância entre professor e aluno.

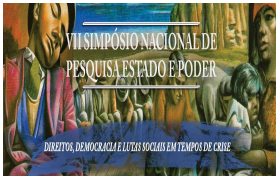
A respeito do ambiente escolar, trata-se de uma instituição moldada, onde há efetiva organização das funções e dos conteúdos a serem trabalhados. Como é de senso comum à escola não modificou seus instrumentos e seus modelos com o passar da história. O que é deveras intrigante, sendo que a cada ano a sociedade modifica-se. Mas a instituição que deveria ensinar está estagnada no tempo, será por que ela está vinculada aos interesses da classe dominante, propondo uma ideologia a ser incorporada? Como os alunos reagiriam com as mudanças? Será que as aceitariam caso houvesse?

“Hora após hora, anos após ano o conhecimento não passa de uma tarefa imposta aos estudantes pela voz monótona de um programa oficial.” (Shor, Ira, 1986, p. 12).

A instituição de ensino atualmente apenas cumpre seu papel socializador, e faz seus alunos decorarem o máximo possível de datas e informações, evitando influenciar o pensamento crítico. Entretanto a função do professor é criar um ambiente confortável e propício ao diálogo onde se encontre uma relação horizontal, em que o mesmo ensina, e aprende, diminuindo a distancia entre ambos, não ao ponto de amizade, mas de conforto o suficiente para que o ensino-aprendizado aconteça imbricando os assuntos a serem estudados com a realidade dos indivíduos, propiciando um diálogo entre todos sobre a temática da aula.

Por vezes durante o projeto tornou perceptivo a curiosidade revestida de receio por parte dos alunos, uma vez que eles não são instigados a pensarem por si mesmo, ou aprenderem ao invés de copiar, decorar e reproduzir conteúdos que aparentemente nada se relacionam com suas vidas. Fazendo da escola um lugar “chato” qual a criança é obrigado a estar e que se torna aceitável pelo convívio social e pelos laços que se formam. O único motivo pelo qual o jovem anseia ir a escola torna-se seus amigos e colegas, mas e o ensino e aprendizado? Será que o papel socializador deve ser o único fator relevante nesta instituição? Ela não deveria demonstrar-se capaz de incentivar a busca pelo conhecimento?

Identificamos que ao trazer algo diferente eles se demonstram animados e agitados, entretanto também é perceptivo um receio quando não se trata de algo para se reproduzir, talvez pela insegurança, lhe pareça impossível efetuar dinâmicas por um curto segundo, qual é logo substituído pela curiosidade que se contrapõe superando o receio, no caso das crianças. Mas infelizmente quando a realidade é o ensino fundamental II e o ensino médio, fica evidente o resultado da instituição que prioriza memorizar, decorar e reproduzir. Estes



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

alunos já demonstram um receio pelo novo e pelo ato de pensar, saindo logo de início a famosa pergunta “Precisa copiar?” antes mesmo de concluir a explicação da atividade qualquer que seja. O caminho para resolver a situação seria motivá-los a buscar conhecimento, mas como fazer isto de forma eficiente?

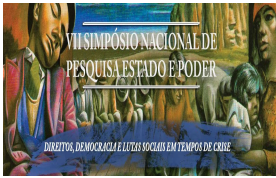
O ensino motivador que os autores apresentam, evidencia algo muitíssimo importante que costumeiramente é ignorado ou efetuado de maneira equivocada. Paulo e Ira demonstram com clareza que o exercício da motivação é um fator que acontece não anterior ao momento de aprendizagem, mas no momento de atuação. Ou seja, o papel do professor enquanto motivador ao ato de aprender deve acontecer enquanto o mesmo ensina e dialoga seus conhecimentos com os indivíduos ali presentes. “A motivação faz parte da ação. Um momento da própria ação. Isto é, você se motiva à medida que está atuando, e não antes de atuar.” (FREIRE; SHOR, 1986, p. 12).

Ainda sobre a motivação, é importante citar que corriqueiramente se vê dentro das escolas a tentativa fracassada de vender promessas, no objetivo de motivar o estudo, mas que tendem culminar em desmotivação. A promessa do emprego, do dinheiro, da carreira, da vida melhor apoiada à ideia do estudo e do ensino, é por vezes apenas uma armadilha desmotivacional, considerando que “A melhor coisa é sempre aquela que não está fazendo agora” (Shor, Ira, 1986, p. 12). Logo a promessa do amanhã nem sempre vem com garantia, além de que causa uma situação que anima inicialmente, mas que com o tempo se torna uma obrigação moral cristalizada e não necessariamente algo prazeroso ou com um objetivo pelo qual valha a pena trabalhar, já que a promessa não passa de uma questão aberta e incerta.

Portanto é necessário dar a esses jovens um motivo melhor pelo qual eles deveriam procurar conhecimento. Seja ele, o incentivo a compreensão das coisas, seguindo a lógica da experiência e de suas realidades. Pois veja, todas as pessoas têm interesses pessoais, assuntos de afinidade sejam eles matérias da escola, filmes, jogos, programas de TV, estilos musicais e etc. Partindo do conhecimento dessas afinidades é possível gerar o interesse por parte desses alunos, entretanto percebo que por vezes essa associação não basta, é preciso dar-lhes um porquê de se estudar o que estudam, é necessário atribuir um sentido sensível que mecha minimamente com suas emoções, seu senso crítico e seus valores. No propósito de construir um motivo pelo qual valha a pena estudar; o conhecimento individual e comunitário do mundo em que se faz parte, compreendendo como o indivíduo afeta o mundo e como o mundo afeta a si.

Deste modo o jogo construído articula com as propostas de Paulo e Ira, pelo fato de contemplar a experiência desses alunos e por proporcionar uma experiência comum, qual pode ser trabalhada pelo professor posteriormente em suas aulas. O jogo permite ainda um ensino horizontal, onde partimos da realidade do aluno para que fique concreto e simples a sua assimilação com o conteúdo, transformando o conhecimento abstrato, em algo comum entre todos. Mesmo que essa assimilação não aconteça em respeito às imagens dos lugares públicos e privados da cidade, ainda haverá a própria experiência comum de jogar o jogo com os colegas em sala.

Visando atender a estes aspectos a metodologia e a ferramenta de ensino construída, dá abertura dentro de sala de aula para que uma relação horizontal aconteça entre os alunos e o professor. Tornando a aula mais dinâmica e até criando diversos outros caminhos para



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

auxiliar o professor em sua função, assim como para a construção de novas dinâmicas que envolvam o cotidiano e a história. No intuito de transformar a disciplina em algo mais vivo, mais próximo da realidade e mais atrativo para que culmine num aprendizado reflexivo e significativo.

Por se tratar de um jogo da memória, tem como objetivo a memorização de imagens, logo isso estimula o aprendizado e a capacidade de memorização dos alunos. Mas o que nos atrai mais é a ligação que o jogo faz em relação à vida cotidiana desses indivíduos, quais bem provavelmente, vão recordar-se do jogo ao passar por os lugares que o jogo trazia, possibilitando a situação inversa também. E para além de tudo estimula a sociabilidade entre as crianças, assim como a boa convivência e a cordialidade com seus colegas.

Percebe-se também um alto nível de competitividade quando se trata de crianças entre 8 e 10 anos de idade. Algo que deve ser administrado durante a aplicação do jogo pelo professor, a fim de ensinar valores como, dar a vez ao outro, respeitar os demais e não irritar-se por “perder” incentivando-os a ficar igualmente felizes pelo outro assim como ficariam se fossem eles os vencedores, e salientando que não existe o jogo com uma pessoa só, e por isso é necessário respeitar e zelar por seu colega, assim como ter paciência e aprender a observar cautelosamente as cartas.

Cada dia mais cedo se encontram crianças portando smartphones e jogos eletrônicos o que estimula reflexos e varias outras áreas cognitivas. Entretanto percebe-se também que as crianças estão cada vez mais desatentas e desinteressadas, parece que nada prende sua atenção por mais de 2 min. O jogo proposto estimula justamente esse outro lado, uma vez que é necessário manter a atenção para memorizar o lugar do par que combina.

Desenvolvimento

Para o desenvolvimento do Jogo da Memória, foi primeiramente lido e discutido a obra Medo e Ousadia de Paulo Freire e Ira Shor, posteriormente foi observado o colégio de ensino fundamental I - Criança Feliz em Marechal Cândido Rondon mais especificamente as aulas de 4º e 5º anos. Nosso objetivo era observar como os alunos se comportavam em sala, a fim de identificar aquilo que eles gostavam, para que o jogo chamasse sua atenção e divertisse tornando a aprendizagem mais satisfatória. Observamos também, a estrutura, o funcionamento e seus conteúdos programáticos.

Após a observação levantamos os dados e evidenciamos que em sua totalidade eles eram participativos, falantes e que gostavam de ler, pintar, desenhar e correr. Percebemos também alguns aspectos negativos. Eles não respondiam bem a aulas expositivas de copiar e responder, demonstrando sono e desinteresse. Recolhemos os conteúdos programáticos dos colégios, percebemos que se tratava de história local em relação às dimensões políticas e econômicas da cidade.

Após determinar o conteúdo, pensamos que o jogo a ser construído deveria ser simples e conter imagens. Optamos pelo jogo da memória pela possibilidade de demonstrar a relação passado e presente através das fotografias, tornando mais claro para as crianças a assimilação do espaço através das imagens.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Editamos e criamos 18 cartas com fotografias locais, atribuímos bordas coloridas a fim de chamar a atenção e adicionamos uma legenda contendo o nome do lugar e o ano em que a foto foi tirada, para que eles visualizassem a relação passado e presente.

Cada par não era idêntico, continha uma foto de 1950/70 e outra de 2019 deste mesmo lugar na intenção de que eles averiguassem por que uma era preta e branca e outra colorida dando a conotação de passado e presente por meio da imagem também. Junto ao jogo escrevemos um manual de jogo e um roteiro pedagógico dando possibilidades de como o professor poderia trabalhar o conteúdo após antes e durante a aplicação do jogo.

Posteriormente aplicamos o jogo nos colégios Criança Feliz e no Jean Piaget nos 3º e 4º anos. Durante o processo de aplicação, as crianças demonstraram interessadas, participativas e competitivas. Tivemos sucesso na aplicação do jogo e ele se mostrou eficaz enquanto uma ferramenta pedagógica de ensino, qual proporcionou ao professor uma aula mais próxima, viva e dinâmica.

Após a aplicação do jogo perguntamos a opinião e sugestão dos alunos para que melhorássemos a ferramenta, e o único apontamento comum foi o de aumentar o tamanho da carta, deixando as imagens maiores.

Minha experiência a respeito do projeto e do jogo em questão foi positiva, atribuindo a minha graduação uma significativa experiência e oportunidade, assim como o conhecimento para procurar sempre novos meios, ferramentas e caminhos para aprender e ensinar.

Conclusão

A respeito do Jogo da Memória: A cidade, pode se dizer que ele cumpre o objetivo proposto. O de diminuir a distância entre professor e aluno e debater assuntos que envolvam suas realidades. Construindo assim uma aula dialógica onde a relação professor e aluno seriam horizontais. Apesar de ser um jogo e denotar um sentido de descontração e divertimento, para, além disso, é inegável sua contribuição para o ensino e aprendizado dos alunos.

Pois como defende a autora Carla Beatriz Meinerz na obra: Jogos e Ensino de História organizada por Marcello Paniz Giacomoni e Nilton Mullet Pereira, ensinar história é de certo modo brincar. “Ensinar ou estudar é simbolicamente jogar com o conhecimento.” (MEINERZ; GIACOMONI; PEREIRA, 2003, p. 102).

Os autores defendem essa relação, evidenciando a existência de um diálogo circular que durante jogo, o percorre desde aluno-aluno a professor-aluno de modo contínuo contribuindo para que o conhecimento de todos sejam compartilhados uniformemente, tudo dentro do contexto de aplicação do jogo.

Como foi evidenciado anteriormente a instituição escola não atende a necessidade de seus alunos, justamente por se tratar de algo arcaico, repetitivo, desinteressante. Durante meu estágio obrigatório, realizado neste semestre me deparei com uma sala de aula com 35 alunos, extremamente entediados e desinteressados em qualquer atividade oferecida em sala. A fim de compreendê-los passei um questionário sociocultural, que continha a seguinte



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

pergunta: Você se sente confortável em relação à escola e a aulas? Por quê? A maioria dos alunos respondeu “Não” a esta questão e os demais responderam que “Sim, por causa dos amigos que tenho aqui”.

Analisando isso tornou visível as falhas contidas no modo como esta instituição se encontra perante aos alunos e professores. Quais muitas das vezes trabalham frustrados, cansados e desacreditados da utopia de uma aula participativa, interessante, viva e fluida.

Os jogos por sua vez são uma estratégia para iniciar um processo de modificação do ensino, tornando-o mais próximo dos alunos, mais eficaz, vivo e interessante. Obviamente compreendemos que não é possível dar um ano letivo inteiro pautado na realização de jogos, mas também levamos em consideração que o jogo, como ferramenta amplia o horizonte de discussão dentro de sala de aula, criando novos caminhos para a abordagem histórica e dando ao professor maior visualização sobre dinâmicas e métodos de ensino que contenha a aproximação da realidade do aluno ao conteúdo.

A respeito dos alunos, a realização do jogo torna a aula algo descontraído e ao mesmo tempo repleto de oportunidade de aprendizagem, visto que a realidade do jogo possibilita o aluno aprender em conjunto. Principalmente possibilita que o relacionamento social o faça levar em consideração mais que apenas o seu ponto de vista, realizando assim a associação e aplicação do conteúdo não apenas em sua vida, mas instiga-os a refletir sobre como esse conteúdo/fato apresentado afetaria a vida de seus colegas e conseqüentemente a toda a sociedade, compreendendo os sujeitos da história e como eles influenciam a história.

Em meio ao processo de aplicação do jogo percebemos que as crianças sentem-se mais a vontade, e isso faz com que exponham suas opiniões, e visões de mundo mais abertamente. Mesmo que apresentem suas opiniões direcionadas aos colegas durante o jogo, o professor tem a oportunidade de ouvir e participar, instigando-os cada vez mais a demonstrar suas realidades e pensamentos. Através dessa análise torna-se possível ao professor compreender seus alunos e quais os meios a trilhar durante o processo ensino aprendizagem para torna-lo significativo.

Um fator relevante dentro desta discussão é perceber que a criação de jogos enquanto ferramentas de ensino têm de ser pensada, de maneira que se encaixe ao conteúdo e do contexto de sala de aula. Mas para, além disso, é importante que se atribua ao jogo, debates e questões que meçam com o emocional, o sensível, o cotidiano e a experiência desses indivíduos. E que maneira melhor de fazer isto, se não, o de incluir esses indivíduos dentro da construção dessa ferramenta. Dar aos alunos a oportunidade de serem criadores de uma ferramenta de aprendizado proporcionaria ao professor investigar suas opiniões e realidades ao mesmo tempo em que constrói autonomia de pensamento e ação nesses alunos, que poderiam aplicar e compartilhar esta ferramenta com a escola, incentivando assim o método e a ferramenta para toda a instituição de ensino.

Outro modo para a utilização de jogos em sala de aula é a utilização da ferramenta para avaliação. Seja ela anterior, no objetivo de averiguar qual o conhecimento que os alunos têm sobre o conteúdo. Durante, estabelecendo uma maior assimilação do conteúdo e averiguando se há lacunas neste conhecimento, ou posterior a aplicação do conteúdo, revelando o que eles aprenderam e o que não ficou claro, já dando a oportunidade ao professor de fechar as lacunas e tirar as dúvidas.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

O jogo da Memória: *A cidade* pode ser utilizada como ferramenta de avaliação antes, durante e depois de trabalhar o conteúdo. Entretanto é mais recomendado que se aplique antes e durante. Antes ao conteúdo como forma de averiguação do conhecimento deles a respeito dos lugares, se já foram, quando, e com quem, fazendo assim a ligação posterior entre esses espaços e as aulas posteriores.

Durante a explicação do conteúdo, o jogo pode permitir a assimilação dos alunos a respeito dos espaços representados nas imagens, se os reconhecem, por que, quando e como, provocando a comparação desses espaços ao conteúdo.

Concluimos que o jogo é uma opção de ferramenta pedagógica e efetiva que tem muito a ser explorada e pode proporcionar muitos resultados positivos para a construção de um ensino significativo, libertador e crítico. Apesar de não estabelecer a este método a atribuição de algo único e exclusivo enquanto meio de ensino, reconhecemos que há muitos outros métodos e dinâmicas a serem exploradas dentro das práticas docentes.

Referências Bibliográficas:

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e Ousadia**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1986.

GIACOMONI, M. P.; PEREIRA, N. M.; MEINERZ, C. B. **Jogos e Ensino de História**. Porto Alegre, Evangref, 2003.



FAKENEWS E POLÍTICA: A INFLUÊNCIA DA PÓS-VERDADE NA ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA

IAN MARTIN VARGAS¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre a chamada “pós-verdade” com a política nacional atual. Primeiramente, faz-se necessário partir de uma base teórica que se inicia com os estudos de Gramsci acerca das superestruturas. O desenvolvimento teórico do trabalho também passa por abordagem sobre o avanço da internet e a relação com a política e opinião pública. Nesse sentido, as eleições brasileiras de 2018 foram fortemente marcadas por ondas massivas de informações falsas que caracterizam o fenômeno das chamadas “fakenews”. Tal fenômeno já havia sido notado nas eleições norte-americanas, de 2016. Observa-se que no Brasil a extrema-direita é o espectro político que mais se utiliza de tais formas de comunicação com os cidadãos, angariando adeptos e exercendo o consenso político dentro dos espaços virtuais. Deste modo é possível observar uma correlação entre o papel destas informações falsas e a ascensão de forças políticas de extrema-direita de matriz fascista no país. Conclui-se, portanto, que a extrema-direita tanto brasileira quanto em outros locais do globo, vem utilizando o espaço virtual para propagação despudorada de mentiras, muitas vezes por intermédio de robôs, para aglomerar adeptos às suas ideias antidemocráticas, antissindicalistas, antissocialistas, contra as esquerdas e os direitos humanos. O trabalho baseou-se em análise bibliográfica e de artigos relacionados ao tema para seu desenvolvimento.

Palavras-chave: fakenews, política, fascismo.

ABSTRACT

This work aims to analyze the relationship between the so-called post-truth and current national politics. First it is necessary to start from a theoretical basis that begins with Gramsci's studies of superstructures. The theoretical development of the work also includes the advancement of the internet and its relationship with politics and public opinion. In this sense, the 2018 Brazilian elections were strongly marked by massive waves of false information that characterize the phenomenon of so-called “fakenews”. This phenomenon had already been noticed and scrutinized in the 2016 North American elections. It is observed that in Brazil the far right is the political spectrum that most uses such forms of communication with the citizens, attracting supporters and exercising political consensus within the United States. virtual spaces. In this way it is possible to observe the role of this false information with the rise of fascist-based far-right political forces in the country. It can

¹ Mestrando em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu/PR.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

be concluded, therefore, that the extreme right, both Brazilian and elsewhere, has been using virtual space for shameless propagation of lies, often through robots, to gather adherents to their undemocratic, anti-unionist, anti-socialist ideas. against the left and human rights. The work was based on bibliographical analysis and articles related to the theme for its development.

Keywords: *fakenews, politics, fascism.*

Introdução

A política é composta por vários elementos sendo a retórica, indubitavelmente, um deles. Ao se observar que a organização política, social e econômica vigente no Brasil é o sistema capitalista, faz-se necessário analisar alguns outros elementos que sustentam esse modelo, como comunicação, propaganda e disseminação de informações.

O filósofo marxista italiano Antonio Gramsci (2011) conceitua o Estado como sendo a soma da sociedade política com a sociedade civil. Para tal autor, a sociedade política seria formada pelos aparelhos coercitivos governamentais. Tais aparelhos seriam os meios pelos quais a classe dominante exerce a coerção, como por exemplo, as polícias, as forças armadas, o Poder Judiciário.

As análises de Gramsci se mantêm atuais ao se considerar a composição das forças que formam as instituições políticas e a busca incessante por domínio dos trabalhadores através de alienação e cooptação no campo do consenso e repressão no que concerne aos órgãos coercitivos.

Da mesma maneira, as reflexões de Gramsci (2011) acerca da hegemonia no campo do consenso são fundamentais para compreensão de fenômenos que marcam a política atual no Brasil, sendo necessário se aprofundar nos elementos que mais vêm marcando a política atual do país.

Estes elementos podem ser verificados não só no Brasil, mas em outras partes do mundo, que têm vivenciado, nos últimos anos, o retorno da extrema-direita nos governos de democracias liberais². Coincidentemente, com a ascensão desse viés político e ideológico, observa-se o surgimento de outros fenômenos sociais que podem estar intimamente ligados com os objetivos dessa ideologia.

Segundo Ianoni (2018), a extrema-direita vem implementando a chamada “hegemonia cultural” refletida por Gramsci. Para o referido cientista político, tal corrente ideológica atua no campo do consenso através do setor neopentecostal, por meio do uso cotidiano de uma retórica simplória e popular nas redes sociais e através do uso de uma indústria de *fakenews* que atinge as mais diversas camadas da sociedade, sendo que as vítimas mais fatais de tal beligerância comunicacional são os setores mais despolitizados.

² O crescimento da extrema-direita e do conservadorismo no mundo, com forte viés capitalista, pode ser atribuído a uma reação à globalização cultural, imigração, envelhecimento da população e custo do sistema. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/22/opinion/1553264899_947348.html> Acesso em 15 de outubro de 2019.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Pós-verdade: as fakenews

A propagação de notícias e informações falsas vem sendo discutida no meio acadêmico como a “pós-verdade”. Tal fenômeno inicialmente emergiu no meio político. Porém, possui capacidade potencial de influência em outras áreas da sociedade. Todavia sua influência na política pode vir a afetar a cidadania, os direitos humanos e a democracia como um todo.

Como destaca D’Ancona (2018), o termo “pós-verdade” foi utilizado pela primeira vez em meados dos anos 1990 pelo dramaturgo sérvio-americano Steve Tesich e se referia à supressão da verdade dos fatos. D’Ancona (2018) aduz que no dicionário *Oxford* a expressão pós-verdade se relaciona com as circunstâncias onde fatos objetivos possuem menor importância e influência em moldar a opinião pública do que os apelos emocionais e crenças morais na maneira com que se transmitem as informações.

A globalização facilitou a interação humana, dando mais opções de troca de ideias por meio da Internet e das telecomunicações, conforme descreve Katz (2007). Contudo, observa-se que, com o advento do avanço das comunicações, ao mesmo tempo ocorreu uma transformação no capitalismo seja por meio das trocas comerciais virtuais, seja por novos formatos da relação entre capital e trabalho como também na política.

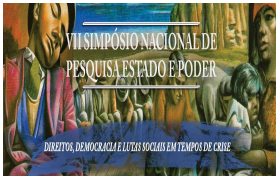
Nesse aspecto, as redes sociais se tornaram, dentro da ótica do avanço da tecnologia globalizada, um novo espaço da sociedade civil, o qual as classes dominantes se utilizam para assegurar sua hegemonia, criando consenso cultural e político de dominação. Apesar de ser um meio de efetivação do direito humano à expressão, opinião e exercício da liberdade de pensamento, também passou a ser um ambiente onde ocorrem processos de controle pelas classes dominantes.

Rosa (2018) ressalta que o conceito de *fakenews* surgiu para desacreditar a imprensa nos Estados Unidos em meio a campanha eleitoral de 2016. Formou-se uma disputa dentro da estrutura do consenso, no que diz respeito ao espaço midiático, sendo o mundo virtual o principal deles. Assim, jornais e páginas de *facebook* de extrema-direita disputam a propagação dos fatos e, por consequência, a interpretação das verdades.

As notícias falsas e a desinformação são espalhadas virtualmente em um ritmo e nível global assustador e se correlacionam a um dos efeitos da globalização. A evolução da globalização caminhou junto com a evolução tecnológica e, desde os anos 1990, do crescimento da influência da Internet. Nesse contexto o surgimento das redes deu lugar a um espaço virtual de interação e propagação de informações, inclusive falsas.

Como destaca Avendaño (2018), as informações falsas ou distorcidas que são espalhadas nas redes sociais se tornaram uma epidemia que percorre o mundo inteiro e fazem parte de uma guerra informativa que é utilizada com objetivos políticos.

Alguns autores como Levy (2010), que esquadriam o ciberespaço em análises sociológicas e filosóficas, observaram a mudança da esfera pública pela influência das redes sociais como positiva, uma vez que fornece aos cidadãos maior capacidade de expressão, aquisição de informações e associação. Isso colaboraria para aumentar a capacidade cívica do povo de pressionar governos, obtendo-se assim maior transparência e diálogo democrático.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Outros autores, como o filósofo alemão Habermas (2003), observam nas redes sociais da Internet um perfil potencializador de participação política mais efetiva que combina colaboração, interação, mediação, acessibilidade a informações e mobilização.

Por outro lado, autores como Haddad (2017), no que concerne às redes sociais, defendem que se criou uma ilusão nas esquerdas em relação ao potencial de emancipação da internet. Segundo tal autor, nos ambientes de esquerda, imaginou-se que o advento das redes sociais no ciberespaço poderia ser positivo, na medida em que enfraqueceria a autoridade de quem reproduz uma informação e seriam reduzidas as forças de manipulação da indústria cultura. Todavia Haddad (2017) defende a ideia de que a difusão em grande escala de informações com viés político e sem as formas tradicionais de validação se tornou algo até mesmo mais perigoso do que as formas tradicionais de comunicação.

As *fakenews* causam um grande risco para as relações sociais e para a cidadania. Isto porque, por trás das conexões virtuais está uma gama de táticas que causam reações psicoemocionais e morais alheias ao contraditório, ao pluralismo. Em outras palavras, o ambiente das redes digitais virou um campo de batalha marcado pela existência em massa de crimes contra a honra, como difamações, e sendo observado um meio potencial de alienação em massa.

Hegemonia cultural

Conforme visto em Gramsci (2011), a hegemonia tradicional da burguesia capitalista é o uso da mídia. Nos tempos de Gramsci eram principalmente o rádio e os jornais. Todavia, com o avanço das tecnologias, a internet ocupou um espaço significativo na sociedade civil e as *fakenews* estão justamente inseridas dentro de tal bolha virtual.

Observa-se, então, uma possibilidade de fragmentação da democracia, até mesmo da democracia liberal burguesa, com o avanço do debate político no mundo virtual. O avanço das redes sociais parece ter representado uma certa ruptura paradigmática entre a emissão e a recepção das mensagens. O emissor, a origem e a validade da informação perderam importância, dando lugar ao teor emocional e moral. Este fato pode ser verificado diuturnamente na divulgação de notícias difamatórias e espúrias no Brasil por grupos como MBL³, youtubers e *think tanks*⁴ de extrema-direita e que trabalham em regime de cooperação para desqualificação das esquerdas no geral.

Avendaño (2018) explica que os aplicativos de mensagens são lugares onde se distribui desinformação e, por estarem criptografados, há uma dificuldade em certificação sobre o conteúdo que por eles circula. Com a grande possibilidade de proliferação de conteúdo de forma anônima, é através destes mecanismos tecnológicos e virtuais que se

³ A entidade Movimento Brasil Livre – MBL, já teve suas redes sociais afetadas em razão de acusações do uso de fakenews por parte de redes sociais. Como pode ser visto em reportagens como esta feita pro Grillo e Salgado (2018): <<https://oglobo.globo.com/brasil/facebook-derruba-rede-de-fake-news-usada-pelo-mbl-22917346>> Acesso em 07/08/2018.

⁴ A expressão pode ser traduzida para o português como “laboratório de ideias”. Think tanks podem ser compreendidos como organizações de pesquisa sobre políticas públicas que apresentam algumas recomendações aos atores do cenário político.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

espetacularizam títulos de notícias captadas da imprensa e se altera o verniz da mensagem transmitida, levando à dominação do grupo ideológico que fabrica a notícia falsa.

O autor também destaca a existência de robôs ou *bots*, que são programas capazes de controlar centenas e até milhares de perfis falsos nas redes sociais, com a finalidade de propagação das notícias falsas para o maior público possível.

Ainda durante as eleições de 2018, foi verificado que o uso de tais robôs e contas falsas de perfis de redes sociais foram utilizadas para propagação de notícias falsas tais como o famigerado "kitgay". Após as eleições, segundo Rebello e Militão (2019) própria empresa *Whatsapp* desativou contas após a constatação de que elas possivelmente foram utilizadas para propagação de notícias falsas.

Conforme explica Marchao (2019), uma pesquisa feita pelo Barômetro Global da Corrupção: América Latina e Caribe, demonstrou que quatro em cada cinco brasileiros acreditam que notícias falsas foram disseminadas para influenciar a eleição de 2018 no Brasil.

Neste cenário, formou-se um nítido fundamentalismo comunicacional nas redes sociais que criou uma espécie de histeria coletiva, quando o falso exercício de direitos fundamentais como liberdade de expressão, liberdade de imprensa e o direito de livre associação dão lugar à proliferação dos discursos de ódio, segregacionismo, racismo, machismo, misoginia, antissindicalismo, antissocialismo. Os indivíduos que compartilham as informações sem verificar a originalidade do conteúdo, contribuem para ganho de força eleitoral dos grupos políticos que fazem oposição a qualquer grupo ou político progressista.

Deste modo, tal espectro político conquista adeptos que passam a reverberar a desinformação fabricada por meio de suas redes sociais, criando assim uma vasta amplitude para as mensagens que atendem um grupo político e ideológico que é notavelmente de matriz fascista.

O compartilhamento desenfreado de notícias falsas acarreta na estruturação desse fenômeno político já conhecido no passado: o fascismo. Todavia não é mais aquele fascismo dos tempos de Mussolini e Hitler, grandes expoentes do ultraconservadorismo e extrema-direita, mas um fascismo cultural virtual, tecnocrático e que se utiliza justamente da hegemonia que Gramsci (2011) se aprofundou.

Na mesma direção, a mídia tradicional liberal vem sendo descredibilizada pela mídia de opinião de plataformas partidárias *onlines*. Segundo Valente (2019), a polarização política e as "*fakenews*" têm impactado na confiança do jornalismo tradicional e muitas pesquisas indicam que a confiabilidade das pessoas nos veículos jornalísticos vem caindo.

Com essa mudança de paradigma, a mídia tradicionalmente pertencente a grupos de direita, centro-direita ou liberais vem perdendo forças, na construção da opinião pública, para plataformas de extrema-direita, que utilizam de espetacularização de informações para disseminação de conteúdos falsos com finalidade política.

Da mesma forma que no Ministério da Verdade, da obra de Orwell (2009), as informações desleais propaladas nas redes sociais servem a grupos reacionários para amplificar e legitimar o ódio. Assim como nos Estados Unidos, segundo Chomsky (2013), os governos fazem uso da mídia para angariar apoio da população e assim, legitimarem sua entrada em confrontos militares. A soma dos elementos pós-verdade e internet está a serviço da direita política.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

A mesma direita que incansavelmente acusa inconcebivelmente os direitos e liberdades defendidos por progressistas e humanistas de “politicamente corretos” e frutos do marxismo cultural da hegemonia gramsciana, possui agora uma produção constante e articulada de um possível “fascismo cultural”, que utiliza das redes para legitimar poder político e enfraquecer as esquerdas e, acima disso, prejudicar a democracia, o pluralismo político e a cidadania. Portanto faz-se necessário repensar a falta de consciência das redes e a instrumentalização das mesmas para fins político-partidários através da disseminação de difamações coletivas quase que instantâneas.

Bauman (2008) já apontava para tal perigo das redes de inibirem o medo dos chamados “caçadores” da sociedade de partirem para o ataque raivoso sobre os indivíduos contra quem nutrem ódio. O império das mentiras e manipulação das massas não pode voltar a vigorar.

Por outro lado, Goés (2007) destaca que as mídias alternativas podem ser concebidas como instrumentos contra-hegemônicos no embate pela hegemonia da sociedade civil. O autor enfatiza que as mídias alternativas são lugares para produção de estratégias que possuem como finalidade a reformulação do processo social para se contrapor ao interesse da mídia tradicional.

Desta maneira, o uso da mídia alternativa pelos movimentos sociais seria, ainda que em pequena escala, um caminho alternativo às perspectivas hegemônicas do capital, sendo possível observar sua atuação fundamental na desqualificação das *fakenews*.

O papel essencial da mídia alternativa também envolve a divulgação de temas e notícias ignoradas pela grande mídia que abarcam desde desastres ambientais, genocídio indígena e de trabalhadores do campo entre outras violações de direitos humanos. Portanto, dentro da ótica gramsciana, o ciberespaço, as redes sociais e a mídia alternativa são locais de propagação de ideias políticas contra-hegemônicas.

Considerações Finais

O uso massivo de informações falsas tem influenciado eleições e a política no mundo todo. No caso brasileiro as chamadas *fakenews* influenciaram significativamente as eleições de 2018 e estão intimamente ligadas com a ascensão da extrema-direita no campo político. Ao se analisar o fenômeno das *fakenews* sob o viés filosófico, sociológico e da ciência política é possível observar que tais tipos de comunicação ocorrem em um ambiente de obtenção do que Gramsci chamou de consenso.

Destaca-se o papel contra-hegemônico das mídias alternativas no combate a tal tática de propaganda neofascista e, todavia, observa-se um conflito no próprio espectro político da direita. Isto porque a extrema-direita desqualifica os meios tradicionais liberais de comunicação, sendo inegável que a estratégia desta corrente político-ideológica é ocupar o espaço das comunicações para ampliar sua influência na política e no campo econômico e, acima de tudo, ampliar o poder de seu capital.

Inevitável constatar que o uso das *fakenews* no ambiente virtual é um novo mecanismo de alienação da classe trabalhadora, ao mesmo tempo que serve para aglomerar adeptos de uma corrente ideológica de perfil fascista no Brasil.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder **Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Diante disso é fundamental que as forças progressistas invistam nas mídias alternativas que possuem finalidade contra-hegemônica de conscientização e reflitam sobre criação de meios para contenção eficaz da propagação das *fakenews*.

As redes sociais são trincheiras em uma guerra contra o capital, contra o fascismo e de defesa dos direitos humanos e da classe trabalhadora.

Referências Bibliográficas:

AVENDAÑO, Tom C. **'Fake News': a guerra informativa que já contamina as eleições no Brasil**. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/09/politica/1518209427_170599.html> Acesso em 20/08/2019. Acesso em 15 de outubro de 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

CHOMSKY, Noam. **Mídia. Propaganda política e manipulação**. Tradução: Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade - A nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. Barueri, SP: Faro editorial, 2018.

GRAMSCI, A. Caderno 6. In: **Cadernos do cárcere**, v. 3. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003

IANONI, Marcus. 2018. **Direita, esquerda e Gramsci na cena histórica**. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/direita-esquerda-e-gramsci-na-cena-historica/>> Acesso em 21 de agosto de 2019.

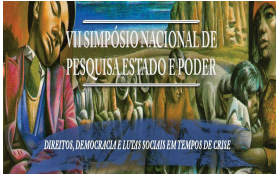
KATZ, Hagai. **Gramsci, hegemonia, e as redes da sociedade civil global**. Disponível em: <http://revista-redes.rediris.es/pdf-vol12/Vol12_2.pdf> Acesso em 15 de outubro de 2019.

LÉVY, P. **A mutação inacabada da esfera pública**. In: LEMOS, A.; LÉVY, P. O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**. tradução de Ana Cristina Arantes Nasser – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MARCHAO, Talita. **Fakenews foi utilizada para influenciar eleição**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/09/23/para-82-fake-news-foi-usada-para-influenciar-eleicao-diz-transparencia.htm>> Acesso em 12 de agosto de 2019.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

ROSA, Ana Beatriz. **Fake news: O impacto das notícias falsas em ano de eleições.**
Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2018/07/20/fake-news-o-impacto-das-noticias-falsas-em-ano-de-eleicoes_a_23486175/> Acesso em 15 de agosto de 2019.



RENDA DA TERRA E INDUSTRIALIZAÇÃO: EFEITOS DO AUMENTO DOS PREÇOS DOS PRODUTOS PRIMÁRIOS DE EXPORTAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO (2003-2014)

**JAILSON JEAN KUSZKOWSKI¹
VICENTE NEVES DA SILVA RIBEIRO²**

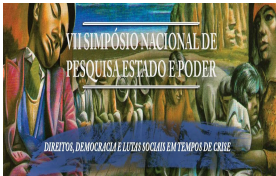
Resumo: O Brasil obteve um crescimento econômico considerável nos anos 2000, em grande parte devido ao aumento expressivo dos preços dos produtos primários no mercado mundial, fenômeno conhecido como *boom* das commodities. Nota-se também que a recessão econômica brasileira de 2014 coincidiu com o fim do *boom*. A vantagem comparativa que o Brasil tem na produção de produtos primários está relacionada à maior produtividade proporcionada por condições naturais. A maior fertilidade do solo brasileiro perante grande parte dos produtores mundiais faz com que as exportações de commodities sejam altamente lucrativas, pois garante uma renda diferencial da terra internacional. Ela se forma a partir da diferença entre os preços no mercado mundial - formados a partir dos custos de produção nos países de terras menos férteis - e os custos de produção brasileiros, relativamente menores. Em períodos de auge dos preços a lucratividade dessas exportações tende a ser ainda maior, o que significa dizer que em países como o Brasil os produtos primários dão um retorno relativamente maior em divisas que os produtos industriais. Apesar da vantagem imediata desse tipo de exportação, vários autores alertam sobre como a entrada excessiva de uma renda da terra internacional e sua circulação no mercado interno podem causar efeitos nocivos à economia, afogando a produção industrial nacional, entendida cada vez mais como essencial para o desenvolvimento econômico. O que nos interessa é saber como o *boom* das commodities se relaciona com o processo de industrialização brasileiro no período de 2003 a 2014, especialmente no que diz respeito à entrada e circulação de uma renda da terra internacional no mercado interno por meio das exportações desses produtos.

Palavras-chave: Renda da terra; Commodities; Industrialização.

No início da década de 2000, ocorreu um aumento expressivo dos preços dos produtos primários no mercado mundial, conhecido como *boom* das commodities. Esse fenômeno contribuiu para o crescimento econômico brasileiro no período e seu fim coincidiu com a recessão econômica nacional de 2014. Na presente pesquisa buscamos analisar os

¹ Acadêmico do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó.

² Doutor; professor adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

efeitos do aumento dos preços de produtos primários no processo de industrialização brasileiro entre 2003 e 2014.

O auge dos preços dos produtos primários teve como principal causa o vigoroso crescimento industrial dos países emergentes asiáticos, especialmente a China, a partir da crescente demanda por matérias-primas. Seus efeitos contribuíram para o aprofundamento da nova divisão internacional do trabalho, onde, de um lado, os países capitalistas centrais aparecem cada vez mais especializados na produção e exportação de produtos altamente industrializados e, do outro, os países periféricos com economias cada vez mais dependentes da produção e exportação de produtos primários.

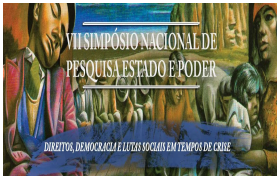
O crescimento econômico sul-americano no período não se destaca por altas taxas de crescimento como ocorre às economias emergentes asiáticas, mas por ser acompanhado de um forte processo de distribuição de renda, mais especificamente, de uma renda da terra internacional, oriunda das exportações de produtos primários (GRINBERG; STAROSTA, 2014). Há ainda de se destacar a dimensão política, em que ocorre uma ascensão quase que conjunta de governos de esquerda e centro-esquerda, a chamada “onda progressista sul-americana”.

Enquanto os países de economias industriais complexas obtêm vantagens comparativas no mercado mundial devido ao desenvolvimento tecnológico e à produção em escala, os países exportadores de commodities garantem seu espaço a partir da maior fertilidade de suas terras. Por meio dessas vantagens eles captam uma renda internacional extraordinária, formada pela diferença entre o custo interno de produção e o preço no mercado mundial, esse constituído a partir dos custos de produção em países de terras menos férteis, custos, portanto relativamente maiores. Trata-se de uma renda da terra internacional.

A renda da terra por definição é uma parcela do preço que excede a soma dos custos de produção e o lucro médio (preço de produção). Desta forma pode ser transferida para outros setores sem afetar a reprodução do setor em questão. Destacam-se entre os mecanismos de distribuição da renda da terra internacional a cobrança de impostos específicos sobre o setor e a sobrevalorização da moeda. Enquanto o primeiro se apropria de uma parcela da renda da terra internacional pela via fiscal, o segundo se apropria pela via cambial.

No caso brasileiro, a maior parte do setor primário-exportador não é onerada com impostos de exportação específicos, sendo inclusive isento de parcela importante dos impostos convencionais. O mecanismo pelo qual a renda da terra internacional é transferida do setor rentístico para os demais é via sobreapreciação cambial. Uma moeda está sobreapreciada quando seu poder de compra no mercado externo é maior do que no mercado interno. Nesse caso, quando o setor exportador troca suas divisas por moeda nacional entrega um poder de compra externo maior do que o recebido no mercado interno. Essa perda representa um mecanismo importante de transferência de capacidade de compra no mercado externo entre o setor exportador e o setor importador.

A parcela do setor exportador que pode suportar essa transferência de riqueza social pela via cambial é justamente o setor exportador de mercadorias portadoras de renda da terra, no qual uma parcela do preço de mercado excede de forma perene o preço de produção. Busca-se compreender como o crescimento da disponibilidade de divisas durante a *boom* das commodities se relacionou com o desenvolvimento industrial brasileiro. A maior



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

disponibilidade de divisas é um traço distintivo desse período. Trata-se da entrada de um maior volume de divisas que, devido à sobreapreciação cambial, são convertidas em moeda nacional a uma taxa relativamente barata. Diversos autores relacionam esse fenômeno ao *boom* das commodities. É também interessante notar como os governos se relacionam com esse ciclo econômico.

De acordo com Grinberg e Starosta (2014), o desenvolvimento da indústria na América Latina ocorreu a partir de mecanismos de transferência e apropriação da renda da terra originada das exportações de produtos primários, principalmente, em períodos de aumento dos preços desses produtos. Essa apropriação garantiu o desenvolvimento industrial na região, mas não a ponto dessas indústrias se consolidarem de forma competitiva no mercado mundial. Sem essa capacidade, a acumulação de capital pela indústria ocorreu através da maximização do mercado interno, por sua vez, limitada à quantidade de renda internacional da terra gerada pelas exportações. A escala de acumulação inferior ao mercado mundial restringiu também o desenvolvimento tecnológico e as políticas de apropriação da renda da terra pelo capital industrial, como a de sobrevalorização cambial, reforçaram essa restrição.

Um estudo inédito realizado por Morceiro (2018) demonstrou que a desindustrialização brasileira é considerada prematura e indesejada, justamente, em setores intensivos em ciência e tecnologia:

A industrialização ocorrida até 1980 foi no sentido de implantar setores ausentes e enraizar localmente a produção de insumos e componentes dos setores instalados. Dessa maneira, o Brasil passou a fabricar produtos e insumos intermediários de praticamente todos os segmentos existentes nos países de industrialização madura, mas não os produzia com a mesma eficiência porque a indústria doméstica era muito protegida, tinha fraco desenvolvimento tecnológico e baixo coeficiente de exportação (MORCEIRO, 2018, p. 6).

O estudo aponta que a partir de 1981 a indústria da transformação, que liderou o crescimento nas décadas anteriores, vem perdendo dinamismo:

Se se considerar a desindustrialização do “Mundo sem China” como desindustrialização devido a fatores que afetam todos os países (como a globalização), a desindustrialização normal brasileira é muito anormal, já que a parcela do VAB da manufatura no PIB do “Mundo sem China”, a preços constantes, teve uma redução de apenas 1% e a do Brasil diminuiu 42%, entre 1980 e 2015. (MORCEIRO, 2018, p. 9).

Dois períodos de desindustrialização intensa são identificados. O primeiro, de 1981 a 1999, se inicia com a crise do endividamento externo, passa pela abertura comercial que removeu a proteção da indústria nacional, e é finalizado com a reestruturação industrial em um período de câmbio sobreapreciado e juros elevados. O segundo inicia-se em 2009 e segue até hoje. Ele começa na crise das hipotecas nos EUA e continua com a instabilidade política



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

e econômica a partir das eleições de 2014, que culminou no impeachment de Dilma Rousseff. Para os desenvolvimentistas, a perda do dinamismo industrial é muito grave, pois a sofisticação tecnológica é, para eles, condição básica para se atingir um alto nível de produtividade.

Paulo Gala (2017) traz um estudo que aponta a existência de uma correlação cada vez maior entre complexidade econômica e desenvolvimento econômico no mercado mundial. O autor acredita que as antigas ideias ricardianas de vantagens comparativas não servem mais para explicar o desenvolvimento econômico contemporâneo e que países excessivamente dependentes das exportações de commodities tendem a se desenvolver menos.

O autor concebe o desenvolvimento econômico da seguinte forma:

Uma maneira simples para se entender o que é desenvolvimento econômico é pensar, então, em termos de sofisticação produtiva [...] São ricos e desenvolvidos aqueles países capazes de produzir e vender no mercado mundial bens complexos e sofisticados. São pobres aqueles apenas capazes de produzir e vender coisas simples e rudimentares. Por isso o desenvolvimento econômico pode também ser entendido como a capacidade de uma sociedade de conhecer e controlar técnicas produtivas, especialmente nos mercados mundiais mais relevantes (de bens transacionáveis) (GALA, 2017, p. 41).

Grande parte das exportações de produtos primários dos países sul-americanos é portadora de renda da terra, isto é, existe um diferencial perene entre seu preço de produção e seu preço no mercado mundial devido a diferenciais de produtividade relacionados a condições naturais de maior fertilidade. Essa renda da terra oriunda das exportações, uma renda da terra internacional, está sujeita a vários mecanismos de distribuição, tanto de ordem fiscal quanto cambial. Trata-se de uma capacidade de compra no mercado externo sem a contrapartida produtiva interna. Dessa forma, é possível que essa parcela do excedente seja deslocada para outros setores sem impedir a reprodução do setor rentístico. O desafio da economia brasileira se coloca, portanto, em fazer com que a renda diferencial da terra internacional, obtida através das exportações de produtos primários, possibilite o desenvolvimento industrial avançado através de mecanismos de transferência de renda.

Grinberg e Starosta (2014) concentram suas análises no desenvolvimento argentino e brasileiro e reconhecem dois tipos distintos de apropriação da renda da terra pelo capital industrial a partir do boom das commodities e da “onda progressista sul-americana”, ambos com suas próprias limitações. Enquanto o setor primário-exportador brasileiro não está sujeito a impostos especiais, a Argentina adota um imposto específico para o setor. Esse imposto existe, justamente, por se reconhecer a particularidade da renda obtida por esse tipo de exportação. Ele tem a função de evitar a sobrevalorização da moeda através da entrada excessiva de divisas a fim de evitar a perda de competitividade no mercado mundial.

O câmbio é um dos fatores mais importantes para o balanço de pagamentos. Para Bresser-Pereira (2010), o processo de desindustrialização da economia brasileira está, justamente, relacionado à sobrevalorização do câmbio, que seria a principal causa da perda



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

de competitividade industrial do país no mercado mundial. Para ele, esse processo só não foi ainda mais radical nos últimos anos por conta da criação de políticas públicas de distribuição de renda, que geraram uma demanda interna capaz de minimizar o impacto negativo sobre a produção industrial, causado pela perda da capacidade exportadora.

O economista acredita que a taxa de câmbio nos países em desenvolvimento quando deixada livre, como defendem os economistas mais ortodoxos, está sujeita a uma tendência cíclica de sobrevalorização. Entre os fatores desse ciclo está a chamada doença holandesa, uma sobreapreciação cambial decorrente da produção e exportação de commodities que inviabiliza a exportação de produtos do setor industrial-manufatureiro. Ela ocorre porque a existência de uma renda diferencial da terra torna as exportações de produtos primários altamente lucrativas, a ponto de ser compatível com uma taxa de câmbio mais sobrevalorizada que a necessária para a produção de bens industriais-manufaturados, ausentes de renda diferencial natural e de vantagens comparativas relacionadas a esforços produtivos, como trabalho barato e tecnologia de ponta.

Bresser-Pereira alerta que em países como o Brasil, onde as vantagens comparativas no mercado mundial se dão por meio da renda diferencial da terra, a taxa de câmbio é determinada pelas commodities, sendo essa a taxa de câmbio de equilíbrio corrente, mais apreciada que a taxa de câmbio de equilíbrio industrial, essa que seria a necessária para a competitividade dos produtos industriais brasileiros no mercado externo.

Para combater a doença holandesa, ele defende que o governo estabeleça uma retenção nas vendas de commodities, que pode se dar através de um imposto sobre exportação, a fim de que a taxa de câmbio de equilíbrio corrente se equivalha à taxa de câmbio de equilíbrio industrial. Assim, a depreciação da moeda garantiria que os produtores de produtos primários mantivessem seus lucros, mesmo com a taxação, e que a indústria voltasse a ser competitiva.

Os possíveis efeitos sobre a indústria manufatureira são: (i) barateamento da importação de insumos e bens de capital contribuindo para um aumento do coeficiente de importação da indústria nacional; (ii) o aumento do coeficiente de importação aproxima a indústria nacional do padrão tecnológico dos países centrais de forma dependente; (iii) o aumento das importações de insumos e bens de capital esgarça o tecido produtivo interno, ao afetar os vínculos produtivos entre as empresas no país; (iv) a sobrevalorização dificulta a exportação da indústria manufatureira; (v) a sobrevalorização torna as importações relativamente mais baratas, o que para os bens finais é contrarrestado com tarifas de importação. A partir da análise dos referidos indicadores Assim, a tendência da indústria brasileira seria estar mais restrita ao mercado interno, menos articulada internamente, mais dependente de importações de insumos e bens de capital.

O objetivo da pesquisa é analisar os efeitos do aumento dos preços dos produtos primários de exportação, ocorrido entre 2003 e 2014, no desenvolvimento industrial brasileiro. Mais especificamente: mensurar a renda da terra internacional associada ao período de auge dos preços dos produtos primários de exportação; analisar os mecanismos de distribuição da renda da terra internacional no período; analisar as relações de dependência, a partir do aprofundamento da divisão internacional; relacionar a ascensão de governos progressistas com o crescimento da renda da terra internacional e seus mecanismos de distribuição; Avaliar os efeitos desse ciclo político e econômico nos países da região.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

A metodologia empregada se dá, em um primeiro momento, na realização de estimativas da renda da terra internacional no Brasil, a partir de: levantamento do perfil de exportações; identificação da exportação de mercadorias portadoras de renda da terra. E, posteriormente, estimativas da renda da terra internacional, por meio de: análise dos mecanismos de distribuição da renda da terra internacional com destaque para a dimensão cambial; estimativas do efeito do auge dos preços dos produtos primários na indústria manufatureira; exportações da indústria manufatureira; participação no PIB da indústria manufatureira; coeficiente de importação da indústria manufatureira.

Em termos teóricos, espera-se avaliar o potencial explicativo da categoria de renda da terra internacional para análise do *boom* das commodities no Brasil. Atualizar as estimativas da renda da terra internacional, bem como verificar seus mecanismos de distribuição. Será verificada a correlação entre a presença da renda da terra internacional e os processos de industrialização.

Referências Bibliográficas:

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Taxa de câmbio, doença holandesa, e industrialização.** Cadernos. FGV Projetos, v. 5, n. 14, p. 68-73, 2010.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico.** São Paulo: Todavia, 2018.

GALA, P. **Complexidade Econômica: Uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

GRINBERG, N. y STAROSTA, G. **"From global capital accumulation to varieties of centre-leftism in South America"**. En: Spronk S. y Webber J. *Crisis and Contradiction: Marxist Perspectives on Latin American in the Global Economy*, Leiden: Brill, 2014.

GRINBERG, N. **"Transformations in the Brazilian and Korean processes of capitalist development: the political economy of late-industrialisation"**, Tese de doutorado, London School of Economics and Political science, 2011.

GRINBERG, N. **"The political economy of Brazilian (latin american) and Korean (east asian) long-term development: moving beyond nation-centred approaches"**. *New Political Economy*, 18 (2), p. 171-197, 2013a.

GRINBERG, N. **"Capital accumulation and ground-rent in Brazil: 1953-2008"**, *International Review of Applied Economics*, 27 (4), pp. 449-471, 2013b

IÑIGO CARRERA, J. **"La renta de la tierra: formas, fuentes y apropiación"**. Imago Mundi, Buenos Aires, 2017.

MORCEIRO, P. C. **A indústria brasileira no limiar do século XXI: uma análise da sua evolução estrutural, comercial e tecnológica.** 198 f. Tese, 2018.

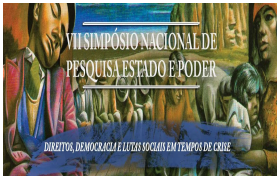


**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

RIBEIRO, V. **Os caminhos de uma nova *siembra petrolera*: distribuição e circulação da renda petrolreira na Venezuela Bolivariana (2003-2012)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da UFF, 2018.

SANTOS, Bruno G. **O ciclo econômico da América Latina dos últimos 12 anos em uma perspectiva de restrição externa**. Revista do BNDES, n. 43, junho, 2015.



UMA LEITURA DO NAZISMO A PARTIR DE UM JOGO NARRATIVO

**JOÃO OTAVIO BORTOLINE¹
DEISE JOANA TOMÉ DA SILVEIRA²**

Resumo: O jogo narrativo sobre o período Nazista na Alemanha desenvolvido pelo PIBID de história da Unioeste tem como principal característica o formato dialógico. Que busca ampliar as relações de interação entre o educador e educando e também entre os próprios educandos. A aplicação do jogo tem como objetivo construir uma relação entre os alunos e o período histórico a partir dos sujeitos daquela época. Cada aluno recebe uma carta personagem, que pode ser coletiva ou individual, e dela os alunos terão uma breve explicação sobre o seu personagem e o que ele está vivenciando naquele momento. Esse formato permite a construção do conhecimento a partir da interação, onde o diálogo desenvolvido pelos alunos em conjunto com o docente realiza uma ponte passado-presente e trabalha as relações de poder entre os personagens apresentados. O jogo é formado por onze personagens e seis eventos. Os eventos narram os acontecimentos de uma forma simples e clara para que os alunos consigam representar e compreender os fatos expostos. A discussão referente ao jogo parte das reflexões sobre as decisões tomadas pelos alunos diante as situações que vivenciaram com o seu personagem, procurando buscar uma ligação com as mentalidades da época a experiência individual de cada aluno.

Palavras-chave: Nazismo; Jogo narrativo; Dialógico.

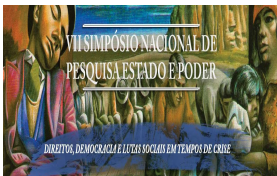
Antes de qualquer coisa, cabe aqui deixar nossa concepção sobre interação e diálogo em sala de aula e a forma como os conteúdos são ministrados. Seguindo a ordem apresentada a cima, acreditamos que a interação entre o professor e o educando seja de estímulo para o aluno, além de servir como orientação. Ou seja, “o educador, na sua relação com o educando, estimula e ativa o interesse do aluno e orienta o seu esforço individual para aprender” (Haydt, 2000). Assim, o incentivo sendo uma das competências e função do professor, se houver essas características, a aprendizagem torna-se mais interessante e o aluno mais motivado a aprender.

Ainda nessa linha, cabe deixar a concepção de Freire e Shor (1985) que se encaixa com as ideias que temos de diálogo e interação,

O diálogo é a confirmação conjunta do professor e dos alunos no ato comum de conhecer e reconhecer o objeto de estudo. Então, em vez de

¹ Graduando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

² Graduanda em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

transferir o conhecimento estaticamente, como se fosse uma posse fixa do professor, o diálogo requer uma aproximação dinâmica na direção do objeto.

Dessa forma, tendo esses comportamentos, a aula deixaria de ser apenas a apresentação e a exposição dos conteúdos, o que a torna cansativa, e se tornaria mais proveitosa. Porém, o professor deve ter domínio dos conteúdos ministrados uma vez que se utilizando o método dialógico abre espaço para que os alunos desenvolvam suas ideias e construam suas críticas.

O projeto do PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência – tem como objetivo o incentivo a formação de educadores da Educação Básica, por meio de bolsas concedidas para estudantes de licenciatura, professores da rede pública e professores da universidade. O projeto tem o intuito de colocar os licenciados mais próximos do cotidiano e realidade de escolas públicas, dando-lhes a oportunidade de juntar a teoria a prática, com a criação metodologias, tecnologias e práticas inovadoras. Além de incentivo para a formação de educadores, o projeto também colabora para melhorar a qualidade de ensino da Educação Básica nas escolas públicas.

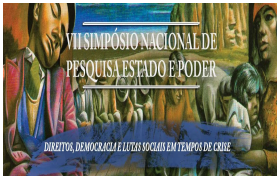
Uma das práticas comuns dentro do programa é o desenvolvimento de jogos. Esses, por sua vez, são entendidos com práticas culturais que pressupõe, e em nossa opinião, implica a interação social. Por tanto,

exploramos essa temática a partir do reconhecimento do potencial presente na apropriação do lúdico em experimentações pedagógicas de construção do conhecimento histórico na escola, justamente pela capacidade de criar vínculos entre os pares (jovens estudantes), dos pares com os mestres (adultos professores) e de ambos com os saberes e fazeres que circulam dentro e fora da sala de aula (MEINERZ, 2013, p. 109).

A criação de jogos não é um trabalho fácil, pois requer muitas pesquisas para poder se ter uma delimitação de tempo e espaço, de conteúdos, atos e eventos que serão apresentados e trabalhados. Cada jogo é pensado para se encaixar com e, também, complementar os conteúdos propostos nos livros didáticos, tendo como finalidade mobilizar, incentivar e impulsionar o conhecimento, sendo indispensável que os jogos tenham elementos de liberdade e diversão.

O andamento, ou melhor, o desenrolar dos jogos parte tanto do domínio de conteúdo por parte dos professores quanto das pesquisas feitas pelos alunos, onde uma mediação do professor é sempre fundamental para o melhor proveito.

Foi através desse programa que o Jogo Narrativo, “A Ascensão do Nazismo”, foi criado. O jogo tem o propósito de abordar o surgimento do Nazismo na Alemanha de maneira dialógica. Partindo da discussão interna do Partido Social Democrata sobre a entrada dos Alemães na Primeira Grande Guerra até a chegada de Hitler ao poder da Alemanha. O estilo dialógico do jogo permite que os alunos ampliem as relações dentro de sala de aula, aumentando o diálogo com os colegas e com o professor, podendo, assim, visualizar de outra perspectiva o momento histórico estudado. O objetivo do jogo é o reconhecimento das



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

características que sustentaram o pensamento Nazista na Alemanha, buscando analisar a sua origem e os motivos pelos quais teve tantos simpatizantes.

A forma narrativa do jogo permite que os alunos possam fazer uma ligação entre presente e passado a partir do personagem interpretado, também, relacionar as formas de difusão de discursos de ódio contra raças, gêneros, etnias, nacionalidades, religiões, orientações sexuais ou outros aspectos passíveis de discriminação. Esse formato permite a construção do conhecimento a partir da interação, onde o diálogo desenvolvido pelos alunos em conjunto com o docente, além de realizar uma ponte entre passado e presente, trabalha as relações de poder entre os personagens apresentados.

Um jogo narrativo é um jogo de interpretação, ou melhor descrevendo, um RPG que “é passível de utilização no Ensino de História e trata-se basicamente de um jogo de interpretação de personagens dentro de regramentos e roteiros pré-estabelecidos entre os jogadores” (MEINERZ, 2013, p. 109). Ou seja, os alunos representaram os acontecimentos descritos nas cartas narrativas em conjunto com as ações descritas nas cartas personagens.

O presente jogo é formado por onze cartas personagens e seis eventos. Os eventos e as cartas personagens narram os acontecimentos e ações de uma forma simples e clara para que os alunos consigam representar e compreender os fatos expostos. Cada aluno recebe uma carta personagem, que pode ser coletiva ou individual, e dela os alunos terão uma breve explicação sobre o seu personagem e o que ele está vivenciando naquele momento.

Dentro do jogo há várias possibilidades de aplicação jogo, permitindo diferentes abordagens metodológicas. Pode ser usado como exercício de avaliação onde se analisa a interpretação do aluno frente ao contexto histórico apresentado na narrativa. Ainda como forma de exercício de fixação, ou seja, para fixar o conteúdo aprendido nas aulas, sendo assim, o jogo exige que os alunos fiquem atentos na narrativa para desenvolver sua performance sobre o conteúdo abordado. E, também, como modo de verificação de conhecimento prévio, ou seja, o jogo é utilizado para introduzir uma atividade ou conteúdo, servindo para mostrar o que os alunos sabem sobre o determinado conteúdo.

Sabendo que a educação/aprendizagem é um processo social lento que envolve não somente a escola, mas, também, a vida cotidiana dos educandos – família, amigos. Sendo assim, a aprendizagem é processada diferente por cada criança e, por tanto, devemos levar em conta esses fatores, tendo paciência e respeitando a vida dos alunos fora de sala. É por conta dessas vivências que em um jogo narrativo, como o presente jogo, tem diversas reações. Pois, assim como diz Carla Beatriz Meinerz (2013), esse jogo, assim como tantos outros, proporciona a liberdade de errar e de arriscar, pois os resultados dos erros nunca vão além do jogo. E é por este motivo que durante a aplicação do jogo, o aluno sinte-se a vontade com seu personagem.

Como no exemplo da aplicação prática do jogo, os alunos receberam suas cartas personagens antes da aplicação do jogo efetivamente. Assim tiveram tempo para realizar pesquisas sobre os personagens interpretados, vendo quais eram as suas características. A uma segunda carta para alguns personagens, esta carta é chamada de Carta Discurso, onde os alunos específicos dos personagens que contém tais cartas (K. Liebknecht, Adolf Hitler), tem direito a um discurso para todos os alunos, essas cartas servem como uma “carta na manga”. Esses discursos são cópias de discursos que foram feitos pelos personagens, trazendo assim uma relação mais próxima com o uso de fontes históricas.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Ao utilizar o determinado documento/fonte, pretende-se dar explicações e contextualizar a temática apresentada, para que os alunos saibam interpretar e descobrir fatos além dos contados. Dito isso, concordamos com a afirmação que diz que

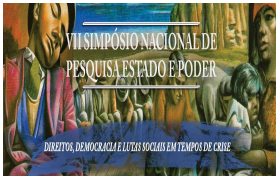
[...] o trabalho com o documento histórico em sala de aula é importante para a desconstrução de determinadas imagens canonizadas a respeito do passado (As fontes..., s.d.).

Durante quase toda a aplicação do jogo o que ficava evidente é que a interação entre os alunos para a realização da atividade é primordial para o desenrolar do jogo. Com o surgimento de dúvidas relacionadas ao próprio contexto ou as próprias regras do jogo, o docente realiza a função de nortear sobre os acontecimentos e os desenrolares do próprio evento histórico. Cada ação que o aluno realizar durante qualquer evento em que ele for participar, é preciso ficar atento as encenações, pois são elas as representações dos pensamentos que os alunos estão manifestando, o fato de que o aluno pode realizar uma decisão a qual implicará no destino do jogo torna a aprendizagem um fator significativo para a experiência dele e do professor. Esta dimensão didática mantém o professor em uma relação horizontal com o aluno, e com isso pode explorar melhor os conhecimentos dos alunos e utilizar destes para relacionar com o conteúdo em si e a forma com que o próprio discente assimila com a sua realidade.

Já o processo de produção do jogo, é sempre voltado para uma problemática que será o norte para todas as dicções levantadas nos eventos. Os recortes temporais dos eventos foram selecionados especificamente de acordo com a temática que o jogo tem intenção de explorar. Propor situações em que os personagens reflitam sobre os preceitos básicos da ideologia nazista. Um discurso que conseguiu unificar pessoas e classe sociais diferentes e de interesses também distintos. E será nos eventos em si e nas suas criações que se focará toda a atenção nesta última parte do artigo.

Na Alemanha de 1914, havia um grande debate sobre apoiar ou não a entrada do país na grande guerra. Dentro do Partido Social Democrata divergiam, ferozmente, os partidários da guerra e a Liga Espartaquista liderada por Rosa Luxemburgo e K. Liebknecht que eram contrários à guerra. Para a Liga, esta era uma guerra que atendia aos interesses das grandes empresas capitalistas que buscavam ampliar seu domínio econômico na Europa e outras regiões da África. Esta não era uma guerra que iria melhorar a vida dos trabalhadores da Alemanha e nem de parte alguma. Mas, nem todos pensavam assim e o debate levou a grandes enfrentamentos

O evento intitulado Entrada da Alemanha na Primeira Guerra Mundial 1914, é o primeiro evento. Nele será apresentado ao aluno a situação que a Alemanha estava passando. Os trabalhadores, os quais são os personagens com maior número de cartas, ficaram ausentes dessa primeira discussão, mas serão deles os focos de quase todos os próximos eventos. Neste evento conte a carta discurso de K. Liebknecht, que é sobre o seu voto dentro da



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

decisão sobre a participação da Alemanha na guerra, por censura do próprio partido a carta foi censurada e liberada alguns anos depois.

Discurso K. Liebknecht:

Meu voto contra o projeto de lei dos Créditos de Guerra do dia hoje se baseia nas seguintes considerações: Esta guerra, não é desejada por nenhum dos povos envolvidos, não foi declarada para favorecer o bem estar do povo alemão e de nenhum outro. É uma guerra imperialista, uma guerra pela repartição de importantes territórios de exploração para capitalistas e financeiros. Do ponto de vista da rivalidade armamentista, é uma guerra provocada conjuntamente pelos partidos alemães e austríacos partidários da guerra, na escuridão do semifeudalismo e da diplomacia secreta, para obter vantagens sobre seus oponentes. Ao mesmo tempo, a guerra é um esforço bonapartista para desorganizar e dividir o crescente movimento da classe trabalhadora. [...] Somente uma paz baseada na solidariedade internacional da classe operaria e sobre a liberdade de todos os povos pode ser uma paz duradoura. Portanto, é o dever dos proletários de todos os países, levar adiante durante a guerra um trabalho socialista em comum a favor da paz.

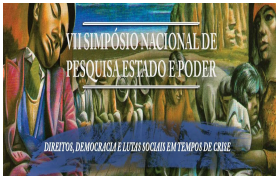
Já o segundo evento foca primordialmente na situação em que Alemanha ficou após o fim da primeira grande guerra, com isso os discursos contra a entrada na guerra foram mais ouvidos, porem sobre eles ecoava um discurso ainda mais deflagrado, sobre os verdadeiros culpados pela perda da primeira guerra. O papel da imprensa nesse quesito foi imprescindível para a ascensão do nazismo na Alemanha.

A Alemanha foi derrotada e mergulhou numa crise econômica e financeira. O sentimento do povo alemão era de derrota e humilhação com o Tratado de Versalhes que impôs ao país o pagamento de altas indenizações aos países vencedores. Em meio ao caos social e econômico a imprensa divulgava discursos de ódio contra judeus, comunistas e liberais democratas, para canalizar a revolta e frustração causada pela derrota. Este discurso foi abraçado pelo povo alemão rapidamente. Inclusive pelos trabalhadores, agora vivendo na miséria causada pelo desemprego e pela devastação econômica resultante da guerra

O Evento 02, Pós-Guerra, contexto de crise 1919, insere o personagem do trabalhador em uma situação em que é preciso saber a que lado escolher e o que realmente a guerra trouxe para a classe trabalhadora. Aqui também fica evidente a discussão sobre os discursos de ódio que foram disseminados por toda a propaganda nazista.

Seguindo em frente o Evento 03: A Criação do Partido NSTA 1920, apresenta pela primeira vez a figura de Adolf Hitler, que neste evento terá sua carta discurso e poderá utilizá-la como peça da sua caixa de vocabulários durante a sua atuação.

Discurso de Adolf Hitler:



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Durante muito tempo, um pequeno grupo na capital do nosso país colheu vantagens de governar, enquanto o povo pagou as custas. A capital floresceu- mas o povo não partilhou dessa riqueza. Os políticos prosperaram – mas os empregos foram-se embora e as fabricas fecharam. O sistema protegeu-se a si próprio, mas não protegeu os cidadãos deste país. As vitórias deles não foram as nossas vitórias, os seus triunfos não foram os nossos triunfos; e enquanto festejar nas famílias espalhadas pelas nossas terras. Tudo isso vai mudar- a começar aqui e agora, porque este momento é vosso momento; pertence a vós. Pertence a todos os que se reuniram aqui hoje e a todos que não estão a ver em todo país.

O Evento 04: Noite das Facas Longas 30/06/1934, foi escolhido devido a sua importância para compreensão do pensamento e das táticas do próprio partido, pois mesmo os próprios oficiais do exército não foram poupados. Mostrando que no momento em que os pensamentos de divergem, até mesmo no mesmo ideal, as diferenças sobreviessem e a eliminação do outro é a primeira medida a ser tomada. Aparece aqui um pouco sobre como os movimentos que Hitler usou até, e para chegar ao poder, mostrando assim um viés distorcido de seu discurso

Na medida em que crescia o prestígio e a popularidade, o agora nomeado chanceler pelo presidente imperial, Adolf Hitler se tornara parte da engrenagem política que tanto criticara. Isto levou a algumas divergências dentro do partido. Seu principal opositor era Ernst Rhom que controlava a AS, um grupo paramilitar de 3 milhões de homens. Rhom acreditava que era preciso fazer uma segunda revolução e redistribuir a riqueza no país. Ele representava uma grande ameaça e foi assassinado juntamente com outras lideranças da AS, os responsáveis por esse massacre foram os soldados da SS tendo apoio de Hitler.

O quinto e último evento: Lei dos plenos poderes, apresenta como Hitler chegou a poder total da Alemanha e mostrou sua verdadeira face a aqueles que o tanto apoiara. Adolf agora punha em jogo sua estratégia inicial, o domínio das terras que haviam sido perdidas no Tratados De Versalhes, e exterminar todos aqueles que para ele eram impuros para que assim a Alemanha se tornasse a maior potência do planeta.

Paul Von Hingdenburg era o presidente imperial e antes de sua morte (1933) aprovou a lei dos plenos poderes que dava a Hitler o direito de autoridade ditatorial. Agora o seu poder estava consolidado, e com isso a elite empresarial que tinha apoiado Adolf queriam suas reivindicações, porém com todo o poder em suas mãos, Hitler do início aos seus planos que visavam recuperar os territórios perdidos do Tratado de Versalhes a transformar a Alemanha na maior potência do planeta. Em pouco tempo todos os veículos de informação são drasticamente limitados e os primeiros a serem caçados e exterminados são os comunistas e judeus, para Hitler a escória da humanidade.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Os personagens foram escolhidos de forma com que a maioria fosse trabalhadores para que os alunos tivessem uma visão sobre a perspectiva dos sujeitos que apoiaram e também foram contra todas as ideias lançadas pelo partido. Sendo assim o jogo trabalhou dentro de uma perspectiva das relações sociais entre os indivíduos que vivenciaram aqueles drásticos momentos.

Após a aplicação do último evento os alunos levantaram questionamentos a respeito de seus personagens e dos demais, as dúvidas vinham geralmente relacionadas aos personagens que eram perseguidos, como foi no caso do Colégio Estadual Erom Domingues. Os alunos ficaram instigados ao descobrir o verdadeiro fim dos seus personagens. O 3º ano teve uma participação importantíssima, antes da aplicação do jogo ser realizada um pequeno ensaio foi feito para que os alunos conseguissem compreender melhor o funcionamento do jogo. Algumas aulas antes do jogo o conteúdo trabalhado em sala era sobre o Nazifascismo, então a aplicação do jogo teve um fim mais de fixação, porém a docente responsável pela turma resolveu atribuir um peso avaliativo, o que ficou de acordo com as capacidades pedagógicas do jogo. A professora avaliou também a partir do respeito entre os colegas, além das ações que cada um deles realizou.

Diante do exposto, o jogo, além de ser muito didático, desperta o interesse dos alunos pela história. Uma atividade que não está nos cronogramas tradicionais propostos pode ser mais significativa na experiência do aluno na vida escolar. O docente também tem uma grande aprendizagem durante todo o percurso do jogo, e para nós, bolsistas do projeto, é de suma importância em nossa formação. A aproximação com a docência ajuda em todos os parâmetros da compreensão do processo de ensino-aprendizagem. Desde o desenvolvimento do jogo, orientações e pesquisas foram fundamentais para a aplicação do jogo, pois era primordial o domínio do conteúdo para ajudar nas instruções dos alunos para que essas sejam claras e objetivas.

O projeto do PIBID tem muito a oferecer a todos seus integrantes. A cooperação é a principal “fonte de energia” para a fabricação dos jogos, todos os participantes ajudaram de alguma forma em todos os trabalhos realizados, mostrando que a individualidade é algo que pode beneficiar ao máximo o sujeito em si, mas como uma estrela que some ao romper da aurora, o conhecimento e a sabedoria do coletivo jamais serão abalados.

Referências bibliográficas:

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro - RJ: Paz e Terra, 1987. 116 f.

HAYDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de diatática geral**: Cap. 3: A interação professor-aluno. São Paulo - Ps: Ática, 2000.

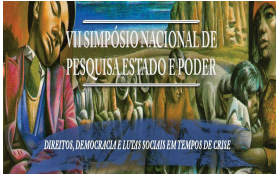
MEINERZ, C. B. Título: Jogar com a História na sala de aula. In: GIACOMONI, Marcello Paniz.; PEREIRA, Nilton Millet (Org.). **Jogos e ensino de História**. Porto alegre. Evangraf, 2013. p. 100 – 117.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

PIBID/HISTÓRIA UNIOESTE. Jogo: **A ascensão do Nazismo**. Marechal Cândido Rondon, 2017.



A PATRULHA IDEOLÓGICA DA BURGUESIA: O MOVIMENTO BRASIL LIVRE EM ATUAÇÃO NO NOVO TRUNCAMENTO DAS ALTERNATIVAS BRASILEIRAS (2013-2015)

JOÃO ELTER BORGES MIRANDA¹

Resumo: A proposta deste estudo consiste na análise do Movimento Brasil Livre (MBL), aparelho privado de hegemonia (APH) defensor dos preceitos liberais. Investigando as transformações no capitalismo e no sistema político brasileiro, perpassando o Golpe de 2016, buscou-se contextualizar o MBL na constelação de APHs que, no debate acadêmico progressista e crítico, tem analisado esse fenômeno entendendo-o como uma “nova direita” no Brasil; buscou-se, ainda, compreender os motivos pelos quais se fazem necessários na atual fase do capitalismo esses movimentos políticos de cunho conservador, dando enfoque no MBL. Assim, à luz do referencial gramsciano, objetivamos situá-lo teórica e historicamente, de modo a compreender o processo histórico de constituição desse aparelho de ação doutrinária, no sentido de compreender as suas estratégias e táticas de atuação, as suas ligações nacionais e transnacionais, os mecanismos de estruturação e articulação desse partido de atuação política e doutrinária no Brasil atual. Buscamos entender os seus aspectos internos, as suas contradições, as disputas e embates entre os intelectuais que compõem esse aparelho privado e as condições de produção e circulação do pensamento de direita e extrema-direita no país. Adotaremos como fonte os documentos históricos presentes no MBL News, sítio eletrônico desse aparelho que reúne a sua produção.

Palavras-chave: Movimento Brasil Livre; Aparelho privado de hegemonia; Ação doutrinária.

No dia 17 de junho de 2013 foi criado por jovens, integrantes do Estudantes Pela Liberdade (EPL), uma página no *Facebook* (*fanpage*) intitulada “MBL – Movimento Brasil Livre”. Menos de vinte horas após a sua criação, a mesma já possuía mil seguidores. No terceiro dia, alcançou dois mil seguidores (Movimento Brasil Livre, 2013). Hoje possui mais de três milhões e é, digamos assim, a “porta da frente” desse aparelho privado de hegemonia²

¹ Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, mestrando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com a orientação do Prof. Dr. Gilberto Calil. É bolsista CAPES e integra o Grupo de Pesquisa História e Poder. E-mail: recapiari636@gmail.com.

² O conceito de Aparelho Privado de Hegemonia foi formulado pelo intelectual sardo Antônio Gramsci e que está relacionado ao seu conceito de Estado Ampliado. Gramsci entende que o Estado não se limita aos seus aparelhos administrativos, como ministérios, congressos, prefeituras. Não se limita a sociedade política, a qual constitui o Estado em sentido restrito. O Estado ampliado é composto também pela sociedade civil, a qual é, por sua vez, constituída pelos aparelhos privados de hegemonia e contra-hegemonia, aparelhos que são o cerne



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

que construiu ao longo desses anos uma rede de atuação em todo o país, com crescente presença em camaradas municipais, estaduais e federal, centros acadêmicos e diretórios centrais nas universidades, além da intensa presença nas redes sociais.

A *fanpage* foi criada em um momento de inflexão nas Jornadas de Junho de 2013. De repente, os atos passaram a ser compostos de forma mais predominante por pessoas de setores conservadores. Isso após o país assistir as suas ruas sendo, por dias consecutivos, ocupadas por milhares de pessoas progressistas – e em alguns momentos e lugares até por milhões –, exigindo de modo difuso ideologicamente e de maneira frágil no âmbito organizativo melhorias em serviços públicos, como saúde, educação e transporte, assim como maior possibilidade de participação direta nas decisões do Estado, com o intuito de furar a democracia blindada (DEMIER, 2017). As manifestações, assim, adquiriram nesse segundo momento um caráter politicamente heterogêneo e policlassista.

Concordando com Demier, isso se deu, dentre outras razões, em função da mudança abrupta na cobertura midiática. No primeiro momento, a cobertura se deu no sentido de criminalização das mobilizações. Como não conseguiram aplacar o avanço das mesmas, mudaram a narrativa apresentando uma plataforma programática. Ao invés de noticiarem as diversas pautas reivindicadas, a grande mídia decidiu apresentar a sua própria, impondo-a incessantemente aos manifestantes. “Proposta de Emenda Constitucional nº 37”, “prisão dos mensaleiros”, “contra a corrupção”, “redução de ministérios”, eram algumas delas apresentadas pela mídia como pautas dos manifestantes, criando um abismo entre a realidade e a cobertura realizada. Com isso, setores mais conservadores da população levantaram do sofá e vieram às ruas para reclamar tal plataforma programática defendida pela grande mídia (DEMIER, 2017).

Conseguimos verificar que, nessa segunda onda de protestos, agora de cunho conservador, os administradores da *fanpage* do MBL convocaram para o dia 26 de junho um protesto em Brasília pela “desestatização da vida do brasileiro: Menos Estado, mais Liberdade”. Segundo os dados do evento, 352 pessoas compareceram (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2013). Neste mesmo dia, o senado aprovou a proposta que tornou a corrupção crime hediondo. Quatro dias antes, a então presidenta, Dilma Rousseff, havia feito um pronunciamento em que defendeu endurecer a legislação para que a corrupção dolosa passasse a ser qualificada como crime hediondo.

No presente trabalho objetivamos traçar alguns elementos do processo histórico de constituição do MBL, apontando a sua relação com o EPL, com informações acerca de alguns dos seus intelectuais mais destacados do MBL, além de trazer alguns elementos da ação doutrinária desse APH, especialmente no período que vai de meados de 2014 até março de 2015. Como se trata de um texto desta brevidade, refletiremos noutra oportunidade com mais detalhes sobre a atuação dos intelectuais do MBL nesse período e nos outros, o processo de articulação destes com outros setores da direita tanto da sociedade civil quanto da política, as suas formas de organização, formas de financiamento, público-alvo, o programa político-ideológico, etc.

da ação/pressão política consciente, dirigidas a certos objetivos. Ver: GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Jabuti não nasce em árvore: Estudantes Pela Liberdade e o Movimento Brasil Livre

Um dos criadores da *fanpage* em 2013 é Herond Max Salles, que foi conselheiro estadual do EPL de 2011 a julho de 2013. Logo após sair desse APH, passa a integrar o Partido Libertários (LIBER), no qual está até o momento. O LIBER é defensor do libertarianismo³. Junto com ele na criação da página estava, dentre outros, Juliano Torres, um dos fundadores do EPL no Brasil, na época o conselheiro-executivo desse APH e membro do Instituto Millenium. Além desses e de outros, estava Fabio Ostermann⁴.

Oficialmente, o MBL afirma que foi criado em novembro de 2014. No entanto, a atividade da *fanpage* desse APH, parte dela apontada acima, evidencia uma série de ações já em 2013. A origem do MBL é, neste sentido, uma colateral do EPL, que recebe financiamento da *Students For Liberty*, a matriz estadunidense, fundada em 2008, com veiculação com uma rede internacional de *think tanks* neoliberais⁵. O EPL é, assim, uma

³ Segundo Casimiro, o libertarianismo interpreta que, dada a “natureza humana” essencialmente individualista, o supressão da liberdade tem como condição básica para ser alçada a supremacia do mercado, sendo necessário, em consequência, o desprezo por tudo aquilo que é público. A ideologia é difundida sobre os mais variados temas políticos, econômicos e sociais. Um dos principais autores do libertarianismo, Walter Block, defende em suas obras – plenamente difundidas por institutos como o Von Mises Brasil – que abomina o “homossexualismo”, a “bestialidade”, a prostituição e esses comportamentos, segundo ele “degenerados”, que em outros tempos “afugentavam os cavalos”, hoje não são proibidos pelo Estado – e que, por isso, o libertário, no uso devido de sua liberdade individual, deve expressar as suas preferências (BLOCK *apud* CASIMIRO, 2018b, p. 29-30). O LIBER foi criado em novembro de 2005, na época uma comunidade no Orkut, “aonde os fundadores começam a discutir seriamente a ideia de criar um partido libertário no Brasil”. Cinco anos depois recebe o estatuto de partido, sendo fundado em Belo Horizonte. Disponível em: <http://libertarios.org.br/site/historia/>. Acesso em 28 de outubro de 2019.

⁴ Fabio Osterman já ocupou o cargo de diretor executivo do Instituto Liberdade, do Instituto Ordem Livre, além de ter sido diretor de formação e conselheiro fiscal do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), *fellow* na *Atlas Network* e curador do 24º Fórum da Liberdade⁴. Atualmente, Ostermann é deputado estadual no Rio Grande Do Sul pelo Novo. É um entre tantos que teve seu *budget* alimentado pelo RenovaBR. O RenovaBR trata-se de um grupo responsável por selecionar e financiar candidaturas políticas. Teve intensa atuação nas eleições de 2018, quando financiou 117 candidaturas, de 22 partidos diferentes, dentre eles PDT, PSL, DEM, NOVO, Rede, Cidadania. Entre os eleitos destacam-se, além de Ostermann, os deputados federais Joênia Wapichana, Marcelo Calero, Tabatal Amaral e Vinicius Poit. Do total de candidatos apoiados foram eleitos 13 pessoas de diferentes Estados do país, do norte ao sul. Disponível em: <https://www.renovabr.org/>. Acesso em 28 de outubro de 2019.

⁵ No ano de 2014, quando o MBL é oficialmente criado, o EPL recebeu R\$ 57.465,72 referente à resgate de aplicação financeira e R\$ 117.628,74 em doações, das quais R\$ 56.872,35 vieram da *Atlas Network* e R\$ 9.000,00 do Instituto Friedrich Naumann. O total de saídas nesse ano é de R\$ 122.305,48. No ano de 2015 foi identificado um total de receitas no valor de R\$ 263.970,43, adquirido através de doações e contribuições, sendo R\$ 7.500,00 doado por William Ling, R\$ 15.000,00 da Suzano Papel e Celulose S.A., R\$ 128.307,81 da *Atlas Network*, R\$ 58.515,85 da *Students For Liberty* INC. O total de despesas nesse ano é de R\$ 261.596,55. Observa-se que, de acordo que o MBL vai avançando em sua atuação no país, o EPL aumenta a sua arrecadação, assim como as suas despesas. Esse crescimento se deve também ao próprio avanço do EPL, assim como dos seus colaterais, sendo o MBL o mais destacado. Mas, não se resume a esse APH, tendo em vista que os dirigentes do EPL, no processo de formação de seus intelectuais, incentivam os mesmos a criarem os seus próprios APHs.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

franquia do *Students For Liberty* (SFL) no Brasil e foi criado aqui em 2012. Juliano Torres, Fabio Ostermann e Anthony Ling⁶ são os fundadores do EPL.

Como as regras da receita dos EUA impedem que as entidades que recebem dinheiro privado desenvolvam atividades políticas, como protestos, os intelectuais viram a necessidade de criar um braço de sua organização, de maneira a permitir a participação de seus integrantes nos processos que marcaram 2013. Decidiram, então, criar uma “marca”, da qual originou-se o MBL (AMARAL, 2019).

Consta no site do EPL que o mesmo surgiu em 2010 como um *blog*, no qual Juliano Torres e Anthony Ling escreviam, sendo o primeiro projeto o “Estudos Pela Liberdade”, no formato de uma revista acadêmica. Na época, faziam parte da organização: o Círculo de Estudos Roberto Campo e Círculo Bastiat, um na UFRGS e outro na Faculdade Pitágoras. Oficialmente, foi apresentado no Fórum da Liberdade de 2012, segundo Casimiro (2018a, p. 394). Ao ser fundado no Brasil, o EPL estabeleceu como missão “desenvolver estudantes ao seu potencial máximo de liderança”, oferecendo treinamento de aperfeiçoamento profissional, desenvolvendo técnicas como as de oratória e comunicação profissional, na defesa do libertarianismo. Treinam os seus intelectuais na criação e gestão de *think tanks*, na criação de narrativas e retórica, na criação de conteúdo, tradução de artigos, produção de vídeos, dentre outras habilidades. Oferecem aos seus intelectuais treinamento na *Atlas Network* nos EUA, treinamentos da Fundação Naumann na Alemanha e França, participação na Conferência Internacional do SFL em Washington, curso de liderança na Universidade Georgetown, dentre outros (EPL, 2018). “O objetivo inicial era levar uma discussão diferenciada às universidades e falar de liberdades individuais e do livre mercado”, contrapondo-se ao ensino no Brasil, que “é direcionado para ideias socialistas e populistas” conta Débora Gois Torres, diretora de captações e operações do EPL (EPL, 2018).

Concordando com Casimiro, as importantes vinculações internas e externas dos intelectuais que compõe o EPL evidencia que esse APH “tem suas raízes lançadas em tradicionais aparelhos privados de hegemonia de caráter doutrinário, como é o caso do Instituto Liberal, do Instituto de Estudos Empresariais, o Instituto Liberdade e o Instituto Millenium” (CASIMIRO, 2018a, p. 395).

Segundo Casimiro, o EPL busca de forma deliberada disputar e ampliar nos meios acadêmicos a inserção do pensamento da direita liberal, através da participação e controle de centros acadêmicos, organização de eventos, grupos de estudo, elaboração e distribuição de materiais panfletários e didáticos, dentre outros meios de ação tática. Trata-se de uma organização com vinculação transnacional com APHs internacionais, como a *Atlas Network*, além da *Students for Liberty* já mencionado, além de ligações com APHs nacionais, como o Instituto Millenium. Partem do pressuposto de que a academia foi tomada pelo marxismo e as ideologias de esquerda, sendo necessário, diante disso, buscar disputar este espaço

⁶ Anthony Ling é filho de Winston Ling, empresário brasileiro que, junto com o irmão, William Ling, participaram da fundação do Instituto de Estudos Empresariais (IEE) em 1984, que, composto por empresários, organiza o Fórum da Liberdade, evento anual responsável por lançar e premiar os novos APHs que surgem todo ano, além de realizar debates, congressos, feiras e criar pontes de financiamento nacional e transnacional para os APHs. Os irmãos Ling possuem ainda o Instituto Ling, em Porto Alegre. Fundaram também o Instituto Liberdade no Rio Grande do Sul. Anthony Ling também compõe o Libertários. Winston Ling foi responsável por apresentar Paulo Guedes a Jair Bolsonaro no período pré-eleitoral.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

(CASIMIRO, 2018b, pp. 31-32). “Além da estrutura financeira e treinamento, a capilaridade do EPL, com sua rede de coordenações regionais, estaduais e locais funciona como um importante mecanismo de recrutamento para o Movimento Brasil Livre” (CASIMIRO, 2018b, p. 33).

O MBL foi, assim, gestado no interior do EPL, configurando-se como um braço de atuação nas manifestações, podendo fazer uso da estrutura organizacional e financeira disponível ao EPL (CASIMIRO, 2018a, p. 404), o qual, por sua vez, recebe financiamento de organizações nacionais e transnacionais⁷.

Após as Jornadas de Junho, o “projeto MBL” foi deixado de lado, segundo relato de Juliano Torres à Agência Pública (AMARAL, 2015). À procura de alguém para movimentar a sigla, Torres encontrou Kim Kataguirí⁸ e Renan Santos⁹, os quais integraram-se ao movimento em meados de 2014 e são atualmente coordenadores nacionais, fazendo parte dos seus quadros mais destacados.

O MBL e sua ação doutrinária (2014-2015)

⁷ Além de receber financiamento externo, o MBL adota formas de financiamento próprias, dentre elas através de campanhas de *crowdfunding* (vaquinha *online*). Uma delas foi realizada em 2015, a partir de março, finalizada em abril, com o intuito de financiar a “marcha pela liberdade” que fizeram a pé de São Paulo até a capital federal. O objetivo era chamar a atenção de Eduardo Cunha para o projeto de impeachment de Dilma Rousseff. Na época Cunha ainda não havia apoiado a derrubada da então presidenta. O objetivo da campanha era arrecadar R\$ 20.000,00. Mas, conseguiram R\$ 59.293,27. Ao chegarem em Brasília, conseguiram um encontro com Cunha, no qual foi realizada a famosa foto em que estão presentes os dirigentes do MBL, como Kim Kataguirí, com Cunha, assessores e outros deputados do baixo clero. Na ocasião, foi entregue o projeto de impeachment feito pelo MBL. Além disso, foram exigidos o fim da fraude orçamentária, redução do número de ministérios, CPI do programa Mais Médicos, CPI do BNDES, ajuste fiscal sem aumento de impostos, repúdio ao Foro de São Paulo, concessão de asilo político a Leopoldo López, fim das verbas de publicidade estatal, aprovação do programa Escola Sem Partido. Disponível em: <https://www.kickante.com.br/campanhas/marcha-pela-liberdade-mbl>. Acesso em 29 de outubro de 2019. Além das campanhas, possuem uma loja virtual, com venda de camisetas, canecas, etc, com dizeres de direita. E também ferramentas de contribuição mensal. Neste caso, existem cinco tipos de modalidades: Agente da CIA é R\$ 30,00/mês; Irmãos Koch R\$ 100/mês; Mão Invisível R\$ 250/mês; Exterminador de Pelegos R\$ 500/mês; Rolo Compressor R\$ 1000/mês. Os planos oferecem, em geral, descontos na loja do MBL, participação em evento, kits anuais de produtos, jantar com líderes, ingresso para os Congressos do MBL, além de pimbas (pimba é um comentário que o sujeito faz nas *lives* no canal do *youtube* da organização que precisam ser obrigatoriamente lidos e respondidos por quem está fazendo a *live*. O MBL faz em média uma *live* por dia).

⁸ Neto de imigrantes japoneses, Kataguirí foi eleito em 2015 pela TIME como um dos jovens mais influentes do mundo naquele ano. Em 2018, foi eleito deputado federal pelo DEM, sendo o quarto deputado mais votado no país. Compõe o quadro de intelectuais treinados e ligados ao EPL.

⁹ Renan Santos foi filiado ao PSDB de 2010 a 2015 e possui registrado, conjuntamente com o irmão e seus pais, uma série de empresas, somando um capital de R\$ 5 milhões de reais. As empresas são de diferentes áreas, como turismo, engenharia, logística, construção de lâmpadas, estamparias, dentre outras. Tudo o que é arrecadado para o MBL vai direto para o CNPJ registrado no nome de Renan, empresa intitulada “Movimento Renovação Liberal”, criada em março de 2015, sobre a qual consta como atividade econômica primária a realização de “serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas. A sede dessa “empresa” está localizada em na capital paulista e é usada como sede pelo MBL. Renan sofre mais de 60 processos com cobrança que atinge o valor de R\$ 4,9 milhões.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Edmundo Dias, a partir de Gramsci, aponta que a possibilidade de uma classe (subalterna ou dominante) de constituir a sua hegemonia decorre de sua capacidade de construir uma visão de mundo, uma nova *civiltà*, uma nova civilização. Esse processo é a “síntese de múltiplas determinações”, e não um *a priori* efeito da estrutura. A organização (ou organizações) dessa classe deve ser o porta-voz para o desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular na realização dessa reforma intelectual e moral que deve, necessariamente, estar ligada a um programa de reforma econômica (DIAS, 1996, p. 10). Enquanto representante de uma vontade coletiva, a organização de classe deve construir uma nova visão do mundo, qual se coloque no lugar da anterior como novo horizonte. Para tanto, deve organizar e mobilizar as vontades, dando-lhes homogeneidade e sentido. Isso passa necessariamente pelo conhecimento da estrutura, através de uma análise que leve a compreensão correta das práticas classistas estruturais no interior de uma conjuntura, distinguindo na estrutura os movimentos orgânicos e os estruturais. Atuar na sociedade implica, assim, fazer constantemente a avaliação desses movimentos em sua totalidade, identificando como se combinam os elementos orgânicos e os conjunturais (DIAS, 1996, p. 11-12).

O MBL realiza essa atuação doutrinária, no sentido de defender uma determinada visão de mundo, de caráter neoliberal. Entraremos em detalhes quanto ao seu conteúdo ideológico e programática noutra oportunidade. Aqui gostaríamos de destacar as principais plataformas de difusão de ideias adotadas por esse APH. De acordo com a captação do *internet machine*, o *mbl.org* foi criado em dezembro de 2015, possuindo intensa atividade nos anos seguintes. Era o principal site do MBL até a criação de outro sítio, o “MBL News”. Percebemos que os integrantes do MBL veem eliminando o conteúdo naquele sítio, focando a sua atuação doutrinária no “MBL News”, na qual publicam diariamente artigos no formato de matérias sobre temas nacionais e específicos de Estados, *blogs*, colunas e editoriais. A primeira atividade captada data de maio de 2018.

O MBL possui ainda espaços em, dentre outras plataformas, no *Youtube*, *Twitter*, *Facebook*¹⁰, *Gab Social*, além de difundir sites de notícias, muitos dos quais propagadores de *fake news*.

Sobre a *Gab Social* gostaríamos de nos atentar um pouco mais. É considerada como uma rede social de direita. A plataforma é muito semelhante ao *Twitter*, com possibilidade de compartilhamento de *posts* de até 300 caracteres, além de fotos, vídeos e links para sites.

¹⁰ Na *fanpage* é muito presente postagens através da linguagem popularmente conhecida como “*memes*”. Além disso, todo material criado pelos protagonistas do MBL, como os artigos publicados no MBL News, os vídeos hospedados no canal do *Youtube* e de canais dos intelectuais mais “proeminentes”, como o de Arthur Mamãe Falei, são compartilhados nesta rede social cotidianamente. Por meio disso, o APH busca expandir a teia de contatos com suas ideias, estabelecendo no sítio um espaço de comunicação, partilha, interação de ideias e assuntos, além da promoção de encontro entre os integrantes do movimento e os possíveis novos recrutados, como em congressos nacionais e estaduais. No *Youtube* o MBL publica todos os dias vídeos ao vivo, sempre às 19h, além de *vlogs* publicados toda semana, nos quais trazem análises, a partir da perspectiva do movimento, dos últimos acontecimentos no país, no âmbito da grande e pequena política. Trazem também vídeos de comentaristas sobre temas dos mais variados, dentre eles refletem e elogiam a atuação do movimento Escola Sem Partido, criticam o Olavo de Carvalho e em vários pontos o governo Bolsonaro, sobre as contrarreformas aprovadas pelo governo Temer e as que entendem que precisam ser aprovadas, trazem constantemente também ataques diretos à esquerda como um todo e/ou contra integrantes dela.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

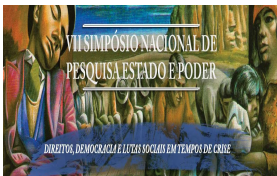
A justificava para a sua criação é, segundo Andrew Torba, o fundador, o fato de vários usuários serem banidos noutras redes sociais, como o *Twitter*. No Brasil, uma série de *posts* apontavam que migraram para a *Gab* porque supostamente o *Twitter* é de esquerda. Aqui também muitos dos usuários da *Gab* foram banidos no *Twitter*.

Na *Gab* os internautas compartilham livremente *posts* machistas, racistas, homofóbicos. Definem como “uma rede social que defende a liberdade de expressão, as liberdades individuais, e o fluxo livre de informações”. Foi criada no Brasil em agosto de 2018 e cresceu exponencialmente, em grande medida por conta da publicização realizada por uma série de APHs, dentre eles o MBL, Movimento Brasil Conservador (MBL), Conexão Política, Renova Política e Terça Livre. Todas apoiadoras, em vários graus, ao então candidato à presidência Jair Bolsonaro. Às vésperas das eleições, os brasileiros se tornaram a segunda maior nacionalidade na *Gab*, perdendo para os EUA, aonde a plataforma foi criada em 2016, também às vésperas de um pleito – o de 2016 que elegeu Donald Trump à Casa Branca. Nos EUA a plataforma é ocupada principalmente por supremacistas brancos e por pessoas da chamada *alt-right* (direita alternativa), uma corrente extremada da extrema-direita estadunidense. Políticos da direita brasileira, como Flavio Bolsonaro e Jair Bolsonaro, possuem perfis na *Gab*.

Na *Gab* facilmente se encontra *posts* com xingamentos como os seguintes: “Gente, eu sou novo aqui. Posso desejar morte aos comunistas e chamar os viados de bichas?”, comentou Wellington Nunes em uma postagem no grupo “Brasil no Gab”. O usuário Elton afirmou que quer xingar “aquela pau no cu da gleisi aí da vontade de surra esses verme”. O MBL, além de promover a *Gab* no *twitter* e criar uma conta na plataforma para o movimento¹¹ e seus principais intelectuais orgânicos, não deixa também de promover perfis de propagadores de ódio, seguindo por exemplo a usuária Mirian de Oliveira, que afirmou que “bandido bom é bandido morto!” e que “a mortalidade de policiais militares deveria ser de 0%, e a de bandidos de 100%!” (OLIVEIRA, 2018). “Justiceiro Sujo”, um dos perfis seguidos pelo MBL, afirma em um dos seus *posts* que “é a nova era” e questiona: “está com medo petista safada?” (JUSTICEIRO SUJO, 2018). Evaristo Neto, também seguido pelo MBL, em um de seus *posts* afirma: “gordinha vagabunda tá lá com velho por dinheiro mas não para de me stalkear” (NETO, 2016).

O papel desempenhado pelos intelectuais do MBL em manifestações, na grande mídia, nas redes sociais, nas câmaras e nas universidades, estabelece um conjunto de ações importantes, promovendo debates com alcances nacionais e mundiais, acarretando impactos práticos e materiais para o país e o mundo. Para criar uma célula do MBL em uma determinada cidade ou região é exigido o número mínimo de cinco pessoas. Infelizmente, não conseguimos até o momento mapear exatamente a dimensão do MBL no Brasil, no sentido de descobrir quantas pessoas integram esse APH, em quais cidades possuem células, quais parlamentares o integram, quantos candidatos tiveram nas últimas eleições. Descobrimos que havia até o ano passado um espaço num dos sites do MBL (mbl.org) que trazia um panorama dos intelectuais que o compõem, mas praticamente todo o site foi

¹¹ O MBL possui cerca de 7,6 mil seguidores na *Gab*, segue 30 e realizou 56 postagens na plataforma, nas quais divulga as suas produções nos canais do *youtube*, ataques à esquerda, divulga as atuações dos seus candidatos, como Kim Kataguiri e Fernando Holiday.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

retirado do ar, restando apenas algumas poucas informações. Essa é uma das grandes dificuldades de se lidar com fontes digitais. A qualquer momento podem ser apagadas. Por isso, realizamos o download de tudo o que encontramos no instante em que encontramos, possuindo já um arquivo que ultrapassa os 100 GB.

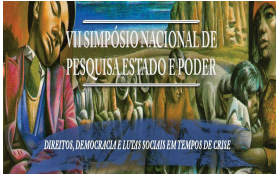
Até aonde pesquisamos, a primeira manifestação convocada pelo MBL em 2014 data de 1º de novembro, seis dias após a reeleição da presidenta Dilma Rousseff. A manifestação ocorreu em São Paulo. De acordo com o MBL, as pautas eram as seguintes: contra a censura da imprensa, investigação do “petrolão”, fim da impunidade, contra o aparelhamento do Estado. Renan Santos chegou a afirmar que não se tratava de um ato em defesa da intervenção militar, mas muitos dos manifestantes concordavam que esse seria o caminho a ser adotado.

A manifestação começou na avenida Paulista, em frente ao MASP e foi convocada por um evento no *Facebook*. Segundo dados da Polícia Militar (PM), participaram do ato 2.500 pessoas. À frente do ato estava, dentre outros, Renan Santos, Alexandre Santos (irmão de Renan) e Paulo Martins, o qual nas eleições de 2014 foi candidato pelo Partido Social Cristão (PSC) no Paraná, mas não conseguiu. Venceu o pleito nas eleições de 2018. Teve a participação de Lobão, que defendeu a recontagem dos votos. E de Eduardo Bolsonaro, que foi apresentado ao microfone como “alguém de uma família que vem lutando muito pelo Brasil”. Em sua fala, o filho de Jair Bolsonaro afirmou que o pai será candidato às eleições em 2018 e que se tivesse sido em 2014 teria “fuzilado” a presidenta.

Logo em seguida ao ato, convocaram outras duas manifestações. Uma para o dia 15 de novembro e outra para o dia 6 de dezembro. Segundo a PM, na primeira havia no ato cerca de 10 mil pessoas. O ato para o dia 6 de dezembro foi para todo o país, convocado conjuntamente com Vem Pra Rua, Tv Revolta, dentre outros (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2014). Contou com a chamada do então deputado Ronaldo Caiado, Romeu Tuma, Pedro Simon (senador), Mara Gabrilli (Deputada Federal, Espiridião Amin, Aécio Neves, Danilo Gentili, Aloysio Nunes, Paulinho da Força, Agripino Maia, Paulo Ricardo (RPM), dentre outros. Ocorreram manifestações em Alagoas, Porto Alegre, Curitiba, Brasília, Niterói, Belo Horizonte, Maceió, Goiânia, São Paulo e Florianópolis. No dia primeiro de dezembro tiveram contato com Aécio Neves, que prometeu ler na bancada a chamada para o ato. Em São Paulo o ato alcançou 5 mil pessoas. Na ocasião José Serra fez um discurso afirmando que “a democracia não é só eleição. Democracia é um sistema de valores e esses valores estão sendo pisoteados pelo PT”.

No dia do ato Aécio Neves veio à público e anunciou sua “descrença quanto à confiabilidade da apuração dos votos e à infabilidade da urna eletrônica”. Carlos Sampaio (PSDB-SP), então deputado, através de petição ao Tribunal Superior Eleitoral, cobrou a abertura de um processo para verificar os sistemas de votação. A reprovação a Dilma no período cresceu em quatro pontos percentuais. Tinha o menor índice de otimismo na taxa de expectativa desde a reeleição de FHC.

Para a posse de Dilma, o MBL preparou um avião que sobrevoou as praias do Rio de Janeiro com uma faixa com a seguinte inscrição: “Petrolão – Ela Sabia”. Em Maceió, estenderam uma faixa com a frase: “Dilma de novo. Funeral do Povo. #4anosdeluto #PTrolão”. Em São Paulo, fizeram uma performance com um carro clássico conversível, imitando de forma caricata a posse de Dilma. Nas redes sociais, promoveram a divulgação



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

de uma série de *memes*, alguns dos quais criticando a roupa da presidenta, chamando-a, por exemplo, de “bujão de gás”.

No início de 2015, o advogado de Fernando Henrique Cardoso, José de Oliveira Costa, encomendou ao jurista Ives Gandra parecer de impeachment de Dilma, com o intuito de verificar se havia fundamentos para tal. O parecer concluiu que havia elementos para que fosse aberto o processo de impeachment por improbidade administrativa “não decorrente de dolo [intenção], mas de culpa [omissão, imperícia, negligência e imprudência]”. FHC nega ter sido ele a solicitar o parecer, mas não deixou de afirmar antes que “o governo Dilma é legal, mas não legítimo” (CARDOSO, 2014). Com a justificativa desse documento, o MBL convocou em fevereiro um grande ato nacional em defesa do impeachment, para o dia 15 de março (KATAGUIRI, 2015b).

A convocação para esse ato foi incessante nas redes sociais, principalmente via redes sociais. Em São Paulo, a PM estima que havia na manifestação 1 milhão de pessoas. E mais cerca de 1 milhão pelo restante do país. Estima-se que 2,2 milhões de pessoas ao todo tenham comparecido nos atos. Os estados com maior adesão foram São Paulo, Rio Grande Do Sul (197 mil), Santa Catarina (177 mil), Paraná (111 mil), Rio de Janeiro (106 mil). A convocação se deu conjuntamente com Vem Pra Rua, Tv Revolta, O Antagonista, Revoltados Online, Acorda Brasil, Avança Brasil, Juntos Pelo Brasil, Movimento Parlamentar Pró-impeachment, dentre outros. O Datafolha registrou que em São Paulo na verdade havia 210 mil pessoas, número que garantiu ao ato o título de maior manifestação desde as Diretas Já. Segundo o instituto de pesquisa, 76% dos manifestantes tinham ensino superior completo; 47% citaram a corrupção como motivação para irem à avenida Paulista, enquanto 27% citaram o impeachment (SILVA, 2015).

O MBL instigou no período o povo a continuarem indo para as ruas para “forçar a oposição a fazer seu trabalho”, abandonando assim a “posição frouxa” em relação ao impeachment (SILVA, 2015). Ao longo do ano buscará e conseguirá uma aproximação com Eduardo Cunha, logo após as manifestações de março. Kim Kataguirí declarou na época que um diálogo com o PMDB poderia ser muito frutífero, pois o “PMDB não tem uma ideologia firme, depende muito de votos e atua de acordo com interesses políticos. Ontem demonstramos que as ruas têm foco e fizemos a maior manifestação da história do Brasil” (KATAGUIRI, 2015a).

Considerações finais

O MBL continuará atuando de forma intensa a partir de março de 2015, mesmo quando as manifestações passam a ficar esvaziadas. Os breves apontamentos evidenciam que o MBL se trata de um APH com grandes dimensões, com capilaridade para recrutar e treinar quadros em várias regiões do país, elaborar e distribuir materiais panfletários e didáticos. A medida que o movimento ganha visibilidade midiática, passou a ampliar a sua capacidade de mobilização, estabelecendo ligações com diferentes setores, desde políticos do baixo clero, APHs defensores da ideologia de mercado, até empresários da burguesia nativa e internacional.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Usualmente, a expressão “patrulha ideológica” é adotada para se referir a frações da esquerda que criticam outras esquerdas, como no debate histórico entre leninistas e trotskistas. Contudo, os breves apontamentos a respeito do MBL no presente trabalho talvez evidenciam que podemos adotá-la para nos referirmos a esse APH, pois este está voltado ao policiamento constante do Estado e dos governantes, em defesa das ideias dominantes sendo, assim, uma espécie de “patrulha ideológica da burguesia”. Por isso, ainda que defendam o atual governo Bolsonaro, e ainda que tenham apoiado a queda de Dilma em defesa de um futuro governo Temer, não deixaram de fazer críticas a este governo, assim como não deixam de fazer em relação ao atual. Fazem isso porque são, acima de tudo, defensores caninos do grande capital. Atuam enquanto grupo de pressão diretamente sobre as diversas escalas do Estado, de modo a assegurarem que, para os governantes, os interesses do capital estejam sempre em primeiro lugar. Progressivamente, isso processa uma espécie de reprivatização não oficial, de forma a assegurar e ocultar a dominação, para que os dominados não só se mantenham nessa condição, como também não se rebelam contra.

Referências bibliográficas:

AMARAL, M. A nova roupa da direita. **Agência Pública**. Disponível em: <http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita>. Acesso em 28 de outubro de 2019.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018a.

_____. Dominação burguesa e os aparelhos de doutrinação da Nova Direita no Brasil contemporâneo. **Revista História e Luta de Classes**. Ano 14, nº 26, p. 24-34, 2018b.

DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DIAS, E. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: DIAS, E. et al. **O outro Gramsci**. São Paulo, Xamã, 1996.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FONTES

CARDOSO, Fernando Henrique. Vitória amarga. **Estadão**. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,vitoria-amarga-imp-,1603360>. Acesso em 29 de outubro de 2019.

EPL. **Sobre**. 20 de janeiro de 2018. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20180120102332/http://www.epl.org.br/sobre>. Acesso em 26/05/2020.



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

JUSTICEIRO SUJO. **Está com medo petista safada?** 12 de outubro de 2018. *Gab*: JusticeiroSujo. Disponível em: <https://gab.com/JusticeiroSujo>. Acesso em 29 de outubro de 2019.

KATAGUIRI, Kim. Grupos anti-Dilma agora buscam “padrinhos” para o impeachment. Entrevista concedida a: María Martín. **El País**, 2015a. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/16/opinion/1426534645_626750.html. Acesso em 29 de outubro de 2019.

_____. **Marcha Pela Liberdade – MBL**. São Paulo: Kickante, 2015b. Disponível: <https://www.kickante.com.br/campanhas/marcha-pela-liberdade-mbl>. Acesso em 29 de outubro de 2019.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Menos de 20h após a sua criação, a página do Movimento Brasil Livre já conta com mais de 1.000 apoiadores**. 18 de junho de 2013. *Facebook*: mblivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/204309729693178>. Acesso em: 26 de maio de 2020.

_____. **Manifestação pela desestatização da Vida do Brasileiro: Menos estado, Mais Liberdade!** 26 de junho de 2013. *Facebook*: mblivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/527324857323137>. Acesso em: 26 de maio de 2020.

_____. **Amigos, dia 06/12 estaremos em todas as capitais fazendo a diferença em prol da democracia**. 21 de novembro de 2014. *Facebook*: mblivre. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=274856865971797>. Acesso em: 26 de maio de 2020.

NETO, Evaristo. **Gordinha vagabunda tá lá com velho por dinheiro mas não para de me stalkear**. 19 de set. de 2016. *Gab*: evaristo. <https://gab.com/evaristo/posts/2272300400394923>. Acesso em 29 de outubro de 2019.

OLIVEIRA, Mirian. **Bandido bom é bandido morto**. 12 de julho de 2018. *Gab*: mirian_liber. Disponível em: https://gab.com/mirian_liber. Acesso em 29 de outubro de 2019.

SILVA, Fernando. Oposição precisa “fazer seu trabalho” contra Dilma, diz líder de protestos. **Folha de S. Paulo**, 2015. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2015/03/16/2//5984056>.



O SAIR COMO POSSIBILIDADE: A EXPERIÊNCIA DE SUJEITOS PARA ALÉM DO REASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO DE ASSIS (1998-2019)

KAROLINE GONÇALVES¹

Resumo: A proposta em questão visa discutir as alternativas visualizadas por sujeitos que, em algum momento, moraram no Reassentamento São Francisco de Assis, entre os anos de 1998 e 2019. A tentativa é analisar motivações que os levaram a decidir pela saída de tal localidade, traçando outras estratégias para alcançar seus objetivos. Estariam eles ligados à melhora de condições de vida? Relações familiares? Compra de uma propriedade maior? Quais pressões, sonhos e propósitos que permeiam as experiências desses sujeitos? Ao longo da discussão, pretendo analisar o que esses sujeitos – em sua maioria pequenos proprietários ou trabalhadores assalariados – visualizaram como possibilidade ao sair do Reassentamento, quais foram as motivações que os levaram a tal decisão e, principalmente, quais foram as estratégias usadas por eles após a saída do Reassentamento e chegada a um novo local, tendo que, mais uma vez, reiniciar suas relações de moradia, trabalho e renda, sendo que alguns viram como uma possibilidade viável a própria saída do campo e ida para a cidade. Para tanto, utilizo como fontes entrevistas realizadas com sujeitos que passaram por essa experiência, documentos do Colégio Estadual do Campo do Reassentamento São Francisco – como as atas de transferências e as listas de chamada –, afim de perceber a movimentação de sujeitos nesta localidade e o modo como suas idas e vindas permitem acessar os limites e tensões, juntamente com as possibilidades e alternativas experimentadas por eles, analisando a maneira com a qual eles lidam e resistem diante de tais elementos. Busco, ademais, por meio da noção de memória, perceber como os mesmos narram e avaliam suas próprias trajetórias nesse processo.

Palavras-chave: Experiência; campos de possibilidades; Reassentamento São Francisco de Assis.

Para falar sobre experiências de sujeitos que compõem as relações sociais do Reassentamento São Francisco de Assis, acredito ser limitado pensarmos apenas naqueles que vieram para este local em função da desapropriação para a construção da Usina de Salto Caxias.² Para dar um passo além na interpretação da diversidade de dinâmicas sociais que

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Unioeste.

² Recorte delimitado em outros trabalhos acadêmicos que têm o Reassentamento São Francisco de Assis como objeto de análise, tal como nas dissertações de Pagliarini Júnior (2009), *Memórias de luta, lutas pela memória: o Reassentamento São Francisco de Assis* e de Siliprandi (2009), *Modos de Vida: organização social e práticas políticas dos agricultores do Reassentamento São Francisco de Assis*.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

perpassam o Reassentamento, creio ser interessante também dialogar com aqueles que ali chegaram por condições que não estão relacionadas, ao menos diretamente, com o processo de desapropriação.

Indo ainda mais a fundo, e assim inserindo mais precisamente o objeto de análise desta tentativa de escrita em questão, pretendo juntar a este esforço de análise as experiências daqueles sujeitos que decidiram pela saída do Reassentamento São Francisco de Assis, em algum momento entre os anos de 1997 até 2019, sendo este recorte temporal desta pesquisa. Quais as motivações que os levam a buscar outras alternativas para além do Reassentamento? Essa saída é, de alguma maneira, tensionada pela rede de sociabilidade que os cercam? Como no momento da entrevista avaliam a decisão de saída, frente ao que vivem no presente? E mais, como percebem a experiência de morar no Reassentamento, diante da relação passado/presente?

Quando se trata de uma experiência de Reassentamento, ou mesmo de Assentamento de famílias em um pedaço de terra, processos estes nos quais se constrói todo um enredo de resistência e luta pelo alcance de uma propriedade familiar, falar da saída de sujeitos que passaram por esta dinâmica é algo um tanto complexo, talvez até polêmico. Parece que abordar esta questão é visto como um enfraquecimento das conquistas de um arcabouço mais amplo de pessoas, de um coletivo.

Diante disso, normalmente a análise acerca dessa realidade se limita ao apontamento de que as vendas de lote são casos esporádicos dentro de um número amplo de pessoas que resistem em suas terras conquistadas diante de todas as dificuldades encontradas, pois estas últimas valorizariam toda uma luta coletiva, enquanto aqueles que decidem pela venda ou troca do lote não possui o mesmo compromisso com o coletivo, motivado pelo individualismo.

Podemos perceber nuances dessa polêmica na tese de Silvério (SILVÉRIO, 2012), na qual a autora discute estratégias criadas por moradores de dois assentamentos em Minas Gerais e discute, em determinado o momento, a preocupação de alguns desses sujeitos em relação à venda de lotes. Um de seus entrevistados ao ser questionado a respeito de suas preocupações, responde à autora:

Jonas: A preocupação? Olha, até que preocupação eu num vejo muita, a preocupação que eu tenho é *sobre aquela questão de venda de lote*, porque tem certos companheiros que a gente tem aqui hoje, a gente vê assim: será que esse companheiro não vai vender lote? Não vai querer? Não vai ser um daqueles que vai vender? O que aconteceu com o Zumbi dos Palmares [outro assentamento no município de Uberlândia, no seu início coordenado pelo MST], eu me preocupo com isso, metade dos que foi, que era pra ser assentado, venderam os lotes [no PA Zumbi dos Palmares]. Eu creio que isso não vai acontecer aqui não, mas [...]

Leandra: Você vê algum sinal, algum indício?

Jonas: Não! Sinal não, mas pelo perfil de algum companheiro a gente chega até pensar: esse companheiro vai vender o lote se ele for assentado. Mas não é assim! É só uma preocupação que a gente tem, né?

Leandra: Qual seria esse perfil?



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Jonas: Individualismo, essa questão do individualismo, companheiro muito individualista, que está sempre contra a decisão de um coletivo, esse é o perfil. (JONAS, 2005 *apud* SILVÉRIO, 2012, p. 219)

Ao que parece, Jonas tem um papel de liderança no assentamento Emiliano Zapata, local para onde Silvério volta suas análises. Sua esposa, inclusive, chega ocupar a posição de fiscal da Associação dos Assentados. De acordo com a autora, seu interlocutor mora durante a semana na cidade de Uberlândia, onde trabalha como marceneiro, e no fim de semana retorna para o assentamento, onde ajuda a família nos afazeres do lote. Ou seja, vive em uma dinâmica onde o trabalho na própria terra não é o suficiente para o sustento da família, mas mantém a mulher e os filhos mais novos no assentamento, nem mesmo cogitando – de acordo com a narrativa construída por ele – a ideia da venda do lote.

Diante da sua própria experiência como alguém que exerce ou exerceu papel de liderança dentro do assentamento, e de passar a semana longe do lote, mas sem abrir mão da propriedade conquistada, Jonas elabora as suas ponderações acerca daqueles que decidem pela venda do lote, visualizando nessa decisão de saída uma presença marcante do individualismo destes que partem.

Logo após a citação do trecho de entrevista selecionado, Silvério esboça seus comentários a respeito da narrativa:

Cotejando as narrativas do casal Nunes, talvez seja possível perceber a sintonia e como, nos anos de lutas e experiências como acampados e agora como assentados, vão forjando suas opiniões e decisões sobre o comportamento, costumes em comum que lhes garantam a realização de seus desejos de viverem do e no lote, enfrentando os desafios cotidianos. E, talvez, o maior entre os desafios seja superar a falta de perspectiva de assentados que leva à venda do lote. Como é sabido, isso tem sido prática em alguns assentamentos da região e, como um todo, do país. Por isso Jonas se preocupa e deixa evidente seu receio de que essa realidade se instale no PA Emiliano Zapata, principalmente pela consciência que possui da força e do poder dos valores individualistas característicos da sociedade capitalista. (SILVÉRIO, 2012, p. 219)

No seu papel como historiadora Silvério, ao analisar a narrativa de seu entrevistado acaba, de certa forma, comprando aquilo que Jonas lhe apresenta como interpretação das vendas de lote, e reduzindo as decisões de saída enquanto resultado da “falta de perspectiva de assentados que leva à venda do lote”, ou ainda da “força e poder dos valores individualistas característicos da sociedade capitalista”. Não tenho tanta certeza de que essas decisões estejam limitadas a estes fatores, e não, por vezes, a outras motivações e ponderações por parte dos sujeitos que decidem pela venda de lote.

De maneira similar, a venda da propriedade no Reassentamento também é, ou ao menos foi até algum tempo atrás, um motivo de polêmica e reprovação, em especial na visão de sujeitos que compunham a liderança no local, tanto durante o processo de desapropriação e vinda para o Reassentamento, como após a instalação das famílias.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

A experiência de sujeitos com os quais dialoguei, entretanto, apontam para motivações de saída que vão para além da falta de perspectiva, ou mesmo de questões puramente individualistas. É o caso da dona Amália e do seu Amilton, que sete anos após a vinda de Três Barras do Paraná para o Reassentamento, decidiram pelo retorno à cidade de origem. Logo ao ser questionada acerca de onde morava antes de ir para o Reassentamento, Amália já indica suas motivações para a saída do mesmo:

Amália: Tipo assim, foi muito bom morá lá né, nossa, eu gostava na verdade de morá lá, mas daí o que troxe nós de volta pra cá tipo família né, a nossa família todo, toda a minha família é daqui, pra lá fomos praticamente eu só no Reassentamento São Francisco, eu não tinha nenhuma família próxima lá minha, e nem ele, era tudo de cá. Então é o que trouxe a gente de volta pra cá né. Na época o meu pai ficô muito doente também ele foi reassentado né, mas ficô morando em Santo Isidório né. Então ele ficô muito doente, deu derrame nele e tudo, então praticamente eu vivia mais pra cá né. Então foi assim que a gente foi vendo e a gente trocô de sítio, quando a gente veio pra cá deu tão certo porque também tinha uma mulher que morava aqui, tá morando lá aonde eu morava, hoje né. E daí ela queria ir pra lá porque a família ela era de lá, entende? Então deu tão certo, porque a minha família era aqui, a dela foi tudo pra lá né. Então é o que trouxe a gente de volta pra cá foi isso aí né. (AMÁLIA e AMILTON, 2019)

A trajetória de Amália, de acordo com o que foi evidenciado em sua narrativa, quebra com o padrão discutido mais acima acerca das motivações para a saída do Reassentamento. Até porque, conforme ela e seu esposo narram ao longo da entrevista, o padrão de vida da família vinha num caminho de melhora, com a produção da propriedade voltada ao leite e à plantação de fumo, quando decidiram pela permuta da propriedade no Reassentamento por outra em Três Barras do Paraná, onde ficariam mais próximos da família, inclusive do pai doente, que necessitava de maiores cuidados.

Ao evidenciar a experiência de Amália, por meio do recorte de entrevista citado, podemos ainda perceber um outro elemento no que diz respeito a movimentação de sujeitos, entre o vir, o chegar e o partir do Reassentamento São Francisco de Assis, indicando para um processo de movimentação social, em uma dinâmica na qual ao passo em que alguns sujeitos visualizam um horizonte de alternativas (SANTOS, 2016) fora do Reassentamento, outros o percebem vindo em direção ao Reassentamento.

Não é à toa que foi possível a realização da permuta por outra propriedade em Três Barras do Paraná, pois enquanto dona Amália e seu Amilton buscavam, segundo a narrativa deles, voltar para perto de seus familiares e atenderem a demanda dos pais doentes, haviam uma outra família decidindo pela saída de Três Barras e ida para o Reassentamento, buscando, possivelmente a proximidade com familiares que haviam sido reassentados.

Essa dinâmica de idas e vindas também pode ser percebida em um tipo diferente de documentação levantada: os livros atas das associações de moradores. Ao que parece, até certo momento da história do Reassentamento, era necessário que aquele sujeito que pretendia sair da propriedade adquirida colocasse essa saída e a vinda de outra família em



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

pauta numa assembleia da associação, sendo esta assembleia que decidiria a possibilidade ou não da troca de proprietários.

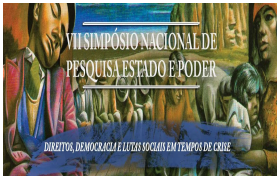
Ata da assembleia geral de fundação da associação de desenvolvimento dos produtores do reassentamento rural Caxias, grupo São Lucas em edição extraordinária. Aos dezesseis dias do mês de outubro de dois mil e um (16-10-2001) as quatorze e trinta horas (14:30) na sede principal do Reassentamento São Francisco. Para a votação sobre troca de terras entre Sebastião Rodrigues Batista e senhor Giovani Facchi e a senhora Josete Facchi. Votação de unanimidade aprovando a saída do Sebastião Rodrigues Batista e a entrada de Giovani e família sendo assim o grupo se responsabiliza. Não havendo mais nada a declarar eu Sandra [...] assino esta ata que vai ser assinada por todos os presentes. [28 presentes]

Na mesma associação, cerca de um ano depois, os moradores se reuniram para uma assembleia com a mesma pauta, mas com a saída e a vinda de outros sujeitos. O resultado da votação foi um pouco distinto desta e das outras votações que são registradas no livro ata da associação:

Ata da reunião de edição extraordinária da associação São Lucas aos dois dias do mês de setembro de dois mil e dois (02-09-2002) as quatorze horas (14:00) na sede principal do Reassentamento São Francisco de Assis [,] Cascavel [-] PR. A referida assembleia teve pauta única: aprovação da venda do lote duzentos e seis (206) proprietário Zauri Nunes, comprador: Antonio Vilmar Effting procedente de Corbélia [...] Logo após foi feita a votação. Apuração encerrada deu oitenta por cento (80%) de aprovação sendo assim fica aprovada a saída de uma família e a entrada de outra. [Sem a possibilidade de identificar o número de presentes]

Ao ler estes dois documentos, fiquei me perguntando o porquê de nesta segunda assembleia, onde se pautava a saída de Zauri Nunes e a chegada de Antonio Effting ao Reassentamento, não houve uma aprovação unânime por parte dos presentes. A impossibilidade da contagem de presentes na reunião com apenas 80% de aprovação acaba atrapalhando, de certa forma, a análise, pois não consigo identificar se seria uma quantidade similar de presentes do que na primeira assembleia, em 2001, ou mesmo se eram as mesmas pessoas presentes nas duas assembleias e que na segunda, por algum motivo, nem todas eram favoráveis à troca de propriedades entre os interessados. O teria provocado esta ausência de unanimidade?

A desaprovação de 20% dos presentes acerca dessa venda de lote, evidencia o modo como nem sempre a saída do Reassentamento, e mesmo a chegada ao local, não era um processo totalmente tranquilo, sem a presença de tensões. Como era para aquele que estava chegando, precisar se apresentar, e por vezes apresentar a sua família aos membros da associação, tentando demonstrar que seria um bom vizinho, e tendo a sua chegada condicionada a uma votação? O que implica a pessoa saber que algumas pessoas da



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

associação não aprovavam, ao menos de início, a sua vinda? E mais, caso o processo de venda ou troca de propriedades não fosse aceito pela propriedade, como os sujeitos interessados diretamente na dinâmica lidariam com isso?

O indício da chegada de Giovani e Josete ao Reassentamento São Francisco, em 2001, me fizeram refletir acerca da trajetória do casal e sua relação com a minha pesquisa, incluindo as peculiaridades de se trabalhar com fontes orais. Ao iniciar a sistematização das possíveis entrevistas a serem realizadas ao longo da pesquisa, elenquei a Josete como alguém com quem gostaria de conversar.

Meu interesse ao conversar com ela seria pela sua experiência de chegada ao Reassentamento não tendo sequer morado próximo à região desapropriada, cerca de quatro anos após a vinda das primeiras famílias para o local, em 2001. Mas o que me interessava ainda mais em sua trajetória era o fato dela, juntamente com a sua família, terem saído do Reassentamento alguns anos depois, por volta de 2010, indo morar na zona urbana da cidade de Corbélia.

Diante disso, entrei em contato com a Josete e a mesma concordou em me conceder a entrevista, ficando de marcarmos uma data em que fosse possível para ambas. Cerca de um ou dois meses depois, ao entrar novamente em contato com ela para finalmente marcarmos a conversa, fui informada de que ela havia se mudado para Rondônia com sua família, onde haviam arrendado uma propriedade.

A experiência de Josete, mesmo sem ter tido a possibilidade de realizar de fato a entrevista com a mesma, me parece significativa na medida em que permite visualizar uma dinâmica de movimentação possivelmente compartilhada com diversos outros sujeitos que em algum momento moraram no Reassentamento. A própria impossibilidade da entrevista é um indício dessa dinâmica, na medida em que não foi realizada devido à busca de Josete por um novo horizonte de alternativas.

Ainda refletindo acerca da trajetória desse casal, é provocativo um outro elemento no que tange às idas e vindas de famílias no, e além do, Reassentamento São Francisco de Assis: a escolha pela cidade, dentro das alternativas que visualizavam como possíveis. Muitas vezes, a experiência de ida para a cidade por sujeitos que viveram grande parte de sua vida no campo aparece como algo negativo, como se essas pessoas fossem forçadas, sem outras possibilidades, a saírem do campo e irem para a cidade.

Ponderações semelhantes a esta aparecem na dissertação de Falchi:

O aumento do êxodo rural para as cidades é expressão de um processo de expropriação vivido por esses sujeitos, que, expulsos do campo, passam a exercer as mais degradantes tarefas. Diante da situação à qual estão expostos nas cidades, esses sujeitos são facilmente aliciados a exercerem trabalhos caracterizados pela precarização e degradação do homem, entre elas, atividades em serrarias, usinas e carvoarias.

O campo foi o lugar em que muitos trabalharam grande parte da vida, muitas vezes reproduzindo a vida e os valores camponeses herdados dos pais. Trata-se do espaço em que aprenderam a viver e a trabalhar e que, em decorrência de processos alheios às suas vontades, são obrigados a deixar.



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

(FALCHI, 2007, p. 38-39)

De certa maneira, interpreto a saída do campo e ida para a cidade na experiência de sujeitos com os quais dialoguei como uma decisão, não como uma expulsão, necessariamente. Decisão essa limitada e pressionada, mas ainda assim foi algo visto por eles como uma alternativa plausível diante do seu campo de possibilidades. Frente a isso, não busco analisar se a ida dessas pessoas para a cidade foi algo positivo, ou mesmo negativo, procuro entender o modo como eles mesmos analisam esta decisão, e como ponderam a respeito dessa experiência.

A narrativa de Marinês é representativa diante dessa questão. Com 33 anos de idade, ela e seu esposo decidiram sair da terra de herança, onde moravam, e irem morar de aluguel na cidade de Cascavel, no ano de 2018. Antes disso, já haviam parado de trabalhar diretamente na propriedade há alguns anos, após levarem um calote do laticínio para onde vendiam sua produção de leite. Após trabalhar por nove meses em uma fábrica de roupas, Marinês passou em um concurso como zeladora e seu esposo trabalha como pedreiro em uma construtora há seis anos.

Tendo ido morar para a cidade em busca de melhor praticidade para realizar o curso de técnico em enfermagem, o qual frequenta, ao ser questionada sobre como avalia o processo de saída do campo e ida para a cidade, responde da seguinte maneira:

Karoline: E como foi a saída do trabalho no sítio pra vir trabalhá como proletário na cidade assim, numa fábrica primeiro, que a gente sabe que não é um trabalho muito fácil, né?!

Marinês: É, foi assim, no começo foi bem difícil porque essa questão de obedecê ordens né, até então nós mesmos era os nossos patrão né, a gente fazia a hora que queria né, enfim. Só que lá na roça tinha aquele porém né, trabalhava-se de segunda a segunda, do pôr do sol ao anoitecer, não tinha muito, você não podia, não tinha férias e nem final de semana, né. E só que daí quando a gente veio trabalhá na cidade então a gente já começô a tê férias, a tê fim de semana né, que a gente não trabalhava. Então uma coisa compensava a outra né, tinha aquele momento de descanso que até então a gente nunca teve, só que o problema era obedecê ordens né, ou cumpri horários, é que nem eu trabalhava o dia todo de pé era, eu tinha uma hora de almoço, começava às 7:00 h, parava meio-dia, sentava aquela uma hora pra almoçá, quando era uma hora começava de novo e parava 6:00 h, era o tempo todo de pé. Então era bem judiado né. (MARINÊS, 2019)

Mesmo reconhecendo dificuldades da lida no trabalho fabril, como as jornadas exaustivas, trabalhando por dez horas diária em pé, com apenas uma hora de almoço, e destacando o estranhamento em receber ordens, após sair de uma condição onde ela era sua própria patroa, Marinês ainda assim avalia aspectos de melhoria após a decisão de saída da propriedade. Para ela, o fato de haver folga nos fins de semana e a possibilidade de tirar férias uma vez por ano acaba por “compensar” a decisão de procurar trabalho na cidade.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Dessa forma, ponderando acerca das decisões tomadas por ela e seu esposo até o momento da entrevista, afirma que:

Karoline: Você acha que a escolha de vim pra cidade, até as, na primeira inicial, vim trabalhá aqui foi um acerto assim, você não vê com um pesar a saída do sítio? Aquela nostalgia toda que as vezes tem né?

Marinês: Na verdade eu não sinto saudade. Porque assim a gente trabalhava, eu mesmo, eu falo por mim né, eu trabalhava lá no sítio, tirava leite tudo mas por opção, não porque eu gostava. Eu não gostava de tirá leite, de levantá cedo, as vezes chovendo, tê que i debaixo de chuva mexê, aquele barro, que as vacas se atolavam tudo. Assim, era uma opção, era porque não tinha mesmo como eu largá meu marido lá, porque ele era irredutível pra vim, e... porque antes de eu casá eu já trabalhava na cidade né, então eu já era acostumada, mas ele não. Então eu, como eu falei né, eu sempre priorizei as coisas, então eu priorizei a ficá com ele lá do que vim pra cá. Mas era uma opção, não era por gostá. Hoje em dia eu tô muito mais feliz aqui do que lá.

Karoline: E ele?

Marinês: Ele também, ele se adaptô bem. As vez já tem, a gente até conversa, otro dia a gente tava falando ele falô 'nossa, eu nunca me imaginei morando na cidade hoje em dia eu tô tão bem aqui'. (MARINÊS, 2019)

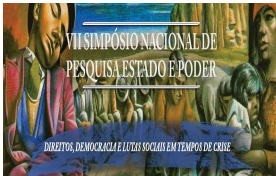
Em uma prática de construção de memórias (KHOURY, 2004), analisando sua trajetória sob um olhar do tempo presente, não vê com pesar a sua saída do campo e ida para a cidade. Da mesma forma, nunca se viu obrigada a abraçar tal alternativa. Pelo contrário, comenta como a permanência no campo até 2018, com os infortúnios da lida com a produção de leite também era algo tensionado, sendo mais uma “opção” do que um apego à permanência no campo.

A experiência de Marinês é compartilhada por outros moradores e ex-moradores do Reassentamento São Francisco de Assis. Retomo mais uma vez a experiência da dona Amália e do seu Amilton. Após vários anos morando no campo, com uma experiência de moradia na cidade de Porto Alegre por cinco anos antes da ida para o Reassentamento, no momento da nossa conversa, em julho desse ano, o casal possuía uma casa na zona urbana de Três Barras do Paraná, na qual dona Amália permanecia ao longo de toda a semana e aos fins de semana se juntava ao esposo no sítio que adquiriram em Quedas do Iguaçu, município próximo a Três Barras.

Eles já haviam, porém, feito negócio em outra propriedade, próxima cerca de 1 km da que seu Amilton permanecia durante a semana, dando a casa da cidade no negócio. No caso, após cerca de um ano morando na cidade, dona Amália voltaria a morar no sítio que haviam negociado, estando com a mudança programada para o próximo fim de semana após a entrevista.

Ao serem questionados acerca da decisão de mudança para a cidade, mesmo que por pouco tempo, eles avaliam:

Karoline: O vir morar na cidade também foi uma coisa aproveitada ou por vocês teriam permanecido em outro sítio?



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Amilton: Olha, foi muito bom, foi um conhecimento. Saímos duma dúvida que a gente tinha né, de na cidade de repente poderia ser bom enquanto no sítio mas não é.

Karoline: Não é? Não acharam?

Amilton: Não, no sítio é bem melhor do que na cidade.

Karoline: Então a cidade agora é só em últimos casos.

Amilton: Só em últimos casos.

Karoline: Por questão talvez de alguma doença ou...

Amália: É o que eu falo né, se for preciso. (AMÁLIA e AMILTON, 2019)

Apesar de avaliarem que a vida no sítio é bem melhor do que na cidade, Amália e Amilton demonstram não se arrependem da escolha de ida para a cidade, mesmo que tenha servido apenas para tirar a dúvida de que talvez na cidade poderia ser bom. Questionamento este que aparenta ser compartilhado por outros sujeitos que compõem a dinâmica da experiência social no campo. E mais, os dois não descartam a possibilidade de nova mudança para a cidade dentro do seu horizonte de alternativas, seja por motivo de uma doença, ou mesmo pelo avanço natural da idade, com a ausência de interesse das filhas do casal pela volta à propriedade e ao campo.

Desta forma, ao analisarmos a experiência de sujeitos como Marinês, Amália, Amilton e mesmo da Josete, percebemos que o movimento de saída do campo e ida para a cidade, por parte desses sujeitos, não se caracteriza como uma expulsão, ou mesmo como uma obrigação. Se apresenta como uma alternativa visualizada e escolhida, diante do campo de possibilidade que lhes era apresentado. Sendo para alguns algo que se avalia como uma decisão a continuar sendo seguida, e para outros apenas uma possibilidade em casos mais extremos.

Diante das discussões apresentadas, me aproximo das reflexões de Portelli (PORTELLI, 1996) ao dizer que:

A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis. Qualquer sujeito percebe estas possibilidades à sua maneira, e se orienta de modo diferente em relação a elas. Mas esta miríade de diferenças individuais nada mais faz do que lembrar-nos que a sociedade não é uma rede geometricamente uniforme como nos é representada nas necessárias abstrações das ciências sociais, parecendo-se mais com um mosaico, um patchwork, em que cada fragmento (cada pessoa) é diferente dos outros, mesmo tendo muitas coisas em comum com eles, buscando tanto a própria semelhança como a própria diferença. (PORTELLI, 1996, p. 8-9)

Por este motivo que considero representativas as experiências dos sujeitos que compõem a pesquisa em questão. Pois, ao contrário de oferecerem um modelo único de



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

escolhas e de experiências, nos permitem acessar a diversidade do processo histórico em questão, compondo, dessa forma, um mosaico de experiências que ao mesmo tempo em que se diferenciam, também compartilham certas possibilidades e expectativas.

Fontes:

Fontes orais:

Amália e Amilton. Entrevista realizada pela autora na casa dos entrevistados, em Três Barras do Paraná, no dia 20 de julho de 2019. Duração: 51:52 min.

Marinês. Entrevista realizada pela autora na casa da entrevistada, em Cascavel/PR, no dia 24 de junho de 2019. Duração: 40:09 min.

Livros Ata:

Associação de desenvolvimento dos produtores, do Reassentamento Rural Caxias, Grupo São Lucas – Fazenda Flamapec. Livro Ata 01. P. 03. 16 out. 2001.

Associação de desenvolvimento dos produtores, do Reassentamento Rural Caxias, Grupo São Lucas – Fazenda Flamapec. Livro Ata 01. P. 09. 02 set. 2003.

Referências bibliográficas:

FALCHI, E. de. *Na luta por um pedaço de chão: Experiência e cotidiano nos acampamentos de sem-terra do sul de Mato Grosso do Sul*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Grande Dourados. Dourados. 2007.

KHOURY, Y. A. *Muitas memórias, outras histórias: cultura e sujeito na história*. In: FENELON, D. R. et al. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

PAGLIARINI JÚNIOR, Jorge. *Memórias de luta, lutas pela memória: o Reassentamento São*

Francisco de Assis. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Marechal Cândido Rondon, 2009 (Dissertação de Mestrado em História).

PORTELLI, Alessandro. *A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. Tempo. Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p. 59-72, dez. 1996.

SANTOS, Carlos Meneses de Sousa. *Trabalhadores em movimento: Horizontes abertos em Marechal Cândido Rondon-PR: Segunda metade do século XX e início do XXI*. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

SILIPRANDI, Maria Emília M. L. *Modos de Vida: organização social e práticas políticas dos agricultores do Reassentamento São Francisco de Assis*. Universidade Estadual do Oeste do

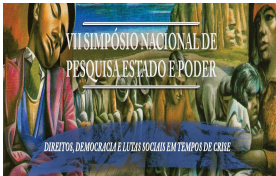


Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Paraná – Campus Marechal Cândido Rondon, 2009 (Dissertação de Mestrado em História).

SILVÉRIO, Leandra D. *Reforma Agrária no Triângulo Mineiro: memórias, histórias e lutas de assentados(as) dos Projetos de Assentamento Emiliano Zapata e 21 de abril (1980-2012)*. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.



CULTURA PATRIARCAL E PODER JUDICIÁRIO: OS LIMITES PARA A EFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA

**FABÍOLA SCHEFFEL DO AMARAL¹
LÉIA PATEK DE SOUZA²**

Resumo: A Lei Maria da Penha (11.340/2006) é reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como a terceira melhor legislação do mundo no combate à violência doméstica contra a mulher. O Brasil é o quinto país no mundo que mais mata mulheres. Frente à contradição numérica e material apresentada, entre o que se pretende com a sanção de legislações para o enfrentamento de questões sociais como a violência doméstica, e o que é alcançado em mudança social nas vias de fato, este trabalho tem por objetivo construir considerações a respeito da atuação do Poder Judiciário brasileiro sobre a Lei Maria da Penha. Abordaremos a cultura patriarcal e os papéis de gênero para compreender as raízes da violência contra a mulher, bem como a repercussão dessa cultura nos processos jurídicos que envolvem a Lei Maria da Penha. Somando-se a isso, analisaremos o relatório produzido pela Comissão Nacional de Justiça (CNJ) este ano (2019), intitulado “O poder judiciário no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres”. O relatório apresenta uma análise ampla sobre o tema, contribuindo para o conhecimento e problematização da situação real em que se encontra o Brasil na luta contra a violência doméstica contra a mulher pela aplicação da Lei Maria da Penha. Em suma, o trabalho irá expor alguns dos limites e obstáculos que se apresentam no decorrer dos processos de enfrentamento à violência contra a mulher, bem como apresentar e propor caminhos a seguir para que o tema discutido possa avançar no âmbito da vida prática e do debate acadêmico.

Palavras-chave: Violência doméstica; Judiciário; Patriarcado.

Introdução

A iniciativa de construção deste trabalho parte de nosso contato constate com o tema Lei Maria da Penha e violência doméstica, em razão da atuação como bolsistas no projeto NUMAPE – Núcleo Maria da Penha da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* de Marechal Cândido Rondon. Em conjunto com os estudos requeridos sobre o tema as experiências concretas com os casos de violência doméstica e os atendimentos na comunidade realizados pelo projeto nos levam a identificar e refletir sobre os avanços permitidos pela Lei 11.340/2006 no enfrentamento à violência contra a mulher, mas também

¹ Graduada em Direito pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* Marechal Cândido Rondon.

² Graduada em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* Marechal Cândido Rondon.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

nos permitem refletir sobre as estruturas sociais historicamente construídas que limitam a efetividade da mesma.

Compreendemos que as leis por si só não são autossuficientes para gerar alterações na sociedade, mas que sua efetiva aplicação age como um fator de impulso para os processos de alterações sociais. Nesse sentido, o Estado e mais diretamente o Poder Judiciário, exercem um papel primordial no que tange a potencialidade transformadora das leis para a sociedade. Contudo vale pontuar que essas instituições são compostas e geridas por sujeitos sociais e históricos com especificidades e subjetividades, herdeiros de uma cultura patriarcal. Isso nos leva a compreender que a atuação dos profissionais diretamente envolvidos nos espaços de aplicação concreta das leis e suas posturas, são substanciais para o efeito que as mesmas exercerão, ou não, na completude da sociedade. Esse cenário impõe variadas limitações à busca por justiça de vítimas pertencentes as minorias representativas na sociedade, como as mulheres em situação de violência doméstica.

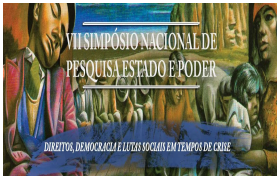
Analisaremos o relatório produzido pela Comissão Nacional de Justiça (CNJ) no ano de 2019, intitulado “O poder judiciário no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres” afim construirmos considerações a respeito da permanência da cultura patriarcal na atuação dos juízes do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulheres. É válido pontuar que o documento analisado não receberá a característica de fonte histórica neste trabalho, consideramos que a pesquisa que apresenta fundamenta discussões teóricas há muito tempo sendo constituídas sobre o tema, servindo como parâmetro para trabalhos tais quais este.

Cultura patriarcal: a mulher e seu lugar social

Com vistas a avançarmos no enfrentamento à violência contra a mulher e a igualdade entre os sexos, evidencia-se a importância de compreender o processo histórico de constituição da realidade social das mulheres, da família e da cultura a respeito de ambos. Dessa forma, podemos analisar de modo esclarecido as correlações de forças que se estabelecem ao falarmos de violência contra a mulher e efetividade da Lei Maria da Penha.

Sintoma da vigência de uma estrutura por vezes negada, a fragilidade da Lei Maria da Penha em sua aplicação nos processos de violência doméstica e familiar contra a mulher se funda no sistema patriarcal presente em nossa sociedade. A cultura gerada a partir desse sistema faz a manutenção dos diferentes locais de pertencimento e atuação social entre homens e mulheres criados com base no gênero, compreendido por Heleieth Saffioti como “a construção social do masculino e do feminino” (SAFFIOTI, 2015, p. 47).

Ao trabalhar tanto com o conceito *patriarcado* quanto *gênero*, Saffioti aponta que o gênero em si não explicitaria uma desigualdade entre homens e mulheres fora da categoria patriarcado, uma vez que compreende que gênero é um conceito que se adequa a toda a história, enquanto patriarcado diz respeito a um determinado período da história da humanidade, sendo esse iniciado seis ou sete milênios atrás. Dessa forma, o gênero não pressupõe desigualdade e hierarquia entre os sexos, apenas marca suas diferenças sociais, contudo, a desigualdade que enfrentamos atualmente entre os sexos se dá pela hierarquia atribuída pelo patriarcado ao gênero (SAFFIOTI, 2015, p. 48).



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Inserir a opressão masculina sob os corpos femininos no processo histórico brasileiro recente nos leva à vulgarmente conhecida como República Velha (1890 – 1930). Esse recorte se justifica a partir do processo em andamento de industrialização do país e aumento de uma massa de trabalhadores operários no perímetro urbano, o que desencadeia da sociedade como um todo e em especial do Estado e do saber médico, uma atenção exacerbada com a família de trabalhadores (RAGO, 2014, p. 86). Nesse processo a família, mas especialmente a mulher e a criança, passam por transformações de seus papéis sociais inseridos na lógica proletarizada do capitalismo e higiênica incipiente no período. Cada componente da família passa a ter um papel social a cumprir, sendo o da mulher “frágil e soberana, abnegada e vigilante” atentar para cada detalhe da vida cotidiana de cada membro da família, desse modo, a mulher passa a estar restrita ao âmbito da casa enquanto ao marido é separado a vivência externa do trabalho e da vida pública (RAGO, 2014, p. 88).

Não obstante, na ordem hierárquica familiar estabelece-se uma reprodução da ordem externa, a família passa a ser uma pontual reprodução da ordem social: o homem é o chefe, a mulher é subordinada ao homem e a criança é subordinada à mulher. A nova ordem familiar nuclear passa a preparar os sujeitos para a ordem de dominação do capitalismo, o que ambas têm em comum é o poder patriarcal como predominante na hierarquia de dominação.

Com o processo de construção da mulher enquanto sexo frágil, maternal, sensível, e da ordem privada da sociedade, as relações familiares são compreendidas como afora dos assuntos do Estado. O posicionamento do Estado em relação ao ambiente privado da família pode ser compreendido como uma conjunção de uma religiosidade que prega a sagrada família, com os interesses políticos de controle vigilante, constante e dissolvido na sociedade, com a influência da própria lógica patriarcal na qual os sujeitos constituintes do Estado estavam imbuídos, que legitima a lógica familiar. Dessa forma, o resultado da legitimidade cultural e politicamente atribuída ao homem como chefe da casa e da mulher, somada à renegação do Estado em interferir nas lógicas do ambiente familiar privado, fomentam a lógica da violência contra a mulher como educação, castigo e afins, cabível ao homem em seu papel de chefe do lar.

A dominação do homem sobre a mulher, inclusive no ato de violência seria justificada pela própria ordem de dominação masculina, que se impõe como neutra, através da dinâmica social, que naturaliza o poder masculino. Desse modo, a divisão do trabalho, a violência física, psicológica, patrimonial, o estupro dentro do casamento, sob os olhos da cultura patriarcal da sociedade não são violências e sim a ordem natural do âmbito privado e do casamento. Onde a vítima da violência quando denuncia seu agressor ainda sobre novas violências e revitimizações por parte da sociedade, que ou a culpabiliza pelo ocorrido ou compreende sua conduta como o não cumprimento de seu “papel de mulher”.

Ainda que na realidade atual a mulher tenha conquistado avanços em sua condição social, ainda está sujeita à violência em suas variadas formas por homens em razão do gênero. A lógica das relações de gênero historicamente construídas na sociedade patriarcal e capitalista constroem e naturalizam os lugares sociais de cada sexo e de casa sujeito social, bem como à violência impetrada pelos homens às mulheres e dos homens e mulheres às crianças por meio das concepções culturalmente postas com base das estruturas do patriarcado e da ordem social que o capitalismo requer: sujeitos docilizados. Considerando a constituição dos sujeitos sociais historicamente imbuídos nessa mesma lógica na qual



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

vivemos ainda hoje, o Estado e o Poder Judiciário, uma vez que constituídos por sujeitos filhos de seu tempo, acaba por reproduzir e exercer a manutenção dessas estruturas ao passo que para além das especificidades de casa ambiente, o privado e o público estão entrelaçados uma vez que se constituem por pessoas.

A naturalização da violência doméstica tem raízes historicamente construídas e suas consequências são mortais. Os altos índices de feminicídios no país e no mundo comprovam esse risco. Contudo, a naturalização da violência doméstica presente no Poder Judiciário tem consequências ainda mais fortes uma vez que “A má compreensão da natureza das relações gênero e a decisão judicial baseada no patriarcado ‘naturalizado’ ferem de morte toda a legislação de proteção aos direitos humanos das mulheres” ainda segundo Passos e Sauaia,

um dos efeitos simbólicos do veredito judicial pode ser a consagração da ordem estabelecida, que no caso das relações de gênero, é a doxa masculina, androcêntrica, heteronormativa, patriarcal, num processo de legitimação da estrutura da qual é resultado.” (PASSOS; SAUAIA, 2016, p. 145).

Em suma, a má atuação do Poder Judiciário ao não compreender a construção de gênero, além de agir com injustiça à vítima de violência ao não lhe garantir seus direitos devidos, ainda reforça a permanência da cultura patriarcal bem como da dominação masculina por meio da violência, uma vez que o judiciário é detentor de um poder simbólico que reproduz e autoriza determinadas práticas e princípios (PASSOS; SAUAIA, 2016, p. 145).

A naturalização da violência contra a mulher e sua repercussão jurídica

A violência contra as mulheres é decorrente de séculos de patriarcado e foi autorizada, silenciada e negada nas amplas áreas que compõem a sociedade ao longo da história, não excluiu o poder judiciário. “O direito do exercício de violência contra as mulheres é um legado de leis antigas e de práticas sociais abertamente aprovadas no passado” (BAKER, 2015, p. 73). O Direito, ao longo do histórico das leis brasileiras, se constituiu como instrumento legitimador da violência contra as mulheres, uma vez que a mulher era vista como um objeto/parte durante a instrução processual do que como um sujeito de direitos propriamente dito.

Dentre tais instrumentos, destaca-se a tese da legítima defesa da honra por muito tempo empregada na defesa dos autores de violência contra as mulheres. A tese permitia que o homem matasse a esposa para defender a sua honra, configurando como excludente de ilicitude. Em uma entrevista, realizada pela organização *Human Rights Watch*, em depoimento dado pelos promotores de justiça de Pernambuco, houveram as seguintes afirmações: “O júri não quer saber sobre a lei, se ela, mulher desprezou o marido, então ele ‘lavou a sua honra’, matou-a. Assim, não é o sistema legal, mas a sociedade machista que absolve o assassino passional” (GOMES *apud* BAKER, 2015, p. 20). Apenas na década de



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

1990 o Superior Tribunal de Justiça (STJ) declarou a ilegalidade da chamada “tese da legítima defesa da honra” (BAKER, 2015).

Tais situações evidenciam a naturalização da violência contra a mulher, à medida que o patriarcado naturaliza a ordem androcêntrica, ou seja, incorpora a relação de dominação masculina, fazendo com que esta seja vista como natural, reproduzindo na sociedade seus princípios, valores, relações de poder, papéis e funções destinadas aos indivíduos (PASSOS; SAUAIA, 2016).

O Direito consentiu por muito tempo com a prática de violência, apoiada no sistema do patriarcado por séculos, legitimando a posição subordinada das mulheres em relação aos homens por meio do domínio e do controle que autorizam a violência. O caso emblemático de Maria da Penha Maia Fernandes, que resultou na Lei 11.340/2006 e deu nome à referida Lei, revela como a cultura patriarcal naturaliza a violência contra a mulher, não tratando com o devido valor e seriedade os casos de violência doméstica e familiar.

Maria da Penha sofreu duas tentativas de assassinato pelo seu marido: na primeira, ele desferiu um tiro de espingarda contra ela, enquanto ela dormia na residência do casal, tornando-a paraplégica; na segunda, o marido tentou eletrocutá-la durante o banho. Apesar do marido ser julgado em duas oportunidades distintas por ambos os crimes, ele se valeu de diversos e sucessivos recursos a fim de protelar a execução da sanção (BAKER, 2015).

Diante disso, Maria da Penha percorreu uma jornada incansável, recorrendo à Comissão Internacional de Direitos Humanos para ter seus direitos assegurados e o agressor devidamente punido. Apenas após quase 20 anos de luta desde a primeira tentativa de assassinato, o Estado Brasileiro foi condenado pela Corte por omissão e negligência, visto que “o Estado Brasileiro não foi capaz de organizar sua estrutura para garantir os direitos humanos”. (BAKER, 2015, p. 220-221). Assim, a Lei Maria da Penha é sancionada em 07 de agosto de 2006, criando mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Ocorre que, apesar da Lei Maria da Penha apresentar uma grande conquista acerca dos direitos das mulheres e ser considerada uma das três legislações mais avançadas para enfrentamento da violência contra as mulheres no mundo pela Organização das Nações Unidas (ONU), a sua implementação sofreu vários ataques e resistências por parte dos doutrinadores e operadores do direito.

A violência contra a mulher tem como pilar o patriarcado e, de modo correlato, a posição de dominação simbólica masculina. O machismo enraizado e estruturante da sociedade brasileira é um dos grandes problemas a ser combatido para o fim da violência contra às mulheres. Deste modo, o Poder Judiciário não poderia ser diferente tampouco deixaria de ser produto da sociedade patriarcal e machista em que vivemos. Isso porque, “há um componente subjetivo presente nas ações dos sujeitos humanos, mesmo que estes se proponham a ser objetivos e imparciais”. (PORTO; COSTA, 2019, p. 480)

O maior ponto de divergências quanto à implementação da Lei Maria da Penha foi o artigo 41, o qual veda expressamente a aplicação da Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei 9.099/95) aos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher. Tal alteração foi de suma importância para que os crimes de violência doméstica não fossem mais enquadrados como crimes de menor potencial ofensivo, que antes resultava na



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

aplicação de penas mais brandas, conseqüentemente não havia uma punição à altura da gravidade do crime.

Assim, houve a necessidade do Supremo Tribunal Federal (STF) julgar em 2012 pela declaração de constitucionalidade do referido dispositivo legal, através da Ação Direta de Constitucionalidade (ADC) n. 19/DF, afastando a aplicação da Lei 9.099/95 aos casos de violência doméstica e familiar. O Ministro Gilmar Mendes (*apud* BAKER, 2015, p. 242) argumenta que “o princípio da igualdade contém uma proibição de discriminar e impõe legislador a proteção da pessoa mais frágil no quadro social”, ou seja, há de se proteger a mulher das manifestações de desigualdade de gênero.

Diante disso, resta comprovado que a entrada em vigor de uma norma jurídica *per se* não possui poder de mudar a realidade social, sendo imprescindível a atuação dos agentes estatais na interpretação e aplicação da lei, afim de assegurar a vontade do legislador, combatendo as manifestações da desigualdade de gênero e todas as formas de violência contra a mulher (PASSOS; SAUAIA, 2016).

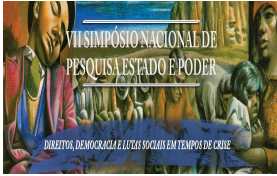
A inefetividade da política judiciária de enfrentamento à violência contra a mulher

A perpetuação da violência contra a mulher ocorre de forma sorrateira e sutil, em que os processos de dominação e de relação social encontram-se tão normatizados que num primeiro instante parecem “naturais”, se impondo de maneira neutra através da dinâmica social. Nesse contexto, é de suma importância a análise do conteúdo dos discursos jurídicos a fim de verificar as ações ou omissões do Poder Judiciário no enfrentamento à violência de gênero, analisando as formas de reprodução da dominação masculina, em especial, pelo fato do nosso direito ser masculino, inflexível e patriarcal (CHAI; SANTOS; CHAVES; 2018).

Nessa perspectiva, Passos e Sauaia (2016, p. 146) realizaram um estudo de caso de ação penal que tramitou na Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de São Luís – MA. No caso, houve o oferecimento de denúncia em junho de 2015 pelo crime de ameaça, mas a decisão judicial dispensou a instrução do feito e absolveu sumariamente o réu, alegando que não houve intimidação suficiente da vítima e a discussão ocorreu em “semelhante nível de animosidade”.

Ocorre que, a supracitada decisão judicial descaracterizou as formas cotidianas de violência, diminuindo à “uma discussão de ânimos exaltados”, demonstrando o desconhecimento do magistrado acerca das especificidades da violência de gênero contra a mulher. Não obstante, o juiz ignorou a violência psicológica e precedentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF) de que “nos crimes de ameaça ocorridos no ambiente doméstico a palavra da vítima assume valor probatório de maior robustez, suficiente para lastrear a persecução penal” (PASSOS; SAUAIA, 2016, p. 148-149).

A difícil realidade enfrentada pelas mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no Poder Judiciário também é objeto de estudo de Porto e Costa (2010), os quais analisaram o conteúdo de 15 sentenças, proferidas entre setembro de 2006 e agosto de 2007, correspondente ao primeiro ano de vigência da Lei Maria da Penha. O estudo qualitativo



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

buscou compreender quais os valores e crenças dos juízes que julgam a partir da Lei 11.340/06 (PORTO; COSTA, 2010, p. 482).

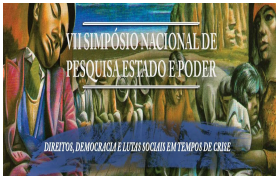
A pesquisa proporcionou a divisão das sentenças em duas categorias semânticas principais: o contexto da situação de violência e a violência contra as mulheres. A primeira categoria se refere como os juízes entendem o contexto da violência contra as mulheres, sendo as constatações divididas em subcategorias: a) reconciliação – em que a reconciliação da vítima com o réu descaracteriza o crime, afastando a possibilidade de imputação de pena; b) idealização da família – a mulher tem seu direito de viver uma vida sem violência minimizado em nome da união familiar; c) ambiguidade quanto à prova material do crime – apesar de comprovada a materialidade do crime, a palavra do réu é tomada como verdade, em detrimento da palavra da vítima; e, d) negação da violência conjugal como crime – as violências cometidas no “calor” do litígio conjugal não caracterizam crime (PORTO; COSTA, 2010, p. 483-485).

Na segunda categoria, observou-se a forma com que os juízes significam e caracterizam a violência vivida pelas mulheres: a) justificativa à agressão pelo uso de álcool/drogas – os magistrados entendem que alguém alcoolizado ou dependente químico não tem condições de discernimento, logo, há inexistência de dolo e tal ato não deve ser enquadrado na Lei Maria da Penha; b) inconformismo/não aceitação da separação – a violência é esperada e justificada devido ao inconformismo do homem pelo fim do relacionamento amoroso; e, c) proteção da mulher contra privações econômicas – o magistrado supõe que eventual condenação do réu traria maiores transtornos para a mulher e família, acreditando estar protegendo a mulher de dificuldades mais graves (PORTO; COSTA, 2010, p. 485- 486).

O relatório “O Poder Judiciário no Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres”, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o qual analisa o atendimento prestado pelo Poder Judiciário às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, verificou que a aplicação da Lei Maria da Penha não é padronizada nas unidades judiciárias e os magistrado apresenta distintas compreensões sobre os casos de violência doméstica e familiar (CNJ, 2019, p. 25-27).

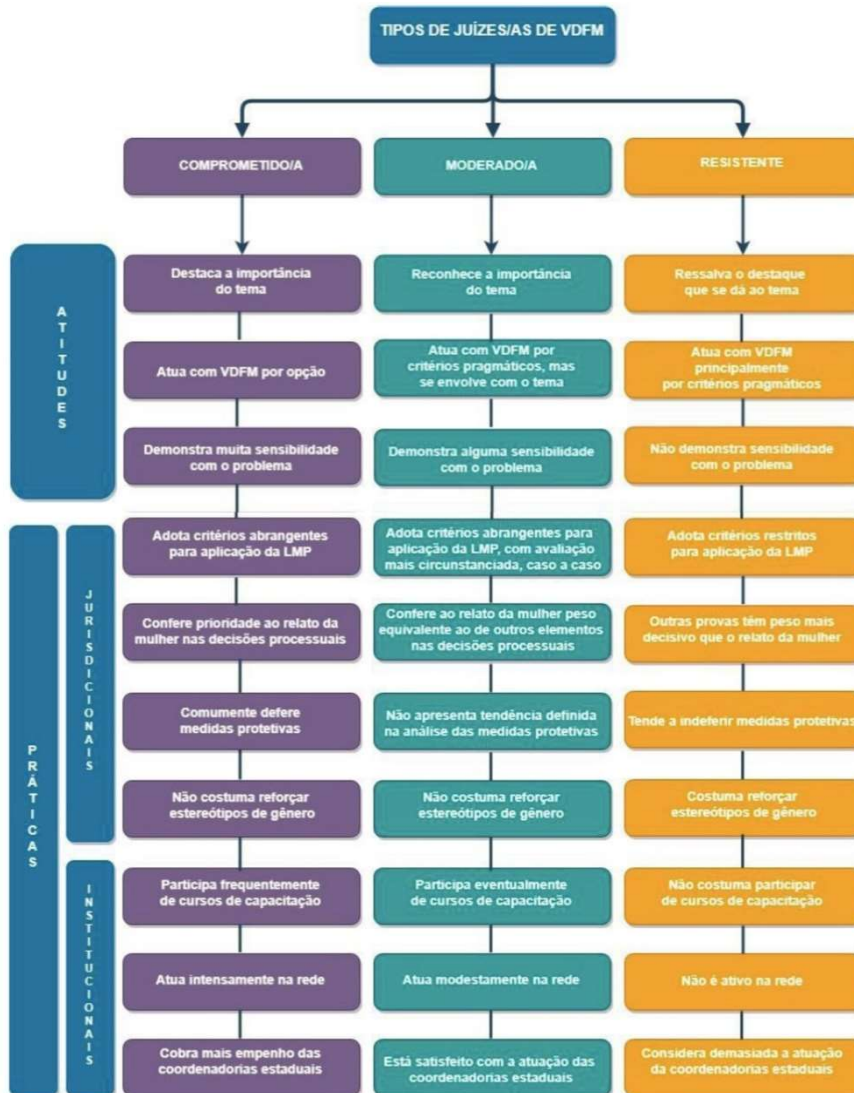
A presente pesquisa analisou os tipos de juízes/as e sua forma de atuação, a estrutura das unidades judiciais, aspectos processuais observados, atenção direcionada às mulheres, responsabilização dos agressores e a interação do sistema de justiça e a rede especializada. No tocante aos perfis de juízes/as, houve a divisão em três tipologias: comprometidos/as, moderados/as e resistentes, conforme imagem abaixo:

Figura 01: Tipologia de juízes/as de Violência Doméstica e Familiar contra Mulheres.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4



Fonte: Conselho Nacional de Justiça. **Relatório “O Poder Judiciário no Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres”**. Brasília, 2019. p. 26.

Os perfis traçados pela pesquisa possuem relação com a motivação que levaram os magistrados a assumirem varas e juizados responsáveis pelos feitos de violência doméstica e familiar contra mulher. Os “comprometidos/as” são aqueles que identificam a questão como relevante, com a qual gostariam de contribuir. Em tal perfil constatou-se parcela de operadores de direito que se identificam com a matéria e que, inclusive, realizaram cursos sobre a temática. Por outro lado, os magistrados tidos como “resistentes” configuram juízes que não possuíam interesse em trabalhar com a matéria ou fizeram por motivos pragmáticos, tais como o desejo ser transferido para determinada cidade ou reduzir sua carga de trabalho, por exemplo. Dentre os entrevistados, destaca-se um magistrado que “aplica a Lei Maria da Penha apenas para casos de relacionamentos conjugais – excluindo outras relações íntimo-afetivas, domésticas e familiares – e apresenta muitas reservas à concessão de medidas



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

protetivas de urgência, exigindo, para tanto, provas “concretas” de violência”. (CNJ, 2019, p. 28)

O estudo também aborda a falta de estrutura das unidades judiciárias, sendo os espaços insuficientes para atender as especificidades dos conflitos no âmbito doméstico e familiar. Há ausência ou inutilização de salas para atendimento às vítimas nas unidades judiciais; falta de acessibilidade – em que as unidades judiciárias podem ser classificadas como a) com nenhuma acessibilidade, b) com acessibilidade incompleta e c) com acessibilidade semiplena; e, precariedade em algumas das estruturas.

No tocante aos aspectos processuais observados, há unidades judiciárias que, independentemente de solicitação da vítima, realizam a audiência prevista no artigo 16 da Lei 11.340/06 para todas as ações condicionadas à representação criminal da vítima, divergindo do disposto em Lei. Não obstante, há audiências que são conduzidas por servidores, sem a presença do juiz. Há também as divergências entre os operadores do direito sobre o peso do depoimento da vítima.

Quanto à atenção às mulheres em situação de violência nas unidades judiciais, o sexto capítulo do relatório detalha que as informações fornecidas às mulheres não são suficientes e é comum elas afirmarem que ninguém lhes explica sobre a Lei Maria da Penha. Há casos em que a mulher chega desavisada quanto à finalidade da audiência. O relatório também dispõe sobre a responsabilização dos agressores. Parte dos atores jurídicos entrevistados diferenciam os agressores de violência doméstica e familiar de criminosos comuns, pois os primeiros têm possibilidade de serem recuperados já que não têm experiências criminais. Segundo uma defensora pública entrevistada, as penas costumam não serem altas e o juiz costuma sempre dar o mínimo.

Por fim, o último capítulo destina-se ao estudo da interação com o sistema de justiça e a rede especializada. Os juízes tidos como resistentes acham que o trabalho das Coordenadorias Estaduais de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher dos Tribunais de Justiça está suficiente e já é bem extenso, enquanto os juízes enquadrados no perfil comprometido são mais críticos e acreditam que as coordenadorias estaduais poderiam fazer mais. Além disso, verificou-se que as unidades judiciais situadas no interior, sobretudo as não especializadas, tem menos integração com esses órgãos. O relatório apresenta que há atores jurídicos que não têm contato com a rede de atendimento, tampouco reconhece o Judiciário como parte desta.

Diante dos estudos de caso apresentados e dos resultados do relatório elaborado pelo CNJ, resta evidente que a política judiciária de enfrentamento à violência doméstica e familiar opera em um cenário heterogêneo de condutas dos agentes estatais, sendo que a resposta do Poder Judiciário ao fenômeno social de desigualdade de gênero depende de fatores pessoais e institucionais.

Enquanto os magistrados tiverem como referência suas próprias crenças – construídas numa sociedade patriarcal em que os papéis de homens e mulheres distinguem-se a partir das diferenças de acesso ao poder -, as mulheres correm risco de ter seus direitos, agora expressos na lei, desconsiderados e pensados a partir de representações patriarcais. (PORTO; COSTA, 2019, p. 480)



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Um dos maiores desafios à efetividade da Lei Maria da Penha está dentro do próprio Judiciário, havendo necessidade de capacitação dos servidores sobre questões de gênero e garantir que as vítimas não sejam atendidas por alguém que repita os padrões da sociedade machista, mas sim acolhidas. Além disso, a complexidade do fenômeno social da violência contra a mulher requer não apenas um sistema especial de proteção, mas também a mobilização de instrumentos educativos, que alterem o modo de pensar e agir em relação às mulheres.

Considerações Finais

O relatório “O Poder Judiciário no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres” – CNJ e IPEA, e as análises que apresenta, se mostram como parte de um processo histórico da condição da mulher vítima de violência doméstica no que diz respeito ao poder jurídico, que se constitui desde muitas décadas antes da promulgação da Lei Maria da Penha (11.340/2006) como produto de uma sociedade patriarcal que, por conseguinte encontra no Estado, logo, no Poder Judiciário agentes imbuídos na cultura patriarcal. Dessa forma, os desdobramentos de processos vinculados à Lei Maria da Penha vão ser espaços propícios à existência constante e nociva de manifestações da cultura patriarcal, bem como de novas violências à mulher. A cultura patriarcal se coloca então como agente limitador da plena eficácia da Lei Maria da Penha enquanto mecanismo de proteção de mulheres e instrumento para sua possível libertação social.

Referências bibliográficas:

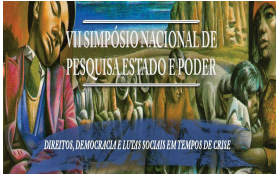
BAKER, Milena Gordon. **A tutela da mulher no direito penal brasileiro: a violência física contra o gênero feminino**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

CHAI, Cássius Guimarães; SANTOS, Jéssica Pereira dos; CHAVES, Denisson Gonçalves. Violência institucional contra a mulher: o Poder Judiciário, de pretenso protetor a efetivo agressor. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, RS, v. 13, n. 2, p. 640-665, ago. 2018. ISSN 1981-3694. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revista_direito/article/view/29538/pdf>. Acesso em 22 set. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório “O Poder Judiciário no Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres”**. Brasília, 2019.

PASSOS, Kennya Regyna Mesquita; SAUAIA, Artenira da Silva e Silva. A violência simbólica no Poder Judiciário: desafios à efetividade da Lei Maria da Penha. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, n. 35, p. 137-154, dez. 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/67560/39971>>. Acesso em 22 set. 2019.

PORTO, Madge. COSTA, Francisco Pereira. Lei Maria da Penha: as representações do judiciário sobre a violência contra as mulheres. **Revista de Estudos de Psicologia**,



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Campinas v. 27, n. 4, p. 479-489, outubro - dezembro 2010. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v27n4/06.pdf>>. Acesso em 22 set. 2019.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista (Brasil 1890-1930)**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero; Violência; Patriarcado**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SCOTT, Joan. “**Gender: A Useful Category of Historical Analysis**”. Gender and the Politics of History. New York: Columbia University Press. 1989. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila, gentilmente autorizada por Joan W. Scott. Revisão do português: Marcela Heráclio Bezerra.



O EXÉRCITO COMO SUSTENTÁCULO DO LATIFÚNDIO BRASILEIRO

LEOMAR RIPPEL¹

Resumo: O objetivo desse trabalho é levantar uma hipótese de trabalho acerca da relação entre Exército mais especificamente os oficiais e o latifúndio brasileiro, por isso mesmo a necessidade de compreender sua relação também com o Estado no Brasil. Nesse sentido, realizamos uma análise do Exército desde o Brasil Colonial até o golpe de 1964 e percebemos uma vinculação estreita entre os militares e a conservação/preservação do latifúndio brasileiro. Se no Brasil Colonial, a manutenção do latifúndio escravagista era antes de mais nada a manutenção da empresa militar, onde a estrutura militar tinha um papel central na Colônia, no Século XX e XXI os militares do Exército assumem o protagonismo central na implementação e manutenção do capitalismo dependente, justamente para manter a estrutura fundiária herdada da escravidão.

Palavras-chave: Estado, Exército, latifúndio

Introdução

Apesar de em alguns momentos históricos, até 1964, ter havido frações do oficialato do Exército mais à esquerda – como os oficiais abolicionistas; o apoio de alguns oficiais em relação a revolta dos sargentos de 1915 e 1916; o Antimil (setor antimilitarista do Partido Comunista Brasileiro); os oficiais nacionalistas das décadas de 1950 e 1960; e o apoio a revolta dos sargentos em Brasília em setembro de 1963 – nossa intenção é mostrar o quanto a organização e a estrutura militar estão arraigadas no latifúndio escravagista.

Reconhecemos que o Exército não é uma instituição homogênea ideologicamente, uma vez que os relevantes estudos historiográficos têm demonstrado a existência de frações da esquerda militar, ainda que sempre tenham sido minoritárias e, por isso, nunca alcançando a predominância necessária para dar uma direção política dentro do Exército. Por isso, nosso objetivo, portanto, volta-se para a defesa da tese de que a formação e a organização da estrutura militar no Brasil, no caso o Exército, sempre esteve ligada à grande propriedade escravagista e foi, justamente, para consolidar esse regime de propriedade o motivo de sua existência no período colonial e imperial. Inclusive, o desenvolvimento capitalista dependente da superexploração da força do trabalho implementado no Brasil a partir de meados do século XX (sem eliminar as forças do latifúndio), só foi possível com uma política do Exército que garantisse essa forma específica de desenvolvimento.

¹ Doutorando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *Campus* de Marechal Cândido Rondon na linha de pesquisa Estado e Poder e professor da Faculdade de Direito de Francisco Beltrão.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Para tanto, faremos uma análise sobre o Exército desde o período colonial até meados do século XX reconhecendo, desde já, que nossa reflexão é pequena se comparada ao conjunto do que foi e ainda será pesquisado sobre a temática, contudo acreditamos que ela permitirá elaborar uma visão geral sobre como a instituição foi organizada no Brasil. Apesar do Exército assumir diversas formas de se relacionar com os governos ao longo da história brasileira, algo nos parece imutável: sua relação umbilical na defesa do latifúndio escravagista. É evidente que durante o império houve desconfianças por parte da oligarquia agrária e escravocrata em relação ao Exército (por isso a criação da Guarda Nacional, em 1831), mas essas desconfianças se realizavam, basicamente, a partir do receio que as elites agrárias regionais tinham de que o Exército representava a centralização do poder

A estrutura e a organização militar no Brasil Colonial e sua relação com a expansão e a consolidação do latifúndio escravocrata

A estrutura e a organização militar no Brasil colonial resultam das determinações históricas e das características específicas do processo de ocupação e colonização portuguesa. Nesse sentido, faremos uma análise sobre as características das relações econômicas durante esse período na tentativa de elucidar questões que julgamos importantes nesse processo.

Segundo Sodré (2010), após a consolidação das condições materiais específicas (atreladas às condições gerais do capitalismo nascente) para instalação da empresa responsável pela produção de açúcar, houve a necessidade de dividir atribuições entre o colono produtor e a Coroa nas diversas esferas desse processo, ficando o produtor livre e responsável pela área da produção e sem a interferência da metrópole. Por outro lado, a metrópole reserva para si o regime de monopólio na área da circulação e, neste ponto, o produtor não interfere. Esse acordo consentido fez com que a Coroa delegasse amplos poderes aos colonizadores, não apenas econômicos, mas, sobretudo políticos numa espécie de troca: “Como não interfere na área da produção, a Coroa delega os poderes administrativos e políticos” (SODRÉ, 2010, p. 25).

A metrópole, assim, se ausenta de sua área específica, a de exercer “o poder político e a ordem privada absorverá a área em que aquele poder está ausente. O senhor de terra será, conseqüentemente, autoridade pública. Investido, inclusive de poder militar, salvo no mar, para o que não tem possibilidades” (Ibidem, p. 25). Ou seja, não eram delegados apenas poderes civis aos donatários, mas também a responsabilidade da defesa de modo que, além de governadores, os donatários também assumiam o papel de comandantes militares. Sodré (2010), ao analisar as disposições do Regimento do Governador-Geral do Brasil, baixado em 17 de dezembro de 1548 e destinado a Tomé do Souza, diz que o referido documento permitia que o donatário exercesse o poder militar junto com o título de comandante “enquanto colocava às suas ordens os povoadores, obrigados a servi-lo e a reconhecê-lo como chefe, ao mesmo tempo em que permitia a entrada de instrumentos necessários à luta militar, as armas e munições, e ainda o tráfico delas” (Ibidem, p. 26). Porém, as armas só poderiam estar nas mãos de cristãos e súditos do reino e não nas mãos dos indígenas.

Fica evidente, então, que a estrutura militar lançada e montada durante o período colonial teve intuito primordial de assegurar a posse da terra por parte dos grandes



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

proprietários, uma vez que a ocupação, o povoamento e a colonização, consolidados com o trabalho escravizados, só seriam possíveis a partir de uma organização militar capaz de garantir tal processo. Percebe-se, então, que essas características específicas de organização social constituíram ligação umbilical entre o latifúndio escravagista e a forma de atuação da estrutura militar no Brasil colonial.

A Coroa, transferindo aos colonizadores grandes poderes, teve como consequência uma redução dos poderes na ordem pública e uma ampliação do espaço de atuação da ordem privada na estrutura administrativa da colônia afetando diretamente a forma de atuação da organização e da estrutura militar. Justamente por isso, a “tropa era constituída pela gente que trabalhava, fosse escrava, fosse livre e submetida à servidão, ou livre, abrangendo o pequeno número de pequenos produtores, representando a primeira, na área escravista, a esmagadora maioria” (Ibidem, p. 42).

A maioria da tropa de linha formava-se, muitas vezes, por soldados “arrebanhados à força” e frequentemente “vistos como o ‘rebotalho’ da sociedade. Há relatos de armadilhas feitas especialmente para a captura de futuros recrutas” (HOMERO, 2006, p. 67). Uma dessas armadilhas, segundo Homero, consistia na realização de uma festa, na qual o governo prendia “todos os jovens presentes, engajando-os no exército. Para os que tinham mais recursos ou influência, havia sempre a possibilidade do serviço na milícia ou ordenança, este muito menos oneroso. Mesmo dentro dessas tropas, existia uma forte segregação” (Ibidem, p. 67).

Para Homero, “Como não podia deixar de ser, a organização das tropas refletia a hierarquia da sociedade colonial: os oficiais eram oriundos dos escalões superiores, muitas vezes portugueses” (Ibidem, p. 66). No entanto, para os oficiais, muitas vezes o serviço militar não era uma atividade honrosa, mas sim uma forma de lucrar: “Atuar nas fortalezas, por exemplo, podia ser um emprego lucrativo. Esses locais serviam como postos de arrecadação de impostos (registros), e estar no comando de um deles era uma forma de se obter riqueza com facilidade, às custas do rei” (HOMERO, 2006, p. 66). Ainda na perspectiva do autor: “A corrupção nos postos do exército chegava ao ponto de se instituir no meio o que se conhecia como ‘praças-mortos’, soldados que não existiam, mas cujo soldo era pago aos capitães, como forma corriqueira de aumentar seus vencimentos” (Idem, *ibidem*).

Sodré (2010) nos ajuda a pensar como era a organização militar no Brasil colonial. Segundo o autor, no que se refere às forças terrestres, surgem três tipos de organização militar: as tropas regulares provenientes do reino, que auxiliam em algumas operações especiais como, por exemplo, na expulsão dos holandeses; a semirregular, composta pelas forças dos Serviços de Ordenanças, sendo regulares do ponto de vista da legislação a partir das Cartas de Doação e as Cartas de Foral, outorgadas aos donatários, mas irregulares por não ser compostas de soldados, e sim por moradores, povoadores e sesmeiros, que deixavam seus trabalhos para auxiliarem nas necessidades militares; e as tropas irregulares, que se formam e se organizam à base da iniciativa de povoadores, de moradores ou colonizadores à margem da legislação vigente e da vontade das autoridades metropolitanas e/ou locais com o objetivo de atender as necessidades dos próprios interessados (SODRÉ, 2010).

No período colonial, portanto, as forças militares, sendo elas irregulares ou semirregulares, defendiam eminentemente os interesses da oligarquia agrária escravagista,



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

uma vez que havia uma supremacia quase que absoluta dos interesses privados em detrimento da ordem pública: “Enquanto os interesses da classe dominante na metrópole e os interesses da classe dominante na colônia se conjugaram, esse tipo de organização militar satisfaz perfeitamente as necessidades e sua vigência atendeu às condições reais da sociedade” (SODRÉ, 2010, p. 43).

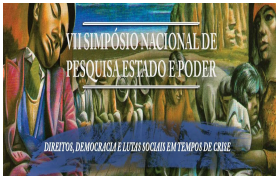
Se até esse período a estrutura militar estava delegada aos colonizadores e os quadros de comandos e direção nas mãos da oligarquia agrária, após a descoberta do ouro esses quadros deveriam conservar-se nas mãos da metrópole, já que ela fornecia com pessoas “de sua confiança, ou enviados do reino ou aqui recrutados entre os portugueses mais ligados à administração colonial. Criava-se e ampliava-se, em consequência, um poder público, separado agora da ordem privada e em contradição com ela” (Ibidem, p. 62). O aparato burocrático montado pela colônia após a descoberta do ouro se resumia basicamente, segundo Sodré (2010), aos órgãos fiscais, à justiça e às milícias: os primeiros desempenhavam a função da tributação na área mineradora; a justiça realizava as baixas das sentenças que puniam os atos contrários a legislação; e as milícias exerciam a tarefa policial, a fim de manter submissa uma população que crescia rapidamente e que procurava a riqueza na atividade da mineração.

Nota-se, portanto, que a metrópole não dispunha de recursos suficientes para constituir, na colônia, expressivas tropas de linha, por isso se serviu das milícias para solucionar os problemas existentes. Assim, é notório que as forças miliares estiveram sempre a serviço dos interesses dos grandes proprietários e da metrópole sendo que, num primeiro momento, a estrutura militar repousa eminentemente na ordem privada e, em seguida, passa ao controle absoluto da metrópole. O que não se altera é o fato de a estrutura militar ser organizada, principalmente, com o fim de reprimir as manifestações populares. Neste sentido, é possível identificar, na extensão deste tópico, alguns pontos fundamentais para a compreensão do fio condutor que liga o Exército ao latifúndio herdado do Brasil Colonial.

O exército no Brasil independente: da hibernação à posição de fortes atores sociais e políticos no final do Império

No tópico acima, buscamos mapear historicamente a formação do Exército durante a fase colonial com o objetivo de mostrar a ligação direta entre a estrutura econômica, social e política o latifúndio escravagista e, conseqüentemente, a organização militar. Neste momento, o objetivo volta-se para o mapeamento histórico das estruturas consolidadas do Exército brasileiro no contexto da Independência tendo em vista os processos que culminam no protagonismo desta instituição no final do Império. Para isso, buscaremos apresentar os pontos fundamentais da Independência política brasileira que, como é de conhecimento, não foi um processo revolucionário, uma vez que não alterou-as bases consolidadas do sistema colonial.

Foram conservadas as grandes propriedades agrárias, as relações de produção e reprodução do trabalho escravizado, bem como o sistema econômico de exportação. Desse modo, o processo da Independência “não gerou tipos novos de organização, portanto, e menos ainda



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

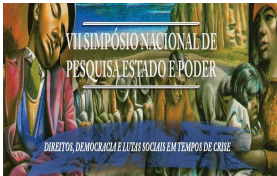
tipos novos de organização militar” (SODRÉ, 2010, p. 80). Desse modo, no processo de independência do Brasil, dentre as várias frações que lutaram pela hegemonia de seus próprios interesses o grupo que “representava as classes superiores da colônia, grandes proprietários rurais e seus aliados – que ganhará a supremacia” (PRADO JR, 1933, p. 50).

Segundo Moraes (2005), no “Novo Mundo”, não existia uma aristocracia herdeira de um passado feudal que se unisse à Coroa por laços de tradição e sangue, por isso D. Pedro I conferiu aos militares uma posição de subalternidade na organização constitucional do poder. Neste sentido, o Estado brasileiro “não dispunha de uma nobreza de espada (expressão que na França designava as famílias cujos títulos de formação remontam às Cruzadas) a quem pudesse confiar a formação de um quadro permanente de oficiais” (MORAES, 2005, p. 61-62). Ainda assim, havia uma nítida divergência entre o imperador e a oligarquia escravagista agrária em relação ao Exército. Alguns números são ilustrativos nesse sentido: em 1830, por exemplo, o quadro efetivo do Exército era de aproximadamente 30.000 homens, porém, logo após a abdicação de D. Pedro I, em 1831, este número foi reduzido para 14.342. Também as dotações orçamentárias do Ministério da Guerra foram reduzidas de 37%, em 1829 após o término da Guerra da Cisplatina, para 20% em 1832 (MORAES, 2005). Desse modo, “a organização militar que o país vai conhecer, quando da autonomia, reflete as condições sociais e a dominação da classe senhorial” (SODRÉ, 2010, p. 94).

Segundo Nogueira (1977), a abdicação significou o início do processo que levaria à “reação conservadora liderada pelos grandes proprietários rurais. Suas primeiras manifestações revelam, por um lado, a preocupação de conter a ‘anarquia’, de ‘parar o carro revolucionário’; e, por outro lado; de neutralizar o exército” (p. 79), visto que havia um “desenvolvimento das ideias radicais no seio da tropa”. Contudo, o que se nota, é o fundamental apoio dos militares para o golpe da abdicação, inclusive como aponta Nogueira, a oligarquia escravagista ao se referir a esse apoio logo após o golpe diz que à “coragem invencível do Exército brasileiro, que desmentiu os sonhos insensatos de tirania” (NOGUEIRA, 1977, p. 79).

Quando estamos falando dos militares, estamos nos referindo mais especificamente aos oficiais, visto que nas frações subalternas dos militares havia uma maior radicalização, podemos atestar esse fato, na ocasião da revolta do Corpo de Artilharia da Marinha, que se rebelou na ilha das Cobras na baía da Guanabara em 1831, nessa ocasião, a mesma reação conservadora que deu o golpe em D. Pedro I com apoio dos oficiais militares, formou sob o comando de Francisco de Lima e Silva (pai do duque de Caxias) o *Batalhão Sagrado* composto por generais, coronéis, majores e tenentes (todos oficiais) e o apoio de 180 guardas municipais para combater marinheiros.

Para Coelho (2000), a experiência que a população teve com as tropas coloniais inspirou uma grande repulsa em relação aos militares, pelo fato de serem destinados “às atividades de repressão das fraudes ao fisco e do contrabando” (COELHO, 2000, p. 50), especialmente a “mentalidade popular, a quem repugnava a violência dos processos de recrutamento para serviço na tropa” (Ibidem, p. 50). Os que procuravam as fileiras do Exército de forma espontânea eram “alguns jovens de tradicionais famílias militares, candidatos ao oficialato, entre os quais sobressaíam os cadetes. O grosso dos corpos de tropas, que nesse tempo policiavam as cidades e davam guardas nos presídios, formavam-



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

nos os recrutados à força” (SODRÉ, 2010, p. 163-4). Assim, mesmo sendo o único país a adotar o sistema monárquico na América após a independência, o Brasil não conseguiu fortalecer o poder central, visto que o imperador se deparou com os núcleos de poderes regionais

Sendo assim, diante da complexidade dos interesses específicos no processo de independência, houve pouco espaço para a construção de uma unidade nacional. Com o papel secundário relegado ao Exército, principalmente com o início da Regência, a oligarquia escravocrata conseguiu se manter no poder, mesmo após as guerras civis provinciais, principalmente devido a aliança construída com a Inglaterra. É justamente essa aliança que irá “permitir sufocar as manifestações de uma rebeldia nas mais diversas regiões, organizar o seu aparelho militar, uma vez que, de início, nem possui aparelho militar em condições para uma tarefa de tal envergadura, nem de condições materiais para organizá-la” (SODRÉ, 2010, p. 90). Por isso, a política das elites latifundiárias e escravocratas locais em relação ao Exército se alimenta de “atitudes hostis à existência de uma força armada permanente e profissional, consiste em aplicar à organização militar a máxima do ‘conformar-se ou perecer’. Por efeito de fatores diversos a elite política praticou-a, o império, de forma particularmente agressiva” (COELHO, 2000, p. 49).

O enfraquecimento do Exército resultou no enfraquecimento do poder central projetado na imagem do imperador, “o qual estaria permanentemente disposto a utilizar o Exército para conter os movimentos de autonomia regional ou reprimir violentamente as tentativas de subversão do regime” (Ibidem, p. 53). É importante ressaltar que a oligarquia agrária escravagista jamais aceitou a existência de uma força militar disciplinada, profissional e permanente como o Exército nacional, modo que a “preferência sempre fora por uma milícia, uma força de cidadãos-soldados sob comando regional” (Ibidem, p. 54). Portanto, a criação da Guarda Nacional teve o intuito de promover uma organização militar capaz de ser o contrapeso do Exército, mas a serviço das classes dominantes latifundiárias.

João Quartim de Moraes (2005), afirma não faltar motivos para o descontentamento dos oficiais do Exército em relação ao regime imperial, no entanto, segundo Moraes, os motivos que provocaram esse descontentamento não decorriam diretamente das iniciativas do imperador, mas sim, da oligarquia agrária escravagista, visto que eram os principais interessados em manter frágil o aparelho de coerção do poder central e que o golpe da república foi uma forma dos “grandes agrários [...], dirigir diretamente o país” (MORAES, 2005, p. 91). Ainda segundo o mesmo autor o problema para a oligarquia agrária, “foi que Deodoro, com o grupo de oficiais positivistas que o cercaram [...], chegou ao poder primeiro – e por conta própria” (MORAES, 2005, p. 91).

Se Deodoro e os oficiais que o cercavam chegou ao poder político antes que a oligarquia latifundiária, por que não se sustentaram no poder? Percebe-se portanto, que a História demonstrou que não houve nenhuma alteração da estrutura econômica e social herdada do 2º Império, o Exército apenas cumpriu uma função de governar para os latifundiários até apaziguar os ânimos de uma alteração de regime política, sem alterar a estrutura social brasileira. Tanto é que, o período que o Exército desempenhou direta essa função na esfera do Estado foi de apenas cinco anos, quando Prudente de Moraes assumiu a presidência.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

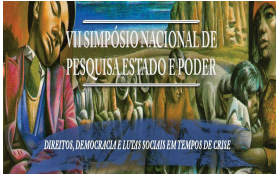
A república latifundiária tem no exército seu sustentáculo no desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro

Salvo algumas intervenções pontuais, que não envolviam o conjunto da corporação, era basicamente nulo o envolvimento dos militares com projetos industrializantes de 1889 a 1930, nesse período “as divergências entre a oficialidade jovem do Exército e o sistema oligárquico da Primeira República, apesar de profundas, [...] não iam muito além do campo político” (SILVA, 2018, p. 71). Portanto, o nacionalismo econômico, ainda não havia sido adotado pelos militares, por esse motivo não há qualquer evidência importante de que as Forças Armadas estivessem, nesse período, preocupadas com os resultados da concessão a outros países de recursos naturais esgotáveis e estratégicos, tampouco com a concessão de monopólio para empresas estrangeiras com a finalidade de explorar os serviços públicos (Ibidem, 2018).

Segundo Cunha, “enquanto doutrina, a Missão Militar Francesa Marcaria o Exército nos anos 1920, e sua incorporação tinha o firme propósito de profissionalizar e modernizar a instituição, além de confluir sobre esse quesito último, a disciplina militar” (CUNHA, 2018, p. 27). O positivismo de Benjamin Constant influenciou sobremaneira inúmeras gerações de oficiais do Exército, sendo, de forma indireta, a base teórica que motivou o tenentismo no início do século XX. Uma fração da juventude militar, nesse período, considerava-se uma elite de militares conscientes de serem atores sociais com o objetivo de fazer do Brasil um país melhor e mais próspero. Por outro lado, os “jovens turcos”, também influenciados pelo positivismo de Benjamin Constant – a partir de uma corrente mais autoritária –, consideravam-se predestinados a “capacitar o Brasil dentro de uma perspectiva reformista conservadora buscando um ‘melhor destino’ para a pátria. Esses tiveram forte influência no Estado Novo brasileiro através do discípulo general Góes Monteiro” (MEIRELLES, 2018, p. 143).

Em 1930, esses jovens oficiais já haviam alcançado os últimos postos do oficialato superior e, na década de 1940, alguns já estavam no generalato. Antes do golpe de 1930, os interesses industriais não haviam ainda alcançado uma amplitude e uma autonomia em relação aos setores tradicionais da República Oligárquica, o que conduziria à disputa “a favor de uma política voltada prioritariamente para o desenvolvimento industrial a expressiva vitória. [...] já nesse período começa a se formar na elite política um consenso de que a segurança nacional depende de um Exército forte e bem equipado” (SILVA, 2018, p. 67).

No intuito de tentar demonstrar a relação entre os oficiais do Exército e o latifúndio, podemos mencionar o general Goes Monteiro, proveniente de família de ascendência militar, de postura legalista, inclusive ajudou a combater a *Revolta do Forte de Copacabana* de 1922, o *Movimento Tenentista* e a *Coluna Prestes*, acaba assumindo o comando militar no golpe de 1930 quando da ascensão de Vargas ao poder. Mas o que mais chama a atenção é o fato de Goes Monteiro, impedir “quaisquer expurgos em massa nas fileiras do generalato, desejados pelos tenentes. A estrutura profissional do exército não foi alterada. Não houve execuções ou demissões de oficiais superiores” (YOUNG, 1979, p. 16), nota-se, portanto, que houve apenas uma acomodação dentro da estrutura do exército. Mas isso só foi possível pelo fato de o movimento não fazer alteração alguma na estrutura fundiária brasileira. Por



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

isso, os militares são a garantia do desenvolvimento industrial, sem alterar a estrutura fundiária herdada da escravidão.

O ‘estado de compromisso’ forjado no processo sócio-político da década de trinta, foi então remodelado a partir das experiências de um novo Estado traduzido pelas formas corporativas de associação e apoiado por formas autoritárias de domínio. O Estado Novo surgiu porque a burguesia industrial se mostrou incapaz de liderar os componentes oligárquicos do ‘estado de compromisso’. [...] O Estado Novo garantiu a supremacia econômica da burguesia industrial e moldou as bases de um bloco histórico burguês, concentrando as energias nacionais mobilizando recursos legitimados por noções militares de ordem nacional e de progresso (DREIFUSS, 1987, p. 22-23).

Desse modo, apesar de inúmeras mudanças que acontecem no Brasil no início do século XX, principalmente o incipiente processo de industrialização proporcionado pelo impacto da Primeira Guerra Mundial, a estrutura de concentração agrária deixada pela escravidão não sofreu alterações substanciais. As duas principais classes da “sociedade brasileira que descendem diretamente da escravidão, que são a ralé de novos escravos e a elite da rapina, são adaptadas ao novo contexto competitivo, mas reproduzem padrões que, substancialmente, são continuação do passado” (SOUZA, 2017, p. 109).

Isso significa dizer que a industrialização e o golpe de 1930 significaram uma transição no interior das próprias classes dominantes, visto que frações da elite industrial eram as mesmas da oligarquia agrária, por isso mesmo as relações sociais herdadas da escravidão mantiveram-se intocadas. Nesse sentido, a classe média, que assume maior importância nesse período principalmente favorecida pela ampliação da máquina burocrática estatal, mas os oficiais do Exército foram importantes para garantir o estado de compromissos com e entre as elites na formação do pacto antipopular no Brasil, ressaltando a relação estreita entre os interesses agrários e industriais.

Com o processo de industrialização brasileira são criadas novas classes sociais, “[...] uma classe trabalhadora precária e uma classe média moderna. A classe trabalhadora urbana e industrial e a classe média *white color*, dos serviços administrativos do mercado, do comércio e das finanças” (SOUZA, 2017, p. 109). Além “da classe média dos serviços estatais que também se avoluma nesse período, são a novidade social, econômica e política do Brasil que se moderniza, se urbaniza e se industrializa” (Ibidem, p. 109). É justamente nessa camada média “livre, mas não proprietária, principalmente, que será recrutada a oficialidade, na classe média que se esboça” (SODRÉ, 2010, p. 176).

A identificação do oficialato do Exército com a classe média é uma verdade histórica, como afirma Dantas, porém não podemos concordar quando o autor diz que a oligarquia agrária não “quis ou não soube captar a nova força”. É justamente a classe média e os oficiais do Exército que formam um pacto antipopular a serviço da pequena elite (oligárquica, industrial, comercial e bancária) predatória, com a finalidade de manter seus privilégios e disseminar o ódio contra a ralé de novos escravizados. Quando o falso moralismo da classe



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

média não dá conta de controlar esse pacto antipopular dentro dos limites da autocracia burguesa, o Exército é chamado para atuar pela força.

É através desse pacto antipopular que a “elite dos proprietários mantém seu padrão predatório de sempre. A grilagem de terra, covarde e assassina como sempre, foi e ainda é uma espécie de acumulação primitiva de capital eterna no Brasil” (SOUZA, 2017, p. 107). Com conivência e contribuição da classe média e do Exército exercendo uma forma nova de capitão do mato, o mais importante para essa elite predatória “é garantir o saque ao orçamento, a rapina das riquezas nacionais como sócio menor do capital estrangeiro e a quebra do ânimo e da solidariedade dos trabalhadores para a maior exploração possível do trabalho” (Ibidem, p. 107-8). Por isso, houve a necessidade de um conjunto de mudanças nas Forças Armadas nesse período, visto que, para sustentar um projeto de industrialização dependente que deixava praticamente 80% da população, era necessária uma extrema coesão interna que ligasse os militares a esse projeto. Nesse sentido, o Exército teve papel fundamental, uma vez que o comprometimento de boa parte dos oficiais com a industrialização dependente foi tanto, que os oficiais considerados suspeitos eram postos na reserva, como podemos perceber na doutrina de Góes Monteiro:

Essa forma específica de desenvolvimento econômico de caráter desigual combinado com a totalidade do capitalismo mundial que ocorreu no Brasil, só foi possível com a atuação repressiva das forças de coerção do Estado, dentre elas o Exército. Por conseguinte, se “o levante de 1935 possibilitou ao governo criar condições políticas para o golpe de 1937; resultou, entre os militares, por outro, uma forte rejeição à esquerda e sua associação aos militares nacionalistas” (Ibidem, p. 30). É importante ressaltar também que grande parte dos oficiais gerais nunca foram legalistas, como sinalizamos na ocasião do requerimento de Deodoro a Princesa Regente. Isto é, as frações democráticas, legalistas e nacionalistas do Exército sempre foram perseguidas dentro da corporação e não anistiadas como os integrantes do Levante de 1935. Em 1938, três anos depois, “ocorreria o *putsch* integralista, cujos membros seriam anistiados, reintegrados às Forças Armadas, atuando politicamente como golpistas ao longo das décadas seguintes, pressuposto que não seria rompido nem nas últimas anistias” (Ibidem, p. 30).²

A Escola Superior de Guerra (ESG) e suas articulações com o golpe na manutenção do latifúndio.

Se a ESG foi fortemente influenciada pela Doutrina de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América, a concepção de Guerra revolucionária (que pouca atenção tem merecido dos estudiosos) foi fortemente influenciada pela Escola Superior de Guerra

² Vale ressaltar que a identificação de parcela dos oficiais do Exército brasileiro com o nazifascismo não é novidade na caserna. Um dos episódios mais recentes, a homenagem que o Exército Brasileiro fez ao major alemão condecorado por Adolf Hitler, Otto Maximilian, no dia 01 de julho de 2019, é um bom exemplo. Outro exemplo histórico se dá durante a ascensão de Hitler e Mussolini, que refletiu com grande intensidade no Brasil, principalmente com a aproximação de Getúlio Vargas com a Alemanha. Nesse sentido, alguns militares exerciam um fascínio em relação ao Exército nazista como Eurico Gaspar Dutra, Filinto Strubing Müller e Túlio Régis do Nascimento, esse último integralista e partidário do nazismo.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Francesa, como verificamos na palestra de coronel Augusto Fragoso, proferida em 1959, no curso de Estado-Maior e Coando da Escola Superior de Guerra no Rio de Janeiro, intitulada “Introdução ao estudo da guerra revolucionária”. Apesar de apresentar reflexões próprias, a palestra parte das referências da literatura francesa.

A bibliografia francesa sobre a GR é, pode-se dizer, a única existente. A bibliografia da origem norte-americana não deu até agora ao assunto a importância merecida: nos quatorze últimos números consultados da *Military Review* (de janeiro de 1958, a fevereiro de 1959) não há nenhum estudo, artigo ou tópico que fale no título, de Guerra Revolucionária, Guerra Insurrecional ou Guerra Subversiva (FRAGOSO, 1959).

Realizadas em 1959, tais reflexões indicam que a influência da Escola Superior de Guerra Francesa e dos estudos sobre guerra revolucionária estiveram presentes nas análises dos militares brasileiros. As preocupações por parte de muitos oficiais sobre a guerra revolucionária facilitaram o entrelaçamento dos interesses militares com os interesses das frações da grande burguesia nacional e internacional. A partir desse cenário, houve a união de setores da UDN e de parte dos militares das FFAA, que tinham como intenção reconduzir o alinhamento automático aos Estados Unidos. Segundo Mendonça, a Doutrina de Segurança Nacional elaborada pela ESG destacava a manutenção do padrão de acumulação capitalista estrangeiro baseado no arrocho salarial, “Restava aos militares assegurar sua coesão interna, aliando seus segmentos mais ligados à vertente nacionalista para, assim, garantir o apoio do empresariado que, há muito, arquitetava a ação golpista” (MENDONÇA, 2004, p. 37).

A ESG foi um dos instrumentos mais eficazes da presença política e ideológica estadunidense no cenário nacional. Foi criada em 1949, no contexto da Guerra Fria, seguindo o modelo de *War Nacional College* tendo como objetivo a construção de uma doutrina para as Forças Armadas Brasileiras. No entanto, a ESG tinha algumas diferenças em relação a *War Nacional Colleg*, uma vez que suas preocupações eminentes eram o desenvolvimento e a “guerra revolucionária”, “assim, o binômio ‘desenvolvimento e segurança’ atendia ao mesmo tempo a um duplo objetivo: eliminar o atraso econômico evitando, assim, o fermento subversivo” (SILVA, 1990, p. 365).

Com o passar do tempo, a ESG adquiriu características originais coparada aos outros movimentos “modernizadores de cunho militar na América Latina: a estreita aliança com o capital privado, a defesa do liberalismo econômico e a visão otimista quanto aos capitais estrangeiros” (SILVA, 1990, p. 365). Por isso, acreditamos que os militares, principalmente os oficiais generais ligados a ESG e os oficiais superiores (mais especificamente tenentes coronéis e coronéis), que tinham canais de comunicação com militares articulados ao golpe, estavam em estado de alerta, esperando apenas um motivo que justificaria a consolidação do Golpe.

Considerações Finais



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Tentamos ao longo dessas páginas problematizar em torno da relação do Exército, mais precisamente os oficiais com o latifúndio brasileiro. Estamos trabalhando com a hipótese de que um dos sustentáculos do latifúndio escravagista ao longo do Brasil colonial e imperial foram os militares, visto que todo o empreendimento de expansão do engenho era antes de tudo um empreendimento militar. Mesmo após a abolição formal da escravidão e do processo de industrialização brasileira, a estrutura agrária herdada do Brasil Colonial não sofre nenhuma alteração, nesse sentido, estamos levantando a hipótese que a mentalidade reacionária que predominou nos oficiais do Exército é um dos principais sustentáculos do latifúndio.

Evidentemente, precisamos fazer um estudo mais minucioso para tentar compreender onde e os motivos pelos quais dessa relação umbilical entre o latifúndio e os militares do Exército. Temos intenção futuramente encontrar de forma pormenorizada esses pontos de convergências.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. **A ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- CALIL, Gilberto Grassi. O revisionismo sobre a ditadura brasileira: a obra de Elio Gaspari. **Século XX. Revista catalana d'història**, 7 (2014), p. 99-126.
- CHAGAS, CARLOS, **A ditadura militar e os golpes dentro do golpe**. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. Militares na política ou política entre os militares: uma falsa questão? *In*: BARBOSA, Jefferson Rodrigues et al (org.). **Militares e a política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- DANTAS, Sano Tiago. **Figuras de Direito**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.
- FRAGOSO, Augusto. **A Guerra Revolucionária**. Rio de Janeiro: ESG, 1959.
- HOMERO, ADLER. Soldados na paz e na guerra. **Revista Nossa História**, n. 38, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Soldados_na_paz_e_na_guerra.pdf>. Acesso em: 18/07/2019 às 01h42.
- MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. O aprendiz de feiticeiro. *In*: Deodoro, A espada contra o Império. São Paulo: Editora Nacional, v. 1, 1957.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- MEIRELLES, Bolívar Marinho Soares de. Ideologia na Educação do militar brasileiro. *In*: BARBOSA, Jefferson Rodrigues et al (org.). **Militares e a política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

MENDES, Fábio Faria. **O tributo de sangue**: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial. 1997. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. *In*: LINHARES, Maria Yedda. (org). **História geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MENDONÇA, Thaiane. Política de segurança e a construção do conceito de “inimigo interno” no Brasil. 1º Seminário Internacional de Ciência Política. **Estado e Democracia em Mudança no Século XXI**. UFRGS, Porto Alegre, 9, 10 e 11 setembro, 2015.

MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Exército e Estado no Brasil Imperial. **Perspectivas – Revista de Ciências Sociais**, v. 2, p. 75-96, 1977.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PACHECO NETO, Manuel. **A escravização indígena e o bandeirante no Brasil colonial**: conflitos, apresamentos e mitos. Dourados: UFGD, 2015.

PANDIÁ, Caçógeras. **Formação histórica do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1938.

PRADO JR, Caio. **Evolução política do Brasil**: colônia e império. São Paulo: Editora Brasiliense, 1933.

RIBEIRO JUNIOR, José. O Brasil monárquico em face das repúblicas americanas. *In*: MOTA, Carlos Guilherme (org). **Brasil em Perspectiva**. 9. ed. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. Vigiar, proteger e defender a Nação: Guarda Nacional, Exército e a formação do Estado imperial brasileiro. *In*: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Lugares dos historiadores**: novos desafios. Florianópolis – SC, 27 a 31 de julho de 2015.

SANTOS, Pedro Henrique Soares. **Recrutamento, castigo e direitos do cidadão no Exército do Primeiro Reinado**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar a redemocratização 1964/1984. *In*: LINHARES, Maria Yedda. (org). **História geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

SILVA, Ligia Osório. Projeto nacional e politização das forças armadas, 1944-1964. *In*: BARBOSA, Jefferson Rodrigues et al (Org.). **Militares e a política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

YOUNG, Jordan. Aspectos Militares da Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (Org.). **Os militares e a revolução de 30**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.



A CONSTRUÇÃO DA LEGITIMIDADE NA LUTA PELA MORADIA EM CASCAVEL/PR (1999-2019) - VALORES EM DISPUTA

LEONARDO DAVID OLIVEIRA GOMES¹

Resumo: O texto busca apresentar o andamento da pesquisa para Trabalho de Conclusão de Curso até o momento intitulado “A luta por moradia em Cascavel/PR (1999-2019). Análise a Ocupação do bairro Jardim Gramado, em Cascavel, de 1999 até 2019, correspondendo ao período de reintegração de posse e realocação de parte dos trabalhadores em outra localidade, no bairro Jardim Veneza, em Cascavel, lugar que até o momento permanece grande parte das famílias. A problematização almeja apreender os diferentes significados e sentidos produzidos na luta pela moradia, entendo que todos os sujeitos, compondo ou não de um movimento social, produzem práticas em busca de moradia. Para isso, tem-se como documentação publicações de imprensa escrita local relacionada aos trabalhadores que ocuparam o bairro Jardim Gramado, além de entrevistas produzidas com aqueles que hoje vivem no Jardim Veneza. Na comunicação apresentada no Simpósio, discutimos os modos como diferentes sentidos foram produzidos na imprensa referentes a legitimidade da luta pela moradia, na medida em que desiguais e contraditórias relações circunscrevem suas práticas. Nesse sentido, trabalhadores que não compuseram a Ocupação do J. Gramado também foram considerados, conforme a documentação possibilitava indícios sobre suas experiências na cidade.

Palavras-Chave: Trabalhadores, Moradia, Ocupação Urbana.

A Ocupação do Jardim Gramado foi a ocupação urbana mais repercutida entre a imprensa cascavelenses. Mas nem por isso devemos encara-la como o processo mais representativo da crise habitacional na cidade Cascavel. Parte de sua grande repercussão decorre de sua característica em ter resistido por quase vinte anos (1999-2017) em região centralizada na cidade, muito valorizada pelo mercado imobiliário, e alvo de grupos e entidades de classe que mantinham seus interesses no local.

Ao longo das quase duas décadas, muitas foram as publicações de imprensa sobre o Movimento e os trabalhadores da ocupação. Parte da proposta da pesquisa recaía na problematização dos interesses que perpassavam as publicações de imprensa escrita sobre a ocupação do J. Gramado, de modo a abranger o período que vai desde a ocupação (1999) até o período de reintegração de posse (2017). A medida em que tomava maior contato com os documentos elencados, constatei a inviabilidade de problematizar todas as publicações referentes aos ocupantes do Gramado nesse período, mesmo que me delimitasse a somente um jornal local. Sendo assim, concentrei maior atenção na primeira série de publicações

¹ Graduando do curso de História (UNIOESTE – Marechal C. Rondon).



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

sobre a ocupação (nos seus primeiros meses), correspondendo a um dos períodos em que as expectativas em torno da ocupação eram maiores, e conseqüentemente, uma maior quantidade de materiais eram publicados.

Em ambos os jornais investigados (*Gazeta do Paraná* e *O Paraná*), grande parte das vezes que narravam sobre a Ocupação do Jardim Gramado, outras ocupações eram dispostas geralmente numa mesma página e sob um mesmo título geral. O curioso disso é que essas outras ocorreram no campo, e relacionadas a outros movimentos sociais. Isso chamou atenção pois indicava um mesmo sentido atribuído a eventos dispares, e que, portanto, são interpretados e narrados de modo a compartilharem de um mesmo significado. Algumas questões provocaram minha visão sobre a documentação: Quais temas motivaram as publicações de imprensa sobre a ocupação do Gramado? Que sentidos foram produzidos sobre esses trabalhadores e sobre suas práticas? Como a legitimidade das práticas são formuladas? Que elementos a compõem?

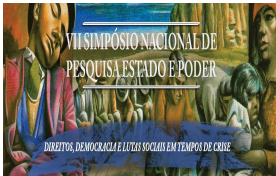
Logo nos primeiros dias da ocupação, o jornal de maior publicação da região em sua edição do dia 20 de fevereiro de 1999 (uma semana do início da ocupação), trouxe com o título de “Justiça determina desocupação de terrenos”, a determinação do juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Cascavel, Paulo Roberto Hapner. O texto aborda os encaminhamentos esperados com a determinação de reintegração de posse, e lamenta a situação em letras garrafais: “Dificilmente haverá desocupação nos próximos três meses”. A imagem que acompanha o documento consome metade do espaço da reportagem (Imagem 1):

Imagem 1 – Acompanha o texto da reportagem “Justiça determina desocupação de terrenos”



Fonte: O PARANÁ, 1999, p. 14.

O fotógrafo registrou um carro em primeiro plano, e ao fundo uma construção em madeira, erguida por ocupantes do Gramado. Há no mínimo três elementos que compõem a imagem: a construção de algum ocupante; a cerca, que indica a propriedade ocupada; e o carro, que aparece em destaque no primeiro plano. Não é muito difícil folhear os jornais



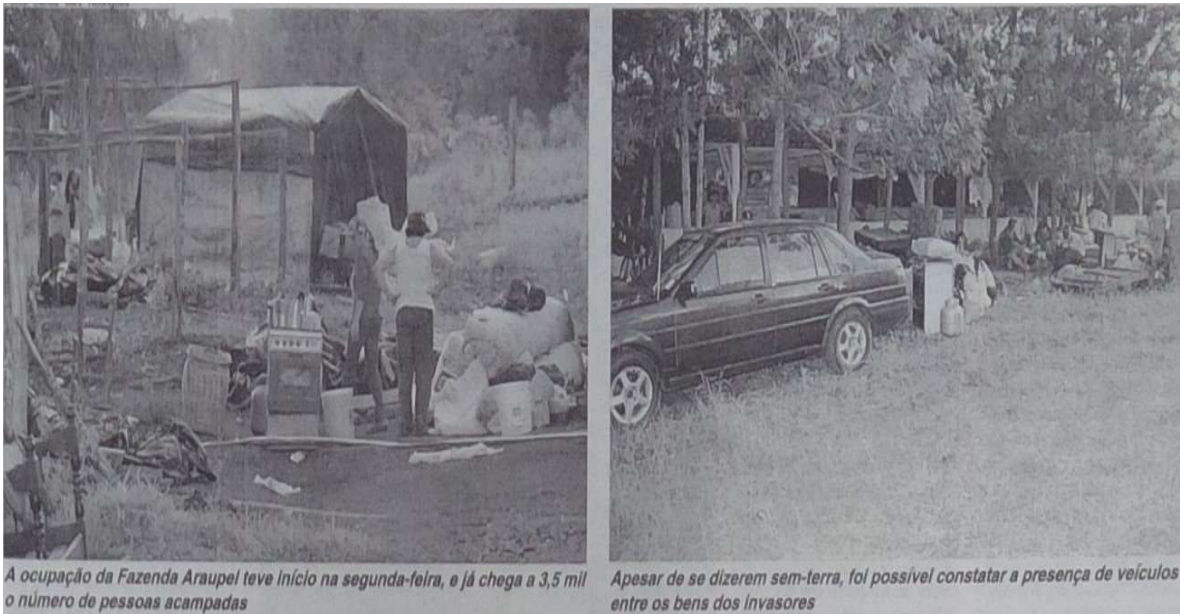
Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

próximos a essa data e encontrar outras muito semelhantes. O curioso sobre esse “estilo” que recorre as fotografias do jornal *O Paraná*, é que ele não se restringe às ocupações urbanas, ocorrendo de forma quase idêntica em ocupações no campo.

A reportagem do jornal *Gazeta do Paraná*, do dia 12 de maio de 1999, nos traz indícios sobre a associação estabelecida pelo jornal entre esses eventos. Com o título “Cresce o número de pessoas na área invadida”, reportaram a ocupação promovida pelo Movimento Sem-Terra (MST) na Fazenda Araupel, em Quedas do Iguaçu. Nela, vemos duas imagens (Imagem 2) que abrangem grande parte da página:

Imagem 2 – Acompanha o texto da reportagem “Cresce o número de pessoas na área invadida”



Fonte: GAZETA DO PARANÁ, 1999, p. 15.

As imagens e suas legendas explicitam o sentido pretendido. O título da matéria e a ênfase no “número de pessoas acampadas”, que, segundo o jornal, chegara aos 3,5 mil, é posto como dado alarmante pela narrativa. Aos pés dos dois sujeitos que aparecem na fotografia à esquerda, há o que entendo ser seus pertences (fogão, cestos, roupas, colchões e etc.). E ao segundo plano, armações em madeira, que provavelmente abrigariam provisoriamente os ocupantes após finalizadas.

A fotografia da direita, diferente da primeira que optou a uma perspectiva em que tanto os “acampados” quanto seus pertences estivessem no mesmo plano, exhibe “os bens dos invasores” em perspectiva e enquadramento privilegiados. A legenda sintetiza a intenção do fotógrafo com determinado ângulo: “Apesar de se dizerem sem-terra, foi possível constatar a presença de veículos entre os bens dos invasores”, ou seja, pode-se dizer que a composição entre texto e imagem foi evidenciar os pertences dos ocupantes. A publicação em questão não faz referência aos sujeitos dessa pesquisa, mas a considerarei representativa de concepções



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

morais sobre trabalhadores que lutam por terra, e que são associados aos que ocupam em perímetro urbano, como ao caso do Gramado.

Após alguns dias, na edição do dia 23 de fevereiro de 1999, a reportagem do jornal *O Paraná*, com o título “Invasores se organizam e dizem que não querem morar sem pagar”, traz fotografia (Imagem 3) que segue a mesma formatação das duas anteriores:

Imagem 3 – Fotografia que acompanha o texto da reportagem “Invasores se organizam e dizem que não querem morar sem pagar”



Fonte: O PARANÁ, 1999, p. 14.

O carro aparentemente é o mesmo evidenciado na publicação do dia 20 de fevereiro, porém, ao fundo vemos várias outras construções dos ocupantes que não apareceram na edição do dia 20. É de se notar que, além do carro, há uma motocicleta (lado direito) e várias barracas de lona, que não foram apresentadas na imagem que compõe a reportagem do dia 20. Para a leitura dessas imagens, entendo que ao mesmo modo como nas fotografias da Fazenda Araupel, a intenção é evidenciar os “bens” dos ocupantes. Nesse sentido, as fotografias intentam uma assimetria entre esses “bens” e as construções, visando deslegitimar a prática, visto que “até veículos estariam entre os bens” desses trabalhadores. O texto que acompanha a fotografia faz citação de Silvio, coordenador do Movimento:

Segundo Sílvio Gonçalves, um dos coordenadores do MSTC (Movimento dos Sem-Terra de Cascavel), o grupo aguarda proposta do banco para venda dos terrenos e afirma que **ninguém está disposto a morar de graça**. “Em nenhum momento cogitamos essa possibilidade. O pessoal está disposto a receber a proposta da empresa e oferecer contraproposta”, disse. Sobre a possibilidade de serem retirados à força do local pela polícia, a



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

orientação, segundo o dirigente, é de que não haja violência, mas “resistência pacífica”, ou seja, protestos para **chamar a atenção da população sobre o drama de famílias que não tem onde morar.** (O PARANÁ, 1999, p. 14, grifo meu).

A parte escrita termina com a paráfrase de Sílvio, contando que a intenção da “resistência pacífica”, é “chamar a atenção [...] [para] o *drama* de famílias que não tem onde morar”, e logo abaixo, segue a fotografia dos automóveis e barracas, vistos na página anterior. Interpreto que tanto a escolha da paráfrase de Sílvio, quanto a fotografia, não foram arranjadas aleatoriamente pelos editores. O texto escrito e a imagem são propositalmente contraditórios e fornecem indícios sobre a posição do jornal. Avalio que o esquema é provocar uma assimetria entre o que é socialmente considerado como “condição dramática” e as “posses” dos ocupantes (carros, motos, etc...), desmoralizando a “resistência pacífica” assim chamada pelo coordenador do Movimento.

Ao narrar sobre os “motins da fome” que ocorriam na Inglaterra do XVIII, Thompson (2005) contribui para a entendimento da dimensão moral que perpassa as práticas dos sujeitos e nos convida a analisa-las para além de “estímulos espasmódicos” característicos de interpretações de processos históricos que reduzem o agir dos trabalhadores ao caráter econômico. O autor buscou evidenciar que os motins compunham uma complexa estratégia de luta pela regulação dos preços dos cereais em tempos de carestia, tendo por base um consenso moral de valorização de políticas de bem-estar coletivo, ainda muito presente naquele século e, portanto, legitimavam as reivindicações e possibilitavam exercer pressões frente aos valores liberais de livre mercado.

É certamente verdade que os motins eram provocados pelo aumento dos preços, por mais procedimentos dos comerciantes ou pela fome. Mas as queixas operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado, dos moleiros, dos que faziam o pão etc. Isso, por sua vez, tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres. O desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era o motivo habitual para a ação direta. (THOMPSON, 2005, p. 152).

Entendo que a reflexão do autor auxilia no entendimento de que parte indissociável das relações humanas são imbricadas a valores socialmente difundidos e que estes fundamentam suas práticas, de modo a circunscrever quais seriam consideradas legítimas e ilegítimas frente a um quadro de moralidade socialmente forjado e difundido. Essa interpretação nos auxilia no entendimento da natureza das disputas pela legitimidade da Ocupação evidenciadas ao longo do capítulo.

As reportagens são representativas da moralidade que perpassa a luta pela moradia (e pela terra). Moralidade é entendida aqui como o conjunto de valores socialmente



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

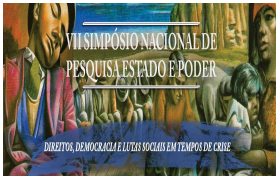
difundidos, e que, portanto, circunscrevem os pressupostos morais da legitimidade das práticas sociais. Quando Silvio pretende chamar a atenção para o “drama”, e o jornal busca contradizer a situação evidenciando os itens dos ocupantes, tanto o coordenador do Movimento, quanto o jornal, entendem que a legitimidade da reivindicação se baseia na “condição dramática” do sujeito. Ou seja, para ambos, tal inflexão do valor da propriedade (no caso a ocupação) pode se legitimar quando o sujeito não dispõe de condições para manter suas necessidades básicas (incluindo a moradia).

As publicações dos periódicos nos ajudam a entender os embates travados em torno da legitimidade da prática de ocupação na medida em que fornecem indícios sobre a moralidade que a recobre. Outros sujeitos que não viram na Ocupação do Jardim Gramado como uma possibilidade de alcançar uma moradia também foram evidenciados pelas publicações dos jornais locais. A crise habitacional na cidade de Cascavel, que entre os jornais parece ter sua maior expressão na Ocupação do Jardim Gramado, vai além desses sujeitos que viram nos lotes ocupados uma possibilidade para melhorarem suas condições de moradia. Outros trabalhadores que também lutaram (e talvez ainda lutam) por moradia também apareceram, em menor frequência, nas narrativas da imprensa periódica. É possível apreender indícios desses sujeitos na edição do dia 25 de maio de 1999 do jornal *O Paraná*, que narra as condições de vulnerabilidade de um casal de trabalhadores que foram notificados de despejo. A publicação tem o título “Casal de idosos ameaçado de despejo” e seu texto foi transcrito abaixo:

Com a ordem de despejo emitida pela Justiça, solicitando a desocupação da casa n.º 111 da rua Altemar Dutra, no conjunto habitacional Bela Vista, em Cascavel, o casal Joaquim Onório dos Reis, 61 e Margarida de Sena dos Reis, 56, está fazendo um apelo à comunidade para ajudá-lo a conseguir um local para morar. [...] “Somos pessoas com idades avançadas; não temos emprego; não recebemos aposentadoria; não temos para onde ir”, disse Joaquim, que apresenta dificuldades de audição e de fala. [...] Ele conta que em 1992 trocou com um pastor de sua igreja o lote em que morava, na rua Gaspar Dutra (próximo ao cemitério central), pela casa de onde está sendo ameaçado de despejo. [...] “Enquanto tive emprego, consegui pagar a prestação (atualmente de R\$ 42,00) até 1994. A partir desse ano, não consegui arranjar mais trabalho, parei de pagar e a Caixa Econômica Federal acabou leiloando a casa no ano passado. Semana passada me deram prazo de até 30 dias deste mês para a desocupação”, disse. [...] Antônio Meira, vizinho do casal, informou que os idosos só não passam fome devido à solidariedade dos moradores. “Nós ajudamos com comida, remédios e muitas vezes levamos ao médico. Se para uma pessoa jovem já está difícil arrumar emprego, imaginem para esse casal de idosos?”, questiona Meira. [...] (O PARANÁ, 1999, p. 9).

Abaixo do texto, publicaram uma fotografia do casal (Imagem 4) em frente à casa de que estão sendo despejados:

Imagem 4 – Fotografia presente na reportagem



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4



Fonte: O PARANÁ, 1999, p. 9.

Diferentemente das publicações sobre a ocupação do Jardim Gramado, que pouco aparecem as questões imbricadas na vida dos ocupantes, essa publicação busca divulgar o apelo do casal de idosos que passam por várias complicações. Além da preocupação editorial em expor os nomes, idades e endereço dos sujeitos, informam as condições precárias de vida que se encontravam. A escolha de quais aspectos da vida desses sujeitos buscam o maior poder de comoção aos que poderiam auxiliar o casal que passa pelas situações descritas nas citações e paráfrases: idades avançadas; desemprego; problemas de saúde; sem aposentadoria, moradia e ajuda parental.

A reportagem conta “que em 1992 trocou com um pastor de sua igreja o lote em que morava, na rua Gaspar Dutra (próximo ao cemitério central), pela casa de onde está sendo ameaçado de despejo”. Por ter morado em Cascavel, já me deparei com a região onde os idosos moraram antes de fazerem negócio com o dito pastor da igreja. Mesmo já passados duas décadas da publicação dessa reportagem, os terrenos que compõem a região descrita – rua Gaspar Dutra, perto do cemitério central – desde aquele período, possuem imóveis e lotes de alto valor imobiliário, dado que compõem parte da região mais centralizada da cidade. Em contrapartida, a localização da moradia que foram ameaçados de despejo – “casa n.º 111 da rua Altemar Dutra, no conjunto habitacional Bela Vista” – é uma área periférica em relação a região central².

Margarida e Joaquim, que antes morava numa das regiões mais valorizadas da cidade, tiveram de se mudar para região periférica, que só recebeu asfaltamento nessa década³. O texto do jornal não detalha as motivações do casal em negociar o imóvel com o

² Para se ter uma ideia, é necessário embarcar em ao menos dois ônibus do transporte coletivo para se chegar ao centro da cidade, local próximo de onde moravam antes do negócio com o pastor da igreja.

³ O Google Maps na função Street View possui imagens do endereço do imóvel que evidencia a rua sem asfalto ainda no ano de 2011.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

pastor da igreja, porém, dado a difícil situação descrita pela reportagem, é plausível que as condições de vida encontradas eram difíceis, mesmo morando na região centralizada.

Nesse sentido, negociar o imóvel “bem localizado” do qual moravam, por um em região periférica, indica pressões que a questão da moradia incide na vida de sujeitos que vivem na cidade de Cascavel. As dificuldades relatadas, como o desemprego – que se agrava na idade que se encontravam –, a falta de assistência familiar, aposentadoria e saúde são problemas que se põem na vida de trabalhadores, e as regiões periféricas aparecem enquanto possibilidades de moradia. Locais muitas vezes distantes das ofertas de empregos em regiões mais centrais da cidade, agravando a situação de sujeitos que vivenciam essas desigualdades de modo mais agudo.

O final do texto traz as projeções de futuro produzidas pelo casal frente as percepções das questões postas em suas vidas. Segundo o jornal, Joaquim dizia estar

[...] esperançoso de conseguir uma chácara para morar com a sua esposa. “Estive conversando com uma promotora no Fórum e ela disse que vai tentar **arranjar uma chácara pra gente morar, cuidar e até plantar, porque não podemos é ter que morar na rua**” (O PARANÁ, 1999, p. 9, meu grifo).

A ordem de despejo incidiu na vida do casal de modo a produzir uma perspectiva de futuro. Pode-se dizer que essa projeção é socialmente compartilhada por sujeitos que se deslocam das regiões centrais para as periferias, e ainda encontrando dificuldades nesta nova localidade, vislumbram no campo uma possibilidade para viverem no que avaliam com melhores condições.

Evidente que as escolhas não são determinadas somente pelas necessidades mais básicas que envolvem a vida na cidade. As fotografias discutidas no início do texto evidenciam que a moralidade também compõe as práticas dos sujeitos. Para Thompson (2005), os motins na Inglaterra do séc. XVIII não foram consequência direta e “espasmódica” de estômagos roncando, e no nosso caso, a possibilidade do frio e do céu estrelado não são as únicas motivações da prática desses sujeitos. Quando Joaquim diz “não podemos é ter que morar na rua”, isso indica uma possibilidade vislumbrada pelo casal, que mediante a ordem de despejo, precisa encontrar um novo local. É inegável a intencionalidade em chamar atenção dos leitores do jornal para as condições descritas, e, buscar alguma forma de auxílio (principalmente moradia). Mas a forma e o significado com a qual formularam esse pedido indica o que é necessário para que a solicitação do casal seja socialmente (e moralmente) válida. Desse modo, as informações elencadas pelo casal, e os sentidos apresentados na narrativa, evidenciam o que socialmente se valora como necessário para despertar complacência dos leitores do jornal.

Mesmo que o casal não fizesse parte de um movimento social, como aqueles que compunham a ocupação do MNLM no Gramado, compartilham do mesmo pressuposto moral. Diremos então que a problemática narrada pelo casal também indica as contradições presentes nessa moralidade, afinal, com visto nas publicações de imprensa sobre as ocupações, os “bens” dos trabalhadores desmoralizariam sua ação, e no caso do casal, expor



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

as condições precárias (ou “dramáticas” como indica o outro documento) favoreceria obtenção de algum tipo de auxílio.

Nesse sentido, é possível dizer que o casal, o jornal (e seus interesses de classe evidenciados pelas fotografias), e até o coordenador do Movimento, compartilham dessa moralidade. Mas seria uma incoerência dizer que a dinâmica entre as práticas e a moral se dá de forma igual para todos os casos. Por mais que compartilhados, a relação com esses valores é diferente, e isso está relacionada com as desigualdades nas relações entre esses sujeitos. Enquanto o jornal parte dessa moralidade para deslegitimar a ocupação do Gramado, e assegurar o valor da propriedade privada, Silvio parte desse pressuposto moral para legitimar a prática de ocupação em função do valor da propriedade privada. E da mesma forma, Joaquim e Margarida partem dessa mesma moralidade quando buscam sensibilizar os leitores do jornal almejando algum auxílio nas condições que descreveram. A moralidade, portanto, perpassa as suas vivências e as práticas desses sujeitos, porém, a maneira como se relacionam com ela é determinada pela materialidade de suas condições.

Para além do fator moral, considero que de forma significativa, as vivências e suas memórias, revisitadas a partir do tempo presente, indicam caminhos e possibilidades para os sujeitos. Pela idade que sujeitos como Joaquim e Margarida tinham em 1999 (61 e 56), possivelmente nasceram e passaram suas infâncias no campo, como grande parte dos que viveram no Oeste do Paraná e que compartilham dessa idade, se mudaram para a cidade, e como indica o documento, almejaram regressar ao campo. Este seria o caminho inverso visto com o processo de formação da cidade de Cascavel, que na segunda metade do século vinte, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, foi palco de grande número de pessoas que se deslocaram do campo para a cidade.

Assim como Joaquim e Margarida, o diálogo entre as questões constituintes do tempo presente aos sujeitos, e as memórias de vivências no passado, também são compreensíveis nas entrevistas que realizamos no Jardim Veneza, em 2019. Após a reintegração e posse em 2017, grande parte dos trabalhadores que ocupantes o Jardim Gramado se mudaram para uma nova área acordada com a Prefeitura de Cascavel, no Jardim Veneza. Em comparação ao Jardim Gramado, o novo local é bem afastado da região central da cidade, carecendo de infraestrutura básica, e que ainda hoje, buscam asfalto, saneamento, energia e etc., a partir de reivindicações para com a Prefeitura de Cascavel. No início de 2019, busquei entrevistar alguns desses sujeitos que agora moram na área acordada, no Jardim Veneza, onde supus que encontraria aqueles que ocuparam os lotes no Gramado, durante o período de quase vinte anos desde 1999.

De fato, a maioria dos trabalhadores com quem conversei eram ex-ocupantes do Gramado, mas uma das senhoras não havia vivido no Gramado, mas sim, sua prima. Gracilídia (pseudônimo), antes morava em Foz do Iguaçu, e realizou uma troca de imóveis com sua prima a quase um ano, indo para a moradia de sua prima no Jardim Veneza, em Cascavel, e sua prima, para a moradia de Gracilídia, em Foz do Iguaçu. A conheci no portão de sua casa, e em poucos segundos gravávamos a entrevista. Ela contou que possuía 57 anos, e que morou em Foz do Iguaçu durante grande parte de sua vida, solicitei então que me falasse como foi viver lá. De forma espontânea, ela rememorou momentos de sua infância. Transcrevi abaixo trecho desse momento:



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

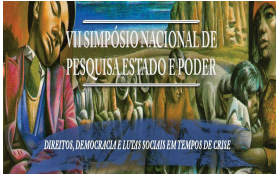
Gracilídia: Até que acabou o mato, porque roçaram tudo o mato. Só o meu vô tinha assim 50 mil alqueire de terra, lá. Eu me criei no sítio, então uma indiazinha, eu sabia fazer a caça, era curto [?], não era proibido, a gente tinha a caça, e tinha... ou não tinha poluição de barragem, era só jogar a linha lá e trazia peixe a vontade, e hoje não tem mais. Hoje ficou difícil essa parte, né. Mas antigamente pra nós era fartura. No rio tinha tanto peixe assim que gente entrava no meio do rio assim, a gente escolhia qual o mais bonito pra comer. E onde que você vai escolher hoje? Ficou mais difícil... Melhorou a parte do ônibus, do posto de saúde, essas coisas [...] Alí tinha arroz, feijão, milho, tinha o... igual esse aí que solta... pinhão. [...] Se nós queria comer arroz, tem que socar. Se nós queria comer [ininteligível] tinha que socar. E hoje não... Só que nós tinha muita saúde, porque eu mesmo era muito laranjal, limão, lima doce, pipum, nós tinha de tudo, era fartura. Mamão, banana, minha mãe comprava os feijão, milho, e vivíamos da caça. Eu achava que aquela época tava ruim..., mas tá ruim agora, né! Que agora não tem nada! (GRACILÍDIA, 2019).

Em seu último emprego, Gracilídia sofreu acidente no elevador em que operava no depósito. No momento da entrevista, ela contou que convive com uma costela fora do lugar, gerada pelo acidente, além do agravamento dos problemas nas articulações que a prejudicavam principalmente nos joelhos. Uma das atividades que desenvolvia, além do trabalho em um armazém, era a coleta de materiais recicláveis, que fazia com sua bicicleta, passando nos condomínios da região em que morava em Foz do Iguaçu. Devido ao acidente, as dores que sentia a impossibilitaram nos dois trabalhos. Na entrevista, não a indaguei sobre as motivações da troca com sua prima, mas é bem provável que posto as dificuldades que se colocaram, as duas combinaram em trocar os imóveis com vistas de conseguirem melhora em suas condições.

No trecho recortado de nossa entrevista, é evidente a relação entre o presente e o passado de Gracilídia. Ao narrar sobre o passado, questões que perpassam o tempo presente influem na produção de narrativas sobre nossas vivências. Desse modo, a forma e o significado dessa memória estão indissociáveis das problemáticas vividas por Gracilídia no tempo presente. Relação que é fundada no paralelo entre as condições vividas no presente, e as experienciadas na infância, quando morava em Foz do Iguaçu.

As carências e a precariedade que narrou na entrevista, como a falta de infraestrutura, moradia, saúde e custo de vida, é comparada como um tempo em que essas condições, por mais simples que fossem, são avaliadas como mais acessíveis. É uma força de expressão a quantidade de terra que teria seu avô – “50 mil alqueires” –, mas indica a avaliação delegada a esse período, de que havia terra, moradia e alimentação, e que em paralelo às questões atuais, “era fartura”. A narrativa que produziu sobre sua infância, e o significado imbuído, indicam as desigualdades que Gracilídia vivencia hoje na cidade de Cascavel.

Para além de determinações atribuídas pelas problemáticas da vida na cidade, os caminhos visualizados por sujeitos como Gracilídia, e o casal Joaquim e Margarida, também são influenciados pela memória produzida no período em que passaram no campo. Memórias de uma vivência, que recriada a partir do presente, é significada como um tempo que condições basilares como a moradia, alimentação e trabalho, eram mais acessíveis.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Portanto, esse significado que integra as memórias do vivido no passado, são parte de uma projeção de futuro, que pode indicar um retorno ao campo, como é o caso de Joaquim e Margarida. Mas de modo diferente ao processo de êxodo rural, em que as famílias de pequenos agricultores vendiam ou perdiam suas terras para então irem em à cidade, os sujeitos que almejam retornar ao campo, veem essa possibilidade arranjando “uma chácara pra [...] morar, cuidar e até plantar”, como diz Joaquim na reportagem. Ou seja, trabalhar para os então proprietários de sítios, chácaras e fazendas da região, para conseguirem, quem sabe, condições mínimas de moradia, alimentação e trabalho, condições que até nas periferias da cidade lhes são muito limitadas. É possível ainda que sujeitos que experienciaram condições parecidas com as do casal vissem na ocupação de lotes urbanos – como a do Jardim Gramado – a possibilidade de conseguirem melhora em suas condições.

Vimos que as narrativas de imprensa que versam sobre os sujeitos que lutam pela moradia no Jardim Gramado, tendem a operar com o conjunto de valores socialmente difundido, buscando deslegitimar, desmoralizar suas práticas. Trabalhadores como o casal Joaquim e Margarida, e Silvio (coordenador de Movimento Social), interagem de forma diferente com essa moralidade, produzindo práticas que visam melhorar suas condições de vida na cidade. E a partir da narrativa de Gracilídia, é possível delinear alguns traços de como a memória se faz presente nas práticas dos sujeitos e também constitui suas práticas.

Enfim, a problematização dos documentos nos evidencia que as diferentes práticas sociais de luta por moradia, desenvolvidas por trabalhadores em Cascavel, são indissociáveis da dinâmica estabelecida entre o vivido, as problemáticas da vida na cidade, e os limites e possibilidades exercidos pelo conjunto de valores socialmente difundido. Esses fatores certamente não são os únicos, mas constituem parte das relações que orientam as práticas sociais desses trabalhadores. Se fizer sentido, pode-se dizer que as memórias (ainda frescas) do contraditório processo de reestruturação da produção no campo, as problemáticas decorrentes da vida na cidade, e a moralidade, compõem a experiência de sujeitos que lutam por moradia na cidade de Cascavel, no final da década de 1990 e nas duas primeiras décadas do século XXI.

Referências bibliográficas

GAZETA DO PARANÁ. Cresce o número de pessoas na área invadida. **Gazeta do Paraná**. Cascavel, p. 15, 12 de mai. 1999. Caderno Cidades.

GRACILÍDIA. Entrevistador Leonardo David Oliveira Gomes. Cascavel, Paraná: fevereiro de 2019.

O PARANÁ. Casal de idosos ameaçado de despejo. **O Paraná**. Cascavel, p. 9, 25 de mai. 1999. Caderno Cidades.

O PARANÁ. Invasores se organizam e dizem que não querem morar sem pagar. **O Paraná**. Cascavel, p. 14, 23 de fev. 1999. Caderno Local.

O PARANÁ. Justiça determina desocupação de terrenos. **O Paraná**. Cascavel, p. 14, 20 de fev. 1999. Caderno Local.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

THOMPSON. E. P. **Costumes em comum**. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.



NEM FASCISMO NEM NEOFASCISMO: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ELEMENTOS ESTRUTURANTES DO “PROCESSO DE FASCISTIZAÇÃO”

MARIANO SÁNCHEZ¹

Resumo: O presente trabalho pretende identificar aqueles elementos que, conjugados, vem determinando os rumos da história presente dos complexos processos de crise política e econômica no Brasil, configurando um ameaçante processo de fascistização em curso. Considerando os problemas terminológicos que o conceito de fascismo provoca, resgato o conceito de *processo de fascistização* que Antonio Gramsci aplica à política italiana de 1922 a 1926, um processo de lenta mas continua construção do regime fascista. Depois de uma revisão da literatura da psicologia de massas sobre o fascismo clássico, considero o referido processo de fascistização como um processo de ativação de uma personalidade autoritária latente nas massas pela Fala do Líder. Assim, a primeira hipótese deste trabalho é que no início do processo foi a *mídia* que ocupou o lugar da Fala do Líder, funcionando como dispositivo ativador das tendências fascistas preexistentes na sociedade brasileira. Como a mídia não é um poder absoluto, a segunda hipótese propõe que a mídia operou com sucesso devido a que tendências fascistas já conformavam uma subjetividade autoritária presente na sociedade: esta será pensada como resultado do *neoliberalismo conceitualizado como produtor de subjetividade*. E finalmente, como terceira hipótese, as formas específicas de ativação do fascismo se realizaram por meio das *novas tecnologias da comunicação e das redes sociais*, que operam sobre a linguagem e sobre a consciência recriando virtualmente um comportamento de massa em plena sociedade da fragmentação e desorganização das classes trabalhadoras.

Palavras-chave: Fascismo, Neoliberalismo, Subjetividade.

O velho fascismo, por mais atual e poderoso que seja em muitos países, não é o novo problema atual. Estão preparando outros fascismos para nós. Todo um neofascismo se instala, relativamente ao qual o antigo fascismo parece folclore [...]. Em vez de ser uma política e uma economia de guerra, o neofascismo é um acordo mundial pela segurança, pela gestão de uma ‘paz’ não menos terrível, com uma organização orquestrada de todos os pequenos medos, de todas as pequenas angústias que fazem de nós outros tantos microfascistas, encarregados de sufocar cada coisa, cada rosto, cada

¹ Doutorando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* Marechal Cândido Rondon, docente na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Laranjeiras do Sul, PR.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

palavra um pouco mais forte, em nossa rua, nosso quarteirão, nossa sala de cinema (DELEUZE, 2016, p. 141)

Nesta surpreendente reflexão de Gilles Deleuze, pronunciada ainda em 1977, o fascismo não é pensado como uma organização estatal específica da violência exterior sobre o indivíduo, o que nos aproximaria das definições tradicionais do fenômeno, mas como um processo de colonização interna de sua subjetividade. Esta mudança conceitual habilitaria o prefixo neo-, distinguindo do fascismo clássico.

Mas como generalizar o conceito de neofascismo a fenômenos tendenciais, que ainda não se constituem em um regime político consolidado? O prefixo “neo” exige ser delimitado para não perder consistência analítica: exige determinar quais elementos da experiência típica do fascismo já pertencem a um período histórico finalizado e que portanto já não existem mais no presente, e quais elementos ainda permaneceriam válidos nas presentes circunstâncias históricas. Neste sentido, resulta útil contrastar a análise deleuziana do neofascismo com uma definição do fascismo clássico. Assim, segundo Leandro Konder:

o fascismo é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implementação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração de capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara ‘modernizadora’, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário. Seu crescimento num país pressupõe condições históricas especiais, pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo-lhes a influência junto às massas); e pressupõe também as condições da chamada sociedade de massas de consumo dirigido, bem como a existência nele de um certo nível de fusão do capital bancário com o capital industrial, isto é, a existência do capital financeiro. (KONDER, 2009, p. 53)

Esta obra (Introdução ao fascismo, de 1977) resulta útil para descrever as conexões entre crise estrutural do capital e opção da burguesia pelo modelo fascista como processo de enfrentamento da crise, e fornece subsídios para analisarmos como se recoloca essa conexão no nosso presente, porém também enumera uma série de realidades já distantes de nossa situação.

Certamente a perspectiva de Deleuze está relacionada com as análises foucaultianas da passagem da “sociedade disciplinar” para a “sociedade de controle” e o debate sobre a chamada “biopolítica” (MENDES, *et al*, 2018). Mas para evitar a discussão da validade da utilização de um ou outro conceito, nos interessa propor aqui uma análise centrada na questão da *subjetividade* do homem fascista, e por isso resulta essencial revisar a obra “A



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

personalidade autoritária: estudos sobre o preconceito”, de Theodor Adorno (1950). E isto porque os frankfurtianos

não estavam se referindo ao fascismo de Estado, tal como surgiu como uma ideologia política totalitária, antissemita, nacionalista, militarista e de extrema direita do regime do III Reich na Alemanha ou do regime de Mussolini na Itália. Eles se debruçaram sobre os traços fascistas ou sobre a mentalidade fascista presentes, de forma visível ou subterrânea, nas sociedades modernas democráticas, tal como os Estados Unidos da América do Norte. Além disso, se preocuparam em: (1) descobrir os traços essenciais e históricos do fascismo latente de cidadãos comuns, não participantes de organizações fascistas, e (2) analisar panfletos e elocuições radiofônicas de agitadores fascistas, ou seja, de militantes e líderes de organizações fascistas. (CARONE, 2012, p. 14)

Partindo da reflexão seminal de Freud sobre o preconceito em “Psicologia de massas e análise do eu”, onde identifica determinações objetivas (sociais) e subjetivas (inconscientes) do preconceito, Adorno procura explicar como “a síndrome autoritária funciona como uma estrutura de personalidade” (CARONE, 2012, p. 15) construindo uma tipologia de traços autoritários. Aqui a psicologia social torna-se uma abordagem inevitável, pois “a sustentação dos preconceitos está na própria dinâmica psicológica e não é fácil erradicá-los com a prova de sua inverdade. Se assim fosse, seria impossível combinar racismo com o progresso da civilização e com o avanço da ciência” (CARONE, 2012, p. 15-16) e por isso a contribuição de Wilhelm Reich é fundamental quando afirma em “Psicologia de massas do fascismo”, de 1933, que

a adesão da população alemã (principalmente a classe média e uma parte do proletariado urbano e rural) ao fascismo não ocorreu por causa do engodo da propaganda política, mas sim pela identificação da população com os líderes do movimento. Na verdade, a população alemã estava bem vacinada pelos partidos de esquerda e pelos movimentos políticos da época para reconhecer de modo imediato os seus próprios interesses e para exercer a práxis transformadora. A adesão à extrema direita não aconteceu por causa da despolitização do povo, mas sim por causa da atração exercida pelo discurso fascista sobre algo que se poderia chamar de estrutura psicológica ou caráter determinado societariamente pela cultura alemã. Daí nasceram as expressões caráter autoritário e personalidade autoritária (CARONE, 2012, p. 16).

A partir destas fontes, Adorno avança considerando a relação que se estabelece entre os dois universos de sujeitos estudados: os agitadores e líderes fascistas e os liderados ou massa de seguidores: “A diferença entre líderes fascistas e os seus liderados repousava, segundo Adorno, na capacidade de os primeiros colocarem o seu inconsciente para fora, sem censuras, acionando e mobilizando as forças do inconsciente das audiências (*acting out*) [...] Os liderados, por sua vez, receberam os estímulos porque tinham necessidade psicológica



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

de encontrar bodes expiatórios para descarregar a ira e a frustração diante das misérias de suas vidas, não importando a verdade ou falsidade de se atribuir aos judeus a inteira responsabilidade pelo *status quo* social” (CARONE, 2012, p. 16). Esta dimensão psicológica da dominação fascista revela-se importantíssima desde o momento que questiona a teoria clássica da ideologia de Karl Marx, que considera que a ideologia, como falsa representação da realidade a serviço dos interesses das classes dominantes, pode ser desmontada por uma razão crítica cujo exercício demonstraria sua inverdade, mas que no caso do fascismo, torna-se inoperante porque estamos tratando de um discurso baseado na mentira manifesta que encontra recepção num público que tem uma necessidade psicológica dessa mentira provinda da fala do líder. (CARONE, 2012, p. 17). Não tem verdade para revelar, mas um universo em que a mentira pronunciada (no caso, o racismo) como mentira funcional, torna-se o eixo mobilizador da estrutura de personalidade autoritária. E chegamos aqui ao ponto principal do problema:

não há dúvida, no entanto, que o combustível do comportamento discriminatório é o preconceito; uma vez formado, o preconceito faz parte da estrutura psíquica e pode ser ‘acionado’ pelo comando psicológico do fascismo ou permanecer num estado latente, quando o sujeito vive numa sociedade que censura, condena e pune a discriminação. (CARONE, 2012, p. 20)

O preconceito pode ser então “acionado” ou permanecer em estado latente. Quem aciona o comando do preconceito no liderado? O agitador fascista, a fala do líder.² Mas no

² “Os estudos sobre os agitadores fascistas, empreendidos por Adorno, Löwenthal e Guterman, como já dissemos, foram realizados nos Estados Unidos, anos 30. Esses militantes, que eram no geral, pastores evangélicos, faziam uso do rádio e de panfletos políticos, mas mascaravam as suas simpatias pelo nazismo e pelas ideias totalitárias com a capa da religião, uma vez que não podiam fazer uma propaganda política ostensiva do fascismo numa sociedade democrática. No entanto, utilizavam as mesmas técnicas da psicologia de massas de Hitler, que incluíam: (1) a representação do líder como pequeno grande homem; (2) a representação dos alvos de suas elocuições como inimigos escondidos e protegidos pelas instituições democráticas; (3) a nomeação desses inimigos como judeus, comunistas, intelectuais de esquerda, políticos do New Deal, banqueiros, artistas do cinema e do rádio, etc.; (4) a orientação ou destino de suas mensagens para os aliados dos benefícios sociais (os underdogs), velhos aposentados, lunáticos, classe média rancorosa ou ressentida, religiosos fundamentalistas, etc.

Baseados na coleta de programas de rádio e de várias revistas panfletárias, os frankfurtianos fizeram a análise desses materiais com os recursos da psicanálise, mostrando o seu conteúdo latente: a racionalização (ou falsas justificações racionais) de motivações irracionais antidemocráticas, que ressoavam fortemente no destinatário (as audiências), como uma espécie de código Morse psicológico pelo qual a mensagem do emissor é decodificada ou decifrada pelo destinatário mais em um nível inconsciente do que consciente.

A idealização do líder, por meio da sua representação como um pequeno (igual à sua audiência) grande homem (infinitamente superior a ela) é parte do processo psicológico da identificação dos membros da audiência, como Freud mostrou em Psicologia das massas e análise do eu. A representação dos alvos de suas diatribes como inimigos do povo, por sua vez, comportou um processo projetivo: o de atribuir, aos grupos nomeados, as pulsões negadas e recalçadas pela audiência e pelo líder. Idealização do líder, identificação dos membros do grupo entre si através da figura do líder e projetividade sobre os grupos visados como inimigos são, portanto, os elementos psicológicos colocados em jogo pela prática fascista. Em suma, a paranoia utilizada como uma



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

caso do fascismo contemporâneo, ou do neofascismo, --onde está o líder fascista e sua fala funcionando como dispositivo ativador de tendências autoritárias em determinado universo da população? Aqui segue a primeira de nossas hipóteses: *o lugar do líder e de sua fala como dispositivo ativador de estruturas de personalidade autoritárias é hoje ocupado pela mídia, pelo discurso da mídia, pelo discurso (des)informativo ou manipulatório das grandes empresas privadas de comunicação.*

Assim, a nossa segunda grande perspectiva teórica, depois da psicologia social, consiste na sociologia da comunicação, centrada na análise do discurso da mídia dominante, analisando como operam as grandes empresas privadas de comunicação, incluindo “as formas e efeitos da colonização do imaginário social pela mídia corporativa, não raro com a divulgação massiva de ‘verdades’ convenientes e rentáveis. [...] a configuração atual do sistema midiático, sob forte concentração monopólica em torno de megagrupos e dinastias familiares, [...] a subordinação de informações de interesse coletivo a ambições lucrativas, [...] e as implicações para a democracia” (MORAES, RAMONET, SERRANO, 2013, p. 15).

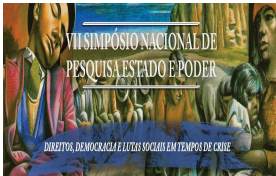
Mas esta constituiria tão-só uma dimensão do fascismo: o lado do agitador fascista, da fala do líder, ativadora das tendências autoritárias (relativamente) dormentes na sociedade. Mas do lado do liderado, do lado das massas do fascismo? Está claro que já não vivemos mais nem uma sociedade de massas, mas ao contrário, vivemos em uma sociedade que sofre as transformações desagregadoras no mundo do trabalho em função das mudanças nas formas de produzir, a revolução tecnológica, a precarização das relações laborais, resultando em uma fragmentação da vida social inaudita: obviamente nos referimos ao mundo do neoliberalismo, o mundo do capital globalizado. Então como propor o conceito de fascismo, tão vinculado à sociedade de massas, nesta nova sociedade pós-fordista, flexível, pós-moderna?

Para responder tal questão, torna-se necessário reelaborar o conceito de neoliberalismo, de maneira semelhante a como mudamos o foco sobre o tratamento do fascismo: trata-se de pensar o neoliberalismo incluindo uma outra dimensão além de sua formulação primária como conjunto de receitas de política econômica, de reforma do Estado e de desregulamentação econômica. E aqui segue a segunda de nossas hipóteses: *trata-se de pensar o neoliberalismo como um produtor de subjetividade.*

Uma frase encerra exemplifica esta nova maneira de pensar o neoliberalismo: “A Economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma”, frase com a qual termina uma famosa entrevista com Margareth Thatcher, utilizada como fonte para a reflexão de Pierre Dardot e Christian Laval em seu livro “A Nova Razão do Mundo. Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal”. Para estes autores,

inspirados pela obra de Michel Foucault (O Nascimento da Biopolítica) enxergar o neoliberalismo como uma mera ideologia econômica, imposta pela força e de forma conspiratória pelos que dela se beneficiam é equivocado e contraproducente. O grande trunfo do neoliberalismo, e que explica seu persistente sucesso apesar das recorrentes crises que a

forma de comando da sociedade. [...] os agitadores conseguem converter as tendências antidemocráticas latentes em ação política.” (CARONE, 2012, p. 20-21)



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

economia das sociedades capitalistas que o seguem periodicamente enfrentam, foi ter logrado se introjetar em todas as relações sociais ao penetrar no coração e na alma das pessoas, criando o que os autores chamam de "sujeito neoliberal". O sujeito neoliberal, ou "neosujeito", enxerga-se e organiza sua vida em todas as esferas sociais (família, trabalho, política) à luz da racionalidade neoliberal, isto é, como se fosse uma empresa ("a empresa de si mesmo"). É um verdadeiro produto de si mesmo que concorre a todo o tempo com os outros indivíduos e, portanto, precisa sempre desempenhar melhor para vencer o concorrente. Seus julgamentos são pautados pelo valor empresarial da eficiência, pelo cálculo da relação de custo-benefício, sempre em função de seu interesse pessoal, e não do interesse da comunidade em que vive. Até mesmo o voto, tradicionalmente expressão de uma virtude cívica, transforma-se em investimento em busca de um "retorno" individual. Não há necessidade, desse modo, de imposição forçada do neoliberalismo. Os indivíduos se autopoliciam. (FERRAZ, 2018).

O psicanalista lacaniano Jorge Alemán, junto com outros autores³ a trabalhar numa linha semelhante à de Dardot e Laval, considera haver uma mutação no capitalismo contemporâneo: o neoliberalismo aspiraria não mais a simplesmente gestionar a crise do capital, mas a produzir todo um homem novo, a produzir a subjetividade de homens e mulheres. O neoliberalismo transforma-se num dispositivo que coloca o sujeito na ordem do "rendimento", que se define por estar sempre além de suas possibilidades. Assim, para este autor, o neoliberalismo bloqueia toda tentativa de mudança que não seja uma mera gestão/administração de si pela via do rendimento contra si e contra os outros. Baseado num princípio de satisfação (mas não de prazer), onde trabalho, sexualidade e condição física se articulam como matriz de exigência sob a figura do empresário de si, que isolado na luta pela sobrevivência num mercado de trabalho cada vez mais exíguo e competitivo e excludente, reclama manuais de autoajuda, *couchings* variados e managers da vida que o ensinem a viver e reforçar um rendimento impossível de atingir.⁴ O neoliberalismo produz desta maneira uma subjetividade sem história, sujeitos com menos recursos simbólicos e com cada vez menos heranças nas quais se reconhecer, que carrega a pesada culpa de estar permanentemente aquém do rendimento ótimo exigido pelo mercado, gerando sintomas generalizados como a depressão, esvaziando dimensões da vida como a amizade, a arte, o ócio, e provocando uma despolitização profunda da subjetividade.

Assim, a subjetividade neoliberal como infinita acumulação de frustração e ressentimento pela incansável exigência derivada da gestão da própria vida sob a lógica do

³ ALEMAN, Jorge. Para uma izquierda lacaniana. Intervenciones y textos, Barcelona: Grama, 2009; STAVRAKAKIS, Yannis. Lacan y lo político, Buenos Aires: Prometeo, 2007; STAVRAKAKIS, Yannis. La izquierda lacaniana. Psicoanálisis, teoría, política, Buenos Aires: FCE, 2010; e talvez poderíamos considerar ao filósofo brasileiro Vladimir SAFATLE nesta categoria, com A paixão do negativo. Lacan e a dialética, São Paulo: Unesp, 2006, e SAFATLE, Vladimir, O circuito dos afetos. Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo, São Paulo: Cosac Naify, 2015.

⁴ ALEMAN, Jorge. En la frontera: sujeto y capitalismo, disponível em YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=zLzSISPnwvQ>, acesso em junho de 2018.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

rendimento tal como se fôssemos uma empresa, parece então nos oferecer uma base social pronta para ser ativada pela Fala do líder, a Mídia. Mas ainda falta um terceiro elemento para completar o iniciar do processo de fascistização: como se realiza empiricamente o processo de ativação política da subjetividade neoliberal em um sentido antidemocrático? Aqui segue nossa terceira hipótese: *é a intervenção novas tecnologias da comunicação (computadores, internet, celulares, redes sociais) que funcionam, em virtude de seus elementos constitutivos e de sua dinâmica específica, como um canal de transmissão perfeita para discursos na sua essência antidemocráticos*. E isto porque estes discursos (por exemplo, o discurso da luta contra a corrupção) explora *de maneira sistemática* as emoções (a indignação moral), por meio do escândalo, do sensacionalismo, da suspeita sem provas nem fundamentos verificados, das mentiras propositais (fakes news), provocando a desinformação calculada da população, estimulando os discursos de ódio, de intolerância, etc. A velocidade e superficialidade das informações que circulam pelas redes sociais parecem operar quase a nível inconsciente sobre seus leitores ou visualizadores, produzindo um efeito distorcivo e facilmente manipulatório. Esta terceira e última parte da presente pesquisa está nos seus inícios, por isso me limito aqui a estas breves indicações.

Desta maneira as novas tecnologias de comunicação deixam de ser sobredimensionadas e vistas como a causa nova e exclusiva das tendências neofascistas: as redes não são fascistizantes *per se*, mas elas resultam funcionais a tendências fascistizantes se inseridas neste processo de fascistização que tentamos explicitar neste trabalho: a conjugação do poder manipulatório do discurso da mídia, a subjetividade neoliberal profundamente anti-política, e as novas tecnologias da comunicação, fechando um círculo que marca uma tendência preocupante para o futuro da democracia no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. 1ª ed. São Paulo: Unesp, 2015.

ADORNO, Theodor W. Televisão e formação. *In*: ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, Theodor W. La televisión como ideología. *In*: ADORNO, Theodor W. **Intervenciones**. Nueve modelos de crítica. Caracas: Monte Ávila, 1969 [Internet]

ADORNO, Theodor W. **The Authoritarian personality**. New York: Harper & Brothers, 1950.

ALEMAN, Jorge. **En la frontera**. Sujeto y capitalismo. Barcelona: Gedisa, 2014.

ALEMAN, Jorge. **Horizontes neoliberales en la subjetividade**. 1 ed., Buenos Aires: Grama Ediciones, 2016.

BERNARDO, João. **Labirintos do Fascismo**. 3ª versão, s/e (internet), 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. 1ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1997.



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

CARONE, Iray. A personalidade autoritária. Estudos frankfurtianos sobre o fascismo, *In: Revista Sociologia em Rede*. vol. 2, num. 2, p. 14-21, 2012.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian, **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles. **Dois regimes de loucos**. Textos e entrevistas (1975-1995). São Paulo: Editora 34, 2016.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**, 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2014.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. 1ª ed., Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ECO, Umberto. **Cinco escritos morais**. São Paulo: Record, 1998.

FERRAZ, Octávio Luiz Motta. Livro revê conquista do mundo pelo neoliberalismo nos anos 80. *In: Folha de S. Paulo*, Suplemento Mercado, em 16 de julho de 2016. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/07/1792317-livro-reve-conquista-do-mundo-pelo-neoliberalismo-nos-anos-80.shtml> , acesso em junho de 2018.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu**. Obras Completas, Volume 15, São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, Sigmund. **Mal-estar na civilização e outros textos**. Obras Completas, Volume 18, São Paulo: Companhia das Letras, 2010

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Volume 3. 5ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Volume 2. 6ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, Florestan. Notas sobre o fascismo na América Latina. *In: FERNANDES, Florestan. Poder e contrapoder na América Latina*. 2ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 33-58.

MCLUHAN, Marshall. **La galáxia Gutenberg**. 1ª ed., Barcelona: Planeta-De Agostini, 1985.

MCLUHAN, Marshall. **Guerra e paz na aldeia global**. 1ª ed., Barcelona: Planeta-De Agostini, 1985.

MENDES, Alexandre; CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe. Foucault e os desafios para a América Latina. *In: Le Monde Diplomatique*, edição n. 95, 8 de junho de 2015. Disponível em <https://diplomatique.org.br/foucault-e-os-desafios-para-a-america-latina/>, acesso em junho de 2018.



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

MORAES, Denis de; RAMONET, Ignácio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contrapoder**. Da concentração monopólica à democratização da informação, 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

REICH, Wilhelm. **Psicología de masas del fascismo**. Madrid: Ayuso, 1972.

SAFATLE, Vladimir. **A paixão do negativo**. Lacan e a dialética. São Paulo: Unesp, 2006.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**. Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 1ª ed., São Paulo: Cosac Naify, 2015.

STAVRAKAKIS, Yannis. **Lacan y lo político**. 1ª ed., Buenos Aires: Prometeo, 2007.

STAVRAKAKIS, Yannis. **La izquierda lacaniana**. Psicoanálisis, teoría, política. 1ª ed., Buenos Aires: FCE, 2010.

WILLIAMS, Raymond. **Televisão Tecnologia e forma cultural**. 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2016.



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

“BRASIL PARALELO” A PLATAFORMA À SERVIÇO DA “NOVA DIREITA” NO BRASIL RECENTE

MAYARA AP. MACHADO BALESTRO DOS SANTOS¹

Resumo: A proposta do trabalho pretende refletir e analisar atuação, a organização e o *modus operandi* do (APH) “Brasil Paralelo” no fenômeno da chamada “nova direita”. Criado em 2016 – no contexto histórico do Golpe midiático, parlamentar, judiciário e empresarial – tem se tornado um aparelho político-ideológico e educativo “porta-voz” de setores conservadores e de extrema direita (tanto civis e empresariais, quanto militares) no sentido de dar legitimidade “histórica” ao seu projeto político-institucional. Tendo como “padrinho” intelectual Olavo de Carvalho e composto por um conjunto de sujeitos e entidades representativas desta nova direita no interior de relações ampliadas do Estado – Instituto Millenium, Instituto de Estudos Empresariais (Fórum da Liberdade), Instituto Liberal e Instituto Von Mises Brasil – o canal “Brasil Paralelo” apresenta em sua plataforma uma variedade de materiais voltados à produção e disseminação de “conhecimentos” sobre o que entendem ser a “verdadeira” história do país. Os referenciais teóricos e metodológicos estão ancorados numa abordagem marxista-gramsciana (e seus comentaristas) que articula questões envolvendo Estado, poder e hegemonia às novas configurações político-ideológicas e materiais da sociedade capitalista. O objetivo consiste em problematizar a atuação deste aparelho da burguesia nos rumos da história do tempo presente no Brasil, que tem contribuído para promover uma negação do pensamento crítico e científico, perseguição a professores e demais intelectuais progressistas e a deturpação do conhecimento histórico.

Palavras chaves: Brasil Paralelo; “Nova Direita”; Aparelho Privado de Hegemonia.

Introdução

Atualmente, temos acompanhado um significativo avanço do pensamento e da ação política e ideológica da chamada “nova direita” no Brasil e em outras partes do mundo. No Brasil, as características específicas que compõem a guinada da “nova direita” estão presentes no pensamento reacionário, ódio às mulheres e às minorias (Comunidade LGBT e indígenas, por exemplo), defesa das privatizações e da repressão policial, perseguição aos professores das áreas das ciências humanas, discurso anticorrupção e a participação massiva das igrejas neopentecostais no cenário eleitoral brasileiro de 2018.

¹ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE), mestranda pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), bolsista CAPES e integrante do Grupo de Pesquisa História e Poder.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Para compreender a chamada “nova direita”, analisamos de forma *en passant* o processo de redemocratização no Brasil a partir dos anos de 1980 e 1990, e as formas de atuação e o *modus operandi* dos grupos pertencentes a “nova direita”.

Segundo a historiadora Virgínia Fontes (2010), as décadas de 1970 e 1980 foram especialmente ricas no que concerne à “constituição de organizações, tanto de base empresarial quanto sindicais e populares, que afrontavam em sua multiplicidade a seletividade repressiva dominante”. A intensificação das lutas populares no efetivo processo de construção de hegemonia evidencia a complexificação da sociedade brasileira em torno do papel da chamada ‘sociedade civil’ e da configuração do Estado.

Os diferentes atores da burguesia já atuavam antes, durante e depois do período ditatorial, caso, por exemplo, do setor empresarial – tal processo representou formas de re/organização e ação político-ideológica na perspectiva da “sociedade civil” gramsciana, ou seja, como aparelhos privados de hegemonia (APH), ancorados intimamente com o Estado, antes, durante e depois do período ditatorial. De acordo com Casimiro (2018), apresentavam-se, entretanto, como “sociedade civil” no sentido liberal, contrapondo-se ao Estado. Neste sentido, o Estado tem um papel constitutivo na reprodução de poderes de uma determinada fração da classe burguesa e, portanto, de sua legitimação, em sua natureza dupla: coerção e consenso, direção e dominação (GRAMSCI, 2002).

Também enxergamos relações estreitas desta “mídia corporativa”, da qual o projeto “Brasil Paralelo” faz parte. Objetivamos pensar as estratégias de organização e atuação deste em virtude da complexa relação com o Estado e o exercício de dominação/consenso de classe, na medida em que o Brasil Paralelo pode estar atuando no sentido de preparar certas condições históricas de defesa do Estado capitalista no país e das estruturas de poder e hegemonia de determinadas frações da burguesia (POULANTZAS, 2000; FONTES, 2010), de maneira a universalizar interesses específicos de classe para todo o conjunto do tecido social. Amplia-se e se complexifica, deste modo, a relação que o Estado mantém com a sociedade civil, composta pelos aparelhos privados de hegemonia.

Tendo isso em consideração, o objeto de análise desse trabalho é, portanto, a plataforma “Brasil Paralelo”. Refletimos a sua atuação política e ideológica organizada e construída pelos seus diferentes intelectuais, por meio da análise das produções que estão na plataforma do “Brasil Paralelo” separadas por quatro categorias diferentes: *séries*, em que é apresentado aos membros assinantes sete documentários em formatos de séries; *núcleo de formação*, no qual acontece no formato de aulas ministradas por diferentes frações da burguesia na plataforma “Brasil Paralelo” e que abordam os mais diversos assuntos dentro das áreas de estudo propostas; *entrevistas*, nas quais os principais intelectuais de diferentes frações de classe tecem comentários com temáticas relacionadas a história, economia e filosofia, os quais depois são editados e apresentados na íntegra e também nas séries e documentários; *documentários*, reúnem uma série de recortes das entrevistas, abordando eventos histórico, como o Golpe de 1964, Era Vargas, Brasil colônia, Impeachment de Dilma Rousseff, Governo Collor, FHC e Lula. Na plataforma os documentários e séries estão disponibilizados juntos a partir da aba intitulada “séries”. Neste sentido, até o momento ambas produções, séries e documentários, não estão apresentadas separadamente, mas, ainda assim, possuem formatos diferentes.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Com o objetivo de analisar a construção e organização desse APH, em especial a articulação com outros APHs na sociedade civil e no sentido ampliado do Estado. Para compreender a atuação do Brasil Paralelo, fundamentamos a discussão teórica-metodológica numa abordagem marxista-gramsciana que articula questões envolvendo Estado, poder e hegemonia, às novas configurações políticas, ideológicas e materiais da burguesia brasileira.

“Brasil Paralelo” a serviço da “Nova Direita” no Brasil recente

O canal/plataforma “Brasil Paralelo” surgiu em 2016, no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, por meio de três ex-estudantes de administração da ESPM, Henrique Viana, Filipe Valerim e Lucas Ferrugem, em um cenário em que a política brasileira estava fragilizada pelo golpe midiático, parlamentar, empresarial e jurídico. Os sócios-fundadores do “Brasil Paralelo” até o exato momento contaram com a participação de 150 entrevistados para a produção de suas séries, documentários e núcleos de formação.

Os participantes são integrantes de outros Institutos, por exemplo, Instituto Millenium, Von Mises, Liberal, Borborema. Muitos dos quais são jornalistas, figuras públicas, empresários, professores, pesquisadores, advogados, dentre os quais estão Olavo de Carvalho, Hélio Beltrão, Alexandre Borges, Thomas Giulliano, Percival Puggina, Luiz Felipe Pondé, Phillippe de Orléans e Bragança, Lucas Berlanza, Joseita Ustra, Renor Oliver, Laudelino Lima, Flávio Morgenstern, Ícaro de Carvalho, Marcus Boeira, Silvio Grimaldo, Carlos Marchi, Antônio Paim, Rodrigo Constantino, Paulo Cruz, Janaína Paschoal, Joice Hasselmann, Eduardo Bolsonaro, Jair Bolsonaro, Lobão, Adriano Gianturco, Rodrigo Gurgel, Jorge Caldeira, Leandro Narloch, Carlos Andreazza, Diego Casagrande, Felipe Moura Brasil, Flávio Gordon, Olavo Mendonça, Gilmar Mendes, Hélio Bicudo, Leandro Ruschel, Claudio Castro, Miguel Reale, Igor Moraes, Rico Ferrari, entre outros².

A plataforma “Brasil Paralelo” realizou dois eventos de *Encontros Fundadores – Brasil Paralelo*, o qual ocorreu em São Paulo, em 19 de agosto de 2017. Nesse mesmo ano, em 10 de abril, foi apresentado na 30ª edição do Fórum da Liberdade³. Reuniu diferentes frações de classes na expansão da plataforma “Brasil Paralelo”. Naquela época já estava com 5 mil assinantes e com uma agenda cheia para os próximos anos. Em 2019, ocorreu novamente outro evento organizado pelos integrantes e sócios-fundadores do “Brasil Paralelo” intitulado *Fórum Brasil – A última cruzada*, realizado em 7 de setembro, em São Paulo, contando com a participação dos membros assinantes da plataforma, os fundadores e os palestrantes, Luiz Philippe de Orléans e Bragança, Hélio Beltrão, Percival Puggina, Paulo Cruz, Thommas Giulliano, Rafael Nogueira e Armando Alexandre dos Santos, a discussão foi mediada pelo sócio-fundador Filipe Valerim e dividida em 7 temáticas, “Abertura-

² Disponível em: <https://members.brasilparalelo.com.br/members/entrevistas>. Acesso em 20/10/2019.

³ O Fórum da Liberdade é promovido pelo Instituto de Estudos Empresariais (IEE), em Porto Alegre, contando com painéis, palestras e seminários em que participam diferentes intelectuais da direita brasileira, dentre os quais, em 2017, estiveram presentes João Doria Jr., Eduardo Giannetti, Luiz Felipe Pondé. O Fórum é responsável por apresentar os novos aparelhos privados de hegemonia, busca atrair novos intelectuais para esse campo, dentre outros objetivos.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Nossa Missão”, “Terra de Santa Cruz”, “Pais Fundadores”, “Cultura brasileira”, “Os poderes do Brasil”, “Capitalismo e Conservadorismo”, Literatura brasileira contemporânea e o encerramento⁴.

Segundo Bianchi (2016), é no terreno da cultura que as correntes tradicionalistas, conservadoras, liberais e fundamentalistas estão ganhando a guerra. A plataforma “Brasil Paralelo” coloca-se como produtora essencial para entender a situação política, econômica e cultural do país, afirmando-se também como uma iniciativa “100% privada”. De acordo com Álvaro Bianchi, a cultura é o campo de batalha na busca pelo consenso e pela consolidação de projetos:

Para travar a batalha no campo da cultura de modo eficiente é preciso recolocar a estratégia em seu lugar e passar para o terreno da grande política, coordenando esforços e dirigindo-os em uma mesma direção. É necessário perceber que a cultura é importante espaço do conflito de classes, aquele em que as visões de mundo se organizam e enfrentam. Sem transformações profundas nesse campo não são possíveis mudanças radicais e duradouras (BIANCHI, 2016, p. 124).

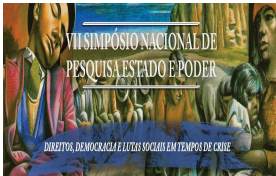
A instrumentalização do discurso é, para o Brasil Paralelo, necessária e faz parte da construção da sua narrativa, no sentido de promover uma “nova” hegemonia. Segundo o historiador Edmundo Dias (1996, p.12), “o consenso se constrói através, primordialmente, do convencimento político e ideológico”. A plataforma “Brasil Paralelo” representa os interesses dos diferentes intelectuais coletivos presentes na participação das entrevistas, das palestras e dos congressos promovidos pelo Brasil Paralelo.

Em dezembro de 2016, a plataforma “Brasil Paralelo” recebeu uma contribuição jurídica do Instituto Liberal⁵, mais especificamente de Sergio Renato de Mello, integrante do Instituto. Segundo ele, trata-se de uma “pequena contribuição” para a série “Congresso Brasil Paralelo”, com o intuito de ajudar na atuação do Brasil Paralelo operacionalizar seu projeto na sociedade brasileira.

Atualmente, o Brasil Paralelo conta com um milhão de inscritos e 418 vídeos produzidos e disponíveis no canal do *YouTube*. Dentro da plataforma “Brasil Paralelo” se faz presente os cursos do *núcleo de formação* que são as “aulas” produzidas por intelectuais orgânicos da burguesia de diferentes áreas, como economia, direito e jornalismo. As aulas são ao vivo e depois ficam disponíveis na plataforma para os membros assinantes, separadas por temáticas, as quais são: História, Ciência Política, Filosofia e Economia. Salvo exceções

⁴ Disponível em <https://members.brasilparalelo.com.br/members/series/forum-brasil-a-ultima-cruzada-evento-07-09-2019/episodio/abertura-nossa-missao>. Acesso em 20/10/2019.

⁵ O Instituto Liberal é um dos principais precursores de ação doutrinária de difusão do liberalismo no Brasil. Foi fundado na década de 1980 por um grupo de empresários e intelectuais de orientação ideológica liberal. Para saber mais ver: CASIMIRO, Flávio H. C. A construção simbólica do neoliberalismo no Brasil (1983-1998): a ação pedagógica do Instituto Liberal. 2011. 193 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal De São João Del Rei. Minas Gerais, São João Del-Rei, 2011.



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

as aulas ao vivo acontecem nas terças-feiras e sempre no período da noite, das 20h às 22h30/23h). Na tabela a seguir apresentamos mais detalhes acerca das aulas:

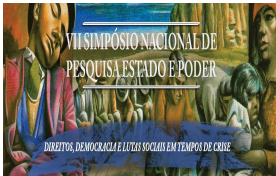
TABELA 1 - NÚCLEO DE FORMAÇÃO

Área	Tema	Número de aulas	Pessoas que ministram as aulas
<i>Economia</i>	<i>O Histórico do Pensamento Liberal Brasileiro</i>	1	Lucas Berlanza
<i>Economia</i>	<i>Introdução da Escola Austríaca de Economia</i>	1	Felipe Rosa
<i>Economia</i>	<i>Um passeio pela História do Liberalismo</i>	6	Ricardo Gomes
<i>História</i>	<i>Uma Breve História da Rússia</i>	6	Lucas Ferrugem
<i>História</i>	<i>Titãs da Civilização Ocidental</i>	6	Rafael Nogueira
<i>Filosofia</i>	<i>As 5 Grandes Correntes da Ética do Ocidente</i>	3	Frederico Bonaldo
<i>Filosofia</i>	<i>4 Modelos de Liberdade Política</i>	3	Marcus Boeira
<i>Filosofia</i>	<i>Mito, Linguagem e Mídia</i>	4	Flávio Morgenstern
<i>Filosofia</i>	<i>Linguagem e Filosofia Prática</i>	8	Marcus Boeira
<i>Ciência Política</i>	<i>Introdução à Política Internacional</i>	1	César Roedel
<i>Ciência Política</i>	<i>Como Organizações Ideológicas Ocupam Instituições</i>	1	Lucas Ferrugem
<i>Ciência Política</i>	<i>Direito Constitucional</i>	1	Vinicius Boeira
<i>Ciência Política</i>	<i>Ideologias Políticas: As Diferentes Correntes</i>	1	Lucas Ferrugem
<i>Ciência Política</i>	<i>Elite Cultural e Intelectual</i>	1	Rafael Nogueira
<i>Ciência Política</i>	<i>Desconstruindo Paulo Freire</i>	2	Thomas Giulliano
<i>Ciência Política</i>	<i>A Biografia de Carlos Lacerda</i>	1	Lucas Berlanza
<i>Ciência Política</i>	<i>As Origens do Estado</i>	4	Ricardo Gomes
<i>Ciência Política</i>	<i>Armamento e a Liberdade Civil</i>	5	João Pedro Petek e Diego Ferreira
<i>Ciência Política</i>	<i>Arte, Imaginação e Sentido</i>	1	Paulo Cruz

Fonte: <https://members.brasilparalelo.com.br/members/cursos>, acesso em 20/10/2019.

“Brasil Paralelo” e o Revisionismo Histórico

As narrativas construídas a partir das produções audiovisuais do “Brasil Paralelo” não se fundamentam na operação historiográfica da ciência histórica produzida pela universidade, além de ser produzidas a partir das narrativas de pesquisadores não-sérios de diferentes áreas das ciências humanas. Nas produções aparecem o discurso anticomunista, a



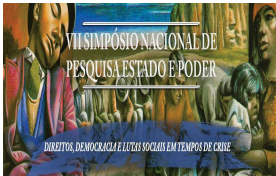
**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

colocação que as Universidades estão tomadas pelo “marxismo cultural”, a afirmação de que a história possui apenas uma verdade (a deles). Trazem ainda a teoria dos dois monstros, colocando de um lado o comunismo e do outro lado o capitalismo. Essa discussão está presente, por exemplo, no filme/documentário “1964: O Brasil Entre Armas e Livros”, dirigido pelos sócios fundadores, Henrique Viana, Filipe Valerim e Lucas Ferrugem e lançado em 31 de março de 2019. Dentro da plataforma “Brasil Paralelo” as séries estão organizadas da seguinte maneira:

TABELA 2 - SÉRIES

Título	Número de episódios	Títulos dos episódios
<i>Investigação Paralela</i>	1	<i>Quem mandou matar Celso Daniel?</i>
<i>Fórum Brasil – A última cruzada: Evento: 07/09/2019</i>	8	<i>Abertura – Nossa missão Terra de Santa Cruz Pais Fundadores Cultura Brasileira Os poderes do Brasil Capitalismo e Conservadorismo Literatura brasileira como descobrir o Brasil Encerramento: Equipe Brasil Paralelo</i>
<i>1964: Brasil entre armas e livros</i>	1	<i>1964: O Brasil Entre Armas e Livros</i>
<i>O teatro das tesouras</i>	7	<i>O teatro das tesouras: 1989 O teatro das tesouras: 1994 O teatro das tesouras: 1998 O teatro das tesouras: 2002 O teatro das tesouras: 2006 O teatro das tesouras: 2010 O teatro das tesouras: 2014</i>
<i>O dia depois da eleição</i>	5	<i>O que sobrou do Brasil? Pt. 1 O que sobrou do Brasil? Pt. 2 O que sobrou do Brasil? Pt. 3 O que sobrou do Brasil? Pt. 4 O que sobrou do Brasil? Pt. 5</i>
<i>Congresso Brasil Paralelo</i>	6	<i>A cruz e a espada A Vila Rica/Brasil A Guilhotina da Igualdade Independência ou Morte O Ultimo (sic) Reinaldo Era Vargas – O Crepúsculo de um Ídolo</i>
<i>Brasil: A última cruzada</i>	6	<i>Panorama Brasil Terra de Santa Cruz A Raiz do Problema Dividindo pessoas, Centralizando o Poder Propostas Impeachment: do Apogeu à Queda</i>
<i>Insight Brasil Paralelo</i>	4	<i>Segurança Pública A Ordem do Caos</i>



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Venezuela: Uma Tragédia do Século 21
Dirceu: O homem de Havana no Brasil

Fonte: <https://members.brasilparalelo.com.br/members/cursos>, acesso em 20/10/2019.

Trata-se de uma produção revisionista. Segundo Eurelino Coelho e Demian Bezerra, o revisionismo possui três principais estruturas:

1) Um tanto a esquerda quanto a direita teriam sido responsáveis pelo golpe de 1964; 2) naqueles primeiros anos da década de 60 teria havido não um, mas dois golpes de Estados sendo tramados, sendo o que da esquerda terminou sendo abortado; 3) já que a esquerda na verdade era golpista, a ideia de que ela se dedicou à resistência contra a ditadura não teria passado de um mito. (MELLO, Apud COELHO NETO, 2017, p. 114).

Além do filme/documentário *1964: entre armas e livros*, a série *A Última Cruzada* é destaque com um número de visualizações no *Youtube* de aproximadamente um milhão. Essa série foi dividida em seis capítulos e a discussão está focada no descobrimento do Brasil até a Era Vargas, através da qual retratam um cenário em que o orgulho de nação não está presente em grande parte da sociedade e resgatam o patriotismo brasileiro. Para contar a “história” o “Brasil Paralelo” convidou os seguintes palestrantes: Rafael Nogueira, Thomas Giuliano, Alberto da Costa e Silva, Alexandre Borges, Antônio Paim, Alexandre Soares Silva, Bolívar Lamounier, Carlos Maechi, Clístenes Fernandes, Rogério Silva Araújo, Daniel Fernandes, Rafael Vitrola Brodbeck, Sidney Ferreira, Rodrigo Gurgel, Rafael Pinto Borges, Érico Nogueira, Felipe Nery, Fernando Amed, Rodrigo Constantino, Paulo Cruz, Paulo Rezzuti, Leandro Narloch, Flávio Alencar, Jorge Caldeira e outros.

Em linhas gerais, o Brasil Paralelo apresenta-se como “porta-voz” da educação e dos conteúdos “verdadeiros” do que deve e não deve ser ensinado e sem nenhum viés ideológico, como bem aponta Enzo Traverso para compreender a história do revisionismo:

A história do revisionismo – negacionismo excluído poderia reduzir-se a três momentos principais: uma controvérsia marxista, uma cisma no mundo comunista e também, no sentido mais lato, uma série de debates historiográficos posteriores à Segunda Guerra Mundial. Primeiro o revisionismo clássico, pelo qual a palavra foi introduzida no vocabulário da cultura política moderna: tratava-se evidentemente da *Bernsteindebatte*, que se desencadeou no fim do século XIX no seio da social democracia alemã e se estendeu imediatamente ao conjunto do movimento socialista internacional. (TRAVERSO, 2017, p. 28).

Na realização de um podcast para o Instituto Mises Brasil, no dia 22 de julho de 2019, um dos sócios-fundadores, Filipe Valerim, conta que a ideia de fundar o Brasil Paralelo “é uma confluência de várias ideias e o despertar para assuntos relacionados a política e governo e coincidentemente está relacionada ao Instituto Mises Brasil e ao Hélio Beltrão, o mesmo que participa das entrevistas, palestras e Congressos do ‘Brasil Paralelo’”. Outro ponto que



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

o sócio ressalta são os projetos do Brasil Paralelo: “os produtores têm interesses nos ambientes culturais e das ideias e grande parte dos problemas vividos era o produto resultado de um longo processo de desconstrução histórica e cultural e o povo brasileiro tinha uma desconexão com a tradição”⁶.

Por fim, o projeto defendido pelo “Brasil Paralelo” e outros representantes importantes dos APHs convidados e presentes na plataforma disputam a hegemonia e constroem o consenso dentro da sociedade civil. Compõem, assim, o Estado consolidando projetos de leis e dos interesses da grande burguesia, como bem examinou o brilhante historiador e cientista político, René Dreifuss:

O processo de configuração política das diversas formas de associação político-econômico-cultural dos setores dominantes brasileiros - através de um jogo de cartas marcadas, restritivo em termos sociais e racialmente seletivo – sempre foi o de realinhar posturas, conservando posições. (DREIFUSS, 1989, p. 9)

Considerações finais

Ressaltamos que a pesquisa é fruto de um projeto de mestrado em andamento e o objetivo é explorar e refletir a atuação, a organização e o *modus operandi* do Brasil Paralelo. Buscou-se, todavia, compreender a partir desse estudo de caso a complexidade do fenômeno chamado de “nova direita” no Brasil recente. Analisamos a atuação e organização de outros APHs, principalmente os de ação doutrinária, no período da década de 1970 e 1980, quando o país estava passando por um processo de redemocratização e re/configuração do Estado.

O Brasil Paralelo dentro da sua plataforma abarca, portanto, vários APHs, através da participação de intelectuais de diferentes frações de classe e relacionados diretamente com o Estado. Os critérios analisados a partir desses aparelhos nos permitiram perceber que esse APH se localiza no interior de um projeto maior de formação pedagógica e ideológica – e que não se esgota a possibilidade de análise de refletir o Brasil Paralelo como um *partido*.

A análise dos conteúdos *revisionistas* presentes nos documentários disponíveis no *Youtube* e dentro da plataforma, evidenciam que as narrativas construídas implicam na deslegitimação do ofício da historiadora e do historiador, a desmoralização do trabalho sério dos pesquisadores das áreas das ciências humanas e o ensinamento que a história tem “uma verdade única” e que todos os professores de história esconderam essa verdade. Esse tipo de discurso legitima projetos de leis como “Escola Sem Partido”, que persegue professoras e professores e a liberdade de cátedra.

Referências Bibliográficas:

⁶ Disponível em: <https://www.mises.org.br/FileUp.aspx?id=592&fbclid=IwAR2S0kgrg2EHX8-9xWsvzwN8GO4wPS2hcs9pSRuscy6JivcbmdzPUnvqGto>. Acesso em 20/10/2019.



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

CASIMIRO, Flávio H. C. **A construção simbólica do neoliberalismo no Brasil (1983-1998): a ação pedagógica do Instituto Liberal**. 2011. 193 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal De São João Del Rei. Minas Gerais, São João Del-Rei, 2011.

_____. **A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane; (orgs). **A Onda Conservadora**. Rio de Janeiro, Mauad, 2016.

DREIFUSS, René. **O jogo da direita**. Rio de Janeiro, Petrópolis, 1989.

DIAS, E. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: DIAS, E. et al. **O outro Gramsci**. São Paulo, Xamã, 1996.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o Capital Imperialismo**. Rio de Janeiro, Ufrj, 2010.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Cadernos do cárcere**. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MELO, Demian B; CALIL, Gilberto G.; ZACARIAS, Carlos; (orgs). **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. 1ª Ed. Rio de Janeiro, Consequência, 2017.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Fontes: páginas da web consultadas

<https://www.brasilparalelo.com.br>

<https://members.brasilparalelo.com.br>

<https://members.brasilparalelo.com.br/members/cursos>

<https://members.brasilparalelo.com.br/members/entrevistas>



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

JOGOS NARRATIVOS NO ENSINO DE HISTÓRIA

MILENA MARIA ROSSI E LUCAS EDUARDO FERREIRA¹

Resumo: Parte-se da essência de que o trabalho dos professores se expressa na proposta de construir o conhecimento junto com os alunos. A fim de que se tenha um melhor aproveitamento das aulas e que se desenvolva a noção de que a história pertence a todos. Sendo assim o jogo narrativo elaborado pelo PIBID-História constitui-se em um incentivador da mescla de saberes. Sua dinâmica exige que os estudantes ou jogadores utilizem dos seus conhecimentos prévios sejam eles escolares ou não. Ao mesmo tempo, o jogo oferece uma narrativa histórica referenciada no currículo permitindo o diálogo entre o conhecimento prático dos alunos e o saber escolar sistematizado. Por se tratar de um exercício em que o imprevisto e ação espontânea do aluno é estimulado, o jogo narrativo traz para sala de aula muitas situações inesperadas. Mas é justamente esta novidade, o não planejado que torna o jogo um espaço rico de expressão de ideias, percepções e saberes que, uma vez expostos na sala de aula, se tornam matéria prima para o professor discutir e analisar o passado a luz do presente. São estes os elementos que caracterizam o jogo narrativo que buscaremos destacar nesta apresentação.

Palavras-chaves: jogo; ensino; história.

Jogos narrativos na sala de aula: transição feudal e navegações portuguesas

O texto pretende abordar o desenvolvimento do programa de iniciação a docência realizado entre os anos de 2018 e 2019, com a criação de dois jogos narrativos, no ano de 2018 foi formulado e foi aplicado o primeiro jogo em uma turma do primeiro ano do ensino médio, com a matéria base da série e conteúdo que estava sendo estudado no momento, que trabalhava a respeito da transição da sociedade do sistema feudal para a importância do aumento das formações das populações urbanas e com isso demonstrar a dificuldade enfrentada pelos camponeses para a sobrevivência nestas duas realidades distintas, sempre frisando a importância de se estudar a história vinda de baixo, responsável por apresentar uma nova forma de aplicação e ensino de história na sala de aula, Os jogos foram feitos através de cartas expositivas e explicativas, que se dividem em duas categorias, as Cartas narrativas (eventos), serão oito cartas no total do primeiro jogo, onde ela será responsável por explicar como será o desenrolar do conflito dos personagens, tratando de que época aconteceu, quem participou, o que causou, como cada personagens agiu, e porque, o que

¹ Graduandos em História na Unioeste - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

ocorreu durante o conflito, e o que ocasionou de consequências para todos os envolvidos o desfecho fica a cargo do professor(a) se prefere revelar aos estudantes antes o que realmente aconteceu, ou deixar que eles criem suas conclusões sobre o desfecho do evento, e relevando as reais consequências após o fim da rodada do jogo. As Cartas personagens são separadas por personagem individual (rei) e personagens coletivos (nobres, exercito, camponeses, mercadores, abades, artesões e autoridades municipais) nela há descrito as características dos sujeitos históricos que são apresentados na atividade, a classe que cada um pertence, como se organizavam e agiam, suas principais características, suas convicções e opiniões sobre os conflitos que estavam inseridos, e em qual dos eventos narrativos eles participam; para os personagens coletivos é necessário no mínimo dois estudantes em cada carta, mais o ideal é que sejam de quatro a cinco participantes, principalmente para a carta como da personagem “camponeses” já que o jogo é focado em ver a história e uma classe que foram importantes na sua e nossa temporalidade, mas nem sempre lembrados ou posto em foco, já que o jogo aborda a visão de uma classe, e um lado da história que nem sempre foi lhe dado o devido valor e importâncias de seus feitos para a construção da sociedade. O jogo propicia ainda analisar a realidade vivenciada pelo estudante, os levando a desenvolver sua oratória e a formular argumentos em debates. O jogo tem como objetivo ser um instrumento de aprendizagem e a utilização do jogo narrativo na matéria de história tem intuito de desenvolver a fixação do conteúdo, podendo conciliar com o estudo da matéria, ele auxiliará os estudantes a contextualizar o recorte temporal que foi feito em sala de aula, desenvolvendo auto interpretação dos fatos que foram trazidos no jogo. Dessa forma, o estudante pode ter um panorama do que ele absorveu do conteúdo e como ele enxerga os diferentes tempos históricos e a sua realidade, fazendo com que o aluno compreenda e aprenda as ações dos sujeitos que viveram nesse período, suas motivações e angústias, formando o sentimento de empatia, pois irão presenciar, viver e sentir as injustiças sofridas por determinados grupos social.

O jogo propicia ainda o trabalho em equipe, já que os estudantes necessitam se organizar como um grupo para poderem defender as necessidades, angústias, deveres e anseios dos sujeitos históricos que estão representando, ajudando no aprimoramento de organização de ideia, que será necessário para o desenvolvimento de seu personagem e suas convicções; O jogo insere o aluno em uma nova realidade sobre a matéria de história. E o professor analisará como as diferentes formas de se passar e compreender o conteúdo, incrementando a aula pode ser apresentado junto ao jogo, materiais como vídeos, histórias literárias, mapas, textos, fontes históricas entre outros materiais para o suporte da atividade, e para que auxilie a turma na compreensão do jogo.

O jogo é um instrumento de educação, podendo ser utilizado pelo docente como uma ferramenta de sensibilização histórica no estudante, e compreensão do conteúdo através do sentimento de empatia, por razões de alocar os estudantes em situações difíceis enfrentadas pelas personagens, e sendo representada pela turma, as dificuldades enfrentadas nos eventos narrativos, são assuntos necessários de serem discutidos na sala para que haja um estudo de um período histórico, focado na sociedade e na realidade enfrentada pelo ser humano através da história incluindo as razões de estudo da história para a compreensão da necessidade da história ser estudada, levando em conta a educação libertadora, sem deixar o meio político e social da turma acrescentar no debate realizado durante o jogo, para que o professor



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

contribua para que esse aluno perceba o seu papel de cidadão político; E que possa compreender a história como uma ciência constituída de métodos específicos para o melhor resultados da pesquisa, sempre prevendo que esta ciência se divide em diversas áreas e que esta diretamente ligada na formação de nossa sociedade, ela não deve ser analisada somente por marcos históricos; deve se trabalhar a história com esse olhar ao social, derrubando a ideia de heróis e grandes feito, mais sim buscando analisar sujeitos vindo de baixo ou seja dar ênfase a vida e a história de homens e mulheres que muitas vezes são ignorada pela historiografia.

A educação é muito mais controlável quando o professor segue o currículo padrão e os estudantes atuam como se só as palavras do professor contassem. Se os professores ou os alunos exercessem o poder de produzir conhecimento em classe, estariam então reafirmando seu poder de refazer a sociedade. A estrutura do conhecimento oficial é também a estrutura da autoridade social. E por isso que predominam o programa, as bibliografias e as aulas expositivas como formas educacionais para conter os professores e os alunos nos limites do consenso oficial. O currículo passivo baseado em aulas expositivas não é somente uma prática pedagógica pobre. E o modelo de ensino mais compatível com a promoção da autoridade dominante na sociedade e com a desativação da potencialidade criativa dos alunos. (FREIRE; SHOR, 1986, p. 24)

Assim para melhor absorção do conteúdo pelos estudantes deve se lembrar dos diálogos e debates ocorridos durante o jogo e assim poderá acompanhar o quanto foi desenvolvido pelo estudante e ainda o integrando no processo do conhecimento e produção historiográfica, e na própria formação de seu tempo, se tornando um sujeito compreensivo da história, exercitando o seu conhecimento sobre o conteúdo e a sua moral já estabelecida na sociedade para tomar as decisões que lhe convém serem mais justas e corretas ao seu personagem, além de demonstrar para os estudantes que as suas ações refletem no indivíduos que se encontram a sua volta, além de aprimorar a sua capacidade de interpretação narrativa, se utilizando da sua criatividade para interpretar o que compreendeu da leitura feita de seus personagens ou compreensão do evento que foi lido pela(o) professora(o).

O primeiro jogo desenvolvido foi sobre a formação das cidades e transição do feudalismo para o início da modernidade, um assunto que além de ser pouco discutido também é muitas vezes visto pelos estudantes como desnecessário, mais é importante lembrar que segundo o historiador Le Goff, o termo para se referir a idade media como período “das trevas” foi criado posteriormente, no período renascentista, assim mostrando a importância deste período histórico ser estudado nos nossos dias, o feudalismo então foi um modo de pensar que moldou a vida de pessoas por diversos séculos e, até hoje, tem uma **grande importância na estrutura de nossas sociedades**, o jogo foi aplicado em duas outras turmas além da turma de base e nestas experiências de aplicação do jogo para turmas de diferentes idades, mostraram diferentes levantamentos de debates, desde revolta de algumas turmas por conta das injustiças referidas as populações mais pobres do período, os camponeses que se transformariam nos trabalhadores nas cidades, até a reações pré



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

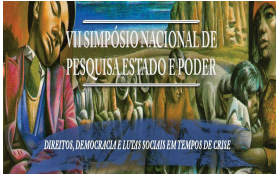
estabelecidas de poder, entre as classes mais abastardas até as periféricas. Os estudantes levantaram debates sociais, políticos e econômicos. Sempre vendo relações e proximidades com a sua realidade. Podemos perceber que na turma mais nova, sétimo ano, os estudantes se sentiram perdidos na complexidade do debate dos eventos, mostrando a necessidade de um estudo focado no jogo anteriormente a sua aplicação. Já nas turmas de ensino médio e ensino superior notasse um debate aprofundado nas críticas sociais e políticas, concluindo que o jogo pode ser desenvolvido em idades distintas, mas sempre se preocupando com o saber pré-estabelecido do estudante.

A prática de lecionar parte da essência de que o trabalho dos professores se expressa na proposta de construir o conhecimento junto com os alunos, utilizando os métodos didáticos e a teoria aprendida durante as aulas. Além disto, há a possibilidade de se ter modificações nas perspectivas de ensino e nos materiais didáticos utilizados, modificando e buscando um aprendizado dito significativo. Em tese baseando-se na ideia de significação da aprendizagem e ainda idealização de que a história não é escrita apenas pelos grandes nomes, mas pelo povo comum. Evidenciados no jogo criado pelo projeto de iniciação à docência o qual visa em seu cerne dar visibilidade e atenção às classes deixadas de lado pela história tradicional, e a dita oficial.

O jogo utiliza como conceito de trabalho primordial, a perspectiva e saberes, históricos e populares. Apresentando assim a visão dos alunos sobre cada perspectiva histórica, pois ao passar do jogo, os alunos serão postos a frente de eventos e acontecimentos que irão lhes obrigar a tomar decisões e a sentir-se como um autêntico pertencente do tempo relatado. Em suma, o jogo narrativo elaborado pelo PIBID-História constitui-se em um incentivador da mescla de saberes. Sua dinâmica exige que os estudantes ou jogadores utilizem dos seus conhecimentos prévios, sejam eles escolares ou não. Ao mesmo tempo, o jogo oferece uma narrativa histórica referenciada no currículo permitindo o diálogo entre o conhecimento prático dos alunos e o saber escolar sistematizado. Por se tratar de um exercício em que o imprevisto e ação espontânea do aluno é estimulado, o jogo narrativo traz para sala de aula muitas situações inesperadas. Mas é justamente esta novidade, o não planejado que torna o jogo um espaço rico de expressão de ideias, percepções e saberes que, uma vez expostos na sala de aula, se tornam matéria prima para o professor discutir e analisar o passado a luz do presente.

Em tempos que os conteúdos das áreas de humanas sofrem com a desvalorização, torna-se necessário aperfeiçoar as maneiras de se dar aula, com o intuito de ancorar conhecimentos e análises que serão refletidos para a vida escolar. Com o intuito principal de se fazer a diferença. O jogo se mostrou promissor nessa tarefa, pois, tido como exemplo, os alunos do colégio estadual Eron Domingues, de Marechal Cândido Rondon, pediram para que fosse feito novamente sobre outro tema, sendo que o primeiro era sobre o período medieval e as suas revoltas, tratado anteriormente. Com essa fala é possível se notar o fascínio que o jogo e as novas formas de dar aula apresentam, atraindo a atenção dos alunos, ao mesmo tempo em que mostra a sua importância como área de estudo e de ensino.

Mas para entender a atuação do jogo nas salas de aula, deve-se entender a sua elaboração e os processos que estão envolvidos diretamente no aperfeiçoamento das cartas e no entendimento das leituras por elas expostas, como as leituras prévias e a troca de experiências, entre professores e os bolsistas, bolsistas e bolsistas, professores e professores.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Tudo se iniciou, com a leitura do filósofo Paulo Freire, mostrando assim uma base de estudo e de visão que o projeto iria tomar, visando o caráter transformador da escola com a sociedade. Outro ponto que deve ser levado em consideração é que o jogo apresentado na turma do Eron Domingues, não era o mesmo que foi apresentado anteriormente, pois além das modificações técnicas, e dos incrementos feitos através das opiniões dos participantes, há o fator da singularidade de cada turma, o que não modifica o jogo em si, pois ele é feito para se adaptar as diferenças de personalidades de cada classe de aula, e até mesmo, de séries diferentes, mas modifica os resultados obtidos em geral, podendo em cada classe se ter uma análise diferenciada do mesmo período histórico, dependendo da visão e a atuação dos alunos.

A fim de se apresentar a gama de temas que é possível se trabalhar com os jogos narrativos, será exposto o segundo jogo feito, o qual retrata as grandes navegações. Dando a ênfase na participação dos africanos e dos índios na construção da sociedade colonial brasileira. Entre as mudanças que são possíveis se analisarem dentro do jogo a principal é a diminuição nos números de cartas narrativas, o primeiro foram oito e o segundo cinco, para poder se encaixar na carga horária dos colégios, ocupando assim no máximo duas aulas, contando na somatória o montante de tempo necessário para se obter as conclusões finais, geralmente sentado em círculos, visando uma segunda forma de absorção do conteúdo, e junto dela a modificação e aperfeiçoamento das cartas futuras, além de auxiliar e facilitar a construção de novos jogos, sendo a uma especulação do projeto - criar uma base de dados que auxilie os professores.

Ao tentar contrariar a visão popular do negro como escravo, foi retratado logo de início o reino de Mali. Mostrando assim, a grandiosidade que era a África antes da chegada dos europeus, e também mostrar a estrutura da sociedade, desde a hierarquia presente até as formas de que se tratava a lei. Ao se apresentar esta carta foi engraçado de se notar o choque que as crianças tiveram ao saber que existia uma assembleia para se ter um julgamento em plena África do século XVI. Outro ponto retratado por esta carta era o rei, este posto no jogo para mostrar que nas relações sociais não havia tantas distinções hierárquicas, havia nomenclaturas diferenciadas para cargos muitas vezes iguais, mas este ponto por muito tempo bastou para taxar essas populações como atrasadas ou bárbaras.

Com o segundo evento é possível se analisar esta visão de bárbaros, construída pelos europeus, pois apresenta como primeiro contexto a bula papal, que criou as condições necessárias para que se tivesse as guerras santas nos continentes americanos e africanos. Sendo o principal acontecimento deste evento a invasão portuguesa. O qual se teve uma surpresa na representação, pois o menino que era o rei, tentou de muitas maneiras não iniciar uma guerra, cedendo ouro aos portugueses.

Os próximos eventos apresenta o intuito de mostrar outros indivíduos, como os marinheiros, que são apresentados no evento três. Nele mostra a classificação da tripulação e o poder e status que acompanhava cada uma dela, além das formas de distribuição de renda que se tinha e as revoltas que poderiam acontecer, além de mostrar o peso do cargo de capitão. Tendo que tomar as decisões e ainda ficar na instabilidade de poder ter uma rebelião acontecendo.

Com o intuito de mostrar que no Brasil havia uma ocupação antes dos portugueses surgiu a carta narrativa de número quatro. Nela apresenta o contato do português com os



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

indígenas do litoral, a qual para um melhor entendimento, foi nominado de tupinambás. A maior surpresa neste evento foi ao ver um menino que interpretava um tupinambá se recusando a negociar com os marinheiros e os colonos portugueses, dizendo que ele não queria aquele ouro, pois de nada valia a sua tradição. Pontos como esse, demonstram a grandiosidade do jogo narrativo, pois imergem o aluno a uma posição que geralmente não seria posto numa aula convencional. Logo, o jogo se mostra promissor, não servindo apenas como um substituto de uma aula, mas pode servir como forma de avaliação, nota de participação, ou uma forma de fixação do conteúdo, resumo ou revisão para algo futuro, como um vestibular ou uma prova.

Por fim, a última carta narra a conquista da mescla entre portugueses e os nativos americanos. Tendo o título de: os tupinambás. Mostra o contato dos padres da companhia de Jesus, jesuítas, com os índios, e o evento retrata uma tentativa de que os índios aceitassem a permanência desses padres na tribo. O que historicamente, terá a resolução na criação das missões jesuíticas nas regiões do Rio grande do sul e do Guairá. Outra vez é possível ver a diferença nas percepções de cada indivíduo, havia três alunos com a carta de tupinambá, dessas um foi relutante aos jesuítas, pois observava que eles queriam era transmitir a cultura deles e modificaria as suas aldeias, e da mesma forma que com os marinheiros ele recusou a aliança. Porém, diferente da carta anterior, houve uma indígena que ficou do lado dos portugueses, pois viu nos jesuítas uma forma mais branda de conseguir sobreviver, dito por ela, um dos motivos era se proteger dos colonos que poderiam lhe atacar. Apresentando assim, meios de se observar a cultura e a visão da sala de aula sobre diferentes aspectos e percepções.

Outro ponto do jogo é a interação entre alunos e alunos, e professores e alunos, que se vê aumentada com esta maneira mais lúdica de se aplicar um conteúdo. Entre os exemplos mais citados dos eventos, o mais significativo é a evolução no comportamento dos alunos. Na primeira vez na sala do Eron, uma menina não quis participar e ficou apenas observando ao lado sentada na cadeira, podendo notar que em alguns momentos havia a concentração dela e ainda por conta da interpretação dos colegas até umas risadas. Na segunda vez naquele mesmo colégio, houve a sua participação, mostrando assim, a eficácia na introdução de alunos que por conta da forma de ensino não conseguem ter a sua voz, fato que o jogo revoluciona. Pois, nele há a participação de todos, como um personagem único, como o capitão mor ou o rei, ou como um personagem geral, como os tupinambás ou os jesuítas, todos possuem a sua participação na história do jogo, e suas escolhas podem refletir no jogo em si o modificando, mas não sendo abertas brechas a anacronismos ou erros históricos, pois como um método de ensino deve se seguir a história e não a cria-la, mas molda-la a realidade local, ou a cultura local, sendo na visão de muitos pedagogos atuais a função principal da escola, criar laços entre o conhecimento e a cultura. Fator que é facilmente construído com o jogo, em suma, o jogo cumpre com o papel que se disponibilizou a fazer, construindo laços de convivência e troca de ideias e ideais entre os alunos, professores e qualquer outro envolvido.

Referências Bibliográficas

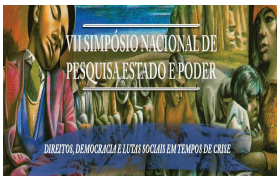


Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia: O Cotidiano do Professor**. Rio de Janeiro: Edição 13^a. Editora Paz e Terra, 1986.

MACEDO, Jose Rivair. **Movimentos populares na idade média**. Edição 1^a. São Paulo: Editora Moderna, 1993.



O LADO OCULTO DA HISTÓRIA: O MOVIMENTO DAS MASSAS DURANTE A REVOLUÇÃO FRANCESA

MILTON APARECIDO AZEVEDO¹

Resumo: Quando se analisa a Revolução Francesa (1789-1799), percebe-se que a burguesia se comportou muito mais como uma classe conservadora do que revolucionária. Por outro lado, as massas assumiram o protagonismo na luta contra as opressões e desigualdades a elas infligidas pelo Antigo Regime, ainda que não tivessem o embasamento ideológico tal qual a burguesia. Na verdade, a multidão atendeu ao apelo revolucionário e impulsionou os acontecimentos a partir de 1789. Nesse sentido, a burguesia apropriou-se do espírito de luta das massas para conduzir a revolução e usufruir de todas as conquistas ao final do processo. Ressalta-se ainda que a grande concentração da população francesa na zona rural refletia a continuidade e a perversidade do modo de produção feudal. Paradoxalmente, a tentativa de instaurar o capitalismo no campo piorou ainda mais a situação do campesinato. A diminuição da produção agrícola acendeu o barril de pólvora do povo parisiense, uma vez que a fome mobilizou e alimentou o espírito revolucionário. As agitações e o “grande medo” acabaram envolvendo todo povo humilde das cidades. A burguesia, contudo, estabeleceu os limites da revolução. Assim, valores partilhados pela Revolução Francesa não foram colocados em prática. Aos herdeiros da Revolução - Democracia Liberal e o Comunismo – ficavam reservados o papel de destruir as novas Bastilhas erguidas pela classe burguesa.

Palavras-chaves: massas; repressões; revolução.

Ao analisar a Revolução Francesa de 1789, verifica-se que a burguesia se portou muito mais como uma classe conservadora do que revolucionária. Aliás, ela só foi revolucionária até onde seus interesses estavam em jogo. Uma vez conquistados esses interesses, a burguesia passou a fazer a contrarrevolução na revolução. Ela se instala no poder, mas não conta com a simpatia da sociedade.

Este ensaio é uma tentativa de compreender a participação das massas, exploradas pelas classes privilegiadas, na busca da igualdade e da sobrevivência. Na verdade, essas lutas populares remontam a ascensão do Feudalismo nos séculos XI e XII. Neste período as massas populares sentiram à flor da pele as perversidades do sistema feudal. A exploração chega a um clímax insuportável e conduz as massas, conscientes ou inconscientemente, a se revoltarem contra esse estado de coisas.

A burguesia, por sua vez, procura identificar-se com as lutas populares, no sentido de estar à frente dos movimentos, e fica atenta às inquietações tão presentes na sociedade

¹ Mestrando em História do Programa de Pós-graduação da UNIOESTE e professor EBTT do Instituto Federal do Paraná.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

francesa do século XVIII. É inegável que a burguesia era a classe que detinha embasamento político e social e procurava, para tanto, estabelecer seu projeto: instauração do Liberalismo político e econômico. Todavia, a burguesia não é a protagonista da dissolução das estruturas feudais. A classe burguesa aproveita e apropria-se das lutas populares, no decorrer dos acontecimentos, para se estabelecer no poder.

Uma série de fatores propiciam uma revolução. As causas fundamentais devem ser procuradas tanto nas estruturas existentes da época, quanto na atuação do Estado na vida dos cidadãos. Assim, cabe ao Estado garantir, no mínimo, a liberdade e a sobrevivência dos seus súditos e promover os meios necessários para a prosperidade de cada indivíduo, a fim de diminuir as desigualdades. O Estado, dessa forma, vive em função dos seus súditos e não os súditos em função do Estado. Não é comum ao Estado assegurar os privilégios de uma minoria em detrimento da grande maioria. Maioria essa carente de recursos e oprimida pelas classes dominantes. Porém, o Estado sempre acaba sendo o primeiro e o último recurso das classes dominantes, principalmente quando essas encontram-se em dificuldades. Assim sendo, o Estado foge dos objetivos da sua existência ao promover a liberdade e a felicidade de uma minoria e, em contrapartida, a miséria e a dependência da grande maioria.

Paralelamente a esses desvios de funções, os oprimidos passam a lutar pelo seu mais sublime direito – a liberdade. A conquista desse direito encoraja as pessoas a buscarem a igualdade. Liberdade e igualdade devem caminhar uma ao lado da outra. Não existe liberdade sem igualdade e vice-versa.

O homem francês do século XVIII quer se tornar alguém, quer ser sujeito, quer ser um cidadão. Nesse sentido, todas as formas de liberdade serão exigidas: liberdade pessoal, liberdade de iniciativa, liberdade de opinião e a liberdade de imprensa. Entretanto, as classes dominantes do Antigo Regime são irredutíveis em ceder um único milímetro dos seus privilégios e não permitem, assim, uma participação competitiva de todas as classes. Nas palavras de CHAUSSINAND-NOGARET (1988, p. 54), “quanto mais os plebeus desejavam que as barreiras se abatessem e que não houvesse outra diferença senão a estabelecida pelo talento, mais os nobres se endureciam e crispavam na defesa de suas prerrogativas e posições”.

Partindo desses pressupostos, os historiadores da Revolução Francesa questionam significativamente se essa revolução era ou não inevitável. Joseph Broz, citado por WILLIAN DOYLE (1991, p. 19) defende que a revolução poderia ter sido evitada se as ordens privilegiadas, egoístas e sem visão, houvessem se agrupado em apoio a um monarca reformador, em vez de obstruir os seus planos. Nas suas palavras, “o grupo que usufrui do poder não admite mobilidade social”. Seguindo uma linha mais determinista, GEORGES LEFEBVRE (1966, p. 17) analisa a revolução como sendo “apenas o clímax de uma longa evolução econômica e social que transformou a burguesia na soberana do mundo”. A instabilidade e a incerteza dos acontecimentos provocaram uma angústia e inquietação entre os camponeses. SOBOUL (1989, p. 31) identifica que “o grande medo, nos fins de julho de 1789, mobilizou os camponeses; acelerou e generalizou o armamento popular, forçou, nas menores aldeias, as milícias a reunirem-se”. Corroborando com as palavras de Georges Lefebvre, CHAUSSINAND-NOGARET (1988, p. 91) conclui que “em 1789 a revolução tornara-se tão necessária que era inevitável e tomava, de alguma forma, um caráter de fatalidade”.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Além dessas considerações, que são imprescindíveis para a compreensão e contextualização histórica, verifica-se que a medida que as rendas da nobreza vão se diminuindo, concomitantemente aumentam a tributação sobre o terceiro estado. A mentalidade, tipicamente feudal, de que a situação das pessoas é pré-determinada por Deus é usada como pretexto para a acentuada exploração. A França continuou montada no obscurantismo medieval. Contudo,

entre coisas malévolas há algo de bom na própria monarquia e a monarquia francesa haveria de descobrir corretivos, na religião, nas leis, nos costumes, na opinião, para os males que nela havia; já que, se não tinha uma constituição livre e portanto uma boa constituição, ela tinha, do despotismo, mais aparência do que realidade. (BURKE, 1982, p. 137).

Qual foi a verdadeira participação popular durante a revolução? Até que ponto a burguesia se identificou com o povo? Qual a razão de tanta angústia na França do século XVIII? A revolução transformou significativamente a sociedade? Por que os conflitos presentes no campo foram transportados para as cidades? Essas são algumas perguntas de vital importância para se compreender o curso dos acontecimentos revolucionários na França do final do século XVIII, as quais tentaremos esclarecer para que se possa permitir uma visão transparente do que, em grande parte, permanece obscuro.

A situação pré-revolucionária das massas populares

Durante o Antigo Regime o campesinato e as massas populares foram severamente castigados pelas classes privilegiadas que, por outro lado, lutavam para manter seu status. A perversidade do feudalismo na França não tem precedentes em outros países. Pessoas de prestígio na sociedade são insensíveis aos sofrimentos da plebe. Cada qual se preocupava apenas com seus interesses próprios. Os interesses coletivos foram sacrificados em prol das individualidades. Com efeito, o individualismo separa os homens e provoca, ao mesmo tempo, discórdias entre si.

Os camponeses sentiam o peso dos direitos feudais que, embora reduzidos em números, o que tinha sobrado provocava muito mais ódio para os contribuintes. A situação dos camponeses do século XVIII era mais maléfica do que no século XIV. Nesse sentido, TOCQUEVILLE (1989, p.74) pontuava que “o camponês do século XIV era ao mesmo tempo o mais oprimido e o mais ajudado. No século XVIII o camponês não sofria todos os males que seus pais sofreram, mas aguentava as misérias que seus pais não conheceram”.

Já nos fins da idade média a terra mudava constantemente e passava do domínio dos nobres para os camponeses. Isso se deveu ao acentuado empobrecimento da nobreza, obrigando-a a desfazer de suas posses. Todavia, a simples aquisição de terras não conferia a qualidade de nobre para o possuidor. Para COBBAN (1987, p. 33) “mesmo a descendência ou a profissão se tornaram provas que não garantiam o status de nobre”. Nesse aspecto, a ascensão camponesa não significou, necessariamente, grandes conquistas. O camponês passou a viver angustiado pelos pesados encargos que lhe foram impostos.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Se o camponês não tivesse tido a posse de terra, teria ficado insensível a diversos encargos que o sistema feudal impunha à propriedade rural. Qual a importância do dízimo para quem só é cultivador e pode retirá-lo do produto do cultivo? Qual a importância da taxa sobre a terra para quem não é proprietário? Qual a importância das próprias limitações da exploração para quem cultiva por conta de outro? (TOCQUEVILLE, 1989, p. 75)

Em outras palavras, o próprio TOCQUEVILLE (1989, p. 75) deduz que o camponês “mudou sua condição, mas não seu estado de espírito”.

O camponês do século XVIII vivia num abismo de isolamento e miséria, de forma fechada e impenetrável. Os direitos senhoriais vigentes constituíam uma verdadeira opressão aos camponeses, enquanto que as classes privilegiadas viviam à sombra do Estado e das camadas populares. Para COBBAN (1987, p. 51), entretanto, “os camponeses estavam bastante conscientes do ônus que esses tributos representavam”. Essa consciência não extrapolava o espaço social de cada indivíduo. Assim, os camponeses ficavam revoltados sem, contudo, manifestarem seu estado de espírito. Faltava alguma coisa que os impulsionasse para a revolta.

Nas categorias populares propriamente ditas faltava o espírito de classe. Espalhados em numerosas pequenas oficinas, não especializadas em consequência do desenvolvimento ainda restrito da técnica, nem concentradas nas grandes empresas ou nos grandes bairros industriais, o mais das vezes mal diferenciadas do campesinato, os assalariados, não mais que os artesãos, eram incapazes de conceber para sua miséria remédios eficazes: a debilidade da corporação o atestava. (SOBOUL, 1989, p. 17-18)

Neste sentido, a revolução alcança pessoas de diferentes classes sociais. A angústia e a miséria, durante o século XVIII, apressam o curso dos acontecimentos. A burguesia, principal interessada na extinção das estruturas feudais, pouco faz para alcançar esse objetivo, embora tenha sido ela que criou a revolução. Para JACQUES SOLÉ (1989, p.69) “foi preciso a intervenção popular para vencer a obstrução aristocrática”. A sociedade do Antigo Regime estava repleta de abusos contra os mais pobres. O poder público ao invés de lutar para acabar com as desigualdades, acabou multiplicando-as. Por isso, percebe-se uma contradição muito grande na sociedade francesa. REMOND (1986, p. 111) percebe que “a crise dessa sociedade é determinada pelo antagonismo que se opõe uma organização (...) e as novas aspirações das classes cuja ascensão se inicia”. Esse mesmo historiador (REMOND, 1986, p. 112) identifica que “a revolução começou como uma revolta dos privilegiados, antes de ser a revolta do terceiro estado contra a sociedade privilegiada. Foram eles que deram o sinal de desobediência e que, sem saber, abriram o caminho para o processo revolucionário”.

A exploração da classe dominante sobre os pobres chega a um nível insuportável. Como assinala HANNAH ARENDT (1988, p. 48) “a multidão acudiu ao apelo da Revolução Francesa, inspirou-a, impulsionou-a para frente e, finalmente, levou-a a destruição, pois essa



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

era a multidão dos pobres”. Por que a sociedade chegou a tamanha situação? Foi a ambição, o egoísmo ou quem sabe o desinteresse, certamente, dos privilegiados em relação àqueles que durante muito tempo constituíram e ainda constituem a base da sociedade.

Os problemas enfrentados no campo

Na segunda metade do século XVIII a França possuía a maior população da Europa – cerca de 25 milhões de habitantes. Deste total, a grande maioria vivia no campo (80%). Era nesse habitat que a população miúda enfrentava difíceis problemas que não estavam presentes nas cidades. Parece óbvio, também, que campo e cidade viviam em função do outro. Os problemas enfrentados no campo repercutiam nas cidades. O povo miúdo do campo estava sempre agitado em busca de melhorias que, até então, não eram colocadas em prática pelo governo. O pequeno proprietário vivia praticamente isolado das outras classes. Quando as circunstâncias eram totalmente desfavoráveis no campo, tanto camponeses quanto nobres partiam para as cidades. Para os nobres, segundo TOQUEVILLE (1989, p. 132), “a vida rural tornou-se insípida para eles”.

A pobreza, tanto no campo quanto nas cidades, preocupava as classes dominantes. Essa preocupação não era quanto à busca de melhorias para amenizar o problema da pobreza; mas, sim, a preocupação daquelas classes em defender suas propriedades que estavam sendo ameaçadas. Por outro lado, TOQUEVILLE (1989, p. 183) percebeu que “a medida que os homens das classes ricas aproximavam-se do povo do campo e tentavam misturar-se, este retrai-se no isolamento que lhe impuseram e lá difunde-se”. Além disso, os camponeses viviam angustiados pelas incertezas das colheitas, em todos os campos, fazendo diminuir, consideravelmente, as rendas. O aumento das colheitas cresceu inversamente proporcional ao aumento demográfico. Esse fato é identificado de forma precisa por JACQUES SOLÉ (1989, p. 76): “Não houve uma revolução agrícola que correspondesse ao aumento demográfico”. Isso, obviamente, afetou o abastecimento das cidades.

As vésperas da Revolução, a pobreza no campo – resultado direto da exploração – gerava diferentes tipos de homens. Assim, encontravam-se muitos mendigos, vagabundos, pequenos delinquentes, como também a fonte de mão-de-obra nômade no campo. A cada crise econômica esses grupos cresciam assustadoramente e provocavam empobrecimento na zona rural. Isso fez com que, segundo JACQUES SOLÉ (1989, p. 28), “recaísse cada vez mais o imposto sobre os notáveis rurais”. Paralelamente a esse processo, devido à queda da produção, seguia-se uma alta dos preços que, se de um lado poupava as categorias sociais mais abastadas, do outro lado sobrecarregava o povo. A fome foi o resultado direto desses acontecimentos. Para aliviar o sofrimento de muitos, vendia-se “sopa popular” às pessoas carentes. Ao se reunirem para comprar sopa, os pobres ficavam indignados com aqueles que tinham a mesa farta, enquanto eles estavam jogados na mais cruel miséria. MOTA (1993, p. 28) salientou que “os camponeses, duramente atingidos pela crise econômica, foram levados à miséria, o que aumentou sensivelmente a insegurança nos campos”. Essa insegurança gerou, por sua vez, muitos conflitos entre as classes. Parafraseando SOBOUL (1989, p. 24), “a fome mobilizou o povo”.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

As cidades procuravam intervir nos problemas rurais, visto que eram bastante prejudicadas devido à baixa produção agrícola. Existiu, dessa forma, um conflito muito acirrado entre as cidades e o campo no que tange a comercialização crescente. A revolução no campo estava, em parte, direcionada contra a penetração de interesses urbanos na zona rural. A burguesia procurava submeter o campo ao seu domínio. Outrossim, as reformas de julho de 1787 estabeleciam a criação de assembleia nas comunas rurais. A burguesia mercantil, porém, procurava de todas as formas reduzir a representação das áreas rurais; conseqüentemente, os camponeses revoltaram-se contra esse jogo de interesses e reclamavam por direitos iguais.

Os camponeses passaram a arcar com as novas taxas que substituíam a corveia. Embora pagassem essas taxas, não tinham qualquer retorno. Quem se beneficiava era somente aqueles isentos de qualquer taxa. Como lembra COBBAN (1987, p. 86), “a taxa que substituiu a corvée, uma taxa que eles pagavam, servia para construir estradas usadas por comerciantes da cidade que não contribuíam com um centavo”. Numa sociedade extremamente injusta, o camponês não tinha muitas alternativas a não ser a de escolher entre a mendicância e a morte. Somente os camponeses menos pobres sobreviviam em meio a tamanha desigualdade. A tentativa de instaurar o capitalismo no campo custou muito caro para o campesinato. Para COBBAN (1987, p. 95), “a revolução não levou em conta os anseios de uma imensa maioria dos camponeses. Não possuía nenhuma política agrícola, exceto a de inserir na agricultura a força nos quadros da produção capitalista”. Os camponeses interpretavam e sentiam, indubitavelmente, que estavam sendo explorados pelos burgueses.

As sublevações populares nas cidades

As sublevações enfrentadas no campo transportaram-se para as cidades. As pessoas fugiam para as cidades em busca de melhores condições de vida que lhes eram negadas no campo. Assim notou CHAUSSINAND-NOGARET (1988, pp. 45, 46): “Desde o início da crise, tinham afluído para Paris os desempregados, os vagabundos, os mendigos, expulsos de suas províncias pela fome e pela esperança de achar trabalho, aumentando nos subúrbios uma população miserável e ameaçadora”. Isso afetou a agricultura diretamente. Desqualificadas para os trabalhos urbanos, essas pessoas levavam uma vida itinerante e sem destino certo. Nas suas muitas andanças, por onde esse grupo passava deixava as marcas da revolta e da angústia que a sociedade lhes infligiu, o que constituía em uma ameaça direta para aqueles mais abastados, embora não tivessem um líder capaz de conduzir os movimentos à vitória. É o que CHAUSSINAND-NOGARET (1988, p. 47) vai perceber ao relatar que “a fome, a angústia e o desemprego transformaram esse terrível subúrbio num barril de pólvora que a menor fagulha, provocação ou medo, podia fazer explodir a qualquer momento.”

Esse grupo de pessoas, nas cidades, formavam, de acordo com COBBAN (1987, p. 114), uma “elite de necessitados que começavam mendigando e acabavam roubando”. O empobrecimento poderia ser explicado pela violenta exploração e não, necessariamente, pela escassez. “Quando falta o pão, os ânimos se inflamam”. Assim, as massas começam a deixar



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

de ser tão silenciosas. As cenas de desordens nas cidades aumentavam assustadoramente, tais como a pilhagem dos armazéns de víveres, incêndios de barreiras fiscais, saques de casas aonde se esperava obter alimentos. Tudo isso era resultado – a curto prazo – do medo e de possíveis suspeitas. Para CHAUSSINAND-NOGARET (1988, p. 106), “a agitação ganhara todo povo humilde de Paris, e os subúrbios, assim como os mercados do centro, onde se concentrava uma importante população feminina audaciosa e insolente de peixeiras e vendedoras, estavam em fermentação.”

Para preservarem seus direitos, as massas populares organizam os comitês revolucionários. As ideias, quando amadurecidas, são bombardeadas na sociedade. Os motins e levantes abalam o pensamento e o comodismo dos poderosos. As mobilizações camponesas tornaram impossível qualquer compromisso com a aristocracia feudal, dando impulso a revolução burguesa.

Malnutrida, empobrecida, descontente com direitos e impostos que tinham que pagar, a população francesa acha-se, na primavera de 1789, em estado de sublevação latente ... 40% da população francesa dependia, em 1789, da caridade. Essa situação de pauperismo e mendicância há muito aumentava a delinquência, e bandos de malfeitores mais ou menos organizados saltaram a região parisiense durante a segunda metade do século XVIII, antes da revolução. (JACQUES SOLÉ, 1989, p. 75-76)

Todavia, essa “população flutuante” não tinha espírito de organização em se tratando de lutar pelos direitos coletivos. Quando estão desfrutando de alguma conquista escondem-se dos outros companheiros. As paixões individuais limitavam uma luta corporativista.

Eis como puderam os homens insensivelmente adquirir certa ideia grosseira dos compromissos mútuos e da vantagem de respeitá-los; mas somente quando um interesse tangível pudesse exigi-lo, pois, a providência nada representava para eles e, longe de se preocuparem com um futuro mais distante, eles não pensaram nem mesmo no dia seguinte. Quando se tratava de caçar um veado, cada qual sabia bem que devia, para tanto, ficar fielmente em seu lugar; mas, se acontecesse de uma lebre passar ao alcance de um deles, não se deve duvidar que ele a perseguisse sem escrúpulo, e que, tendo agarrado sua presa, não se preocupasse com a de seus companheiros. (ROUSSEAU, 1985, p. 87)

Em última análise, o Antigo Regime privou seus súditos de usufruírem do direito à vida e à natureza. Ainda que a sociedade francesa no século XVIII tivesse avançado quanto aos direitos de liberdade e cidadania, ela tinha omitido os direitos básicos da sociedade. O avanço em determinado segmento implicava retrocesso em outros. Além disso, a cada força de ação das massas populares resultava em uma reação das classes mais favorecidas da sociedade.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

A contrarrevolução: repressões aos movimentos populares

As classes que até então gozavam de privilégios na sociedade não admitiam, em hipótese alguma, a perda dos mesmos. Nesse aspecto, a aristocracia lidera a contrarrevolução, a fim de manter seu status. Todavia, como a burguesia procurava se assemelhar, ou ter os mesmos privilégios da aristocracia, não se pode duvidar que a classe burguesa era contra as mudanças desejadas pelas massas populares. Principalmente para os homens de negócios a revolução não seria vantajosa. Somente aqueles, cujos cargos venais tinham sido extintos, os profissionais liberais, foram realmente revolucionários. É óbvio que a burguesia enriquecia e iluminava-se ao lado do povo, porém, sem ele e contra ele. Para TOQUEVILLE (1989, p. 126), “as imunidades de todas as espécies que com infelicidade separava a burguesia do povo dela faziam, aliás, uma falsa aristocracia, testemunhando muitas vezes o orgulho e o espírito de resistência da verdadeira”.

O grande problema da riqueza, criticados por Rousseau e Babeuf, não foi resolvido pela revolução.

Procurar-se-iam em vão, com efeito, entre os teóricos, e realizadores da revolução, preocupações sociais: todas as medidas tomadas são de ordem política ou econômica. As disposições referentes à propriedade são a esse respeito muito significativas: a convenção vai ao ponto de decretar a pena de morte para quem quer ouse propor a reforma agrária, ou seja, a partilha das terras. (PERNOULD, 1969, p. 124)

O homem em sociedade foi incapaz de resolver os problemas sociais e, por isso, falhou em instituir a liberdade. Não se havia pensado em trazer os homens de volta à sua igualdade no estado de natureza. A burguesia, de um modo geral, tinha uma conduta muito conservadora e, visivelmente, contrarrevolucionária. BRISSOT (1989, p. 28), um dos líderes dos Girondinos após a reação Termidoriana, afirmava que “os desordeiros são aqueles que tudo querem nivelar, as propriedades, a riqueza, os preços ... querem que o trabalho receba a remuneração do legislador... querem nivelar até os talentos, os conhecimentos, as virtudes, porque eles nada têm de tudo isso”. Diante disso, é fácil perceber que a burguesia era hostil ao povo. A revolução não estava madura o bastante, chegando ao ponto de recusar a partilha igualitária do solo. Os interesses econômicos das massas eram protegidos apenas em alguns momentos a fim de evitar as conspirações e levantes. Segundo JACQUES SOLÉ (1989, p. 217), “após o inevitável rompimento com a nobreza, a burguesia desejava apenas conservar as estruturas econômicas e mentais do Ancien Régime. Seu esforço de ascensão continuou a inserir numa vontade de se identificar com a aristocracia”.

Portanto, todos aqueles que não eram homens de negócios ou grandes comerciantes – pequenos fabricantes, lojistas, artesãos, camponeses – lutavam contra a burguesia a fim de salvar da destruição sua existência como fragmentos da classe média. O controle dos procedimentos eleitorais ficou monopolizado nas mãos das classes proprietárias. É o que SOBOUL (1989, p. 83) assevera: “com a burguesia pretendo reservar-se, doravante, zelosamente, o exercício do direito à propriedade, isto irá fechar toda esperança às classes populares”. Porém, as massas continuavam inquietas e revoltadas, uma que seria impossível



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

fazer uma revolução sem a revolução. Nessas circunstâncias, a burguesia esforçava-se desde 1789 para canalizar a ira popular e por regularizar a repressão. Não fazia sentido continuar a revolução visto que a burguesia já havia alcançado os privilégios que a sociedade outrora lhe havia negado.

Por outro lado, a continuidade da revolução seria viável para a burguesia desde que, somente ela, desviasse dos seus propósitos. Isso significaria um retrocesso para aqueles mais necessitados da sociedade. A verdade consiste em que os contrarrevolucionários não aspiravam terminar com a revolução; a despeito do mito que proclamavam, ansiavam por uma revolução contrária.

As heranças revolucionárias para as massas populares

A liberdade que nascera do 14 de julho estava prestes a ser destruída por uma nova classe em ascensão. Os problemas sociais continuaram a corroer, como um câncer maligno, a sociedade francesa pós 1789. As elites estavam unidas sob a égide do poder.

A estrutura social da França, no início do século XIX, não havia, pois, mudado muito em relação à de antes da revolução. Esta apenas acrescentou, à aristocracia e à burguesia tradicionais, os novos ricos, nascidos dos negócios ou da manufatura, que se integraram sem dificuldade ao mundo das notabilidades onde logo se fundiram todas as elites. (JACQUES SOLÉ, 1989, p. 218)

As desigualdades, aparentemente destruídas, foram reforçadas pela Revolução. Houve uma

Circulação de riquezas entre as classes sem que, contudo, alcançasse todo o terceiro estado. Os historiadores compreendem a Revolução marcou uma ruptura no modo de produção feudal que já caminhava para seu declínio.

Contudo, a situação dos pobres, camponeses, mulheres e crianças não foi alterada da mesma forma que as hierarquias e os equilíbrios fundamentais foram pouco abalados. A revolução dividiu a França em dois aspectos: de um lado uma França rica, independente e desenvolvida; do outro lado uma França “espreitada pela pobreza, oprimida pela desigualdade e pela dependência, hostil a modernidade”. Assim, qual foi a importância da revolução Francesa para os necessitados, os oprimidos, os desempregados, os camponeses, enfim, para a França desprovida de recursos?

A liberdade e a igualdade, embora negados no processo revolucionário, permaneceram como chamas vivas na vida desses miseráveis que eram capazes de promover o maior incêndio que a sociedade jamais conhecera. A igualdade e a liberdade agarravam os corações das pessoas pela sua atração, pelo seu encanto, pelo prazer de poder falar, agir e respirar sem constrangimento sob o único governo de Deus e de suas leis. Para TOQUEVILLE (1989, p. 160), “quem procura na liberdade outra coisa que ela própria foi feito para a servidão”.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Além disso, as sementes que alguns plantam são outros que colhem. A Revolução estava preparando a colheita para um período de maior abundância: os frutos de 1789 ainda não estavam maduros para a grande ceifa. JACQUES SOLÉ (1989, p. 272) afirma que “ao lado do Socialismo arbitrário, a democracia liberal e o socialismo democrático são herdeiros diretos de 1789 e 1792. Assim, segundo MOORE JR (1983, p. 113), “os sans-culottes fizeram a revolução burguesa; os camponeses determinaram até que ponto ela podia chegar”. Entretanto, eles não desfrutaram, naquele momento, dos bônus dos seus esforços. JACQUES SOLÉ (1989, p. 273) conclui que “a revisão crítica da história da Revolução inspira-se em valores que ela partilhava, mas que não pode pôr em prática, deixando essa incumbência a seus herdeiros.”

A Revolução Francesa não conseguiu resolver todos os problemas que assolavam a sociedade. O problema social continuou incomodando grande parte da população, uma vez que é muito mais difícil ser modificada a estrutura social de uma sociedade que nega o que prega e prega para negar; não se podia esperar outra coisa senão a revolta e o ódio contra os inimigos do povo. Os males da sociedade do Antigo Regime ainda persistiram no período pós-revolucionário. A burguesia tornou-se inimiga do povo miúdo.

A ideia de igualdade, de democracia política e social ultrapassava as necessidades e os interesses políticos da burguesia. Por esta razão, no século XIX a burguesia passou a renunciar a toda ideia de revolução, preferindo aliar-se sempre que possível às forças do Antigo Regime. (FLORENZANO, 1982, p. 117)

Finalmente, ainda existiam muitas Bastilhas que escondiam no seu interior as maiores aberrações que a sociedade conheceu – a desigualdade, o egoísmo, a opressão e a negação do crescimento de todos os homens. Assim, fazia-se necessário a destruição de todas essas Bastilhas para que todos os cidadãos alcançassem a igualdade, a liberdade e a fraternidade. Neste sentido, a Revolução deu um passo bastante positivo. Como lembra LEFEBVRE (1966, p. 574), “a Revolução havia feito nascer duas outras – a democracia liberal e o comunismo”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. **Da Revolução**. São Paulo: Ática, 1988.

BURKE, Edmund. **Reflexões Sobre a Revolução em França**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

CHAUSSINAND-NOGARETT, Guy. **A Queda da Bastilha**. O começo da Revolução Francesa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

COBBAN, Alfred. **A Interpretação Social da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

DOYLLE, Willian. **O Antigo Regime**. São Paulo: Ática, 1991.



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

- FLORENZANO, Modesto. **As Revoluções Burguesas**. 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 1982.
- FURET, François. **Dicionário da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- LEFEBVRE, Georges. **A Revolução Francesa**. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1966.
- MOORE JR, Barrington. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MOTA, Carlos Guilherme. **Revolução Francesa**. 4 ed., São Paulo: Ática, 1993.
- PERNOULD, Régine. **As Origens da Burguesia**. 2 ed. revista e atualizada. Publicações Europa-América, 1969.
- REMOND, René. **O Antigo Regime e a Revolução – 1750-1815**. São Paulo: Cultrix, 1986.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.
- SOBOUL, Albert. **A Revolução Francesa**. Edição Comemorativa do bicentenário da Revolução Francesa – 1789-1989. 7 ed., Rio de Janeiro: Revista Bertrand Brasil, 1989.
- SOLÉ, Jacques. **A Revolução Francesa em Questões**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **O Antigo Regime e a Revolução**. 3 ed., São Paulo: Universidade de Brasília, 1989.
- 200 Anos de Revolução Francesa**. São Paulo: Ática, 1989.



DISTOPIA TUPINIQUIM: O AUTORITARISMO LÍQUIDO EM TEMPOS DE CAPITAL FETICHE

NILTON BATISTA LEITE¹

Resumo: O presente artigo aborda o contexto de recrudescimento do autoritarismo no Brasil, de radicalização político-social promovida pela extrema-direita, de relativização exacerbada do conhecimento, de revisionismo imprudente dos fatos e de fascistização do país, com enfoque a partir das eleições de 2018, demonstrando as similitudes do governo eleito com o fascismo histórico. Busca demonstrar como o capital fetichizado manipula as relações sociais e mantém a apropriação da mais valia, independentemente do nível de autoritarismo existente, cooptando todas as formas de governança política para a manutenção do processo de acumulação de capital, processo sem o qual, o sistema capitalista entra em colapso. A manipulação das relações sociais, explicitam-se mediatizadas pela reificação da cotidianidade, naturalizando-se processos autoritários por meio da pulverização de atos de exceção e ilegítimos, entrelaçados com instrumentos legais e socialmente aceitos, diminuindo a percepção do processo coercitivo e de dominação hegemônica em curso.

Palavras-chave: distopia; autoritarismo líquido; capital.

Introdução

O presente artigo aborda a temática do autoritarismo no contexto de recrudescimento do autoritarismo no Brasil, de radicalização político-social promovida pela extrema-direita, de relativização exacerbada do conhecimento, de revisionismo imprudente dos fatos históricos e de fascistização do país, com enfoque a partir das eleições de 2018.

Propõe-se a problematização do conceito de “autoritarismo líquido” a partir da leitura do livro *Modernidade Líquida* de Zygmunt Bauman, objetivando responder, se, de fato, o autoritarismo no Brasil, assume características fluídas. Justifica-se a preocupação diante de um cenário distópico em que as relações sociais são manipuladas pelo capital fetichizado que coopta todas as formas de governança política, manifestas no Estado, com seu “monopólio legítimo da força”, para manutenção da *mais valia*, e conseqüentemente do processo de acumulação de capital, processo sem o qual, o sistema capitalista entra em colapso com a diminuição das taxas de lucro. Neste cenário, as relações sociais se explicitam mediatizadas pela reificação da cotidianidade, naturalizando-se, conseqüentemente, processos autoritários por meio da pulverização de atos de exceção flagrantemente ilegítimos na perspectiva do direito, entrelaçados com instrumentos normativos-jurídicos legais e

¹ Doutorando do PPGH/UNIOESTE. Programa de pós-graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon, iniciado em 2019.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

socialmente aceitos, diminuindo, assim, a percepção do processo coercitivo e de dominação hegemônica em curso.

A construção deste artigo se apoia no materialismo histórico-dialético, enquanto fundamentação teórica, e se utiliza dos seguintes procedimentos metodológicos: quanto à abordagem, pesquisa qualitativa considerando a problemática de estudo; quanto à natureza, pesquisa aplicada, tendo em vista a tese onze de Karl Marx²; quanto aos objetivos do estudo, explicativa, considerando a natureza de um artigo científico; quanto aos procedimentos técnicos, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental; e por fim, quanto às técnicas da pesquisa, documentação, observação e análise de discurso. Espera-se com a construção do artigo, primeiramente, responder as indagações a que se propõe, adentrando o âmbito ontológico daquilo que é manifesto socialmente; em segundo lugar, contribuir para a discussão do autoritarismo, suas manifestações e metamorfoses, as quais acompanham as crises cíclicas do capital fetichizado; e, por fim, colaborar com a divulgação científica ainda tão incipiente no Brasil, mas com enorme potencial de expansão.

Conceito de distopia

Antes de discorrer-se acerca do conceito de distopia, cabe uma breve exposição acerca do significado de seu antônimo: a utopia. O termo utopia foi utilizado de forma impressa pela primeira vez em 1516 pelo escritor inglês Thomas More, designando a palavra como título de sua obra que trata de uma ilha imaginária admirável por conta da forma de administração de seu território, da inexistência de corrupção, desigualdade social e intolerância religiosa, e da existência de instituições respeitáveis e da prática do não belicismo. Trata-se de uma crítica explícita à Inglaterra e outros países europeus da época, diante de suas posturas geopolíticas e de sua moralidade cristã não praticante.

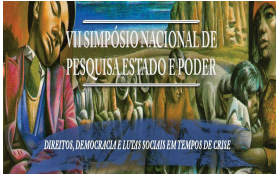
O termo utopia foi construído partindo do vernáculo grego, composto de duas palavras: *ou* que tem o sentido de negação e *topos* que tem o sentido de lugar. Significa literalmente “não lugar”. O conceito original de More sofreu alterações no tempo histórico³, adquirindo conotações de “lugar ideal” ou “futuro desejável”, principalmente diante de conjunturas desfavoráveis. Contudo, na concepção de More, apesar de desejável, a utopia não seria algo possível. Conforme suas próprias palavras, escritas ao final do livro, “(...) devo confessar que há muita coisa na República de Utopia que eu desejaria ver imitada em nossas cidades - coisa que mais desejo do que espero” (MORE, 2004, p. 131-132).

Por sua vez, o termo distopia foi cunhado pela primeira vez, também por um inglês, John Stuart Mill, utilizando-o durante um discurso no parlamento britânico no ano de 1868⁴. Uma tradução livre possível do discurso de Mill seria a descrição da distopia como algo

² “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo” (MARX, 2009, p. 126).

³ O termo passou a se referir também a um tipo específico de literatura.

⁴ “It is, perhaps, too complimentary to call them Utopians, they ought rather to be called dys-topians, or caco-topians. What is commonly called Utopian is something too good to be practicable; but what they appear to favour is too bad to be practicable”. Disponível em: *Oxford English Dictionary*. Link: <http://www.oed.com/>. Acesso em 15 nov. 2019.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

demasiadamente ruim para ser praticado, ao contrário da utopia que seria justamente aquilo demasiadamente bom de ser praticado.

Da mesma forma que seu termo antagônico, a palavra distopia foi construída a partir da língua grega, *dis* que pode ser traduzida por dificuldades e mau estado e *topos*, conforme explicitado anteriormente, que tem o sentido de lugar, significando literalmente “lugar de dificuldades”. Neste sentido, o conceito de distopia foi constituído enquanto contraposição à utopia. Trata-se de uma “anti-utopia”, uma “utopia às avessas” ou ainda uma “utopia invertida”, e, portanto, um lugar ruim, aterrador, de controle e opressão, violência, injustiça, enfim, de conflito constante.

Semelhantemente à utopia, distopia passou a indicar uma especificidade literária. Pode-se, a título de exemplo, citar-se os seguintes livros⁵ enquanto literatura distópica: “Admirável Mundo Novo”, de Aldous Huxley; 1984, de George Orwell; e Jogos Vorazes, de Suzanne Collins.

Brasil: república distópica?

A formação do Brasil nação é repleta de movimentos contraditório e fragmentados de avanços e retrocessos, predominando este último. Talvez a própria história do Brasil constitua-se numa distopia se pensarmos em uma nação ideal e na forma exploratória que se constituiu o processo de colonização e formação do país. Porém, chama atenção o Brasil recente cuja democracia foi solapada por um golpe jurídico-parlamentar, culminando com a vitória eleitoral de Jair Messias Bolsonaro, e, concomitantemente, na disputa das eleições presidenciais de 2018, o qual se enquadra no conceito de uma distopia moderna.

O Brasil atual, politicamente conturbado e economicamente instável, vivencia um momento singular em sua história: teorias da conspiração⁶ se multiplicam e fazem adeptos aos milhares, polemizando e rebaixando os debates atuais, podendo ser citadas as do “marxismo cultural” e as da “ideologia de gênero”; o revisionismo histórico avança em ritmo acelerado sobre pesquisas no campo da ditadura militar, do fascismo, bem como da escravidão, amparando-se em generalizações, divagações e suposições sem o devido aporte de fontes comprobatórias; o anticientificismo pululante dos terraplanistas, dos globalistas, dos defensores da inexistência do aquecimento global, além de outras “pérolas” dos intelectuais orgânicos - correndo o risco de rebaixar o conceito gramsciano - , do grupo que assumiu o poder; das mídias e milícias digitais espalhando desinformação por meio de *fakenews* e buscando silenciar os críticos ao atual *modus operandi* do governo, através de estratégias espúrias como acusações infundadas e tentativas de destruição de reputações.

Apesar da descontextualização histórica, do desamparo dos fatos e da ruptura com a racionalidade, as teorias de conspirações, os revisionismos históricos e a destruição da ciência, esta última acompanhada do processo de destruição da educação crítica, são acolhidas pelos asseclas do atual governo, bem como de grande parcela populacional

⁵ Todos os livros citados foram adaptados ao cinema.

⁶ A título de exemplo, pode-se indicar as seguintes afirmações a-históricas: nazismo e fascismo de esquerda; revolução de 1964; e a suavização da escravidão brasileira.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

descontente com a política e sua desqualificação⁷ em termos de resoluções para os anseios mais gerais da população. Como diria Hannah Arendt: “o que convence as massas não são os fatos, mesmo que sejam fatos inventados, mas apenas a coerência com o sistema do qual esses fatos fazem parte” (1989, p. 401).

Para além das questões citadas, o Brasil também vivencia violentos retrocessos nas políticas públicas, com destaque ao desmonte da previdência social, da legislação trabalhista, da educação, da saúde pública e, por fim, no campo dos direitos humanos com a emergência da figura ilustre do “cidadão de bem” em contraposição aos “baderneiros sociais” que estão “torcendo contra o progresso do país”. Porém, talvez a mudança mais preocupante no cenário brasileiro atual, e que abarca direta e indiretamente algumas indicações supracitadas, seja o processo de fascistização e autoritarismo crescente no país.

O fascismo histórico, de forma sintética, era constituído de três elementos centrais: um núcleo ideológico reacionário, um grupo de base recrutado essencialmente na pequena burguesia e setores da classe média, e a mobilização de um discipulado instrumentalizado em tropa de choque (CALIL, 2019). No Brasil atual, percebe-se que essencialmente, estes elementos estão presentes e tornam preocupantes o futuro do país.

Atualmente, encontra-se em curso um processo escancarado de violência institucional contra os mais pobres, um ativismo ideológico armamentista, demandado pelas grandes corporações da guerra (as indústrias de armas), uma cultura da violência como forma de resolução de conflitos apregoada pelos adeptos da “doutrina bolsonarista”, e um autoritarismo que começa a ultrapassar os limites da legalidade burguesa, instrumentalizando a própria população, através da doutrinação ideológica, à praticarem “justiça com as próprias mãos”, processo facilitado simultaneamente à facilitação da posse e porte de armas no país.

Em termos ideológicos, Jair Bolsonaro enquadra-se, com muita folga, em praticamente todas as características ideológicas que definem o fascismo, acima indicadas. A única exceção é justamente o ultranacionalismo, haja visto liderar um governo explicitamente entreguista e submisso aos Estados Unidos nas diversas dimensões (econômica, cultural, geopolítica, etc.). Entendemos, no entanto, que isto não é suficiente para sustentar que Bolsonaro não seja fascista, haja visto que o fascismo na periferia do capitalismo desde o pós-guerra não mantém nenhum elemento efetivamente nacionalista (com exceção da instrumentalização primária do ufanismo mais tacanho). (CALIL, 2019).

Diante desta conjuntura de recrudescimento do fascismo no Brasil, outro elemento intrínseco à ideologia fascista entra em cena: o autoritarismo. Este, porém, com características peculiares próprias ao momento histórico vivenciado.

⁷ “(...) a desqualificação da política não é, pois, um resultado acidental ou uma ausência de cultura política, mas uma cultura política efetiva posta em prática (FONTES, 2005, p. 292, grifos do autor)” (FONTES, 2010, p. 256).



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Autoritarismo líquido

O momento histórico atual possui várias definições: pós-modernidade, modernidade tardia, modernidade reflexiva, era do vazio, capitalismo tardio e modernidade líquida. Cada definição possui seus prós e contras na tentativa de descrever o momento atual, suas características e peculiaridades em relação à era moderna. No entanto, talvez o conceito de modernidade líquida, de Zygmunt Bauman, seja o que mais se aproxima do concreto pensado.

Bauman, inicia seu livro “Modernidade Líquida” destacando uma das qualidades dos líquidos:

“Fluidez” é a qualidade de líquidos e gases. O que os distingue dos sólidos, como a Enciclopedia britânica, com a autoridade que tem, nos informa, é que eles “não podem suportar uma força tangencial ou deformante quando imóveis” e assim “sofrem uma constante mudança de forma quando submetidos a tal tensão” (BAUMAN, 2001, p. 7).

Aquilo que é líquido não pode ser contido facilmente em uma única forma, transformando-se constantemente, moldando-se aos diversos ambientes. “Os fluidos se movem facilmente. Eles fluem, escorrem, esvaem-se, respingam, transbordam, vazam, inundam, borrifam, pingam, pulverizam, são filtrados e destilados”, continua Bauman (2001, p. 8). A partir destas constatações, ele julga o termo “líquido” possibilitar uma aproximação ontológica da nova fase histórica. Ele considera a palavra “(...) como metáforas adequadas quando queremos captar a natureza da presente fase, nova de muitas maneiras, na história da modernidade” (2001, p. 9).

Explicado de forma sintética o conceito de modernidade líquida, passa-se à abordagem à forma de autoritarismo na atualidade: o autoritarismo líquido. O conceito, com o qual o autor do presente artigo teve contato pela primeira vez, através de uma entrevista do jurista Pedro Serrano⁸, é entendido como uma nova forma de autoritarismo no mundo que viola o processo democrático de diferentes maneiras e com instrumentos de diferentes instituições do Estado moderno. Trata-se de uma forma autoritária fluída, pulverizada, e, portanto, muitas vezes de difícil captação ou percepção. Esta forma autoritária pende entre extremos de violência imposta e consentida.

O autoritarismo líquido no Brasil tem se expressado ultimamente através da excessiva teatralização da justiça; dos discursos ideológicos reacionários de ódio⁹ amalgamados com discursos teológicos de grande apelo moral em prol da família, marginalizando as minorias LGBTQ+; por meio do nepotismo escancarado em que o Estado é literalmente privatizado em prol dos interesses de um clã; elaboração de projetos de lei rigorosos contra aqueles considerados subversivos e inimigos dos bons costumes e da atual liderança; linchamentos virtuais dos inimigos através das milícias virtuais, atacando-se o oponente e não seus argumentos; e, por fim, por meio de pactos escusos entre os três poderes

⁸ <https://jornalgnn.com.br/noticia/a-era-do-autoritarismo-liquido/>.

⁹ “Bandido bom é bandido morto”; “Direitos humanos ou direitos dos manos”.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

da república, destruindo a limitada e precária autonomia dos mesmos no âmbito do Estado burguês, com rebatimentos na garantia dos mínimos constitucionais para o povo brasileiro.

Capital fetichizado

Finalizando, cabe indicar o papel do capital nessa conjuntura política desfavorável com novas estratégias autoritárias. Como indicou Marx, a sociedade é subsumida pelo capital que se faz totalidade e a subordina seja na esfera da produção. Seja na esfera do consumo, seja na infraestrutura, seja na superestrutura, o capital comanda como um maestro as relações e disputas de classes na sociedade capitalista. De forma orquestrada, fetichiza as relações sociais, invisibilizando o trabalho e radicalizando a alienação.

“Marx, denomina de subsunção real da sociedade ao capital, isto é: [...] a produção do capital subordina e assimila a si, progressivamente, todo o espaço e todo o sentido da vida individual e coletiva, tornando-a funcional à produção de si como lucro ampliado. Ou seja, o capital se faz totalidade e enquanto totalidade é, ao mesmo tempo, produção de mercadorias, produção de classes, isto é, de relações sociais desiguais, que terminam por se tornar opostas, e produção de formas de consciência moral, enquanto princípios de uma visão de mundo (FINELLI, 2003, p. 101).

Sinaliza-se, por fim, que as estratégias do capital de subsunção da sociedade perpassam desde o consenso até ações extremadas de violência escancarada, sempre com foco na acumulação infinita, sua razão de existência.

Conclusão

Após esta resumida exposição acerca da conjuntura brasileira no que tange ao processo autoritário em curso que em muito preocupa os analistas sócio-histórico-políticos, pretende-se encerrar este artigo como diria Gramsci, com o pessimismo da inteligência e o otimismo da vontade (2004, p. 43). Para tal fim, segue um poema de Eduardo Galeano¹⁰ que fala justamente sobre utopia, algo sinteticamente exposto ao início do texto, e do papel da mesma em nosso cotidiano: “Utopia. Ela está no horizonte. Se me aproximo dois passos, ela se distancia outros dois. Se caminho dez passos, o horizonte se afasta mais dez. Por mais que caminhe, nunca poderei alcançá-la. Pra que serve a utopia? Pra isso serve: para caminhar”.

Referências bibliográficas:

¹⁰ Poema extraído das páginas de pré-texto do seguinte livro: COLIN, D. R. A.; FOWLER, M. B. **LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social** anotada. São Paulo: Veras Editora, 1999.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

- ARENDDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CALIL, G. G. **Percursos do fechamento político no Brasil atual**. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2019/03/20/percursos-do-fechamento-politico-no-brasil-atual/>>. Acesso em: 15 Nov. 2019.
- ENGELS, F.; MARX, K. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo"**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2 ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- _____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MORE, Thomas. **Utopia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.



TRABALHANDO DESDE TENRA IDADE: MEMÓRIAS E TENSÕES EM DISCUSSÃO NO OESTE DO PARANÁ, 1960 – 2018

PATRICIA VIEIRA MORAIS¹

Resumo: O presente trabalho busca investigar sujeitos que mantiveram relações de trabalho quando crianças e/ou adolescentes. Por meio de suas memórias e das narrativas processuais em que tomam parte, analiso certas práticas firmadas no Oeste do Paraná a partir dos anos de 1960, envolvendo determinadas atividades e condições de trabalho, o como e onde vivem esses trabalhadores e os percursos que constroem pelo Oeste do Paraná e outras territorialidades. Interessa discutir como interpretam e empregam sentido a essa experiência e ao que esperam viver. Assim, procuro compreender de que modo tais experiências integram suas trajetórias enquanto limites e/ou possibilidades, frente aos valores e desigualdades que entrecruzam. Ao fazer isso, busco observar de que maneira a condição de classe se articula às relações de trabalho estabelecidas enquanto precoces trabalhadores. Essas trajetórias, ainda que se diferenciem por condições de trabalho, idade e moralidades que defendem, constituem um terreno social compartilhado, instável e desigual. Para a análise proposta utilizo enquanto fontes, entrevistas orais, realizadas com tais trabalhadores e processos da Vara Cível, referentes à Comarca de Toledo (levantados junto ao acervo do Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa- NDP/UNIOESTE-Toledo-PR), os quais, para além de um caso jurídico ou conjunto de memórias em litígio, carregam apreensões e desenlaces das tensões e relações de poder experimentadas.

Palavras-chave: Menoridade de trabalhadores; Tensões sociais; Oeste do Paraná.

Considerações Iniciais

Este trabalho possui a intenção de apresentar e discutir alguns elementos que envolveram/envolvem a investigação em que me debrucei acerca das experiências de sujeitos que vivenciaram relações de trabalho desde quando crianças e/ou adolescentes no Oeste do Paraná, entre meados do século XX e a atualidade.

As principais fontes da investigação foram os processos da Vara Cível (aproximadamente analisei 130 autos processuais do acervo), pertencentes à Comarca de Toledo, levantados junto ao acervo do Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em História, UNIOESTE/Marechal Cândido Rondon. Pesquisadora Bolsista da Fundação Araucária/PIBIS, Projeto “Exploração e menoridade: experiência de crianças e jovens no Oeste do Paraná”, vinculado ao Projeto de extensão “Em Evidências: produção e uso de fontes no ensino de história”. A pesquisa também se encontra relacionada à produção do meu Trabalho de Conclusão de Curso.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

(NDP/UNIOESTE-Toledo-PR), referentes às décadas de 1960 e 1970. E, entrevistas orais com 6 trabalhadores, produzidas em 2018.

As fontes me possibilitaram enxergar relações desses precoces trabalhadores para além dos locais de trabalho, à medida que apresentaram as tensões acerca das relações de poder que estabelecem e da sua condição de classe. Uma dinâmica que sugere como definem e promovem modos de viver, valores e expectativas, uma vez que essa materialidade de sua experiência compõe um terreno social de constante pressão nas decisões/avaliações produzidas por esses trabalhadores (sobre morar, estudar, trabalhar, cuidar da saúde etc.).

Apesar dessas práticas de trabalho iniciarem na infância e/ou adolescência desses sujeitos, essa pesquisa se preocupa em entender de que modo práticas de trabalho integram e sugerem questões importantes da experiência desses sujeitos, seja na forma de limitar ou possibilitar certos caminhos; seja na maneira com que respondem e integram seus costumes às mais variadas circunstâncias de instabilidade em suas condições de vida.

Além disso, as estratégias e prospecções para o futuro produzidas por esses sujeitos, aquilo que desejam e esperam, também são vestígios que busquei tratar como parte dessa investigação. Pois, os trabalhadores analisam frequentemente suas ações e produzem imagens da maneira que lidam com as adversidades em suas vidas, algo que aparece para esses sujeitos de modo desigual desde muito cedo.

A meu ver, é valoroso tratar das visões que produzem sobre si e sobre os outros, tendo em vista que conseguimos visualizar a rede de relações que esses trabalhadores compõem, quer em momentos de conflitos e pressões; quer em momentos de amistosidade e solidariedade. Além de compreender, as motivações que os levaram a determinados trabalhos e quais interpretações produziram acerca do processo histórico em que se inserem.

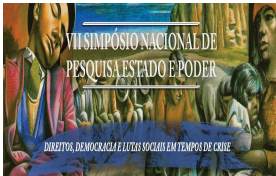
Nesse sentido, a abordagem utilizada na pesquisa partiu dessas narrativas, as quais, para além de um caso jurídico ou conjunto de memórias individuais, carregam apreensões das tensões sociais em pauta. Sendo que permitiram retomar o recorte temporal e espacial a partir das experiências evidenciadas nas documentações, as quais me levaram dos dias atuais até a década de 1960 e, em particular, à região Oeste do Paraná.

Discussão

Quando trabalhadores são chamados a narrarem certos aspectos de suas vidas, acabam por apresentar visões e interpretações que ultrapassam esse enfoque inicial, que pauta os precoces trabalhos que realizaram quando crianças e adolescentes. Eles nos indicam um cenário de tensões e desigualdades que, constantemente, enfrentam nas diferentes relações que estabelecem.

A vulnerabilidade expressa nas condições de vida é ainda mais intensa quando tratamos de sujeitos que mantêm essas práticas de trabalho desde tenra idade, pois essas relações, mantidas desde muito cedo, costumam definir aspectos da vida desses sujeitos ao longo de suas trajetórias.

A experiência de trabalho iniciada na infância e/ou adolescência se coloca para as famílias de trabalhadores de modo mais urgente sendo, muitas vezes, naturalizada entre muitos deles e, fundamentalmente, pela classe patronal. Pois, uma vez que são submetidos a



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

certas pressões, instabilidades e limites desiguais, quando comparados àquelas famílias pertencentes a outra condição de classe, o trabalho se apresenta como pressão a todos os familiares.

Tais práticas são anunciadas nos índices estatísticos da região Oeste do Paraná através de dados de algumas cidades. De acordo com o Censo 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)², o município de Marechal Cândido Rondon apresentava 441 crianças e adolescentes entre 10 e 15 anos “ocupados”³, referindo-se a 10% da população nessa mesma faixa etária. Sendo destacado que em relação ao local de residência, 71,3% do total dessas crianças e adolescentes residiam em áreas urbanas.

Os dados referentes ao município de Cascavel, também pertencente a região, acompanha essa movimentação, apresentava em 2010 2.380 crianças e adolescentes entre 10 e 15 anos trabalhando, o que correspondia a 7,9% da população nessa mesma faixa etária, sendo que 87,1% do total de crianças e adolescentes residiam em áreas urbanas.

Apesar desses números não determinarem o que se constitui socialmente, seja porque essas práticas ocorrem e não são registradas; seja porque possuem intencionalidades diante dessas produções envolvendo valores elaborados nessa territorialidade, apontam que essa dinâmica de trabalho é habitual. E nos incomodam a pensar em que medida dados como esses, quantitativos, envolvem qualificações e avaliações daqueles que o promovem? E, a partir disso, quais apreensões dessas relações podem ser percebidas nessas documentações?

Os critérios que foram construídos, nos trazem elementos que ajudam a reconstruir significados atribuídos a precocidade do trabalho, pois evidenciam idade, condições, espaços de trabalho, etc. Visto que, muitas vezes, essas práticas não são encaradas apenas como problemas por esses trabalhadores, eles atribuem significados diversos a essas atividades. Suas narrativas sugerem essa complexidade quando destacam que essas relações de trabalho podem alterar as condições em que vivem, que permitem acessar determinados recursos e abrirem campos de possibilidades, ainda que se coloquem em situações nas quais aquilo que é esperado como conquista quase sempre não supere os danos causados por essas práticas (à saúde, escolarização, sociabilidade) e nem mesmo traga as alterações esperadas (afastando-o de condições vulneráveis e exploração).

Algo que pode ser visualizado nas narrativas de Eduardo (2018), quando este após sair da casa da mãe, no distrito de Porto Mendes, andava pela cidade de Marechal Cândido Rondon procurando se estabelecer na sede, tanto para trabalhar como para estudar, tendo que encontrar todos os dias um local para dormir:

Patricia: [...] e você ficava na casa dos seus amigos quando você vinha pra cá?

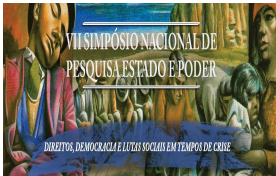
Eduardo: na verdade, cada dia eu tinha que arrumar um lugar pra mim ir dormir...na verdade.

Patricia: sério Eduardo?

² Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/PETI/Diagnostico_Brasil/PR/4114609_PR_Marechal_Candido_Rondon.pdf> Acesso em: 24 de ago. de 2019.

³ Conceito utilizado pelo índice para destacar atividades de trabalho desses sujeitos. É necessário problematizar o mesmo pois evidencia moralidades e significados sociais atribuídos a essas práticas.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Eduardo: porque um dia tava tudo certo com esse amigo que a gente ia alugar um lugar, a gente ia trabalhar, pagar as contas e morar juntos... e aí ele foi pra Cascavel.

Patricia: aham, deixou você na mão.

Eduardo: daí tava tudo certo e ele foi. Daí eu fiquei sozinho, daí sozinho não dava. Tinha que arrumar outra pessoa pra dividir, outras pessoas...só que eu tava preocupado onde eu ia dormir à noite ainda, né? [...] correria. Daí eu fui em um amigo meu, em um apartamento que tem aqui pra trás [rua paralela à casa de Eduardo - local em que estávamos realizando a entrevista - se refere a Rua Concórdia no Bairro Universitário, distância de 2, 6 km a pé em média 32 minutos do Bairro São Lucas], Fábio. Aí, as vezes, dali eu ia lá no São Lucas, que é um bairro, meu [outro] amigo mora lá. Aí as vezes lá do São Lucas ia até lá perto do Copagril [distância de 3, 5 km, aproximadamente 44 minutos a pé] isso tudo com duas bolsas na mão, sabe?

Patricia: nossa...

Eduardo: e uma mochila. E daí ficava ruim.

Patricia: esses meninos você conheceu na escola? [...]

Eduardo: é, eu conheci como...o Fábio, eu conheci por esse meu outro amigo, que morava lá no São Lucas.

Patricia: aham.

Eduardo: que eu conheci esse amigo meu [amigo] no colégio, o Guilherme. Aí teve um outro conhecido meu do colégio, o Yuri. E a mãe dele é bem crica. Aí esse tipo... esse amigo meu que mora ali atrás [Rua Concórdia, Bairro Universitário] ele trabalha na Faville tudo [...] eu ia ali, às vezes. Se eu precisasse dormir ali, não tinha [problema]...eu podia ir lá, sabe? Ele era bem legal.

Patricia: aham.

Eduardo: só as coisas que o irmão dele tinha... tipo, de fechar a mulher dentro de casa e as filhas.

Patricia: como que é?

Eduardo: tipo, ele fechava, ia trabalhar e voltava e abria, sabe? Tipo...

Patricia: a porta?

Eduardo: uhum.

Patricia: mas você ficava lá dentro?

Eduardo: eu ficava lá. Elas ficavam...um dia, eu fui lá buscar minha bolsa aí elas tiveram que jogar por cima, sabe? (EDUARDO, 2018).

As narrativas construídas por Eduardo durante boa parte da entrevista são bastante expressivas a respeito das diversas alternativas que procurou promover. Além de indicarem um terreno moral necessário de ser discutido, construído mediante certas experiências de trabalho e condições de vida que marcaram sua infância e adolescência.

Ainda que Eduardo afirmasse durante a entrevista como foi assumir desde pequeno a responsabilidade de realizar atividades para auxiliar nas despesas da casa em que residia com a mãe e os irmãos pequenos. As falas do trabalhador destacam certos valores, especialmente, de que, mesmo que auxiliasse no custeio da renda familiar, ainda dependia da mãe, pois morava em sua residência e partilhava da comodidade que essa trazia (EDUARDO, 2018).



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Já acostumado com mudanças constantes que promovia com a mãe e irmãos entre as cidades vizinhas, aos 16 anos saiu de Porto Mendes para vender doces em Marechal Cândido Rondon, pretendendo residir aqui com um amigo, que também buscava realizar uma dinâmica parecida com a sua, sair da casa dos pais, trabalhar e morar sozinho.

Em muitos momentos, quando Eduardo fala sobre as atividades de trabalho que realizou em especial quando se dispôs a arrancar mandioca, colher fumo, costurar, vender doces e frutas, etc. indica, sobretudo, que buscava independência. Mas, o que isso significa para esses trabalhadores ao confrontarem condições de vida que querem deixar para trás? Os modos como procuram prover essa mudança expõem que desigualdades e opressões na sua trajetória?

As estratégias construídas por Eduardo e por outros trabalhadores indicam pressões que os fazem querer, ainda adolescentes, sair da casa dos pais à procura de certa autonomia. No entanto, indica, também, como é ainda mais difícil, partindo da condição vulnerável de que partiu, lidar com as eventualidades que acontecem durante esse processo.

A desistência do colega de dividir uma casa é algo não esperado naquela conjuntura. Isso faz com que Eduardo procure outras possibilidades para manter-se na cidade, acionando as relações que manteve na nova escola. Expondo, com isso, os limites dessa solidariedade frente às pressões que esses trabalhadores também se debatem, diante da renda alcançada, condições da moradia e, até mesmo, aspectos morais divergentes. Embora limitado, esse apoio inconstante e tenso fez com que Eduardo permanecesse na cidade, mas, não retirou dele as angústias sobre aqueles primeiros meses:

Patricia: mas, era difícil pra você lidar com isso, né? Tipo onde eu vou dormir hoje? Né? Essa insegurança eu digo, né?

Eduardo: só teve um dia que assim tipo eu não consegui dormir em lugar nenhum, sabe?

Patricia: é?

Eduardo: mas eu sei me virar, sabe?

Patricia: mas você dormiu onde?

Eduardo: teve um dia que eu fui na praça.

Patricia: sério Eduardo?

Eduardo: na Willy Barth. Roubaram meu casaco [risos].

Patricia: sério?

Eduardo: só que minha mãe nem sabia essas coisas assim. Porque, tipo, saí e eu não ia falar: “vou voltar porque eu não consegui”, sabe?

Patricia: aham.

Eduardo: porque eu não queria já... eu não queria depender dela. Queria viver minha vida, que nem falei pra ela: “Eu não quero viver minha vida pra aprontar, fazer alguma coisa tipo que eu não posso fazer agora. Quero viver minha vida [e] pra poder ingressar nela, sei que no começo é difícil, então quero passar por isso logo...”

Patricia: sim.

Eduardo: daí, nem falei nada pra ela, tipo, pra ela, eu fui na casa de um amigo aí, do Djone, e aí ele foi pra Cascavel e eu vim pra cá, né? Porque tipo...

Patricia: mas, e como foi isso de dormir na rua, Eduardo?



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Eduardo: ah, foi um dia só.

Patricia: mas você conseguiu dormir?

Eduardo: a intenção não era dormir. Tipo ficar sentado lá, daí eu dormi e daí roubaram meu casaco. (EDUARDO, 2018)

Tais condições bastante vulneráveis foram minimizadas, agora, quase dois anos após essa chegada. Do mesmo modo, muito do que foi experimentado como tensão ao longo de sua vida também foi recolocado em um lugar que resguardasse sua mãe e seus irmãos, ainda que desencontros, exploração e carências fiquem expostos em sua narrativa.

As marcas das desigualdades que esses sujeitos carregam, não os impedem de promover alternativas para aquilo que desejam e esperam para melhorarem suas condições de vida. As articulações que produzem, dentre elas se movimentando entre uma cidade e outra, entre campo e cidade, em meio a certas relações de trabalho, que decidem manter ou negar ao longo desse caminho, indicam certas redes de relações e avaliações que constroem para lidar com o terreno instável que vivenciam.

As narrativas permitem visualizar ainda que apesar de negarem certas condutas, por vezes são forçados a aceitar sua posição enquanto trabalhadores, observando as alterações de sua condição, revendo seus próprios limites e possibilidades. Assim, em alguns momentos, eles redefinem práticas tanto pela materialidade do custo de vida frente às expectativas produzidas quanto pela moralidade que defendem.

Desse modo, determinados comportamentos e certas relações de trabalho se colocam como horizonte, ainda que, não necessariamente possuam, preparo e qualificação. Com isso, acabam por reconfigurar expectativas frente às contrariedades e restrições que experienciam. As narrativas de Fernando (2018) nos auxiliam a entender esses aspectos:

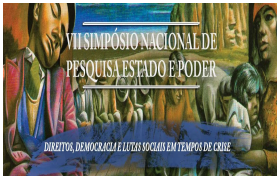
Fernando: eu tava no Mato Grosso [entre 2011 e 2013] aí eu falei “pô, tenho que sair do sítio mesmo, é mais difícil pra mim” e daí tipo vou pra Cascavel fazer cursinho e tentar farmácia... que era [(risos)], aí no meio do caminho eu desisti de fazer farmácia e tive professor bom no cursinho, lá. Que daí consegui, praticamente com o dinheiro da indenização no final, vamos dizer assim...tava no cursinho, praticamente meu tio me sustentava, meu tio, né? Não meu pai, meu pai não conseguia me ajudar.

Patricia: uhum.

Fernando: naquela época [2013]. Aí, eu tava morando com o meu primo...aí, só que a gente não gastava tanto né? Cuidava pra não gastar também, aí no final do ano, desceu o dinheiro da indenização, daí eu paguei tudo...meu tio pelos meses anteriores. (FERNANDO, 2018)

Considerarei as interpretações de Fernando a respeito de sua experiência necessárias já que sua visão sobre os modos que muitos trabalhadores reconfiguram expectativas, tomam contato com novas possibilidades para dinamizar seu modo de viver, trazendo novos termos a essa pesquisa.

A ida ao Mato Grosso e o contato com o primo farmacêutico e professor, além de sua temporada prestando serviços na farmácia do primo por um tempo, parece ter possibilitado ao trabalhador repensar seu campo de possibilidades, uma vez que cursar



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

alguma faculdade, parecia uma alternativa viável após o acidente de trabalho (que se deu entre 2008 e 2009 quando tinha 14 para 15 anos) que causou a perda de um de seus braços gerando uma série de obstáculos com relação ao trabalho e à vida do campo. Os abalos que os trabalhadores sentem ao pertencerem a condição de acidentado, especialmente quando se vive do trabalho ainda criança e adolescente, constituem dificuldades que terão de lidar ao longo de suas trajetórias.

Mas, que também não os impedem de construírem alternativas para suas condições, como Fernando (2018) que mesmo após o acidente auxiliava nas tarefas necessárias do sítio e da casa dos pais, como afirmou durante a entrevista, “dava um jeito”. Isso porque a manutenção da família anteriormente ao acidente provinha de uma renda familiar em que o trabalho que realizava era decisivo nas condições de vida que buscavam. Após perder o braço, o ritmo de trabalho que empreendia mudou, levando muito mais tempo e esforço para ser realizado e, por conseguinte, configurando complexidades em seu futuro.

Sua narrativa nos leva a pensar em como é lidar com as marcas da exploração ainda quando criança/adolescente? De que maneira esses sujeitos reconfiguram suas rotinas e expectativas frente à sua condição de trabalhadores? Em quais relações esses trabalhadores se veem submetidos ou pressionados a se envolverem?

A trajetória de Fernando (2018) clarifica a vida de tantos outros trabalhadores que ainda na infância/adolescência se encontram em ambientes perigosos de trabalho e moradia, desde o trabalho em engenho – realizado por Fernando (2018), ou mesmo o trabalho em serraria – em que Horácio se empregou ainda aos 12 anos (PARANÁ, 1973;1977). Para os que se acidentam o empenho, posteriormente, será ultrapassar certas barreiras e marcas dessas relações de trabalho precoces, incluindo as perdas físicas que tiveram.

Os processos nos indicam diferentes cenários que esses partilham, os quais são indicadas pelo escrivão a seguir. Em uma narrativa judiciária pretensamente descritiva, situamos a queixa de Horácio por direitos trabalhistas e indenizações:

Horácio, brasileiro, solteiro, menor com 13 anos de idade, representado por seus pais, Ludovico e Anazilda, residindo atualmente [...]em] Novo Sarandi [distrito de Toledo] neste Estado, vem requerer nos termos do artigo 80 do Decreto 61.784 de 28 de Novembro de 1967, instauração de Ação de Acidente do Trabalho, pelos motivos que expõe a seguir:

1 – Que em início de Setembro de 1973, foi admitido como servente na Serraria localizada em São Pedro nesta Comarca, mediante o salário mínimo regional;

2 – Que não possui Carteira Profissional, e nem foi registrado regularmente na Firma Reclamada;

3 – Que em data de 16 de Setembro do corrente ano, quando procedia limpeza de serragem no maquinário da Serraria, teve sua mão direita presa sob um cabo de aço tensionado, resultando perda total da 3ª falange do quarto quirodactilo direito, perda total da segunda e terceira falange do terceiro quirodactilo direito, e redução de movimento em grau médio da articulação falangino falangeta do 2º quirodactilo direito, / conforme Laudo de Exame de Acidente de Trabalho anexo.[...]



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

4 – Em virtude de tais lesões, e de acordo com a tabela prevista pelo artigo 18 da Lei 7.036 de 10/11/44, sofreu o reclamante redução na sua capacidade de trabalho da ordem/ de 11%, com acréscimo profissional, que totaliza uma lesão tipo da ordem de 14%.

5 – Que tal redução em sua capacidade de trabalho é irreversível apesar de ter sido medicado às expensas da Reclamada (PARANÁ, 1973; 1977).

Mais que indicar a recorrência desses eventos ao longo do processo histórico, essas documentações, apontam a permanência e historicidade dessas relações com precoces trabalhadores no Oeste paranaense. Apesar de mudanças relacionadas à legislação nos últimos anos para a “proteção” desses trabalhadores, uma vez que em 1967 houve o recuo da permissão para o trabalho a partir dos 12 anos (BRASIL, 1967), vemos que práticas continuam ocorrendo e em condições extremamente vulneráveis - sem mecanismos de segurança, a ritmos intensos de trabalho e remuneração bastante frágil.

Os autos evidenciam também como se coloca aos trabalhadores o andamento de processos como este, que visam indenizar pelos acidentes de trabalho. O desenvolvimento a passos lentos de litígios como esse (começando em 1973 e encerrando cerca de 4 anos depois), resultam em anos de espera até serem efetivados, causando vários problemas aos trabalhadores, pois os mesmos têm de lidar com as suas despesas médicas e sustento, além de custos com os honorários dos advogados. Tudo isso, combinado com as diversas contrariedades que muitos deles carregam ao longo desse trâmite, haja vista que, recorrentemente, os empregadores acusam os acidentados de provocarem tais lesões para garantir a remuneração.

Ainda que débil e limitada, a indenização, para muitos, configura-se em uma monetarização que faz com que trabalhadores assim como Fernando (2018) reformulem e, por vezes, concretizem certas expectativas que possuíam como o auxílio na construção da casa dos pais, a compra dos animais para a propriedade da família e, ainda, pagamento dívidas (no caso de Fernando, o cursinho pré-vestibular pago pelo tio e os custos da moradia com o primo), além de sua manutenção quando cursou a graduação (FERNANDO, 2018).

Nesse sentido, vejo como esses trabalhadores percorrem diversos terrenos sociais – fazendas, serrarias, ruas, estabelecimentos comerciais em que buscam trabalho, moradia, sociabilidade. De modo que, os acidentes de trabalho não são as únicas preocupações e riscos que esses trabalhadores estão suscetíveis, especialmente quando se encontram desacompanhados, tal como são apresentados no trecho do Processo Especial, em relação às tensões e constrangimentos experimentados por Margarida em Terra Roxa, distrito de Guaira em 1960:

O cidadão Olímpio em viagem pelo Estado de Minas Gerais há aproximadamente 10 (dez) meses, encontrou na cidade de Caconde já na divisa de São Paulo, abandonados os menores acima referidos e como eram órfãos de seus pais conhecidos, resolveu trazê-los para sua residência na localidade de Terra Roxa neste Município, sem qualquer ordem escrita de autoridade alguma (alegou que foi verbalmente autorizado pelo juiz de paz daquele lugarejo). Acontece que a menor Margarida, vinha acusando seu protetor de ter com ela praticado mediante violência atos de libidinagens,



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

fato que chegou ao conhecimento da esposa por intermédio de uma filha menor e motivou a saída de Margarida da casa de seus protetores. Olímpio diante das acusações que lhe dirigia a menor conduziu-a à cavalo até o Patrimônio de Terra Roxa (moravam numa chácara) e ali deixou-a na casa de Izaltino, demonstrando com isso a perda completa da autoridade de Tutor, acrescentando mais por ter passado daí em diante a procurar aproximar-se da menor em atitudes suspeitas, chegando mesmo a penetrar no recinto de um quarto onde estava a menor cuidando de uma criança de Izaltino. Pilhado em flagrante dentro da casa, desculpou-se geitosamente, mas esse fato motivou a levar Izaltino e sua esposa a severo interrogatório com a menor até que essa confessou que Olímpio viera procurá-la para práticas indecorosas das quais vinha fugindo (PARANÁ, 1960).

O fragmento retirado do auto processual de 1960 exterioriza a vulnerabilidade em que Margarida e seu irmão Joaquim, respectivamente, com 09 e 17 anos em 1959 quando acompanharam o novo tutor Olímpio. Após se tornarem órfãos e viverem desde então em situações instáveis, aquela proposta de virem para o Paraná parecia uma alternativa viável, pelo menos no anúncio destacado por Joaquim e no relatório do processo, em que o principal destaca que sair de Minas Gerais significava deixar a condição de abandono que se encontravam, vivendo na casa e dos cuidados de outros, para ter onde morar e condições de trabalho para manter-se.

Acometidos em extrema limitação e insegurança, e o que parece ser certa expectativa de melhorarem suas condições de vida, decidem acompanhar Olímpio que, de acordo com o processo, passava pela região em que se encontravam, ao Paraná para o distrito de Terra Roxa, naquele momento, pertencente à cidade de Guaíra. As narrativas processuais que expõe o percurso, sinalizam como era delicada a situação em que se encontravam os irmãos em Minas Gerais, pois, inclusive apesar de não saberem o que viriam a encontrar no Paraná e de mal conhecerem Olímpio, o seguem. Avaliando onde morar, a quem recorrer, como sobreviver.

Além disso, a afetividade que fez Joaquim não deixar Margarida para trás (sabendo que não tinha outro familiar com quem pudesse deixá-la) não significou, no entanto, conseguir resguardá-la de todas essas desventuras que experimentou no Oeste do Paraná. As relações de poder em que se envolveram colocaram limites para a cumplicidade e cuidados anteriormente imaginados, uma vez que, já de início, foram separados ao chegarem em Terra Roxa.

Na declaração de Olímpio (1960), ao reiterar que solicitou a autorização do Juiz para trazê-los ao Paraná, vemos valores e moralidades em discussão a respeito de Joaquim e Margarida. Os dois, partilhando determinadas condições de vida, eram vistos e tratados tanto pelos órgãos judiciais, quanto pelos sujeitos da localidade, enquanto carecedores de *proteção*, algo que o tutor aponta uma possível fala do Juiz: “Bom êle indo com você está bom pode levar” (PARANÁ, 1960).

A construção da fala de Olímpio acena uma certa liberdade para leva-los e não muita atenção para as condições que futuramente em outro Estado os irmãos teriam e quem fosse o tutor. Tal visão, é percebido também dentre as moralidades das famílias da localidade de Terra Roxa. Ao chegarem na cidade são colocados para trabalhar, Joaquim como peão



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

volante e Margarida para afazeres domésticos e cuidar dos filhos dos tutores – Olímpio e, posteriormente de Izaltino. Algo que não é apontado como problema nas narrativas dos autos, pois Margarida continua sendo exposta publicamente e em juízo, servindo para demonstrar a compaixão e acolhida das famílias da localidade que, na melhor das hipóteses, exploram seu trabalho, quando não abusam moral e fisicamente.

O termo *tutoria* nesse sentido evoca relações de poder construídas socialmente entre esses precoces trabalhadores e seus possíveis socorristas. Através da aparente solidariedade, diversas tensões se desenvolvem atrelados a uma série de abusos sexuais, ameaças, difamações e agressões praticados contra a menina (tanto quando tinha 9 anos como aos 14, em 1963, foi estuprada em nova casa de tutores).

Tal anúncio da *tutoria e proteção*, está muito mais atrelado ao ganho do direito de explorar o trabalho dessas crianças e adolescentes do que alguma preocupação com cuidar e acolher que estão imbrincadas no que se compete a responsabilidade do tutor. Ocorrências essas que não são definidas por esse momento histórico e se apresentam, infelizmente, como uma realidade possível a outros trabalhadores.

Fontes

Fontes Orais

Eduardo (pseudônimo) (2018). Entrevista concedida a Patricia.

Fernando (pseudônimo) (2018). Entrevista concedida a Patricia.

Processos Cíveis

PARANÁ. Poder Judiciário. Processo Especial, Margarida (pseudônimo), Vara Cível, Comarca de Toledo. Processo, nº 84;90/60, 23 de jun. 1960.

PARANÁ. Poder Judiciário. Acidente de Trabalho – Horácio (pseudônimo), Vara Cível, Comarca de Toledo. Processo nº 724/73; 111/77, 13 de out. 1973; 13 de set. 1977.

Constituição 1967

Decreto nº 61.784, de 28 de novembro de 1967.

Referências bibliográficas:

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Nos caminhos da História Social: os desafios das fontes orais no trabalho do historiador. **História e Perspectivas**, Uberlândia, 42, 31- 47, 2010.

FREITAS, Sheille Soares de & SANTOS, Carlos Meneses de Souza. Entre a vida e a morte de trabalhadores: imagens de desigualdade e diferenciação. **História**, São Paulo, 36, 1-33, 2017.



COMUNISTA OU APOIADOR DA DITADURA CIVIL-MILITAR? AMBIGUIDADES E CONTRADIÇÕES NA TRAJETÓRIA DO ESPÍRITA ALBERTINO MARQUES BARRÊTO (BAHIA - 1954 A 1974).

RUI MARCOS MOURA LIMA¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo propor discussão e análise acerca da trajetória de Albertino Marques Barrêto, ex-ferroviário recém-chegado a cidade de Brumado na década de 1940, na qual se envolveu com a fundação do Centro Espírita Fraternidade (CEF). Albertino Marques não se limitou somente a atuação no espaço religioso, mas também, participou ativamente da política institucional como vereador e tendo como foco de sua atuação principalmente a educação. Para o momento, trataremos da sua suposta vinculação ao comunismo utilizando-se inicialmente da metodologia da História Oral. A partir das entrevistas observamos a existência da disputa de uma memória coletiva acerca desse indivíduo. Sendo por algumas vezes, os entrevistados fizeram a menção do sujeito em pauta como sendo ligado ao comunismo, além de outros que negam, como foi o caso das filhas de Albertino Marques. Também analisamos fontes escritas, a exemplo da documentação da Câmara de Vereadores de Brumado, mostrando seu posicionamento acerca do governo ditatorial (no período entre 1965 e 1971), o que permitirá compreender e discutir questões relacionadas a construção da memória coletiva, além de vislumbrar repressão e poder de convencimento da Ditadura Civil Militar.

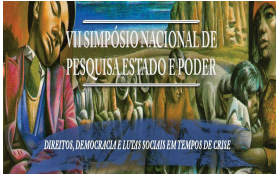
Palavras chave: Trajetória, Comunismo, Ditadura Civil Militar.

Introdução

Nos anos iniciais da década de 1940, vindo de Mato Grosso, Albertino Marques Barrêto, chegou à cidade de Brumado no sudoeste baiano em busca de uma nova oportunidade de emprego, visto que a cidade se tornava atrativa pela grande oferta de trabalho estimulada pela nascente indústria de mineração, A Magnesita². A última incursão

¹ Possui especialização em Educação, História e Sociedade pela Universidade Estadual da Bahia - Campus IV Jacobina (2014), Mestrado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS (2016) e doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – PPGH-UNIOESTE. Orientado pelo Prof. Dr. Marcio Antônio Both da Silva.

² Sendo que esse texto, aqui a apresentado, foi fruto da pesquisa desenvolvida durante o mestrado em história pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (PPGH-UEFS) e recentemente nossa dissertação foi publicada em formato de livro. Para saber mais sobre a mineração em Brumado, ver LIMA, Rui Marcos Moura. “Das trevas da ignorância para alcançar a luz divina do saber”:



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

de Albertino Marques no mundo do trabalho tinha sido na Viação Férrea Federal Leste Brasileiro onde exerceu a função de maquinista, o que também o levou a seu afastamento por ter sofrido um acidente em uma das caldeiras da máquina a vapor, o que motivou a pedir demissão e procurar outra forma de ganhar o sustento.

Contraindo as expectativas, Albertino Marques não foi trabalhar na mineração como se imaginava, casou-se com Maria Rosa dos Santos, filha de comerciante e morador da cidade, e foi trabalhar no comércio com a administração de uma padaria doada pela família da esposa. A partir da rede de sociabilidade proporcionada pelo comércio, passou a ser conhecido na cidade e a ser integrante cativo nas discussões em frente a sua padaria onde se debatia sobre política, economia, religião³ dentre outros assuntos e temas de interesses de suas rodas conversas.

Certamente dessas rodas de conversas e de debates acalorados sobre religião é que Albertino Marques, já com uma aquisição de conhecimento do Espiritismo, arregimentou outros sujeitos interessados em estudar e colocar em prática os ensinamentos da Doutrina Espírita. Quando em 31 de Janeiro de 1954 ocorreu a fundação do primeiro centro espírita da cidade, o Centro Espírita Fraternidade (CEF). E a partir desse marco, Albertino Marques constituiu para nós figura de destaque para a pesquisa no qual esse artigo é fruto. Para o momento, trataremos de uma das questões que foi um marco impulsionador da pesquisa, a possível vinculação de um espírita ao comunismo ou mesmo da construção de uma memória, na qual o sujeito em análise era assim lembrado e durante o texto demonstraremos a que contornos ganhou a investigação e as possíveis respostas para a questão que se apresentou: **Comunista ou apoiador da Ditadura Civil-militar?**

“Ele era um comunista! Não era extremista, né? [...] Mais moderado, né?”⁴

O fragmento acima, que nomeia esse tópico, foi dito por Érico Dias Lima, que de forma direta menciona a vinculação de Albertino Marques ao comunismo. Sendo a escolha de Érico Dias para compor o rol das entrevistadas para a presente pesquisa, foi pelo nome dele ser frequentemente mencionado por outros entrevistados, como uma pessoa que deveria ser escutada, em função de sua amizade com Albertino Marques e também pelo seu envolvimento com o Espiritismo. A entrevista foi realizada quando Érico Dias Lima tinha 93 anos. Apesar da idade avançada, o entrevistado relatou, de forma lúcida, a sua história de vida apresentando a sua longa jornada com a educação e sua experiência com o Espiritismo, mostrando que conheceu a doutrina espírita em suas andanças no período de sua formação educacional, portanto antes da chegada de Albertino Marques a Brumado, logo, antes da fundação do Centro Espírita Fraternidade (CEF). Expôs uma detalhada narrativa sobre

educação, religião e política na trajetória de Albertino Marques Barrêto (Bahia, 1954 – 1974) – Salvador: Saggá, 2019, p. 25.

³ José: depoimento [fev. 2013]. Áudio mp3. Entrevista concedida ao autor para pesquisa histórica. O sujeito entrevistado, daremos pseudônimo de José, por não ter permitido que revelássemos sua identidade na exposição dos resultados da pesquisa.

⁴ LIMA, Érico Dias. Érico Dias Lima: depoimento [fev. 2011]. Entrevistador: Rui Marcos Moura Lima. Bahia: Brumado, 2011. Áudio mp3.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Albertino Marques e uma relação de amizade e de encontros em sua casa com longas conversas.

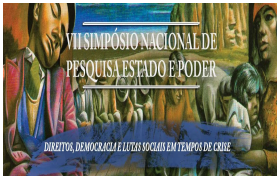
Através de perguntas diretas, tais quais, “Quem foi Seu Albertino? O que ele fazia antes de chegar a Brumado?”, sugerimos a Érico Dias que falasse sobre o seu amigo. As respostas foram meio vacilantes. Ainda recorrendo às memórias, Érico Dias afirmou: “Albertino foi um. Ele veio da, da. Ele era comunista, né?” (LIMA, Érico Dias. 2011) Com o intuito de confirmar e também averiguar o significado daquela resposta, foi questionado: “Comunista?”. E o que se segue são informações que, durante o período da pesquisa iria ser explicada, confirmadas ou refutadas no percurso de outras entrevistas e também no confronto com outras fontes.

O fragmento expõe o que Érico Dias acreditava acerca do questionamento feito durante a entrevista, qual seja, se Albertino Marques proferia os ideais comunistas e se o colocava em prática através das ações dentro do CEF. Diante da pergunta disse que, através das palestras semanais realizadas no Centro, o diálogo do sujeito com os frequentadores extrapolava os preceitos doutrinários do Espiritismo. Em outro momento Érico Dias mencionou que o sujeito era um “comunista muerado”, na medida em que, durante a entrevista, correlacionou a prática da caridade espírita com os ideais socialistas.

Outro entrevistado que agregou mais indícios sobre a relação de Albertino Marques com o comunismo foi Walfrido Figueiredo de Carvalho. A escolha desse entrevistado para compor o conjunto de fontes na pesquisa se deve ao fato de Carvalho ter sido o continuador do Espiritismo em Brumado, após a morte de Albertino Marques. No relato de sua participação como o novo responsável pelas atividades espíritas da cidade, o depoente enfatizou o protagonismo de seu exercício, quando tratou do esvaziamento do Centro e da possibilidade de fechamento das atividades.

Quando o assunto se estreitou, no sentido de tratar sobre a personalidade de Albertino Marques, Carvalho, no processo de rememorar, trouxe para suas memórias afetivas, narrando como foi e o que ocorreu quando os assuntos se relacionavam aos trabalhos desenvolvidos quando dirigiu o Centro após a morte de Albertino Marques. Relatou que o conhecimento da trajetória de Marques se deu por meio da relação de seu pai com o fundador do Centro. Para entender de onde Carvalho fala, além do lugar de dirigente religioso, também é necessária a compreensão do contexto dessa aproximação entre o pai, Walfrido Vieira de Carvalho e Albertino. Quando Albertino Marques assumiu a suplência do cargo de vereador na Câmara em 1965, estava sendo o último ano do mandato de Walfrido Vieira de Carvalho.

Novamente o comunismo voltou à pauta quando Carvalho abordou a relação de amizade de seu pai com Albertino Marques, afirmando “[...] e meu pai ainda lúcido me falou que ele era comunista, seu Albertino né, que os dois se davam muito bem tinham ideias socialistas, muito próxima, muito parecidas”. O entrevistado comentou que os dois “foram perseguidos”. Retoma a história de seu pai dizendo que Walfrido Vieira de Carvalho havia sido investigado pela Polícia Federal por ter participado como “[...] um dos fundadores do sindicato que tem hoje em Brumado né, que é ligado à Magnesita, sindicato dos mineradores [...]” e, pela participação com as atividades no sindicato, era um nome que estava presente em “[...] um dossiê, [da Polícia Federal] tentando localizar o meu pai, achavam que ele já tava morto, que na lista lá do pessoal que perseguia, ele era uns dos que deveria morrer [...]”. Asseverou, ainda, que a família só teve conhecimento do que se tratava o documento



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

posteriormente. Quando questionado o conteúdo e a finalidade do dossiê, Carvalho esclareceu: “[...] esse dossiê estava tentando mostrar assim, das pessoas marcadas para morrer, que era tidas como comunistas [...]”.

Diferentemente dos outros entrevistados, que foram elencados para as entrevistas por de algum modo terem mantido contato com Albertino Marques, seja por meio de relações de amizades ou como frequentadores do CEF, nosso próximo entrevistado não manteve contato com Albertino Marques. Apesar da falta de proximidade, seu depoimento tem importância significativa, especialmente por se tratar de uma memória diferente das outras e não ter sido influenciado pela afetividade, pois foi alguém que se manteve distante e que o conhecia pelo espaço de sociabilidade do comércio da cidade. Segundo o relato: “[...] Albertino é porque, vamos dizer eu ... a senhora dele tinha uma padaria vizinho a minha loja, onde eu trabalhava, mas naquela praça de lá... então eu sempre via [...]” (JOSÉ. 2013). Na conversa transpareceu que o entrevistado não gostava muito do Espiritismo, por afirmar diversas vezes que era católico e não frequentava centros espíritas. Também aparentou não nutrir nenhuma afinidade por Albertino Marques. É válido ressaltar que o encontro com José se deu por intermédio de Antônio Torres, escritor de biografias de um jornal local.

A entrevista foi marcada por algumas exigências por parte do entrevistado. Ele não autorizou a utilização do seu nome de registro, por isso usamos nome fictício. Entendemos que essa postura foi motivada pelo fato de o entrevistado usar um tom de maledicência ou denúncia, posicionamento que transpareceu em sua fala. O entrevistado salientou, “[...] eu sempre via assim as pessoas procurar, conversar com ele e ele até às vezes falava muito alto ele gostava de fazer para todo mundo ouvir [...]” (JOSÉ. 2013). Quando José expõe que Albertino Marques apreciava ter plateia, não se caracterizava de forma elogiosa o apreço por público, transpareceu mais como uma crítica à necessidade de ser escutado.

Na entrevista com José, notamos que o mesmo demonstrou estar desconfortável em ceder o seu depoimento, mas depois de uma conversa explicando a finalidade de tal ação, ele se dispôs a terminá-la. Quando interpelado sobre o vínculo de Albertino Marques ao comunismo, obtivemos a seguinte resposta: “O que eu sei é o seguinte, no auge do comunismo, do partido, foi quando ele veio pra Brumado”. O que foi exposto pelo depoente sobre o período em que Albertino Marques chegou à cidade nos indica, que se deu por volta da década de 1940, naquele contexto, o PCB passava por um momento de significativo crescimento, tornando-se um “partido de massas”, com um grande número de filiados e simpatizantes em várias partes do país. Portanto, cabe situar as atividades do Partido, tendo em vista que o próprio entrevistado fez referência ao “auge” do PCB à época (SENA JÚNIOR, 2009, p.146).

Retomando a descrição de José, ele relatou o que conhecia sobre a relação de Albertino Marques com o comunismo. Com o mencionado tom de denúncia, expõe que o sujeito em pauta costumava promover “comício em pontas de rua, ele era desse ‘bolo’” (JOSÉ. 2013). O significado de “bolo” exposto aqui tem o sentido de tipo, qualidade, característica do sujeito, ou também na condição de aglomeração de pessoas em torno do “comício”. Tomando essas afirmações como prováveis e analisando a composição completa da entrevista é que percebemos que durante a exposição ficou evidente na fala de José, que essas reuniões se tratavam do relato da candidatura de Albertino Marques ao cargo de



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

deputado pelo Partido Comunista⁵, e era também o momento de professar as suas crenças ideológicas. “É... aquele comício de ponta de rua ele era desse “bolo” então chegou a meu ouvido de ele era candidato a deputado pelo Partido Comunista, eu conheci ele como sendo candidato a deputado estadual pelo Partido Comunista. [...]”

Tendo em vista a análise da fonte oral com o mesmo cuidado que se empregou com os relatos das pessoas que eram próximas a Albertino Marques, a exposição da memória pode estar permeada de sentimento de deferência, de certa dose de “paixão” ao falecido, como também os relatos podem ter sido influenciados pelo contexto por eles vivenciados, a exemplo da invasão promovida pelo Inquérito Policial Militares (IPMs), (ALVES, 1985. p. 57) ou mesmo, como lembrou Carvalho, pela “Polícia Federal”⁶ à casa de Albertino Marques, em busca de material subversivo criando no imaginário da população da cidade a ideia de que ele era comunista, mesmo sendo possível que não o tenha sido propriamente comunista. Devemos adotar o mesmo cuidado quando se trata de um ponto de vista oposto, apresentando um sentimento de aversão. No caso, o sentido de alguém que não comungava com tais ideais, como já foi pontuado da não empatia de José com o Espiritismo e com Albertino Marques, principalmente quando se tratava do comunismo, a aceção do entrevistado era negativa, de acusação. Na visão do entrevistado, aparentou ser uma qualificação depreciativa ao sujeito ser chamado de comunista, justificando assim a proibição da publicação de seu nome na entrevista.

Diante do que foi apresentado, em se tratando da análise dessas questões de vinculação ao comunismo, é prudente que tenhamos cautela em não afirmarmos apressadamente que o sujeito era comunista. Também não nos cabe negar categoricamente a afirmação. Mas precisamos considerar que o mais comum no período da Ditadura Civil-Militar era condenar sujeitos alegando que os mesmos eram comunistas, ainda que não o fossem, simplesmente por destoarem politicamente do que estava posto pelo governo, sem ter propriamente uma vinculação de esquerda. Como bem salientou Rodrigo Patto Sá Motta, criou-se de uma “Indústria Anticomunista”,⁷ tendo como objetivo a instituição de uma “máquina” de denúncia e perseguição de sujeitos que mantinham vínculo com o comunismo, mas também da utilização desse suporte em benefício de interesses próprios, a exemplo da utilização da “Indústria Anticomunista” como meio de limar adversários políticos.

“Entre nós os defensores da Revolução Patriótica, não há lugar para os inimigos”⁸

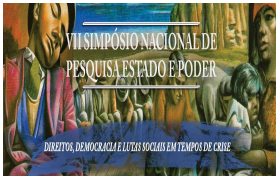
Conforme apontado anteriormente, embora as fontes orais nos dessem indícios de uma possível vinculação de Albertino com o comunismo, o que observamos, a partir da

⁵ Uma pesquisa mais detalhada, como a visitas e consultas de arquivos do Partido Comunista do Brasil (PCB), referente ao registro da possível candidatura de Albertino Marques a deputado, ainda carece de ser realizada.

⁶ Valfrido Figueiredo de Carvalho: depoimento [mar. 2011]. Entrevistador: Rui Marcos Moura Lima. Bahia: Brumado, 2011. Áudio mp3.

⁷ “[...] Industriais do anticomunismo seriam aqueles manipuladores que visavam tirar proveito do temor ao comunismo”. Cf. MOTTA, 2002, p.161.

⁸ Redação de Albertino Marques. CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl.138.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

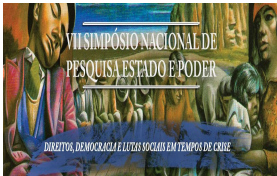
análise de documentos da Câmara de Vereadores de Brumado é justamente o outro lado, tendo em vista que Albertino se destacou como um irrestrito apoiador do regime implantado com o Golpe Civil-Militar. As questões que suscitaram foram: Albertino Marques era comunista? O posicionamento na Câmara de Vereadores era somente uma estratégia de permanência? Ou Albertino Marques nunca foi comunista, o que foi especulado a seu respeito do vínculo com o comunismo estava na formação de uma memória coletiva, e ele era mesmo um apoiador convicto da Ditadura Civil-Militar, por acreditar que realmente, em suas palavras, tratava-se da “Revolução Patriótica”? Diante dessas questões, cabe situar a trajetória de Albertino Marques durante os momentos em que aparece o apoio a Ditadura e, ao fim, propor hipóteses de interpretações a esse respeito.

Diante do pedido de afastamento do vereador Mário Joaquim Martins da legenda partidária UDN dos trabalhos da Casa Legislativa, assumiu “[...] o vereador Albertino Marquês Barrêto, 3º suplente da legenda da União Democrática Nacional, cujos 1º e 2º titulares dessa suplência se escusaram de atender à respectiva convocação [...]”.⁹ Cabe salientar ainda que esse momento se configurou como imprevisível, pois a desistência de um vereador de seu cargo e a recusa de dois outros indivíduos de assumirem-no foi uma condição casual. No entanto, é perceptível que houve da parte de Albertino Marques a predisposição à função de vereador pelo partido UDN.

Como se sabe, com o objetivo de controlar as “rédeas” do país após o golpe de Estado, o então presidente da República, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, sancionou e colocou em vigor, através do “[...] artigo 18, do Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965, o bipartidarismo, extinguindo os treze partidos políticos existentes e transferindo, através do Ato Complementar nº 4, aos deputados federais e senadores, à atribuição de criar os novos partidos, [...]” (DIAS, 2009, p.73), criando-se dois partidos: ARENA e MDB. O primeiro era o partido da situação e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) se inseria como partido adversário ao Governo. Sendo, como bem salientou José Alves Dias, referente à UDN, que “[...] permite considerar os fatores programáticos e ideológicos como diferencial dos partidos brasileiros que precederam a ARENA” (DIAS, 2009, p.71). Portanto, é possível avaliarmos que o processo da extinção da UDN, tratando de forma grosseira, foi quase uma mudança de siglas de um partido a outro, por manterem estrutura partidária similares, tendo em consideração a composição dos integrantes da legenda, a exemplo das elites oligárquica e industrial do país. Acabou pela proibição do decreto, ocorrendo à migração quase que unânime do quadro de filhados do UDN para a recém-criada ARENA, “[...] é possível constatar que cerca de 90% dos deputados da UDN filiaram-se à ARENA [...]” (DIAS, 2009, p.72).

Dito isso, é notório que não houve dissonância na atuação de Albertino Marques quanto à mudança de partido no período de sua vereança, de 1965 a 1971, seguindo a mesma linha política de vínculo aos partidos que manteve apoio ao Estado. A UDN, ao prelúdio e execução do golpe, deu total aprovação aos militares, ao tempo do primeiro ano de ditadura era umas das legendas da situação ao Governo. E foi a UDN que Albertino Marques se filou quando assumiu o cargo de vereador em 1965. Posterior à mudança para o bipartidarismo, com a entrada em cena da ARENA, em se tratando do partido criado pela própria ditadura

⁹ Idem. Ata. Livro 06, fl. 11 v.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

que possibilitou a estrutura de sustentação ao Estado, Albertino Marques se manteve dentro da organização partidária, exercendo a função de liderança durante todo o mandato. No que diz respeito à política municipal de Brumado, era possível que um comunista usasse como estratégia para conquista e/ou permanência no poder legislativo, com o objetivo maior da execução dos projetos de uma vontade coletiva, a filiação a esses dois órgãos políticos, pois a trajetória real de homens e mulheres nem sempre segue a coerência ideológica ou política que os estudiosos/historiadores perseguem.

Dentre os conflitos na Câmara entre Albertino Marques e parte dos vereadores do seu próprio partido, como também com o prefeito Juracy Pires Gomes, é importante percebermos esses casos como parte integrante da composição do emaranhado de vestígios que o designam enquanto apoiador do Governo Militar. Para citar um dos episódios, a contestação por parte de Albertino Marques do resultado das eleições para presidência da Câmara, a qual veio a chamar os componentes da chapa concorrente; “[...] presidente, Esther Trindade Serra, vice-Presidente – Adherbal Pereira da Silva, 1º Secretário – Miguel da Mata Érico Dias [...]”¹⁰ dos “três falsos arenistas” e caracterizou a aliança de seus adversários ao prefeito Dr. Juracy Pires Gomes como sendo uma “aliança espúria”. Referindo na redação do documento que “[...] ainda uma vez teima em pactuar com declarados adversários da Revolução, estimulados pela convivência do Sr. Prefeito Municipal [...]”¹¹ percebemos algumas evidências que não deixam dúvidas quanto ao questionamento se Albertino Marques era comunista ou apoiador da Ditadura Civil-Militar, pois na sua fala, fazendo uma analogia, o “pêndulo” tende a aproximar-se sempre para um apoio irrestrito aos militares.

Ao final do mencionado documento, Albertino Marques concedeu o título de “[...] os defensores da Revolução patriótica [...]”¹² a ele e aos os outros integrantes do ARENA. Importante também salientarmos que depois de se reafirmar apoiador e defensor do governo militar, ao mesmo tempo, teceu ameaças aos “três falsos arenistas” que “[...] não há lugar para os inimigos, que sob o patrocínio de duvidosos correligionários, buscam refugiar-se na Arena [...]”¹³ por ter mantido aliança com prefeito Dr. Juracy Pires Gomes, pertencente ao partido MDB, tido por Albertino Marques como opositor ao Governo Militar.

A dedução de que a apropriação de termo tenha sido feita por Albertino Marques se dá pelos próprios documentos expedidos pelo governo ditatorial¹⁴: é assim feita pela composição sistemática dos já apresentados posicionamentos favoráveis ao Golpe e ameaças destinadas aos seus adversários, como também por ter se autodenominado defensor da Revolução. Agregamos a isso a redação de um documento feito por Albertino Marques de uma indicação de 29 de maio de 1969 que solicitou auxílio ao prefeito para que se tomasse providência em relação ao déficit orçamentário da Fundação Educacional de Brumado, representado pelas condições críticas financeiras do Ginásio. Quando faz a justificativa do

¹⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl. 138.

¹¹ Ibid., ibidem.

¹² Ibid., ibidem.

¹³ Ibid., Ibidem.

¹⁴ Grifo nosso. BRASIL. Ato institucional (Nº 1), de 31 de janeiro de 1966. Ato institucional (Nº 1), Rio de Janeiro-GB, 9 de abril de 1964. Disponível em: < http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1&tipo_norma=AIT&data=19640409&link=s>. Acesso em: 17 fev. 2016. p. 1.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

pedido, transpareceu ao sua opinião sobre o Governo: “CONSIDERANDO, finalmente que **a patriótica Revolução de 31 de Março de 1964** tem, como um de seus objetivos fundamentais, incentivar e apoiar o importante setor do ensino; e a nós, como seus fiéis defensores, cabe segui-la”.¹⁵ Não resta dúvida de que, além de se considerar enquanto defensor fiel do golpe militar e com a convicção de que o golpe foi uma Revolução, também concedeu créditos ao Governo, pois como estava sendo implementado a administração do sistema de ensino, aquela era a solução para o sistema educacional brasileiro, como apontou o fragmento.

Reservamos para conclusão do debate proposto neste tópico à entrevista concedida por Marizete Barreto, mesmo que seja o posicionamento da filha de Albertino, portanto passível que em sua fala esteja munida de defesa, silêncios ou até mesmo interferência em decorrência da ligação parental, a exemplo de uma possível negação em relação às questões levantadas sobre o comunismo, por considerar um comunista como sendo algo ruim ou pejorativo. Mas precavendo dos cuidados metodológicos, a entrevista de Marizete Barreto traz evidências que sanam muitas dúvidas sobre esse problemática na trajetória de Albertino Marques como comunista ou apoiador da Ditadura Civil-Militar ou ambas as possibilidades.

Quando questionada sobre a participação de Albertino Marques na Câmara de Vereadores, Marizete Barreto, em sua primeira memória, menciona os embates travados com Ester Trindade Serra, relatando que havia sido “[...] perseguição você sabe como é que é político contra político né? Ele queria fazer a milhora (sic.) e os outro achavam que não... igual ele teve mais dona Ester, ele teve problema né? [...]” (BARRETO, 2013). Nesse trecho, observamos o que anteriormente chamamos a atenção em se tratando de um depoimento de filha, que está contido do vínculo sentimental, sendo extremamente natural que ela enxergue o outro como o inimigo. Não por acaso, fez referência à vereadora Ester Trindade como a perseguidora.

Além do que foi apresentado sobre as múltiplas visões na análise do fato histórico, o que mais chamou atenção sobre a entrevista foi justamente o relato das perseguições políticas, o que pode explicar um leque de acontecimentos. Continuemos com a fala de Marizete Barreto, quando ela diz: “[...] Ele queria uma coisa e dona Ester queria derrubar... ela achava que ela era melhor (sic.) do que ele então essas perseguições políticas assim... nesse sentido, né? [...]”. Agregado a essa ideia de perseguição e de “derrubar”, também é válido lembrarmos o que já foi mencionado linhas acima sobre os conflitos entre Albertino Marques, como foi por ele próprio nomeado, com os “três falsos arenistas”. O que estava em disputa era mais poder, era ter maior influência na Câmara e aprovar os projetos que lhe apetecesse. E é isso que nos leva a crer em possíveis respostas para a invasão da casa, pelos militares, em busca de material subversivo; e, por dedução, não tenha havido uma vinculação efetiva de Albertino Marques com o comunismo ou o PCB.

O relato da filha sobre a perseguição fundamenta nossa hipótese de que as investigações ao sujeito podem ter ocorrido pelo que aconteceu pelo Brasil nas épocas de intensas ondas do anticomunismo, por “[...] motivações para rotular um desafeto de

¹⁵ Grifo nosso. Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

comunista não precisava ser necessariamente política. Houve muitos casos em que cidadãos “se tornavam” comunistas devido à querelas de natureza pessoal”. (MOTTA, 2002, p. 164)

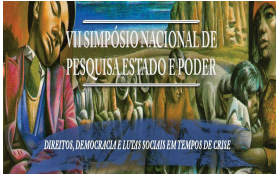
É provável que diante dos muitos desentendimentos ocorridos na Câmara levaram seus adversários a denunciar Albertino Marques como comunista aos militares para, de alguma forma, livrarem das interferências causadas por ele nas decisões do Legislativo, pois é sabido das facilidades do processo de denúncia disponibilizado pelo aparato criado pela Ditadura Civil-Militar que permitisse tais ações. A exemplo dessa prática, o Serviço Nacional de Informações (SNI) tinha como objetivos camuflados a busca de maior controle e coibição de movimentos políticos adversários ao Governo.

Segundo Maria Helena Moreira Alves, o SNI “seria um órgão de assessoramento do Executivo”. Mas na prática, funcionou como um órgão de espionagem. Segundo a autora, o principal objetivo de SNI era a investigação de insubordinações internas por meio das delações, justamente o que suspeitamos que tenha ocorrido com Albertino Marques. E para execução dos mandados de averiguação das denúncias colhidas pelo SNI, a Ditadura se equipou de uma polícia especializada para o exercício, sendo os Inquéritos Policial-Militares (IPMs).¹⁶ É provável, pela descrição da filha Marizete Barreto, que tenham sido os IPMs que estiveram à casa de sua família. No decorrer da entrevista, a memória que remeteu ao assunto da invasão à sua casa foi surgida na espontaneidade do relato, pois primeiramente se inquiriu sobre a relação de seu pai, Albertino Marques, com o PCB e no desenvolver da narrativa o tema da invasão foi colocado por ela na pauta da conversa.

Partido Comunista, não teve, só que ele foi perseguido como se ele fosse comunista e chegaram a invadir lá em casa, a gente era pequeno, eu sei que jogaram tudo fora tiraram livro, papel, sabe... tudo pra ver ... porque denunciaram ele dizendo que era um comunista, mas meu pai nunca foi comunista... eu sei que tiraram tudo de lá de casa e eu sei que não encontraram nada aí eu sei que nessa parte pararam de perseguir ele, porque quando ele veio aqui... ele é matogrossense, [...] Não sei se foi a polícia Federal, não sei quem foi não, só sei que veio de fora... é ... eu não posso te falar porque eu era pequena né? Não sei mesmo... só sei que invadiram lá em casa pegaram as coisas tudo do armário e jogaram tudo no chão mexeram no guarda roupa, mexeram tudo, então eu não sei se era documento se era alguma coisa que eles procuravam e não acharam, mas eu acho que era mais motivos de políticos mesmo, porque ele nunca foi envolvido com isso. Nunca mesmo porque ele veio mexer com política aqui, né? (BARRETO, 2013)

A entrevista de Marizete Barreto é rica em detalhes. Desde a afirmação de que Albertino Marques não havia sido filiado ao PCB, que tinha sido “perseguido como se ele fosse comunista”, referindo-se ao que foi dito antes sobre Ester Trindade Serra. Quando

¹⁶ “[...] Os IPMs [Inquéritos Policial-Militares] vieram também a servir de interesses políticos locais. Certos políticos da UDN que frequentemente perdiam eleições passaram a valer-se do recurso de acusar seus adversários políticos de atividades “subversivas”, envolvendo-os em algum IPM para eliminar a concorrência indesejada.” Cf. ALVES, 1985, p. 57.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

relatou a invasão, como foi uma memória traumática que marcou a sua vida na infância, traz muitas informações que compõem uma ideia parcial de quem foi Albertino Marques e de sua atuação política. O que ficou mais visível, além da busca pelos militares de materiais subversivo, que o ligasse efetivamente ao comunismo em decorrência da denúncia, foi também a confirmação da suspeita de que a delação foi executada pelos seus adversários políticos. Quando Marizete Barreto afirmou “[...] mas eu acho que era mais motivos de políticos mesmo [...]” ela estava referindo às questões de disputas políticas que seu pai havia empreendido durante sua vereança. O que foi dito por ela corrobora com a ideia de que a delação e a posterior invasão tenham sido promovidas como uma possibilidade de mantê-lo fora do cenário político. Outro ponto esclarecedor circunda em torno do fim das perseguições por parte da IPMs, pois se fosse encontrado qualquer vestígio de vínculo com o comunismo, Albertino Marques teria sido preso e isso conta com mais um dos indícios de que o sujeito não tinha se envolvido com o comunismo durante sua trajetória.

Em vista da apresentada questão histórica sobre as possíveis interpretações da atuação política de Albertino Marques na Câmara, seu posicionamento foi de um homem que fez acordos, apoiou a Ditadura Civil-Militar acreditando que era realmente o melhor governo à época, chamada por ele de “Revolução Patriótica”, o que facilitou na busca de apoio e benefícios para os seus projetos. Do outro lado, estão as pessoas que vivenciaram sua atuação no CEF e na Câmara e viam-no como comunista ou, no mínimo, como “comunista moderado”. Diante desse impasse de visões buscamos, ao logo do texto, demonstrar as evidências encontradas durante a pesquisa que desse conta de testar as duas hipóteses, bem como trazer um embasamento teórico que permita compreender a formação da memória que atribuiu a Albertino Marques o rótulo de comunista.

Alessandro Portelli, revisitando os relatos de memórias do massacre de Civitella destacou que houve a formação de duas memórias distintas acerca do mesmo episódio. De um lado, a memória da Resistência que, em conflito contra os soldados nazistas, acabaram matando dois dos soldados do exército. Em retaliação ao ataque, o exército dizimou parte da população da vila Civitella Val di Chiana. Do outro lado, a memória dos sobreviventes ao ataque nazista, de maioria mulheres viúvas que deixaram entrever em suas falas que só houve retaliações devido às mortes dos soldados, causado pela Resistência e, por isso, repartem de forma desigual a culpa. Não exime o protagonismo dos soldados nazistas, mas os coloca em segundo plano, pois o forte na representação dos fatos é o rancor contra a Resistência. Partindo da análise, o autor situa que no processo de construção da memória coletiva, como no caso de Civitella, ocorre moldagens nas formulações das memórias. O autor elenca fatores que contribuíram para a formação da memória, a exemplo do tempo – no caso apresentado, o massacre ocorreu em 1944 e os registros das memórias foram feitos a *posteriori*, por isso a perda da importância política dos membros da Resistência e advindo também de uma intensificação e centralidade em culpá-los pelo acontecido e uma minimização do protagonismo dos soldados. Outro fator de influência foi o espaço – que interfere nesse processo de lembrar, pois segundo Portelli, outro caso de massacre em outra localidade na mesma época e, em decorrência, a mesma retaliação, mas a culpabilização aos membros da Resistência não foi mencionado, não apareceu nos registros de memórias.

Seguindo as proposições de Portelli, no caso da nossa pesquisa, devemos levar em consideração o contexto dos acontecimentos anteriores às narrativas dos sujeitos que



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

consideraram Albertino Marques como comunista. A invasão dos IPMs à casa de Albertino Marques, em busca de material revolucionário, levou a representação do fato, a exemplo de Érico Dias, de conceder a Albertino Marques o papel de comunista. Foi muito mais a recriação de uma imagem da repressão anticomunista criada pela invasão, do que propriamente o vínculo com o comunismo. O autor trabalha com as representações de fatos no campo da subjetividade na História Oral.

O referido autor, salienta que tratando de história oral, na “reconstituição” da memória de um fato e, por este não ser uma “esfera isolada” em si, possa ocorrer a intersecção com a representação do fato ou até a reformulação ou justaposição em criar algo completamente novo, diferentemente do ocorrido (PORTELLI, 2006. p. 111). Em se tratando de subjetividade da metodologia de história oral, são riscos que se correm quando a sua fonte é o sujeito munido de sentimentos e vivências. Por isso, é bem provável, apropriando do termo de representação de Portelli, que a caracterização imagética de Albertino Marques como comunista tenha acontecido pelos indícios já apresentado.

Chegado ao fim da discussão sobre a possibilidade – que parece cada vez mais remota – de Albertino Marques ser comunista, concluímos, diante dos indícios apresentados, que Albertino Marques nunca foi comunista. Ao contrário, ele apoiou a Ditadura Civil-Militar. A formação de uma memória coletiva do sujeito enquanto comunista esteve pautada pelos fatos apresentados, a exemplo da invasão a sua casa pelos IMPs e pela perseguição política de seus adversários. A hipótese de que Albertino Marques, efetivamente, apoiou a Ditadura ficou ainda mais comprovável quando analisamos os seus pronunciamentos da Câmara de Vereadores, quando demonstrou um irrestrito apoio ao Governo Militar.

Os indícios apresentados demonstram que tal atitude não representou apenas uma estratégia para permanecer na Câmara e dar continuidade aos seus projetos sociais. É razoável considerar que se Albertino Marques tivesse tido algum envolvimento com grupos de esquerda, em algum momento de sua trajetória teria aparecido indícios de sua aproximação com as leituras do marxismo, como foi com a Doutrina Espírita. Mas tudo o que foi apresentado evidencia o quão o Regime não se baseou somente na força, na tortura; ele tinha, também, capacidade de atração hegemônica e poder de convencimento de que, naquele momento, era o melhor governo.

Referências bibliográficas:

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

DIAS, José A. **Rumo ao palácio: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982)**. 2009. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

LIMA, Rui Marcos Moura. **“Das trevas da ignorância para alcançar a luz divina do saber”**: educação, religião e política na trajetória de Albertino Marques Barrêto (Bahia, 1954 – 1974) – Salvador: Sagga, 2019.

MOTTA, Rodrigo Patta Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. In. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944)**: mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. **Os impasses da estratégia**: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil 1936 – 1948. São Paulo: Annablume, 2009.

SILVA, Thiago Moreira Melo. **A presença das Ligas Camponesas na Região Nordeste**. In: XIX Encontro Nacional De Geografia Agrária, 2009, São Paulo, p. 2- 29. Disponível em:<
http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Silva_TMM.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2016.

FERREIRA, Daniela de Jesus. **Tempos de lutas e esperanças**: a materialização da revista Seiva (1938-1943). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Bahia, 2012.



***DIRETAS JÁ* E AUTOCRACIA BURGUESA NO BRASIL: LUTA POLÍTICA NA TRANSIÇÃO CONSERVADORA**

SAMUEL FERNANDO DA SILVA JUNIOR¹

Resumo: O presente trabalho tenciona ocupar-se do movimento pelas *Diretas Já* no Brasil decorrido ao longo dos anos de 1983 e 1984, a fim de compartilhar os resultados alcançados na dissertação de mestrado defendida no ano de 2018. Dentre vários problemas que serão abordados, são dignos de nota: **a)** que o movimento pelas *Diretas Já* teve duas orientações diferenciadas entre os anos de 1983 e 1984: no primeiro ano marcado majoritariamente pelo tensionamento antiautocrático liderado pelo PT, CUT e movimentos de base, e no segundo ano pela perspectiva anticesarista pautada hegemonicamente pelo PMDB, PDT e dissidentes do PDS; **b)** que o movimento pelas *Diretas* só foi possível e relativamente consistente (duração de mais ou menos 15 meses) pela permanente correlação de forças imprimida no interior do movimento entre as oposições antiautocrática e anticesarista; **c)** que as *Diretas Já* tomaram forma concreta e prática com a atuação do PT ainda em 1983, culminado na mobilização de 15 de novembro de 1983 na praça Charles Miller, em São Paulo, obrigando o PMDB a participar efetivamente do movimento, tanto para neutralizar a liderança antiautocrática quanto para adquirir dividendos políticos e eleitorais, ainda que de forma dissimulada. A partir dessas e outras teses, localizaremos a importância e o sentido das *Diretas Já* para a consolidação de uma transição conservadora e autocrática.

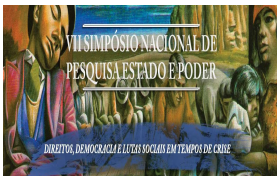
Palavras-chave: *Diretas Já*. Transição conservadora. Autocracia burguesa.

Introdução

Seguir-se-ão no presente artigo algumas conclusões as quais cheguei a partir da dissertação de mestrado defendida em março de 2018. O tema da pesquisa em tela é o significado político do movimento pelas *Diretas Já* e as disputadas políticas arroladas ao longo da existência do movimento, entre fins de 1983 e ao longo de 1984.

Pela limitação concernente ao espaço dedicado a esta discussão, deixarei de lado todo o trato sistemático com as fontes e as sucessivas idas e vindas das lutas políticas no interior do movimento sobre os quais podem ser encontrados na dissertação. Meu objetivo aqui, conforme podemos perceber, é apresentar ao leitor uma breve síntese dos resultados alcançados ao término da pesquisa. Caso haja maiores interesses nos desdobramentos do movimento, seus avanços e limites políticos, peço ao leitor que consulte a dissertação do autor que vos escreve (SILVA JUNIOR, 2018).

¹ Doutorando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: samuellfrnd@gmail.com.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder **Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

À vista disso, as questões abordadas serão: que o movimento pelas *Diretas Já* possuiu duas orientações sócio-políticas entre os anos de 1983 e 1984; que o movimento adquiriu vitalidade a partir das disputas entre as duas frações políticas as quais almejavam a direção das mobilizações; e que diferentemente da historiografia dominante² a qual indica o início do movimento em 1984 encabeçado pelo PMDB, o movimento pelas *Diretas* ganhou as ruas ainda em 1983, organizado pelo PT e com uma orientação política qualitativamente diferente daquela que ganhou as ruas em 1984.

***Diretas Já* e seus contrastes políticos**

O início do movimento pelas *Diretas Já* foi marcado por diversas idas e voltas dos setores políticos do PMDB. Muito embora, a emenda tenha sido encabeçada institucionalmente pelo deputado federal Dante de Oliveira (PMDB-MT) em meados de abril de 1983, foi somente no dia 27 de novembro de 1983 em que as *Diretas* se tornaram um instrumento de luta política na transição. Ao longo do ano de 1983, o PMDB estava rachado internamente e a pauta pelas *Diretas* não era consenso entre o setor “autêntico”, liderado pelo deputado federal por São Paulo, Ulysses Guimarães, e o setor “moderado”, liderado pelo governador de Minas Gerais, Tancredo Neves.

Somente a partir de uma reunião em Foz do Iguaçu em outubro de 1983 na qual participaram os governadores do partido (em sua maioria moderados, como o Gerson Camata do Espírito Santo, Iris Resende de Goiás, José Richa do Paraná, Fernando Lopes – representando Brizola – do Rio de Janeiro, Franco Montoro de São Paulo, Wilson Barbosa Martins de Mato Grosso do Sul e o próprio Tancredo Neves de Minas Gerais) e com a Convenção Nacional do Partido e eleição do Diretório Nacional em dezembro de 1983, que os dois setores acertaram as perspectivas políticas para a transição (SILVA JUNIOR, 2018, p. 176-191)

A reunião de Foz do Iguaçu foi eminentemente estratégica para o setor moderado do PMDB, pois foi nela onde se discutiu o momento correto de encampar o movimento pelas *Diretas*, a partir de 1984, e qual o nome de aglutinação para a transição pactuada ainda que sob as vestes de eleição direta, no caso, Tancredo Neves. Já a Convenção Nacional do Partido e suas eleições, representaram uma derrota considerável para a ala “autêntica”, uma vez que Comissão Executiva estava sob o comando de um confiável autêntico de Ulysses Guimarães, o deputado federal Francisco Pinto, sendo entregue, após as eleições, a três políticos do setor moderado: Afonso Camargo (senador biônico e Secretário-Geral do PMDB), Roberto Cardoso Alves (deputado federal por São Paulo e um acalorado anticomunista) e Milton Reis (deputado federal por Minas Gerais e homem de confiança de Tancredo). Esses dois momentos do segundo semestre de 1983 foram decisivos para a entrada do PMDB na

² Me refiro à historiografia balizada em torno dos historiadores Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho, cujo artigo da Lucilia de Almeida Neves Delgado, “Diretas Já: vozes da cidade”, integra o volume três da coleção “As esquerdas no Brasil”, organizada pelos historiadores acima citados. A referência completa do livro é: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Diretas Já: vozes das cidades*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

campanha, pois foram cruciais no redirecionamento de maior poder de manejo político-partidário a Tancredo Neves. Embora Ulysses Guimarães ainda continuasse como presidente do Partido, junto com seu primeiro e segundo vice, Pedro Simon e Miguel Arraes, respectivamente, sua capacidade balizamento político e de definição da postura política do partido na transição encontravam-se seriamente comprometidas, agregando a si uma imagem política mais simbólica do que propriamente efetiva.

Essas movimentações muito dizem respeito a deslocação de Ulysses em prol das *Diretas Já* sem obter o aval interno das forças políticas em disputa. Pois, em junho de 1983, Ulysses Guimarães sinalizou sua vontade em desenrolar o movimento pelas *Diretas Já*, lançando-o na Faculdade de Economia da Universidade Católica de Goiás (UCG, atual PUC-GO). No entanto, o lançamento ocorreu num evento com a presença de entre 5 mil a 8 mil pessoas (NERY, 2015, p. 118) e com contornos mais circunspectos, representando uma visível estratégia política pelo o fato de se lançar como potencial candidato a uma eventual eleição direta para presidente.

A movimentação de Ulysses não desencadeou maiores consequências na habilitação da campanha em 1983, pois foi a única aparição do PMDB em prol do sufrágio imediato. Esse ato de Ulysses Guimarães, todavia, aludiu mais a uma “queimada de largada” na corrida interna de uma fração do partido em prol da vinculação com o movimento pelas *Diretas Já*, uma vez que essa opção não havia sido realmente dimensionada pelo PMDB. Por isso que Foz do Iguaçu e a Convenção Nacional foram de suma importância no que diz respeito à direção e à deliberação dos caminhos a serem escolhidos.

Enquanto a ala moderada oscilava entre fazer ouvidos moucos em relação às *Diretas* ou deixa-la em banho maria à medida em que se organizava internamente, no setor antiautocrático³, por outro lado, arregimentava-se o ponto de vista do Trabalho, por meio da direção dos trabalhadores ou, pelo menos, com clara participação e intervenção dessa classe nos rumos da transição. Ou seja, em realizar uma sucessão plenamente democrática e popular, sob a hegemonia da classe trabalhadora e de seu projeto político de transição.

A Comissão Executiva do PT no ano de 1983, por meio de seu boletim nacional, fez um levantamento das diferenças entre os dois setores políticos do PMDB – o autêntico e o moderado – com seus respectivos projetos transicionais. Entretanto, sem perder o caráter da disputa política, o Partido demonstrou também as significativas semelhanças entre os dois setores:

Qual a diferença fundamental, porém, entre o Projeto Ulysses e o Projeto Tancredo? É que o Projeto Ulysses tenta chegar ao Poder – ou, pelo menos, ao comando do aparelho do Estado - através da disputa das preferências populares, por meio do voto direto. E o Projeto Tancredo tem o mesmo objetivo de alcançar o Governo, mas por acordos de cúpula, se possível com o voto direto, mas, se necessário, com acordos e conchavos espúrios

³ Setor que não era exclusivamente contra à ditadura, mas também à orientação autocrática burguesa do desenvolvimento capitalista brasileiro. Esse setor era representado especialmente pelo PT e suas tendências, pelo PCB, PCdoB e MR-8.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

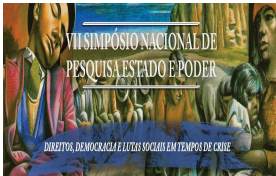
no Colégio Eleitoral.

E qual é a principal semelhança? É que ambos os Projetos – Tancredo e Ulysses – acabarão por servir fundamentalmente aos interesses das classes dominantes, ainda e mais uma vez em detrimento da classe trabalhadora. A alternativa liberal do Projeto Ulysses, mais vinculada a esses interesses populares que a de Tancredo, não é capaz de apresentar propostas concretas para a política econômica, embora possa atender a alguns pequenos e parciais interesses dos trabalhadores. (BOLETIM NACIONAL – PT, 1983, p. 14)

Nota-se que esse boletim é datado do dia 20 de novembro de 1983, ou seja, uma semana antes da primeira mobilização pelo voto direto na Praça Charles Miller. Esse boletim conjuntural, em especial, se mostra bastante relevante do ponto de vista tático, pois é nele em que o PT se posiciona enquanto uma das forças em disputa pelas *Diretas Já*. É nesse mesmo boletim em que o Partido circunscreve sua pauta de atuação ao longo das mobilizações vindouras, se posicionando como uma das forças em luta na batalha de ganhar corações e mentes durante a transição. A batalha a ser travada orientava-se a partir dos seguintes pontos:

- 1 – A luta contra o arrocho salarial, por aumento de salário real, contra o desemprego e pelo tabelamento de preços.
- 2 – A luta contra a Lei de Segurança Nacional, contra a lei anti-greve e contra as demais leis repressivas.
- 3 – A luta pela reforma agrária sob o controle dos trabalhadores.
- 4 – A luta pela moratória unilateral da dívida externa, contra o FMI (Fundo Monetário Internacional) e pela nacionalização dos bancos e dos monopólios.
- 5 – A luta pela convocação imediata de eleições *Diretas* para a Presidência da República em 1984, que exige, do Partido, o início dos debates para a apresentação de uma candidatura própria. (BOLETIM NACIONAL – PT, 1983, p. 18)

À medida em que o PT demonstrava as diferenças cosméticas entre o setor de Ulysses e o setor de Tancredo, os quais buscavam, por meios diferentes, os mesmo fins – o primeiro via eleição direta e o segundo por via indireta –, se posicionava frente aos setores em disputa, exteriorizando seus pontos de luta e assumindo um posicionamento qualitativamente diferente das partes em conflito. Como podemos ver, a reivindicação pelo voto direto, segundo as deliberações do PT, deveria estar subsumida a outras reivindicações que necessitavam situar-se no plano concreto das lutas. Essas demandas, por exemplo, são bastantes distintas do “manifesto” da ala moderada do PMDB, incluído o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, lançado no dia 27 de novembro de 1983, intitulado “A nação tem o direito de ser ouvida”:



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

A eleição direta para presidente da República é o caminho para a superação da nossa crise econômica, política e social.

É a possibilidade de novos rumos para a economia brasileira, com a reafirmação de nossa soberania e o primado do mercado interno.

É a possibilidade de mudança que substituirá as decisões centralizadas pela consulta democrática aos grandes setores da sociedade.

É a forma de assegurar a confiança da cidadania naqueles que são responsáveis pela condução de seu destino.

É a melhor alternativa para os estados e municípios, que precisam ter sua autonomia fortalecida em benefício da população e do País.

É o alento de que necessitam os que vivem de salário e as empresas.

É a esperança para a juventude.

É a grande opção patriótica para o governo federal que, acima de interesses de grupos e ambições pessoais, poderá assegurar ao País o instrumento democrático capaz de permitir que a própria Nação fixe os rumos de sua história.

A eleição direta para presidente da República é uma reivindicação de consciência nacional. A imensa maioria dos brasileiros a reclama.

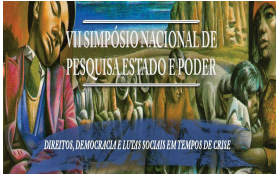
A nação tem o direito de ser ouvida. (FSP, 1983a, p. 06)

Veja que o manifesto dos moderados é um tanto quanto apaziguador no que diz respeito às lutas em que as *Diretas Já* tinham o potencial de proporcionar. Diferentemente daquilo deliberado pelo PT, o manifesto dos moderados circunscreve a luta pela conquista da “consulta democrática”, como forma de “assegurar a confiança e a cidadania”. Consoante a isso, demonstra o voto como uma “autodeterminação da nação”, mistificando os interesses políticos reais em disputa. Dessa forma, vemos as nuances políticas da organização do PT e do setor moderado do PMDB, o primeiro com a centralidade da classe trabalhadora, e o segundo com a centralizada da “nação”.

Portanto, por um lado, identificamos Ulysses Guimarães com sua tentativa malograda de medir forças no interior do PMDB com o “lançamento da campanha” – leia-se o lançamento de sua candidatura – em Goiânia, tentativa a qual fez Ulysses pagar caro ao setor moderado do PMDB, uma vez que lhe foi atribuída uma presidência “decorativa” e “simbólica” após a Convenção Nacional, com o intuito de lhe amputar maiores articulações políticas. Por outro, temos o setor moderado o qual, após a reunião de Foz do Iguaçu e a Convenção Nacional, colocou os autênticos no bolso não somente em relação às *Diretas Já*, mas também à condução político-partidária da transição como um todo.

Foi somente depois de “limpar o campo” internamente, que o PMDB, naquela altura, sob a efetiva liderança de Tancredo Neves (na articulação política com os setores do PDS, militares e empresários) resolveu a hipótese “Diretas Já”. A mobilização na Praça Charles Miller organizada pelo PT e à revelia dos outros partidos de oposição, acendeu o “alerta vermelho” para o PMDB tomar as rédeas do campo de influência política catalisado em torno das *Diretas*. O manifesto acima citado, “A nação tem o direito de ser ouvida”, sinaliza justamente nesse sentido.

O comício realizado na Praça Charles Miller no dia 27 de novembro de 1983, foi formalmente convocado pelo PT, PMDB, PDT, pela CUT, CONCLAT-Praia Grande,



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, UNE e outras entidades, num total de 70, mas claramente organizado, publicizado e liderado pelo PT. O ato de 27 de novembro, foi de fato o primeiro em que conseguiu colocar as *Diretas Já* como um instrumento de luta política e pressão dos de baixo na correlação de forças da transição. Portanto, apesar do PMDB ser o mentor formal das eleições diretas, foi o PT que a colocou nas ruas. Fato curioso que ilustra a situação do comício do dia 27 de novembro, foi a preferência do governador Franco Montoro (PMDB-SP) em ver uma corrida de cavalos, não comparecendo ao comício.

Sua organização, diferentemente dos comícios de 1984 liderados pelo PMDB, se deu de forma direta com os movimentos de base engendrados pelos sindicatos, pela UNE e tantas outras entidades da sociedade civil. Apesar disso, as dificuldades financeiras evidenciadas tanto pelo PT quanto pelo conjunto dos sindicatos dos trabalhadores, dificultaram a ampla divulgação do evento e, com isso, uma maior aglomeração social em prol das eleições diretas.

No entanto, o ano de 1983 surgiu como a possibilidade de as *Diretas* rumarem por num caminho democrático-popular, fosse pela pluralidade representativa, fosse pela frente antiautocrática que catalisou a mobilização do dia 27.

Na primeira grande manifestação pública pela volta das eleições *Diretas* para a Presidência da República, cerca de 15 mil pessoas se reuniram ontem à tarde na praça Charles Miller, em frente ao estádio do Pacaembu, para ouvir representantes do PT, PMDB e PDT e de 70 entidades que organizaram o ato. O governador Franco Montoro não compareceu. Durante o comício, discursaram defendendo as *Diretas* o presidente da UNE, Acildon Matos; o representante da Conclat, Antônio Rogério Magri; o coordenador da CUT, Jair Meneghelli; a representante da Comissão Justiça e Paz, Margarida Genevois; o pedetista Rogê Ferreira; e Luís Inácio Lula da Silva, presidente do PT. (FSP, 1983b, p. 1)

Por meio dessa reportagem da Folha de São Paulo, é possível perceber a preponderância de quadros políticos próximos ao Partido dos Trabalhadores. Outro dado digno de nota é que no dia do referido comício o senador Teotônio Vilela faleceu, o que contribuiu para o estabelecimento de um “ar” contestatório simbólico durante a mobilização, pois Vilela foi um dos ícones que se tornou popular a respeito de uma transição sem negociação e de cores populares, ainda que não fugisse de alguns aspectos liberais presentes no seu programa político para a transição, o *Projeto Emergência*. Aspecto popular que veio sendo construído desde o ciclo grevista do ABC no final da década de 1970, com apoio formal de Vilela ao direito de greve e ao movimento paredista dos operários (FSP, 1983b, p. 04).

Desta forma, em aspectos práticos, o comício do dia 27 de novembro de 1983 foi a “inauguração” política da mobilização em prol do sufrágio imediato e com nítida participação popular de *base*, uma característica *sui generis* quando comparado ao movimento de 1984, que ganhou delineamentos de um movimento de *massas*, amplamente



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder **Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

direcionado pela oposição burguesa⁴. Essa “inauguração” das *Diretas* em seu aspecto prático-político pode ser vista na fala de Meneghelli, a partir do jornal *Folha de São Paulo*: “O coordenador da CUT, Jair Meneghelli, disse, no entanto, que a eleição direta em 1984 é fato irreversível e a campanha, agora nas ruas, deverá crescer a cada nova manifestação, engajando a sociedade civil como um todo” (FSP, 1983a, p. 01).

É por meio desses apontamentos que estabelecemos uma diferença substancial da manifestação pelas *Diretas Já* ocorrida em Goiânia, em junho, liderada por Ulysses, e a ocorrida em São Paulo, em novembro. A primeira não tomou as ruas e muito menos teve representatividade social, se configurando mais num dissimulado lançamento eleitoral de Ulysses Guimarães como possível candidato caso a sucessão seguisse via pleito direto. O comício de São Paulo tomou a praça e as ruas adjacentes e, apesar de ter clara liderança do PT, contou também com uma larga representatividade da sociedade civil, o que demonstrou uma pluralidade representativa e maior horizontalidade no movimento.

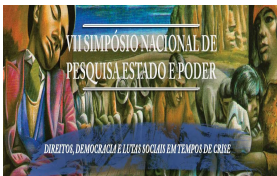
Pluralidade, mas com unidade tática na derrocada do regime ditatorial e suas mazelas sociais, aglutinadas em torno das eleições diretas e a uma clara pauta democrática e popular para a transição, características estas que foram se perdendo ao longo do ano de 1984 – momento em que o PMDB assume como uma força hegemônica no interior do movimento. A pauta democrático-popular pode ser vista no desenrolar do comício do dia 27 de novembro, ou seja, não ficou apenas nas páginas de disciplina e orientação partidária, mas sim na unidade entre o programa político e o movimento de base: “os oradores deixaram claro que as eleições *Diretas* não são, contudo, a única aspiração da sociedade. Elas deverão ser o início de um processo de transformação social, econômica e política, ‘capaz de devolver aos brasileiros o direito de participar da condução dos destinos do País.’” (FSP, 1983b, p. 04)

A luta pela hegemonia das *Diretas Já*

Com a entrada do PMDB na campanha no início de 1984, os quadros políticos do PT ainda possuíam como objetivo central disputar a hegemonia do movimento, imprimindo sua perspectiva às mobilizações e, ao mesmo tempo, denunciando as vacilações da oposição burguesa:

A campanha pelas *Diretas* tomou conta do país e encurrala o governo. Nas fábricas, nas escolas e nas ruas se percebe um forte sentimento de que agora as coisas vão mudar. Mas toda a esperança pode se frustrar, se a oposição burguesa (PMDB, PDT e PTB) “negociar” com o governo. É hora dos trabalhadores assumirem a vanguarda da campanha. Por isso, o PT tem a responsabilidade de dar a direção clara a essa luta contra a ditadura de Figueiredo e Delfim. (ENCONTRO ESTADUAL – PT/SP, 1984, p. 01)

⁴ Designação apropriada à oposição institucional ao regime ditatorial. Compreendia, principalmente, os quadros do PMDB, PDT e PTB. Nesse caso, pode ser entendida igualmente como oposição anticesarista.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

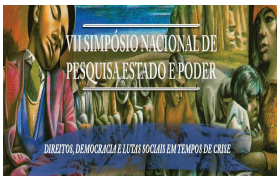
A partir de 1984, a greve geral passou a ser uma arma de pressão política dos trabalhadores diante dos contornos moderados em que as *Diretas* foram tomando. A partir do momento em que o PMDB assume a direção da campanha, o *marketing* político apropriou-se ideologicamente da maioria de suas manifestações: o verde e amarelo, o hino nacional, a comoção nacional, etc. (SILVA JUNIOR, 2018, p. 197-207) Diante desses contornos denotados pela oposição burguesa, o programa do PT estabelecia a convergência entre a defesa pelas eleições diretas e a reivindicação de greve geral enquanto forma de pressão política ao conjunto das classes dirigentes:

Hoje é necessário participar de forma decidida da campanha por eleições *Diretas*, buscando encaminhá-la para a greve geral. Não acreditamos que, como diz a oposição patronal, tendo na frente o PMDB, que é possível conquistar as *Diretas* só com a pressão sobre o parlamento. Essa pressão é positiva, mas a maior pressão sobre os parlamentares no dia da votação, seria este país totalmente parado. Os trabalhadores, dessa forma, estarão incorporando aos atos de rua pelas *Diretas*, sua mais eficiente arma de luta contra a ditadura: a Greve Geral. Esta proposta foi aprovada por 90% dos presentes. (ENCONTRO ESTADUAL – PT/SP, 1984, p. 01)

Nesse mesmo encontro, foi aprovada uma proposta na qual o PT deveria, por meio das *Diretas Já*, deveria anunciar a candidatura de Lula. Diferentemente do *marketing* político apaziguador da oposição burguesa, a candidatura de Lula estaria aliada à didatização do significado do movimento pelo sufrágio imediato junto aos movimentos de base, o qual seria também discutido nos bairros, locais de trabalho e núcleos, “fazendo com que o PT assumira a campanha das Diretas de maneira educativa, conscientizando os trabalhadores do verdadeiro papel das eleições diretas” (ENCONTRO ESTADUAL – PT/SP, 1984, p. 01). Essa proposta foi aprovada por 55% dos presentes no encontro estadual do Partido ocorrido em fevereiro de 1984, em São Paulo. Os outros 40% dos presentes votaram pelo lançamento imediato da candidatura de Lula na campanha das *Diretas Já*, contrariando a tese da “via educativa”. Já a perspectiva do próprio Lula se mostrou bastante controversa, pelo menos publicamente, dos quadros políticos que integravam o PT-SP, uma vez que, segundo ele, o lançamento de candidatos por parte da oposição poderia “pôr em risco a unidade da campanha a favor das eleições diretas”. (FSP, 1984, p. 06)

Assim se desenhou o início do ano de 1984: a liderança do PMDB na condução do movimento que passou a ser chamado oficialmente de “suprapartidário” e a persistência da oposição antiautocrática na disputa pela direção da base. O primeiro comício liderado pelo PMDB no dia 12 de janeiro de 1984 em Curitiba, conseguiu demonstrar a força que o *marketing* político possuía no que concernia à arregimentação das massas e, consequentemente, a força que o PMDB passou a ter diante da campanha.

Mesmo diante dessa reconfiguração em torno da campanha pelas *Diretas*, o PT continuou disputando a hegemonia do movimento em 1984. Em reunião no Diretório Estadual de São Paulo, os agremiados, debatendo sobre o comício do dia 25 de janeiro em São Paulo e a preocupação com a continuidade da campanha, decidiram:



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder **Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

1 – **Tomar como objetivo na campanha pelas *Diretas* o estímulo ao povo para assumi-la e para isso o encaminhamento unitário é muito importante. Mas para que os trabalhadores a assumam é necessário estimular a relação entre a campanha pelas *Diretas* e os objetivos econômicos, políticos e sociais dos trabalhadores.**

2 – Estimular a edição de uma cartilha de orientação sobre a nossa participação na campanha.

3 – **Ir para o Ato marcando nossa presença, com camisetas, cartazes e bandeiras próprias. Para isso encaminhar a feitura de 30 mil bandeiras.**

4 – Discutir sobre o significado das vaias, para a militância compreender suas implicações políticas.

5 – Recomendar que o Lula esteja presente nos comícios nas capitais.

6 – **Preocupar-nos com a continuidade da campanha após o dia 25 [de janeiro].**

7 – Eixos para palavras de ordem:

- Contra o FMI

- Contra o arrocho e o decreto 2087 da Previdência

- Contra o desemprego

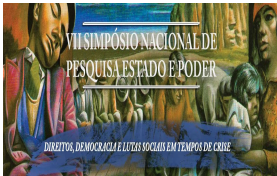
- Contra LSN e intervenção nos sindicatos. (REUNIÃO DO DIRETÓRIO REGIONAL PT – SP, 1984, p. 04) (grifos nossos)

O comício na praça da Sé em São Paulo, no dia 25 de janeiro de 1984 – dia do aniversário da capital –, consolidou a direção do PMDB diante do movimento, não sem disputas internas, conforme podemos ver nos encaminhamentos do PT acima.

Apesar do PT continuar disputando a hegemonia do movimento, os quadros não exigiam disputar a “paternidade” dos comícios, com exceção do comício do dia 27 de novembro de 1983, pois admitiam não possuir condições materiais para disputar com o PMDB. Na reunião do Diretório Regional, Hamilton, um dos participantes do quadro de resoluções, pontuou:

Quando aprovamos a campanha – entre elas a das *Diretas* – sabíamos da importância, inclusive como ponte com outros setores sociais. Com o nosso comício do dia 27 queríamos também tirar o PMDB da onda do consenso. Agora está se dando enorme oportunidade para sair com tudo para a rua. Que a paternidade é do Montoro é o de menos. **É ilusão querer competir com a máquina do PMDB, que é governo. Devemos é participar das atividades e promover outras. E não deixar que a coisa morra dia 25 [de janeiro].** Jogar no Comitê Unificado [Comitê Estadual pró-*Diretas* de São Paulo] da Assembleia Legislativa. Para o dia 25 levar bandeiras do PT e camisetas, etc. (REUNIÃO DO DIRETÓRIO REGIONAL PT – SP, 1984, p. 02) (grifo nosso)

Aqui vemos como a afirmação de Hamilton elucida o fato do comício na Praça Charles Miller em 1983 ter obrigado o PMDB a se posicionar em relação às *Diretas*. Expõe



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder **Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

também o fato de não ser importante disputar a hegemonia do movimento em nível da “paternidade” – a sua direção “burocrática” –, mas sim em relação à base que se mobilizava.

Dando continuidade à ideia de Hamilton, José Genoíno completa:

A crise nacional pode ter um desfecho sério: 1) a campanha pelas *Diretas* é de ação direta de massas e não é mais pura propaganda. Os atos de Curitiba e de Franca mostram isso; 2) **foi a oposição liberal que tomou a hegemonia**; 3) mas há fortes possibilidades de repercussão e por isso é provável que a campanha se radicalize com a intervenção das massas. Existem problemas no PMDB. Há um setor que joga hoje nas *Diretas* para barganhar depois. Mas será mais difícil se a campanha for de massa e se radicalizar. O PT deve entrar com tudo. Mas relacionar as *Diretas* com denúncias agressivas das ações do regime e com os objetivos sociais e políticos dos trabalhadores. (REUNIÃO DO DIRETÓRIO REGIONAL PT – SP, 1984, p. 02) (grifo nosso)

Internamente, já era certo que a direção relacionada ao planejamento, organização e direção, se encontrava no interior das fronteiras da oposição burguesa. A questão central em 1984 era a disputa por meio da militância e da pedagogia política ao longo das mobilizações. Mesmo diante dos consideráveis avanços possibilitados pela luta política durante as *Diretas Já*, conseguimos verificar, contudo, as manifestações políticas da autocracia burguesa a partir do desfecho do movimento, do descarte do regime ditatorial, de seu partido de apoio (o PDS) e da burguesia brasileira de todas as possibilidades aventadas em torno da eleição direta como critério transicional. Assim ocorreu com a emenda Theodoro Mendes após a derrota das *Diretas* no dia 25 de abril de 1984 na Câmara de Deputados (SILVA JUNIOR, 2018, p. 251-264).

Nesse contexto de demasiada intensificação na correlação de forças, a autocracia burguesa se manifesta a partir de seus elementos pautados na *democracia restrita* (antipopular), na qual a *democracia por cooptação* é a expressão mais radical do aspecto autocrático burguês de transformação capitalista (FERNANDES, 2006, p. 337-425). Ou seja, no sentido de absorver a oposição política (particularmente a burguesa, mas também parte da antiautocrática) em prol de um caminho que é apresentado como o único realmente possível pela classe dirigente e pelo regime ditatorial. Portanto, a contradição fundamental presente ao longo do movimento em 1984, foi possuir um caráter eminentemente popular, mas que foi gradualmente adquirindo características antipopulares a partir da posição dos dirigentes da campanha (sobretudo em torno dos moderados do PMDB), os quais utilizaram a pressão das *Diretas* como moeda de troca no Colégio Eleitoral em 1985, e, não obstante, como uma expressão distorcida sintetizada no Pacto Social (programa político da Aliança Democrática – chapa de Tancredo/Sarney), que, ao fim e ao cabo, veio para fortalecer as demandas empresariais e conservar uma série de arbitrariedades cedidas aos empresários durante o regime ditatorial.

Considerações finais



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Diante do contraste ligeiramente apresentado por nós, é possível perceber as várias nuances no interior do movimento pelas *Diretas*. Ou seja, diferentemente da historiografia existente sobre o tema em tela, por um lado, uma dominação avassaladora do PMDB (NERY, 2015), e, de outro, um movimento cívico suprapartidário, sem lutas (DELGADO in: FERREIRA; REIS FILHO, 2007), o movimento pelas *Diretas Já* foi a síntese das forças em luta na transição. Em outras palavras, foi o *locus* político privilegiado na disputa pela hegemonia mediada por diferentes projetos sociais.

Contudo, a campanha pelas *Diretas* é considerada, mesmo contemporaneamente, como “suprapartidária”⁵. Vemos esse argumento como um equívoco que reduz formidavelmente a complexidade e a dinamicidade do movimento, pois mesmo que aparentemente a campanha tenha se apresentado como “suprapartidária”, a todo o momento foi disputada e operacionalizada para fins políticos situados na transição. Essa “ingênua” argumentação tem implicações sérias de ordem metodológica e política: metodológica por definir a aparência mais elementar como critério único de avaliação, não levando em consideração os conceitos de ideologia, classe social, correlação de forças e dos distintos projetos políticos para a transição; e política no sentido de afirmar em “via de mão única” os traços “positivos” da campanha sem levar em consideração as contradições, a dominação e as disputas presentes na trajetória do movimento.

Referências bibliográficas

Fontes

“A nação tem o direito de ser ouvida”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 19.961, 27 de novembro de 1983a.

BOLETIM NACIONAL. ORGÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES. Projeto político do PT. São Paulo, 20 de novembro de 1983.

CONTRIBUIÇÃO AO ENCONTRO ESTADUAL DO PT-SP. São Paulo, fevereiro de 1984, p. 01.

“Lula condena lançamento de candidatos”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 20.010, 15 de janeiro de 1984.

“Manifestação de 15 mil exige a volta das diretas”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 19.962, 28 de novembro de 1983b.

REUNIÃO DO DIRETÓRIO REGIONAL - PT. São Paulo. 14 de janeiro de 1984, p. 04.

⁵ A principal referência que apresenta essa perspectiva acerca das *Diretas Já* é: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Diretas Já: vozes das cidades*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Para a autora, “nenhum político de carreira ou líder partidário em particular sobressaiu na condução do movimento”, p. 415.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Bibliografia

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Diretas Já: vozes das cidades. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.

NERY, Vanderlei Elias. *Diretas Já: a luta pela redemocratização*. Curitiba: Ed. Prismas, 2015.

SILVA JUNIOR, Samuel Fernando da. *Diretas Já e autocracia burguesa no Brasil: luta política na transição conservadora*. Dissertação de mestrado, UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon, Programa de Pós-Graduação em História, 2018, 286 f.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

JOGO E EDUCAÇÃO

THAIS THOMÉ¹

Resumo: O conteúdo de História trabalhado nas séries iniciais compreende ao estudo do cotidiano, da história local e regional. Desta forma, foi desenvolvido um jogo pelos integrantes do PIBID para auxiliar no entendimento da história do município de Marechal Cândido Rondon. As atividades desenvolvidas pelo projeto visam aproximar os acadêmicos da docência por meio da construção jogos como ferramentas didáticas com vistas a dinamizar as relações de ensino-aprendizagem. Por outro lado, o trabalho com jogos foi escolhido pela sua capacidade de promover a integração no espaço da sala de aula entre educadores e educandos. Esta comunicação está baseada na experiência de criação e aplicação de um quebra-cabeça para alunos do 3º, 4º e 5º ano das escolas de ensino fundamental I do município. Este jogo é formado por um conjunto de quatro caixas que corresponde a dois quebra-cabeças por caixa. O quebra-cabeça é constituído por fotografias que retratam a vida dos indígenas e dos colonos com o objetivo de identificar e discutir as diferenças culturais entre estes povos. No processo de aplicação os jogos também revelaram-se um instrumento importante na promoção do trabalho em grupo, fazendo com que os alunos tenham que cooperar uns com os outros, tornando a sala de aula um ambiente respeitável e atrativo.

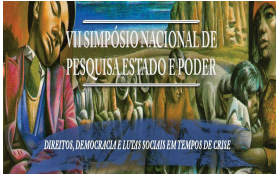
Palavras-chave: Jogo; Quebra-cabeça; Ensino.

Introdução

A aula de História disponibiliza espaço para a interação e a investigação, sendo um ambiente pensado para as diferentes formas de aprendizagem. Assim é possível incluir os jogos nesta dinâmica e aproximar o conhecimento científico de maneira divertida e criativa. Os jogos apresentam valores sociais que desenvolvem a interação social ligada à emoção e as particularidades dos alunos. Além disso, esta experiência vincula as vivências cotidianas ao ambiente escolar, tornando a sala de aula um lugar confortável e instigador. Assim sendo, o projeto desenvolvido pelo PIBID no campus de Marechal Cândido Rondon busca construir jogos que ajudem os alunos a compreender o conteúdo e disponibilizar aos professores recursos didáticos que auxiliem a construção das aulas de História.

O jogo que será abordado neste artigo, corresponde a um quebra-cabeça constituído por fotografias, expondo a vida dos indígenas e dos colonos que viviam no Paraná, mais especificadamente na região Oeste. O conteúdo que será abordado corresponde às diferenças de modos de vida entre os indígenas e os colonos, revelando, principalmente, a relação que

¹ Estudante da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

estes sujeitos têm com a natureza. Além disso, o jogo traça alguns objetivos que são aprender as culturas tanto dos indígenas, quanto dos colonos e como eles se relacionam, compreender as diferenças entre o passado e o presente e incentivar o trabalho em grupo para que os alunos consigam lidar com os desafios da cooperação. Em conformidade com Meinerz (2013, p. 106).

Escolher, criar, pensar, fazer amigos e inimigos, cooperar, desenvolver habilidades, construir conceitos e conhecimentos, interagir socialmente e discursivamente, trocar saberes, respeitar ou questionar regramentos, manter tradições, são alguns motivos que nos fazem defender a criação de situações didáticas em que o jogo seja central no Ensino da História. Ele, porém, não se encerra em si mesmo. Faz parte de um processo de planejamento que pode prever desde exposições argumentativas do professor sobre o conteúdo do jogo, até pesquisas dos estudantes, sempre com o pressuposto de que a intervenção do professor como mediador é fundamental. Essencial também é que o jogo comporte o elemento da liberdade e da diversão, uma vez que jogar é coisa que não se repete de forma produtiva, porque tem o componente do acaso, da escolha, indissociável do sujeito que joga.

Visto que os jogos são ótimas ferramentas pedagógicas, vale ressaltar que para construí-los demanda tempo e recurso financeiro, por isso, em muitas escolas não há recursos para financiar jogos e os professores não tem tempo para construir, o que torna quase inexistente a criação e a aplicação dos jogos em salas de aula do ensino público. Diante disso, é possível observar a importância do PIBID tanto para as escolas, quanto para a universidade, visto que prepara e aproxima os acadêmicos da docência, e disponibiliza para as redes escolares propostas de jogos que contribuem para o ensino de História de forma mais divertida e atrativa. Estas trocas de experiências e ensinamentos mostra como é ser professor, expondo as potencialidades, dificuldades e limitações do ensino público.

Metodologia

Para elaborar os jogos, foram realizadas reuniões com o objetivo de debater textos que auxiliem na construção de um roteiro de observação. Tais textos são alguns capítulos do livro *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*, que é construído a partir de uma entrevista entre Paulo Freire e Ira Shor e o texto de Roberto Cardoso de Oliveira, *O trabalho do antropólogo*. Com o auxílio dos textos, foi possível compreender o que é um ensino dialógico e como pode ser aplicado em sala aula. Entretanto, estabelecer um ensino baseado no diálogo nem sempre é fácil e rápido, há muitos fatores que compõe este método e que necessita de muita prática para desenvolver um ambiente favorável para a construção do conhecimento, a partir do diálogo entre professor e aluno. De acordo com Freire (1986, p. 65).

Além disso, através dessa forma de entender o diálogo, o objeto a ser conhecido não é de posse exclusiva de um dos sujeitos que fazem o



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

conhecimento, de uma das pessoas envolvidas no diálogo. No caso da educação, o conhecimento do objeto a ser conhecido não é de posse exclusiva do professor, que concede o conhecimento aos alunos num gesto benevolente. Em vez dessa afetuosa dádiva de informação aos estudantes, o objeto a ser conhecido medeia os dois sujeitos cognitivos. Em outras palavras, o objeto a ser conhecido é colocado na mesa entre os dois sujeitos do conhecimento. Eles se encontram em torno dele e através dele para fazer uma investigação conjunta. Claro que o educador já teve certa experiência gnosiológica para escolher este objeto de estudo, antes que os alunos o encontrassem na sala de aula, ou para descrevê-lo e apresentá-lo para discussão. O contato prévio do educador com o objeto a ser conhecido não significa, no entanto, que o professor tenha esgotado todos os esforços e todas as dimensões no conhecimento do objeto.

Este roteiro abarca três objetivos principais que são: conhecer a maneira como os alunos interagem com o ambiente escolar; compreender como a escola intervém na realidade do aluno e em suas perspectivas de futuro; Recolher dados que nos ajudem a construir os materiais didáticos para o ensino de história. Neste sentido, o texto escrito por Roberto Carlos de Oliveira contribuiu de forma significativa para a observação do ambiente escolar, visto que para ele:

Se o olhar e o ouvir constituem a nossa percepção da realidade focalizada na pesquisa empírica, o escrever passa a ser parte quase indissociável do nosso pensamento, uma vez que o ato de escrever é simultâneo ao ato de pensar. [...] é no processo de redação de um texto que nosso pensamento caminha, encontrado soluções que dificilmente aparecerão antes da textualização dos dados provenientes da observação sistemática. Assim sendo, seria um equívoco imaginar que, primeiro, chegamos a conclusões relativas a esses mesmos dados, para, em seguida, podermos inscrever essas conclusões no texto. Portanto, dissociando-se o pensar do escrever. Pelo menos, minha experiência indica que o ato de escrever e o de pensar são de tal forma solitários entre si, que, juntos, formam praticamente um mesmo ato cognitivo. Isso significa que, neste caso, o texto não espera que seu autor tenha primeiro todas as respostas, para, só então, poder ser iniciado. (2002, p.16)

O propósito deste roteiro consiste em refinar o olhar para a sala de aula, a fim de obter informações significativas para a construção dos jogos e para compreender um pouco mais a realidade da escola, principalmente do ensino de História. O quebra-cabeça é constituído por fotografias do Oeste Paranaense, em especial a cidade de Marechal Cândido Rondon, sendo composto por um conjunto de oito quebra-cabeças disponíveis em duplas para cada grupo. A escolha deste tema parte pelo fato de que há poucos recursos didáticos para o estudo do cotidiano e da História local. Para o ensino fundamental I, é de extrema importância que os alunos consigam compreender o está em sua volta, para que a assimilação com os demais que estão por vir seja bem sucedida. Para isso, foi necessário pesquisar sobre a História



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

do município de Marechal Cândido Rondon, o que resultou em um jogo formado por fotografias encontradas no Cepedal e em acervos digitais.

As fotografias presentes são do antes e depois da chegada dos colonos. Assim sendo foi produzido outro roteiro pedagógico com o intuito de explicar as regras de maneira simples e direta. Os alunos necessitam fazer grupos de quatro a cinco pessoas e eleger um representante para retirar o jogo. Este simples comando apresentou uma situação complicada para eles, pois todos queriam buscar o jogo e para resolver esta situação os alunos precisaram debater e aceitar a escolha de um único representante. Além disso, o roteiro abarca sobre as possibilidades de aplicação sendo capaz de iniciar ou introduzir o conteúdo fazendo questionamentos sobre as semelhanças e as diferenças entre indígenas e colonos, entre as paisagens e os objetos presentes nas fotografias. O jogo também pode ser utilizado para concluir o conteúdo e deste modo o professor pode constatar a aprendizagem a respeito do conteúdo trabalhado em sala.

Por fim, o roteiro apresenta alguns apontamentos sobre o que os alunos vão aprender com este jogo, que são as diferenças dos modos de vida entre indígenas e colonos, a percepção através das diferenças entre o presente e o passado, as mudanças tecnológicas que ocorreram do período até agora, as diferenças da relação entre diferentes grupos étnicos com a natureza, organização e trabalho em grupo, e desenvolvimento do pensamento lógico. Este roteiro está direcionado ao professor, possibilitando que outras atividades como desenho, produção de texto ou debate sejam inseridas em conjunto.

Resultados e discussão

O conteúdo de História trabalhado nas séries iniciais promove a compreensão do que está em volta do aluno, como a casa, a escola e a cidade. Tais ensinamentos contribuem para que o aluno consiga se localizar no tempo e no espaço. Desta forma, fica evidente que o processo de assimilação dos demais conteúdos que estão por vir será bem sucedido. O estudo do cotidiano proporciona relações entre o estudante e a sociedade, promovendo uma visão do que é ser cidadão. À vista disso, é possível observar a importância do estudo do cotidiano apresentado no livro *Ensino de História: Fundamentos e Métodos*, escrito pela historiadora Circe Bittencourt em que afirma

A introdução da história do cotidiano como objetivo de estudo escolar requer que se explorem as possibilidades inerentes do cotidiano, sem se limitar a constatar o “real” ou as motivações possíveis para alunos pouco sensibilizados com a História escolar mais tradicional. O cotidiano deve ser utilizado como objeto de estudo escolar pelas possibilidades que oferece de visualizar as transformações possíveis realizadas por homens comuns, ultrapassando a ideia de que a vida cotidiana é repleta e permeada de alienação. (2008, p. 168)

Levando em consideração o conteúdo obrigatório da disciplina de História do ensino fundamental I, em conjunto com o PIBID, foram discutidas e elaboradas propostas de jogos



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

que colaboram para o ensino de História. Ao trabalhar com jogos em sala de aula, é possível construir diversos modelos que contribuam para a compreensão, fixação e avaliação do conteúdo, tornando os jogos uma ótima ferramenta pedagógica. Para HUIZINGA (2000, p. 07).

Encontramos o jogo na cultura, como um elemento dado existente antes da própria cultura, acompanhando-a e marcando-a desde as mais distantes origens até a fase de civilização em que agora nos encontramos. Em toda a parte encontramos presente o jogo, como uma qualidade de ação bem determinada e distinta da vida "comum. [...] De qualquer modo, o que importa é justamente aquela qualidade que é característica da forma de vida a que chamamos "jogo". O objeto de nosso estudo é o jogo como forma específica de atividade, como "forma significante", como função social. Não procuraremos analisar os impulsos e hábitos naturais que condicionam o jogo em geral, tomando-o em suas múltiplas formas concretas, enquanto estrutura propriamente social. Procuraremos considerar o jogo como o fazem os próprios jogadores, isto é, em sua significação primária. Se verificarmos que o jogo se baseia na manipulação de certas imagens, numa certa "imaginação" da realidade (ou seja, a transformação desta em imagens), nossa preocupação fundamental será, então, captar o valor e o significado dessas imagens e dessa "imaginação". Observaremos a ação destas no próprio jogo, procurando assim compreendê-lo como fator cultural da vida.

Os jogos estabelecem laços que fazem com que o indivíduo busque relações com a realidade e com os demais jogadores. Desta forma, é possível manifestar diversas características pessoais e culturais que contribuem para a aproximação dos sujeitos. No que diz respeito ao quebra-cabeça, é importante salientar que o jogo prioriza o trabalho em grupo e a comunicação entre os integrantes. Estes exercícios contribuem de forma positiva para a socialização com os demais, estabelecendo vínculos entre alunos e professores, tornando a sala de aula um ambiente respeitável e instigador. Além disso, este método auxilia na compreensão do conhecimento científico de uma maneira mais divertida e atrativa. Os jogos expressam sentidos e emoções nos alunos, desta forma de acordo com ANTONI e ZALLA (2013, p.151).

Seu uso como recurso pedagógico acaba por agenciar, de um lado, elementos da memória afetiva do estudante, estabelecendo pontes entre a experiência socialmente adquirida e os saberes formais e, de outro, apela à suas sensibilidades corporais e expressivas, oportunizando espaços de ação e criação. A prática do jogo elabora, assim, vínculos entre os jogadores e os convoca a aderir a seu conteúdo que, por estar associado a um tempo extraescolar, se consolida a partir de outros tipos de referenciais. Transportados para a sala de aula, as experiências cotidianas e o prazer das atividades lúdicas conferem a tais vínculos uma nova dimensão.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Durante a década de 70 para 80 instaurou um processo de desenvolvimento de métodos de ensino diferenciados, sendo inseridos jogos, filmes, trechos de revistas e jornais no ambiente escolar, mais especificadamente nas aulas de História. Tais mudanças contribuem para que o ensino seja mais atrativo, mas, vale ressaltar que o método tradicional (livro e aula expositiva) não deve ser desconsiderado, visto que apresenta ser eficiente e necessário para a compreensão de determinados conteúdos. Contudo, o jogo construído pelo PIBID não tem a intenção de banir o ensino e os materiais tradicionais, mas de complementar, sendo utilizado como uma ferramenta didática para relacionar com os materiais já existentes e atividades diversificadas. De acordo com BITTENCOURT (2008, p. 295).

Os materiais didáticos são instrumentos de trabalho do professor e do aluno, suportes fundamentais na mediação entre o ensino e a aprendizagem. Livros didáticos, filmes, excerto de jornais e revistas, mapas, dados estatísticos e tabelas e entre outros meios de informação, têm sido utilizados com frequência nas aulas de História. O crescimento, nos últimos anos, no número de materiais didáticos e paradidáticos, dicionários especializados, além de materiais em suportes diferenciados daqueles que originalmente têm sido utilizados pela escola baseados em vídeos e computadores. Diante dessa variedade de materiais didáticos, desigualmente distribuídos pelas diferentes escolas do país, torna-se urgentemente uma reflexão que ultrapasse uma visão apenas pragmática do problema.

Levando em consideração a realidade das escolas públicas do país, é possível compreender que o alcance destes materiais é limitado. Além disso, muitos professores não conseguem se dedicar para construir jogos ou outros materiais que contribuam para o ensino, visto que a carga horária e a condição financeira são fatores limitantes. À vista disso, é possível destacar o papel significativo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid, disponibilizado pelo MEC que visa à aproximação dos acadêmicos ao cotidiano das escolas públicas. O projeto que esta sendo desenvolvido pela Unioeste no campus de Marechal Cândido Rondon, tem como tema a construção de jogos para o ensino de História. Este projeto facilita o alcance de ferramentas didáticas produzidas pela universidade às redes escolares, auxiliando professores e alunos no processo de aprendizagem.

Entretanto, o Pibid esta em uma situação de risco, visto que o atual governo não está interessado em investir em bolsas, tanto para a graduação, quanto para a pós-graduação. Esta situação faz com que as pesquisas sejam interrompidas, causando consequências em diversas áreas de conhecimento como a educação, saúde, segurança, tecnologia etc. Pelo fato de estar há mais de um ano no programa, posso garantir a relevância do Pibid para os cursos de licenciatura, pois a experiência de estar em sala de aula, aplicando jogos voltados para o ensino de História trouxe boas respostas. Os alunos aceitaram a proposta de aprender jogando, o que coopera muito para a nossa pesquisa e para a futura docência, visto que a intenção deste projeto é acrescentar atividades de caráter mais libertador para que os alunos não vejam a matéria como uma disciplina extremamente teórica e cansativa.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Conclusões

Diante do exposto, é possível observar as potencialidades da utilização dos jogos como ferramenta pedagógica no processo de ensino-aprendizagem. Além de ser um ótimo método que busca compreender o conteúdo científico de maneira mais divertida e cativante, vale ressaltar que esta experiência manifesta a postura dos alunos perante as dificuldades do trabalho em equipe. Este exercício favorece a boa convivência entre os alunos, aproximando eles uns aos outros, tornando a sala de aula um ambiente agradável, respeitável e instigante.

O quebra-cabeça das fotografias contribui para que os alunos consigam compreender a História da cidade e do que está ao redor deles, buscando assimilar as relações do presente com o passado. Além disso, o jogo constrói um ambiente de cooperação, fazendo com que os alunos tenham que trabalhar em grupo para encerrar a atividade. Por se tratar de fotografias antigas, alguns quebra-cabeças foram trocados, pois apresentavam poucos detalhes com nitidez, dificultando a montagem. No que diz respeito a aplicação do jogo, os alunos mencionaram pontos positivos e negativos do quebra-cabeça, o que facilitou a construção dos demais jogos feitos pelo projeto.

A experiência que o Pibid proporciona aos acadêmicos é extremamente necessária, visto que os alunos que cursam licenciaturas precisam estar em contato com a escola o quanto antes para que estejam preparados tanto para o estágio obrigatório, quanto para a futura profissão. Além disso, o projeto contribui para os professores das redes escolares que estão à procura de novas alternativas de ensino ou de ferramentas pedagógicas consigam realizar aulas atrativas e diferenciadas. Visto que realidade de um professor que leciona quarenta horas semanais e tem mais de duzentos alunos, fortalece de forma indireta o ensino tradicional, pois o sistema faz com que estes professores não tenham tempo suficiente para acrescentar atividades de caráter libertador.

Além disso, vale ressaltar a extrema importância de a universidade estar em contato com o restante da comunidade, principalmente, com as escolas públicas. Compreender o que está fora das paredes do campus é indispensável, pois o conhecimento produzido pelas universidades, em muitos casos, permanece nas universidades. Esta situação apresenta sérios problemas, visto que, muitas vezes a teoria estudada não é colocada em prática, pois não estabelece conexões com a realidade. Devido a isso, destaca-se o quanto necessário é o Pibid para a licenciatura, pois é neste programa que a conexão universidade e comunidade são estabelecidas.

Referências bibliográficas

BITENCOURT, Circe. Ensino de História: Fundamentos e Métodos. 2ª edição. São Paulo-SP: Cortez Editora, 2008.

HUIZINGA, Johan. Homo Ludens - vom Unprung der Kultur im Spiel. 4ª edição. São Paulo-SP: Editora Perspectiva, 2000.



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

ANTONI, Edson; ZALLA, Jocelito. O que o jogo ensina: práticas de construção e avaliação de aprendizagens em História. IN: GIACOMONI, Marcelo; PEREIRA, Nilton. Jogos e ensino de História. 1ª Edição. Porto Alegre-RS, 2013.

MEINERZ, Carla. Jogar com a História na sala de aula. IN: GIACOMONI, Marcelo; PEREIRA, Nilton. Jogos e ensino de História. 1ª Edição. Porto Alegre-RS, 2013.

OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo. 2ª edição. São Paulo-SP: Editora Unesp, 2000.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. Medo e ousadia – o cotidiano do professor. Rio de Janeiro-RJ: Editora Paz e Terra, 1986.



EDUCAÇÃO, TERRA E JUVENTUDE: VIDAS CAMPONESAS EM DIAMANTE DO SUL - PR

VANESSA BUENO ARRUDA¹

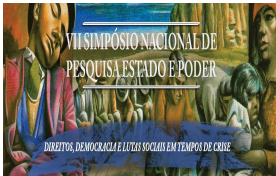
Resumo: O presente artigo discute o resultado do projeto de extensão realizado em Diamante do Sul - PR, iniciado em outubro de 2018 e vinculado ao Programa Universidade Sem Fronteiras, da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI). Durante as pesquisas de extensão tivemos acesso a materiais históricos dos entrevistados, como fotografias antigas, documentos e vídeos. Dos órgãos municipais visitados obtivemos dados e documentos que auxiliaram no andamento da pesquisa. Juntamente com as atividades de campo, entrevistas, foi possível buscar aspectos da vida camponesa em Diamante do Sul em três gerações, como avós, pais e filhos (netos), com relatos sobre o passado, costumes e trajetórias de vida destes sujeitos. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Diamante do Sul é um dos mais baixos do estado do Paraná e o município é marcado pela concentração fundiária, gerando a exclusão de camponeses que não tiveram acesso à terra ou foram expropriados da vida no campo, levando-os a migrar para as cidades. Um exemplo desta realidade são os moradores da ocupação urbana conhecida como “Área Verde”, sendo que algumas pessoas que ali residem, até os tempos de hoje, trabalham em serviços de empreitadas nas fazendas. Já os camponeses que possuem terra lutam e resistem para permanecer na terra, mantendo-se, fundamentalmente, com atividades da agricultura familiar.

Palavras-chave: Diamante do Sul; Educação; Camponeses.

Introdução

Esse artigo é um dos resultados das atividades desenvolvidas junto ao projeto de extensão intitulado *Educação, Terra e Juventude em ambientes no Cantuquiriguaçu: Vidas Camponesas em Gerações e experiências de populações em assentamentos rurais em Campo Bonito e Ibema e em ocupação suburbana em Diamante do Sul*, vinculado ao Programa Universidade Sem Fronteiras, da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), o qual teve início em outubro de 2018 e término em setembro de 2019. No entanto, nesse texto enfocaremos a temática da Vida Camponesa em Diamante do Sul. Através das entrevistas, acesso a documentos e levantamento de dados examinamos

¹ Participou do projeto de extensão Universidade Sem Fronteiras (USF) como bolsista recém-formada, no Curso de Graduação em Geografia - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Marechal Cândido Rondon.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

aspectos históricos e geográficos do município e as trajetórias de vidas de camponeses, a fim de compreender o acesso à terra e seu significado e dimensões na Vida, no Trabalho, na Moradia e na Convivência de pessoas, famílias, vizinhanças e comunidades locais.

Dos três municípios da microrregião do Cantuquiriguaçu, selecionados para o projeto (Campo Bonito, Diamante do Sul e Ibema), Diamante do Sul possui o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) mais baixo, com índice de 0,608, estando na colocação 393º no estado do Paraná para o período de 1998/2000/2010, conforme estudos do IPARDES. Possuía uma população de 3.510 pessoas, sendo 1.405 na área urbana e 2.105 na área rural (IBGE, 2010). Outro aspecto analisado foi a concentração fundiária no município, realidade não apenas local, mas com perfil cartográfico igualmente próximo ao existente no âmbito do Paraná e do Brasil.

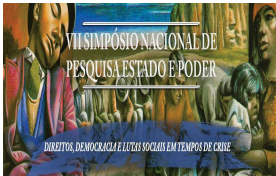
Através dos relatos de vida registrados em atividades de campo, envolvendo pessoas de três gerações, como costumes, modos de vida e festas da comunidade, foi possível perceber características comuns da vida camponesa. Além dos despossuídos da terra, como os moradores da ocupação suburbana conhecida como “Área Verde”, compreendemos que estas pessoas foram excluídas do meio rural, não tendo acesso à terra, em decorrência da modernização da agricultura ocorrido na década de 1970. Aos que possuem acesso à terra e seguem resistindo para permanecer nela, vivendo da agricultura familiar, a vida camponesa permanece com maior proximidade e destaque das atividades socioeconômicas e modos de viver. A renda mais expressiva destas famílias envolve a produção do bicho-da-seda (sericicultura), do leite e da venda de produtos orgânicos.

A questão agrária: exclusão e a importância de resistir na terra

A partir da década de 1970, no Brasil, houve a modernização da agricultura, fazendo com que muitos camponeses fossem excluídos da terra. Conforme Ariovaldo Oliveira (2001), os capitalistas industriais e urbanos se transformaram em grandes proprietários de terra, principalmente na região Centro-Sul do país, através de incentivos fiscais como a Sudene e Sudam. “Dessa forma, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade” (OLIVEIRA, 2001, p. 186).

A questão agrária no Brasil é marcada pela concentração da propriedade da terra, estando nas mãos de grupos econômicos e funcionam como reserva patrimonial, ou seja, são terras não-produtivas. “A soma da área ocupada pelas 27 maiores propriedades privadas no país é igual à superfície total ocupada pelo estado de São Paulo, ou, se for somada à área ocupada pelas 300 maiores propriedades privadas no país, ela equivale a duas vezes a superfície total deste mesmo estado”. (OLIVEIRA, 2011, p. 187).

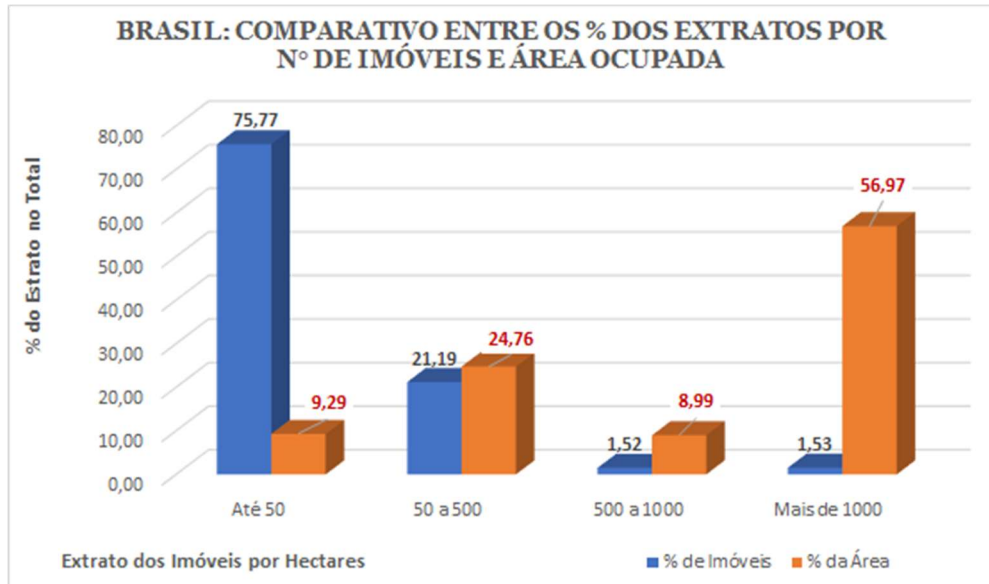
O gráfico 1 nos mostra a estrutura fundiária do Brasil conforme dados do Incra de 2014. 75,77% correspondem a estabelecimentos com até 50 hectares de terra, sendo pequenas propriedades onde vivem os camponeses. Já os imóveis com mais de 1.000 hectares correspondem apenas a 1,53% dos estabelecimentos. Portanto, essa estrutura fundiária faz aumentar a desigualdade no país, restando aos camponeses migrarem para as cidades ou resistirem através dos movimentos sociais, ou lutarem pela permanência na terra.



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

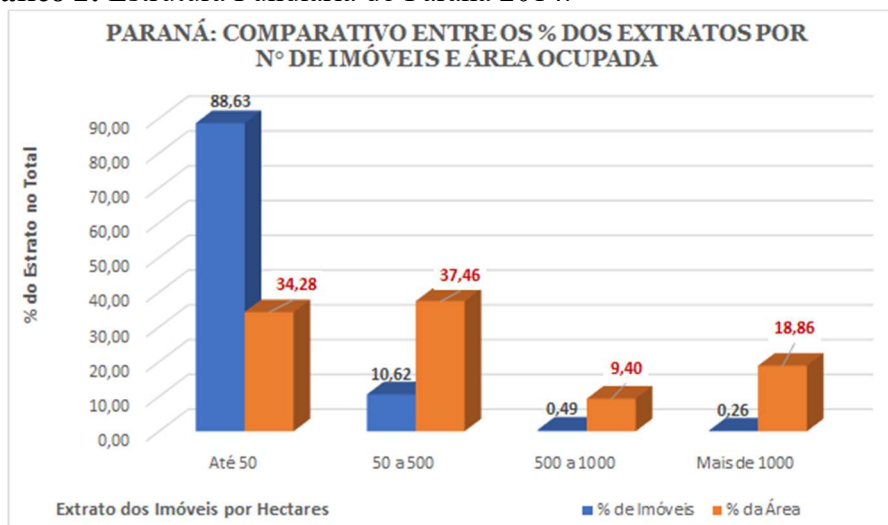
Gráfico 1: Estrutura Fundiária do Brasil 2014



Fonte: INCRA, 2014, Org: KOLING, 2019.

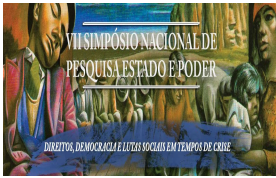
Este cenário da concentração de terra também é visualizado no Paraná, conforme o gráfico 2. Os imóveis com até 50 hectares de terra correspondem a 88,63% de estabelecimentos e os imóveis com mais de 1.000 hectares indicam 0,26% dos estabelecimentos.

Gráfico 2: Estrutura Fundiária do Paraná 2014.



Fonte: INCRA, 2014, Org: KOLING, 2019.

Para entendermos a estrutura fundiária de Diamante do Sul, igualmente fizemos o levantamento de dados no município. O gráfico 3 mostra que os estabelecimentos com até

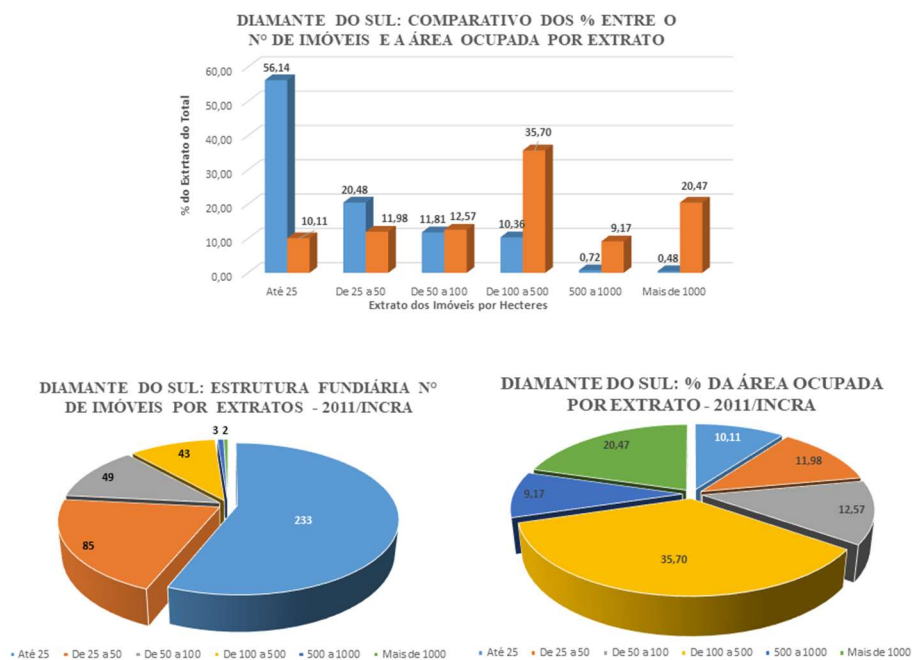


Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

25 hectares correspondem a 56,14% dos imóveis, já os extratos com mais de 1.000 hectares somam 0,48% de estabelecimentos. Referente a participação da área ocupada, os estabelecimentos com até 25 e 50 hectares somam 22,09 da área, sendo aproximadamente um quinto do solo. Em contraste, os imóveis com mais de 1.000 hectares ocupam 20,47% da área.

Gráfico 3: Estrutura Fundiária de Diamante do Sul 2011.



Fonte: INCRA, 2014, Org: KOLING, 2019.

Nos Relatos de vida dos entrevistados em três gerações, como costumes ensinados pelos pais e avós, algumas dessas práticas sociais permanecem até hoje, e demonstram características da vida camponesa. Um exemplo é o “borraio” (borralho), explicado pela Irene Rita Anacleto

Irene: Me alembro como se fosse hoje o meu pai de noite, ele colocava batata assá no borraio... que era pra nós comer no café amanhã cedo...

Paulo: Que que é o borraio?

Irene: O borraio? Você faz aquele fogo, dá aquele brasidão né! De quando é lenha boa! Manjoleiro por exemplo... aí se afasta as brasa e tira só aquela cinza quente, e enterra as batata ali e cobre com a aquela cinza quente: é o borraio! (ANACLETO, 2019).²

² As entrevistas citadas nesse artigo fazem parte do Acervo de Fontes Orais do projeto de extensão intitulado “Educação, Terra e Juventude em ambientes no Cantuquiriguaçu: Vidas Camponesas em Gerações e experiências de populações em assentamentos rurais em Campo Bonito e Ibema e em ocupação suburbana em Diamante do Sul”, coordenado pelo docente Paulo José Koling (Tc n. 144/2018-SETI/UGF/USF-UNIOESTE).



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Ademais, os relatos nos mostram os excluídos da terra que não tiveram acesso a ela, como a fala de Angelina Ribeiro, moradora da Área Verde:

Paulo: O pai e a mãe tinham terra no sítio?

Angelina: Não. Nunca tivemos

Paulo: Como é que eles trabalhavam então?

Angelina: Eles trabalhavam assim na, na terra dos outros né; arrendavam assim né e trabalhavam né. Porque a gente que é pobre né, num... a gente não tem as condições de comprar né... (RIBEIRO, 2018).

Outro exemplo é o relato de Osvaldo Ribeiro dos Santos:

Paulo: E o senhor ficou morando... então lá, no sítio, por quanto tempo?

Osvaldo: Ah eu fiquei muito tempo... Eu... Ai depois eu fui embora daqui, lá pra Coronel de Vida, que eu morei lá dezesseis anos em Coronel de Vida. Daí lá perdi a mãe, perdi o pai, Daí que eu vortei embora pra cá, mas trabalhando de pião! Sempre de pião! não tinha nada que ... Não podia comprar um pedaço de terra. (SANTOS, 2018).

Segundo entrevista com Angelina e Osvaldo, alguns moradores da Área Verde são pessoas que trabalhavam nas fazendas da região, em serviços de boias-frias, meeiros e arrendatários. A migração para a cidade foi uma forma de melhorar sua condição, já que essas pessoas não tiveram acesso à terra. Entretanto, na área urbana de Diamante do Sul vivem de forma precária, muitas pessoas ainda trabalham em fazendas, vivem do bolsa-família, aposentadoria, ou ainda trabalham na Globo Aves, no município de Cascavel. A partir destes relatos, juntamente com os dados obtidos, percebe-se que a concentração fundiária exclui o camponês da terra, sendo que

O desenvolvimento capitalista que concentra a terra, concomitantemente, empurra uma parcela cada vez maior da população para as áreas urbanas, gerando nas mesmas uma massa cada vez maior de pobres e miseráveis. Mas, ao mesmo tempo, esta exclusão atinge também o próprio campo. Certamente, a maioria dos filhos dos camponeses, cujas propriedades tenham superfície inferior a 10 hectares, jamais terão condições de se tornar camponeses nas terras dos pais. A eles caberá apenas um caminho: a estrada. A estrada que os levará à cidade, ou a estrada que os levará à luta pela reconquista da terra. (OLIVEIRA, 2011, p. 187-188).

Aos que possuem acesso à terra e seguem resistindo nela, conforme Roos (2010), a luta dos camponeses não é apenas através dos movimentos sociais, pois existe uma resistência diária destes sujeitos, uma luta contra o capital, formando uma classe. “Os camponeses devem ser compreendidos como sujeitos sociais e históricos e para isso, é preciso atentar para sua organização social, política, suas lutas, tradições, crenças, modo de vida, entre outras características que dão o sentido de classe para o campesinato” (ROOS,



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

2010, p. 25). Irene Krieger explica, por meio do relato registrado na entrevista realizada em agosto de 2019, como era o trabalho de “ajutório” ou “mutirão”

Irene: Fazia aquelas paneladona véia de comida...

Paulo: O mutirão, chamado mutirão?

Irene: É ajutório, puxirão...

Paulo: Ajutório?

Irene: É ajutório, porque daí juntava né, daí aqueles que a gente não vencia devorvê o dia de serviço, pagava...

Paulo: Irene por que que chamam de ajutório?

Irene: Ajutório, se reúne vizinhança assim, um ajuda o outro, é ajutório...

Irene: É isso...e, e alguma coisa faz até hoje...

Paulo: Vocês continuam fazendo ajutório até hoje?

Irene: Sempre dá

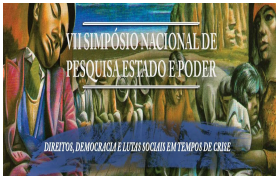
Paulo: Com o que?

Irene: Quando precisa assim, quer tirar um... é que agora pranta só os... só os taiãozinho de milho né, que nem nossa pranta assim de doze quilo de semente né ... Daí se quer tirar logo, junta três, quatro ali né, daí quebra tudo e já se ajuda... é desse jeito, bastante gente usa fazer isso ainda... (KRIGUER, 2019).

Vários são os elementos que Djoní Roos (2010) apresenta, nos quais são característicos do camponês e sua produção, como, por exemplo: força de trabalho familiar; práticas de ajuda mútua; trabalho acessório; força de trabalho assalariada; propriedade da terra; propriedade dos meios de produção; jornada de trabalho; socialização do camponês.

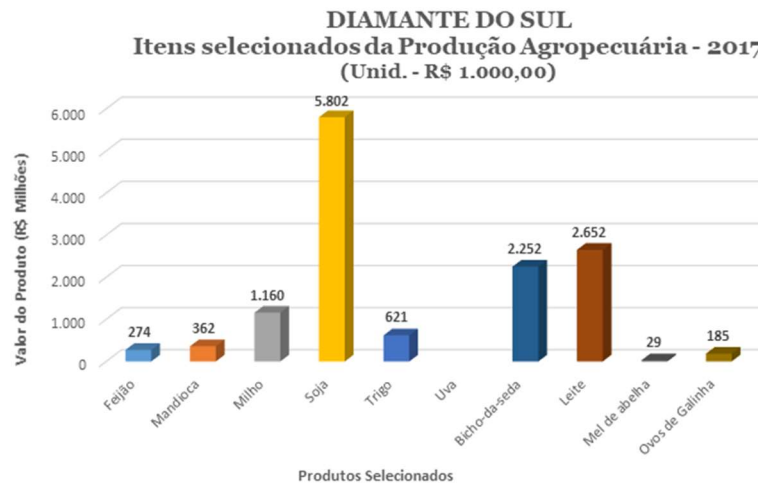
Apesar da concentração fundiária em Diamante do Sul há uma forte presença da agricultura familiar. O gráfico 4, a produção de leite, bicho-da-seda, milho, mandioca, feijão, mel e ovos são essenciais para a subsistência dos camponeses, além da geração de renda. De tal modo, a importância da retomada da Feira da Agricultura Familiar no ano de 2019 no município, com produtos de origem orgânica.

Gráfico 4: Produção Agropecuária - Diamante do Sul 2017



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4



Fonte: IPARDES, 2017, Org: KOLING, 2019.

Outra atividade agrícola realizada pelos camponeses é a criação de bicho-da-seda. Entrevistamos João Valnir Lara de Moura e Clemair Raimunda, sericultores desde o ano de 2009. Eles explicam o motivo que os levou a trabalharem com o bicho-da-seda:

Clemair: No memo ano que compremo nós já... comecemos a planta as amora, construímo o barracão, aí depois que construímo o barracão, daí construímo a casa...

Paulo: Quando vocês compraram já tinha a intenção de vim aqui se estabelecer e criar o bicho-da-seda?

Clemair e João: Já, a intenção era essa...

Paulo: O que levou vocês a escolher fazer isso?

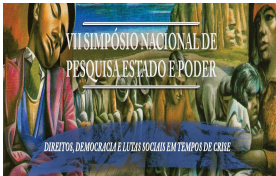
Clemair: Porque era a única renda que tava dando...

João: É quem tem poco, poco terreno aqui, que dá é isso só né? É só o bicho-da-seda que pode...

Clemair: Porque o mio só tem valor pra gente comprá né! Na hora de vender não tem valor, não tem... Igual a gente que é pequeno, tira uma safra por ano.

João: Que nem o milho tira uma safra por ano né? E o bicho-da-seda tira oito safra por ano, então ele dá mais, dá uma grande diferença né? E que nem o milho se não dá nada no ano, é... naquele prantio, perde tudo e o bicho-da-seda perdeu um mês, no outro já recupera né? Já é mais rápido... (MOURA; RAIMUNDA, 2019).

Em Diamante do Sul há 142 proprietários com 143 barracões em uma área de 223 hectares, segundo dados obtidos pela BRATAC, empresa responsável pela sericultura na região. No ano de 2017, a produção foi de 129.188 quilos (IBGE). Estas áreas são pequenas propriedades em que os camponeses sobrevivem da sericultura.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Gráfico 5: Número de proprietários no setor da sericicultura - 2018

Bicho-da-Seda: Número de proprietários e barracões (2018) - Diamante do Sul			
Número Proprietários	Número Barracões	Produção caixas	Área (Hectares)
142	143	436	223
Fonte: Bratac, 2019.			

Fonte: BRATAC 2019, Org: ARRUDA, 2019.

A juventude e a permanência no campo

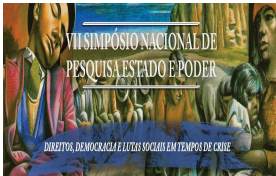
Procuramos analisar a juventude de Diamante do Sul através dos dados obtidos nas escolas, o número de matrículas nas três escolas estaduais está diminuindo. O gráfico 6 diz respeito ao Colégio Estadual Osorio Duque Estrada C E- EFM, localizado na área urbana de Diamante do Sul, o número de matrículas no ano de 2009 foram de 684 alunos, em 2018 totalizaram 365 matrículas.

O Colégio Irma Rodrigues da Cruz C E C- EFM, localizado na área rural, conforme gráfico 7, no ano de 2009 foram realizadas 38 matrículas apenas no ensino fundamental, no ano de 2011 com o ensino fundamental e médio totalizaram 147 matrículas. Contudo, no ano de 2019 foram realizadas apenas 69 matrículas.

No Colégio Raios do Saber E R E – EF (zona rural) as matrículas referentes apenas ao ensino fundamental, no ano de 2011, foram de 28 matrículas; em 2012, o número aumentou, com 49 alunos; e no ano de 2018 totalizaram 36 matrículas conforme mostra o gráfico 8.

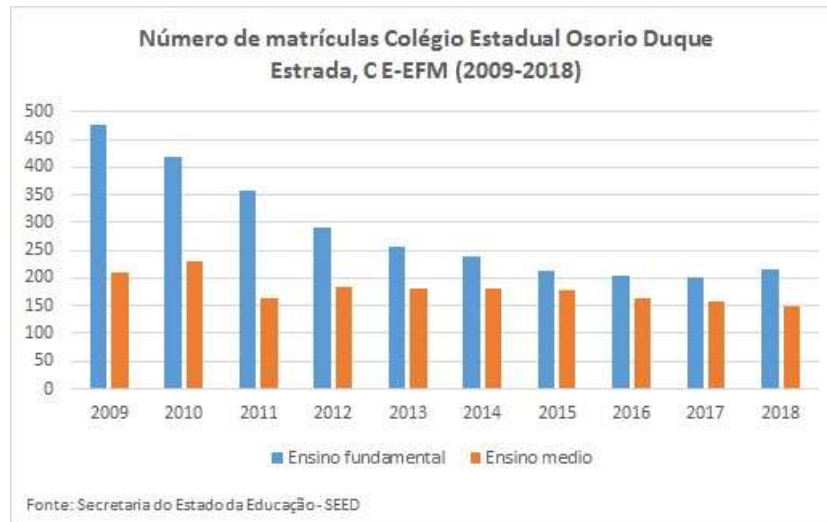
O gráfico 9 refere-se ao número de matrículas em quatro escolas municipais do ensino pré-escolar e ensino fundamental I. No ano de 2010, houve 447 matrículas, já no ano de 2019 foram 400. Porém, há um aumento de matrículas no CMEI- Anjo da Guarda, se observarmos no gráfico 9, no ano de 2010 foram matriculadas 53 crianças, já no ano de 2019 foram 116. Percebe-se que há uma tendência de crescimento de pessoas da nova geração.

Gráfico 6: Número de matrículas Colégio Estadual Osorio Duque Estrada C E- EFM



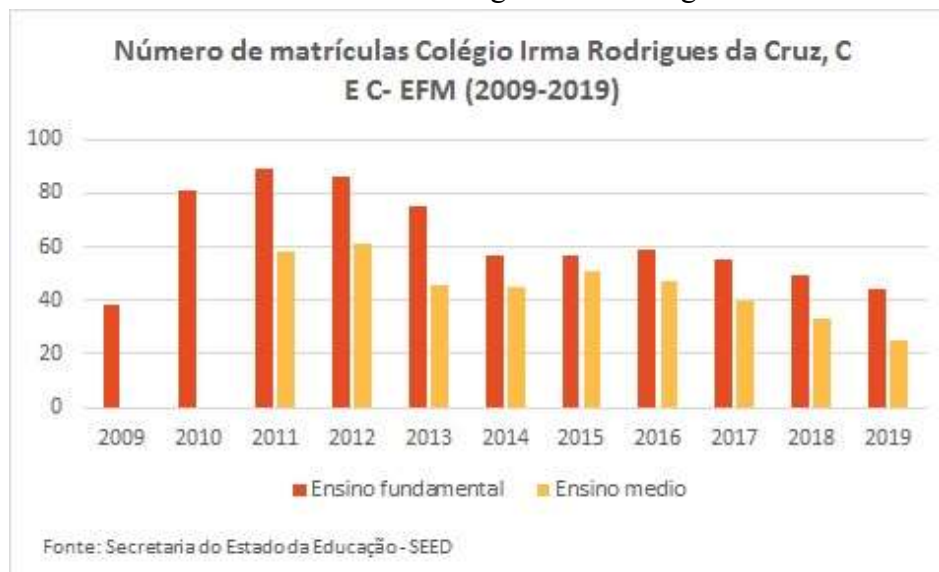
Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4



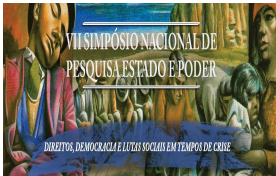
Fonte: Secretaria do Estado da Educação 2019, Org: ARRUDA, 2019.

Gráfico 7: Número de matrículas Colégio Irma Rodrigues da Cruz C E C – EFM.



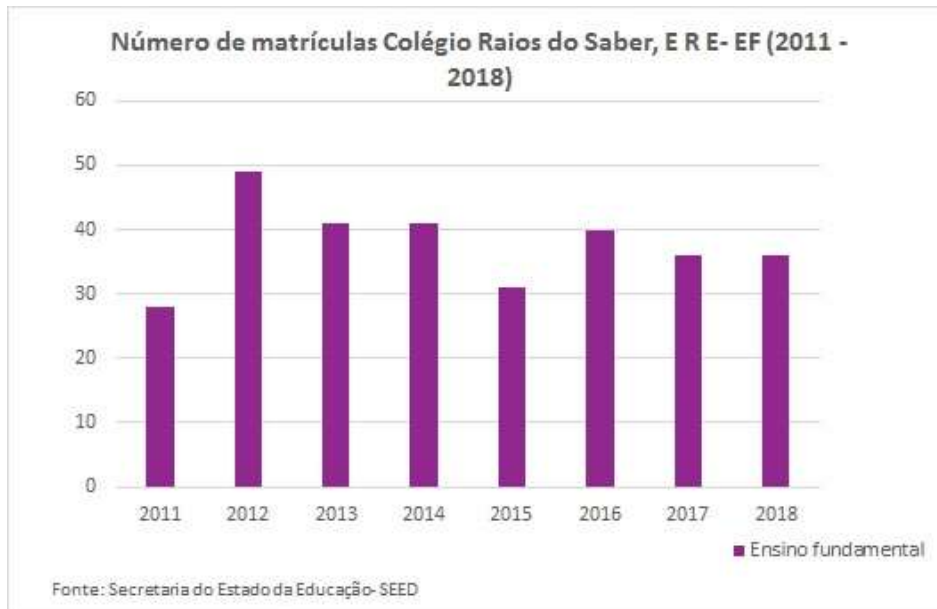
Fonte: Secretaria do Estado da Educação 2019, Org: ARRUDA, 2019.

Gráfico 8: Número de matrículas Colégio Raios do Saber, E R E – EF.



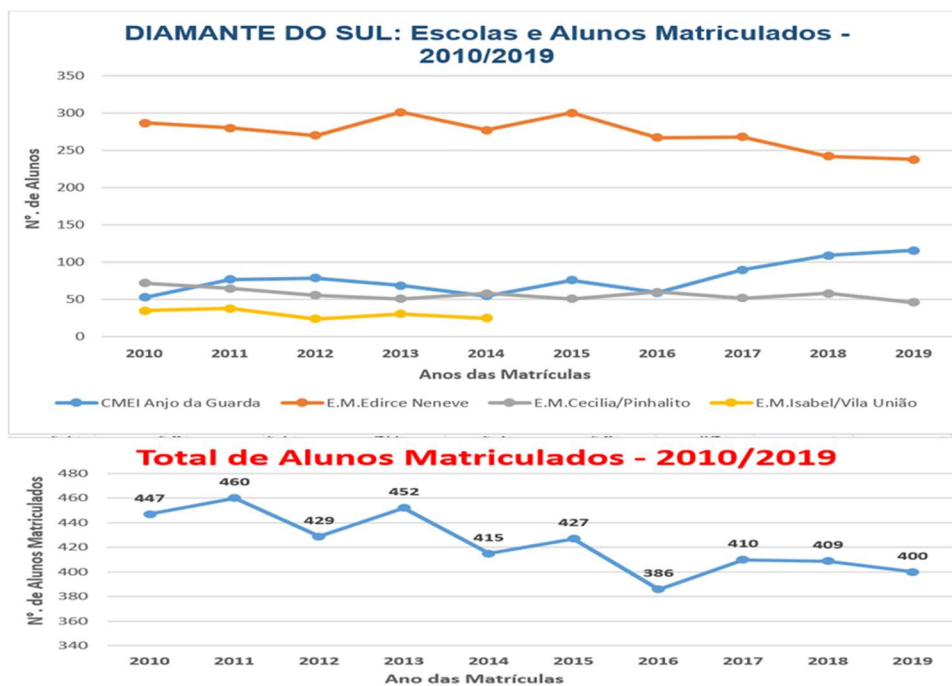
**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4



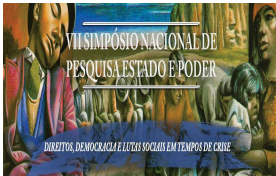
Fonte: Secretaria do Estado da Educação 2019, Org: ARRUDA, 2019.

Gráfico 9: Número de matrículas ensino Pré-escolar e Ensino Fundamental I- Diamante do Sul.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social/Município de Diamante do Sul. 2019.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação 2019, Org: KOLING, 2019.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Com foco para a juventude camponesa, o acesso à terra é fundamental para sua permanência no campo, por meio da atividade da agricultura familiar. Porém, há a preocupação da saída destas pessoas do meio rural, devido a concentração fundiária, os próprios pais, sendo estes pequenos produtores, optam pela vender a terra em busca de emprego. Ou ainda o jovem migra para a cidade em busca de melhores condições. Teresinha Wessalowski e Luis Moretto apontam essa situação

Teresinha: Aqui de jovem que tem aqui, que ficou aí, só o Lucas. Num tem outros jovens aí ...e do seu Osvaldo aí, que tem uns que moram tudo ali por perto deles, mas a maioria aqui só velho, porque todo mundo, os jovem, todo mundo foram embora...

Luis: Eu não sei se serve isso de um alerta, ou é um pedido, é um... enfim... é... eu cabeí, cabeí falando que meu filho, se ele pudesse, ele taria no sítio também. Infelizmente por algumas políticas que não são muito convenientes, ou não tem... nem todo mundo tem acesso... há uma burocracia muito grande, pra se achegá a... teve programas bons... teve! Mas a burocracia é muito forte pra se achegá... adentrá, consegui um sítio, pra poder se né ... o nosso filho mais velho... se ele pudesse, taria aqui por perto também. (MORETTO; WESSALOWSKI, 2019).

Considerações Finais

A questão agrária no Brasil, marcada pela histórica concentração fundiária, juntamente com a modernização da agricultura, levou a exclusão de camponeses. Outra realidade diz respeito aos camponeses que venderam sua propriedade, partindo para as cidades. Em contrapartida houve várias formas de resistência por parte destes sujeitos, seja através dos movimentos sociais ou fora deles. Isto se reflete no Paraná e em Diamante do Sul.

Em Diamante do Sul este problema é visualizado na ocupação suburbana, a Área Verde. Até o final da década de 1990 estes camponeses trabalhavam em fazendas da região em condições de semiescravidão, em serviços de empreita, arrendários, meeiros, bóias-fria, entre outros. Por não terem acesso à propriedade da terra, migraram para a cidade, em busca de melhores condições. Contudo, vivem no tempo de hoje de forma precária.

Através das entrevistas, alguns jovens desejam continuar sua vida como camponeses, seguindo com os ensinamentos de gerações passadas. Por outro lado, há uma preocupação com a sua saída. Por conta da concentração de terra o jovem migra para as cidades, buscando outra fonte de renda. Percebe-se a necessidade de incentivos e políticas públicas para o pequeno produtor, sendo importante ainda para a permanência do jovem no campo.

Os camponeses que possuem a terra, lutam e resistem contra o agronegócio, mantendo-se da agricultura familiar. Através dos relatos de vida dos entrevistados, a terra significa vida, pois é dela que retira seu sustento, moradia e trabalho, ou seja, um meio de sobrevivência. Conforme relato de Izaias Amaral das Neves



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Izaias: Depois saí e estudei um pouco, mas voltei e cheguei a conclusão que a minha vida é aqui no campo, por essa questão da liberdade, da questão da saúde também, um ambiente mais saudável, isso me faz ficar o pé aqui e resistir aqui. A gente sabe que a vida, o nosso dia a dia aqui é muito sofrido, muito difícil, é... as possibilidades de crescimento econômico são muito complicadas, mas é... a gente tá num ambiente que a gente se sente bem e o campo pra mim é o melhor lugar pra gente viver né. (NEVES, 2019).

A terra também é importante para quem vive no meio urbano, garantindo o acesso à produtos com práticas de cultivo orgânico. Outra fonte de renda expressiva é produção do leite e da sericicultura, contribuindo para a economia do município.

Fontes orais

ANACLETO, Irene Rita, **Entrevista realizada por Paulo Koling, Núbia C. S. dos Santos e Vanessa Bueno Arruda**. Alto Cascudo - Diamante do Sul/PR, 08/06/2019.

KRIGUER, Irene Aparecida Maciel. **Entrevista realizada por Paulo Koling**. Herval Bonito, Diamante do Sul/PR, 05/08/2019.

MORETTO, Luis Antonio. **Entrevista realizada por Paulo Koling e Vanessa Bueno Arruda**. Localidade de Jaboticabal - Diamante do Sul/PR, 05/08/2019.

MOURA, João Valnir Lara de. **Entrevista realizada por Paulo Koling, Núbia C. S. dos Santos e Vanessa Bueno Arruda**. Alto Cascudo - Diamante do Sul/PR, 06/04/2019.

NEVES, Izaias Amaral das. **Entrevista realizada por Paulo Koling e Vanessa Bueno Arruda**. Pinhalito - Diamante do Sul/PR, 07/06/2019.

RAIMUNDA, Clemair. **Entrevista realizada por Paulo Koling, Núbia C. S. dos Santos e Vanessa Bueno Arruda**. Alto Cascudo - Diamante do Sul/PR, 06/04/2019.

RIBEIRO, Angelina. **Entrevista realizada por Paulo Koling, Edgar Smiderle e Vanessa Bueno Arruda**. Área Verde - Diamante do Sul/PR, 16/11/2018.

SANTOS, Osvaldo Ribeiro dos. **Entrevista realizada em sua casa, por Paulo Koling, Edgar Smiderle e Vanessa Bueno Arruda**. Área Verde - Diamante do Sul/PR, 17/11/2018.

WESSALOWSKI, Teresinha. **Entrevista realizada Paulo Koling e Vanessa Bueno Arruda**. Localidade de Jaboticabal - Diamante do Sul/PR, 05/08/2019.

Referências bibliográficas

IBGE. Censo Agropecuário de 2017.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

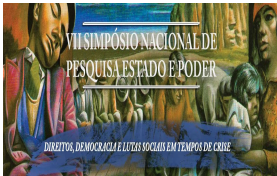
UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

INCRA. Estrutura Fundiária do Brasil em 2014.

IPARDES. **Caderno Estatístico Município de Diamante do Sul**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85408&btOk=ok>
Acesso em: 29 de out. 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: Movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Revista Estudos Avançados**, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf>> Acesso em: 29 de out. 2019.

ROOS, Djoni. **O aprendizado e resistência camponesa nos acampamentos e assentamentos de sem-terra em Quedas do Iguaçu – PR**. Dissertação de mestrado em Geografia. Francisco Beltrão: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2010.



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

**A UNIVERSIDADE SOB O “DESENVOLVIMENTO COM
SEGURANÇA”: CONTROLE E VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL
DURANTE A DITADURA DE 1964**

VERIDIANA BERTELLI FERREIRA DE OLIVEIRA¹

Resumo: Abordaremos a forma como o Estado impôs, por meio da violência e de uma estrutura de vigilância, a institucionalização do projeto de "Desenvolvimento com Segurança" nas universidades. Mostraremos, portanto, como isso foi instrumentalizado por meio de algumas medidas repressivas na Universidade Federal de Santa Catarina após o golpe de 1964. Entre essas medidas destacamos alguns exemplos dos expurgos diretos e indiretos, como as Comissões de Inquérito, a “Operação Limpeza” e o cerceamento às organizações coletivas, com cassações de mandatos. Alertamos, contudo, que isso não traça todas as formas de atuação, tendo ainda a censura às atividades culturais e científicas, a invasão da Universidade, as prisões e torturas, o direcionamento de verbas para determinados setores, o papel dos colaboradores e informantes, etc. Em suma, mostraremos apenas alguns dos mecanismos utilizados que contribuíram para a imposição de um projeto que reconfigurou as universidades após o golpe civil-militar de 1964.

Palavras-chave: Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento; violência institucional; UFSC.

O golpe civil-militar de 1964 foi a forma pela qual o Brasil fechou o ciclo da sua revolução burguesa (uma contrarrevolução preventiva, segundo Florestan Fernandes) e fez sua transição para o capital monopolista de forma dependente e associada. Essa nova forma de acumulação pressupunha a ampliação do papel do Estado nas questões econômicas e extra-econômicas e a adequação das instituições estatais, entre elas, as universidades.

E foi na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSN), de “segurança com desenvolvimento” que as ditaduras latino-americanas se basearam, segundo Padrós (2005, p. 52), com dois elementos fundamentais: o primeiro pela repressão decorrente da pressão do capital internacional e elites locais para imposição de um novo modelo de acumulação; e o segundo como resultado do avanço dos projetos reformistas ou revolucionários que resultaram na radicalização das contradições de classe.

Como um corpo orgânico de pensamento a DSN continha uma teoria de guerra, de revolução e subversão interna, geopolítica e econômica.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Unioeste e Técnica-Administrativa em Educação da UFSC.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Em sua variante teórica brasileira, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento constitui um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel do Brasil na política mundial, e um modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente. (ALVES, 1985, p. 26)

Uma doutrina na qual a questão da segurança se metamorfoseou da doutrina de *defesa* nacional [voltado às ameaças externas] para a doutrina da *segurança* nacional, entendendo-se essa como *segurança interna e externa* (Ianni, 1984, p. 64-65, grifos nossos). Significou, como afirma Dagostin et. al. (2007, p. 96), a transposição das leis aplicáveis aos estados beligerantes (externos) ao âmbito interno, na relação entre os indivíduos e o Estado, buscando a defesa da estabilidade da política interna, da manutenção das instituições e do desenvolvimento. Foi a partir da teoria da guerra total entre as duas superpotências que se construiu na América Latina a teoria da ameaça indireta do comunismo, preocupados com os movimentos sociais dos trabalhadores, enfatizaram a ameaça de subversão interna e de guerra revolucionária (Alves, 1984, p.33).

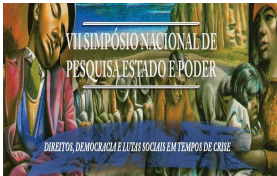
A guerra revolucionária levada a cabo pelo comunismo internacional abrangeria toda iniciativa capaz de desafiar as políticas de Estado, e não se limitavam mais às fronteiras territoriais entre países em guerra. (Alves, 1984, p. 37).

Segundo Padrós (2005, p. 19-25), essa proposta de “desenvolvimento com segurança” tinha como seus conceitos básicos: “inimigo interno”, “guerra interna”, “subversão”, “contrainsurgência”, “Estado como ser vivo”, “objetivos nacionais” etc. “Os regimes de Segurança Nacional (pese as particularidades de cada Estado nacional) foram o instrumento de reenquadramento dessas sociedades fortemente mobilizadas” (PADRÓS, 2005, p. 20) e indicaram um “estado de guerra permanente” contra um (suposto) “inimigo interno”, que podia ser qualquer indivíduo ou organização armada, política ou social de oposição aos interesses da ordem vigente.

Politicamente, o objetivo era aprofundar a associação com os Estados Unidos, destruir o “inimigo interno”, impor uma disciplina para garantir a estabilidade política, a desmobilização e a despolitização, assim:

destruir as organizações revolucionárias; desmobilizar e despolitizar os setores populares; aprofundar a associação com os EUA e os aliados internos da região; enquadrar os espaços político-institucionais (partidos, Congresso, sindicatos, grêmios estudantis, etc.); impor uma ordem interna disciplinadora de segurança e estabilidade; esvaziar o pluralismo político e interromper a dinâmica eleitoral (PADRÓS, 2005, p. 22).

E assim, o Estado organiza-se segundo a Doutrina da Segurança Nacional e Desenvolvimento, pondo e repondo na história da revolução burguesa o problema do Estado forte. No caso brasileiro os processos de transição não significaram uma ruptura definitiva com o passado e a atuação tendencialmente de forma autocrática e reacionária da burguesia nativa fazia parte do seu estilo de atuação histórica, identificando os setores subalternos como principais inimigos. Nesse sentido, uma Doutrina que coloca a necessidade de um



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Estado forte, que promova a defesa contra os “inimigos internos” já encontra terreno fértil para se desenvolver pela própria história de atuação da burguesia nativa.

Assim, a violência foi exercida em nome da “ordem e progresso”, como garantidor da paz e da segurança contra o “inimigo interno” e com objetivo de desenvolver a economia. E assim, buscou legitimar-se através da DSN e criou todo um aparato jurídico, tanto para moldar as instituições (como a Contrarreforma Universitária), como também justificador dos atos criminosos cometidos (como os atos institucionais e a propaganda).

No combate ao suposto inimigo todos os meios eram justificáveis. Portanto, a partir da centralidade da ideia de “subversão” e de combate aos “inimigos internos” que as políticas repressivas foram se desenvolvendo nas universidades. As universidades eram identificadas como local de proselitismo de propostas revolucionárias e recrutamento de militantes para a esquerda (Motta, 2014), portanto era necessária a intervenção “saneadora” para eliminar esses elementos “infiltrados”, bem como o enquadramento do movimento estudantil, que poderiam prejudicar o bom funcionamento e as adequações que se fariam necessárias nas instituições.

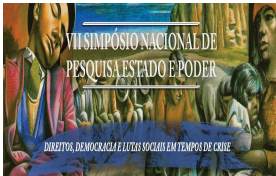
Partindo então desse cenário, organizamos o texto a partir da perspectiva de “saneamento” das instituições, que atingiu indivíduos considerados “subversivos” e perigosos por suas ideias e militância, e que poderiam “contaminar” a Universidade; e a partir da perspectiva de limitação à ação coletiva com algum viés crítico, neste caso, o cerceamento ao movimento estudantil.

Assim, a partir das fontes documentais apresentamos apenas alguns exemplos ilustrativos desses dois momentos, sem nos preocupar com uma apresentação cronológica, já que esses diferentes dispositivos foram utilizados ao longo de todo o período, e sem sermos exaustivos nos exemplos, buscando mostrar em movimento algumas possibilidades de instrumentalização dos mecanismos repressivos e de controle ao longo da ditadura, por meio dos expurgos diretos e indiretos, a não contratação por motivos políticos e do cerceamento às organizações coletivas².

Poderíamos tipificar outras formas de violência, como as prisões, torturas, invasões ao campus universitário, censura às atividades científicas e culturais, entre outros, ou ainda a incorporação de militares aos quadros da universidade, a introdução da disciplina de Estudos dos Problemas Brasileiros, o Ciclo de Estudo da Escola Superior de Guerra com participação de professores da UFSC, o direcionamento das verbas para determinados setores, a estruturação de todo um sistema de vigilância, etc., mas isso exigiria uma argumentação mais detida que o espaço deste artigo não comporta.

Advertimos, contudo, que o processo de repressão foi utilizado com diferentes intensidades ao longo da ditadura, ainda que tenha sempre estado presente. Num primeiro momento, entre os anos de 1964 e 1967, segundo Mansan (2014, p. 124), os órgãos externos às instituições eram os responsáveis pela vigilância, como o DOPs, SNI etc., contando com a colaboração de agentes internos, como reitores, as Comissões de Investigação ou de Inquérito formadas a partir de 1964 para os expurgos, ou ainda de delatores, todos sob

² Este artigo se baseia nas discussões realizadas na dissertação de mestrado “A UFSC na ditadura civil-militar: um projeto autocrático de “desenvolvimento com segurança” (2018), no qual apresentamos um quadro mais amplo e comparativo com outras 3 universidades: UFBA, Unicamp e UnB. Para uma discussão mais aprofundada e detalhada, consultar a dissertação.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

coordenação do Ministério da Educação. O período datado de 1967 até 1979 compreendeu a complexificação da repressão e do serviço de inteligência, efetivado a partir da internalização institucional da vigilância nas instituições, seja através da DSI/MEC ou mesmo da Comissão de Investigação Sumária do MEC (CISMEC), das ASIs nas delegacias regionais do MEC (DEMEC) ou das ASIs na estrutura das próprias universidades. É nesse período que houve o aprofundamento da ostensividade da vigilância, que buscava desincentivar comportamentos considerados inadequados. Já entre 1979 e 1988, buscou-se ações mais discretas visando evitar as críticas durante o período de transição pelo alto.

Expurgos diretos e indiretos

O expurgo foi a forma encontrada pelas instituições, nesse caso, as universidades, de expulsar e eliminar dos seus quadros aqueles indivíduos considerados “subversivos” e uma ameaça à ordem ditatorial. Os motivos para ser enquadrado como “subversivo” podem ser variados, mas os principais são político-ideológicos, como a filiação a determinados partidos ou organizações, a militância em causas populares até a crítica ao regime ou solidariedade com colegas expurgados³. Os expurgos foram realizados por meio de demissões, rescisões contratuais, aposentadoria compulsória, a não renovação dos contratos, no caso dos trabalhadores, ou a expulsão, no caso de estudantes.

Mas para além dos expurgos diretos, percebe-se que muitos foram indiretos e, portanto, de difícil contabilização, quando por pressões ou por medo os próprios professores ou técnico-administrativos pedem demissão ou o estudante deixa de frequentar as aulas. Outra forma utilizada era manter o “subversivo” preso ou obrigando-o à clandestinidade e, assim, demiti-lo sob a justificativa do mecanismo administrativo de abandono de cargo ou das aulas.

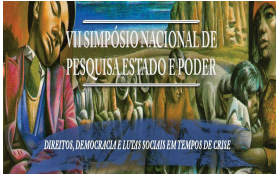
A primeira medida após o golpe de Estado foi a edição do Ato Institucional nº 1, em 09 de abril de 1964 com a cassação de direitos políticos e a suspensão das garantias constitucionais de estabilidade. Em 1968, repete-se novamente a cassação de direitos políticos e a estabilidade com a edição do Ato Institucional nº 5.

Os atos institucionais, assim como os decretos e demais legislações impostas durante a ditadura buscavam legitimar seus próprios atos, inclusive de violência, além da institucionalização das medidas para reorganização do Estado brasileiro, como a contrarreforma universitária de 1968.

Essas cassações realizadas a partir dos Atos Institucionais também atingiram setores universitários⁴, local onde foram instituídas Comissões de Inquérito ou Sindicância específicas com objetivo de investigar servidores e estudantes⁵ (Motta, 2014, p. 23-64), e foram chamadas de “Operação Limpeza”.

⁴ No relatório da Comissão da Memória e Verdade da UFSC constam os cassados com a edição dos Atos Institucionais e alguns casos específicos. (Relatório CMV-UFSC, 2018, p. 205-214)

⁵ No dia 19 de abril de 1964 o Ministro da Educação editou a portaria nº 259 e encaminhou aos reitores determinando que as universidades instaurassem inquéritos administrativos por meio de investigações sumárias.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

A cada instituição coube constituir suas próprias comissões e definir internamente a sua forma de funcionamento. Em cada universidade variava a composição, a forma de indicação de membros, o funcionamento, o grau de “transparência” e o resultado das Comissões. Mas não houve como pressuposto o devido direito de defesa no caso das “investigações” dos servidores públicos, partindo-se da presunção de culpa, nesse caso, de “subversão”:

Ao contrário dos inquéritos que tramitaram nas Justiças Militar e Civil, os processos de expurgo no serviço público não respeitaram o devido direito de defesa dos acusados, afastados a partir da presunção de serem subversivos ou corruptos (MOTTA, 2014, p. 55).

No caso da UFSC foram formadas três Comissões de Inquérito em decorrência do AI-1⁶. Uma Comissão de Inquérito para apurar atividades subversivas de professores, funcionários e estudantes, uma segunda Comissão específica para os funcionários da Reitoria e uma terceira para os estudantes latino-americanos que estudavam na UFSC.

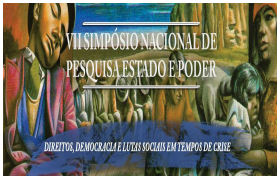
A Comissão de Inquérito (Portaria 79/64 de 02/05/64) para investigar professores, funcionários e estudantes solicitou relatórios dos Diretores de cada uma das Faculdades sobre as possíveis atividades subversivas e contou ainda com depoimentos e documentos da Reitoria, do DOPs, do 14º Batalhão, do Comando do 5º Distrito Naval e Secretaria de Segurança Pública. Segundo o Relatório da Comissão da Memória e Verdade da UFSC:

Era possível deparar-se com militares transitando pelas faculdades, especialmente pelos corredores do “Palácio da Reitoria”, haja vista o desabrido entrelaçamento dos trabalhos investigativos entre civis e militares, com intensa troca de informações então tidas como “confidenciais”. Papéis com nomes e dados pessoais de professores, alunos e funcionários passavam da Universidade para os militares e destes, acrescidos de informações sigilosas, para a Universidade, numa perturbadora e insana ciranda acusatória (Relatório CMV-UFSC, p. 59).

A segunda Comissão foi formada especificamente para “instauração de processo de investigações [...] contra funcionários da Reitoria da Universidade de Santa Catarina” (Portaria 11/64 CI de 19/05/64, grifos nossos). Assim, investigou especificamente funcionários da Reitoria que eram suspeitos ou haviam sido mencionados em alguma documentação oriunda do DOPs, do 14º Batalhão de Caçadores ou do Comando do 5º Distrito Naval, e por isso os mesmos foram investigados.

Neste sentido se percebe a estreita relação entre as Comissões de Inquérito e os distintos setores de informação e repressão no Estado que são mantidas, além da troca de informações e retroalimentação destes setores. A Comissão de Inquérito pede informações de órgãos externos sobre determinados indivíduos considerados suspeitos, e a depender da

⁶ Está sob a guarda do Arquivo Central da UFSC o Fundo Aberto intitulado “Comissões de Inquérito” que abrange o período de 1964-1985.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

resposta e das investigações, devolve a estes órgãos externos para abertura de Inquéritos Policiais Militares (IPMs). Em alguns outros casos são os próprios órgãos externos que encaminham nomes para a Comissão abrir processo de investigação, e em caso de confirmação dentro da UFSC, devolvido a estes órgãos.

No caso da Comissão da UFSC teve caráter espetaculoso, que mobilizou os Diretores de todas as Faculdades, os Presidentes de todos os Diretórios Acadêmicos, além de ouvir depoimentos de centenas de pessoas, entre professores considerados idôneos como testemunhas (como a presidente da Campanha da Mulher pela Democracia e o Reitor Ferreira Lima) ou os investigados. Além disso, do total de 98 depoimentos, apenas 6 foram de defesa dos indiciados (Relatório CMV-UFSC, p. 62). Isso já demonstra o caráter seletivo dos depoimentos solicitados e, assim, a intencionalidade da Comissão.

No entanto, por contraditório que seja, se por um lado envolveu um grande número de membros da comunidade universitária e uma intensa troca de informações com órgãos de vigilância e repressão no estado de Santa Catarina, por outro o caráter da Comissão era confidencial. E este caráter foi utilizado para negar o acesso aos documentos do processo para um dos investigados, ao despachar que “dado o caráter sigiloso dos trabalhos desta Comissão, indefiro pedido” (Ofício 108/64 de 02/06/64). Ou seja, negou o seu direito de defesa, tendo em vista que naquele momento o investigado estava preso no 14º Batalhão de Caçadores em decorrência do golpe.

Assim, para além dos indiciamentos temos ainda o envio de nomes para o 14º Batalhão de Caçadores para serem posteriormente investigados. Um dos militares responsáveis pelos IPMs no Batalhão também se tornou professor da UFSC.

A segunda Comissão, específica para funcionários da Reitoria, concluiu que a posição do Bacharel Carlos Alberto Silveira Lenzi “é de molde a ser apurada em IPM, pelas implicações que pode ter com a Lei de Segurança Nacional” e “que a sua situação funcional só pode ser objeto de qualquer medida depois das conclusões de um IPM” (Relatório 8/64 de 15/06/64). Portanto, assim como da Comissão Central, remeteu a documentação ao 14º Batalhão de Caçadores que é o responsável pela instauração dos IPMs em Florianópolis.

A terceira Comissão foi formada a pedido do Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, e denominada “Comissão Especial de Inquérito para apurar responsabilidade de caráter subversivo de estudantes latino-americanos” na UFSC. Foi solicitada a relação de alunos latino-americanos por faculdades (no total de 19, em sua maioria bolivianos e paraguaios), convocados para depor os diretores das Faculdades e dos Diretórios Acadêmicos, além dos próprios estudantes investigados. Foi ainda feita consulta ao Coronel Danilo Klaes da Secretaria de Segurança Pública e ao DOPs, que enviou documento de que nada consta a respeito dos mesmos. Nesse caso, nenhum estudante foi penalizado.

Portanto, os resultados das duas primeiras Comissões foram o indiciamento e encaminhamento para que os setores militares aplicassem as punições cabíveis e sugestões de nomes para investigações pelos militares. Foram enquadrados tanto no Ato Institucional nº 1 como na Lei de Segurança Nacional, a depender do caso. Além disso, alguns dos indiciados já estavam presos pelo AI-1, como Francisco Mastella, Presidente do Diretório Central dos Estudantes – FEUSC.

Mas nem tudo se passava nas Comissões de Inquérito ou pelos Órgãos Deliberativos da UFSC, e nem toda ação era registrada formalmente por motivação política/ideológica,



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

muitas vezes se utilizava de artifícios administrativos, como veremos no prontuário de Luiz Henrique Mendes Campos, que detalha sua destituição pelo professor General Jaldyr Faustino, quando Diretor da Faculdade de Filosofia, sem ser necessário utilizar nenhuma legislação federal:

Informante - Vice-Diretor da Faculdade de Filosofia da USC, Gal. JALDYR FAUSTINO. Antes da Revolução de 1.964, era Presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia o estudante LUIZ MENDES CAMPOS, comunista. Em virtude disso o Diretório era um foco constante de Agitação. [...] Após a Rev, foi empossado novo Diretor e a Congregação elegeu Vice-Diretor, por unanimidade, Gal FAUSTINO. Aproveitando a situação post-revolucionária e como o Diretório estivesse totalmente infiltrado por comunistas, tendo motivado até o licenciamento do Diretor, o Vice-Diretor ao assumir, o fechou e nomeou nova diretoria para o mesmo. Com o fechamento da Diretoria [cassação do Diretório Acadêmico], LUIZ MENDES CAMPOS ficou sem ação alguma, do que se aproveitou a Direção da Faculdade para, *por motivos Administrativos, destituiu-lo da função federal que exercia (ACT ACE 3103_82_001, p. 60-61).*

No seu prontuário é apresentado como comunista e agitador do movimento estudantil. Neste único prontuário podemos perceber o papel dos militares dentro da Universidade. Como os setores que apoiaram o golpe foram beneficiados com a ocupação de cargos, neste caso sua “eleição” para vice-diretor; seu papel de interventor no movimento estudantil, fechando o Diretório Acadêmico e nomeando nova diretoria; e a partir da desarticulação do movimento estudantil, a utilização de artifícios administrativos para justificar ações de perseguição política; e finalmente seu papel de interlocutor e informante junto aos setores externos na UFSC.

Além desses expurgos, houve esse segundo momento de expurgos com a edição do Ato Institucional nº 5 em 1968, mais abrangente que o primeiro e que se desenrolou nas universidades. Neste momento foi criada a Comissão de Investigação Sumária do MEC (CISMEC) que tinha, segundo Motta (2014, p. 148-184), a função de reunir dados dos diferentes órgãos de informação e repressão, como DOPs, SNI, entre outros, sobre professores e funcionários considerados subversivos, recomendando dezenas de aposentadorias com base em argumentos anticomunistas. Essa lista era encaminhada ao presidente para sanção. Mas ainda que esse dois tenham sido os principais momentos, os expurgos foram sendo realizados em diferentes momentos, como observamos, a partir do Relatório da CMV-UFSC (2018), onde foram identificados alguns casos de demissão ou não contratação⁷:

Para as demissões, destacam-se os casos dos professores Aldo Ávila da Luz, Eugênio Doin Vieira, Osmar Cunha após o AI-5, o professor Gerônimo Vanderlei Machado em 1972, o servidor Valci Lacerda e o

⁷ A CMV alerta que não foi exaustiva e só citaram os casos estudados de forma mais aprofundada.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

professor Wilson Rosalino após a Operação Barriga Verde [1973], o professor João Soccas em 1978; para as não-contratações, os casos de Eglê Malheiros, Gerônimo Wanderley Machado, Pedro de Castro, Valmir Martins (Relatório CMV-UFSC, 2018, p. 205).

Como se pode observar, os expurgos identificados pela Comissão da Verdade foram realizados em decorrência do AI-5, mas continuaram acontecendo em outros momentos.

Dois lados da mesma moeda, associado aos expurgos também tivemos ações preventivas para evitar a “contaminação” da universidade. Por um lado, expulsar os “subversivos” para “saneá-la”, de outro, impedi-los de entrar nas instituições para “infectá-las”, seja como estudantes ou trabalhadores.

No prontuário de Solange Donner Pirajá Martins consta carta endereçada ao Chefe do SNI no ano de 1973 questionando sua não contratação como auxiliar de ensino da UFSC por motivos políticos:

Alega a nominada, em carta endereçada, em 2 Abr 73, ao Exmo Sr Gen Chefe do SNI que: "Em princípios de março deste ano fiz concurso na Universidade Federal, como candidata a uma vaga de Auxiliar de ensino. Apesar de haver obtido na Banca Examinadora notas 10 nas três provas a que fui submetida *fui preterida em favor de candidato com média muitíssimo inferior*. A razão veladamente alegada para a decisão. Injusta para mim e inconveniente para a instituição universitária, foi de que eu teria sido *vetada pelo SNI*" (ACT ACE 3007_82, grifos nossos).

Em relação a essa manifestação, o parecer do SNI foi pelo acerto da sua não contratação. Portanto, a tese de não contratação por motivações políticas se confirmou.

No que se refere a não liberação da nominada, para Auxiliar de Ensino da UFSC, em março de 1973, decorrente, ao que tudo indica, de informações negativas da DCI/SSI/SC e da *própria AESI/SC*, a Agência é de parecer, que muito embora não tenha opinado sobre o assunto, foi uma *medida acertada, justa e conveniente* para a Instituição Universitária (ACT ACE 3007_82).

Podemos observar aqui um dos pontos que iremos abordar: o papel do setor de vigilância criado dentro das próprias instituições. Nesse caso, a própria Assessoria Especial de Segurança e Informações da UFSC (AESI/UFSC), não só obteve informações como indicou pela sua não contratação, o que de fato aconteceu. Em vista disso, o aparato de repressão e controle vai além do papel das Comissões de Inquérito instituídas nas universidades, atuam concomitantemente muitas outras formas de perseguição, usando inclusive de artifícios burocráticos como supostos “motivos administrativos”.

Cerceamento às organizações coletivas



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Um dos principais alvos a serem combatidos nas universidades eram os movimentos sociais, principalmente o estudantil. Era por meio das entidades que os estudantes se organizavam para reivindicar e combater as políticas ditatoriais. Se organizavam por cursos, por universidades e eram representados nacionalmente pela União Nacional de Estudantes. Essas entidades, no período que antecede ao golpe, tem uma intensa atuação em defesa de reformas democratizantes nas universidades e na política educacional como um todo, vinculada a um projeto “nacional-popular”.

Assim, não surpreende que uma das primeiras medidas adotadas foi a cassação de mandatos e o fechamento de entidades. Posteriormente, foram sendo editados decretos (como Lei nº 4.464/64 ou Decreto 477/69) que buscavam definir a forma de organização, a atuação das entidades e as punições passíveis de serem aplicadas em caso de descumprimento.

Na UFSC não seria diferente, logo após o golpe o Reitor Ferreira Lima propôs a cassação dos mandatos da Diretoria do Diretório Central – FEUSC, recorrendo para isso a argumentos sobre as atividades anteriores do Diretório, como greves e manifestações, sua proximidade com o movimento sindical e, portanto, em desacordo com a nova situação do país após o golpe (chamada de Revolução). Ressalta-se nesta fala que os estudantes teriam incitado os operários grevistas, portanto um papel ativo nas atividades agora consideradas subversivas.

Com a palavra, o Magnífico Reitor declarou que com a implantação do *Ato Institucional* que estabelece a possibilidade de cassação de mandatos, direitos políticos, retirando inclusive certos direitos relativos a vitaliciedade, estabilidade, etc. Em sua opinião de Reitor, existe um órgão na Universidade, cujos membros estão incompatibilizados com a situação atual, e, embora a contra gôsto, mas acha-se no dever de manifestar isso perante o Conselho Universitário para que o mesmo delibere como julgar conveniente. [...] Este órgão é o Diretório Central dos Estudantes – FEUSC [...] O Conselho devia providenciar a *cassação dos mandatos da atual Diretoria, conforme dispõe o Estatuto*. Poderia citar, primeiro, face a prisão do Presidente do Diretório, já incompatibilizava o restante da Diretoria da FEUSC [...] em segundo lugar o Diretório esteve presente *em todas essas manifestações anteriores ao movimento revolucionário, greves*, havendo mesmo manifestação em jornal da FEUSC – “*A Reforma*”- e, na própria posse da Diretoria, em que esteve presente, verificou-se que estavam presentes representantes do *CGT, na mesa, de representantes de diversos Sindicatos de Operários, na greve do DER e DOP*, os membros da FEUSC tiveram atividades proeminentes *incitando* os operários, convidando-os a tomar refeições no Restaurante Universitário (Ata do CUn de 22/04/64, livro 2, p. 120, grifos nossos).

Observa-se nessa fala que a cassação dos mandatos, nesse caso, não vai se basear no AI-1, ainda que este seja usado como justificativa, mas na própria legislação da Universidade, que prevê essa possibilidade. O Regimento da UFSC previa essa atribuição



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

do Conselho Universitário (CUn) de “reconhecer, suspender ou cassar reconhecimento ao Diretório Central dos Estudantes, ou a Instituição que, com outro nome, tiver a sua finalidade” (item v do artigo 18 do Regimento, grifos nossos). Além disso, previa que cabia ao CUn a aprovação do Estatuto da entidade e sua prestação de contas, que deixa claro o intuito de controle do movimento estudantil.

E baseado nas justificativas expostas acima, o Reitor propõe a cassação de mandato da Diretoria e a nomeação de um estudante para convocar novas eleições, deixando claro que a chapa eleita não poderia estar vinculada à situação anterior, qual seja, de atividades consideradas “subversivas”.

1º - Cassação do mandato dos atuais membros da diretoria da FEUSC; 2º - Se nomeie a estudante, de livre nomeação do Conselho, para que êle, dentro de uma semana, convoque Assembleia Geral dos Estudantes para a eleição da nova diretoria da FEUSC, que esteja naturalmente, *desvinculada* da situação anterior (Ibidem, p. 121, grifos nossos).

Na UFSC houve o recebimento de telegrama de 17/08/65 do Ministro de Educação Flávio Suplicy de Lacerda: “Peço informações sobre eleição Ivo Eckert implicado em IPM” e ainda um segundo telegrama da mesma data informando que “como notícias que me chegam meios estudantis Florianópolis causam apreensões recomendei sindicância pela Diretoria Ensino Superior contando sua completa colaboração” (Ata do CUn, livro 2, p. 324). Tratava-se das eleições para o Diretório Acadêmico do Direito na qual Ivo Eckert concorria à presidência. Deste episódio, houve uma invasão da Polícia na Faculdade de Direito, conforme Relatório da CMV-UFSC:

O jornal A Gazeta trouxe a notícia em sua contracapa sob a manchete “DOPS intervém nas eleições da Diretoria do CAXIF”, destacando que “Transcorria a eleição normalmente, quando ali chegou um choque da Delegacia de Ordem Política e Social apossando-se das urnas, intervindo assim, no pleito estudantil (Relatório CMV-UFSC, p. 69, grifos do autor).

Neste caso, a intervenção direta de organismos externos à Universidade, desde o Ministério da Educação até a tropa de choque da Polícia Militar invadindo o campus e recolhendo as urnas.

As intervenções, cerceamentos e conflitos com o movimento estudantil continuaram ao longo do tempo, como foi denunciado na sessão do CUn de 26/03/69. Os militantes do DCE começaram a entregar formulário para os estudantes no Restaurante Universitário (RU) quando foram impedidos de continuar por ordem da reitoria. A justificativa do Reitor foi não ter tomado conhecimento prévio da distribuição e do conteúdo, e que nada disso teria acontecido se tivessem solicitado permissão, apesar de achar que o RU não era ambiente próprio para tal. Este caso demonstra a tentativa de controle não só do conteúdo, mas do próprio contato dos estudantes vinculados ao Movimento com os demais, já que o RU é um dos espaços que concentra o maior número de estudantes dos diferentes cursos.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

E só foi possível aprovar a Reforma na UFSC, cujos resultados foram apresentados em 1969, com a intervenção direta nas eleições estudantis pelo impedimento de várias candidaturas na eleição do DCE, o que garantiu a vitória da chapa concorrente, ou “chapa da reitoria”.

Outro exemplo tem relação com a aprovação da Contrarreforma universitária da ditadura. Em 22/08/1969 ocorreram as eleições para o DCE e no dia anterior à eleição o Reitor Ferreira Lima emitiu a Portaria 142/69, na qual, considerando o decreto-lei nº 228/67 e que os Órgãos de Informação e Segurança do Governo encaminharam documentos que impediam a participação de determinados estudantes nas eleições dos órgãos de representação estudantil, declarou os mesmos inelegíveis e, portanto, nulos os votos a eles outorgado.

Os estudantes entraram com recurso contra a Portaria ao CUn em 30/08/69 alegando que a portaria, emitida um dia antes das eleições, prejudicou a chapa e garantiu a vitória da concorrente. A reitoria, então, fez algumas considerações. Que depois de registradas as duas chapas, por recomendação de órgãos superiores e diante do momento em que atravessa o país, encaminhou documento solicitando informações ao SNI e recebeu resposta, em documento secreto, que alguns daqueles nomes estavam impedidos por motivos expressos nos prontuários. Restavam então duas alternativas: impedir que fossem votados ou admitir a sua eleição para depois cassar os mandatos enquadrando os estudantes no Decreto-Lei nº 477/69 com todas as decorrências graves. Optou então pela primeira solução. Disse ainda que alertou os acadêmicos dos riscos que poderiam advir se porventura houvesse intransigência.

Aqui foi utilizada a referência ao Decreto nº 477/69, considerado o AI-5 das universidades e que previa uma série de penalidades àqueles considerados subversivos. Observamos ainda a relação entre os órgãos de informação e a reitoria da Universidade, e a rapidez de comunicação. Finalmente foi o tipo de intervenção que garantiu a eleição da chapa concorrente, ou seja, impediu várias candidaturas de uma chapa no dia anterior das eleições e tornou nulo os votos a ela destinados. Na prática, elegeu a chapa concorrente, intervindo diretamente nas eleições. Importa observar que esta eleição ocorreu no ano em que se “discutiu” e se aprovou o projeto de contrarreforma universitária da UFSC e que, por conta da intervenção, contou com a colaboração dos membros do DCE, com “valiosas sugestões”. Portanto essa intervenção no movimento estudantil também teve caráter preventivo visando garantir um ambiente colaborativo da entidade estudantil para a institucionalização deste projeto de universidade, aprovado de cima para baixo.

Elencamos apenas alguns dos exemplos de intervenção da reitoria ocorridos na UFSC e a dinâmica era sempre a confirmação dos atos do Reitor Ferreira Lima pelos órgãos deliberativos. Portanto, seja antes ou depois do golpe, a dinâmica de funcionamento continuou a mesma, ainda que os elementos repressivos fossem utilizados com muito mais frequência após o golpe.

Uma peculiaridade é que uma boa parte dos estudantes punidos o foram a partir dos próprios regimentos internos das universidades, alterados com objetivo de endurecer as punições, e não necessariamente pelo Decreto nº 477/69, por exemplo. Assim, a própria legislação repressiva se diluía e se escamoteava internamente nas instituições. A peculiaridade da UFSC é que sua legislação, desde a fundação em 1962, já previa a



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

possibilidade de cassação de mandatos, ainda que tenha sido adaptada às legislações federais ao longo do tempo. Essa punição por meio de mecanismos internos foi utilizada pelos reitores como uma alternativa ao uso do Decreto nº 477 e como forma de evitar maiores desgastes políticos.

Os expurgos, prisões, aposentadorias compulsórias, invasões de *campus* ou moradias estudantis, a amplitude do conceito de “subversivo”, fazem parte do arsenal coercitivo e repressivo que cria um ambiente de medo, desconfiança e terror permanente, pois qualquer um, independente do grau de conformismo, pode ser identificado como o “subversivo”, e isso contribui para a própria justificação do aparato de vigilância e repressão, pois o inimigo poderia estar em qualquer lugar.

Além disso, é relevante trazer à tona os elementos elencados por Ianni (1984) que aponta para a dispersão burocrática da execução desta política. Uma vez criados os setores repressivos nas universidades, instituídas as disciplinas e os mecanismos de coerção e repressão, o quadro administrativo poderia executar tais atividades como se fossem meras atividades burocráticas. Os ritos já estavam criados e a comunidade acadêmica moldada e amordaçada pelo medo, assim os militares poderiam ser substituídos por um quadro funcional aparentemente técnico e cumpridor da ordem estabelecida pela violência.

Importa ressaltar que muitas dessas estruturas criadas ou reformuladas baseadas na DSN têm seus desdobramentos nos dias atuais, como nas próprias instituições universitárias. Na UFSC, tentou-se realizar uma estatuinte na década de 80, mas ela não foi adiante, não conseguindo alterar mais do que a missão da Universidade. Até hoje mantém-se no Estatuto da UFSC que é vedado aos representantes dos estudantes nos órgãos deliberativos promoverem atividades político-partidárias. Ademais, em caráter geral, podemos exemplificar essa situação a partir da forma de escolha do Reitor, de quem pode se candidatar, a composição dos órgãos colegiados, a proporcionalidade prevista, entre outros.

Fontes:

Livro de Atas do Conselho Universitário, livro 2 e 3, Coordenadoria do Arquivo Central, Fundo Órgãos Deliberativos Centrais, UFSC, 16/08/63 a 10/04/75.

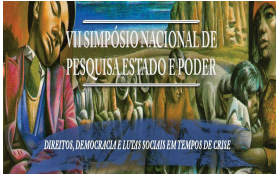
Comissões de Inquérito, Coordenadoria do Arquivo Central, Fundo Gabinete do Reitor/Procuradoria Geral, UFSC, 1964 a 1985.

Relatório final da Comissão da Memória e Verdade da UFSC, Florianópolis, fevereiro de 2018.

Universidade Federal de Santa Catarina, Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações, DF.

Referências bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1985.



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

DAGOSTIM, Leonardo Denez, et al. *Terrorismo de Estado*. Em Debate: Revista Digital, Florianópolis, nº 3, 2007, p.87-102.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. RJ: Editora Zahar, 1976.

IANNI, Octavio. *O ciclo da revolução burguesa*. RJ: Editora Vozes, 1984.

MANSAN, Jaime Valim. *Subversivos. ditadura, controle social e educação superior no Brasil (1964-1988)*. Tese de doutorado: PUCRGS, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. RJ: Zahar Editores, 2014.

OLIVEIRA, Veridiana Bertelli F. *A UFSC na ditadura civil-militar: um projeto autocrático de “desenvolvimento com segurança”*. Dissertação de mestrado: UNIOESTE, 2018.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tese de Doutorado: UFRGS, 2005.



ENTRE A LIBERDADE E A PROPRIEDADE: UMA ANÁLISE SOBRE O DEBATE ABOLICIONISTA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

VERIDIANA CENI DE MELLO¹

Resumo: O presente trabalho integra uma pesquisa mais ampla que venho desenvolvendo através da rede de pesquisa PROPRIETAS, intitulada Agricultura, escravidão e resistência: abolição e abolicionismo no Paraná da segunda metade do século XIX (1860-1889). Ao entrar em contato com as fontes, o documento que analisarei no presente trabalho teve destaque por uma série de motivos, como o fato de todo processo ser anexado ao relatório do Ministério da Agricultura Comércio e Obras Públicas, em 1876, bem como a presença de figuras de destaque e renome na fonte, como Machado de Assis e a própria Princesa Isabel. O documento é permeado pela discussão da propriedade e da escravidão, gerando um forte debate entre esses dois direitos, garantidos pelas leis presentes no Brasil da segunda metade do século XIX. Anexado ao relatório do MACOP de 1876 como um “Aviso de 30 de setembro de 1876” o documento apresenta a discussão sobre o direito à liberdade ou não de três escravos de José Pereira da Silva Porto, que haviam ganhado a liberdade devido ao fato de que José não matriculou os escravizados até a data estipulada pelo Estado. Contudo, o dono dos escravos recorre à justiça para reclamar seus direitos gerando um debate que se pauta em cima da lei n. 2040, de 28 de setembro de 1871, também conhecida como Lei do Ventre Livre. Desse modo, buscaremos, por meio desse debate compreender a discussão que se gerou em torno da pauta abolicionista buscando não deixar de lado, no entanto, os acontecimentos que influenciavam diretamente nessa discussão

Palavras-chave: Escravidão; Propriedade; Liberdade.

Introdução

O presente trabalho buscará abordar uma análise de fonte apresentada em uma das comunicações do VII Simpósio de Estado e Poder, propondo dar conta de questões que ficaram em falta durante a comunicação, e dos apontamentos e questões formuladas no debate. O trabalho integra parte da pesquisa de iniciação científica vinculada a rede PROPRIETAS. E tem como foco, assim como a maioria dos trabalhos da rede, abordar a propriedade em suas diversas facetas. No referido trabalho observamos, principalmente, as noções de propriedade que são apresentadas nos discursos desenvolvidos ao longo do documento. Acredito que para estabelecermos um bom parâmetro de discussão é necessário

¹ Estudante de Graduação em História – Unioeste e bolsista da rede de pesquisa PROPRIETAS.



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

primeiramente realizar um apanhado sobre a ficha técnica da fonte e também sobre o conteúdo encontrado nela. Posteriormente a isso, irei desenvolver alguns conceitos e problemas mais específicos para então partirmos para a discussão da análise.

Fonte e análise

A fonte consiste em um aviso anexado aos relatórios do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (MACOP) do ano de 1876. Nesse período, o ministro responsável pelo ministério era Thomas José Coelho de Almeida. Grande proprietário de terras, também era membro do Partido Conservador e teve grande influência política pela autoridade do barão de Miracema que exercia controle político nos Campos dos Goytacazes, que se localiza no Rio de Janeiro. Além disso, é considerado fundador da escola militar do Rio de Janeiro, demonstrando, além da influência política, grande importância militar. Ao longo do processo, Almeida aparenta buscar se distanciar da discussão, apresentando apenas as defesas e opiniões de terceiros sobre o caso que descreverei a seguir.

Pois bem, tendo em vista a temporalidade na qual a fonte foi escrita e o responsável principal pela sua produção podemos iniciar a discussão sobre o conteúdo e debate contidos no documento. A fonte trata sobre a legitimidade ou não da “rematrícula” de três escravos do Sr. José Pereira da Silva Porto, que não realizou a matrícula de diversos de seus cativos até o prazo estipulado pelo decreto 4835 de 1º de dezembro de 1871, o qual determinava que os escravos que não fossem matriculados de 1º de Abril até 30 de Setembro de 1872 seriam considerados libertos. Como podemos observar na íntegra:

Art. 10. Os funcionarios encarregados da matricula, em conformidade do art. 8º, logo que, por communicação da autoridade superior, ou pelo Diario Official, tiverem conhecimento da publicação deste Regulamento, mandarão annunciar pela imprensa, e por editaes affixados nos lugares mais publicos do municipio, que a matricula dos escravos, ordenada pelo art. 8º da Lei nº 2040 de 28 de Setembro do corrente anno, achar-se-ha aberta, na respectiva repartição fiscal, desde o dia 1º de Abril até 30 de Setembro de 1872, devendo ir inserta nos annuncios e editaes a integra do § 2º do citado art. 8º (BRASIL. Decreto nº 4.835, de 1 de Dezembro de 1871)

No entanto, no artigo 19 do mesmo regulamento consta também que ao proprietário é possível recorrer a matrícula tardia de seus escravos contanto que prove:

Art. 19. Os escravos que, por culpa ou omissão dos interessados, não forem dados á matricula até o dia 30 de Setembro de 1873, serão por este facto considerados libertos, salvo aos mesmos interessados o meio de provarem em acção ordinaria, com citação e audiencia dos libertos e de seus curadores:



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

1º O domínio que têm sobre elles;

2º Que não houve culpa ou omissão de sua parte em não serem dados á matricula dentro dos prazos dos arts. 10 e 168º (BRASIL. Decreto nº 4.835, de 1 de Dezembro de 1871)

Portanto, compreende-se que a discussão da fonte gira toda em torno da liberdade dos escravos versus a propriedade do senhor. José P. da Silva Porto recorre a justiça, utilizando-se do artigo 19, e como era de se esperar ganha a causa em seu favor. No entanto, a discussão se inicia quando é observado que não foi realizada a apelação *ex-officio*. Que, segundo a própria Lei do Ventre Livre, deve ser realizada em todas as “causas em favor da liberdade”;

Art. 7º Nas causas em favor da liberdade:

§ 1º O processo será *summario*.

§ 2º Haverá *appellações ex-officio* quando as decisões forem contrarias á liberdade. (BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de Setembro de 1871)

Ao lermos outros casos, encontrados nos mesmos relatórios percebemos que essa brecha dada pela justiça, normalmente é causa ganha para o senhor. Devemos então, pensar como uma lei que advoga em favor da liberdade concede tamanha abertura para os senhores recuperarem seus escravos. Lembrando também que, para realizar a matricula de escravos é necessário o pagamento de uma taxa, que é voltada para o fundo da escravidão.

Tendo em vista esses aspectos, podemos compreender um pouco melhor as possíveis intencionalidades do senhor em não realizar a matricula de seus escravos, e também observar como ainda que estivéssemos passando por um longo processo de abolição da escravatura, a disputa de poderes conservadores e mais progressistas, ou melhor, a favor e contrários a escravidão, era ainda, muito intensa. Temos então, no documento, o primeiro a se manifestar em favor da manutenção da liberdade dos escravizados, João Evangelista de Negreiros Sayao Lobato, em um decreto de 2 de março de 1864, foi nomeado Desembargador da Relação da Corte, onde exerceu o cargo de Procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional. Sayao Lobato realiza a defesa dos escravizados basicamente através da apelação pelo cumprimento da lei. Não se delonga muito em dizer que a Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871 é uma lei criada em favor da liberdade, e desse modo, deve ser cumprida com a intensão de favorecer, sempre, a liberdade.

Após o parecer de Sayao Lobato, temos Diniz Villas-Boas que, da mesma forma de Lobato, vem advogar em favor dos escravizados. Em seu discurso, no entanto, observamos que, além da apelação pelo cumprimento da lei, questiona a autoridade do juiz responsável pelo caso. Como podemos observar, “E parece também inadmissível que a lei tivesse em vista estabelecer a onipotência do juiz em questões de liberdade, não concedendo *appellação* necessária de sua sentença para um tribunal superior”. (ALMEIDA, 1876, p. 69),



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

Da mesma forma, Chalhoub demonstra que o questionamento sobre a atuação dos juízes era uma prática que se constituía há tempos, tendo em vista a execução e determinação da lei, “Ou seja, os limites ao direito de propriedade privada realmente existiam, mas cabia ao poder legislativo decidir em quais casos isto se daria, sendo que tais decisões não seriam jamais atribuições de juízes particulares.” (CHALHOUB, 1990. p. 106)

Nesse momento podemos refletir também sobre a atuação arbitrária dos juízes e responsáveis por executar as leis. A legislação do período já era muito escassa quando pensamos em alternativas que favorecessem os escravizados, e ainda nesses casos, as poucas que existiam eram normalmente ignoradas ou mal aplicadas pelos responsáveis pela “justiça” imperial. Desse modo, podemos nos aproximar das compreensões sobre a figura do escravizado, dual. Que por um lado era tratado enquanto sujeito livre e detentor de direitos, como vemos por parte de Sayao Lobato e Villas-Boas, e por outro, enquanto objeto, parte da propriedade de Silva Porto.

O primeiro a se posicionar em defesa da escravidão é A. J. Castro Silva. Que pelo discurso e as informações apresentadas na fonte, aparenta ser magistrado. A justificativa que ele utiliza para defender o direito a matrícula de Silva Porto é o dever de cumprimento da lei pelo poder executivo, dizendo basicamente que a lei é dúbia de ser interpretada e que a única função do executivo é executar as decisões que forem tomadas, independentemente de quais sejam. Após seu parecer, Villas-Boas rebate novamente o direito de José Pereira da Silva Porto, e assim como nos processos anteriores, recorre ao não cumprimento do artigo 7º da Lei 2040. Alegando, novamente, que a lei é uma causa em favor da liberdade, portanto, deve ser realizada a apelação ex-officio.

Nesse momento, J. P. Xavier Pinheiro entra na discussão, também em favor da escravidão, e alega que o artigo 19 trata às causas a propriedade e não a liberdade, devido a isso, a apelação ex-officio não seria necessária, a não ser que os interessados – os escravizados – utilizassem o recurso. Nesse momento podemos problematizar até que ponto os escravizados eram informados do que estava acontecendo no processo, ou até mesmo, dos direitos que tinham de apelação. Pois mesmo reconhecendo que a abolição da escravidão contou muito com o auxílio do legislativo, tais práticas se tornaram mais comuns apenas no final do século.

Em contraposição a Xavier Pinheiro, Machado de Assis também se posiciona na discussão. Algo muito particular do discurso de Machado de Assis é a defesa da propriedade privada. Ainda que ele advogue em defesa da permanência em liberdade dos ex-escravos, não deixa de lembrar a importância da defesa do direito a propriedade, como podemos observar a seguir: “Outrossim, convém não esquecer o espírito da lei. Cautelosa, equitativa, correcta, em relação a propriedade dos senhores, ella é, não obstante, uma lei de liberdade cujo interesse ampara em todas as suas partes e disposições.” (ALMEIDA, 1876, p. 72) , assim reforçando um ideal jurídico que servia como manutenção do status quo, tendo em vista que, como aponta Armond, “A posse, portanto, era uma categoria jurídica que cumpria uma função decisiva nessa arquitetura normativa, uma vez que possibilitava a garantia dos direitos de quem estava efetivamente usando a coisa, mantendo o status quo da situação de apropriação.”(PAES, 2018, p. 52)

Após Machado de Assis, nos deparamos com o relato de Gusmão Lobo, outro sujeito que não teve acesso a mais informações para além do que a fonte deixa transparecer,



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

novamente um magistrado que advoga em favor da propriedade do senhor. Assim como Castro Silva e Xavier Pinheiro, ele busca defender o direito de José P. da Silva Porto de matricular seus escravos, não apenas reforçando as relações escravistas, mas defendendo em seu discurso, principalmente, a propriedade privada. Procura brechas na lei para defender que o conflito é uma questão a ser resolvida sobre a interpretação das leis e reafirma que, se a liberdade é defendida por lei, também é a propriedade, tentando dessa forma, convencer os demais sujeitos a ficarem em defesa da propriedade privada. “Não obstante, se a liberdade é um direito, também o é a propriedade, e se aquelas muitas cousas são de conceder, não é de conceder-se-lhe a forçada inteligência de claros textos da lei.” (ALMEIDA, 1876, p.75).

Por fim, a palavra final para a conclusão do caso vem da nobreza. Após um breve resumo do caso, que se aproxima, claramente, dos interesses mais progressistas e liberais, os viscondes de Jaguaré e Niterói encaminham à decisão final a princesa Isabel, que acaba por defender a liberdade dos ex-escravos. A partir disso, podemos observar principalmente a disputa de interesses entre as classes dominantes. Entre uma classe dominante agrária que busca a todo custo realizar a manutenção de seu modo de produção – escravista – e se pauta para isso, no direito a propriedade e uma camada dessa mesma classe, que se levanta em defesa da liberdade, devemos, portanto, observar os interesses por trás dessa discussão, nos possibilitando perceber a dicotomia e disputa de poderes dentro da mesma fração da classe dominante, como alega também Azevedo: “Já vimos como foram frequentes as vozes daqueles formadores que desde o início do século XIX e até quase o seu final pretenderam estabelecer um tempo de transição para o trabalho livre à custa da disciplinarização do ex-escravo e seus descendentes” (AZEVEDO, 1987, p. 51).

Tendo em vista o já foi exposto entendo como parte importante do processo de análise de fonte a percepção sobre os limites que a documentação nos impõe. Uma das questões principais ao analisar a documentação em questão é, definitivamente, a ausência de informações mais profundas e concretas sobre os sujeitos que aparecem nela. Pois acredito que, essas informações seriam de grande ajuda para compreender quais eram as intencionalidades desses sujeitos na construção de seus discursos. Como podemos perceber, aqueles sujeitos que participam e intervêm no debate e são conhecidos por nós normalmente carregam um posicionamento muito significativo, como é o caso de Machado de Assis, filho de escravos alforriados que se coloca em defesa da liberdade dos ex-escravizados. No entanto, perceber a defesa dele em torno da questão da propriedade também pode ser observado através da ótica de inserção desse sujeito no ambiente da elite.

Como bem sabemos, Machado de Assis buscava se reafirmar no meio intelectual e da elite brasileira, tarefa que era muito dificultada, devido em grande parte, justamente ao fato de ser descendente de africanos. Portanto, compreender a subjetividade por trás do discurso apresentado na fonte é de grande importância para uma análise mais precisa sobre o fato histórico. Desse modo, a ausência de informações complementares sobre os demais sujeitos que constam no debate, observado no relatório é uma grande dificuldade a ser superada.

Soma-se a isso, a busca pelos projetos políticos envolvidos nesse processo. Sabemos que o debate sobre a abolição da escravidão já estava em pauta desde antes da promulgação da lei de terras em 1850, sendo a própria lei uma materialização dessas discussões. Da mesma forma, essas discussões se desenrolavam, ora de forma mais fervorosa, ora mais



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

tranquila. No entanto, os projetos políticos por trás desse debate eram dos mais diversos, e justamente devido a falta de informações sobre os sujeitos das fontes, como apontei anteriormente, ficamos impossibilitados de traçar um panorama mais amplo dentro do que a fonte nos apresenta. Pois ainda que encontremos nas fontes sujeitos dispostos a defender a liberdade dos ex-escravos, quais seriam as intenções reais por trás dessa defesa? Sabemos bem, como aponta Ângela Alonso (2015), que haviam projetos políticos de abolição gradual da escravidão, com interesses de estabelecer com os escravizados um novo tipo de dependência com relação aos senhores proprietários, o vínculo pela terra.

Outra importante questão a ser ressaltada é a natureza da fonte com que estamos lidando. Questões que já foram apontadas acima, como, por exemplo, a participação dos escravizados no processo, dificilmente será respondida, tendo em vista que as fontes oficiais têm por natureza silenciar esses sujeitos. Por isso é necessário nos utilizarmos de apoios bibliográficos para conseguirmos compreender os processos de participação jurídica dos escravizados, como já demonstrou Azevedo ao falar sobre as pressões exercidas pelos escravizados.

No entanto, ainda com todas as limitações apresentadas pelas fontes, podemos observar que a discussão percebida na documentação é muito rica e tem muito a contribuir com o processo de análise e compreensão das discussões sobre a propriedade e a escravidão durante a segunda metade do século XIX. Pois demonstra os embates políticos entre as classes dominantes do período e, mais ainda, a instabilidade da hegemonia que havia mantido o império, e seu regime escravista, até então. Sabemos das influências externas as quais o país estava passando, mas através da leitura e contato com as fontes, assim como esse caso em particular, podemos observar na prática como todos esses processos estavam afetando, efetivamente, o país e os sujeitos que aqui viviam.

Conclusão

Quando compreendemos o período no qual o documento foi escrito podemos entender de forma mais clara que ainda que consigamos perceber uma mudança na mentalidade da época, com relação à escravidão e principalmente aos sujeitos escravizados, acredito que pontualmente, exceto por Machado de Assis, os defensores da liberdade tem como intenção outros projetos, que não levam necessariamente em conta a liberdade e bem estar dos escravizados. Pensando, para além do que os sujeitos da fonte deixam transparecer, podemos observar a construção que esses exercem ao escreverem seu parecer sobre o caso. Como aponta Bourdieu, “Os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e comunicação, só podem exercer um poder estruturante por que são estruturados.” (BOURDIEU, 1989, p. 9). Ao compreendermos esses processos de estruturação do discurso, apontados por Bourdieu, assimilar que os pareceres dos sujeitos contidos nas fontes têm intencionalidades é uma tarefa mais dinâmica.

Entendendo que, para além de suas opiniões individuais, existiam intencionalidades na construção e defesa de um posicionamento, como o da liberdade ou o da propriedade. Essas construções, além de tudo, se encontram dentro do jogo político e de um contexto histórico específico. Lembrando, principalmente, questões como a expansão capitalista e a



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder **Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

pressão externa exercida pelos países que estavam buscando a modernização e expansão do mercado consumidor. Além disso, também devemos considerar as intenções modernizadoras e a troca da mão de obra escrava pela mão de obra livre. Ao pensarmos esses processos externos, conseguimos analisar a fonte como uma disputa de interesses políticos e pessoais, que vão muito além da discussão sobre os escravos em questão. E a fonte passa a ser então um instrumento de compreensão do período, quando trabalhado de forma dialética para pensar o macro através do micro.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Thomas José Coelho de. Relatório do Ministério dos Negócios de Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro, 1876. Acesso em: <http://ddsnext.crl.edu/brazil>

ALONSO, Ângela. **Flores, Votos e Balas: O Movimento Abolicionista Brasileiro (1868-1888)**. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites do Século XIX**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1989.

CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo, Editora Schwarcz Ltda. 1990.

PAES, Mariana Armond Dias. **Escravos e Terras Entre Posses e Títulos: A Construção Social do Direito de Propriedade no Brasil (1835-1889)**. Tese (Doutorado em Direito) São Paulo, Universidade de São Paulo – USP, 2018.

Lei nº 2.040, de 28 de Setembro de 1871. Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm

Decreto nº 4.835, de 1º de Dezembro de 1871. Acesso em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4835-1-dezembro-1871-552265-publicacaooriginal-69374-pe.html>

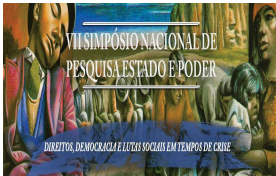


**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

**PROGRAMAÇÃO GERAL DO VII SIMPÓSIO NACIONAL DE
ESTADO E PODER: DIREITOS, DEMOCRACIA E LUTAS SOCIAIS
EM TEMPOS DE CRISE**

30/09/2019 – SEGUNDA-FEIRA	
8h	Banca de Defesa da Dissertação de Mestrado “ <i>Os Grupos dos Onze no Paraná</i> ”, de Luana Milani Pradela. Banca: Profa. Dra. Carla Luciana Silva (Orientadora), Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF), Profa. Dra. Claudia Monteiro (Unioeste), Prof. Dr. Gilberto Calil (Unioeste). Sala 60 (4º Piso).
14h	Banca de Defesa da Tese de Doutorado “ <i>Terra, poder e cooperativismo no Oeste do Paraná: o caso da Coopavel</i> ”, de Irene Spies Adamy. Banca: Prof. Dr. Paulo José Koling (Orientador), Profa. Dra. Sonia Regina de Mendonça ((UFF), Prof. Dr. Antonio Myskiw (UFFS), Prof. Dr. Marcio Antonio Both da Silva (Unioeste), Prof. Dr. Gilberto Calil (Unioeste).
19h	Solenidade de Abertura
19h30	Conferência de Abertura: Estado e Luta de Classes no Brasil Contemporâneo. Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF).
01/10/2019 – TERÇA-FEIRA	
8h	Programação Cultural
8h30	Mesa Redonda 1: Direitos, crise e democracia. Dr. Silvio Bueno (Juiz do Trabalho/Paraná), Profa. Dra. Vera Lúcia Vieira (PUC/SP), Prof. Dr. Clécio Ferreira Mendes (UNILA).
13h30-15h15	SESSÃO DE COMUNICAÇÕES ACADÊMICAS (01 a 04)
15h30 – 17h15	SESSÃO DE COMUNICAÇÕES ACADÊMICAS (05 a 08)
19h – 22h	Mesa Redonda 2. Lutas Sociais rurais e urbanas por direitos e democracias. Jeizi Loici Back (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Roseli Noeli dos Santos (Integrante e Militante - Movimento Sem Teto de Foz do Iguaçu), Inara dos Santos (Movimento dos Atingidos por Barragem), Gilberto Benites (Integrante do Movimento dos Povos Indígenas).
02/10/2019 – QUARTA-FEIRA	
8h	Programação Cultural
8h30	Mesa Redonda 3. As lutas sociais contra as opressões, por direito e democracia. Profa. Dra. Ivonete Pereira (LAPEG / Unioeste), Dra. Fabiana Mendes Franco (Advogada, Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero da OAB Subseção Cascavel/PR), Mano Zeu (Integrante e Militante do Movimento Negro e Hip Hop – Foz do Iguaçu), Dra. Aline Lopes Rangel (Advogada, Centro Regional de Direitos Humanos de Cascavel/PR)
13h30 – 15h15	SESSÃO DE COMUNICAÇÕES ACADÊMICAS (09 a 12)
14h	Banca de Qualificação de Mestrado “ <i>O anarco-feminismo de Mujeres Libres: uma investigação a partir da Revista Mujeres Libres sobre a cooperação entre a militância feminina (1936-1938)</i> ”, de Talita Sobrinho da Silva. Banca: Prof. Dr. Gilberto Calil (Orientador), Prof. Jorge Fernández (UFMS), Profa. Dra. Carla Luciana Silva (Unioeste). Sala 60 (4º Piso)
15h30 – 17h15	SESSÃO DE COMUNICAÇÕES ACADÊMICAS (13 a 16)
18h30	Lançamento de livros e revistas e coquetel
19h – 22h	Mesa Redonda 4: Classes dominantes e ascensão conservadora. Prof. Dr. Flávio Casimiro (IF/Sul de Minas), Profa. Dra. Sonia Mendonça (UFF) e Prof. Dr. Eurelino Coelho (UEFS).



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

03/10/2019 – QUINTA-FEIRA	
8h	Programação cultural
8h30	Mesa Redonda 5: Estado e lutas sociais: Brasil, Argentina, Venezuela. Prof. Dr. Jorge Fernandez (UFMS) e Prof. Dr. Vicente Ribeiro (UFFS) e Prof. Dr. Gilberto Calil (Unioeste).
13h30 – 15h15	SESSÃO DE COMUNICAÇÕES ACADÊMICAS (17 a 20)
14h	Banca de Qualificação de Doutorado “ <i>Operação Três Passos (1965): primeira ação armada de Resistência à ditadura de segurança nacional no Brasil</i> ”, de Leomar Rippel. Profa. Dra. Carla Luciana Silva (Orientadora), Prof. Dr. Eurelino Coelho (UEFS), Prof. Dr. Gilberto Calil (Unioeste). Sala 60 (4º Piso).
15h30 – 17h15	SESSÃO DE COMUNICAÇÕES ACADÊMICAS (21 a 24)
19h – 22h	Conferência de Encerramento: Capital Imperialismo, ataque aos direitos e à democracia e resistências sociais. Profa. Dra. Virgínia Fontes (UFF)
04/10/2019 – SEXTA-FEIRA	
14h	Banca de Qualificação de Doutorado “ <i>Revista Época: discursos de classe e ação partidária, 1998 a 2006</i> ”, de Ricardo Krupiniski. Banca: Prof. Dr. Gilberto Calil (Orientador), Profa. Dra. Virgínia Fontes (UFF), Profa. Dra. Carla Luciana Silva (Unioeste), Prof. Dr. Alexandre Sebastião Ferrari (Unioeste). Sala 60 (4º Piso).



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

PROGRAMAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES

DIA 01/10 – TERÇA-FEIRA - 13h30 A 15h15

Sessão 01. Sala 07. Fascismo e nova direita.

Fakenews e política: a influência da pós-verdade na ascensão da extrema-direita. Ian Martins Vargas (Unioeste)

O facebook e as redes de fascistização da nova direita. Isabel Grassioli (Unioeste)

A crise do capitalismo e a ressurreição da extrema-direita. Luciano Egidio Palagano(SEED-PR)

Nem fascismo nem neofascismo: considerações sobre os elementos estruturantes do “processo de fascistização”. Mariano Luis Sánchez (UFFS/Unioeste)

Sessão 02. Sala 08. Terra e Propriedade no século XIX.

Terras indígenas e conflitos agrários no Sul do Brasil (1860-1889). Jakeline Foster (Unioeste)

O ramo seco que deve ser cortado: relações de poder e práticas de violência na Villa de Castro – Paraná (1847-1860). Ana Paula Galvão de Meira. (Unioeste)

Entre a violência e a negociação: análise das formas de resistência escrava em Guarapuava (1866) – Estudo de caso. Talia Mayara Lopes. (Unioeste)

Entre a liberdade e a propriedade: uma análise sobre os sentidos da escravidão na segunda metade do século XIX. Veridiana Ceni de Mello. (Unioeste)

Sessão 03. Sala 11. Política Brasileira nos Anos 1930/1940.

Ideologia, fascismo e integralismo: o jornal a notícia e os seus discursos (1940-1950). Cainã Paulino Oliveira (UFFS)

Ação integralista Brasileira e suas diversas facetas. Wilsom Vecchi Macedo Nascimento. (UFFS)

Repercussões dos movimentos comunistas de 1935 no Brasil: Argentina, Uruguai, Chile, Estados Unidos. Ângela Meirelles de Oliveira. (Unioeste)

A construção da estrada de ferro central do Paraná, companhia Byington e o governo de Lupion. Flávio Fabrini. (Unioeste)

Sessão 04. Sala 12. Brasil: Resistências à Ditadura.

O grupo dos Onze no Paraná: Trajetórias. Luana Milani Pradela (Unioeste)

Os condenados da terra: A obra de Frantz Fanon pela esquerda revolucionária Brasileira. Gabriella Barrozo Garcia Rodrigues (Unioeste)

Resistência à Ditadura: Problematizando a VPR no Sul do Brasil e no Conesul. Carla Luciana Souza da Silva. (Unioeste)

Mulheres na resistência: A atuação na Vanguarda Popular Revolucionária nos anos da ditadura de Segurança Nacional. Débora Campani Chagas. (Unioeste)



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

DIA 01/10 – TERÇA-FEIRA – 15h30 A 17h15

Sessão 05. Sala 07. Nova Direita e aparelhos privados de hegemonia

O estado e a educação a serviço de interesses privados: o caso do movimento escola sem partido (MESP) no Brasil. Gabriel de Abreu Goncalves Paiva (Unioeste)

Ação liberal: pensando o neoliberalismo a partir de Gramsci. Raphael Almeida Dal Pai (Unioeste)

A patrulha ideológica da burguesia: o Movimento Brasil Livre em atuação no novo truncamento das alternativas brasileiras (2013-2018). João Elter Borges Miranda (Unioeste)

“Brasil Paralelo” o projeto em andamento em consolidação de uma “Nova Hegemonia” no Brasil Recente. Mayara Aparecida Balestro dos Santos (Unioeste)

Sessão 06. Sala 08. História Agrária e Resistência.

Sob o riso de Mefisto. História Agrária no Brasil: tragédias e esquecimentos. Marcio Antônio Both da Silva (Unioeste)

Exposições Universais: agricultura e propriedade no Brasil do século XIX (1850-1889). Ana Paula Vieira Pinto (Unioeste)

O reino místico dos pinheirais: o protagonismo dos sertanejos no contestado na perspectiva de Wilson Gasino. Claércio Ivan Schneider. (Unioeste)

O discurso de progresso e seus impactos em comunidades faxinalenses do Paraná. Sonia Vanessa Langaro. (Unioeste)

Sessão 07. Sala 11. Trabalho e Trabalhadores.

Trabalhadores e o direito à cidade: analisando memórias e relações de poder em Mercedes – PR. Daiana Aparecida Henriksen. (Unioeste)

Trabalhadores na construção de identificações e dissidências: valores em tensão (Marechal Cândido Rondon-PR, final século XX e início XXI). Daniela Melo Rodrigues (Unioeste)

Trabalho e trabalhadores da suinocultura no Oeste paranaense, 1990-2018. Jaqueline Michele Cunico (Unioeste)

Trabalhando desde tenra idade: memórias e tensões em discussão no Oeste do Paraná, 1960-2018. Patrícia Vieira Moraes (Unioeste)

Sessão 08. Sala 12. Ditadura, Estado e Repressão.

O ministério do Trabalho como mecanismo de cerceamento da classe trabalhadora na Ditadura Brasileira (1964-1985). Gabriel de Oliveira Ladeira (PUC-SP)

A universidade sob o “desenvolvimento com segurança”: controle e violência institucional durante a ditadura de 1964. Veridiana Bertelli Ferreira de Oliveira (UNIOESTE)

Pode o torturador falar? Reflexões sobre as memórias de agentes da repressão ditatorial no Brasil e na Argentina. Lucas Augusto Duarte de Oliveira (Universidad de Buenos Aires)

Contribuição para a história do sistema DOI-CODI no Paraná. José dos Santos de Abreu. (UFRGS)



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

DIA 02/10– QUARTA-FEIRA – 13h30 A 15h15

Sessão 09. Sala 07. Direita, Repressão e bolsonarismo

Distopia tupiniquim: o autoritarismo líquido em tempos de capital fetiche. Nilton Batista Leite (Unioeste)

O pensamento conspiratório tóxico à democracia. Marcos Eduardo Meinerz (UFPR)

A criminalização dos movimentos sociais nas jornadas de junho 2013. Guilherme Henrique Piaz Paslauski (Unioeste)

Uma análise da representação de um futuro governo Bolsonaro por meio da charge de Carlos Latuff. Rozinaldo Antonio Miani (UEL)

Sessão 10. Sala 08. Luta pela terra e movimentos sociais.

Pastoral Rural na Diocese de Guarapuava/PR entre anos de 1974-1987: Alguns apontamentos teóricos. Leonilso Souza Santos (Unioeste)

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e sua atuação junto aos movimentos sociais rurais nas décadas de 1970 e 1980 no Oeste do Paraná. Maria José Castelano (Unioeste)

Luta pela terra, estado e reforma agrária: História e memórias do assentamento Itamarati – MS. Douglas Menezes de Oliveira (Unioeste)

A luta pela terra na região centro sul do Paraná (1940-1970). Ana Cristina Hammel dos Passos (UFFS/Unioeste)

Sessão 11. Sala 11. Teoria e Marxismo

Implicações econômicas da aliança operário-camponesa: a propriedade privada na URSS. Claus Magno Germer (UFPR)

As forças armadas na teoria Marxista do estado. Jonas Christmann Koren (Unioeste)

A análise crítica de Simone de Beauvoir ao materialismo histórico de Engels: o desejo e o dueto singular de cada consciência pela soberania. Rafaela Ortiz de Salles (Unioeste)

Diretas já e autocracia burguesa no Brasil: luta política na transição conservadora. Samuel Fernando da Silva Junior (Unioeste)

Sessão 12. Sala 12. Estado e políticas

Genocídio da juventude negra: responsabilidade da polícia militar nos assassinatos de 2006 no estado de São Paulo. Heloísa Heiss Giaretta (Unioeste)

Análise da ação dos agentes do serviço de proteção ao índio na sétima inspetoria regional a partir dos relatórios anuais do ministério da agricultura. Selma Martins Duarte (Unioeste)

Os antecedentes da construção da Itaipu binacional (1966-1973): disputas empresariais e poder. Valdir Sessi (Unioeste)

O Estado, a política e os militares do exército no Brasil: a dialética de uma relação. Leomar Rippel (Unioeste)



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

DIA 02/10 – QUARTA-FEIRA – 15h30 A 17h15

Sessão 13. Sala 07. Intelectuais e ação política

Comunista ou apoiador da Ditadura Civil-Militar? Ambiguidades e contradições na trajetória do espírita Albertino Marques Barrêto (Bahia- 1954 a 1974). Rui Marcos Moura Lima (Unioeste)
Ditadura militar e o movimento homossexual nas páginas do lampião da esquina (1978-1981).

Andrey Tironi da Silva (Unioeste)

Pré orgulho em perspectiva: uma análise da autobiografia de João Silvério Trevisan. Roniélyssom Cêzar Souza Pereira (Unioeste)

Sessão 14. Sala 08. Luta pela terra sudoeste do PR

Vida camponesa em ambientes no Cantuquiriguaçu: apontamentos sobre a questão agrária em Diamante do Sul, Ibema e Campo Bonito. Paulo José Kolling (Unioeste)

Educação, Terra e Juventude: Vidas camponesas em Diamante do Sul – PR. Vanessa Bueno Arruda (Unioeste)

Educação, terra e Juventude. Relatos do modo de vida rural em Campo Bonito – Pr. Núbia Caroline Sguarezi dos Santos (Unioeste)

Educação, terra e juventude: dimensões da vida camponesa em Ibema. Edgar Smiderle (Unioeste)

Sessão 15. Sala 11. Debates Teóricos

Fascismo, surrealismo e psicanálise: há relação? Amanda Luisa Kunast Krummenauer (Unioeste)

O lado oculto da História: o movimento das massas durante a Revolução Francesa. Milton Aparecido Azevedo (IFPR)

Foucault: trabalho e loucura no classicismo. Rafael Fernando Hack (SEED-PR)

Superexploração da força de trabalho e processos de saúde-doença na indústria frigorífica de Chapecó: elementos para se pensar a política de Previdência Social do Estado brasileiro. João Vitor Lombardi Reginato (UFFS)

Sessão 16. Sala 12. Estado e educação

Estado e dominação burguesa: a atuação dos empresários da educação no Paraná. Adriana Medeiros Farias (UEL)

A importância da escola na manutenção do Estado democrático de direito. João Pedro Basso (CESUL)

Implementação da gestão antidemocrática nos governos neoliberais no Paraná no âmbito das políticas educacionais. Greiciane Pereira (UNIOESTE) e Elaine Cardoso Teotônio (SEED-PR)

O “salário gestão” do professor suplementarista. Odirlei Manarin (Unioeste)



Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

DIA 03/10– QUINTA-FEIRA – 13h30 A 15h15

Sessão 17. Sala 07. Ensino, educação e políticas educacionais

Flexibilização curricular, itinerários formativos e de/formação educativa: análise de contrarreforma do ensino médio e seus impactos na formação de professores de História. Rodrigo Ribeiro Paziani (Unioeste)

Democracia, Educação e Ensino de História: um estudo sobre concepções, experiências e práticas de professores de História de Marechal Cândido Rondon/PR. Daniele Aquino de Melo (Unioeste)

Uma leitura do nazismo a partir de um jogo narrativo. Deise Joana Tomé da Silveira e João Otávio Bortolini (Unioeste)

Base nacional comum curricular e referencial curricular do Paraná, implementação e suas implicações na construção do documento e seus reflexos no cotidiano do trabalho pedagógico Greiciane Pereira (UNIOESTE) e Elaine Cardoso Teotônio (SEED-PR)

Sessão 18. Sala 08. Terra e cooperativismo

O Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP) e a regularização da posse da terra. Tiago Archanjo Orben (SEED-PR)

Renda da terra internacional e industrialização: efeitos do aumento dos produtos primários de exportação no desenvolvimento industrial brasileiro (2003-2014). Jailson Jean Kuzskowski e Vicente Ribeiro (UFFS)

As influências das políticas governamentais na cooperativa COOPER familiar no período de 1995 a 2010. Matheus do Nascimento Petter (UFFS)

Cooperativismo solidário por direitos e democracia. Alcidir Mazutti Zanco (Unioeste)

Sessão 19. Sala 11. Cinema e literatura

O sentido do “grotesco” em Sherwood Anderson: ensaio de interpretação histórica. Lucas André Berno Kolln (Unioeste)

Modernidade e Humanismo na obra A Utopia de Thomas Morus. Claudia Monteiro (Unioeste)

Deleuze e o cinema clássico: o irromper da imanência do povo em a greve de Eisenstein. Cristiele Rhoden e Junior Cunha (Unioeste)

Entre o herói e o louco: a representação dos arquétipos na obra clube da luta, uma análise histórica. Dyener Santos (Unioeste)

Sessão 20. Sala 12. História e Gênero

Cartas dos irmãos Bertaso: práticas de vigilância e gênero. Isabel Schapuis Wendling (Unioeste)

Feminismo indígena: vozes e direitos silenciados. Andressa Caroline de Lima (Unioeste)

Cultura patriarcal e poder judiciário: os limites para a eficácia da Lei Maria da Penha. Leia Patek de Souza e Fabíola Scheffel do Amaral (Unioeste)

“Cada um se esconde no espaço que cabe”: narrativas sobre lesbianidades presentes na websérie “Esconderijo”. Gessica Aline Silva (Unioeste)



**Anais do VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder
Direitos, Democracia e Lutas sociais em tempos de crise**

UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR
30 de setembro a 03 de outubro de 2019 – ISBN 978-65-00-04502-4

DIA 03/10 – QUINTA-FEIRA – 15h30 A 17h15

Sessão 21. Sala 07. Ensino de História e Jogos

Jogos narrativos no ensino de História. Milena Maria Rossi e Lucas Eduardo Ferreira (Unioeste)

Jogo da Memória e Ensino de História. Giulia Beatriz Schossler Plassmann (Unioeste)

O Ensino de História através da utilização de jogos didáticos. Débora Schmidt e Lara Dias Salvador (Unioeste)

Jogo e Educação. Thais Thomé (Unioeste)

Sessão 22. Sala 08. História e Movimentos Sociais

Movimento dos trabalhadores em Goiás (1978-1985) como partido de massas. Isabella de Farias Bretas (UFG)

Arqueologia e Movimentos Sociais: o Caso do Contestado. Jaisson Teixeira Lino

O sair como possibilidade: a experiência de sujeitos para além do Reassentamento São Francisco de Assis (1998-2019) Karoline Gonçalves (Unioeste)

A construção da legitimidade na luta pela moradia em Cascavel/PR (1999-2019) – Valores em disputa. Leonardo David Oliveira Gomes (Unioeste)

Sessão 23. Sala 11. Literatura e Imprensa

Marechal Cândido Rondon como “reduto dos nazistas”: a atuação de Werner Wanderer, o papel de Friedrich Seyboth e as disputas políticas e empresariais estabelecidas na localidade. Édina Rautenberg (Unioeste)

Entre a história e a literatura: representações do contestado no romance histórico de Godofredo de Oliveira Neto. Natiely Aparecida Linn (Unioeste)

Percepções sobre as transformações na paisagem: o acervo fotográfico eletrônico do museu da imagem e do som em Cascavel – MIS. Daniele Brocardo (Unioeste).

Imprensa e poder: os desapropriados da Itaipu na Programação da Rádio Difusora. Gabriel de Freitas Souza (Unioeste)

Sessão 24. Sala 12. Guerras, conflitos e deslocamentos

Rotas de esperança, rotas de desespero: direitos humanos e a política de criminalização da imigração na União Europeia no tempo presente. Adriana de Carvalho Medeiros (Unioeste)

Estado e questão agrária na economia política da frente Ruandesa (FPR) no pós-genocídio de 1994: as home grow solutions e a releitura do passado. Danilo Ferreira da Fonseca (Unicentro)

Jornadas de luta de "Mujeres Libres". Talita Sobrinho da Silva (Unioeste)

Hizbollah: entre as acusações de terrorismo e a legitimação do Estado Libanês. Wadson Faustino Camargo Noronha (UFFS).